

COLECCÃO DE OBRAS CLÁSSICAS
DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

Francisco Solano Constâncio

LEITURAS E ENSAIOS
DE ECONOMIA POLÍTICA

1808-1842

BANCO DE PORTUGAL

Collecção de Obras Clássicas
do Pensamento Económico Português

11

FRANCISCO SOLANO CONSTÂNCIO

LEITURAS E ENSAIOS DE ECONOMIA POLÍTICA
(1897-1943)

LEITURAS E ENSAIOS DE ECONOMIA POLÍTICA

Introdução e Direcção de Edição
José Luis Cardoso

Lisboa - Banco de Portugal - 1993

Colecção de Obras Clássicas
do Pensamento Económico Português

11

FRANCISCO SOLANO CONSTÂNCIO

LEITURAS E ENSAIOS DE ECONOMIA POLÍTICA
(1808-1842)

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Económicas e Sociais
Instituto de Economia e Estatística
Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian

1. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para a Adulteração da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas consequências. Tomos I e V (1796-1812)
Direcção de Edição: José Luís Cardoso

2. José Maria José Rodrigues de Sá, Memórias Políticas sobre as Particularidades da Economia das Nações e Principaleszas de Portugal. Tomos I e II (1805-1810)
Direcção de Edição: José Duarte Pinheiro

3. José Joaquim de Castro de Almeida Coutinho, Opusculo Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias (1794)
Direcção de Edição: João Miguel Pinheiro

A. M. J. R. Almeida
Introdução e Direcção de Edição
José Luís Cardoso

5. José de Sousa Freixo, Memórias Económicas sobre a Agricultura e Indústria em Portugal. Tomos I e II

6. Manuel de Almeida, Memórias Económicas sobre a Agricultura e Indústria em Portugal. Tomos I e II

Lisboa • Banco de Portugal • 1995

Collecção de Obras Clássicas
do Pensamento Económico Português

II

FRANCISCO SOUZA COSTA

LEITURAS E ENSAIOS DE ECONOMIA POLITICA
(1808-1842)

Introdução e Direcção de Edição
José Luís Cardoso

© copyright Banco de Portugal, Lisboa, 1995
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Capa e orientação gráfica de A. Pedro
Fotocomposição, impressão e acabamento de Mirandela — Artes Gráficas S.A.
Tiragem: 2000 exemplares
ISBN: 972-9479-21-6
Depósito Legal n.º 96436/95

COLEÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS
DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

Concepção e realização: **CISEP** (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).

Coordenador Geral: **José Luís Cardoso.**

Consultor Principal: **Manuel Jacinto Nunes.**

Patrocínio Financeiro: **Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian.**

1. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas conquistas.* Tomos I a V (1789-1815).

Direcção de Edição: José Luís Cardoso.

2. Joaquim José Rodrigues de Brito, *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal.* Tomos I a III (1803-1805).

Direcção de Edição: José Esteves Pereira.

3. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias* (1794).

Direcção de Edição: Jorge Miguel Pedreira.

4. M.J.R., *Economia Política* (1795).

Direcção de Edição: Armando Castro.

5. José da Silva Lisboa, *Escritos Económicos Escolhidos* (1804-1820). Tomos I e II.

Direcção de Edição: António Almodovar.

6. Manuel de Almeida, *Compêndio de Economia Política* (1821).

Direcção de Edição: Maria de Fátima Brandão.

7. D. Rodrigo de Souza Coutinho, *Textos Políticos, Económicos e Financeiros* (1783-1811). Tomos I e II.

Direcção de edição: André Mansuy Diniz Silva.

8. Domingos Vandelli, *Aritmética Política, Economia e Finanças* (1770-1804).

Direcção de Edição: José Vicente Serrão.

9. José Ferreira Borges, *Sintelologia e Economia Política* (1831-1834).

Direcção de Edição: António L. Sousa Franco.

10. Adrião Forjaz de Sampaio, *Estudos e Elementos de Economia Política* (1839-1874).

Direcção de Edição: Alcino Pedrosa.

11. Francisco Solano Constâncio, *Leituras e Ensaios de Economia Política* (1808-1842).

Direcção de Edição: José Luís Cardoso.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO. José Luís Cardoso	XI
On the state of Portugal during the last thirty years (1808)	1
O Observador Lusitano em Paris (1815)	
Discurso Preliminar	25
Portugal	31
Portugal e Brasil	37
Coroa de Portugal	41
Portugal e Brasil	43
Portugal e Brasil	50
Revista crítica	54
<i>Remontrances des négociants du Brésil e Considerações sobre a abolição do comércio de escravatura</i>	54
<i>De l'intérêt de la France à l'égard de la traite des nègres, por Sismondi</i>	62
Advertência	76
Anais das Ciências, das Artes e das Letras (1818-1822)	
Discurso Preliminar	81
<i>Varietades sobre objectos relativos às artes</i> , por J. Acúrsio das Neves	100
<i>De l'industrie française</i> , por M. le Comte Chaptal	106
Reflexões acerca de algumas questões relativas à economia política	150
<i>Lettres à M. Malthus</i> , por J.-B. Say	159
<i>An inquiry concerning population</i> , por W. Godwin	171
Ideias sobre a educação da mocidade portuguesa	192
<i>Vozes dos leais portuguezes</i>	204
<i>Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise</i> , por A. Balbi	212

Principes d'Économie Politique, par Malthus. Prefácio e notas (1820)	223
Novos Anais das Ciências e das Artes (1827)	
Prefação	245
<i>Catecismo de economia política</i> , por J.-B. Say	249
<i>Novos princípios de economia política</i> , por J.C.L. de Sismondi	250
Armazém de Conhecimentos Úteis (1838)	
Considerações sobre a estatística	271
<i>Études sur la richesse des nations</i> , por Louis Say	278
Da ciência social	290
<i>Du perfectionnement des modes d'enseignement primaire</i> , por M. J. Rey	297
Da balança do comércio	302
<i>Cálculo sobre a perda de dinheiro do reino</i> , por Alexandre de Gusmão	306
Observações sobre a duração da vida humana	312
<i>Études sur l'économie politique</i> , por Simonde de Sismondi ..	316
<i>Les classes ouvrières</i> , por Émile Bères	317
Esprit des Revues Anglaises (1841)	
Prospectus	321
Report on import duties	322
De la condition sociale de la femme	327
<i>De l'instruction publique en France</i> , por Émile Girardin	330
Du budget et de la dissolution du parlement	337
De la détresse actuelle en Angleterre, et de ses causes	343
<i>De la philosophie des sciences inductives</i> , por W. Whewell ..	361
Enquête sur la condition des ouvriers tisserands de la Grande Bretagne	369
Des vices de l'administration de la justice en Angleterre	379
La Grande Bretagne en 1840 (1841)	
Avertissement	385
Commerce. Analyse des principaux articles d'exportation	386
Classification et analyse des droits d'entrée et des exportations	387
Des chemins de fer de la Grande Bretagne	389
De la navigation par la vapeur	391
De la réduction du tarif du port des lettres	392
Chemins de fer dans les États de Pensylvanie et de New York ..	394
Revenu total de la Grande Bretagne et distribution de ce revenue	394

La Grande Bretagne en 1840 et 1841 (1842)	
Avertissement	399
Du commerce des grains	399
Apêndice. Notas a traduções.	
<i>Remonstrances des négociants du Brésil</i>	405
<i>Recherches sur la population</i> , par William Godwin	408
Índice Onomástico	411
Índice Temático	415

INTRODUÇÃO

José Luís Cardoso

1. O homem e a obra

Francisco Solano Constâncio viveu uma carreira pública bastante rica e diversificada. Graças a uma imensa actividade publicista, deixou marcas e vestígios da sua acção e testemunhou com os seus escritos a enorme variedade de assuntos que a sua mente curiosa e interessada o levou a percorrer¹. Médico, escritor, cientista, filólogo, pedagogo, tradutor, jornalista e diplomata, são alguns dos atributos profissionais ou intelectuais que o seu nome faz evocar. E sobrou-lhe ainda algum tempo para exercitar os dotes de economista político, razão pela qual agora se cumpre a tardia mas imprescindível tarefa de reunir os seus textos mais significativos neste domínio.

Solano Constâncio foi homem de muitos instrumentos, que naturalmente manuseou com as vantagens de quem de tudo sabe um pouco, mas com o óbvio inconveniente de não poder beneficiar do acréscimo de destreza intelectual resultante de uma especialização mais vincada em determinado domínio do saber. Difícil seria, na época em que viveu, prescindir ou evitar uma aprendizagem de carácter enciclopédico, reservada aos que a si próprios atribuíam o desempenho da missão esclarecida que era privilégio das elites culturais. Mas Solano Constâncio primou pela intencionalidade que conferiu a essa sua apetência generalista, optando deliberadamente por oferecer aos seus leitores sinais dispersos de talentos eruditos, em detrimento de uma vocação exclusiva em área confinada do conhecimento. Não fora a carga crítica e negativa habitualmente associada à alusão a seguir expressa, dir-se-ia que como médico não foi mau cientista, que como tradutor não foi mau filólogo, ou que como jornalista não foi mau diplomata. De tudo fez um pouco; mas talvez tenha sido no domínio da divulgação e debate de temas de

¹ As referências completas às obras de Francisco Solano Constâncio, citadas ou não nesta Introdução, encontram-se na Bibliografia incluída nas páginas XXXV e XXXVI.

economia política que os seus méritos mais se elevaram. Em breve procuraremos documentar tal impressão.

Francisco Solano Constâncio nasceu em Lisboa a 24 de Julho de 1777, ano da morte de D. José, do desterro do Marquês de Pombal e do início do reinado de D. Maria I. Beneficiando de uma campanha em favor do desenvolvimento dos estudos de medicina, de que seu pai, o cirurgião Manuel Constâncio, foi principal inspirador, o jovem Francisco partiu aos 14 anos para terras britânicas, integrando um grupo de sete bolseiros a quem foi concedido o privilégio de efectuarem a sua formação em medicina e cirurgia². Desconhecem-se pormenores marcantes da sua permanência em Londres, durante três anos, e em Edimburgo, por igual período. Sabe-se contudo que não chegou a obter o diploma da Universidade de Edimburgo - como seria legítimo esperar que acontecesse - conseguindo apenas a habilitação profissional que lhe foi concedida, com base em pareceres e sem frequência de aulas, por uma instituição de menor importância no domínio dos estudos de medicina, a Universidade de St. Andrews. A sua saída da Escócia foi atribulada, sugerindo os seus principais biógrafos que terá mesmo sido expulso de Edimburgo no ano de 1797. Se assim foi, uma das razões foi certamente a atitude de agressiva ironia e de sarcasmo anti-académico que deixou transparecer nas páginas da publicação periódica *The Ghost* que sob anonimato publicou entre Abril e Novembro de 1796³.

Os seus interesses científicos conheceram então uma primeira consagração pública, através da sua admissão como membro de duas sociedades científicas: a Royal Medical Society e a Natural History Society. Da sua escassa participação na vida destas instituições científicas resultou, apesar de tudo, a configuração do propósito de se dedicar ao registo e divulgação de matérias e novidades científicas de que tais tipos de instituições eram, na época, veículo privilegiado. No entanto, alguns anos ainda teriam de passar, antes que surgisse a oportunidade de levar a cabo tal propósito.

² As breves anotações biográficas aqui inseridas seguem de perto os escassos estudos disponíveis sobre a vida e obra deste autor. Ao leitor interessado em mais detalhes sobre a informação aqui condensada recomenda-se o artigo de Albert Silbert, "Acerca de Francisco Solano Constâncio" in: *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977, pp. 121-175 (inicialmente publicado em francês em 1950) e, sobretudo, a reconstituição biográfica feita por Maria Leonor Machado de Sousa nas introduções e anotações das edições que fez de textos e documentos deste autor: *The Ghost e Francisco Solano Constâncio*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1979; *Solano Constâncio: Portugal e o Mundo nos Primeiros Décênios do Século XIX*, Lisboa: Arcádia, 1979; e *Um Ano de Diplomacia Luso-Americana. Francisco Solano Constâncio (1822-1823)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.

³ Para uma análise circunstanciada desta fase inicial da carreira publicista e polemista de Francisco Solano Constâncio, cf. o atrás citado estudo de Maria Leonor Machado de Sousa, a quem se deve a fundamentada identificação da autoria do *The Ghost*, bem como uma chamada de atenção para o sinal anunciador da vocação periodista do seu autor.

Na posse do seu diploma alternativo, viaja durante alguns meses pela Holanda e Alemanha e faz uma primeira longa permanência em Paris, em pleno rescaldo da Revolução Francesa e das transformações ocorridas durante o período jacobino. Em 1799 regressa a Lisboa onde até 1807 exerce actividade clínica com algum sucesso e notoriedade, segundo testemunhos da época⁴.

As suas declaradas simpatias francesas e o risco de ser identificado como colaboracionista do exército invasor, tê-lo-ão levado de novo a abandonar o país no ano em que Junot entrou em Portugal. O desencanto típico de alguém que emigra e experimenta a sensação de exílio é bem patenteado no retrato lúgubre que pinta da situação política portuguesa no artigo "On the state of Portugal during the last thirty years", que justamente constitui o texto de abertura da presente edição. Este texto, escrito e publicado em 1808 pela revista inglesa *The Monthly Repertory*, apresenta um panorama algo miserabilista da situação económica e política então vivida em Portugal. A administração pombalina e a acção ministerial de D. Rodrigo de Souza Coutinho são as únicas referências positivas que contrastam com a apreciação excessivamente crítica da recente governação portuguesa.

O diagnóstico de Solano Constâncio, supostamente revelador de um estado de letargia, ruína, miséria e ignorância, era um artifício retórico revelador de uma vontade de reforma e de mudança política. O quadro que oferece, que desenvolverá em outros textos futuros, é o do tradicional imaginário da decadência portuguesa onde desfilam os queixumes contra a febre das conquistas, as perseguições religiosas, a união ibérica, os tratados de comércio e amizade impostos pela Inglaterra, a falta de vistas e de luzes dos gabinetes ministeriais. Todavia, as acções de mudança em que directamente se envolveu não lhe proporcionaram grande credibilidade, designadamente quando tentou promover junto do governo francês a constituição de uma comissão de afrancesados ilustres, residentes em Paris e em Lisboa, que pudesse, de alguma forma, influenciar a opinião pública portuguesa no sentido da aceitação do projecto imperial napoleónico⁵.

Estes primeiros anos de exílio voluntário de Francisco Solano Constâncio conheceram ainda outro estranho episódio de contornos conspirativos pouco claros. Com efeito, durante alguns meses do ano de 1809 manteve em Londres uma intensa ligação com o círculo de apoiantes do revolucio-

⁴ Cf. Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris: Rey et Gravier, 1822, Tomo II, p. lxx-lxxiv. Entre outras informações sobre os seus trabalhos no domínio da medicina e, em geral, sobre o desenvolvimento da cirurgia em Portugal, refere Balbi que neste período Solano Constâncio desempenhou um importante papel na introdução e propagação da vacina em Portugal.

⁵ A documentação que comprova este estranho envolvimento de Solano Constâncio em acções de intriga diplomática e espionagem política foi revelada e estudada por Albert Silbert, *op. cit.*, pp. 130-138.

nário venezuelano Francisco de Miranda, a quem terá servido como intermediário junto do governo inglês, a fim de obter o apoio diplomático desta potência em favor das pretensões independentistas das colónias espanholas da América Central e do Sul. O apoio de Solano Constâncio à causa emancipacionista está bem patente em dois artigos que publica sob o pseudónimo de "Las Casas" no periódico inglês *The Statesman* em 13 de Setembro e 1 de Novembro de 1809⁶. Independentemente das razões que o levaram a tal actuação⁷, depressa abandonou essa causa alheia e fixou a sua residência em Paris em 1810, onde permaneceu até 1822.

O período compreendido entre 1810 e 1822 constitui uma importante fase na preparação e desenvolvimento da produção literária e científica de Francisco Solano Constâncio. O primeiro sinal é dado pela tradução e publicação em língua francesa de textos relativos a pequenos incidentes comerciais e marítimos entre Portugal e Inglaterra, directamente relacionados com o tráfego de escravos⁸. A animosidade anti-britânica - uma característica quase obsessiva que o autor vai coerentemente manter até ao final da sua vida - é bem nítida nesta pequena obra. E o mesmo mote é por diversas vezes afluído nos artigos que compõem a primeira publicação periódica de sua autoria, *O Observador Lusitano em Paris*, dado à estampa no ano de 1815.

O estatuto editorial desta revista, cuja publicação se enquadra num movimento mais amplo de periodismo científico que envolve outros autores portugueses vivendo no estrangeiro⁹, é apresentado no texto de abertura do número inaugural, fixando o seu redactor as orientações, estilo e conteúdo das diferentes secções do *Observador*, particularmente atento à evolução da situação política vivida pelas principais potências europeias no findar das guerras napoleónicas e durante a conjuntura do Congresso de Viena. Aos seus leitores, «dos quais uma boa parte pertencerá sem dúvida ao corpo dos negociantes»¹⁰, oferece

⁶ Ambos os artigos foram recentemente reeditados por Maria Leonor Machado de Sousa. O artigo de 13 de Setembro de 1809 encontra-se na introdução a *Um ano de diplomacia luso-americana. Francisco Solano Constâncio (1822-1823)*, pp. 24-30. O artigo de 1 de Novembro de 1809 inclui-se in: *Solano Constâncio: Portugal e o mundo nos primeiros decénios do século XIX*, pp. 21-29.

⁷ Albert Silbert sugere que Solano Constâncio terá sido motivado pelo desejo pessoal de obter em troca alguns favores que permitissem o seu estabelecimento como médico em uma das colónias espanholas emancipadas. Cf. A. Silbert, *op. cit.*, pp. 127-130.

⁸ *Remontrances des Négociants du Brésil*, Paris, 1814. No Apêndice da presente edição, p. 405, apresentamos o texto de abertura de autoria de Solano Constâncio.

⁹ A mais conhecida dessas revistas, publicada em Londres, foi *O Investigador Português em Inglaterra (1811-1819)*. Sobre o significado deste movimento jornalístico cf. Maria de Fátima Nunes, *Leitura e agricultura. A imprensa periódica científica em Portugal (1772-1852)*, Évora: Universidade de Évora, 1994 (dissertação mimeo), Vol. I, pp. 11-56, que também inclui uma referência específica à produção jornalística de Solano Constâncio (Vol. I, pp. 205-209).

¹⁰ *O Observador Lusitano em Paris*, p. 26. Salvo indicação em contrário, em todas as referências a textos de Solano Constâncio as páginas indicadas são as da presente edição.

um conjunto diversificado de informação sobre assuntos diplomáticos, militares e comerciais, para além do noticiário político mais relevante. Inclui ainda recensões sobre temas literários.

Desta publicação periódica foram seleccionados para a presente edição alguns excertos relativos à situação política portuguesa, para que se possa formar uma ideia mais precisa sobre o diagnóstico que o autor fazia do estado do país. Trata-se de um conjunto de documentos muito marcados pela pressão da conjuntura e que, à semelhança do artigo "On the state of Portugal during the last thirty years", sugerem a imagem de um reino algo à deriva e sujeito à feição dos ventos ingleses. A súbita perda de actualidade de notícias impunha sérias restrições à circulação de um jornal de periodicidade mensal escrito em português e publicado em Paris, pelo que, conforme o autor deixa subentender na advertência que figura no final do último fascículo¹¹, não é de estranhar o seu desaparecimento natural após quatro meses de publicação.

O relativo fracasso desta primeira experiência jornalística proporcionou, por certo, úteis ensinamentos ao seu redactor quase exclusivo. Assim, irão ser bem diferentes as características da próxima aventura editorial de Francisco Solano Constâncio, *Os Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, publicados quadrimestralmente em Paris, em língua portuguesa, entre 1818 e 1822. No plano da relação com o mercado de leitores, para além da periodicidade, a diferença fundamental refere-se à angariação prévia de assinantes, a fim de não se pôr em causa a viabilização comercial da publicação. Outra diferença essencial é que Francisco Solano Constâncio deixa de ser redactor exclusivo, associando-se a três outros intelectuais portugueses emigrados em Paris para a feitura dos *Anais*: Cândido Xavier, José Diogo Mascarenhas Neto e Luís da Silva Mousinho de Albuquerque. Apesar de se tratar de uma equipa redactorial, é indiscutível que a alma dos *Anais* foi Solano Constâncio, que assinou o discurso programático do primeiro número, que foi o único dos quatro redactores com colaboração em todos os 16 números publicados, e que à sua custa escreveu cerca de 45% das páginas referentes ao total das contribuições dos quatro redactores¹².

Mas é no conteúdo que se nota a profunda viragem que os *Anais* representam em relação ao *Observador*. De facto, a total ausência de noticiário político e de relatórios sobre problemas conjunturais, de actualidade, passa a ser uma intenção deliberadamente anunciada no discurso preliminar subscrito por Solano Constâncio, onde se lê que "das notícias políticas não trataremos, e muito pouco diremos das ciências

¹¹ *ibid.*, p. 76.

¹² Cf. o levantamento estatístico efectuado por Francisco Fortunato Queirós, *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras (Paris, 1818-1822): Sondagem Histórico-Cultural*, Porto: Universidade do Porto, 1978 (dissertação mimeo).

meramente abstractas, e nada de controvérsias religiosas¹³. A mudança consiste numa atenção privilegiada à divulgação de assuntos de natureza científica, em áreas como: medicina, farmacopeia, física, química, botânica, história natural, matemática, e astronomia, para apenas citar as que obtêm tratamento mais regular nas páginas dos *Anais*. O objectivo de tal divulgação realiza-se em duas frentes: por um lado, procurando satisfazer a curiosidade intelectual de um público mais culto e ávido de conhecer as novidades e avanços científicos nesses domínios do conhecimento; por outro lado, procurando ir ao encontro das necessidades práticas de leitores medianamente instruídos em busca de receitas e conselhos que consubstanciassem a utilidade da ciência para a realização de tarefas quotidianas. Também os estudos humanísticos (história, língua e literatura, educação) merecem acolhimento nos *Anais*. Mas a grande novidade introduzida no conteúdo desta publicação reside no destaque expressamente atribuído aos assuntos relativos à ciência nova chamada economia política, sobre a qual tanto se tem escrito sem que ainda ela reconheça princípios certos e invariáveis na prática¹⁴.

Como é evidente, esta referência merece-nos particular destaque, em virtude do centro de interesse que aqui comanda o estudo desta publicação e também devido ao papel que Francisco Solano Constâncio desempenhou neste domínio. Com efeito, são de sua autoria todos os textos publicados nos *Anais* expressamente dedicados a temas de economia política, sobre os quais ensaiaremos uma interpretação de conjunto na segunda parte desta Introdução. E a prova concludente desse seu empenho por matérias de teoria e de política económica é dada pela sua actividade como tradutor, tendo sido responsável pela edição em língua francesa dos *Princípios de Economia Política* de Ricardo (em 1819) e de Malthus (em 1820) e de uma obra sobre doutrina da população de Godwin (em 1821).

Da sua intensa acção editorial neste primeiro período de permanência em Paris, destaca-se ainda a promoção e revisão de provas das obras completas do poeta português Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elísio)¹⁵.

O último tomo dos *Anais* saiu a público em Abril de 1822, cerca de dois meses antes de Francisco Solano Constâncio partir em missão diplomática para os Estados Unidos. Foi nomeado "Encarregado de Negócios Políticos e Comerciais Portugueses" pelo novo poder liberal saído da Revolução de 1820, merecendo a confiança do então Minis-

¹³ *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, p. 94.

¹⁴ *ibid.*, p. 94.

¹⁵ *Obras completas de Filinto Elísio, segunda edição emendada e acrescentada com muitas obras inéditas e o retrato do autor*, Paris: Oficina de A. Bobée, 1817-1819, Tomos I a XI.

tro dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira. Os assuntos que dominaram a sua actuação diplomática foram o apresamento de navios portugueses por corsários americanos, o reconhecimento dos movimentos de independência e o estabelecimento de relações de amizade e de comércio com as antigas colónias espanholas, especialmente com o Haiti, e ainda problemas relacionados com o tráfego de escravos¹⁶. Exerceu esse cargo durante muito pouco tempo, recebendo ordem de demissão do Conde de Palmela em Junho de 1823, na sequência da revolta absolutista da Vilafrancada. O processo da sua saída de Filadélfia não foi pacífico, dado que se recusou a cumprir as ordens de Lisboa por não reconhecer o novo regime restauracionista¹⁷. Em meados de 1824 fixou-se em Nova Iorque, onde se manteve durante cerca de dois anos exercendo a sua profissão de médico e participando em actividades de sociedades científicas americanas.

De regresso à Europa, Francisco Solano Constâncio instalou-se de novo em Paris em 1826, para uma longa permanência até à data da morte em 1846. Pouco tempo depois de se estabelecer, retomou as suas actividades de jornalismo técnico-científico e reiniciou sozinho a publicação de uma nova revista que, de alguma forma, procurava dar continuidade ao projecto que suspendera em 1822: os *Novos Anais das Ciências e das Artes*. O espírito que preside a esta nova publicação mantém-se o mesmo, insistindo o autor, na importância do conhecimento científico como factor de aperfeiçoamento humano e como condição de progresso social. A divulgação das novidades tecnológicas e a reflexão mais amadurecida sobre temas de interesse económico e social, constituem as principais linhas de força desta publicação que conheceu vida demasiado efémera: apenas 4 números saídos nesse ano de 1827, prefazendo um total de 720 páginas. Depois desta experiência, inflecte a sua actividade para os domínios da linguística e da filologia, publicando gramáticas de português e de francês e um *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa* que viria a conhecer 11 edições até 1868, obras estas cuja produção, por certo, não esteve alheia à necessidade de o nosso autor precaver a sua fonte de sustento.

Apesar da animosidade política que o regime miguelista lhe inspirava, os escritos de Solano Constâncio permanecem imunes ao seu estatuto de exilado e às suas inabaláveis convicções liberais. Esse voluntário silêncio significou, até certo ponto, uma recusa em participar

¹⁶ Para uma análise desta actividade diplomática cf. a correspondência e documentação publicada por Maria Leonor Machado de Sousa, *Um ano de diplomacia luso-americana: Francisco Solano Constâncio (1822-1823)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1988. Na introdução a esta recolha documental, a autora apresenta elementos bio-bibliográficos adicionais sobre os antecedentes da permanência de Solano Constâncio nos EUA.

¹⁷ Cf. *ibid.*, pp. 353-372.

activamente nos assuntos de política interna portuguesa, como ficou demonstrado em 1836, no rescaldo da Revolução de Setembro, quando se escusou a exercer o cargo de deputado às Cortes de 1837, eleito pelo círculo de Barcelos. A única prova que, nos anos da sua segunda estadia parisiense, demonstra algum interesse pela evolução da situação política portuguesa, foi dada em 1830 pela tradução em francês do livro *Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal* do seu amigo e também exilado em Londres José Liberato Freire de Carvalho, a qual, no entanto, foi publicada sem indicação do respectivo tradutor.

Solano Constâncio parecia muito mais interessado em continuar a promover a divulgação de conhecimentos instrutivos, apostando ciclicamente na feitura de uma publicação periódica que pudesse fomentar acções formativas e educativas junto dos seus leitores. Em 1838, ensaiou uma nova experiência jornalística que também não durou mais do que um ano: o *Armazém de Conhecimentos Úteis nas Artes e Ofícios*¹⁸. Francisco Solano Constâncio manteve-se fiel ao seu esquema habitual de divisão da revista em duas partes, uma destinada a leitores de formação erudita de maior exigência, e outra destinada a «reportório instrutivo», ou seja, à divulgação de conhecimentos cuja aplicação prática proporcionasse utilidades e satisfizesse a curiosidade de leigos mas interessados leitores de temas científicos. Curioso e paradoxal é também o título escolhido de *Armazém*, como que denotando a dificuldade de todos aqueles que, difundindo conhecimentos úteis, se viam confrontados com o dilema da sua efectiva repercussão e utilidade concreta. Postos em armazém ou em arquivo, arrumados e classificados, os conhecimentos parecem perder a sua dimensão de fluxo de saberes permanentemente actualizados; em contrapartida, sugere-se a sua arcaização ordenada e coerente, sem o fervilhar inovador da experimentação ao serviço do progresso tecnológico.

No findar da década de 1830, Solano Constâncio prossegue a sua actividade publicista com incursões no terreno histórico, dando à estampa uma *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até à abdicação do Imperador D. Pedro I*. Esta obra não obteve grande sucesso editorial, devido à posição algo reticente do seu autor em reconhecer a inevitabilidade da independência brasileira. Ape-

¹⁸ Esta publicação surge muitas vezes referida por *Arquivo dos Conhecimentos Úteis*, título este que corresponde à designação do seu primeiro fascículo. Por vezes, é o próprio autor que abreviadamente lhe chama *Arquivo*. A impressão separada de tal fascículo inclui um prospecto de apresentação, no qual o autor anuncia as razões e condições da sua publicação e assinatura, e onde declara a continuidade que pretende estabelecer com os anteriores *Anais*. A junção dos 4 fascículos num só volume de 434 páginas acarretou a mudança de título da publicação para *Armazém*, onde deixou de figurar o prospecto de apresentação. O *Armazém* viria a ser reeditado em 1855, mas truncado em cerca de 100 páginas, pelo que esta segunda edição não merece credibilidade alguma.

sar do fervor com que amparou a causa emancipacionista das colónias espanholas, Solano Constâncio demonstrou sempre inúmeras resistências em aceitar o termo das relações económicas entre Portugal e o território brasileiro baseadas no sistema de pacto colonial¹⁹.

Em 1841, Francisco Solano Constâncio inicia dois novos e derradeiros empreendimentos editoriais, desta vez integralmente escritos em língua francesa: a publicação periódica mensal *Esprit des Revues Anglaises*, de que saíram 6 números entre Julho e Dezembro de 1841, prefazendo um total de 477 páginas; e a gazeta estatística e noticiosa *La Grande Bretagne en 1840*, que viria a ter continuidade no ano seguinte com novos complementos informativos.

A primeira destas publicações - *Esprit des Revues Anglaises* - é uma interessante colectânea de recensões bibliográficas preparadas por Francisco Solano Constâncio, tendo por base alguns artigos publicados pelas mais importantes revistas britânicas da época. O autor português regista as leituras que lhe motivavam maior interesse, traduz ou transcreve longamente alguns dos artigos e elabora as suas próprias reflexões sobre matérias tão diversificadas como a condição social da mulher ou os vícios da administração da justiça na Inglaterra. O contraste com as anteriores publicações é assinalável, devido ao abondono da preocupação em divulgar conhecimentos técnicos e científicos e em virtude da clara preferência que dá a temas de natureza literária - e muito em particular à literatura de viagens -, histórica, económica, sociológica e política. Trata-se de uma revista em que, uma vez mais, Solano Constâncio desenvolve os seus dotes de polissémia científica, neste caso aplicados aos domínios das ciências sociais e humanas, ao mesmo tempo que reforça a revelação de algumas das suas mais significativas facetas, designadamente: a variedade dos seus percursos de leitura e o cosmopolitismo intelectual inerente à ânsia de sistematização crítica de ideias provenientes dos mais diversos contextos discursivos. Sobre o conteúdo dos artigos publicados nesta revista e sobre o modo como configuram algumas mudanças no pensamento económico e social do autor, falaremos na próxima secção desta Introdução.

Quanto à outra publicação - *La Grande Bretagne en 1840* -, procura justamente servir como contraporto informativo e estatístico da anterior, fornecendo uma útil miscelânea de registos sobre diversos aspectos da vida económica, social e política britânica, merecendo particular destaque as informações sobre a construção de caminhos de ferro. O bom

¹⁹ Sintoma claro dessa atitude é a análise que nesta obra o autor faz da abertura dos portos brasileiros em 1808 e do tratado de comércio com a Inglaterra em 1810, demonstrando a sua inequívoca posição contra a perda de privilégios decorrentes do sistema de protecção comercial até então prevalecente. Cf. F.S. Constâncio, *História do Brasil (...)*, Tomo II, pp. 180-187.

acolhimento desta publicação²⁰ justificou uma actualização de dados no ano seguinte, dando origem a uma nova obra intitulada *La Grande Bretagne en 1840 et 1841*.

Foi ainda nesse ano de 1841 que Solano Constâncio foi nomeado sócio correspondente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, sendo este o último dado que se conhece do seu percurso biográfico. Cinco anos mais tarde, em Dezembro de 1846, morreu na cidade de Paris que o acolhera inicialmente em 1809 e onde Solano Constâncio viveu, por diversos períodos, cerca de metade da sua vida.

2. Aspectos do pensamento económico e social

A presente edição de textos de Francisco Solano Constâncio refere-se apenas à produção científica do autor no domínio da economia política e em áreas que com ela mantêm uma relação directa, ou seja, da «ciência que ensina a conhecer as fontes da riqueza de uma nação e o modo de a favorecer e aumentar»²¹. É sobre essa dimensão da sua obra que seguidamente tentaremos ensaiar uma apreciação de conjunto, deliberadamente afastando outros centros de interesse (tais como a medicina, a linguística, ou a diplomacia) igualmente relevantes para o estudo do seu legado intelectual²².

O interesse de Solano Constâncio por matérias de economia política amadurece e desenvolve-se de forma significativa a partir de 1818, com o início da publicação dos *Anais das Ciências, das Artes e das*

²⁰ Veja-se o comentário elogioso e incentivador de Horace Say no recém-criado *Journal des Économistes*, 1842, Tomo I, pp. 125-127: «Ce travail (...) met en relief les données les plus remarquables, et contient en outre de courtes observations qui font entrevoir les conséquences que l'on peut tirer des chiffres qui sont présentés; il s'agit, dans ce petit livre, d'arithmétique politique et industrielle, mais c'est de l'arithmétique raisonnée, la seule qui convienne à des économistes (...). Les économistes pratiques doivent faire des vœux pour que le succès de son petit livre l'encourage à publier dès les premiers mois de l'année qui va commencer, un annuaire semblable sur 1841».

²¹ F. S. Constâncio, *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa*, 1836, entrada 'economia', p. 437.

²² O pensamento económico e social de Constâncio mereceu curtas referências e registos nas seguintes obras: Amzalak, Moses B., *A economia política em Portugal: Francisco Solano Constâncio e os seus estudos de economia política*, Lisboa: ed. autor, 1923. Amzalak, Moses B., *Os economistas clássicos britânicos e os seus tradutores portugueses*, Lisboa: ed. autor, 1937. Amzalak, Moses B., *Francisco Solano Constâncio e o economista inglês William Godwin*, Lisboa: ed. autor, 1940. Amzalak, Moses B., *Francisco Solano Constâncio e os economistas clássicos britânicos*, Porto: ed. autor, 1942. Castro, Armando, *O pensamento económico no Portugal moderno*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980, pp. 76-80. Laranjo, José Frederico, *Economistas Portugueses*, Lisboa: Guimarães & C^a Editores, 1976, pp. 81-89 (1^a edição: 1881-4). Sousa, A. Marnoco, *Economia Nacional. Preleções feitas ao curso do segundo ano jurídico de 1908-1909*, Coimbra: França Amado, Editor, 1909, pp. 87-89.

Letras. Porém, em momento anterior observa-se já uma pioneira reflexão anunciadora da aquisição de um elemento formativo fulcral no seu discurso económico: a importância das condicionantes de ordem nacional e social que relativizam o alcance das leis abstractas da economia política. Com efeito, é num texto publicado no *Observador Lusitano* em 1815 que, dando sequência à recensão crítica de um folheto de Sismondi sobre tráfico de escravos, Solano Constâncio se refere de forma inequívoca aos «princípios gerais de economia política, os quais se bem que admitidos pela maior parte dos autores modernos me não parecem demonstrados, e antes julgo que são sujeitos a não poucas excepções e modificações»²³. Que excepções e modificações são essas?

Em primeiro lugar as que se referem à necessidade de limitar a validade dos princípios da livre concorrência no comércio internacional, tendo em atenção o propósito de protecção do desenvolvimento económico interno: «Enquanto me não provarem o contrário, sustentarei acerrimamente que mais vale produzir com mais despesa e menor lucro, cada um na sua pátria, os géneros ou fazendas necessárias ao seu consumo do que, a troco de uma economia momentânea, precária, e sujeita a tornar-se com o tempo em carestia pelas medidas dos mais governos, fazer-se uma nação dependente das outras, quando tem a bem fundada esperança de poder com o tempo, e com o progresso das artes e uma estrita economia, vir a baixar o preço dos géneros, que forçosamente nos princípios não podem ser nem tão perfeitos nem tão baratos como o devem vir a ser pelos efeitos da experiência e da rivalidade dos estabelecimentos que pelo tempo adiante se irão criando»²⁴. Donde se depreende que o protecçãoismo não é um fim em si mesmo, mas antes um meio temporário que favorece o progresso económico à escala nacional.

Um segundo tipo de excepções e modificações diz respeito às desigualdades sociais originadas por um sistema económico em que «os jornais do trabalhador e dos oficiais empregados nas fábricas são mais inferiores ao que pediria o preço dos géneros de primeira necessidade. Isto procede da cobiça dos grandes proprietários (...): assim conseguem lucros consideráveis à custa da saúde e da vida dos desgraçados instru-

Para uma abordagem mais desenvolvida, para além das já referidas obras de Albert Silbert e de Maria Leonor Machado de Sousa, cf.: Almodovar, António, *A institucionalização da economia política clássica em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp. 100-116. Cardoso, José Luís, «Francisco Solano Constâncio e a polémica entre Malthus e Say», in A. Almodovar (ed.), *Estudos sobre o Pensamento Económico em Portugal*, Porto: Faculdade de Economia, 1990, pp. 67-82. Sá, Victor, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa: Seara Nova, 1974 (2ª edição), pp. 167-87.

²³ *O Observador Lusitano em Paris*, «Revista crítica: De l'intérêt de la France à l'égard de la traite des nègres, par Simonide de Sismondi», p. 65.

²⁴ *Ibid.*, p. 71.

mentos da sua prosperidade, cuja sorte é muito pior que a dos negros das colónias²⁵. A análise destes temas virá a ser posteriormente enriquecida pelo autor - como veremos adiante - mas julgamos indispensável chamar desde já a atenção para esta sua primitiva sensibilidade para com os problemas sociais associados ao processo de crescimento económico.

É também nos textos do *Observador Lusitano* que se revela uma primeira aproximação ao estudo dos problemas da realidade económica portuguesa, numa perspectiva de entendimento da sua especificidade e de ponderação da necessidade da sua reforma. Essa aproximação irá manifestar-se nos *Anais* de modo mais sistemático e coerente, juntando-lhe o autor um enquadramento teórico e uma vigilância metodológica até então inexistentes. Os artigos dos *Anais* que melhor reflectem tal preocupação com a realidade nacional são as recensões às obras de José Acúrsio das Neves²⁶ e de António Maximino Dulac²⁷, nas quais se apresentam reflexões e orientações de política económica que contrastam com os cânones prevaletentes na escola clássica da economia política, favoráveis a processos de liberalização do comércio externo que não levavam em devida conta as consequências desiguais para as nações envolvidas e que eram decorrentes de diferentes níveis de desenvolvimento e de riqueza. Na análise que faz sobre o livro de Dulac, Solano Constâncio toma como pretexto a Carta Régia de 1810 e as ideias de liberalização económica que lhe eram subjacentes para reafirmar um conjunto de princípios que, em sua opinião, deveriam orientar a acção do governo com o objectivo de garantir uma eficaz protecção da indústria nacional. A ideia básica é a de que a protecção a ser concedida pelo Estado (através de uma política alfandegária restritiva ou de incentivos e privilégios ao sector manufactureiro) não poderia constituir um fim em si mesmo nem ter uma duração ilimitada, mas, pelo contrário, apenas deveria manter-se enquanto permanecesse a expectativa de que os seus resultados seriam benéficos para o país que adoptasse tais medidas de precaução.

É esta mesma ideia que se manifesta na longuíssima apreciação que lhe merece a obra de Chaptal sobre a indústria francesa, dizendo o autor que: «em matéria de alfândegas não há princípios gerais, e todas as disposições devem ser calculadas segundo o estado comparativo da indústria, as precisões do consumidor, as circunstâncias particulares em que se acha cada nação, o grau de prosperidade a que têm chegado os seus estabelecimentos manufactureiros, e a probabilidade do seu futuro progresso²⁸. Nesta e noutras passagens segue de perto o químico e

²⁵ *Ibid.*, p. 72.

²⁶ *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, "Variedades sobre Objectos", pp. 100-105.

²⁷ *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, "Vozes dos Leais Portugueses", pp. 204-211.

²⁸ *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, "De l'Industrie Française", p. 144.

político francês, para quem era essencial saber dosear as vantagens comparativas da doutrina do livrecâmbio com as necessidades históricas e reais do protecçionismo²⁹.

O cuidado com que Solano Constâncio relativiza a adopção de princípios abstractos às circunstâncias nacionais concretas - por palavras suas: «verificar a verdade dos princípios de economia política, e conhecer as modificações que a execução prática deles exige em cada país»³⁰, ou ainda: «a economia política é uma ciência, não de abstracções, mas sim uma ciência prática, cujos princípios não podem ser apreciados de uma maneira absoluta, mas unicamente segundo o estado de cada nação relativamente às outras»³¹ - é um elemento distintivo que os seus textos posteriores irão permanentemente revelar e aprofundar. Sobretudo quando estava em causa a discussão do problema das relações comerciais entre países, problema esse que lhe mereceu a inclusão do seguinte sugestivo comentário num dos seus últimos escritos: «em matéria de liberdade de comércio, um grama de experiência vale mais do que uma tonelada de teoria»³².

O relevo dado à experiência como factor de conhecimento e critério de acção corresponde fielmente às orientações empiristas e indutivas que considerava serem mais adequadas ao desenvolvimento científico. Neste contexto, merece destaque o modo como eleva as virtudes do trabalho estatístico³³, o seu apego à lógica dos números³⁴ e, sobretudo, o entusiasmo com que saúda a publicação do *Cours de Philosophie Positive* de A. Comte, aderindo de imediato aos preceitos básicos do positivismo³⁵. No entanto, a preferência por procedimentos indutivos e a concepção de que as leis derivam da regularidade de fenómenos observados, não significou, de modo algum, descuido ou ignorância no plano teórico. Poderemos até considerar que foi a sua experiência concreta no exercício de análise dos princípios de econo-

²⁹ Sobre a influência de Chaptal na formação do pensamento económico de Solano Constâncio, cf. Almodovar, António, *A institucionalização da economia política clássica em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp. 107-116.

³⁰ *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, "De l'Industrie Française", p. 106.

³¹ *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, "Vozes dos Leais Portugueses", p. 208.

³² *Esprit des Revues Anglaises*, "Du budget et de la dissolution du Parlement", p. 338.

³³ Cf. sobretudo *Armazém dos Conhecimentos Úteis*, "Considerações sobre a estatística", p. 271.

³⁴ «A lógica dos números é irresistível; quando sabemos interrogá-los, podemos facilmente a partir deles deduzir o estado de progresso ou de declínio de uma nação, medir os seus recursos durante a paz, e calcular as suas possibilidades de sucesso e os riscos que ameaçam a sua força e o seu comércio em caso de guerra». *La Grande-Bretagne en 1841*, p. 385.

³⁵ Cf. *Esprit des Revues Anglaises*, "La philosophie des sciences inductives", p. 367. Saliente-se que o *Cours de Philosophie Positive* de A. Comte foi publicado entre 1830 e 1842, em seis volumes separados, o que significa que a adesão de Solano Constâncio a este novíssimo movimento filosófico se processou antes de concluir a publicação da obra que constitui a referência fundadora do pensamento positivista.

mia política, esse seu saber de experiência feito, que lhe permitiu uma gradual tomada de consciência sobre a fragilidade de um universo teórico que não agradava a quem procurava utilizá-lo como instrumento da acção e da arte de bem governar um país, em condições geográficas, históricas, culturais e institucionais determinadas. Ou seja, foi o próprio interesse teórico de Solano Constâncio pela economia política que lhe possibilitou a formação de uma visão crítica, heterodoxa e desencantada sobre as virtudes dessa nova ciência. O aprendiz de feiticeiro desfez-se a pouco e pouco do feitiço e transformou-se em cínico advogado do diabo. Vejamos como se processou esse trajecto.

Uma sólida aprendizagem teórica no domínio da economia política foi certamente proporcionada pela tradução que efectuou, de inglês para francês, de duas das mais importantes obras da escola clássica: os *Principles of Political Economy and Taxation* de David Ricardo e os *Principles of Political Economy* de Thomas R. Malthus. Relativamente à primeira destas traduções³⁶, Solano Constâncio contou com a preciosa colaboração do seu amigo Jean-Baptiste Say que enriqueceu a edição com algumas notas explicativas e críticas, em particular sobre aspectos da teoria ricardiana do valor-trabalho e da renda diferencial. Quanto à obra de Malthus, foi o próprio tradutor que se encarregou de acrescentar um preâmbulo e diversas notas, através das quais se contradizem ou rebatem argumentos que o tradutor considerava menos apropriados³⁷. Esta interferência directa do tradutor no texto é reveladora de uma prática corrente na época e de uma atitude instrumental relativamente ao tema ou autor que é objecto de tradução. Aliás, é o próprio Constâncio que no preâmbulo desta edição declara que a sua oportunidade se justificaria pela necessidade de coligir novos argumentos para rebater algumas teses de Ricardo, como já o fizera Say nas suas notas à tradução francesa. Mas o alvo da sua investida acaba por ser o próprio Malthus, sobretudo pelas implicações políticas e sociais das suas teses e soluções sobre as situações de crise motivadas por um excesso de oferta de produtos no mercado. É compreensível que assim fosse: Malthus provocava em muitos críticos contemporâneos uma animosidade primária que era suscitada, quer pela sua nem sempre bem compreen-

³⁶ A propósito desta tradução publicada em 1819, isto é, dois anos depois da sua 1ª edição inglesa, refira-se que o texto de Constâncio manteve-se praticamente inalterado e serviu de base às sucessivas edições que esta obra teve em França, até muito recentemente. De facto, só em 1992 foi publicada uma nova tradução (Paris, Flammarion) preparada por um grupo de historiadores do pensamento económico da Universidade de Lille. No prefácio a esta edição referem expressamente essa dívida para com o português Constâncio e atestam a qualidade global do seu trabalho, não obstante algumas imprecisões de linguagem ou simples gralhas que foram sendo reproduzidas durante mais de 170 anos!

³⁷ Dada a extensão e interesse da maior parte desses esclarecimentos pontuais, inclui-se na presente edição o texto das notas do tradutor português. Cf. *infra*, pp. 223-242.

didá conceção sobre o crescimento demográfico, quer pela sua defesa intransigente dos interesses económicos e sociais da classe dos grandes proprietários de terras. O português Solano Constâncio não escapou a esse magnetismo anti-malthusiano, o que aliás viria a demonstrar traduzindo para francês um dos diversos livros na época publicados contra o sistema de Malthus, da autoria de W. Godwin³⁸. Sobre esta obra viria ainda a escrever um artigo onde expôs minuciosamente e denunciou o «charlatanismo matemático com que Malthus soube envolver as proposições as mais absurdas e detestáveis»³⁹.

Mas é igualmente interessante observar que, ao criticar Malthus, Solano Constâncio acaba por se envolver numa polémica de grande importância para o desenvolvimento do raciocínio económico da escola clássica: o debate acerca do significado e validade da lei dos mercados de Say⁴⁰. De forma necessariamente resumida, diremos que este debate pôs em confronto duas posições distintas sobre a possibilidade de ocorrência de crises económicas que consistiam numa oferta excedentária de produtos. De um lado, autores como James Mill, David Ricardo e, sobretudo, Jean-Baptiste Say, que advogavam a ideia de que tais crises teriam sempre natureza passageira e sectorial, que a oferta de produtos no mercado pressuporia sempre a existência de uma procura por parte de quem se dispõe a produzir para o mercado («todos os produtos se trocam por outros produtos», «toda a oferta cria a sua própria procura»), que a procura e a oferta agregadas tenderiam para uma solução de equilíbrio global correspondente a uma plena utilização dos factores produtivos disponíveis num dado momento. Contrariamente a esta visão, autores como Lauderdale, Sismondi e, sobretudo, Malthus, consideravam que a permanência das crises de sobreprodução desafiava o optimismo da lei dos mercados e que a explicação para a ocorrência de tais desequilíbrios residiria na insuficiência da procura de bens de consumo, pelo que caberia aos grupos sociais de maiores rendimentos canalizarem as suas despesas para gastos supérfluos e suntuários que permitissem o escoamento da oferta global excedentária.

A posição que Solano Constâncio vai assumir neste debate reveste uma certa ambiguidade⁴¹. Com efeito, duma leitura sumária dos textos

³⁸ *Recherches sur la Population et sur la Faculté d'Accroissement de l'Espèce Humaine*, 1821. Também neste livro Solano Constâncio acrescentou algumas notas de sua lavra que são incluídas no Apêndice desta edição, pp. 408-409.

³⁹ *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, "An inquiry concerning population", p. 190.

⁴⁰ Cf. os artigos publicados nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, intitulados "Reflexões acerca de algumas questões relativas à economia política", pp. 150-158, e "Letras à M. Malthus, sobre diversos assuntos de economia política", pp. 159-170.

⁴¹ Este tema foi por nós abordado de forma mais desenvolvida no texto "Francisco Solano Constâncio e a polémica entre Malthus e Say", in A. Almodovar (ed.), *Estudos sobre o Pensamento Económico em Portugal*, Porto: Faculdade de Economia, 1990, pp. 67-82.

que publicou nos *Anais* resulta uma imagem de forte discordância em relação a Malthus, muito especialmente no que se refere às recomendações de política económica e social que envolveriam um agravamento das já de si funestas desigualdades sociais preexistentes. O conhecimento pessoal entre Solano Constâncio e Say constituía um factor adicional decisivo para a opção pública e declarada que o redactor dos *Anais* poderia neste debate assumir. Todavia, uma análise da substância dos argumentos do autor português revela um certo distanciamento teórico relativamente à pureza da lei dos mercados de Say e, bem vistas as coisas, uma certa concordância com as críticas que lhe haviam sido desferidas por Sismondi e Malthus. É essa a impressão que resulta quando se lêem passagens como as que a seguir se transcrevem:

«Em tese geral, e supondo que não existem entre as nações estorvos à produção e ao comércio, os produtos de todos os países em comunicação habitual recíproca se equilibrariam, não podendo haver mais do que desigualdades passageiras e de pouca dura(...). Por nossa desventura, é certo que não vivemos num mundo tal como o acabamos de o imaginar»⁴².

«Quando M. Say diz que a produção determina a produção, expõe um princípio geral, o qual para se aplicar à prática precisa ser modificado. É necessário juntar a esta proposição a cláusula seguinte. A criação de um produto determina a produção de outro ou de outros equivalentes, quando todos são adaptados ao uso dos produtores respectivos»⁴³.

Através destas e de muitas outras expressões de discordância matizada, Solano Constâncio acaba por reconhecer os méritos da crítica de Malthus e de demonstrar a sua concordância implícita com o posicionamento crítico do reverendo inglês perante o estabelecimento de princípios de validade universal. Por isso diz que: «O seu objecto é fazer ver que para pôr em prática os preceitos desta ciência, é preciso não adoptar regras gerais sem consultar a experiência, e ainda menos fazer delas aplicação à prática sem atender às circunstâncias particulares do que se tiver em vista. Toda a sua obra tende a provar que a economia política é uma ciência de proporções, e que nela não há verdades práticas absolutas»⁴⁴.

Ciência de proporções, diz Constâncio em elogio a Malthus. Ora, é justamente esse permanente alerta imposto pela observação das circunstâncias próprias de cada país que obriga Solano Constâncio a afastar-se de um discurso abstracto de economia política, do qual começou

⁴² *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, «Lettres à M. Malthus, sobre diversos assuntos de economia política», p. 160.

⁴³ *Ibid.*, p. 166.

⁴⁴ *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, «Reflexões acerca de algumas questões relativas à economia política», p. 152.

por ser divulgador interessado para passar a ser crítico militante. O principal veículo dessa atitude crítica foi Sismondi que partilhava com Malthus uma idêntica oposição à lei dos mercados de Say, mas que dele diferia profundamente quer no diagnóstico quer nas soluções que preconizava para a saída das crises de sobreprodução. O autor português colheu em Sismondi inspiração para o inventário dos problemas com que se defrontava a economia britânica, designadamente quando se refere à concentração da propriedade, ao escasso número de rendeiros, à pesada estrutura de tributação, ao nível baixo de salários e à enorme massa humana de «proletários que não possuem mais que o seu trabalho»⁴⁵ e que eram arrastados para situações de miséria crescente. Para Sismondi, cujas teses Solano Constâncio toma de empréstimo, a estrutura social e institucional inerente ao desenvolvimento do sistema industrial capitalista apresentava inúmeras deficiências e era marcada por um constante agravamento do fosso entre classes sociais que só poderia ser atenuado através de uma melhor e mais justa repartição da propriedade. Por isso considera que «a menor desigualdade possível na participação dos bens e na parte dos sacrifícios, é ou deve ser o objecto de todas as instituições políticas na sua primeira criação»⁴⁶; ou ainda que: «um Estado é tanto mais feliz e poderoso, quanto maior é nele o número de proprietários, ou o que vem a ser o mesmo, quanto menos concentrada está a propriedade nas mãos de poucos»⁴⁷. Por esta via, começa a esboçar-se uma consistente argumentação em favor de um modelo de sociedade assente num regime de pequena propriedade e ganha crescente credibilidade a denúncia que Solano Constâncio faz da situação social existente e da ciência que contribua para a sua legitimação.

Recapitulando este trajecto crítico pelas sendas da economia política, verifica-se um progressivo afastamento do modelo abstracto desenvolvido pela escola clássica, em virtude de uma gradual tomada de consciência de que as leis universais da economia política não possibilitavam uma correcta apreciação de duas questões centrais para a compreensão das realidades económicas concretas: a questão nacional e a questão social. Nessa tomada de consciência participaram os próprios autores que introduziram Solano Constâncio na leitura e tradução do discurso económico (Ricardo, Malthus e Say). Mas a sua assimilação originou uma espécie de efeito perverso em que o objecto do desejo se transforma em pretexto de denúncia. Por isso, acabou por acolher os ensinamentos de quem lhe proporcionava os instrumentos de tal denúncia (Acúrsio, Dulac, Chaptal, Sismondi), ou seja, de quem aler-

⁴⁵ *Ibid.*, p. 156.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 151.

⁴⁷ *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, "Lettres à M. Malthus, sobre diversos assuntos de economia política", p. 170.

tava para implicações de política económica e social que exigiam uma judiciosa e hábil ponderação de “proporções” de âmbito nacional e social. Proporções essas que, recorde-se, tinham sido embrionariamente enunciadas no texto emblemático de 1815 publicado no *Observador Lusitano em Paris*.

A dimensão crítica da economia política patente nos textos que Solano Constâncio publicou nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* não cessou de se desenvolver pelo facto de ter interrompido durante cerca de quatro anos (de 1823 a 1826) as suas funções de divulgador e publicista económico, a fim de cumprir uma curta missão diplomática e de exercer alguma prática médica nos Estados Unidos. De facto, julgamos lícito admitir que a sua estadia americana desempenhou um papel fundamental na consolidação dos seus argumentos favoráveis à protecção da indústria nascente e ao desenvolvimento económico nacional, graças ao contacto directo com os debates públicos sobre idênticas matérias que, nesse preciso momento da sua estadia, se iniciaram nos Estados Unidos. Os seus créditos para com autores como Franklin, Hamilton e M. Carey, são expressamente reconhecidos em textos que publica após o seu regresso à Europa; e não deixa de ser curioso e sintomático o facto de, em 1838, recuperar e legitimar os argumentos proteccionistas presentes na literatura mercantilista, da qual transcreve na íntegra um importante texto programático de Alexandre de Gusmão, escrito cerca de cem anos antes⁴⁸, e que publica lado a lado com algumas máximas de Mathew Carey sobre medidas de protecção da indústria nacional.

A reconstituição destas influências permite-nos estabelecer um curioso paralelismo com a formação do pensamento económico do autor alemão Friedrich List, protagonista central da crítica ao cosmopolitismo da escola clássica e defensor intransigente de um sistema nacional de economia política, que também permaneceu por terras americanas entre os anos de 1825 e 1832⁴⁹. A este trajecto comum correspondeu uma idêntica assimilação e uso das influências da literatura económica proteccionista americana, com uma chamada de atenção pioneira por parte do autor português, mas com uma indiscutivelmente maior capacidade de desenvolvimento, sistematização e aplicação concreta às necessidades específicas do seu país por parte do autor alemão. Constâncio e List beberam na mesma fonte; mas é de elementar justiça reco-

⁴⁸ *Armazém dos Conhecimentos Úteis*, “Da balança do comércio”, p. 306. Cf. tb. *ibid*, “Études sur la richesse des nations”, p. 284, e *Esprit des Revues Anglaises*, “Report on import duties”, p. 324.

⁴⁹ Sobre a importância da estadia americana de List na formação do seu pensamento, contrariando a ideia de que as suas principais influências se encontrariam na Alemanha (Adam Muller) e França (o já nosso conhecido Chaptal), cf. Keith Tribe, *Strategies of Economic Order. German Economic Discourse 1750-1950*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 32-65.

nhecer que, no caso do redactor dos *Anais*, essa fonte constituiu uma etapa num percurso que havia sido iniciado alguns anos antes.

Poucos meses depois do seu regresso a Paris, no ano de 1826, Solano Constâncio publica nos *Novos Anais das Ciências e das Artes* uma recensão sobre a mais importante obra de Sismondi⁵⁰, na qual regressa ao debate que havia deixado em suspenso através dos artigos dos "velhos" *Anais*. Para além de uma maior clareza expositiva sobre o significado da lei dos mercados de Say e sobre a crítica que lhe moveu Sismondi, este artigo possui o enorme mérito de revelar o sentido mais apurado dos seus diagnósticos sociais e o teor mais radicalizado das suas propostas de regeneração.

Merece ainda destaque uma referência específica ao funcionamento do mercado de trabalho, através da qual demonstra uma avançada sensibilidade para com um tipo de abordagem (muito pouco usual na época) em que a oferta de trabalho é vista como resultado de uma avaliação individual que envolve a comparação entre a utilidade do trabalho medida pelo salário correspondente e a desutilidade associada à prestação desse mesmo trabalho, ou seja, o custo de oportunidade resultante de não optar por outra ocupação do tempo. E desta análise conclui que o acréscimo de actividade é o resultado de uma escolha racional da inteligência humana, considerando que: «Logo concebe-se muito bem, que, segundo o estado dos nossos conhecimentos, possamos achar-nos numa situação tal, que não se apresente um novo emprego proveitoso da nossa potência. Não dissemos um emprego qualquer, mas somente um emprego proveitoso: cada leitor é juiz do sentido desta palavra, o qual depende, como já mostrámos, da comparação, que se faz no espírito do homem entre a recompensa futura, e o trabalho presente»⁵¹.

Ao debruçar-se sobre as questões sociais relacionadas com a ocorrência das crises comerciais, a influência de Sismondi vai-se tornando cada vez mais acentuada, alinhando Solano Constâncio pela cadência crítica característica do embrionário pensamento socialista emergente na literatura económica da época⁵². Tal orientação doutrinal é bem visível nos textos de teor mais programático incluídos no *Armazém dos Conhecimentos Úteis*, sempre que o autor se refere às causas da crise e estagnação económica e da miséria crescente de uma vasta camada da população. Mantendo-se fiel ao diagnóstico que fizera nos artigos dos *Anais* de 1820 e 1821, insiste em denunciar o regime de propriedade e

⁵⁰ *Novos Anais das Ciências e das Artes*, "Novos princípios de economia política, por S. Sismondi", pp. 250-268.

⁵¹ *Ibid.*, p. 266.

⁵² Sobre esta matéria cf. Victor de Sá, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa: Seara Nova, 1974 (2ª edição), pp.164-173.

consequente concentração dos principais meios de obtenção de riqueza como os principais factores da desigualdade e injustiça reinantes. Para além destes, considera ainda o efeito nefasto de um sistema que garante e protege a riqueza transmitida por herança.

Tendo em atenção estes pressupostos de análise, as suas propostas de solução alternativa orientam-se em torno de duas ideias fundamentais. Por um lado, mediante a aplicação de uma política fiscal correctora e niveladora, designadamente através de um aumento da tributação sobre o consumo de bens de luxo e de um agravamento do imposto sucessório, a que faz alusão implícita na interrogação que finaliza o seguinte excerto: «Ora é evidente que, sendo a distribuição dos produtos do solo e da indústria fabril o mais equitável possível, maior será o consumo. E para que todos possam adquirir os objectos necessários, úteis ou agradáveis, é forçoso que possuam os meios de os obter dando em troca o equivalente. Para que isto se possa verificar é indispensável que ninguém seja ocioso, e que cada um coopere, por indústria corporal ou intelectual, à massa dos produtos que constituem a riqueza nacional. Mas como se efectuará isto se a legislação não obstar à acumulação da riqueza transmitida por herança ou de outra maneira?»⁵³. Por outro lado, através da constituição de associações cooperativas de industriais e trabalhadores que consubstanciassem uma pulverização de capitais distribuídos por uma vasta camada da população e que garantissem uma melhor repartição dos lucros, contrariando assim a tendência para a formação de uma todo-poderosa oligarquia industrial e financeira. Assim, refere que «uma vez que se reconheça a verdade do princípio que uma sociedade pode fazer os mais agigantados progressos em indústria não existindo nela grandes fortunas individuais, está resolvido o problema da igualdade de meios, de posses, de condição e de direitos sociais»⁵⁴.

Neste contexto, elogia as experiências associativas preconizadas por Robert Owen, aderindo o autor português a um certo tipo de visão generosa e utópica sobre o modelo de organização social mais compatível com os ideais de realização da felicidade humana. Todavia, não alimenta grandes ilusões sobre a exequibilidade dessas experiências e demonstra a sua preferência por soluções mais radicais, conforme claramente enuncia na seguinte passagem: «Tais projectos por sua natureza encontram definidos obstáculos nos hábitos e interesses da população, e é quase impossível poderem adquirir consistência bastante para servirem de norma. O mal não admite paliativos, e só uma nova organização social pode curá-lo. Esta revolução cedo ou tarde se operará por meios que é impossível prever. Quando estiver efectuada constituirá a época a mais importante do progresso da civilização. Quando, em vir-

⁵³ *Armazém dos Conhecimentos Úteis*, "Da ciência social", p. 292.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 294.

tude desta reconstituição da sociedade, as nações forem governadas unicamente segundo os interesses da comunidade, então será fundado o verdadeiro sistema de economia política, e cessarão as frívolas disputas especulativas dos autores das diversas escolas⁵⁵.

Um aspecto interessante na evolução do pensamento económico e social de Solano Constâncio é o que se refere ao acompanhamento cada vez mais atento que faz da situação dos grupos sociais mais desfavorecidos e que mais directamente sofriam as consequências negativas do desenvolvimento industrial. Trata-se de um tema sobre o qual se debruça desde os *Anais*, mas ao qual confere uma acrescida importância nas últimas publicações periódicas que editou, especialmente no *Esprit des Revues Anglaises*. Das suas reflexões sobressai a forma veemente como demonstra o desagrado e desencanto pela situação de penúria e miséria dos operários industriais. E é interessante verificar a convicção com que afirma que tal sistema irá «infalivelmente conduzir à ruína dos exploradores das classes trabalhadoras», ou que «será impossível que um povo cada vez mais esclarecido sobre os seus direitos e sobre os vícios da actual organização anti-social consinta em trabalhar para enriquecer os seus opressores»⁵⁶. Convirá ter presente que Solano Constâncio escreve estas palavras no ano de 1841, ou seja, sete anos antes da publicação do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels que vulgarizou a ideia da inevitabilidade de uma revolução social conduzida pela classe oprimida na sociedade capitalista. A sua mundividência doutrinal é atravessada pela influência determinante de Sismondi, mas também pelo contacto e conhecimento da literatura económica e social da época, quer através dos relatórios de inquéritos às condições de vida das classes trabalhadoras na Inglaterra e em França, quer através de textos de teor mais programático oriundos de autores socialistas de inspiração ricardiana ou owenista. Curiosamente, refira-se que Solano Constâncio nunca cita nem implicitamente se refere à obra de Saint-Simon, apesar de muitas vezes circundar o perímetro doutrinal do socialismo industrialista advogado por este autor.

Relativamente à análise dos factores ou circunstâncias que estariam na origem do sistema que vitimava de forma crescente as classes trabalhadoras, os seus escritos revelam uma coerente identificação dos factores de natureza social: desigualdade na repartição da propriedade, do capital e do rendimento. Esta atitude contrasta com a posição vulgar na época de se considerar que as situações de pobreza e de miséria resultavam do desemprego tecnológico associado à introdução de máquinas. É certo que também Constâncio admite que o acréscimo do poder pro-

⁵⁵ Cf. *Ibid.*, p. 296 e tb. *Esprit des Revues Anglaises*, "Enquête sur la condition des ouvriers", p. 373.

⁵⁶ *Esprit des Revues Anglaises*, "Du budget et de la dissolution du Parlement", pp. 339-340.

ditivo provocado pelo progresso técnico origina uma produção desenfreada com o fito exclusivo de se valorizar o capital fixo empregue em proporções cada vez maiores. Mas isso não o levou a condenar as máquinas em si mesmas e, por conseguinte, criticou autores como Sismondi por incorrerem no erro de «atribuírem o estado miserável da grande massa dos trabalhadores e operários, à introdução dos maquinismos que poupam a mão-de-obra e fabricam com mais perfeição. É erro manifesto, e a supressão das máquinas seria uma das maiores calamidades para as nações que as empregam»⁵⁷.

A sua tomada de consciência sobre as vantagens e desvantagens inerentes ao processo de desenvolvimento do sistema industrial foi certamente fortalecida pelo conhecimento mais aprofundado que pôde fazer sobre a evolução económica e social em Inglaterra que, no início da década de 1840, era o país que melhores oportunidades oferecia para tal estudo. É justamente essa informação e esse conhecimento que servem de base à preparação das últimas publicações periódicas de sua autoria.

Para Solano Constâncio, falar das desvantagens do sistema industrial era um convite a fundamentar o ódio de estimação que nutria pela sociedade britânica, desde a sua precipitada saída de Edimburgo no longínquo ano de 1797. Esse estranho anátema marcou irreversivelmente a sua atitude de reserva mental, originando reacções e comentários emotivos que por vezes revestiram feição de caricatura. Por conseguinte, a sua maledicência deverá ser encarada para além da superficialidade de uma acusação imediata que visa atingir a substância do modelo de organização económica e social de que a Inglaterra servia de exemplo. Quer isto dizer que as suas referências ao sistema de administração de justiça, ao sistema de ensino, ao modelo de organização industrial, ou ao regime de propriedade praticados e existentes em Inglaterra, funcionam como pretexto para o estudo de problemas que interessam à generalidade do continente europeu. Se assim não fosse, e se a sociedade e cultura britânicas não suscitassem em Solano Constâncio a atracção e o fascínio próprios de quem está atento ao pulsar dos sinais da modernidade, para quê editar em língua francesa um digesto de revistas inglesas ou um registo de informação relevante sobre a vida económica do outro lado da Mancha? Se alguma dúvida restasse, a derradeira prova dessa admiração sublimada por algumas das vantagens ou prerrogativas do modelo de desenvolvimento inglês seria dada pela leitura da última gazeta informativa editada por Constâncio. E veja-se, por exemplo, como aí se refere ao progresso do sistema de transportes ferroviários e ao seu papel no desenvolvimento do sistema produtivo e na melhoria de funcionamento do mercado interno⁵⁸.

⁵⁷ *Armazém dos Conhecimentos Úteis*, "Études sur l'économie politique de Sismondi", p. 316.

⁵⁸ *La Grande-Bretagne en 1840*, pp. 389-390.

Recapitulando as linhas gerais deste breve trajecto pela obra de Francisco Solano Constâncio, podemos pois concluir que as suas reflexões no domínio económico e social foram introduzidas por um primeiro contacto com a nova ciência da economia política que, todavia, nunca chegou a materializar-se numa adesão incondicional. Independentemente da sua actividade como tradutor e como publicista divulgador, Solano Constâncio foi-se gradualmente distanciando de um modelo doutrinal e analítico que estava longe da suposta universalidade advogada pelos seus mais zelosos paladinos. Os cânones da economia política clássica acomodavam-se muito dificilmente à incorporação de dois elementos que viriam a revelar-se fulcrais na estrutura de pensamento do autor português: os problemas específicos das realidades económicas nacionais concretas e as consequências e implicações sociais do processo de crescimento económico, sobretudo no sector industrial.

A heterodoxia de Solano Constâncio, aliada a uma astuta percepção e a uma oportuna intuição de problemas que careciam de esclarecimento analítico, conduziram-no a abordagens onde se vislumbram rasgos inovadores. As suas leituras inspiravam-lhe interpretações que, por vezes, transcendiam a matéria lida. Foi assim, por exemplo, que as influências de Sismondi e de Owen foram suplantadas pela forma como concebeu o limite de resistência das classes sociais mais desfavorecidas. E foi assim, também, que a sua leitura de obras sobre a condição social da mulher o levou a pisar o terreno virgem da emancipação feminina e a expressar propósitos firmes de defesa dos direitos cívicos e políticos das mulheres⁵⁹.

Por tudo isto, a obra de Francisco Solano Constâncio merece uma renovada atenção e um novo olhar crítico, que esperamos que a presente edição possa proporcionar e incentivar. Apesar de os seus escritos não serem privilegiadamente dedicados ao estudo da realidade económica portuguesa, apesar de ter vivido fora do país natal durante a maior parte da sua vida, foi a pensar na educação e formação da opinião pública portuguesa que desenvolveu uma intensa actividade de difusão de ideias, de selecção de leituras, de armazenagem de saberes, de promoção de um mais estreito contacto com a cultura científica europeia. A sua contribuição para a divulgação crítica da economia política no espaço europeu foi apreciável - quer pelas traduções que efectuou, quer pela forma activa como participou em alguns debates teóricos relevantes - sobretudo se tivermos em atenção que essa foi apenas uma das suas múltiplas facetas de intelectual e homem público, cosmopolista e errante. Nessa medida, o alcance da sua obra ultrapassa os limites estreitos do pensamento económico português e projecta-se, com pleno direito e carta de cidadania, no horizonte mais amplo do conhecimento das contribuições da escola clássica da economia política e dos seus críticos.

⁵⁹ *Esprit des Revues Anglaises*, "De la condition sociale de la femme", pp. 327-329.

3. Esclarecimento sobre a presente edição

A presente edição de *Leituras e Ensaios de Economia Política (1808-1842)* de Francisco Solano Constâncio, reúne os seus textos mais significativos sobre matérias de interesse para o estudo do seu pensamento económico. Apesar de alguns dos textos terem sido objecto de reedição relativamente recente⁶⁰, optámos pela sua inclusão nesta nova edição, a fim de proporcionar ao leitor uma apreciação de conjunto da produção científica do autor neste domínio.

A selecção dos textos baseou-se num critério lato de definição de matérias de interesse económico, social e político, um pouco à semelhança do que seria na época em que Solano Constâncio viveu a classificação de assuntos relevantes no vasto campo disciplinar da economia política. Dada a sua especificidade técnica, e dados os limites e contexto da *Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português*, excluiram-se os escritos de teor tecnológico sobre a aplicação de conhecimentos das ciências exactas à economia doméstica e à produção agrícola e industrial. Tendo em atenção a importância atribuída pelo autor à educação como factor de progresso social, seleccionaram-se também os textos onde expõe as suas concepções sobre métodos e conteúdos de ensino.

A sequência de apresentação dos textos é cronológica e a sua ordenação respeita a respectiva ordem de publicação original nas revistas periódicas de que Solano Constâncio foi principal ou exclusivo redactor. Os textos são publicados na língua em que foram pela primeira vez escritos e editados, actualizando-se a ortografia e mantendo-se a pontuação original. A opção de não se traduzirem o texto em inglês e os textos em francês, não decorre apenas do critério de preservação da linguagem e estilos próprios do autor; deve-se também à intenção expressa de proporcionar aos leitores estrangeiros menos familiarizados com a língua portuguesa um contacto com os escritos de Solano Constâncio.

Algumas breves anotações de interesse para a compreensão da sua obra - sem no entanto possuírem estrutura própria que justifique uma inclusão autonomizada, à semelhança dos outros núcleos que compõem a presente edição - são inseridas num Apêndice final.

Seguidamente apresenta-se uma bibliografia de Francisco Solano Constâncio. As obras sobre o autor encontram-se referenciadas nas notas desta introdução. A edição completa-se com os índices onomástico, e temático que figuram no final do volume.

⁶⁰ Quase todos publicados por Maria Leonor Machado de Sousa in *Solano Constâncio: Portugal e o Mundo nos Primeiros Decénios do Século XIX*, Lisboa: Arcádia, 1979.

BIBLIOGRAFIA DE FRANCISCO SOLANO CONSTÂNCIO

1) Edições originais

1796: *The Ghost*. Edinburgh. (Edição de Maria Leonor Machado de Sousa, *The Ghost e Francisco Solano Constâncio*. Lisboa: Universidade Nova, 1979).

1804 (trad.): Benjamim Bell, *Curso completo de cirurgia teórica e prática*. Lisboa: Imprensa de João Rodrigues Neves, 1804, Tomos I a VI.

1808: «On the state of Portugal during the last thirty years», in: *The Monthly Repertory of English Literature (...)*. Paris: Parsons, Galiguari and Co., Volume IV, pp. 213-224 e 302-320.

1809: [Cartas de «Las Casas» sobre a emancipação das colónias espanholas], in: *The Statesman*, 13 de Setembro e 1 de Novembro. (Edição de Maria Leonor Machado de Sousa nas compilações de textos abaixo referenciadas).

1814 (trad. e pref.): *Remonstrances des négociants du Brésil, contre les insultes faites au pavillon portugais, et contre la saisie violente et tyrannique de plusieurs de leurs navires, par les officiers de la marine anglaise, accompagnées d'autres pièces intéressantes*. Paris: Chez Madame Goulet.

1815: *O Observador Lusitano em Paris, ou colecção literária, crítica e comercial*. Paris: P.N. Rougeron.

1818: *Novo dicionário portátil das línguas portuguesa e francesa, recopilado dos melhores lexicógrafos das duas nações*. Paris: J.-P. Aillaud. (3ª e última edição em 1828).

1818-1822: *Anais das ciências, das artes e das letras por uma sociedade de portugueses residentes em Paris*. Paris: A. Bobée. Tomos I a XVI

1819 (trad.): David Ricardo, *Des principes de l'économie politique et de l'impôt*. Paris: J.-P. Aillaud. Tomos I e II.

1820 (trad. e notas): Thomas R. Malthus, *Principes d'économie politique, considérés sous le rapport de leur application pratique*. Paris: J.-P. Aillaud. Tomos I e II.

1821 (trad. e notas): William Godwin, *Recherches sur la population, et sur la faculté d'accroissement de l'espèce humaine*. Paris: J.-P. Aillaud. Tomos I e II.

1827: *Novos anais das ciências e das artes, dedicados aos que falam a língua portuguesa em ambos os hemisférios*. Paris: C. Farey.

1830 (trad.): José Liberato Freire de Carvalho, *Essai historique-politique sur la constitution et le gouvernement du royaume de Portugal*. Paris: Chez Hector Bossange.

1830: *Grammaire portugaise à l'usage des français qui veulent apprendre le portugais*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir.

1831: *Gramática analítica de língua portuguesa, oferecida à mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir.

1832: *Nova gramática da língua francesa, oferecida aos portugueses e brasileiros*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir.

1832: *Novo mestre inglês, ou gramática da língua inglesa, ensinada em 25 lições*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir.

1836: *Novo Dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa, precedido de uma introdução gramatical*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir. (11ª e última edição em 1868).

1838: *Armazém de conhecimentos úteis, nas artes e ofícios; ou coleção de tratados, receitas e invenções de utilidade geral; destinado a promover a agricultura e indústria de Portugal e do Brasil*. Paris: J.-P. Aillaud. (2ª edição truncada em 1855).

1839: *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até à abdicação do Imperador D. Pedro I*. Paris: J.-P. Aillaud. Tomos I e II.

1841: *Esprit des revues anglaises; analyse critique des revues trimestrielles d'Edimbourg et de Londres, paraissant tous les mois*. Paris: Charpentier Libraire-Éditeur.

1841: *La Grande Bretagne en 1840, ou annuaire financier, commercial et statistique du Royaume Uni*. Paris: Charpentier Libraire.

1842: *La Grande Bretagne en 1840 et 1841; annuaire financier, commercial et statistique du Royaume Uni, pour 1842*. Paris: Charpentier Libraire.

2) Compilações de textos

Maria Leonor Machado de Sousa (ed). *Solano Constâncio: Portugal e o Mundo nos Primeiros Décénios do Século XIX*, Lisboa: Arcádia, 1979.

Maria Leonor Machado de Sousa (ed). *Um Ano de Diplomacia Luso-Americana. Francisco Solano Constâncio (1822-1823)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.

ON THE STATE OF PORTUGAL DURING THE LAST THIRTY YEARS^a

To the editor of *The Monthly Repertory of English Literature, Arts, Sciences, etc.*

Sir,

The following sketch of the state of a country little known in Europe, is impartial and unbiased: if you think it deserves a place in your valuable Journal, I mean in a future number to bring it down to the end of the year 1807. Should it meet with the approbation of the public, I may be induced to enter into further details, and to offer some critical remarks upon the most recent travels through that country.

Paris, May 12, 1808

I am, Sir, etc.
D.C.

Although a great number of travels through Portugal have appeared of late, yet none of them presents a satisfactory and correct view of that country. Some of the writers, from ignorance of the language, or from too short a stay, have only given superficial, and often false accounts of things; they had neither means, nor time, to examine; many have written libels from personal motives, which again have prevented others from exposing the causes which have thrown a nation once so flourishing, into a state of the meanest abjection and poverty. The want of agriculture and of internal industry, the unhappy condition of the peasant, have indeed been noticed by all travellers; but for the most part they attributed the misery of the nation to the indolence of its individu-

^a Publicado em: *The Monthly Repertory of English Literature, for April, May, June and July; or an impartial account of all the books relative to Literature, Arts, Sciences, History, Biography, Architecture, Commerce, Chemistry, Physics, Medicine, theatrical productions, poems, novels, etc. together with original communications, literary and philosophical intelligence, proceedings of learned societies, recent geographical discoveries, new patents, etc., etc. forming a valuable selection from the most esteemed English reviews and magazines*, Paris, Parsons, Galiguari and Co., 1808, Volume IV, pp. 213-224 e 302-320.

als, and to the baneful influence of Brazilian gold, which, by enriching the inhabitants, dispensed them from the useful toils of industrious activity. A good observer might have easily convinced himself that the peasant was not idle, and that the pernicious metal seldom found its way into their pockets; its circulation being almost confined to the towns of Lisbon and Oporto. The influence of government was altogether neglected; the nature and effects of political institutions were totally overlooked, and no one thought of comparing Portugal under different administrations.

A nation once so enterprising, so brave, and whose conquests seem almost incredible, had fallen into a state of absolute dependence; she was forced to import three-fourths of the grain consumed in the country, besides many other articles of the first necessity, such as butter, salt-fish, and even live-stock; manufactured goods were imported from England, Germany, Italy, France, etc. while her exportation was almost confined to her wines, salt, and fruits; and had not the immense colonial produce of cotton, sugar, coffee, Brazil-wood, etc. furnished her the means of making returns, she might be exposed to the greatest misery. The interruption of the communications of the Portuguese metropolis with the Brazils, threatened the very existence of the mother-country. Such are the fatal consequences of neglecting the resources of the soil, and of the preference given to external commerce over internal industry.

Before the discovery of America, Portugal with a population not less considerable than at present, produced all that was necessary for the wants of its inhabitants, and furnished the means of making such mighty conquests, maintaining such important settlements, and keeping a very respectable navy. Agriculture and internal industry protected, and greatly encouraged by several of its monarchs, constituted its riches at that period; which it might have always preserved, but for the superstition of a John the third, who established the Inquisition, and banished the Jews; and for a Sebastian, who sacrificed the dearest interests of his subjects in the plains of Africa, to an unjust and fanatical project. The tyrannical government of the Philips, and the incapacity of all the kings of the House of Bragance, down to Joseph, had reduced the Portuguese to be an object of contempt, and surrounding nations looked upon them as little better than their neighbours, the African barbarians. Joseph, or rather Pombal under his name, gave a new life to Portugal; the history of his administration has been written by its admirers, as well as by his detractors; but no impartial historian will refuse him the glory of having roused his country from a state of lethargy and ignorance, into which superstition has plunged it. He curtailed the power of the Inquisition, he maintained against the Pope the rights of the national church; he reformed the university and the public schools, banished from them scholastic pedantry, and corrected many abuses;

he encouraged the arts and sciences, and forced a haughty nobility to form a part of the community, to obey their monarch, and the laws; and he protected, against their insolence, the industrious classes of society, till then looked upon as little better than slaves. He constantly opposed the influence of the English court; he snatched from this ambitious nation a great part of the commerce carried on indirectly with the Portuguese colonies; established many manufactures, the greater part of which he left in a flourishing state; and created national commerce, till then almost exclusively in the hand of foreigners; the Portuguese merchants being so ignorant in arithmetic, geography, and the foreign languages, that any foreigner appeared to them an extraordinary man; he established a school where the elements of commerce were taught, and in a few years the preponderance of foreign merchants began visibly to decay: so it has continued to the present day, the number and wealth of foreign houses diminishing year after year.

The death of Joseph deprived Portugal at once of a good king, and of a great minister, who had the mortification to see, even in his life time, the efforts of his great enemies, the monks and the nobles, who made it their glory to destroy, or at least to subvert, all his plans: they succeeded most completely in their attempts, during the reign of Mary, and the regency of her son.

Mary, whom Pombal had laboured to exclude from the throne by the adoption of the Salique Law, evinced no great resentment against that minister after the death of her father; her excellent heart was a strange to revenge, and had she not been instigated by the bigotry of her uncle, and husband, Peter, and by suggestion of monks and noblemen, she never would have exiled Pombal, and much less have ordered a prosecution to be opened against him. The agents of the nobility, their domestic and adherents, raised such clamours at the very moment of acclamation of the Queen, that a superficial observer might have taken their outcries for the general sense of the nation. Libels appeared in all shapes, as mean and scurrilous as they were unjust; the bust¹ of that great minister was pulled down from the place it occupied under the statue of his royal master, and the general cry seemed to announce that the Portuguese had conquered their liberty and happiness. Many of those who were principal actors in these scenes, cannot now recollect their former errors without blushing.

It must, however, be confessed, that the administration of Pombal was despotic, and often oppressive; his will was law, and his orders, under the name of *Avisos*, signed only by himself, counteracted and even annulled the decisions of the supreme courts of justice. This was a terrible precedent, of which his successors made the most scandalous

¹ When this was related to Pombal, he replied in his dry humour: -They did right, it was a bad likeness.- -Fizeram bem, não se parecia comigo.-

abuse. Sometimes also he had been tyrannically unjust, which afforded his enemies ample pretexts to impeach him. Their efforts however were fruitless; the magistrates appointed to examine Pombal were overawed by the justness and firmness of his replies; he had kept such order in his administration, as if he had always foreseen the possibility of undergoing a trial; all the acts which might appear the most arbitrary, particularly in what concerned the expenditure of the public money, had been authorised by written orders signed by the King, and which, to the great surprise of his accusers, were all registered at the different public offices. All further pursuits were dropped, and he was allowed to live in peace at his country-seat of Pombal, where he died unmolested.

To all the amiable qualities of her sex, Mary joined a cultivated mind; she cherished her subjects, and was a friend to the arts and sciences; but superstition, and a want of firmness, rendered most of such qualifications of no effect: the former was the necessary consequence of the education adopted in that court, and always committed to priests and friars; the latter seems to be hereditary in the House of Bragança.

Mary began her reign under the best auspices; she found the treasury overstocked with money; no public debt; commerce flourishing; the colonies in a state of great improvement, every year increasing their produce, and bettering the qualities of their articles; the taxes were extremely moderate, and the whole nation looked to their Queen as a blessing from heaven. Agriculture alone was neglected. Pombal had paid very little attention to roads and canals, and many of his agrarian laws were absurd and vicious: the destruction of the Jesuits, and court intrigues, had so engrossed his attention, that he never seriously attended to the state of agriculture.

The new ministry did not at first make any material changes in the administration. Its members were incapable of acting upon fixed principles; their designs were merely personal, and they all expected soon to govern uncontrolled under the name of a feeble Queen. Angeja was then prime minister, and thought of nothing but of making a fortune, and enriching his relations at the expense of the royal treasury. Pombal had very wisely annexed to the crown, a number of very rich offices which had become vacant; these had originally been granted to noblemen, for one or more lives, as a reward for eminent services, but in late times the noble families looked upon these gifts as if they really formed a part of their patrimonial revenue, former kings renewing generally the grant as soon as, or even before it expired. All the houses which had been deprived of these places for many years, were now not only in possession of them, but received from the treasury all the arrear-rent which was there accumulated for any urgency. Thus was the state deprived of some millions of revenue, and of a very considerable fund, which, if properly employed in making roads, constructing canals, and encouraging agriculture, could not fail to be soon attended with the

happiest consequences. Very considerable sums were wasted in the building of convents, and in other objects of no utility. But the economy of Pombal's administration had left such a quantity of specie in the royal coffers, that the prodigality of Mary, and the dilapidation which was carried on in all branches of administration, produced at first no sensible effect, it was only during the influence of Viscount, since Marquis of Ponte de Lima, who succeeded Angeja, that the treasury was totally exhausted. This minister was a man extremely superstitious, and proud of his nobility, which he pretended to be preserved pure and free from any stain, from time immemorial, in his and in a few other families alone, who emphatically called themselves the puritans; he had the greatest contempt for the middle classes of society; he was moreover a man of no talents, and of a very narrow mind, feeble, irresolute, and totally incapable of being at the head of any administration: this is so notorious that he was actually declared incapable of administering his own house, and a commission was appointed, which had the whole direction of the revenue of the minister of the finances!

He squandered away the public money in all sorts of wild and ridiculous projects; the immense sums were lent to all the nobility, who were so dissolute and overwhelmed with debts, which they refused to pay, that no one would trust to their word. Very few families could afford the expense of the marriage of their children; but their kind patron came to their assistance, and the treasury furnished their dowry; he protected them against the pursuits of their creditors, and in their behalf suspended often the effects of the law. The nobility had now grown so insolent, that it was not uncommon to hear of the insults, nay often of a severer treatment, and even of murder, committed by their servants with impunity, and often instigated by their noble masters; they reassumed their ancient privilege of making of their houses an asylum for criminals, who escaped the pursuits of justice; they treated the civil officers with the utmost contempt, and one of them actually ran a police-officer through the body, while on duty, and searching for contraband goods in his palace. The nobility seemed to become despicable and odious, in proportion to the increasing civilisation of the other classes of society; the wealth of the merchants excited their jealousy, while it contributed to the general aversion of the nation towards a class which distinguished itself only by its insolence, and the contempt of the most sacred engagements. There were, however, some exceptions, as honourable as they were rare; there were a few families who showed themselves constantly worthy of the public esteem.

The superstitious devotion of the Queen was principally directed to build magnificent churches and convents; many of these were left unfinished; the *Convento do Coração de Jesus*² alone cost upwards of 9 mil-

² A convent for nuns, dedicated to the Heart of Jesus.

lion of crusades. The Inquisition began its persecutions, which were directed against men of the greatest merit, and against some Jewish individuals whom Pombal had protected, having almost done away ancient prejudices against this unhappy people, of whom Portugal never had any reason to complain, except perhaps in their remarkable junction with the Inquisition against the House of Bragança. The commission which Pombal had established for the revision of books, whether imported from abroad, or printed in the country, was suppressed, for having allowed the publication of a very sensible and bold analysis of the catholic profession of faith, where its learned author, Pereira, established in a masterly manner the wide distance between religion and superstition: the work was free, but perfectly orthodox, and was nearly in the sense of the ablest divines of the Gallican church. The censure of books was again committed to the triple authority of the Inquisition, the Patriarch of Lisbon, and the Supreme Court, the *Desembargo do Paço*, as in former times.

Pombal, who had established a great number of woollen silk, and other manufactures, at great expense, encouraged them by all the means in his power; he had almost totally prevented the importation of contraband goods, not only by punishing with very great severity all smugglers, but by the example given by himself, by the King, and by all the court, who very often wore national stuffs, and never any prohibited goods: the Queen only was allowed to introduce for her own use, articles, of dress from abroad, and that even met with no small opposition from the inflexible minister. Things were very different under this administration. Lisbon, Oporto, and the colonies, were overstocked with contraband articles, chiefly English, and the national manufactures, unable to maintain the concurrence with the English prices and qualities, began to decay. Every nobleman's palace was a contraband warehouse, and the English minister, Walpole, had in his hotel the most complete assortment of the choicest articles. The English began to assume their former influence, and they contributed indirectly to accelerate the ruin of several manufactures, some of which they bought underhand, the better to destroy them. At the same time, commercial wealth introduced habits of luxury, till then unknown, which still increased prodigiously the importation of foreign articles; and, while the country was losing all its international resources, neglecting industry and agriculture, and directing its capital exclusively to external commerce, to the building of sumptuous hotels and costly houses in the great towns, which gave to Lisbon and Oporto a brilliant appearance, the provinces were miserable and desert: multitudes fled to the capital, where they soon became corrupted, or went to the colonies, and settled there, for whence they never returned to the mother country. The unequal distribution of property, many remains of feudal institutions, the too great number of priests, the bad system of recruiting the army,

and the want of easy inland communication, are the principal causes of the low state of agriculture in that country. The little province of Minho, which is, in a certain measure, free from some of these obstacles, where fortunes are more generally divided, is perhaps as populous and well cultivated as any spot in Europe; and although it has furnished the colonies with the greatest number of settlers, it has nevertheless constantly preserved a very great superiority in population and real wealth.

The admission of new friars had been most expressly forbidden in the preceding reign, and their numbers were so reduced at the death of Joseph, that many monasteries would soon have been extinguished: but this wise measure was repealed, and many new adepts presented themselves, who were particularly encouraged by the King, Queen, and the nobility, but happily superstition had received too great a blow, and in spite of all efforts, young men preferred commerce to the seclusion of the cloister.

The government of the colonies was for the most part entrusted to men of no abilities, and of the worst moral character, and their vexations and robberies were left unpunished, although of public notoriety; as indeed were all crimes, the Queen being too feeble to punish their authors, although she was often perfectly well informed of their conduct. The police was committed to the most ignorant, incapable, and despotic of men; he paid no attention to cleanliness or security; the streets of Lisbon were filthy beyond description, and infested with gangs of robbers. He consumed the immense revenue destined to public service, in the most absurd schemes, and a great part of it he employed in making a brilliant establishment for his family, which he so considerably augmented during the regency, that he left to his two sons an income equal to that of the greatest and richest houses in the kingdom.

It would, however, be unjust not to acknowledge that many useful plans were proposed, and even adopted, in this reign, tending to promote the arts and sciences, and to the encouragement of agriculture; but they were all so ill conducted, or so little insisted upon, that no important advantage was derived from any of them, while they all cost very considerable sums of money. Roads were indeed begun on a very grand plan; sumptuous fountains, and costly league-stone, were placed in the neighbourhood of Lisbon; but after an enormous expense, they were abandoned, and the roads, for want of repair, became almost impassable. Young men of known abilities were sent abroad to learn or to perfect themselves in several branches of sciences, and in the fine arts, such as surgery, medicine, natural history, chemistry, mineralogy, agriculture, painting, engraving, etc.; and had not the Queen been seized by the cruel malady under which she still labours, some lasting good might have been drawn from these expeditions; but most of the pensioners, some of whom were honourably known in foreign coun-

tries, returned to their native land at a period when ignorance, selfishness and corruption, surrounded the throne, and counteracted all the useful and patriotic projects of enlightened men, whose influence terrified the courtiers.

The Duke of Lafões, who, during Pombal's administration, travelled all over Europe, and acquired a taste for all the branches of knowledge, established on his return the Academy of Sciences, and promoted with the greatest ardour the progress of learning, in which he was ably supported by the illustrious Mr. Correia da Serra, then secretary to that body, and by many other learned and active members. His efforts were not lost, and the Academy deserves the thanks of the nation for several of the works and memoirs which it has already published: but the Duke was vexed and disgusted by the ministry, and that Society lingered for many years previous to the disgrace of that worthy nobleman.

The reign of Mary, however, may be said to have been happy; Portugal enjoyed peace, and though the government was feeble, and the measures of ministers laid the foundation for its speedy ruin, still the resources they had found, and those which commerce furnished daily, were sufficient to retard the fatal epoch which began under the regency of her son. The venality which had crept into all the branches of the public service, and the unlimited power of patronage, had excited a considerable degree of discontent; but vice and all kinds of corruption rose to such a pitch during the Prince's regency, that the nation regretted former abuses, and called the reign of the Queen, the golden age.

The mental derangement of Mary would probably have long before taken place, had it not been for the happy circumstances of her having for confessor a friar of good sense and liberal ideas^b. Although not a man of learning, he constantly combated her gloomy and scrupulous turn of mind, and while he lived, her conscience was calm. His successor, the Bishop of Algarve^c, and Great Inquisitor, was a crafty bigot, who partly from superstition, and partly from interested motives, terrified her mind, and encouraged the scruples which troubled her reason. Having acquired, as he thought, a considerable influence over the Queen, he raised some doubts about the justice of the sentence pronounced by her father against the Duke of Aveiro, and the other noblemen who conspired against his life; she yielded to these insinuations, and soon considered the revocation of that sentence, and the restitution of the titles and confiscated property to their relations, as the only means of saving her soul. Most of the principal families who were equally with the confessor, nearly related to the proscribed noblemen, supported this project; but the inflexible firmness of João Pereira Ramos, a chief magistrate of the highest respectability, whom the

^b Fr. Inácio de S. Caetano, Arcebispo de Tessalónica.

^c D. José Maria de Melo.

Queen consulted, rendered their attempts fruitless. But the impression on the mind of the Queen was too deep; she thought herself condemned to everlasting damnation, and the total loss of her reason was the immediate effect.

The Great Inquisitor became now the object of public execration, and he was enjoined not to appear at court. He had some time before ordered the building of a number of new dungeons in the prisons of the Inquisition which were contiguous to his palace; he had prepared everything for renewing the *Autos da fé*, and he began some persecutions; but Seabra, then minister for the home department, who was a man of liberal ideas, suspended the works which were very much advanced, and saved several victims from the horrors of this infernal tribunal. I doubt much, however, whether he might have long been able to withstand the increasing influence of the confessor, had the Queen continued to reign. He has also proposed the general excommunication of the French nation, which was to have been pronounced by all the Portuguese high clergy.

The disease of the Queen was, I believe, incurable, but had it been otherwise, everything was done to prevent the possibility of a recovery. Dr. Willis was called from England, but he was refused all the rational means of removing from her mind the gloomy ideas which disturbed her reason; the courtiers would not allow her to be removed from the palace, where every individual recalled to her mind the fatal thoughts which afflicted her conscience. Every friar or priest was to her an object of horror, and immediately excited in her the idea of hell. Willis, who was a very intelligent man, advised a sea voyage, and even proposed to take her to England; but he met with such an opposition, that he soon returned to his country, full of presents, and most generously paid. After some pompous consultations of all the court physicians, the Queen was declared incurable, and her son took her place, without, however, assuming at first the title of Regent: all the public acts were done in his mother's name.

John had not been destined to fill the throne; his education had been neglected, and he acknowledged himself unequal to the task. Pombal had taken great pains to prepare his eldest brother Joseph to succeed his grandfather; he placed near him men of known abilities and integrity, who cultivated the mind and the heart of this amiable prince; but a very malignant small-pox deprived Portugal of the hopes of the nation. He was the enemy of superstition and of friars; he possessed a very considerable degree of information, and the most liberal ideas; he wanted nothing but a little more firmness, which nature seems to have refused to the best princes of his family. Never was a loss so universally and sincerely deplored by all ranks of people, and for many years after, his death was still the object of the most heartfelt sorrow among the Portuguese. The incapacity of John was the more

unfortunate, as the country was beginning to feel the consequences of the bad principles of administration of his mother's reign, and the political state of Europe called for all the energy, and required all the foresight of a great sovereign, to lead his nation through the extraordinary dangers which threatened the neighbouring kingdoms; and it is no wonder, when the greatest statesmen mistook the real interests of their country, that a young inexperienced prince, surrounded mostly by men of no abilities, should adopt impolitic measures. Portugal ought to have followed the example of Denmark; there was no chance of gaining by a war with France, whilst a strict neutrality afforded the infallible means of enriching the country, and of restoring the finances. But the English, jealous of the advantages which Portugal might derive from such wise system, prevailed against the advice of the Duke of Lafões, Seabra^d, and a few other real friends of their King and country, whose patriotism was then called Jacobinism. Martinho de Mello, at that time navy minister, and his nephew, D. João d'Almeida, envoy at London, both fanatical supporters of the English interest, determined the Prince to conclude a treaty, which was actually signed at London and afterwards ratified, whose stipulations were tantamount to a league offensive and defensive. Till then the Portuguese flag had been constantly respected by the French cruisers, even after an auxiliary force had been sent to cooperate with the Spaniards in the Roussillon. The National Assembly had sent an agent to Lisbon, who offered the most advantageous conditions as the price of their neutrality: he was, at the instigation of Manique, insulted, and even forced to pass a whole night in his travelling coach, no inn, or hotel, daring to receive him. At last he had audience of the minister for foreign affairs, M. Pinto^e, who politely declined entering into any negotiation, and he was allowed an escort, which accompanied him to the Spanish frontiers.

Soon after the signature of the treaty, a division of the Portuguese fleet was sent to Portsmouth to cooperate with the English, but it received from them the most marked insults, and was never employed: they seemed to prefer an equivalent in money. The French privateers began now to capture the Brazil ships, whilst government afforded no protection to commerce: not a single convoy was ordered, which might have effectually prevented such captures, most of which were made by very insignificant privateers; they amounted to more than 100 millions of crusades, from 1794 till the peace of Madrid; and had not the owners at last armed their vessels, which often fought and beat off the cruisers, not a Brazil ship would have been left. Meanwhile, ministers maintained that France had no right to commit hostilities, as Portugal had never declared war!

^d José de Seabra e Silva.

^e Luís Pinto de Souza Coutinho, Visconde de Balsemão.

The foolish armaments of the navy to parade in the English ports; the expenses of the little army in the Roussillon, and the misapplication and waste of the public money, together with the diminished revenue of the mines, and of the duties on exportation to the colonies, from the scandalous introduction of English contraband articles, which became a sort of open trade favoured by the governors themselves; all these causes threw such embarrassment in the finances of a country which had no national debt, that an ignorant ministry, in spite of so many recent examples, adopted the dangerous scheme of creating a paper-money. The measure was as pernicious and unnecessary, as its mode of execution was vicious. It bore an interest of 6 per cent, far above the legal, or even the usual rate, and in this currency were at first paid immense old non-liquidated debts, to all those who had obtained the protection of the minister of the finances, or of the high treasury, or any other of his favourites. As most of these old debts were reputed lost, a very handsome allowance was made to those who had credit enough to procure their payment. The law had enacted that in all transactions, one half only of any sum should be paid in paper, but not a month had elapsed, when, by a most scandalous violation of this beneficial clause, and on a private order signed by the minister Lima, the treasury began to pay two-thirds, three-fourths, and often wholly in paper-money; while, in the receipt, they adhered most strictly to the disposition of the law, which was only fairly executed by private individuals. The disorder in the expenditure still increased by the facility of issuing notes, and they were so coarsely engraved, that forgeries to a considerable amount were soon in circulation, and so little precaution had been taken, that the clerks of the treasury themselves could hardly distinguish them. A very ingenious writing-master, Sarmiento, actually forged some with pen and ink, and only employed an engraver for the stamps. The confusion in the treasury was such, that they neither knew the sums issued, nor kept a separate account of cash and paper, during Lima's administration. This will hardly appear credible to those who have not a thorough knowledge of that country, and of the men who were then in place.

The baneful influence of the imprudent emission of paper-money was, however, somewhat counteracted, partly by its entering only in one half of the payments, and partly by a circumstance which will appear a little singular. The people in the country refused to receive paper, and it was impossible to buy wine, oil, or any other produce of the soil, without cash; government was too feeble to enforce obedience, and they tacitly suffered the opposition of the lower class of cultivators; thus, except in the great towns, and among the rich inhabitants of the provinces, paper-money had no currency.

A little economy, and a better system of administration, would have been sufficient to restore the finances without the introduction of paper, always dangerous, but peculiarly ruinous to a country, whose

government had neither credit, nor the nation the legal means of controlling the plans of a finance minister.

All the other branches of administration were in the same disorder; venality was universal; the public offices were a kind of market, where everything was bought and sold, and money covered all transactions, however criminal. The Prince was well informed of the infamous conduct of his servants, but he neither had the desire, nor the firmness necessary to reproach such abuses. A short sketch of his character, too little known out of Portugal, and even there not generally understood, will explain what might otherwise appear inconsistent in his manner of acting.

John, although his mind had been little cultivated, was by no means destitute of good sense, and often showed a considerable degree of ingenuity; he was naturally timid and irresolute, and as superstitious as his father Peter³; he was well versed in liturgy, and possessed all the requisites to be a good friar; but the predominant feature in his character was dissimulation and distrust. He shuddered at the idea of a ruling favourite, he had not strength enough to command, but he would suffer none to govern in his place. The French revolution increased his apprehensions, and rendered him particularly averse to all men of abilities. He thought that ignorance was the best bulwark of the throne, and he was surrounded by men who surely had no desire to change his ideas in this point. He was extremely inquisitive, and very eager to know all the court intrigues and anecdotes of his courtiers, and often entered even into the concerns of private individuals, who kept themselves at a great distance from the court. His confidants, however, soon began to feel the bad effects of their imprudence; for the Prince immediately published their reports, and frequently named the authors of them to the contrary parties, and thus he kept his court in a perpetual state of warfare, in which he seemed to delight. This was probably owing to the suggestions of some Capuchin friar, who had ably commented for him the Machiavellian maxim, *Divide et impera*. He also seemed to prefer men of the most immoral character, whose crimes often deserved very exemplary punishment, to those who, having acquired the general esteem, appeared to him, from this very circumstance, extremely dangerous. The only man whom he seemed to trust was Manique, the intendant of police, and it must be confessed that he possessed in a high degree the qualities required by his master. No man was more ignorant, more criminal, nor more generally detested; he soon convinced the prince that he was his only friend, and the only person who could keep the crown on his head; he confirmed his alarms, and represented all classes of society as meditating revolutio-

³ He used to have within his wig an image of Jesus Christ to guard the head from the attempts of the devil, as he used to say.

nary plots, but unable to give any proofs of such false reports, he was forced to resort to different stratagems, among which the following is too ludicrous to be omitted: it characterises both the monarch and the confidant.

At the procession of the Corpus Christi the King never fails to attend, unless prevented by illness; and he always accompanies the Sacrament in its way through the different streets, till it enters again the church from whence the procession files off. On one of these occasions, the Prince being already at some distance from the church, Manique hastened, in the greatest apparent confusion, to inform his master that he had certain intelligence that the streets, through which the procession was to pass, were all undermined and filled with barrels of gunpowder and other combustible matters. The Prince, panic-struck, fled in the greatest disorder; the procession, however, continued its march, and returned without any accident. Guard were then placed at all outlets of the common sewers, and magistrates were appointed to search for the proofs of his horrible conspiracy, but they found only the filth accumulated by the total neglect of the police in preserving the cleanliness of the town. The Prince attributed the warning of Manique to an excess of zeal, and instead of severely punishing such an imposture, he redoubled the marks of his attachment for this wretch, who became every day more unjust and despotic: he fabricated lists of pretended conspirators; of freemasons, and many were thrown into horrid dungeons, where they would have lost their lives, had it not been for the constant protection of Seabra, minister for the home department, and the Duke of Lafões, who more than once saved a number of peaceable and respectable citizens from the blind persecutions of Manique. Many French merchants, settled at Lisbon, were sent away in the most cruel manner, and their property pillaged by the very individuals appointed by the police to protect it; others were thrown into the most filthy goals with their wives and young children; and all these measures were as cruel as they were unjust. It may be confidently affirmed that no country was more free from the turbulent spirit of revolt than Portugal: there were undoubtedly many justly discontented persons, and the very measures taken by government afforded new grounds of complaint. Many accused the folly and despotism of Manique, the venality of most of the members of the government, the total neglect of the commercial interests of the country; but there neither existed a general tendency towards a revolution, nor any number of men deserving the name of a faction; there were not in the whole town of Lisbon half a dozen of men sufficiently intimate and united, and not one sufficiently powerful, to attempt anything against their sovereign: no greater proof can be given of this assertion, than the recent flight of the Regent, who was quietly allowed to carry away a great part of the property of the nation, and their navy, without the smallest attempt to oppose his

departure. The argument is so much the more convincing, as at no former period had the discontents risen so high in the army, the navy, and in all ranks of society.

Persecution was not confined to men suspected of political principles obnoxious to the government; Manique delighted in having the prisons crowded, and he had even assumed the power, ever since the reign of Mary, of keeping prisoners for months and years without bringing them to trial, or even taking the pains to have them examined, in spite of the clearest and most positive disposition of a recent law: all the other judges imitated him in this particular, and any *corregedor* was a petty tyrant, who threatened with irons those who had the misfortune to displease him. Manique carried his insolence and contempt of the law so far, as often to banish to the colonies in Asia, Africa, or America, young men at the simple request of their relations, or upon very slight denunciations, and always without a trial. It is true that his fellow-ministers were not more scrupulous on this article.

All hopes of the recovery of the Queen being lost, and the Prince wishing to rescue himself from that sort of tutelage in which his ministers kept him, determined to assume the title of Regent, in spite of the opposition of Seabra, who was dismissed and sent into exile. Seabra is a man of talents, and a very learned lawyer; he is known by his singular conduct under Pombal, who sent him to Pedras Negras, for having revealed to the Queen his plan for the exclusion of her daughter Mary from the throne. He was left in this dreadful exile in the most absolute want of the commodities of life, Pombal's intention being that he should perish from misery. A kind negro woman saved his life, by supplying him with some food, and devoting herself to his service: he was not ungrateful, and brought her with him to Europe, when, after the death of Joseph, the Queen recalled him. His satirical humour, and his marked contempt for all his colleagues, rendered him an object of hatred to all of them, except Lima, whose incapacity forced him to resort to Seabra in all difficult cases: the corruption and venality of many of his favourites, which was often attributed to him, had indisposed the opinion of the public against him. He was succeeded by Pinto, who had till then the foreign and war departments: he was a man of no parts, and remarkably ignorant; he had a sort of diplomatic cant, and a certain reserve, to which he owed his reputation: he was moreover perfectly insensible; he would allow himself to be insulted, and with true Christian resignation, would offer the other cheek, if he thought that anything was to be gained by this humiliation: he was a downright hypocrite, and his ignorance was so great, that he could not write a few lines in his own language without committing the grossest blunders of grammar and orthography: in all other matters he was equally deficient. His wife and a few favourites had the whole management of affairs, and, by a well organised system of bribery, acquired immense fortunes

in the short period of two or three years. Her public and private conduct was equally scandalous, and she was often refused admittance into genteel and decent society.

Almeida^f was called from London, and placed at the head of the foreign affairs: he was a man of some abilities, but of a very bad moral character, and generally despised for his dissolute habits: he professed a decided, blind, and exclusive partiality for the English, and he was strongly suspected of having been corrupted by that court, where he constantly cringed under Mr. Pitt and Lord Grenville; he hated the French and despised his countrymen.

On the death of Martinho de Mello, D. Rodrigo de Souza^g, then minister at Turin, was appointed to the navy: he was known by his integrity, and patriotic views; he had a considerable share of information, but his imagination was too wild, and his temper too violent, ever to put in practice the confused and superficial ideas which agitated his mind. He accordingly undertook the most gigantic projects for the augmentation of the navy, and the improvement of the colonies; he promoted the arts and sciences, erected a new academy for the marine, and he wished to see Portugal elevated to the rank of the most enlightened, industrious, and powerful nations. But all these schemes cost immense sums of money, which, together with the general maladministration in all the other departments, soon forced government to levy new taxes, to increase the emission of paper, without any real benefit having been derived from his numerous projects, all of which were either defective in principle, or perverted in the execution. He was a strong advocate for the English court, but he was not sold to them; and he loved above all, his King and country. He contributed notwithstanding to accelerate the ruin of the nation; but his head alone, and not his heart, ought to be accused. On the death of Ponte de Lima, he had the finance department, and the title and honours of prime minister were conferred on the old Duke of Lafões, commander in chief of the Portuguese army, who was also appointed high chamberlain.

This choice met with an almost universal approbation; the Duke was generally beloved; he had always been a strenuous advocate for peace, and had constantly opposed the English influence, and checked the insolence in their officers, who daily insulted the Portuguese nation. It was to him and to Seabra that the treaty, signed by M. d'Araújo^h at Paris with the Directory, was due. They transmitted to him the private orders of the Prince; but Pinto, then minister for foreign affairs, was not consulted, and his suggestions, as well as those of the English party, prevented its ratification within the time prescribed. The forts of Lisbon

^f D. João de Almeida de Melo e Castro.

^g D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares.

^h António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca.

were given up to the English; an auxiliary army, composed partly of English and Swiss troops, but principally of French emigrants, was cantoned in the barracks of Lisbon, and the English now ruled uncontrolled. In a council of state, Araújo was accused of high treason, and the Prince suffered such ridiculous and atrocious charge without pronouncing a single word in behalf of a man, who had so well served his country, and who had only obeyed his private instructions. Lafões was one of the few who courageously withstood the power of the English party, which was composed of almost all the nobility and court sycophants; he had deserved the esteem of the nation, who now exulted at his sudden elevation; but their hopes were soon disappointed. The Duke had neither the craft requisite to assume the necessary influence over the Prince, nor a sufficient steadiness to crush the flatterers of the monarch, and his own personal enemies; he was too frank, and spoke always to the Prince with the familiarity of a near relation, and thought himself sufficiently authorised by his grey hair to be a rigid censor: this irritated the other ministers, and the horde of courtiers, and vexed the Prince himself, who began to dread the influence of the Duke. Pinto, Souza, and the English party, conspired against him, and he himself, by his imprudence and his confident character, afforded them soon a favourable opportunity, which they eagerly seized, to bring about his disgrace. Almeida, who owed his place to him, and who was married to a cousin of the Duchess of Lafões, joined them also: the Duke had never suspected him to be in the English interest!

As soon as the war broke out between Spain and Portugal, and the march of a French army under General Leclerc was known, the Duke voted for a speedy peace as the only means of saving the country, and proved, from the exhausted state of the treasury, the bad organisation of the army, and its reduced numbers, the folly of attempting to open a campaign. His opinion prevailed, after many debates; but the English and their adherents meditated his ruin, and laid him a snare, in which he fell like a child. He had offered to go himself as ambassador to Badajoz, there to sign the peace, for which he was to be furnished with the most ample powers; but his enemies insinuated that hostilities having commenced, it would appear dishonourable in him not to put himself at the head of the army, and Pinto proposed to take his place in the quality of negotiator, which was represented as rather below the Duke's rank. He listened to a sense of his duty; and the ambition and presumption of his confidants, and of an officer of his staff, induced him to depart for the army, being sure that a treaty of peace would instantly put an end to hostilities. His hopes were, however, disappointed, for Pinto and the council of state so protracted the negotiation, that the Spanish army entered the province of Alentejo, where they spread a great alarm: nothing was however done on either side deserving notice, and this campaign is nearly as disgraceful to the conquerors as to the vanquished.

The little Portuguese army was so dispersed, and in such a want of provisions and ammunition, and so ill commanded, that it was thrown into confusion even before the approach of the Spaniards: the troops were actually above three whole days without bread. There were only two skirmishes; one before Portalegre, where about 1500 Portuguese were attacked by several thousand Spaniards, chiefly cavalry; the Portuguese were very disadvantageously posted, and their greatest loss proceeded from their own cavalry, who, in their flight, passed over the infantry; the other was at Flor da Rosa, where a party of 300 or 400 Portuguese were surprised by some regiments of Spanish cavalry, and most of them taken prisoners: the surrender of Campo Maior, Olivença, and Jorumenha, can hardly be considered in a military point of view.

All the blame fell on the Duke, who, having no friend near the Prince to speak in his behalf, was soon recalled, suspended in all his functions, confined to his house, and expressly ordered not to appear at court; he was accused of having totally neglected the army, and this was partly true, although this accusation fell principally on the war minister; of having betrayed great ignorance and cowardice; and some, as D. Rodrigo de Souza, denounced him as a traitor. Peace was almost immediately after concluded, and the triumph of his enemies was complete; some of his false friends joined them, and were amply paid for their treachery.

Souza had found the treasury in the greatest disorder; the enormous expenses of the Prince's household consumed millions, and the subsidy which was to be paid to France by the stipulations of the treaty signed at Madrid, called for new taxes, new loans, and an augmentation of new paper-money of different kinds. He drew money by all possible means from all ranks of society, and he introduced a better system in the receipt and in the expenditure. He drew immense voluntary contributions from the rich, and particularly from the Brazils, where men of property gladly parted with their money, in expectation of receiving some honourable mark of the favour of the sovereign. Loans were negotiated in Holland, and great quantities of diamonds engaged as security. In short, under the pretext of these and subsequent subsidies paid to France by the treaty of neutrality, he contrived to augment very considerably the revenue, while by the loans, and forced or voluntary contributions, he drew a very great quantity of specie to the treasury. He was the first who proposed the plan of forming a separate coffer to serve in case of an emigration of the Royal Family to the colonies, and all his views were since directed to this point. Neither the nobles nor the clergy were spared; they were forced to pay new and very heavy contributions; and never the money belonging to the orphan children, to the absent, or that arising from litigious successions, was not respected; it was seized by the minister, who substituted different kinds of high paper-money for the sums which were deposited either totally, or

at least one half in cash, and the other in small notes, which were the only forced paper-currency, and bore the lowest discount. Many magistrates having remonstrated against the injustices of this measure, which placed them in the impossibility of paying to the poor the small sums claimed by them, with very high notes, which could not be exchanged for the legal currency without a loss of 20, 30, or 40 per cent, they received a positive order to force the rich inhabitants of each town or village to discount, without any loss, this discredited paper!

Meanwhile, he favoured and flattered all the Brazilians, and he did not conceal his favourite plan of transferring the court to that rich colony, and of drawing all the circulating specie to the royal treasury. Had he continued long in administration, there is no saying how far he might have drained the country. Without renouncing his projects of improvement, he was, however, much more economical than when in the navy, which now lingered under his successor Anadia, partly for want of money, and partly from his incapacity.

D. Rodrigo deserved high praise for his integrity, and for some useful institutions, among which the principal was the establishment of a police guard, and the illumination of all the streets of the capital, which had already been attempted by Manique, but had soon been abandoned. The command of this guard, composed of the best soldiers in the army, was given to a French officer, M. de Novion, who displayed very great activity and firmness in his important post. He met at first with a decided opposition from Manique, and from all the nobility, who left nothing untried to disgust him, and to suppress a guard to which Lisbon owed its perfect safety; but the universal voice of the honest citizens prevailed, and the nobles at last, unable to destroy this corps, sought only to expel the commander, and to supplant him. Before the creation of this guard, it was unsafe to walk after sun-set in the streets of Lisbon, and often murders were committed in the daytime. The nobles, who had numerous hosts of servants, did not dread such accidents, and they cared little for the rest of the nation, while some of them could not so easily carry on their adventures during the night; their servants too found much greater difficulty in the introduction of smuggled goods into their palaces.

Souza, now in direct opposition to Manique, who saw his authority every day curtailed by the ample powers given to Novion, protected a number of persons from the tyrannical oppression of that wretch, and in particular, saved the whole society of freemasons. This had not always been the case, and Souza had, at a former period, joined Manique in a fit of enthusiastic folly, when the good Duke of Lafões interposed his authority: they had resolved to imprison, and even to expel from the country, several hundred persons, mostly men of respectability, suspected of having formed a plot to cooperate with the combined fleets which had sailed from Brest, and were, as they thought, to enter

the port of Lisbon: happily they never had any such intention, and their arrival at Cadiz dissipated all grounds of alarm.

Souza was too disinterested and upright not to have acquired many enemies among the courtiers, who soon indisposed the Prince against him: he gave his dismissal soon after that of Almeida, convinced of the impossibility of resisting the mighty influence of the vile wretches who surrounded an irresolute prince. Almeida was too much in the England interest to be allowed by France to remain in his place; the Prince saw himself the impropriety of trusting any longer the important department of foreign affairs to such a man, in the actual relations with France. He was accordingly dismissed, but he preserved his pension, under the specious pretext of being appointed ambassador to Vienna, and his disgrace was merely apparent.

By the death of Pinto, and the dismissal of these two ministers, the Viscount of Anadia remained alone in the navy and colonial department. He was a man of a very narrow mind, and divided his time between pleasure and superstitious practices: he was an honest man, but some of his favourites induced him sometimes to act in a very improper manner. One of them, Rodrigo Pinto, commander of the royal marines, was one of the most perverse and profligate men in the kingdom, and he had an unbounded influence over the weak Anadia, who was a very disinterested man, and more than once solicited his dismissal.

D. Diogo de Noronha, since honorary Count of Villaverde, was now appointed to the home department, being at the same time prime minister; Vasconcellos¹ was placed at the head of the treasury, without however being minister of the finances; and Araújo was minister for foreign affairs, always united with the war department: these were the last ministers of the Prince in Portugal.

Villaverde was, like his father the Marquis of Angeja, very cunning and well versed in the low arts of court intrigue; he had for a long time aimed at the post which he now held, and it was by a thorough knowledge of the character of his master, and by great assiduity, that he at last acquired a greater degree of influence than any of his predecessors. He had very little information; he was a gambler, a glutton, and his intimate society was composed of the most despicable parasites. While ambassador at Rome, he pawned the crown plate belonging to the Portuguese chapel of St. Anthony, and at Madrid his political conduct had excited very strong suspicions of treachery; and had it not been for the special protection of Pinto, and the irresolution of government, he would certainly have suffered a very severe punishment; Pinto concealed and destroyed most of the written proofs of his crime, many of which, however, had been exposed to the Prince by the nobleman

¹ Luís de Vasconcellos e Sousa.

charged with the investigation of this affair, D. Alexandre de Souza, formerly minister at Rome.

During Villaverde's administration, all was bribery and corruption; he had several agents, and two friars in particular, who made bargains with all the candidates for places, and sums of money were deposited, which were delivered on the conclusion of the transaction: justice was sold, with a degree of publicity till then unexampled. It is needless to say that he did nothing deserving the smallest praise; he enriched his family even more than himself, as he lost by gambling very considerable sums, he abolished the *Porto Franco*⁴, from personal motives, to the great prejudice of the commercial interest, and on the most frivolous grounds; he discharged the house of Nisa of a debt of a million of crusades, which the treasury had advanced to the Marquis while commanding the Portuguese fleet in the Mediterranean, and during his embassy to Petersburg, and this at the very time he was overloading the nation with new burdens and forced loans, and when all the public functionaries complained of their pensions being six and nine months in arrears. In a word, he accelerated the total ruin of the country, and seemed to foresee it himself, by the activity which he and his friends employed in seizing upon everything belonging to government, whose dissolution they wished to anticipate: this became soon a general maxim among all classes of society.

His influence was already very great, but it was still more increased by some occurrences, which, as an able courtier, he turned to his advantage. The Prince had always been subject to vertiginous complaints, which, from various causes, were now aggravated, and being of a very melancholy turn of mind, he was seized with such apprehensions, that he left off hunting, riding, and was even afraid to step from one room to another. Instead of dissipating his alarms, most of his favourites persuaded him that he was dangerously ill. An ignorant physician nearly made him lose his reason. This was not long a secret, and several acts of apparent insanity soon were generally known, and considered as the forerunners of a fate similar to that of his mother. The measures taken by the courtiers confirmed everybody in this opinion; he was not allowed to appear in public; he left the convent of Mafra, where he delighted to lead a monastic life; he would not even approach near Queluz, a country seat where he made his usual residence, from the recollection of the alienation of the Queen, which there first manifested itself, and at last he began to travel. But his mind everyday seemed to be more deranged, and everyone expected the moment when his total incapacity being clearly established, a regency

⁴ This was a sort of free port established at Lisbon, under Lima; and although it was under bad regulation, it had been extremely advantageous, as a great part of the Spanish colonial produce was thus in the hands of the Portuguese.

should be appointed: the nation hoped that there might be a change for the better under the Princess his wife, to whom the regency belonged by the clearest dispositions of the last States-General, held in Peter the second's reign. Some discontented noblemen went even so far as to charge two eminent lawyers with the framing of a decree, proclaiming the Princess, Regent of the kingdom. It was the general topic of conversation, and few measured their expressions against Villaverde and the other members of the administration, but their hopes were soon disappointed. The Prince recovered from his fears; his mind became calm, and his first care was to inquire into the opinion of the nation. Villaverde, who, during his illness, had sometimes been severely handled by the prince, now stepped forward as his only friend, denounced a mighty plot, and sent to exile some of the noblemen whom he feared the most. Among these was the Marquis d'Alorna, whom he had already deprived of the vice-royalty of Rio de Janeiro, to which the Prince had recently appointed him; several persons were arrested, and he named a magistrate to make a strict inquiry into the pretended crimes of the accused, and had not death delivered soon after the nation of these two wretches, many might have fallen victims of their age: Villaverde died probably from the consequences of his intemperance; the magistrate was supposed to have been poisoned: he was a most perverse, corrupted, and wicked wretch, the more dangerous as he was a man of abilities, and possessed in an eminent degree the arts of dissimulation.

The Prince was peculiarly affected by the revelation of this imaginary conspiracy, as it seemed to be directed by his wife, whom he detested from motives of jealousy, which had already occasioned the most scandalous scenes between them, and had not a little contributed to the universal discontent of the nation. He deplored the death of Villaverde, and emphatically called him his only remaining friend: the other ministers had no sort of influence over him, and a private committee of some despicable favourites, presided by a crafty Brazilian, José Egydio, had the whole management of affairs, the secretaries of state being little better than clerks.

Vasconcellos, who still was at the head of the treasury, was only known by his extortions during his residence at Rio de Janeiro, as vice-roy: he was immensely rich, extremely ignorant and superstitious, and was the most surprising glutton in the kingdom, which brought on him at last a fit of the palsy, and was soon followed by a state of imbecility. He, like his predecessor, assiduously pursued the plan of D. Rodrigo for drawing all the circulating specie to the royal coffers, and during his administration all the public functionaries were reduced to absolute beggary, for want of the payment of their salaries; the officers of the army and navy were often forced to ask charity in the streets.

Araújo was a man of considerable information, of amiable manners, and he had acquired some reputation in the diplomatic career: no minister entered into place under better auspices; he was hated by the greatest part of the nobility and cherished by all the sound part of the nation; the English accused him of too great partiality for the French government, which, in the eyes of all enlightened men, was an additional presumption in his favour; but I am sorry to say, that his conduct did not, by any means, justify the hopes of the nation, and the wishes of his friends. Being remarkably vain, he disdained consulting men of abilities, and his long absence from the country rendered him quite a stranger to many important branches of his department. All the acts of his administration betrayed a great ignorance, and a most astonishing conceit; ambition and selfish views seemed to guide his conduct, and even when he protected some artist, or promoted some useful undertaking, the good of the country appeared to be his last consideration; he flattered Villaverde and José Egydio in the most abject manner; he enriched himself and his brothers during the very short time he was in place; and when he followed the Prince, he had completely drawn upon himself the public indignation and contempt, while his political conduct excited very similar sentiments in both the contending parties.

The emigration of the Prince is an event too recent and its causes are so well known, that it is useless to enter into many details. As to the establishment of the House of Bragança in the Brazils, we shall only observe that the Prince carried with him all the prejudices and corruption of the mother country, and hardly a man of real merit followed him. Most of those who accompanied him are in the English interest, and under the administration of men like Almeida, the Brazils can be nothing but a British colony; and in the richest and most fertile country of the world, the Portuguese may still continue to be a poor and unhappy nation!

OBSERVADOR LUSITANO

EM PARIS

O OBSERVADOR LUSITANO EM PARIS

1815

Qualib ab incepto processerit, et sibi constet.
Horácio, *Epistola ad Pisones*

O
OBSERVADOR LUSITANO
EM PARIZ,

o u

COLLECCÃO LITTERARIA , POLITICA E COMMERCIAL.

TOMO I.º,

*Comprehendendo os Mezes de Janeiro , Fevereiro , Março
e Abril 1815 ;*

POR FRANCISCO-SOLANO CONSTANCIO ,

Doutor em Medecina , Membro da Sociedade Real de Medecina de
Edimburgo , Ex-Presidente da de Historia Natural da mesma
Cidade , etc.

Qualis ab incepto processerit , et sibi constet.

HORAT. Epist. ad Pisones.

PARIZ.

P. N. ROUGERON , IMPRESSOR , RUE DE L'HIRONDELLE , N.º 22.

1815.

DISCURSO PRELIMINAR^a

Antes de começar a árdua empresa de que ofereço agora as primícias ao público, consultei em conformidade do preceito do bom Horácio, se as minhas forças bastariam para poderem com o peso; e para melhor me satisfazer neste ponto, foi-me forçoso reflectir sobre os requisitos indispensáveis ao escritor que se propõe publicar uma obra periódica, política e literária. Três me parecem ser as condições necessárias para desempenhar as obrigações de um bom redactor: independência de carácter; moderação nas decisões; e engenho. A primeira qualidade recebi eu com mão liberal da natureza; a segunda tenho adquirido por larga experiência, que mostrando-me os erros próprios e alheios me tem ensinado a ser tolerante e circumspecto. Da terceira só o público é juiz competente, mas posso todavia prometer-lhe de suprir o que me falte em talento com a aplicação a mais constante, para merecer a aprovação dos leitores; e se estes protegerem a minha empresa, ela medrará depressa com o auxilio de hábeis colaboradores que associarei ao meu trabalho.

Agora convém expor ao público o plano que pretendo seguir, para que ele possa manifestar se lhe é ou não agradável. Como é impossível contentar a todos, julguei que só pela variedade das matérias poderia conciliar o maior número, e com essas vistas determinei tratar em cada caderno de mais de um objecto.

A política, que nos séculos passados era exclusivamente a ciência dos gabinetes e a ocupação dos homens de Estado, se tem tornado nos nossos tempos o objecto da curiosidade de todos. As guerras que outrora versavam sobre os limites dos impérios, e nasciam de alguma caprichosa pretensão de um soberano, hoje interessam todos os cidadãos e decidem não só da sorte dos monarcas e dos governos, mas até da condição dos particulares. O aumento e a propagação das luzes, e a extensão das relações comerciais entre as nações, são as principais causas da constante atenção com que todos olham em nossos dias os acontecimentos políticos e militares: o comércio transmite rapidamente as notícias importantes às regiões as mais remotas, e os

^a Pp. I-X.

particulares com o fito nas suas especulações mercantis ansiosamente as acolhem. A este importante objecto destinarei uma boa porção do meu jornal, dando em cada número, a começar do segundo, os documentos oficiais publicados pelos diversos governos, e relativos tanto à diplomacia, como às operações militares; ao comércio e à navegação; e sobre uns e outros farei as minhas reflexões que irão no fim da cada número debaixo do título do *Sumário Político*. Ali não só direi a minha opinião sobre os factos que diversamente forem expostos por diversas folhas, mas espero, por meio dos meus correspondentes e amigos nas diversas cortes da Europa, poder muitas vezes comunicar ao público notícias importantes muito antes que estas apareçam nas gazetas, não de acontecimentos militares por terra ou por mar, de que o público forçosamente será informado muito antes pelos diários cuja publicação é mais frequente, mas sim pelo que diz respeito às disposições mais ou menos secretas e ocultas, das cortes, e ao estado da opinião dos povos em diversos países. Não podendo competir em prontidão de notícias com as gazetas que saem todos os dias, não copiarei textualmente senão os tratados, e outras peças diplomáticas que perderiam o seu valor e autenticidade se sofressem a menor alteração. Em quanto aos mais papéis oficiais, os darei em extracto de modo que não perca o leitor a menor particularidade importante, poupando-lhe o tédio de lerem enfadonhos e contraditórios despachos já cedidos quando chegam a aparecer em uma colecção mensal. O comércio será tratado com o mesmo desvelo. Além da publicação das leis e regulamentos relativos a alfândegas e a tudo o que toca à navegação, tanto em França como nos mais Estados, oferecerei aos meus leitores, dos quais uma boa parte pertencerá sem dúvida ao corpo dos negociantes, um mapa dos câmbios de Paris, e observações sobre os das mais praças da Europa; uma lista da saída e entrada de todos os navios portugueses ou estrangeiros que hajam de entrar nos portos de França vindos de Portugal e de seus domínios, assim como dos que saírem de França com este destino. Também farei observações sobre as alterações dos preços correntes neste reino, não só dos nossos gêneros mas igualmente dos produtos ou fazendas que de cá se exportam para os portos do domínio português. Farei conhecer sucessivamente o estado das fábricas em França onde a indústria, apesar da guerra e das discórdias intestinas, tem feito progressos que pasmam o observador que não tem visto este país desde o princípio da revolução. Os descobrimentos nas artes e ciências, e principalmente aqueles que eu julgar poderem ser com mais utilidade adoptados entre nós, serão expostos com clareza e acompanhados de reflexões práticas, referindo-me sempre às obras de que forem extraídas tais memórias, para que o leitor curioso saiba onde achar as explicações ciscunstandas indispensáveis para a inteligência e execução dos inventos úteis às manufacturas.

A agricultura mãe de todas as artes e origem principal da riqueza dos povos, acabrunhada em Portugal quando em quase toda a Europa tem feito rápidos progressos, terá um distinto lugar no *Observador*; e nele se achará uma notícia do que aparecer de mais interessante sobre este importantíssimo objecto, com o extracto das memórias as mais notáveis que se lerem nas sociedades científicas de Paris e das principais cidades deste reino e da Europa, com preferência sempre daqueles ramos de cultura e indústria mais análogos ao clima e ao estado de Portugal. A arte veterinária desconhecida até agora entre nós, e o modo de cuidar dos gados, não serão esquecidos.

Haverá no *Observador* uma divisão destinada à análise crítica das obras novas científicas, políticas ou literárias, entre as quais escolherei sempre aquelas cujo conteúdo me parecer de uma utilidade mais imediata. Das obras que aparecerem em língua portuguesa falarei assim como das mais, com justiça e sem paixão.

Uma porção deste jornal será dedicada aos artigos originais que me forem comunicados tanto em prosa como em verso. Outra terá por título *Variiedades*, e nela irão compreendidos todos os objectos de interesse ou curiosidade que não puderem entrar nas outras divisões; tais como notícias biográficas, anúncios de sociedades literárias e científicas, de descobrimentos novos ainda não publicados em livro ou folheto separado, anedotas, revista dos teatros francezes, noções de estatística, etc., e será terminado com a lista das obras novas as mais interessantes, com o preço e nome do editor anexos.

Debaixo do artigo *Correspondência*, publicarei todas as memórias ou cartas que me parecerem dignas da impressão. Todos os papéis destinados pelos seus autores a aparecerem neste jornal deverão ser escritos em linguagem decente, e quando falarem das pessoas, terão o cuidado de se absterem de todos os epítetos injuriosos e de acusações vagas e não provadas. Os autores que tratarem de negócios de Portugal ou dos seus domínios relativamente ao governo, terão que assinar as suas memórias ou cartas, sem o que não serão inseridas, porém podem estar certos que em tempo nenhum os farei conhecer, logo que eles o não desejarem. Os artigos literários deverão pelo menos serem assinados com letras iniciais, para os diferenciar dos meus que o não serão. Julguei estas precauções indispensáveis para não ter muitas vezes que me desdizer, e para evitar controvérsias em que o público só se interessa por lhe darem ocasião de se recrear à custa dos escritores que nelas figuram.

Não julgue o leitor que é a minha intenção prometer ao público um jornal enciclopédico para em vez disso lhe dar minguidos e imperfeitos extractos. Se me proponho a falar de uma grande diversidade de matérias, não tenho todavia a louca pretensão de as abraçar todas em cada caderno, e só farei delas uma boa escolha, para poder oferecer sucessivamente uma série de artigos variados sobre os diversos ramos que são

da minha competência, e que se acham compreendidos debaixo de alguma das divisões deste jornal.

Este primeiro número serve de introdução a toda a obra: o discurso político anexo^b foi composto em Setembro de 1814, mas como os acontecimentos posteriores em nada alteraram as opiniões que ali manifesto, não fiz nele a mais leve alteração, como o podem atestar os muitos amigos a quem então o li; o público decidirá se tive razão. No seguinte começarei a executar o plano geral da obra; exporei os sucesos políticos recentes e irei applicando aos diferentes estados e desenvolvendo os princípios que nesta introdução vão apenas indicados. O index cronológico que termina este caderno^c será de suma utilidade para o leitor curioso, que não achará em língua nenhuma, destacada de obras volumosas, a série dos acontecimentos memoráveis desta singular e portentosa época que transtornou a face da Europa. Vali-me principalmente para o compor da obra em quatro volumes de F. Schoell, e adoptei o seu index que corriji e aumentei em vários lugares. De seis em seis meses, ou todos os anos, continuarei a tábuca cronológica. Os cadernos irão paginados de modo a poderem formar volumes os quais levarão o título e index de matérias, e serão compostos de quatro números, cada um da extensão do presente, pouco mais ou menos. Quando me propus publicar este jornal, tive intenção de o fazer em dois cadernos, de quinze em quinze dias, cada um de quatro folhas de impressão em oitavo, pelo menos, porém depois de madura reflexão e cedendo aos conselhos de alguns amigos, determinei fazer um só número de dobrada extensão que aparecerá no principio de cada mês em Paris, e será expedido com a maior prontidão e pontualidade a Lisboa, onde espero obter do governo que a distribuição encontre a menor demora possível na censura prévia a que estará sujeito. Não perderá nada o público nesta mudança; antes evitará o desgosto e incômodo de ter muitas vezes que esperar o caderno seguinte, para terminar um artigo que pela sua extensão seria forçoso separar em dois, cortando assim o fio da matéria, inconveniente que bem vezes tenho experimentado na leitura de obras periódicas, e que procurarei evitar na minha o mais que me for possível.

Em quanto à linguagem, todo o meu empenho será em falar não só bom portuguez mas daquele que todos entendem, e no meu estilo buscarei mais a singela clareza que a estudada elegância. Em uma obra desta natureza cumpre evitar enfáticas declamações e frases altissonantes assim como locuções obsoletas, pois estes affectados ornatos, de

^b O discurso intitula-se *Considerações sobre as causas da queda de Bonaparte e estado político actual das principais potências*, pp. 1 a 95. Deste texto publica-se na presente edição o excerto referente a Portugal.

^c *Index Cronológico dos principais acontecimentos políticos e militares na Europa desde 1812 até à paz de Paris*, pp. 96 a 148.

mau gosto em todas as composições, ainda repugnam mais ao estilo corrente e claro de um jornal. Nos assuntos políticos, nos quais às vezes é custoso sustentar a indignação causada pela violação dos direitos os mais sagrados entre as nações, preferirei sempre moderar os sentimentos do coração, deixando o público bem inteirado dos factos e das razões dos diversos partidos decidir-se por aquele que mais justo lhe parecer. Quando os espíritos estiverem tão exaltados que seja impossível expor a questão a sangue frio, produzirei então, para que o leitor possa formar o seu juízo, não só os argumentos mas até as próprias expressões dos contendentes, com toda a sinceridade, e apesar da parcialidade da qual nenhum homem capaz de sentir e de pensar se pode eximir. Estes princípios terei particularmente diante dos olhos todas as vezes que der conta dos debates do Parlamento Britânico, dos da Câmara dos Deputados de França, e de todos os mais corpos representativos dos diversos Estados do mundo.

Se apesar dos meus esforços, a ausência da pátria que deixei há mais de sete anos, me fizesse usar de vozes ou locuções estranhas, só poderia ser por descuido; e pelo cuidado que perei em evitar semelhante erro procurarei adquirir direitos à indulgência do público. Só me resta falar da ortografia, sobre a qual não há ainda entre nós um sistema que tenha recebido a sanção geral, nem mesmo a dos nossos primeiros corpos literários. Só a um autor clássico compete mudar o que a prática tem estabelecido; e por isso enquanto se não adoptar em Portugal uma ortografia qualquer, seguirei a mais usada, se bem que a não posso aprovar em muitos casos, pois nem é sempre etimológica nem conforme à pronúncia; o uso das letras dobradas, e do *z* e *s* é incerto assim como o sistema de acentos. Não há nação alguma da Europa na qual as pessoas doutas façam erros de ortografia senão em Portugal; isto vem do pouco que estudamos na mocidade, e que cultivamos depois, a nossa bela língua, cujos incomparáveis autores são desconhecidos ao maior número dos portugueses, e também em grande parte do descuido que tem havido na publicação de uma boa gramática e de um bom dicionário, de que só nós entre as nações cultas carecemos. Seria em quanto a mim bem de desejar, que em um sistema de ortografia portuguesa se atendesse principalmente à derivação das palavras, pois já que elas vêm de fontes tão ilustres, parece que não deveríamos renunciar à honra da sucessão, que temos conservado mais pura que todos os outros povos de origem romana. Eu bem sei que nisto também há seus inconvenientes, tendo o uso de tal modo alterado a pronúncia de certas palavras, que seria hoje impraticável poderem-se escrever como o pediria a etimologia, porém mais vale conservar esse precioso parentesco naquelas em que ainda a corrupção o não tem extinto, do que em atenção a algumas vozes degeneradas sofrer que o mesmo mal contamine o que ainda se acha ileso. Há palavras nas quais seria absurdo querer alterar o que o tempo e os bons autores têm con-

sagrado; as letras que nelas parecem hoje supérfluas serviram talvez outrora de indicar aspirações e outras modificações de pronúncia de que ainda hoje se conservam rastros nas províncias, e que muitas vezes me parecem preferíveis à da capital em nossos dias. Seja porém qual for o sistema que venha a adoptar a nossa Academia, a quem compete, é indispensável que se ponha um termo a tanta incerteza, e que se dê remédio a um abuso, do qual enquanto durar, tirarão sempre os estrangeiros uma injuriosa e talvez injusta inferência contra o estado da literatura e das luzes em Portugal; pois que no resto da Europa o progresso das letras vai de par com o das artes e ciências, e se alguma diferença se encontra nesta progressão, é no aperfeiçoamento anterior da literatura, que de ordinário precede e indica o dos outros ramos de cultura.

Paris, 31 de Dezembro de 1814

F. S. CONSTÂNCIO

PORTUGAL²

Nenhum país adquiriu mais fama, nem executou maiores feitos com tão pequenos meios, porque nenhum, na época da sua prosperidade, foi governado por melhores reis e por leis mais sábias. A corrupção que resultou da posse da Ásia e dos mais domínios descobertos e conquistados pelos nossos antepassados foi a primeira causa da nossa decadência; a intolerância e o fanatismo religioso introduzido por D. João III perdeu a D. Sebastião, e com ele expirou a glória de Portugal: o jugo dos Filipes e a tirania que exerceram sobre a nossa pátria completou a sua ruína, e foi causa da perda da maior parte das nossas possessões da Ásia; a feliz restauração de D. João IV salvou as da América, que sem o auxílio de Portugal reconquistaram os brasileiros sobre os holandeses. Ocupado depois com duas guerras prolongadas, e muito atrasado em conhecimentos e civilização, pela funesta influência da tirania de uma nação em plena decadência, governada por ministros incapazes e perversos, não pôde Portugal recuperar com a independência as instituições que antigamente o tinham elevado a um tão grande grau de energia, de riqueza, e de esplendor. A sua agricultura e indústria arruinadas havia muito tempo receberam um golpe fatal pelo impolítico tratado de Methuen; o seu comércio e navegação eram quase nulos; e das nossas colónias incultas só nos vinha o ouro, cuja custosa extracção deixava um lucro insignificante, e mesmo quando ela era fácil, não se podia comparar com o que resulta hoje da cultura do algodão, da cana, ou do tabaco: apenas chegava este metal precioso a Lisboa logo saía para os países estrangeiros a troco das fazendas e do trigo de que carecíamos, sendo Portugal pobre, não como erradamente o disseram alguns escritores, por possuir demasiadas riquezas, mas porque estas passavam das nossas mãos às dos ingleses, holandeses, etc., sem terem circulado no interior do país. A educação entregue aos Jesuítas era melhor para formar frades que cidadãos úteis à pátria e ao príncipe; as artes estavam na maior decadência, e as ciências menos cultivadas que em parte alguma da Europa; quando a elevação de El-rei D. José ao trono veio mudar a face do reino, que achou no mais deplorável estado, o qual ainda foi agravado pela terrível catástrofe do terremoto.

Sem aprovar todas as medidas do Marquês de Pombal, e reconhecendo pelo contrário, que cometeu muitos erros e não poucas injustiças, não posso deixar de admirar a sua administração, à qual devemos a cultura do Brasil, a existência do nosso comércio, o melhoramento dos estudos, o estabelecimento do erário, e regeneração do exército e da marinha, e extinção dos Jesuítas e a diminuição da influência das mais

² Pp. 81-92.

ordens monásticas cuja supressão gradual e progressiva tinha já sido decretada, e da qual depende em grande parte a prosperidade interna de Portugal. Começou então a diminuir o desprezo com que nos olhavam as mais potências, e a Inglaterra foi mesmo obrigada a respeitar o nosso governo, porque já tinha então cessado Portugal de ser uma colônia sua. Estes resultados imediatos da administração do Marquês de Pombal não admitem contestação, porém muitos com razão se queixam do seu despotismo, que aumentando a autoridade dos ministros, destruiu a independência dos tribunais, e substituiu à força salutífera, regular e uniforme das leis, a funesta influência variável e arbitrária da vontade dos ministros, que por meio dos *Avisos*, e em nome do soberano, alteram e suspendem as leis, e as revogam nas suas mais importantes disposições. É certo que durante o reinado de El-rei D. José não foi grande o abuso dos *Avisos*, mas como o mal é mais durável que o bem, e vai sempre em aumento, depois da sua morte cresceu esta prática, e nas mãos de cada um dos seus sucessores das diversas repartições veio a ser um instrumento de mil injustiças e de milhares de ordens funestas aos particulares, ao Estado, e aos interesses da Coroa. Contudo, apesar de todos os vícios da administração, prosperou rapidamente Portugal debaixo de felicíssimo reinado da nossa excelente rainha D. Maria I cujas boas qualidades, são discernimento, e óptimas intenções ficarão sempre gravadas na memória de todo o português¹. A guerra da América favoreceu notavelmente o nosso comércio; as luzes se espalhavam de dia em dia, e os excelentes resultados da reforma da universidade e da criação da Academia das Ciências eram aparentes: o estudo das línguas estrangeiras, e as viagens fora do reino por ordem e à custa do governo, começavam a familiarizar a nação com os usos, costumes, instituições e estado dos conhecimentos das nações as mais cultas da Europa; e em uma palavra só faltava para o melhoramento geral ser constante, que se viesse a realizar o projecto da reforma da legislação, e particularmente a das leis agrárias e comerciais; a simplificação dos processos; um melhor sistema de arrecadação e de alfândegas; e mais que tudo a repressão de todas as medidas arbitrárias dos depositários da autoridade do soberano.

A deplorável moléstia da Rainha fez passar a autoridade suprema à pessoa do Príncipe Regente, que desde esse momento não tem cessado de experimentar grandes infortúnios, dos quais tem sabido triunfar pelo seu carácter e firmeza. Achou o erário exausto pela prodigalidade mal entendida dos ministros, e pelos enormes gastos das dispendiosas, e

¹ A munificência desta Senhora liberalmente continuada por seu augusto filho o Príncipe Regente, devo em grande parte a minha educação, sendo um dos pensionários que em 1791 foram mandados a Inglaterra a estudar a Medicina e a Cirurgia, ou para se aperfeiçoarem nestas importantes ciências. Esta expedição foi ordenada por S.M. a rogos de meu pai Manuel Constâncio, cujo patriotismo, probidade, e amor da sua profissão, não foram ainda excedidos, e a quem julgo que nenhum português recusará o título de restaurador da cirurgia em Portugal.

pela maior parte inúteis obras, que se principiaram, e das quais poucas chegaram a se concluir. Teve que sustentar uma guerra contra a França, na qual sofreu grande dano o nosso comércio do Brasil, e que nos causou muita despesa, quando em hipótese nenhuma nos podia ser proveitosa, e para cuja conclusão em nada podia influir o nosso diminuto auxílio; porém foi forçoso ceder às insinuações da Inglaterra a quem convinha que não imitássemos a Suécia e a Dinamarca, ficando neutros como estes reinos, que tanto então se enriqueceram. Isto reconheceu mais tarde o governo de Portugal, e o nosso excelente Príncipe preferiu depois pagar a preço de ouro a paz com a França, para fazer gozar os seus vassallos das imensas vantagens da neutralidade que desfrutámos por alguns anos com tão notável aumento do nosso comércio, e da riqueza nacional. As exportações do Brasil já tinham pela ruína da ilha de S. Domingos experimentado um aumento considerável, e depois que as fiações e fábricas de algodão cada dia faziam novos progressos em França, na Suíça e na Alemanha, ia em igual progressão crescendo a nossa exportação deste género para o continente: a do café, e do açúcar não eram menos importantes.

Tal era o estado feliz de Portugal, apesar do seu papel-moeda, de uma dívida com a qual podia o Estado, e dos vícios da administração e legislação, dos quais alguns já se tinham principiado a reformar, e cuja total emenda dependia de se confiar a um só ministro, hábil, firme, desinteressado, sincero amante da pátria fiel ao seu soberano, a importantíssima comissão de rever as instituições nacionais, e de adoptar um plano não de reforma parcial, mas sim de um melhoramento geral, metódico e estabelecido sobre princípios fixos e uniformes. A pérfida invasão do nosso território pelos exércitos francês e espanhol, não deixou ao Príncipe Regente outro recurso senão o de fazer o penoso mas necessário sacrifício de se retirar ao Brasil, determinação a que a Europa inteira aplaudiu, e que tanto penalizou a Bonaparte e ao seu general. Para evitar os males da guerra e a triste necessidade de abandonar Portugal, tinha o Príncipe consentido em todas as condições propostas pela França, que não eram incompatíveis com a honra e decoro do soberano e com a independência da nação, mas não bastaram tão grandes sacrificios para contentar a insaciável cobiça de Bonaparte, que só cuidava nos cem milhões de cruzados que queria de pancada tirar de Portugal, e na conquista da Espanha que meditava, e que a posse da nossa pátria lhe devia facilitar.

Escuso recordar a tirania de Junot, os crimes e as vexações dos seus agentes, e as causas do levantamento da nação contra os seus opressores, tão glorioso para nós como proveitoso para toda a Europa, que seguindo o nosso exemplo, mais ainda que o da Espanha, conseguiu enfim libertar-se. É notável que durante a ocupação de Portugal pelos franceses, foi o povo que indignado procurou sacudir um jugo odioso, e não os grandes que se diziam os esteios do trono. Não foi nas classes médias e inferi-

ores que Junot buscou os instrumentos que se prestaram a converter uma assembleia informe e ilegal, vão simulacro das Cortes do reino, em uma representação dos Três Estados, e como tal arrogando-se o direito de dispor da soberania. Em todo o tempo foi sempre o povo que em Portugal resistiu ao jugo dos estrangeiros; assim o fez quando elevou ao trono D. João I, e na infeliz época da usurpação da coroa por Filipe II, à qual ninguém ignora o quanto foram favoráveis muitos dos grandes do reino.

Aos esforços da nação, ao valor dos ingleses e ao talento de Lorde Wellington devemos a expulsão dos franceses de Portugal. O nosso exército, cuja glória é pura, deve a sua actual disciplina ao Marechal Beresford, e tanto os aliados como os inimigos reconhecem o seu valor, e atestam as suas proezas; porém não basta a glória militar comprada com a perda de tantos valorosos soldados para compensar os males que temos sofrido. De tantos esforços, de tão extraordinários sacrifícios, não excedidos por nação alguma, não nos resta, nem sequer a satisfação de termos recuperado Olivença tão iniquamente arrebatada, e por nós restituída generosamente à Espanha: figurámos no Tratado de Paris só para cedermos Caiena; é de esperar que não figuremos no Congresso para ouvirem os nossos negociadores declarar-se abolido o comércio da escravatura, o que equivale à ruína do Brasil! A Inglaterra, que bem se tem pago dos auxílios que nos ministrou, pelo comércio que tem feito com Portugal e com o Brasil em virtude de um tratado bem digno de figurar a par do de Methuen, não deveria ter procurado arruinar as nossas colónias apresando os nossos navios, ao mesmo tempo que como fiéis aliados vertíamos o nosso sangue por uma causa em que eles mais que nós eram interessados.

A situação actual da monarquia portuguesa é crítica, e requer a reunião das luzes de toda a nação para cooperar com o governo a fim de salvar a pátria dos perigos que a ameaçam, ou o Príncipe volte a Lisboa, ou haja de ficar na América. A perda do monopólio do Brasil que eu reputo inevitável; o estabelecimento de governos independentes na América espanhola; a devastação de uma grande parte de Portugal pelos exércitos inimigos e até pelos nossos, junto com a certeza da cessação forçada, ao mais tardar dentro de cinco anos, do comércio da escravatura, e com os funestos efeitos de algumas cláusulas do tratado de comércio, são as razões que me fazem recer fatais resultados para a pátria, se se não adoptarem prontamente remédios eficazes. Eu vou indicar os que me parecem mais adequados à natureza do mal e às circunstâncias particulares em que nos achamos.

O primeiro objecto digno de fixar a atenção do nosso governo, e que ao mesmo tempo encerra o melhor remédio para reparar as perdas que temos feito ou podemos vir a fazer, é o aumento da agricultura de Portugal, e com ela o dos gados de que tanto carecemos, e da indústria de que é susceptível actualmente o nosso país. Para o conseguir, não há mais que imitar o que se tem executado em tantos outros Estados, e

que se reduz a promover a cultura das terras, não por decretos violentos, mas unicamente aliviando os cultivadores do peso dos impostos; favorecendo o transporte dos produtos territoriais; destruindo ou modificando o resto da legislação feudal; facilitando as compras, vendas e repartição das terras; determinando por meios indirectos, os grandes proprietários a cultivarem ou a alienarem as suas terras; promovendo a instrução e proibindo rigorosamente a admissão de mais frades, extinguindo-se deste modo a maior parte das comunidades sem se cometer injustiça para com os indivíduos que as compõem, e aumentando as cõngruas ao clero secular. Estas e outras medidas semelhantes são, como a experiência o tem mostrado, infalíveis, porém para terem o seu pleno efeito são precisos capitais, que entre nós só se acham nas mãos dos negociantes, e que pela maior parte são devidos ao comércio e à navegação; a estes dois importantes ramos convém pois atender sem perda de tempo, concedendo-se-lhes toda a protecção.

Não era a posse, mas sim o comércio do Brasil que deixava em Portugal os avultados capitais que possuíam as grandes casas de negócio de Lisboa e do Porto; se pudermos conservar este comércio, apesar da faculdade que terão os brasileiros de traficar com as mais nações, e estas de irem em direitura aos portos da América, não só nada perdemos, mas até me parece indubitável que, aumentando a prosperidade do Brasil, aumentará também a nossa, e sendo as nossas relações voluntárias serão mais sólidas e duráveis que até agora que eram forçadas. Todo o ponto consiste em fazer com que os brasileiros prefiram mandar os seus géneros a Lisboa e ao Porto em vez de os expedirem para os portos estrangeiros em navios portugueses, e em avantajá-los estes de modo que não haja a nossa navegação de recear a concorrência dos estrangeiros. Estes dois fins se conseguirão facilmente estabelecendo direitos suficientes de entrada e de saída no Brasil e nas mais colónias, sobre as fazendas e géneros importados ou exportados em navios estrangeiros, sendo ao mesmo tempo muito módicos, e até isentando-se deles, as carregações dos nacionais. Em Portugal se deverá igualmente favorecer a marinha portuguesa, concedendo-se o mesmo favor aos géneros exportados para os portos da Europa em embarcações nacionais, e pondo-se neles, quando o forem em vasos estrangeiros, um direito que se regulará pelos preços dos géneros coloniais das mais potências, a fim de poderem os nossos competir com eles nos mercados da Europa. Às fazendas estrangeiras se deverá conceder em Portugal, e especialmente em Lisboa, uma inteira franquia, e quando forem reexportadas, não pagarão direitos, ou só algum insignificante imposto para os gastos dos armazéns e da balança, e isto se deve entender com a mais estrita igualdade para todas as nações. Por meio destas medidas preferirão os estrangeiros virem depor em Lisboa as suas fazendas, não só para dali as reexportarem para o Brasil, mas igualmente para a América espanhola, e achando mais vantagem em as embarcar em navios

portugueses quando as destinarem para o Brasil, carregarão nestes de preferência. Os brasileiros, sem dúvida, antes quererão expedir para Lisboa, não só pela incomparável posição deste porto, onde têm os seus antigos correspondentes, amigos e parentes, que falam a mesma língua e têm os mesmos usos e costumes, como por nele serem os gastos menores que nos estrangeiros, além do que, nem o porte dos navios do Brasil, que por economia deve sempre ser avultado, convém para as expedições aos portos de França, do Báltico e de Itália, nem é fácil achar em qualquer deles a variedade de fazendas de que constam os retornos. Pelo que diz respeito ao contrabando na América, esse é muito difícil nos gêneros coloniais, e por isso pouco ou nenhum proveito haverá em fraudar os direitos de entrada quando em retorno só possam os contrabandistas trazer ouro.

A escravatura é o pior achaque do Brasil, e há muito tempo que deveríamos ter começado a tomar medidas gerais e constantes para civilizar os índios e emancipar gradualmente os pretos, promovendo os casamentos entre eles a fim de não carecermos de novas importações de escravos: nenhuma nação o pudera ter mais facilmente conseguido que a nossa, pois tinha o exemplo dos serviços, fidelidade, e préstimo dos negros livres na costa de África onde servem quase todos os empregos, e mesmo no Brasil onde mais de uma vez têm pelos seus bons serviços merecido a nossa gratidão. O que até aqui era prudente agora se torna absolutamente necessário se quisermos salvar o Brasil dos efeitos que infalivelmente resultarão da abolição do comércio da escravatura proclamada pela Inglaterra; do estabelecimento florescente de Serra Leoa, e da proximidade dos novos governos rivais da América Meridional. A religião, as recompensas e distinções são os principais meios de se civilizar os negros, e entre eles mesmo os seus irmãos africanos.

A adoção em Portugal dos princípios liberais de tolerância, proclamados pelo Príncipe Regente no Brasil, será também um meio poderoso de chamar à nossa pátria os capitais e a indústria de muitos estrangeiros. Se a tolerância se estendesse aos Judeus, voltariam a Portugal centos de famílias opulentas de origem portuguesa, que hoje disseminadas por toda a Europa ainda conservam com o uso da língua que falavam seus avós o amor da sua antiga pátria. Poderá algum leitor superficial observar que por um tal sistema diminuirão consideravelmente os rendimentos das alfândegas; assim deve ser; porém aumentará de tal modo a riqueza nacional, que os impostos sobre os rendimentos dos particulares e sobre o consumo, compensarão amplamente uma tal diminuição. Em todos os Estados consiste o grande capital da nação na riqueza territorial, e na indústria produtiva; e nos países em que mais rendem as alfândegas, como em Inglaterra, não formam estas mais que uma diminuta parte dos outros impostos.

PORTUGAL E BRASIL⁴

Se fosse tão fácil regenerar as instituições de uma nação como é de excitar nela a energia militar, poderia esperar a monarquia lusitana dentro de pouco tempo elevar-se a um grau de esplendor, de riqueza, de civilização e de felicidade interna igual ao dos povos mais bem regidos, porém isto é impossível enquanto a execução das determinações patrióticas do soberano encontrar nos funcionários públicos, mais atentos à utilidade própria que ao bem dos cidadãos, um obstáculo invencível. A seu tempo falarei com mais individuação dos principais vícios que entre nós obstem ao estabelecimento de tudo o que é útil, pervertem as disposições as mais benéficas do Príncipe; e como, à sombra e em nome dele, exercem os magistrados, do modo o mais tirânico, um poder, que, por falta de responsabilidade efectiva, se torna arbitrário. Deste modo arruinam a nação, indis põem os ânimos dos súbditos contra o imperante, que só deseja o bem do seu povo, mas que enganado, iludido, e rodeado de cortesãos egoístas, as mais das vezes não conhece os males do Estado nem as justas queixas da nação. A administração da justiça é em Portugal e seus domínios a hidra horrenda que devora a nossa pátria: tão grande, variada, e universal é a funesta influência de um sistema tão defeituoso em todas as suas partes! Enquanto em Portugal, não houver uma garantia suficiente da liberdade individual, e da propriedade, serão baldados todos os esforços que fizer o governo a bem da agricultura, do comércio e da indústria, sendo aliás a prosperidade destes ramos o único meio, não digo de melhorarmos de condição, mas até de continuarmos a existir na Europa e na América como corpo de nação independente. Os que ocultarem esta verdade ao soberano, conhecendo-a, são os seus mais perigosos inimigos: aqueles cuja ignorância ou limitada capacidade lhes não permite apreciar máximas desta natureza, devem forçosamente opor-se a eles; e uns e outros não cessarão de considerar como inimigos do Príncipe os homens que as inculcam, porque o são deles.

Nada tem ocorrido de notável em quanto às relações políticas de Portugal. Os negócios de toda a Europa no Congresso estão tão embaraçados, que é incerto se se poderá tão cedo chegar ao que nos toca; e se uma decisão solene nos não restituir Olivença, à qual, menos por interesse que por brio, não devemos renunciar, só por força de armas a poderemos recuperar: o estado da Europa dentro de alguns meses mostrará se, no caso de não anuir a Espanha à nossa justa pretensão, convém ou não que recorramos à força. É de lastimar que na paz de Paris

⁴ Pp. 260-266.

só fizessem os ingleses de nossos procuradores em prejuízo do seu antigo e fiel aliado, que tantas vezes têm sacrificado na guerra e enganado na conclusão dos tratados de paz! Estou bem certo que o nosso Príncipe nunca teve tenção de conservar Caiena, porém parece-me impossível que pudesse aprovar uma cessão pura e simples do que estava em nossas mãos, sem a fazer valer ao menos para tornar a haver o que era nosso: ceder conquistas sem compensação de perdas, só compete aos vencidos, e nunca aos vencedores.

Desde a conclusão da paz com a França, não têm cessado os boatos de que o Príncipe voltava com toda a família real a Lisboa: eu nunca o quis acreditar, pois julgo, com todos os homens de senso na Europa, que um Estado nascente, como o Brasil, susceptível de um aumento incalculável de civilização, força, povoação e riqueza, carece da contínua vigilância do soberano. Portugal pode governar-se estando o Príncipe no Brasil, até com uma economia, que no estado de penúria dos nossos rendimentos se torna indispensável; e conciliando-se sábia e prudentemente os interesses dos dois países, poderá prosperar. Se porém a corte deixasse o Brasil, quem sabe se entregue a vice-reis e governadores, dos quais a experiência tem mostrado quão poucos merecem a aprovação dos brasileiros, consentiria esta rica e vasta colônia a depender por muito tempo da metrópole, sem a qual pode excellentemente subsistir! A independência da América espanhola deu o último golpe ao sistema colonial de todas as nações da Europa. Fez pois muito acertadamente o Príncipe em não ceder às insinuações da Inglaterra, resolvendo de permanecer no Brasil: o decreto de 18 de Junho, que declara os portos de todos os seus Estados abertos aos navios de todas as nações, e que dá aos seus vassallos a faculdade de navegarem para os dos outros países, é o correctivo necessário dos maus efeitos do tratado de 1810 com a Grã-Bretanha, e uma prova da firme resolução de não abandonar a América; e se for seguido de uma inteira igualdade dos direitos de entrada e saída exigidos, e dos privilégios concedidos a todas as nações, será completa a emenda de um erro que talvez foi inevitável. A rivalidade entre os negociantes estrangeiros fará em resultado a baixa dos seus géneros e fazendas, e o melhoramento do preço dos nossos.

Em Portugal tem causado grande consternação a abertura dos portos do Brasil, e a faculdade de expedirem os brasileiros em direitura para os de todos os Estados da Europa. Será bem fundado com efeito, o temor dos negociantes portugueses, se a esta medida necessária, justa, e vantajosa ao Brasil, se não seguirem outras tendentes a conservar a Portugal o seu comércio e a sua marinha: os heróicos esforços dos portugueses mereceriam este favor da parte do soberano por quem têm pelejado com tanto ardor e fortuna, se os interesses deste soberano e os do Brasil não fossem fáceis de conciliar com os da nossa comum e primeira pátria. Proteger a nossa navegação, aumentando a

marinha mercante, e converter Lisboa em um porto franco, como já o dissemos; eis aqui em duas palavras o único modo de salvar Portugal de uma ruína inevitável, sem atacar nem levemente os interesses do Brasil: todas as nações favorecem a exportação e importação de géneros em navios nacionais; todas concedem franquias; porque havemos nós, que mais que nenhuma outra carecemos de adoptar este sistema, tardar em o pôr em prática? Ele fará a nossa felicidade, e nenhum governo se queixará, a não ser o de Inglaterra, ao qual é impossível agradar a não sacrificarmos sempre os nossos interesses à sua insaciável cobiça.

Por notícias que há pouco recebi do Brasil, vejo com bastante mágoa que pouco ou nada se tem feito lá para a gradual emancipação dos negros e dos índios, e que antes bem pelo contrário se fez contra os chamados *Buticudos*, uma guerra feroz que mais merece o nome de matança. Deplorável erro! Ignoram os bárbaros que a aconselham o feliz resultado do sistema de doçura dos Jesuítas no Paraguai, e o dos anglo-americanos para com os índios seus vizinhos, que eram os mais ferozes, e são os mais valentes de todo o continente americano! Não se pode assaz insistir na necessidade imediata de estabelecer um plano geral para melhorar a condição dos escravos no Brasil, de tal modo que dentro de um certo número de anos, até venha a cessar, não só a importação deles mas até a existência da escravatura. A maior dificuldade consiste sem dúvida em chegar a vencer as preocupações arraigadas dos brancos, cuja obstinação é igual à ignorância de que sempre é filha. Se se perder tempo, arrisca-se muito o Brasil a vir a ser um novo teatro das cenas horríveis de S. Domingos, cuja história imparcial e fielmente escrita pelo Coronel Malenfant merece ser de dia e de noite meditada pelos conselheiros do Príncipe². As circunstâncias em que se acha o Brasil são muito semelhantes, e os perigos e remédios são quase os mesmos que o autor aponta em quanto àquela colónia.

Para a rápida civilização, melhoramento de cultura, e de todo o género de indústria, parece-me não só acertado mas até indispensável, que o Príncipe mande alunos para nas principais capitais da Europa aprenderem ou se aperfeiçoarem nas artes e ciências, e para com eles se formarem escolas práticas quando voltarem à pátria: a aptidão dos brasileiros é notória, e se forem bem escolhidos, serão rápidos os seus progressos e as incomparáveis vantagens destas utilíssimas expedições. Paris é de todas as capitais onde mais se pode aprender, e com menos despesa e maior facilidade: todas as ciências; o desenho, a pintura e as mais artes, estão aqui hoje no maior auge: daqui podiam os que se destinassem à mineralogia passarem a Alemanha, e os que se dedicassem à pintura, escultura e architectura, a Itália; e todos não sairiam da Europa

² Darei uma extensa análise desta interessante obra, no número seguinte.

sem principiarem ou acabarem os seus estudos em Inglaterra. Seria preciso que todos os alunos tivessem feito os estudos prévios e preparatórios, e que nomeasse o governo um director em Paris, e outro em Londres e em Roma, que vigiasse sobre os trabalhos de cada um, não sendo possível desempenharem jamais os agentes diplomáticos, uma tal comissão, por ser ou demasiadamente minuciosa, ou por não possuírem as mais das vezes os conhecimentos necessários para se poderem dirigir com acerto em tais matérias. Das tentativas que neste género tem feito há 25 anos o governo português, já tem resultado notável melhoramento, apesar de não terem ainda produzido todo o fruto que delas deveria ter resultado.

20 Janeiro 1815

COROA DE PORTUGAL^a

Nos domínios portugueses da Europa nada tem ocorrido ultimamente que mereça particular notícia, a não ser o insulto feito em Lisboa pela fragata inglesa que quis sair após de um navio americano sem mediarem as 24 horas de rigor, e que segundo as cartas de Lisboa teve a insolência não só de não obedecer ao sinal da torre de Belém, mas até de fazer fogo contra ela ferindo vários soldados. Apesar disto foi obrigada a entrar no porto, o que não teria sucedido nos tempos passados, e o que bem mostra que hoje somos menos sofreadores. O insulto feito no Faial pela nau Plantagenet, cujas lanchas debaixo do nosso forte apresaram um corsário americano, ameaçando de bombardearem a cidade se o forte atirasse, não é menos odiosa, e não precisa de comentário.

Em Lisboa reina uma grande consternação depois que é conhecido o decreto de 18 de Junho, da abertura dos portos do Brasil, e a ela se deve attribuir a facilidade com que se acreditou levemente a notícia falsa da imposição de 30 por cento na exportação de todos os géneros do Brasil não destinados para Portugal. A propósito deste decreto, não sei porque todas as gazetas francesas lhe alteraram a data de Junho substituindo-lhe a de Novembro, quando não havia na Europa notícias do Rio de Janeiro posteriores a 26 de Outubro: a maior parte dos gazeteiros ingleses e franceses também continuam a desfigurar os nomes portugueses; o do Senhor António de Araújo é dos mais mal tratados, e pelo modo com que o escrevem é preciso adivinhá-lo.

Já disse que para evitar a ruína total de Portugal são indispensáveis medidas semelhantes às que propus no 1º número, porém os direitos devem ser regulados de modo que não afugentem os estrangeiros de nosso mercado, dando a vantagem, se forem demasiadamente fortes, aos géneros das nações rivais.

É verdadeiramente risível o ciúme que causam os editais da Junta do Comércio, acerca das fábricas de Portugal, aos patrióticos e sagazes redactores das gazetas inglesas; a alguns deles já lhes parece que o Senhor José Acúrsio das Neves, secretário desta junta, vai dar um golpe mortal à indústria inglesa!

Do Brasil pouco sabemos. Os ingleses tentaram meter o pé na ilha de Santa Catarina, porém felizmente foi-se-lhe à mão. O ministro de Espanha, Castillo, antes de sair de Rio de Janeiro quis fazer prender um capitão da sua nação que recusou emprestar-lhe uma soma de dinheiro, alegando falsamente contra ele delitos supostos. O governo

^a Pp. 304-307.

português obrou como devia, e protegeu o capitão contra o despotismo de um enviado, que nomeado e pago para defender os direitos dos seus compatriotas em país estrangeiro, conspira contra eles em vez de os patrocinar.

Com sumo prazer e não pequena admiração, soube que se acham actualmente muitos chinas (15 ou 16) de diversos officios, jardineiros, oleiros, fabricantes de sedas, torneiros, etc., a quem o Imperador da China concedeu licença de virem residir alguns anos no Brasil. Este singular favor, de que creio não há até agora exemplo, é devido à gratidão do Imperador da China pelo serviço que, haverá dois anos, lhe fez uma fragata de Macau que limpou as costas daquele império dos piratas que o infestavam. Um dos primeiros resultados da chegada destes chinas tem sido a introdução da cultura do chá, o qual assim como todas as mais plantas do Oriente deve prosperar em um ou outro clima do Brasil.

Os inglezes continuam a apresar os nossos navios de escravatura. Dizem as últimas cartas de Viena que as principais potências declararam que se não intrometeriam na questão do comércio dos pretos, vista a opposição da Espanha e Portugal. A paz da Inglaterra com os Estados Unidos deixa o mar livre a um rival o mais activo, e intelligente; e requer da parte do governo português os maiores esforços para que os nossos gêneros e a nossa navegação não sejam vítimas da concorrência. O comércio português de Ásia vai em grande aumento, e durante o ano passado ocupou 36 navios, incluídos 12 para a China.

A civilização do Brasil faz rápidos progressos nos portos de mar: as artes mecânicas se vão aperfeiçoando, e os costumes se vão modificando à europeia. Até certas fábricas têm prosperado, como a de vidros na Baía. As minas de ferro descobertas pelo meu amigo o sábio e honrado Sr. Manuel Ferreira da Câmara, prometem resultados da maior importância, e já dão um considerável produto por preços não excessivos, para uma empresa tão recente. Este mesmo insigne químico e mineralogista prático, digno discípulo das escolas de Paris e de Freyberg, tem feito notáveis melhoramentos na exploração das minas de ouro, de que é intendente geral, e em todo o género de máquinas e engenhos, apesar das contrariedades que a ignorância sempre obstinada lhe tem suscitado.

Há hoje no Rio de Janeiro e na Baía belos teatros, passeios, estalagens, lojas elegantes, que em nada diferem da Europa. O amor da leitura vai aumentando: na maior parte das grandes cidades há imprensas, em algumas há mercadores de livros, e se começam a formar livrarias públicas; o estudo da língua francesa e inglesa se vai todos os dias tornando mais familiar; e o desejo de viajar vai aumentando. Tudo isto está na infância, porém hoje em dia podem ser os progressos muito rápidos se o governo os souber promover.

s/d [Janeiro/Fevereiro 1815]

PORTUGAL E BRASIL²

Apesar de se ter anunciado que o exército português se ia reduzir ao pé de paz, é certo que continua no de guerra e até que se recruta para o conservar completo: isto me parece acertado vista a situação da Espanha e a pouca disposição que ela mostra de nos entregar o que foi nosso. O Marechal Beresford fez ultimamente uma promoção no exército que justamente indispôs a nossa oficialidade e toda a nação; e a qual a regência com muito acerto e firmeza recusou de executar sem primeiro consultar o Príncipe. Dois oficiais partiram com efeito para o Rio de Janeiro, um encarregado pelo Marechal Beresford, general em chefe do exército português, e outro por parte da regência. Nesta promoção só os oficiais ingleses ao nosso serviço eram contemplados, e a eles se davam quase exclusivamente todos os lugares de coronéis e outras patentes superiores. Esta parcialidade é tão injusta como mal entendida. Se as circunstâncias tristes em que nos achámos nos obrigaram a escolher entre dois males o menor, e a entregar a direcção do nosso exército a estrangeiros, e às forças aliadas a defesa da nossa pátria, bem merecemos pela cooperação honrosa e pelo valor e disciplina que mostraram os nossos, que não se atribua nem todo nem mesmo o principal merecimento da expulsão dos franceses de Portugal aos oficiais ingleses que vieram organizar o nosso exército, e que pela maior parte pouco ou nada superiores eram aos nossos conhecimentos militares; sendo constante que poucos tinham visto fogo, e que muitos saíam das milícias sedentárias, e outros sem nunca terem servido, de repente de negociantes se metamorfosearam em militares, tanto em Espanha como em Portugal. É justo que se lhes dêem pensões: hoje que não carecemos deles, mostremos o nosso reconhecimento, porém não à custa dos bem adquiridos direitos dos nossos valorosos compatriotas, cujo sacrifício do amor próprio nacional à salvação da pátria não é por certo o menos legítimo título dos muitos que adquiriram à estimação da nação portuguesa e do seu Príncipe. Ou Portugal tem que ficar em paz, e então nenhuma razão há de conservar tantos oficiais estrangeiros ao nosso serviço; ou há algum receio de guerra com Espanha. Neste caso importa muito mais exaltar o patriotismo dos nossos militares mostrando-lhes que a estrada da glória também é a das honras e do adiantamento, do que descontentar todo o exército para comprar a alguns centos de estrangeiros de que é constante que pouca ou nenhuma precisão temos. Funesta e fatal necessidade é a que obriga uma nação a confiar a defesa da sua independência a estranhos; porém

² Pp. 466-474.

ao menos quando por preço tão caro a consegue, é o seu primeiro dever emancipar-se desta tutela logo que escusa de socorro e influência alheia. E não se diga que isto é uma ingratidão, pois além de se não poder jamais aplicar este sentimento às relações de Estado a Estado, sendo o bem de cada nação a suprema lei, é preciso ser muito cego para não ver que nunca os governos dão auxílio senão por interesse próprio. Se a Inglaterra contribuiu a conquistar a independência da península, bem compensada foi dos seus esforços, pois eles, e ainda mais os da nação espanhola e portuguesa, salvaram a Inglaterra do perigo iminente que a ameaçava, sem falar nas imensas vantagens que dali resultaram ao seu comércio desfalecido na época memorável da ocupação de Portugal pelo exército francês.

Os ingleses olharam para nós só como um instrumento útil para os seus fins; e tão pouco caso fizeram do nosso exército, que aparecendo no Vauxhall nas festas públicas que se celebraram pelos sucessos de Lorde Wellington, todos os retratos dos chefes ingleses, e não poucos de quantos cabos de quadrilhas espanholas tinham adquirido uma celebridade efêmera, e que eram indignos de figurar ao lado de Lorde Wellington, do Marechal Beresford, do General Hill, etc. não se observava uma só efígie de um português, como se com efeito nada tivéssemos feito para a causa comum, e se o exército espanhol tivesse mostrado mais valor e disciplina que o nosso! Os ingleses bem sabiam o contrário, porém de nós estavam certos; e o carácter orgulhoso, inflexível e intolerantemente nacional dos espanhóis exigia que o tratassem com mais melindre, e que se procurasse conciliar esta nação altiva, presunçosa, e por consequência naturalmente ingrata aos seus poderosos aliados, que não poucas vezes tratou como se fossem inimigos. O Marquês de Wellesley e todos os mais diplomatas ou chefes militares ingleses reconheceram que a nação espanhola não dobrava o joelho a estrangeiros, mesmo quando deles mais carecia, e que de todos eram os ingleses, os que menos influência durável teriam no país, porque tão soberbos e intolerantes como os espanhóis e muito pouco sociáveis, perdiam de um lado pelo seu mau modo o que granjeavam pelo seu valor. Daqui nasceu que muitas vezes os feridos e doentes ingleses preferiam cair nas mãos dos franceses que ficarem entregues aos espanhóis; o que aconteceu particularmente depois da batalha de Talavera-la-Reyna aos prisioneiros feitos naquela cidade pelo exército francês, a cujo general deveram, como se pode ler nas cartas que os mais deles publicaram nas gazetas inglesas, não terem morrido ao desamparo.

Todos os elogios feitos pelos generais ingleses ao exército português, recaem principalmente sobre os nossos soldados, ou oficiais subalternos, não tendo dado ocasião a nenhum dos superiores de se distinguir, sendo raríssimas vezes chamados a mandarem um corpo um pouco numeroso; e como os nossos regimentos estavam confundidos em brigadas com os ingleses, e estas eram sempre comandadas por eles, ficava sempre ofus-

cada a nossa glória; e para avaliar a parte que tocava a cada um, era necessário saber em que proporções se achavam no momento da acção, o que só o quartel-general sabia com exactidão. Resultou deste sistema (que talvez fosse o melhor para o successo final dos exércitos aliados) que hoje ignoramos depois de uma guerra gloriosa de seis anos contra a primeira potência militar da Europa, se temos ou não officiaes capazes de mandarem corpos de 10, 20 ou 30.000 homens; e se os ingleses disserem que, se amanhã chamarem de Portugal os seus officiaes nada valerá o exército portuguez, talvez sejam acreditados. Porém para mim é ainda mais certo que se continuarmos semelhante sistema, nunca teremos exército, e por consequência nunca seremos senão os humildes súbditos das outras nações; andaremos sempre de andadeiras e nunca tornaremos a ser homens como o foram os nossos illustres antepassados, que eram contudo de mesma tẽmpera que os seus descendentes.

A navegação entre a França e Portugal tem sido activa e nos tem provido abundantemente do trigo de que carecíamos. Os retornos de Portugal tẽm sido pouco consideráveis em razão do estado actual de estagnação do comércio de gêneros coloniaes, pelos preços demasiadamente subidos deles em Lisboa, e também até um certo ponto pela chegada em direitura de vários navios da Baía, Maranhão, etc. Um fenómeno singular em Portugal tem sido sustentarem-se, até em prosperidade muitas das nossas fábricas, e particularmente as de chitas apesar de estarem pouco adiantadas, e de serem mais caras que as inglesas, cuja entrada é livre há cinco anos: não o posso explicar senão pela inteira falsificação das fazendas inglesas, cujo baixo preço não convida o comprador que tem conhecido a péssima qualidade tanto do pano como das tintas. Um negociante meu amigo, que voltou há pouco tempo de Salonica, onde era agente de uma casa de Londres, me disse que nos últimos tempos nem mesmo os turcos queriam chitas inglesas; e antes de as comprarem experimentavam a sua qualidade, e achavam que rasgavam como se estivessem podres.

Luis XVIII mandou restituir ao nosso governo a Bíblia do Mosteiro de Belém, pagando por ela do seu bolsinho a soma de 80.000 francos à successão do general Junot que de lá a trouxe, e que a guardou como sua, tendo ela sido ofrecida ao Imperador Napoleão. Está actualmente em poder do nosso encarregado o Senhor Brito, e brevemente será remetida a Lisboa. Formou-se há dois meses um regimento colonial estrangeiro o qual devia ser composto de espanhóis e portuguezes: destes nenhum official que eu saiba (pois não há soldados nossos) quis entrar nele: todos os que aqui se acham, sem excepção, suspiram por voltar à pátria, e confiam na clemência do Príncipe para se reconciliarem com os seus compatriotas. Em Lisboa se espalhou que alguns dos que estão sentenciados, se naturalizaram em França, e entre eles se designava o coronel Cândido José Xavier. Isto é falso; e este distinto official me pede e me autoriza a assim o declarar, pelo que lhe toca.

Seria de lastimar que o Príncipe e a nação se privassem de tantos homens de merecimento, dos quais os mais deles têm aproveitado o seu tempo, adquirido luzes e conhecimentos práticos em uma grande escola, e têm merecido a estimação dos estrangeiros seus superiores ou camaradas. A minha intenção não é de justificar o seu procedimento passado, porém nestes tempos de crise quem é que se não enganou, desde os reis até o mais humilde dos seus vassallos, e quem se pode dizer puro, excepto os que se não acharam nos lances arriscados? Os soberanos reunidos em Viena aconselham à Dieta suíça que proclame uma amnistia geral; Luís XVIII está cercado dos que foram os seus maiores inimigos, que hoje são os esteios do trono. O nosso Príncipe não é menos generoso, humano e magnânimo; e pode estar certo que perdoadando a meia dúzia de portugueses, nada tem a recear da sua ingratidão ainda quando houvesse algum tão vil que fosse capaz de um tão baixo sentimento. Que seria da humanidade se em tempos de revolução o partido vencedor fosse inexorável para os vencidos! Se isto é inegável nos países despedaçados por dois partidos, e nos quais a vitória de um deles ainda deixa ao outro esperanças de se vingar, quanto mais o não deve ser naqueles Estados onde houve a maior unanimidade na resistência ao jugo estrangeiro, logo que esta foi possível; e no qual até os que hoje se acham os mais culpados teriam sido os primeiros a dar ou a seguir o impulso nacional, como fizeram muitos das que lá ficaram, e que depois de terem sacrificado ao ídolo do dia o despedaçaram logo que deixou de fazer milagres. Que nos calemos,... é a melhor máxima nestes casos, pois se se patenteasse tudo quanto se passou, muita verdade dura e desagradável se viria a publicar. Um Príncipe cujos Estados experimentaram a catástrofe que sofreu Portugal não pode tirar dela maior utilidade que a de conhecer melhor para o futuro quais são os seus amigos e quais os seus inimigos, pois em tempos tais é que cada um larga a máscara; e por isso, ainda quando por grandeza de alma perdoe os castigos, não é justo que esqueça as causas que fizeram os culpados dignos de se lhes infligirem. É tão louvável moderar os efeitos da justiça como seria desacertado confiar-se de novo a quem uma vez nos traiu.

Desde o mês passado não se têm recebido notícias do Brasil, mas algumas particularidades sobre coisas passadas me têm chegado à notícia; e das quais algumas merecem a mais séria consideração.

Dizem-me que se trata de modificar o tratado fatal de 1810 com a Inglaterra: todo o Portugal e todo o Brasil clama contra ele; e a cidade do Porto, que antigamente era tão inglesa, faz a este respeito uma enérgica representação a S.A.R. Muito folgarei que se confirmem tão boas esperanças, pois é impossível prosperar o nosso comércio enquanto os navios e o comércio de uma nação tão rica e industriosa como a inglesa, forem tão favorecidos nos domínios portugueses como os nossos. Tratar todas as nações estrangeiras com igualdade (se elas usarem

para conosco da devida reciprocidade) porém conceder à nossa navegação e comércio privilégios superiores a toda e qualquer outra; tal é, segundo o meu fraco entender, o sistema que nos convém adoptar, se quisermos que o Brasil e Portugal prosperem, e que venhamos a ter uma marinha militar indispensável para proteger a nossa navegação e independência. O grande defeito do tratado com a Inglaterra não consiste em ter diminuído os direitos sobre as fazendas inglesas, ou sobre os nossos géneros exportados, porém em não ter feito distinção de navios nacionais e estrangeiros, pondo menos direitos aos primeiros, como todas as nações o praticam; e também em nos termos deixado iludir com uma reciprocidade absolutamente illusória a respeito da faculdade de se estabelecerem os súbditos dos dois países como negociantes e mercadores em um ou outro, a seu arbítrio; como se fosse igualmente fácil a um brasileiro abrir uma loja em Londres como a um inglês na Baía ou no Rio de Janeiro.

Tenho feito perguntas a todas as pessoas que aqui têm chegado do Brasil, e cada vez me confirmo mais na minha opinião a respeito dos males que lá precisam de um pronto e eficaz remédio. É um destes, e o principal, o sistema versátil e transitório da administração que de ordinário muda de três em três anos todos os governos e capitánias, e sempre a cada novo governador. Um é severo em demasia para com os pretos, o outro demasiadamente brando favorece a dissolução e o espírito de desordem e insubordinação entre eles, pensando talvez que a sua felicidade consiste na ociosidade, maus costumes e em uma licenciosa liberdade. Atrás deste virá outro que fará o contrário; e assim ora oprimidos ora corrompidos, cada dia serão os escravos mais propensos a levantarem-se contra os brancos. Isto já aconteceu no 1º de Março de 1814 na Baía, e acontecerá ainda mais amiúde daqui em diante se se não adoptar uma legislação uniforme, justa e severa, que proteja o negro contra as injustiças dos brancos, que o olham como negros malvados, supersticiosos e amigos da vingança; e que enquanto forem rudes e escravos terão todos os vícios deste abjecto estado, que não produz uma só virtude; e a cada passo sacrificarão uma vida, que para eles não tem atractivos, ao desejo de se vingarem dos males que sofrem.

Não basta que se estabeleça um tal código, e que pouco a pouco se vá melhorando a sorte do negro até que ganhe amor ao trabalho; é além disso, indispensável que haja em cada distrito pessoas respeitáveis estabelecidas no país, clérigos, proprietários, médicos, militares, que tenham a seu cargo de vigiar a execução dos regulamentos que se houverem de adoptar, e que sejam responsáveis das suas decisões. Isto mesmo digo acerca de todos os mais ramos da administração que hoje estão entregues a todas as delapidações, abusos, e à mais escandalosa venalidade, e que não se governam por outro princípio mais que a vontade despótica dos governadores e magistrados trienais; instituição a mais extravagante e funesta do nosso Portugal. Até os selvagens esco-

lhem os velhos para os governar; todas as nações exigem que os seus magistrados tenham, além de outras qualidades, experiência; só nós entregamos o governo da nação a rapazes, e só entre nós se mudam sempre os magistrados para que nunca possam chegar a adquirir alguns conhecimentos práticos, mesmo à custa dos povos. Deste modo nada se empreende de útil nem se acaba quando por acaso se chegou a tentar. O povo passa a vida entre o mal presente e o receio do mal futuro; os escrivães os mais rabulistas e intrigantes governam debaixo do nome do juiz de fora, e às vezes do corregedor e ouvidor: os processos se multiplicam, e a nação geme sem saber que remédio dar a tão grande mal. No estado actual da nossa organização, os bacharéis saem apenas de Coimbra sabendo quatro regras de direito romano, muito pouco do pátrio, e às vezes nada de um nem do outro; e com menos juízo, prudência, e bons costumes ainda que ciência, vão julgar, receber os impostos e administrar, tudo a um tempo, nas desgraçadas terras que lhes são confiadas. Em todos os mais países do mundo são estas funções distintas, e confiadas a pessoas de certa idade, carácter e experiência; que ainda assim nem sempre fazem o seu dever; que fará quando se confiam tão importantes e complicados cargos a crianças, mais ou menos instruídas, e que não pensam senão em satisfazer as paixões fogosas da mocidade. Que horríveis actos de injustiça não cometem estes magistrados imberbes em Portugal e no Brasil! Quantas vezes os tenho eu visto oferecer, para agradar a um amigo, de meterem um inocente na cadeia, ou ameaçarem quem caiu no seu desgosto com a mesma sorte! Um desembargador de muito juízo costumava dizer que para Portugal ser bem governado, seria preciso que os desembargadores do paço fossem juizes de fora, e que estes tivessem assento naquele tribunal. Uma reforma neste particular me parece indispensável; e sem alterar as nossas instituições poderia executar-se com suma felicidade. Restabeleça-se em todo o seu vigor o nosso excelente sistema municipal, e o governo das câmaras e dos vereadores; presida o conselho um bom magistrado e não um boneco; e não sejam admitidos os bacharéis a este cargo senão depois de terem servido de adjuntos por espaço de dois ou três anos a outros magistrados.

Com sumo gosto soube que se tinha descoberto no Serro do Frio uma rica mina de cobalto; que se introduziu a cana de Batávia na Baía, que é muito mais grossa e rende mais: um negociante trouxe aqui amostras de rocú da Baía que eu farei examinar por químicos e tintureiros, e cuja existência era ignorada entre os habitantes; e estando os matos cheios dele nem sequer nome tinha. Na Baía estabeleceu o governador actual uma livraria pública que cada dia se vai aumentando, um teatro construído pelo modelo do de S. Carlos de Lisboa assim como o do Rio de Janeiro. As peças e os actores são da escola do Salitre da Rua dos Condes; que é o mesmo que dizer, da pior que existe entre as nações cultas.

A introdução no Brasil dos notáveis melhoramentos inventados em França para abreviar a extracção do açúcar de beterraba seriam de incalculável proveito. Por meio da adição do sulfato calcário se converte dentro de 24 horas esta planta em açúcar mascavado; o que pelos antigos processos requeria quinze dias: também os aparelhos de destilação de Adam e de seus corretores nos procuraria a vantagem de termos aguardentes de vinho em Portugal e de cana no Brasil, da primeira qualidade e com grande economia.

Conta-me que existem no Brasil mil abusos prejudiciais à fazenda real e ao interesse dos particulares; que os contratos, inspecções e privilégios sopeiam a indústria; as inspecções fazem mal o seu dever, havendo tal que em uma manhã faz a visita de 1500 rolos de tabaco e deixa passar o pobre por bom porque é de amigo; pior era ainda na Baía antes do Conde de Arcos, actual governador, ter proibido aos empregados o negociarem. Também sei que o contrabando se faz descaradamente e que há dois anos um navio inteiro americano descarregou na Baía toda a sua carga, que constava de fazendas da Índia, cuja entrada é proibida em navios estrangeiros. A corrupção de muitos dos membros dos tribunais, a depravação dos costumes, especialmente dos clérigos e frades, são males que ameaçam a existência de todo o Estado e muito mais de um que está na sua infância, e do qual se pode dizer neste particular o que um célebre autor afirmou da capital da Rússia; que estava podre antes de madura. Em outra ocasião indagarei mais miudamente a causa do mal e os remédios capazes de o atalhar antes que se torne incurável.

As cartas de Espanha anunciam a partida de um padre Bernardo Dias que vai ao Rio de Janeiro tratar do casamento de Fernando VII e de seu irmão com duas das filhas de S.A.R. o Príncipe Regente. Também se fala em Madrid na cooperação das forças portuguezas com as espanholas para a conquista de Buenos Aires. Não creio em tal, pois julgo o nosso ministério demasiadamente político para se intrometer na questão entre as colónias e a antiga metrópole, cujo resultado infalível deve ser a independência das primeiras, cuja amizade nos convém cultivar em vez de merecer o seu ódio. Além de que, quais são as obrigações que devemos à Espanha? E que nos pode ela oferecer que compense os imensos gastos que nos custaria uma tal empresa, na execução da qual é duvidoso se encontraríamos menos opposição da parte do gabinete de S. James que dos independentes do Rio da Prata? Contentemo-nos com o Brasil que é assaz extenso, e não nos falta que fazer em o governar bem e em aproveitar as imensas riquezas de tão vasto e fértil país.

El-Rei de França mandou restituir a seus donos todos os navios portuguezes arbitrariamente sequestrados antes da invasão de Portugal, e que ainda não estavam vendidos, porém ainda não consta aqui que em Portugal se tenha feito o mesmo para com as propriedades francesas.

27 Fevereiro 1815

PORTUGAL E BRASIL²

A admissão dos nossos plenipotenciários ao Congresso, e as representações enérgicas que fizeram defendendo os interesses nacionais, começavam a excitar em mim a esperança que enfim já o nosso governo ia adoptar uma política própria, independente da conveniência e insinuações da Inglaterra, cuja interessada aliança e oneroso auxílio ameaçavam a nossa independência. Os serviços que a Grã-Bretanha, por interesse próprio, nos tem rendido, foram amplamente pagos pelo sacrifício do nosso comércio, e pelo do sangue português derramado quando tinha de todo cessado o perigo da nossa pátria. Em recompensa dos nossos esforços, viram os portugueses os seus interesses uma e muitas vezes indignamente traídos e sacrificados, particularmente na escandalosa Convenção de Sintra, e no Tratado de Paris; e fomos ofendidos, insultados, e roubados, pela prepotência da marinha inglesa. Tal foi e será sempre a sorte de todo o Estado que, para conservar a sua independência contra o ataque de um inimigo, carece de se entregar nas mãos de um aliado poderoso, e cheio de ambição e orgulho. A crítica situação de Portugal não nos deixou outro arbítrio; porém hoje que ela melhorou de um modo tão notável, e que não receando inimigos, não precisamos de aliados, deveria mudar inteiramente a política do nosso gabinete; e muito particularmente depois que estabelecida a corte no Brasil, e aberto o comércio entre este rico Estado e todas as mais nações, nada temos a recear delas, sendo o nosso interesse único o de viver em paz com todas aquelas que receberem os nossos navios e géneros, e que não insultarem a nossa bandeira. A nossa política deve ser absolutamente a mesma que a dos Estados Unidos; os nossos rivais são os mesmos (os ingleses), e os nossos mercados os mais proveitosos são os do continente da Europa. Toda a guerra que não tiver por objecto a defesa do nosso território, a da nossa navegação, ou a honra nacional insultada, é um acto impolítico, e funesto à prosperidade nacional; e só pode ser aconselhado por homens inimigos da pátria ou absolutamente ignorantes do que convém ao seu país.

Qual foi pois o meu espanto, quando vi os nomes dos nosso três plenipotenciários no número dos ministros das potências que assinaram a sem par declaração de 13 de Março! Embora os monarcas reunidos em Viena, de onde pretendiam repartir e governar a Europa a seu arbítrio, arrogassem a si direitos que não tinham; e movidos da paixão e em um momento de enfatuação, pronunciassem uma sentença contra

² Pp. 636-642.

Napoleão; porém que em um caso tão novo, tão grave, e tão inesperado, obrassem os ministros cujos soberanos se não achavam em Viena, sem os consultar primeiro, isso é o que nunca se viu nos anais da diplomacia. Se os aliados tivessem declarado simplesmente que a guerra subsistia contra Napoleão, no caso em que ele se apoderasse do poder supremo, em razão de ter violado o Tratado de Fontainebleau e de não ter o de Paris sido assinado com ele, então nada haveria a replicar; mas assim mesmo é tão certo que os ministros deviam consultar as suas cortes, que, sendo este o único partido legítimo, não foi o que adoptaram os monarcas em Viena, nem os gabinetes de S. James, e de Madrid. E se é impossível aprovar os ministros destas duas cortes, das quais a primeira já foi obrigada a se desdizer na famosa cláusula adicional ao Tratado de 25 de Março, que admite a possibilidade de tratar com o governo actual da França, se assim convier aos aliados, em contradição manifesta da excomunhão política de 13 de Março fulminada contra Napoleão; que diremos dos plenipotenciários portugueses? O nosso Príncipe nem mandou assinar, nem garantiu, nem aderiu ao Tratado de Fontainebleau, cuja violação lhe é totalmente alheia, e por isso nenhum direito tinham os seus ministros de se reunirem aos outros para formarem um tribunal monstruoso sem alçada para lavrar uma tal sentença. Porventura foi Portugal do número das potências que em Paris declararam que não tratariam com Napoleão nem com membro algum da sua família? E não é notório que o Conde de Funchal só aderiu ao Tratado de Paris em virtude de instruções e poderes de seu amo, dados na hipótese de negociações com o Imperador dos franceses? Ignoravam porventura os nossos plenipotenciários em Viena a 13 de Março, que o Príncipe Regente tinha recusado ratificar o referido Tratado de Paris, e o acto de adesão do seu ministro, por julgar, com razão, que era indecoroso para Portugal, e que o ministro inglês, estipulando em nome dele, tinha feito um acto sem autorização, cedendo Caiena sem a menor compensação?

Desde que existem negociações e embaixadores nunca estes assinaram um tratado ou declaração importante sem consultarem os respectivos governos; porém, em nenhuma ocasião foi isto um dever tão sagrado como no caso presente para os ministros de Portugal, os quais nem sequer podem alegar por desculpa que assim o exigiu interesse grande e imediato do seu soberano e da nação, o qual pudesse perigar pela demora. Bem pelo contrário, comprometeram a dignidade do Príncipe, e os interesses da nação, envolvendo Portugal em uma guerra ruinosa, da qual nem a imaginação a mais exaltada e crédula pode conceber a menor vantagem possível para nós, sendo aliás evidentes e incontestáveis os funestos efeitos dela para o nosso comércio e prosperidade. Tenho pois a bem fundada esperança que S.A.R. o Príncipe Regente, desaprovando solenemente este novo acto não autorizado dos seus ministros, conservará aos seus fiéis vassallos as incalculáveis vanta-

gens da paz com a França, cujas revoluções nos devem para o futuro ser tão estranhas como as do império da China, contanto que o nosso comércio e a nossa navegação não sofram insultos do governo que houver de a reger. Por hora, é certo que não estamos em paz com o Imperador dos franceses, porém convém que a façamos directamente, e não por meio de procuradores, que até aqui têm cuidado só no que lhes toca. Sirva-nos de exemplo a paz de Paris; e considere o governo português que estando tão longe da Europa, será infalivelmente sacrificado em todo o tratado futuro de pacificação geral, para cuja conclusão não pode haver tempo de o consultar. E já que as quatro potências que assinaram o de 25 de Março deste ano convidam as mais a aceder a ele, mostremos enfim que somos uma nação independente.

Quem contemplar o número de navios portugueses que entraram nos portos de França desde a paz de Paris, e os de todas as nações que deles têm saído para os domínios portugueses, poderá julgar da importância do comércio entre as duas nações. Desde Junho 1814 até ao fim do ano, só nos portos de Bordéus e Nantes entraram 51 navios portugueses carregados quase todos de géneros coloniais; e desde o princípio de 1815 têm saído de França para Portugal ou para o Brasil pouco menos de 200 embarcações. Se nós declararmos a guerra, será em benefício dos americanos e de alguma outra nação que tiver a prudência de se conservar neutra. Até agora se tem permitido a livre entrada e saída de todos os navios e pessoas em França, e o mesmo tem praticado a Inglaterra enquanto aos franceses: espero que os regentes do reino não serão os primeiros a principiarem as hostilidades contra a França, e que se lembrarão que ela não as principiou contra nós na guerra da revolução, nem mesmo depois que mandámos um corpo de tropas ao Rossilhão a auxiliar a Espanha. Dizem as gazetas de Londres que o almirantado inglês vai mandar transportes a Lisboa para trazerem dez mil homens de tropas portuguesas escolhidas destinadas para irem reforçar o exército do Duque de Wellington; e até já se afirma que algumas companhias chegaram a Woolwich. Não posso acreditar um tal sucesso: nenhuma consideração pode desculpar uma semelhante condescendência com o governo inglês, e até que se confirme, não poderei crer que a regência consinta em privar Portugal dos seus defensores sem antes consultar o nosso soberano. Já disse que a guerra não existe ainda de facto, e por consequência é menos a continuação das hostilidades anteriores ao Tratado de Paris que uma guerra absolutamente nova, com um objecto diverso, e fundada em um tratado ao qual nos é lícito recusar o nosso assentimento. Enquanto porém tivermos um embaixador inglês membro da regência em Portugal, é muito de recear que o interesse da Inglaterra seja sempre muito mais poderoso que o nosso. Se devemos continuar a ser uma colónia da Grã-Bretanha melhor fora que se adoptasse sem perda de tempo o projecto bem conhecido de certos homens nascidos em terra de Portugal, mas indig-

nos do nome de portugueses, cujos escritos e maquinações tendem a entregar Portugal à Inglaterra. Então teríamos ao menos a vantagem de sermos tratados pelo gabinete de S. James como ingleses, e não como seus servos. Diz-se que Mr. Canning está a sair de Lisboa, e que Lorde Strangford também deixa o Rio de Janeiro. Não deixarão saudades, porém poderão ter por sucessores outros ainda piores. Em Londres temos três ministros, o Conde do Funchal, o Conde de Palmela, e o Sr. Cipriano Ribeiro Freire: em Viena, além de secretários, tínhamos seis diplomáticos. Nenhum soberano é tão bem representado; e é de supor que nenhum seja mais bem servido.

4 Abril 1815

REVISTA CRÍTICA ^a

REMONTRANCES, etc. ou Representações dos negociantes do Brasil a S.A.R. o Príncipe Regente de Portugal, contra os insultos feitos à bandeira portuguesa, e contra a captura violenta e arbitrária de muitos navios do Brasil pelos oficiais da marinha inglesa, acompanhadas de outros documentos interessantes, traduzidas do português e do inglês por E.S. Constâncio, M.D. etc. Paris, 1814, folheto de 80 páginas 8vo.

CONSIDÉRATIONS, etc., ou Considerações importantes sobre a abolição geral do comércio da escravatura, oferecidas aos negociadores das potências continentais que devem assistir ao Congresso de Viena, por um português. Paris, Setembro 1814, folheto de 31 páginas 8vo.

Não se admire o leitor de me ver analisar estes dois folhetos, e não receie que o amor próprio de autor me faça juiz incompetente e apaixonado do merecimento deles. A parte que tive na sua composição se reduz a pouco mais do trabalho de os traduzir em francês, e a maior parte das ideias que eles encerram não são minhas, se bem que em geral as aprovo^b. O público português já bem inteirado dos factos não carece que eu torne a repisar matérias tão sabidas como o são as do primeiro folheto, o qual consta das representações dos negociantes da Baía ao Príncipe, e de uma introdução feita pelo autor inglês que se traduziu na sua língua, com mais alguns documentos que apareceram no *Investigador Português em Inglaterra*. Estes escritos estabelecem sem controvérsia as violações repetidas e manifestas do direito das gentes e dos tratados, cometidas pela marinha inglesa contra o nosso comércio e navegação, debaixo de pretextos frívolos e durante a nossa cooperação enérgica e indispensável na guerra da Península, cujos resultados deviam ser, e foram com efeito, tão vantajosos à Grã-Bretanha. No segundo folheto se acha claramente exposta a questão de direito, e pelos argumentos os mais óbvios e irresistíveis se prova não ter a Inglaterra o jus de ditar leis às mais nações, e muito menos ainda de se constituir juiz do procedimento de cidadãos de outros Estados que navegam na fé dos tratados, apresando os seus navios e sujeitando os proprietários à decisão dos tribunais ingleses. Estas máximas são evidentes e até reconhecidas pelos membros actuais do gabinete inglês, mas não obstante as suas benévolas declarações, este nada tem feito até agora para

^a Pp. 173-215.

^b Vide *Apêndice* da presente edição, pp. 405-407

pôr um termo às depredações feitas à nossa navegação. O autor das *Considerações* termina a sua interessante obra propondo às potências continentais, que hajam de fazer declarar no actual Congresso, 1º, que rejeitam a proposição feita pela Inglaterra de considerar o comércio dos escravos de África como contrário ao direito das gentes, e 2º, no caso de se admitir alguma estipulação a este respeito, que haja de ser compatível com os interesses e circunstâncias particulares dos Estados, de quem se exige o sacrificio deste trato; e que em nenhum caso seja permitido à Inglaterra, debaixo de qualquer pretexto, antes ou depois de uma tal estipulação, de molestar ou apresiar os navios das outras nações às quais pertence o cuidado, de castigar aqueles dos seus súbditos que hajam de desobedecer às leis. Quer o autor que esta declaração seja ratificada por todas as nações e até pela Inglaterra; e se esta potência se recusar a isso por não se fiar nas promessas das outras, então deverão todas as mais fazer causa comum contra as pretensões da Grã-Bretanha, que tantos e tão graves motivos tem dado de se desconfiar da sua sinceridade pelos repetidos e atrozes atentados que tem deixado impunemente cometer os seus agentes contra os navios das nações amigas e até aliadas.

Esta sucinta análise basta para fazer conhecer àqueles que não tiverem lido estes dois folhetos o seu espírito e tendência. Ambos defendem a causa da justiça e da verdade com tantos factos inegáveis e argumentos admitidos até pelos agressores, porém nem um nem outro esgotaram a matéria, e para expor esta questão de modo a não deixar a menor dúvida ao leitor imparcial, é preciso considerá-la debaixo de um aspecto mais geral, e na correlação que tem com outras questões políticas da mais alta importância; e é o que pretendo fazer neste artigo.

Todos falam no direito das gentes como se ele tivesse princípios reconhecidos pelos governos e nações, e cada um o interpreta conforme lhe convém, ao mesmo tempo que todos citam os tratados de Vestefália, de Utreque, e os subsequentes, assim como Grócio, Pufendorf, Vatel, etc. Os ingleses pretendem ter o direito de visitar qualquer navio estrangeiro tanto na paz como na guerra, indo ou não para porto bloqueado; de declarar como tal toda e qualquer extensão de costa do seu inimigo sem que nela tenham forças suficientes para realizar o bloqueio; eles que dão aos navios estrangeiros apresados os privilégios dos nacionais, e que recusam admitir nos seus portos, mesmo depois de feita a paz, os que sendo originariamente construídos nos domínios ingleses foram apresados, legalmente condenados, e passaram a outro possuidor; que não querem que a bandeira cubra a carga; que naturalizam em Inglaterra os estrangeiros e não reconhecem por tais os ingleses naturalizados nos outros países; todos estes profundos políticos clamam no Parlamento e nas gazetas que a sua benévola intenção é fazer a felicidade da Europa restabelecendo *a antiga lei das nações*. Eu não me admiro do atrevimento com que eles proferem semelhante blasfêmia, só pasmo de que fora da Inglaterra se encontrem homens tão ignorantes ou vis para

aprovarem tais doutrinas; pois não falo daqueles que se decidem por argumentos de mais peso que os da boa lógica.

Bonaparte era ambicioso por escolha, e por carácter; a Inglaterra o é por necessidade, e se a Europa continental quizer evitar a sua ruína e decadência infalível, deve, para conservação própria resistir aos projectos deste inimigo sistemático do continente, que senhor dos mares, déspota da Índia, temido na América, cobiçando o domínio da África, e já com um pé no continente da Europa, e senhor das embocaduras dos seus principais rios insulares que dominam os seus mares, ameaça a liberdade e a independência do mundo inteiro. Rica pelo comércio e colónias, mas não quanto lhe baste para suportar o peso enorme das despesas indispensáveis à sua existência, deseja a Inglaterra abranger todos os lucros, e só a necessidade a mais imperiosa ou a esperança de maiores vantagens poderá fazê-la consentir em abandonar algum ramo de comércio e de navegação às mais nações, sem distinção das que a ajudaram ou das que a combateram. A ambição de Bonaparte era demasiadamente violenta e devastadora para que pudesse durar muito tempo; a da Inglaterra é mais metódica e bem calculada, e até agora tem sido mais lenta na sua operação, e pela sua natureza mesmo concilia, nos países onde reina a influência inglesa, uma certa porção de indivíduos que preferem o interesse próprio ao bem público, e cujas vociferações iludem os soberanos e até o grosso das nações. Além disso aproveita-se de todas as paixões que desunem os diversos Estados da Europa, fala em filantropia quando o exercício de algum ramo desta virtude lhe é lucroso, prega a liberdade do comércio e os princípios da economia política que nunca adoptou no seu próprio país; e por último depois de ter tanto clamado contra a ambição e a preponderância intolerável de Bonaparte, quer romper o equilíbrio sonhado da Europa, anunciando sempre que se vai enfim a estabelecer, não tendo outro fito senão o de criar uma tal diversidade de interesses entre as potências europeias que jamais elas se possam unir contra as suas usurpações. Se os gabinetes despertam do letargo em que jazem, e se os mais poderosos se julgam seguros por não poderem ser imediatamente atacados, ou por não terem navegação, marinha, nem colónias, terão um dia que lastimar a sua incúria, e mal entendida indiferença. A indústria, o comércio e a navegação são elementos novos que alteraram totalmente os interesses das nações e que no século XVII eram apenas o objecto das reflexões dos estadistas. Que importa hoje que um Estado tenha povoação e imenso território, como a Rússia, se se achar privado dos meios de vender os seus géneros e de promover a sua cultura e indústria? Para nós podermos ver com indiferença o monopólio da navegação e do comércio entre as mãos dos ingleses seria preciso que tornássemos ao estado dos nossos antepassados; que vivéssemos como eles sem luxo, contentes de grosseiros alimentos, sem artes nem ciências, e que renunciássemos às comodidades da vida que hoje nos parecem indispensáveis: então assim como os antigos Galos e Germanos

zombaríamos das riquezas e da ambição dos nossos vizinhos, porém enquanto se não efectuar esta revolução é forçoso que nos reunamos contra as tentativas que ameaçam a nossa existência e prosperidade.

Na questão que mais imediatamente interessa Portugal e que versa sobre o comércio da escravatura da costa de África para o Brasil, não basta que esteja da nossa parte a justiça: embora invocariamos o direito natural, o das gentes, os tratados antigos e modernos, ninguém nos daria ouvidos. Os agressores mofariam das nossas queixas e razões confessando, como fazem hoje os ministros ingleses, que os princípios que alegamos são santos e justos e que a violação deles é um enorme atentado político; juntando assim a mais refinada hipocrisia ao exercício o mais abusivo da força. Em quanto aos mais Estados, debalde poderemos esperar que envolvidos em outras discussões e ocupados das suas pretensões e dos seus projectos de agressão e de engrandecimento, ou em defendem o que possuem ainda e que outros cobiçam, venham prestar-nos um auxílio eficaz, se não pudermos provar a cada um deles que a causa que defendemos é comum a todas as nações do antigo e novo continente. Confio que os nossos plenipotenciários no Congresso, cujas luzes e carácter são conhecidos, não deixarão perder a única ocasião que talvez se tenha oferecido há um século, de fazer reconhecer por princípios da lei das nações civilizadas, aqueles que devem proteger tanto a independência do nosso comércio e navegação como a das mais potências da Europa e da América; mas para se conseguir um tão desejado objecto, é indispensável que o conquistemos, tomando uma resolução unânime que arranque à Inglaterra concessões que ela nunca fará senão obrigada.

Os Congressos anteriores que deram à Europa uma paz estável ou de alguma duração, foram convocados em circunstâncias mais felizes que o presente: ora vencidos ora vencedores estavam todos os Estados depois de uma porfiada luta tão esgotados pela guerra e ansiosos da paz, que não foi difícil concordarem nas concessões mútuas que lhe deviam servir de base; e como nenhuma nação tinha tomado sobre as outras um tal ascendente que pudesse ditar-lhes condições ou recusar-se à admissão e execução dos princípios estabelecidos pelo maior número dos contratantes, por isso foi praticável estabelecer então uma espécie de código comum; o qual, apesar de muitas infracções parciais, formava o direito das gentes em toda a Europa até a época da repartição da Polónia e da revolução de França. Hoje todos estes tratados são obsoletos e as suas disposições apenas applicáveis ao estado actual da Europa, que há um século para cá tem mudado totalmente de face, não só pelo que diz respeito às forças e limites de cada potência como ainda mais pela extensão e importância das relações comerciais, e pela alteração notável das opiniões, usos e hábitos dos povos. Ainda há bem pouco tempo que estes eram apenas considerados pelos diplomáticos como partes interessadas nas estipulações dos tratados, excepto nos países governados constitucionalmente, como a Holanda, a Inglaterra e alguns

pequenos estados e cidades livres da Itália e da Alemanha, os quais não só cuidavam dos seus interesses mas até influíam considerável e quase exclusivamente em todas as cláusulas relativas ao comércio e à navegação, inseridas nos tratados entre as diversas potências da Europa.

Deixemos pois os princípios abstractos do direito das gentes, que todos reconhecem, e ninguém admite em prática, ou executa quando isso lhe não convém, ou quando o não constroem pela força; não falemos em tratados filhos das circunstâncias e quase sempre arrancados pela força e por isso contraditórios; vejamos o que convém a toda a Europa em geral, e se alguma potência recusa reconhecer os princípios salutíferos e protectores da felicidade e da independência das outras nações, seja essa declarada e tratada como inimigo comum, e se não pudermos combater com um género de armas, lancemos mão de todos os outros meios de defender os nossos direitos e interesses contra a sua usurpação e pretensões.

Há dois anos era a França a potência usurpadora contra a qual se ligou com tanta felicidade a Europa inteira; hoje é a Inglaterra que ameaça o mundo com o seu poderoso ceptro marítimo, e que tendo salariado todos os governos da Europa contra a França, pensa ter adquirido o jus de os governar chamando ingratião aos sentimentos patrióticos dos cidadãos, que reconhecendo os benefícios recebidos, mesmo quando eles foram interessados, contudo, não julgam que haja algum, por grande que seja, que deva ter por prémio o sacrificio do bem da pátria.

Quando Bonaparte no auge do seu poder propunha à Inglaterra que diminuisse a sua marinha, esta nação tinha razão de responder com o argumento seguinte. Vós sois senhor de todo o continente, e a vossa intenção manifesta é de conspirar contra a existência política da Inglaterra, cuja única defesa consiste hoje na sua preponderância marítima; se amanhã a França tivesse uma força naval igual à nossa, junta à sua enorme superioridade em terra, seria inevitável e imediata a ruína da nossa pátria. Isto seria inegável nessa época, mas hoje o mesmo argumento se pode vitoriosamente voltar contra ela, contra a sua influência e engrandecimento no continente, e contra a sua pretensão de exercer a superintendência dos mares, insultando as bandeiras de nações as quais nem mesmo reunidas poderiam hoje causar-lhe o menor suíto nesse elemento, e que todas pelo contrário têm tanto a recear das forças e da prepotência da Inglaterra.

Não se iludam os espíritos superficiais com as profissões aparentes de boa fé, de humanidade e de justiça que se acham a cada passo na boca dos oradores ingleses das duas câmaras e nos escritores desta nação, que pela maior parte pintam todas as outras como os romanos tratavam os cartagineses. Este sistema metódico de realçar os seus compatriotas e de os fazer olhar as outras nações com desprezo, é um dos mais poderosos instrumentos nas mãos de hábeis chefes para excitar e promover o patriotismo de uma nação, e até influi por fim sobre as outras, que governa-

das à toa e sem princípios constantes, vêm a reconhecer e até a confessar a sua inferioridade. Isto aconteceu no fim do século passado aos ingleses até à guerra da América. Em França e no resto da Europa era esta nação considerada como a única capaz de sentimentos nobres e generosos, e os seus cidadãos se viam em toda a parte acolhidos como se fossem de uma espécie superior ao resto dos homens. Pelo contrário em Inglaterra eram desprezados e insultados os estrangeiros e tidos, como ainda o são hoje, por inferiores em todo o sentido aos ingleses: tanto é verdade que para que os outros nos estimem e nos respeitem, é necessário que comecemos a termo-nos em alguma conta nós mesmos. Hoje porém, principiaram os outros povos a abrirem os olhos, e à força de terem muitos estrangeiros habitado a Inglaterra e vivido com os seus habitantes dentro e fora da sua pátria, e de terem estudado a história inglesa e as causas da prosperidade desta nação e da decadência das outras, têm enfim formado ideias mais justas do valor respectivo de cada uma e do que nelas há digno de imitação e de censura. Também com o tempo se tem rasgado o véu que cobria os actos do governo inglês e que ocultava os motivos secretos das suas determinações, das intrigas parlamentares, e o jogo de outras molas reais do edificio político deste reino. Este arcano era tanto mais difícil de penetrar, que pela natureza mesmo da constituição de Inglaterra, pelo efeito da liberdade da imprensa e da publicidade dos debates parlamentares, e ainda mais pela frequente mudança do ministério, cujos membros de um dia para o outro mudavam de partido sem contudo renunciarem à esperança de recuperarem os seus empregos, eram obrigados os oradores ingleses das duas câmaras a adoptarem, falando dos negócios públicos, e uns dos outros, uma linguagem estudada, comedida, e a revestirem sempre das cores da mais estrita moralidade e justiça tanto os actos do governo, que emanavam deles, como também os que lhe eram pessoais: estas máximas bebiam todos os homens, que pelo seu nascimento, riqueza ou talentos, se destinavam aos negócios públicos, nas universidades em que eram educados, e daqui nasceu conservar-se ainda hoje um grande decoro e reserva nas discussões do parlamento. Este sistema, seguido sem interrupção desde a elevação ao trono da família actual reinante, foi tão eficaz, que não só por meio dele conseguiu a Inglaterra occultar às mais nações os princípios secretos e verdadeiros da sua astuciosa política, mas até os próprios nacionais que não estavam iniciados, ignoravam as intrigas da corte, e se contentavam com o que liam e ouviam sem ousarem penetrar os mistérios vedados aos profanos. Desde a guerra da América tudo está bem mudado; *as cartas de Junius* fazem época porque principiaram a tratar com desacato os segredos de Estado, e depois pouco a pouco outros ainda mais atrevidos têm rasgado o véu, entrando no santuário, e fazendo patentes ao público inglês o que observaram, se tem de lá ido comunicando ao resto da Europa, algumas vezes com não pequeno escândalo. É em observância destas antigas máximas que tratando-se no parlamento da questão da abolição do comércio da

escravatura pelas outras nações, como condição dos tratados que com elas poderia fazer a Inglaterra, e especialmente do de Paris com a França, Lorde Castlereagh e Lorde Liverpool se desculparam de não terem insistido nela, pelo respeito que professava o governo inglês e os seus ministros pela independência das nações e direito das gentes, rejeitando em consequência o princípio de pretender ditar leis aos outros Estados³,

³ Os ingleses que tanto se esmeram em nos dar lições de filantropia, não só se não esquecem de combinar as suas teorias de humanidade com os seus interesses, mas até antepõem estes às regras as mais ordinárias do direito natural e das gentes. Contradizendo por factos a doutrina que apregoam, transluz às vezes o seu maquiavelismo de um modo tão evidente, que, se arguidos e convencidos, não têm outro remédio que o de recorrer com o mais atroz descaramento à irrisória escusa da sua conveniência nacional fundada sobre a sua força e alvedrio.

Embora no começo da Revolução Francesa, quisessem eles pôr-lhe termo, fazendo um monopólio sobre o salitre. O seu pretexto sendo de tolher à França os meios de continuar a guerra, por falta de pólvora, podia ter uma aparência de razão; mas bem que o seu projecto se tornou nulo pela indústria francesa que logo supriu essa falta, até com sobeja abundância; contudo por muitos anos, e por altos preços foram as mais nações tributárias à Inglaterra para o seu preciso abastecimento de um género que eles empregavam na continuação de uma guerra a que o gabinete de St. James as excitara, e que actualmente fomentava. Este facto bem notório ao corpo do comércio, cujas crises, por variadas e sucessivas, escapam de ordinário à observação do historiador que reputa como inútil e indigno da sua pena o conhecimento de particularidades mercantis, não é contudo tão novo na política inglesa, nem tão indecente como o que vamos referir.

No fim do ano de 1793 intentaram os ingleses esfaimar a França, cujas desordens revolucionárias pesavam particularmente sobre a sua agricultura; as colheitas nesse ano foram escassas não só em França, mas com especialidade nas partes meridionais da Europa. O nosso Portugal sentiu esse flagelo, e para remediá-lo recorreu, assim como a França, à América Setentrional. Obstava a Portugal a guerra que os ingleses haviam suscitado entre os Estados Unidos e a regência de Argel, com a qual Portugal estava também em guerra. Armou Portugal uma esquadra guarda-costa para defender a sua navegação, e proteger os navios que demandavam os seus portos. À Inglaterra não convinha então declarar guerra aos Estados Unidos, pois que deles recebia também socorros de subsistência, porém em navios seus, mais do que em estranhos. Qual seria o meio a que recorreu Inglaterra para conseguir os seus intentos? O de uma paz entre Portugal e Argel. Paz, que Portugal não havia solicitado, nem então podia presumir conveniente aos seus habitantes.

Sabida primeiro essa paz em Argel do que em Lisboa, logo essa Regência armou chavecos que chegados ao Estreito de Gibraltar encontraram as forças marítimas portuguesas. Estas obstaram à saída dos chavecos argelinos e os apresaram.

Apresentam os arrais argelinos documentos de uma paz feita com Portugal; estranham os chefes da esquadra portuguesa semelhante pacto a que se opunham ordens positivas, e até então não revogadas do seu governo, de que acabavam de receber despachos bem contrários a esse alegado tratado.

Nesta indecisão são levados os chavecos argelinos a Gibraltar onde o Governador afixa a certeza de tão extraordinária notícia. São postas as presas em depósito até chegar de Portugal a confirmação que da sua Corte requeria o chefe da esquadra portuguesa. Chega entretanto a Lisboa a notícia dessa paz forjada no gabinete de Londres sem participação do de Lisboa; fica atônito o ministério português: poucos dias depois chega igualmente a dos acontecimentos que tiveram lugar em Gibraltar. Estranha o governo português essa negociação; não a ratifica, e reclama as presas feitas pela sua esquadra sobre os argelinos. Opõe-se o Governador de Gibraltar à entrega das presas de que era depositário e favorece a sua livre saída. Isto não carece de comentário: os factos são exactos e falam por si.

limitando-se aos meios de doçura e de persuasão em uma questão que, dizem eles, interessa menos à Inglaterra que à humanidade. Eis aqui a honra do governo inglês salva, e certamente nem Platão nem S. Paulo podiam falar com mais acerto, porém que resultou destas enfáticas e eloquentes declarações? Que os ministros, apesar de disporem em todas as mais questões, à sua vontade, da maioridade dos vogais das duas câmaras, foram nesta questão *obrigados* pelo partido da opposição a consentirem em fazer os maiores esforços no Congresso de Viena, para que os aliados da Inglaterra determinassem a França a abolir imediatamente o comércio da escravatura, ou a fazê-lo antes dos cinco anos prescritos pelo Tratado de Paris, e em todo o caso a restringi-lo o mais que possível fosse. Os ministros prometeram executar com a maior eficácia o desejo das câmaras e o de toda a nação, que em milhares de petições assinadas por quase todos os que sabiam escrever, exigia em termos mais ou menos imperiosos que as outras nações fossem constrangidas a adoptarem a abolição imediata do comércio da escravatura, cuja continuação pelos outros Estados era, na opinião de Lorde Grenville, *incompatível* com a segurança e prosperidade das ilhas inglesas da América! Muitos particulares obraram sem dúvida de boa fé e por efeito de sentimentos de humanidade para com os desgraçados pretos, porém o governo que depois de proteger a insurreição dos negros de S. Domingos, propôs ao Directório francês de os fazer de novo escravos, o que ajudou quanto pôde Bonaparte na expedição de Leclerc, cujo fim não era outro; o governo que obstinadamente tem negado aos seus irmãos os irlandeses o exercício dos direitos os mais incontestáveis, e que tem sobre esta infeliz nação exercitado a mais atroz tirania; o governo que protege os barbarescos, não deveria, declarando-se defensor da humanidade, expor-se a cair em tão manifesta contradição consigo mesmo.

A questão não é de saber se o comércio dos escravos é bárbaro e injusto, nem se convém aos interesses dos Estados cujos domínios do ultramar são cultivados pelos africanos. Trata-se só de determinar se as nações o devem abolir, como e quando lhes convenha por ele ser contrário à humanidade ou nocivo aos seus interesses, ou se à Inglaterra pertence o constituir-se campeã das nações africanas que para isso lhe não devem procuração, e se se deve tolerar que a sua marinha, retenha e tome os navios das outras nações durante a paz, e não navegando nos mares ou costas do domínio inglês, nem pretendendo entrar em portos bloqueados por estes; e se o almirantado de Londres será reconhecido por tribunal supremo de todas as nações que o navegam. Se o direito de visita não é restringido e limitado aos casos em que uma nação beligerante não pode renunciar a ele sem grave dano seu, será daqui por diante impossível navegar em navio não inglês sem uma licença desta nação, como nós o praticávamos na Índia para com os navios estrangeiros enquanto dominámos naqueles mares: oxalá que

experimentem os Ingleses o mesmo castigo que nos inflingiram as nações irritadas da nossa intolerável tirania!

Em outro lugar tratarei a fundo da questão da liberdade dos negros quando analisar duas excelentes obras novas que tratam desta importante matéria. Agora basta que eu declare que não só julgo bárbara, injusta e atroz a compra e venda dos nossos irmãos e semelhantes os africanos, mas que igualmente considero este tráfico imoral, e nocivo aos verdadeiros interesses de todas as nações que possuem colónias, e também protesto estar intimamente convencido que a escravidão dos negros assim como a dos brancos, dos pardos, e dos homens de qualquer raça que sejam, é não só contrária aos princípios de direito natural e repugna aos sentimentos de humanidade, mas que ao mesmo tempo é o maior mal que possa haver em um Estado, cuja segurança corre o mais iminente perigo, e cujo aumento, civilização, e prosperidade são incompatíveis com a existência de uma população de cultivadores escravos. Porém esta verdade, assim como todas as mais que têm por objecto mudanças notáveis na condição dos povos e nos princípios do governo, requer na sua aplicação cautelas e modificações no modo e no tempo da sua execução, das quais cada nação e cada governo é o melhor juiz, e o único competente. É tão contrário aos princípios do direito natural ir comprar negros à costa de África, para contra sua vontade os reduzirmos, para nossa utilidade, à abjecta condição de escravos, mil vezes pior que a morte, como querer intrometer-se um governo na administração de outro fazendo-se regulador das suas operações mercantis e da sua navegação.

DE L'INTÉRÊT DE LA FRANCE À L'ÉGARD DE LA TRAITE DES NÈGRES, ou do comércio da escravatura pelo que toca aos interesses da França, por J.C.L. Simonde de Sismondi. Genebra, em casa de J.-J. Paschoud; e Paris, na casa de comércio da mesma firma, rue Mazarine, N.º 22, folheto em 8.º de 59 páginas, preço 1 fr. 50 c.

O autor deste pequeno mas interessante folheto é bem conhecido entre os sábios por diversas obras de grande merecimento, tanto históricas e literárias como relativas à ciência da economia política à qual pertence o seu excelente *Tratado da Riqueza Comercial* publicado há 14 anos. As opiniões de um escritor tão profundo não podiam, sobre uma questão de tanta importância para a França, deixar de fixar a atenção do público, e de influir sobre as resoluções que o governo e a representação nacional devem tomar relativamente às colónias francesas. Este assunto tem uma tão íntima conexão com os interesses dos domínios da Coroa de Portugal no ultramar, que julgámos dever analisar as obras dos autores mais acreditados que trataram esta matéria com maior talento.

O objecto do autor é provar que o comércio dos escravos de África é não só injusto, atroz e abominável, mas que é igualmente pernicioso aos interesses dos Estados que possuem colónias, e à prosperidade dessas mesmas possessões ultramarinas. Depois de estabelecer estes princípios, passa a provar que a conquista da ilha de S. Domingos, por força de armas, seria uma empresa funesta à França, sumamente árdua e arriscada, e que de modo nenhum compensaria a enorme perda de gente e de capitais que forçosamente teriam de ser sacrificados para se conseguir este objecto. Conclui de todas estas considerações, que a França não deve às perdas enormes do seu capital, que desde a revolução tem experimentado, juntar ainda um novo e enorme desembolso a troco de um lucro tão incerto como insignificante, devendo antes preferir empregar os seus capitais e os seus braços no aumento dos ramos da indústria nacional que são proveitosos, vendendo às nações americanas, cujos portos estão já abertos ou o virão a ser aos navios de todas as potências europeias, os produtos do seu território e os das suas fábricas, e recebendo delas em pagamento o açúcar, o café, o algodão, e os mais géneros preciosos por um preço incomparavelmente inferior ao que custariam se fossem cultivados em S. Domingos. A propósito deste conselho lembra M. Sismondi o princípio de quase todos os escritores modernos sobre a economia política; que mais vale comprar barato aos estrangeiros que fazer pagar caro ao consumidor os géneros e fazendas nacionais. Termina este escrito propondo o autor que para tornar a entrar de posse da ilha de S. Domingos, que ele julga hoje de muito menos importância que antes da revolução, não haja a França de empregar senão medidas conciliatórias, e que renunciando desde já e para sempre à importação de novos escravos da costa de África, se reconheçam como livres todos os habitantes actuais desta colónia, e de boa fé se faça uma convenção com os chefes, vantajosa a eles e à França, e se estabeleça na cultura das terras o sistema adoptado em toda a Itália, e em muitas partes da França, de as dar de meias ao cultivador, fazendo o proprietário os avanços indispensáveis. O autor se pronuncia fortemente contra todo o género de monopólio o qual, diz ele, podia ter achado quem o aprovasse em Inglaterra ou em Espanha, pois à primeira potência importava ter a posse exclusiva da Índia, e à segunda a da América; mas a França no estado actual das relações comerciais e políticas não pode, na opinião do autor, fundar as suas esperanças senão no sistema da liberdade do comércio; sendo a posse exclusiva de três ou quatro ilhas um objecto insignificantíssimo em comparação das vantagens inapreciáveis de participar ao comércio dos dois maiores continentes do globo, a Ásia e a América. «Se as outras potências (diz o autor) se esforçam para excluir inteiramente os franceses da América e da Índia, devem eles esforçar-se por lá ganharem entrada.» M. Sismondi propõe que se convertam as pequenas ilhas da Martinica, Guadalupe, e Bourbon assim como Pondichery, em portos

francos que servirão de depósito aos produtos da indústria francesa, que tanto convêm aos ricos mercados de todos os domínios portugueses, espanhóis, e de todos os Estados da Índia, e aos preciosos géneros desses países igualmente necessários ao nosso consumo.

A maior parte das proposições avançadas pelo autor não admitem controvérsia, e não só se acham estabelecidas pela razão mas até confirmadas pela experiência. O comércio dos escravos causava à Inglaterra a perda do dobro dos marinheiros que morriam em todo o resto da sua navegação. O prejuízo que resultava do preço exorbitante dos negros e da sua mortalidade, são factos provados pela evidência a mais irrecusável, verificada pelo Parlamento de Inglaterra e reconhecida por todos os observadores sensatos. Não é menos evidente a grande mudança que no comércio tem feito a importação do açúcar da Índia que sai mais barato que o da América, e o aumento da cultura do mesmo género, do algodão, do café, etc. na Havana, no México, no Brasil, nos Estados Unidos, em Serra Leoa, e até na Europa a do algodão no reino de Nápoles: a concorrência que daqui resulta deve por força ser fatal ao estabelecimento muito dispendioso de uma colónia que não leva a menor vantagem de clima nem de posição aos países mencionados. Ninguém contestará o que o autor acertadamente diz sobre a conquista de S. Domingos, e só algum colono enfatuado poderá lisonjear-se de tornar a reduzir os negros ao estado de escravidão sem uma guerra de exterminação, cujos efeitos podemos calcular pelos da expedição temerária, louca e atroz de Leclerc, que custou 50.000 homens à França, e pela guerra que os ingleses ali sustentaram em que perderam 40.000 homens, sem contar os auxiliares franceses ou negros. Também não sofre a menor dúvida que se para conservar o domínio de S. Domingos, se exterminasse a maior parte dos negros na flor da idade, e que hoje servem nas tropas de Cristovão, de Périon ou dos mais chefes negros ou mulatos, seria preciso empregar na compra de novos escravos um grosso cabedal de não menos de quarenta milhões de cruzados, e isto para pôr a colónia no estado de não produzir mais que a décima parte do que rendia em 1789, sem falar nos mais gastos e avanços para a construção dos engenhos. E depois de tanta despesa apenas restaria ao proprietário em recompensa, e tendo que esperar pelo menos dois anos antes de tirar lucro dos seus capitais, o módico rendimento de 8 por cento, que é o produto que na maior prosperidade da ilha rendiam as plantações. À vista destas considerações só um mentecapto ou um bom inimigo da França pode propor um segundo ensaio da expedição de Leclerc, do qual só os ingleses se aproveitariam na primeira renovação da guerra fazendo perder à França todo o fruto da conquista, como já aconteceu. Resta só pois, adoptar o plano de conciliação, e tratando os negros como homens, procurar que a posse desta ilha outrora tão florescente venha ainda a ser de algum proveito para a França. Contudo, apesar do plano proposto pelo autor

para a cultura de S. Domingos, no caso de se conseguir a pacificação tão desejada, bem se vê que ele não funda nele grandes esperanças, e de algum modo faz esta proposição por descargo da consciência. Em quanto à importação de escravos durante os cinco anos em que o Tratado de Paris dá esta faculdade à França, é do voto que de tal faculdade ela não se deve aproveitar, sendo desnecessária, na sua opinião, a importação de escravos na Martinica e na Guadalupe, que sem ela têm prosperado desde que estão nas mãos dos ingleses, e não podendo conciliar-se em S. Domingos com a liberdade dos negros que actualmente habitam esta ilha.

É-me penoso apartar-me de M. Sismondi, porém não posso assentir neste ponto à opinião deste distinto escritor. Penso pelo contrário que a importação de novos escravos é indispensável à conservação e cultura de S. Domingos e das mais ilhas francesas, e que adoptando-se as medidas propostas pelo coronel Malenfant na sua excelente obra, não é incompatível a escravidão temporária de alguns negros novamente importados com a liberdade do resto. Quando analisar esta importantíssima obra, cujo autor reúne o mais maduro discernimento a uma longa observação judiciosa e sem prevenções, nos países mesmo cuja sorte nos ocupa, então ajudado dos seus poderosos argumentos farei ver o que há de inexacto na opinião de M. Sismondi, que nunca tendo visto pelos seus olhos as colónias, não é muito que tenha delas e dos seus habitantes noções pouco exactas.

Eu pudera terminar aqui a minha análise, pois tenho exposto tudo o que há de notável neste escrito relativo directamente a S. Domingos e à escravatura nas colónias, porém como o autor se estriba em princípios gerais de economia política, os quais se bem que admitidos pela maior parte dos autores modernos, me não parecem demonstrados, e antes julgo que são sujeitos a não poucas excepções e modificações, por isso farei neste lugar algumas reflexões sobre esta importante matéria, reservando para a análise da obra de economia política de M. Say a discussão mais metódica e extensa das diversas opiniões sobre este assunto.

Todo o governo, diz o autor, página 38, que quer fazer a muito custo no seu país o que pode comprar mais barato aos outros sai sempre enganado nos seus cálculos. Deste princípio tira por consequência que faria mal a Suécia se proibindo a entrada dos vinhos de França tentasse cultivar a vinha em estufas na Dalecarlia, e no mesmo erro caía a França querendo fazer açúcar de beterrabas que lhe custava cinco francos (oito tostões) o arrátel, quando o podia comprar aos estrangeiros por dez soldos (quatro vinténs); fabricando ferro que saía a seis soldos por arrátel nas províncias meridionais e que os estrangeiros lhe teriam vendido pela metade; sendo esta carestia sumamente prejudicial à agricultura, às outras fábricas, e em geral aos consumidores, e só proveitoso esse monopólio a alguns particulares. E fazendo aplicação deste princípio à questão que forma o objecto principal da obra, pretende

mostrar que vista a concorrência dos géneros em outro tempo cultivados só em poucas colónias, das quais S. Domingos era uma das principais, e hoje produzidos em abundância no México, na Havana, em todos os domínios espanhóis e portugueses do ultramar, nos Estados Unidos; nos estabelecimentos ingleses da costa de África; e na Índia, Arábia, etc. virá o preço do açúcar, do café, do algodão, etc. a baixar de tal modo, que será impossível poderem os proprietários de S. Domingos competir com as outras nações, se a França for obrigada a dispender para a conquista e restabelecimento daquela colónia capitais consideráveis, particularmente na posição actual em que se acha tão exaurida deles. M. Sismondi afirma que nunca a França teve capitais proporcionados às suas precisões, e como ele tem por princípio demonstrado que os capitais nacionais são a única medida e o limite da indústria nacional, tira por consequência que todas as somas que saírem do reino para o restabelecimento das colónias serão perdidas para os outros ramos da indústria interna. Para fazer esta proposição patente e convencer as menos instruídas e familiarizadas com tais matérias, diz a página 31, «Pode-se com a mesma soma executar um género de obra de preferência a outro; também se pode fazer metade de uma e metade da outra; porém é impossível fazer uma só ou ambas, a nosso arbítrio. Mil francos podem pagar mil jornais de oficiais, ou estes trabalhem em fábricas de algodão ou nas de lanifícios, dando a cada um um franco por dia; porém será impossível com a mesma soma dar um valor igual a dois mil.» Tais são os princípios de M. Sismondi, que ele expõe com a maior clareza, e cuja solidez agora pretendo examinar, não sem alguma desconfiança da minha própria opinião quando ela se acha em opposição com a de um sábio de talento e conhecimentos do autor, e que tem feito da economia política um estudo profundo e assíduo. M. Sismondi entende o português, e se me honrar lendo estas reflexões, suplico-lhe queira dissipar as minhas dúvidas, convencendo-me do erro em que talvez me ache em não admitir princípios que passam hoje por dogmas entre a maior parte dos escritores sobre economia política, e dos quais ele é um dos mais distintos.

Adam Smith, no seu *Tratado da Riqueza das Nações*, foi um dos primeiros que atacou os monopólios e todos os regulamentos, proibições, direitos e privilégios que se opunham à liberdade do comércio; clamou contra o sistema das alfândegas; procurou mostrar que a maior parte dos governos da Europa, e especialmente o de Inglaterra, estavam na maior cegueira. A ele se seguiram inumeráveis escritores que em Inglaterra e fora dela propagaram e desenvolveram os princípios que Smith apresentou pela primeira vez em corpo de doutrina sistemática na sua excelente obra. Apesar, porém, dos seus argumentos é notável que nenhum governo tenha posto em prática os seus conselhos; e muito mais o é que em Inglaterra onde todos têm lido o seu livro, onde há tantas luzes práticas em tudo o que diz respeito ao comércio, e em

cujo parlamento se têm há 40 anos discutido tão profundamente, em circunstâncias diversas, todas as questões relativas à economia política, nenhum orador influente, ou ministro de Estado, tenha proposto o sistema de Smith e o dos seus comentadores como modelo digno de ser adoptado. Embora diga M. Sismondi com muitos outros, que a Inglaterra tem prosperado não em razão do seu sistema proibitivo e de alfândegas; mas apesar disso, sempre me custa a crer que em uma nação tão ilustrada e zelosa dos seus interesses tenha sempre prevalecido o de alguns indivíduos sobre o de toda a nação, e isto em uma questão que todos entendem e da qual todos são juizes. Como é crível que não tenha havido ao menos uma infinidade de petições ao parlamento, representando os graves inconvenientes de um sistema tão pernicioso e defendendo a causa dos consumidores, muito mais infelizes em Inglaterra nestes últimos anos que na maior parte do continente, assim como o fizeram o ano passado sobre a questão da importação e exportação dos trigos! Redobra a minha surpresa quando considero que a introdução geral das máquinas, o seu aperfeiçoamento, a introdução do vapor como princípio motor, e muitas outras circunstâncias, e mais que todas o crédito e a abundância de capitais, permite à Inglaterra há muitos anos o poder fabricar melhor e mais barato a sem número de fazendas, e por isso parece que de todas devia ser a nação que menos receasse e rivalidade das fazendas estrangeiras. A experiência nos mostra bem pelo contrário, que nenhuma é mais ciosa nem se assusta tanto dos progressos que faz a indústria da França e da Alemanha, as quais estão, ao que afirmam os escritores, exauridas de capitais, faltas de experiência nas fábricas, e de oficiais hábeis, atrasadas na construção das máquinas; e em uma palavra que têm contra si todas as desvantagens. Tudo isto me faz suspeitar que há algum engano nos princípios dos escritores modernos, pois se bem que é possível que os governos estejam todos cegos aos interesses das nações, contudo custa-me a crer que havendo entre eles uma tal diversidade de opiniões e de sistemas de legislação, só neste ponto tenham concordado.

Dar-se-á caso que os autores especulativos tenham cometido a respeito do corpo político o mesmo erro em que têm caído alguns fisiologistas a respeito da economia animal; e que considerando no homem unicamente um órgão ou um sistema separado, não tenham percebido que ele é um agregado de partes diversas em organização, e sujeitas a leis e a fenómenos diferentes? Assim como alguns autores de medicina não vêem no homem senão fibras musculares, outros o sistema vascular ou nervoso, outros só olham para os fluidos, assim muitos escritores não consideram no corpo político senão os lucros imediatos que procedem do emprego dos capitais, e da compra ou venda dos géneros, applicando o resultado dos seus cálculos a todas as nações e a todos os governos, como o médico (seja-me lícito tirar a comparação da minha profissão, que em nenhuma outra arte a acho mais apta e análoga) que

pretende curar com o mesmo remédio todos os seus doentes, qualquer que seja a constituição deles.

Muito antes de ter aparecido a obra de Smith, já algumas nações e cidades livres tinham em grande parte adoptado a livre importação e exportação de todos os géneros a até do numerário, e em muitos portos não eram conhecidas as alfândegas, ou eram muito limitados os direitos percebidos. As cidades hanseáticas, Génova, Veneza, Marselha, os portos da Holanda, etc., tinham mais ou menos seguido estes princípios com vantagens constantes e notáveis; mas porventura é a situação dos mais Estados da Europa análoga à dos portos e cidades cujos habitantes não eram mais que os corretores das outras nações, ou que só se enriqueciam pelos lucros da comissão, do transporte, e pelos das especulações sobre os géneros das suas colónias, ou alheios, depositados nos seus armazéns, que eles monopolizavam ou vendiam quando melhor lhes convinha, não tendo pela sua posição, pelos seus grandes capitais e pelas relações políticas da Europa, que recear a concorrência dos atravessadores das outras nações? Para estes Estados era o comércio e a navegação a fonte principal da riqueza; a agricultura e as fábricas eram um objecto secundário. Uns como a Holanda, tinham pouca povoação, pouco terreno cultivável em proporção das suas imensas riquezas, e muito poucos produtos da terra ou da indústria nacional a exportar, e a maior parte dos portos francos não possuíam mais que o terreno que ocupava a sua cidade, tendo de tirar das terras dos seus vizinhos os frutos para o consumo diário de seus habitantes, como succede em Hamburgo, em Génova, etc. Está porventura a França em circunstâncias análogas?

O comércio exterior não é a base da força, da independência e da prosperidade das nações em geral; os mais dos povos da Antiguidade existiram sem ele, ou ao menos sendo então um objecto de muito pouca importância. Esparta sem ele venceu e conquistou Atenas; Roma pobre destruiu e arrasou Cartago, o mais comerciante de todos os Estados da Antiguidade, e nos nossos dias a França, apesar de todas as calamidades e perdas reais e enormes que tem sofrido depois da revolução, e, se bem que privada de todo o comércio marítimo, de toda a navegação, e não obstante ter sido regida pelo sistema proibitivo o mais mal entendido e levado ao maior excesso, tem podido fazer face a toda a Europa, e sem os desvarios de Bonaparte, a teria conquistado, tendo ao mesmo tempo aumentado a sua povoação, a sua agricultura e indústria, até sem se achar gravada dessa mesma insignificante dívida nacional que hoje existe. Agora mesmo, depois de perdas as conquistas, quando já não pode à força de armas obrigar a Alemanha e a Itália a receberem as fazendas das suas fábricas estabelecidas durante a revolução, e promovidas pelo regime proibitivo, contra o sistema de Smith e de M. Sismondi, com despesa enorme, e em tempos em que saíam muito mais caros os seus produtos que os da Suíça ou da Inglaterra,

vemos contudo, nos mercados alemães, preferidas muitas dessas fazendas às de Inglaterra, a qual há mais de 40 anos tinha elevado a sua fabricação a um notável grau de perfeição. Aqui temos já um exemplo de que às vezes é melhor começar a fabricar caro em nossa casa para depois não só não dependermos dos vizinhos mas até para nos virmos com o tempo a enriquecer à custa deles. E como poderia uma nação jamais chegar a ser industriosa e a estabelecer fábricas sem nos princípios ter que lutar com aqueles que a precederam nessa árdua e dispendiosa carreira! Porventura, quando a Inglaterra começou a fabricar panos, sedas, aço, papel, etc. podia então competir em qualidade ou em preço com os Países Baixos, com a Holanda, com a França ou com a Itália! Onde estaria hoje a decantada riqueza deste colosso comerciante e marítimo, se os ingleses tivessem há um século adoptado o regime proposto por alguns escritores sistemáticos modernos? A independência e a segurança dos Estados foi e será sempre o primeiro bem de uma nação; as boas leis, a boa administração, as virtudes e bons costumes, o amor da pátria, fazem a sua força moral assim como a agricultura, a indústria e a povoação constituem a sua força física. As relações com as mais nações são um objecto secundário, e toda a nação que pode ser feliz e independente dos lucros do comércio externo, cometerá um grave erro, se fazendo desta fonte o primeiro princípio ou o principal elemento da sua prosperidade, se expuser a ver-se privada dos seus recursos por efeito de uma guerra, na qual um inimigo ou uma liga poderosa tiver os meios de a bloquear por mar e por terra.

Se o autor tivesse restringido a aplicação do seu princípio aos objectos de luxo, de cuja privação não pode nascer o menor risco para a segurança de um Estado, ou se a tivesse limitado àqueles países cuja diminuta povoação, cujo clima, situação, ou quaisquer outras circunstâncias locais não permitem aos seus habitantes poderem lutar, com a menor perspectiva de vantagens permanentes, contra a indústria dos outros Estados; nesse caso também eu adoptaria a opinião de M. Sismondi e reconheceria a solidez da sua doutrina, mas não há a menor paridade entre a cultura da vinha na Dalecarlia em estufas, com o fim de não comprarem os suecos os vinhos estrangeiros, e o estabelecimento de forjas, de fábricas de fiação e tecidos de algodão, nem mesmo com a do açúcar de beterraba em França, nem com a cultura do café, cacau, açúcar, anil e algodão em S. Domingos, se os franceses puderem de novo possuir e cultivar tranquilamente esta ilha. A respeito do açúcar de beterraba, diz o autor que o consumidor o pagava a cinco francos o arrátel, podendo comprá-lo aos Ingleses a dez soldos; mas admiro que um escritor tão exacto e instruído cásse em um tão notável engano. A verdade é, que o açúcar mascavado de beterraba, igual em qualidade ao de cana, não saía ao fabricante a mais de 18 a 20 soldos o arrátel, apesar de estar ainda na infância este novo ramo da indústria,

não contando o partido que tirava do bagaço para engordar o gado, e o lucro que podia tirar da destilação do melaço que produzia sofrível aguardente. Se os fabricantes o vendiam tão caro como o de cana, é porque podia competir com ele, e que o público podendo distinguir apenas um do outro, o pagava pelo mesmo preço que então custava o açúcar da América carregado de enormes direitos por Bonaparte; se estes fossem mais moderados, baixaria igualmente o preço do de beterrabas, o qual mesmo depois da paz feita podia fabricar-se com proveito, se se impusesse aos açúcares estrangeiros um direito bem calculado; e com efeito assim acontece hoje em muitas fábricas de Paris, da Flandres, etc. Nem por isso julgo que em França deva o governo promover esta cultura e fabricação, porque há razão de crer que os braços e capitais podem hoje empregar-se em outros ramos com mais vantagem, e talvez também pela perspectiva de tornar a possuir as colónias: a minha intenção foi só de mostrar que a loucura não era tão grande como o inculca M. Sismondi.

Se aplicássemos sem restrição o princípio deste autor a todos os Estados, seria fácil mostrar, que executado à risca em alguns, os reduziria brevemente ao último estado de dependência e de miséria, e que até acabaria pela aniquilação total da nação. Suponhamos que no nosso Portugal um daqueles políticos de antes do terramoto, que afirmavam ter a providência repartido diversamente os seus dons, dando a uns o ouro e a prata, e aos outros a indústria, tivesse feito adoptar em Portugal o sistema da inteira liberdade das exportações e importações; qual teria em poucos anos sido a nossa sorte? Teríamos renunciado a todos os géneros de indústria, pois nada então se fabricava nem tão bom nem tão barato como os artigos que nos podiam vir de fora do reino, a não serem os palitos, as ceiras ou as esteiras, também deveríamos abandonar a cultura do milho, do trigo, e do feijão que muito mais barato nos vem de fora, e apenas se limitariam os nossos produtos ao sal, à fruta e passas, e aos vinhos em algumas partes de Portugal, porque em outras os poderíamos comprar mais baratos aos espanhóis, assim como o azeite. É certo que os proprietários ficariam arruinados, o Estado bem depressa se acharia na maior penúria, e a primeira nação marítima assaz forte para bloquear os nossos portos, e especialmente se estivesse de acordo com a Espanha, poderia reduzir-nos a nos vendermos para ter um bocado de pão e um trapo para nos cobrirmos, se recorrendo à antiga rotina não preferíssemos voltar de novo a cultivar a terra com dobrado custo, reduzidos talvez à dura necessidade de a remexer com as mãos por falta de instrumentos aratórios, cuja fabricação, por ser demasiadamente custosa, também teríamos abandonado. Estes resultados absurdos e inadmissíveis são contudo, a consequência rigorosa do fatal princípio acima mencionado.

Se todos os povos se amassem como membros de uma mesma família, nunca recorreriam jamais ao cruel expediente das guerras para

decidirem as desavenças que poderiam suscitar entre eles, e estas prontamente se terminariam recorrendo os litigantes à decisão de árbitros imparciais e equitáveis: então todos os interesses seriam comuns; o comércio seria livre, e os governos poderiam impunemente serem cosmopolitas. Infelizmente este estado de felicidade, ao qual competiria justamente a denominação de idade de ouro, é absoluta e inteiramente o avesso daquele em que se acham todas as nações do globo. Não só os povos e os seus governos se não reputam irmãos, mas todos julgam ter interesses opostos que obrigam os seus respectivos governos a estudarem vigilantes tudo o que pode aumentar a força e a riqueza nacional, à custa da dos mais Estados, entre os quais na paz como na guerra reina um constante ciúme. As guerras antigas tinham uma grande diversidade de motivos; as deste século são todas comerciais, e dirigidas por vistas puramente mercantis, às quais cedem todas as mais considerações. Como é possível em um tal estado das relações políticas actuais propor um sistema que está em contradição com o da França, que encerra quase todos os elementos da mais absoluta independência dos produtos da indústria das mais nações!

Enquanto me não provarem o contrário, sustentarei acerrimamente que mais vale produzir com mais despesa e menor lucro, cada um na sua pátria, os géneros ou fazendas necessárias ao seu consumo do que, a troco de uma economia momentânea, precária, e sujeita a tornar-se com o tempo em carestia pelas medidas dos mais governos, fazer-se uma nação dependente das outras, quando tem a bem fundada esperança de poder com o tempo, e com o progresso das artes e uma estrita economia, vir a baixar o preço dos géneros, que forçosamente nos princípios não podem ser nem tão perfeitos nem baratos como o devem vir a ser pelos efeitos da experiência e da rivalidade dos estabelecimentos que pelo tempo adiante se irão criando. É escusado dizer que suponho que não existe monopólio algum no interior, pois a este também sou absolutamente contrário; este sim que é subversivo de toda indústria e prosperidade nacional, e aos privilégios exclusivos é que se aplicam rigorosamente as máximas de Smith e de toda a sua escola. Só exceptuo aqueles que forem concedidos aos autores de descobrimentos úteis por tempo limitado, e a certos artigos, cuja fabricação requer a vigilância imediata do governo, como a da pólvora e outros de semelhante natureza, pela razão que a segurança do Estado é a primeira das leis. Por um efeito deste princípio salutar e conservador das nações, é que em alguns casos é preferível promover certas manufacturas nacionais, apesar de termos a certeza de poder comprar mais barato aos nossos vizinhos produtos iguais em qualidade. Qual seria a nação e o governo tão loucos que tivessem a imprudência de fecharem as suas fábricas de armas, de pólvora, de abandonarem as suas minas de ferro e fundições para se fornecerem por menos preço nos mercados das nações vizinhas! Porventura deve a França, hoje que perdeu os

Países Baixos, cessar de fabricar espingardas, por que lhe saem mais caras que as de Liège?

O autor confessa que os capitais são indispensáveis à indústria, e debaixo desta denominação não pode deixar de compreender o numérico; ora perguntarei a M. Sismondi se a saída deste é indiferente, e se não vale mais que circulando dentro do país vivifique a indústria, e multiplicando os seus produtos aumente a riqueza nacional, que de o ver desaparecer a troco de mercadorias estrangeiras? Não é melhor contentar-se uma nação com menores lucros, que exportar parte do seu capital por uma mal entendida economia? Falo sempre dos países que, como a França, podem ao mesmo tempo cuidar na agricultura e nas fábricas, e não nas nações corretoras ou puramente especuladoras. O autor, que com razão não quer que em S. Domingos vá a França desperdiçar sem fruto um imenso cabedal, não deve aprovar que por qualquer outro modo ele saia do reino, quando isso deve evitar por meio de mais alguma despesa, a qual fica na nação e se reparte por todos. Em quanto aos interesses do consumidor, deve notar-se o que já muitos escritores têm observado, que rigorosamente falando todos os homens são ao mesmo tempo compradores e vendedores, e que até o cavador de enxada troca o seu trabalho por um salário mais ou menos considerável regulado pelo preço dos comestíveis, do fato e outros artigos da primeira necessidade. Se nem sempre aumentam os jornais na mesma proporção que o preço destes géneros, isso são excepções, e cedo ou tarde forçosamente se vem a estabelecer o equilíbrio. A Inglaterra, tão exaltada pelos viajantes, é hoje de todos os países da Europa aquele em que os jornais do trabalhador e dos oficiais empregados nas fábricas são mais inferiores ao que pediria o preço dos géneros de primeira necessidade. Isto procede da cobiça dos grandes proprietários, e da impossibilidade em que se achariam os fabricantes de darem as suas fazendas por preços acomodados aos estrangeiros, se aumentassem o preço da mão-de-obra: assim conseguem lucros consideráveis à custa da saúde e da vida dos desgraçados instrumentos da sua prosperidade, cuja sorte é muito pior que a dos negros nas colónias. Quem duvidar desta verdade vá a Manchester, a Nottingham, a Birmingham, e à maior parte das cidades de manufacturas de Inglaterra, e leia as reflexões dos médicos que se occupam das doenças e da mortalidade destes infelizes, que só à custa de levantamentos, que sempre custam a vida aos mais atrevidos, conseguem algum diminuto aumento de paga. Assim mesmo é notório que dentro de menos de 20 anos tem dobrado em Inglaterra o preço dos jornais. Pelo que toca aos militares e empregados públicos com ordenados fixos, é certo que esses são os mais infelizes dos consumidores, porém não há governo que se não tenha visto obrigado a aumentar os soldos, ou a socorrer de diversos modos os seus funcionários e a tropa.

Não é aqui o lugar de examinar a asserção do autor a respeito dos capitais da França; só observarei que se ela perdeu muito desde 1789, o

que é inegável, talvez tenha lucrado ainda mais por outro lado desde então, e pode muito bem ser e eu estou firmemente convencido, que o valor total das terras, e de todos os estabelecimentos de indústria assim como a povoação, os conhecimentos teóricos e práticos nas ciências e artes e na sua aplicação, excedem consideravelmente, incluído o numérico, os valores de 1789. Se os produtos da agricultura e da indústria são iguais ou superiores aos dessa época, como é possível contar como perdidos capitais que pelo papel-moeda e quebras sucessivas do governo só têm passado de umas mãos às outras, causando a ruína de alguns e aumentando a fortuna de muitos. O que falta à França não são os capitais, mas sim a confiança, o crédito que só a consolidação da paz e o tempo podem dar. Os capitais existem mas não circulam quanto é necessário à indústria. Apesar porém, da falta de crédito e da carestia de certos objectos indispensáveis à agricultura e às fábricas, como o ferro, que há anos pagam os franceses mais caro do que o podiam comprar de fora, não têm cessado de prosperar a agricultura e as fábricas. Que mais pode desejar uma nação; e se ela pôde sem crédito, com poucos capitais em circulação, e pagando o dinheiro a 12 por cento, criar manufacturas, explorar minas, e estabelecer forjas e fundições, que não deve esperar de circunstâncias, que pela paz se tornaram de dia em dia mais favoráveis, quando já hoje olham os ingleses com tanto ciúme os agigantados progressos que desde o Tratado de Amiens tem feito a França em todos os géneros de indústria! Eis aqui porque não posso admitir com o autor, que as belas forjas do Sul da França sejam objectos que não têm mais valor que os navios que têm apodrecido nos portos e que só podem servir para lenha.

Voltando aos interesses da França pelo que toca a S. Domingos, só me falta considerar o que o autor observa a respeito da concorrência dos géneros que esta colónia pode produzir, com os dos continentes da América, da Ásia e da África, e da superior vantagem de comprar aos possuidores dessas ricas regiões o seu açúcar, café, anil, algodão, etc. para que eles tomem em pagamento os produtos das fábricas francesas. Vejamos se o receio da competência e a esperança do lucro nesta hipótese, são bem fundados.

Se a cultura do açúcar, do algodão e de outros géneros chamados vulgarmente coloniais, se tem aumentado no Brasil, na América espanhola, nos Estados Unidos, na costa de África e na Índia, esse aumento é devido em parte à ruína de S. Domingos, e ao mesmo tempo ao menor consumo de alguns desses géneros, porém como este é forçosamente limitado, deve infalivelmente acontecer que se a França vier a restabelecer S. Domingos no pé em que estava antes da revolução, terão as outras nações que diminuir, e até que abandonar alguns desses ramos de cultura, e por consequência cessará para a França o susto da concorrência. Em quanto à venda das fazendas fabricadas, não têm os povos da América espanhola ou portuguesa senão a escolha entre a Inglaterra,

a França, a Alemanha e a Itália; os ingleses não carecem da maior parte dos géneros desses países, pois ou os têm nas suas próprias colónias, ou se podem prover deles nos Estados Unidos; a França pela mesma razão senhora da Guiana, e se vier a possuir S. Domingos, se achará no mesmo caso, pois, como muito bem o observa o autor, basta um espaço bem limitado de terreno para fornecer toda a Europa dos principais produtos que tiramos das colónias. Que resultará daqui? Que estes novos Estados só comerciarão com a Itália e Alemanha que não têm colónias, e que não podem suprir senão em parte as suas necessidades, ou, o que é mais provável, que limitarão a sua cultura àqueles géneros de que a Inglaterra, a França, e o resto da Europa carecerem, pagando o resto do saldo em metais preciosos de que abunda a América.

Uma razão muito forte e decisiva deve, a meu ver, determinar não só a França, mas todos os mais Estados consideráveis e industriosos da Europa a não fundarem a sua prosperidade no comércio externo; e vem a ser, que não podendo os povos da América vender a totalidade dos géneros que a terra produz abundantemente, e devendo aumentar as luzes e conhecimentos práticos com a civilização chegará a época prevista pelo autor, quando deixe a agricultura de ser o negócio o mais lucrativo, e então voltando-se para as manufacturas farão o que já com tanta felicidade principiaram por necessidade os industriosos habitantes dos Estados Unidos fazendo-se assim independentes da Europa. Ao princípio pagarão caro fazendas mediócras assim como sucede hoje aos Americanos Unidos, mas pouco a pouco se aperfeiçoarão, e por fim, vistas as vantagens de poderem ter a mão-de-obra muito mais barata que estes, e de possuírem quase todas as matérias primeiras, acabarão talvez excedendo os europeus, dos quais irão não poucos ensinar ao Novo Mundo o que no antigo aprenderam. Quando chegar essa época desejava que me dissessem de que constarão as nossas exportações para a América, e esse tempo talvez não esteja tão distante de nós como se julga: o estado político da Europa pode de tal modo acelerar a emigração dos homens úteis para as regiões, onde bem acolhido se lhe ofereçam todos os meios de fazerem fortunas rápidas, que em menos de meio século esteja consumada esta notável revolução.

Concluo pois que a posse de S. Domingos seria sumamente vantajosa à França, se a pudesse conseguir por meios de doçura e de conciliação, e se por uma administração bem entendida e melhorando o sistema de cultura e da fabricação do açúcar, tirar todo o partido possível desta extensa e fértil ilha susceptível de vir a ser incomparavelmente mais produtiva do que o foi até agora; e cujos habitantes, aumentando em riqueza e prosperidade poderão oferecer às fábricas e aos vinhos e mais produtos de França um mercado muito proveitoso. Além destas vantagens puramente comerciais, se deve também considerar a importância desta aquisição como posição militar tão fácil de defender e tão difícil a atacar: as vantagens que para a marinha fran-

cesa devem resultar da posse de S. Domingos não são menos evidentes. Depois de tudo o que temos exposto é escusado falar do projecto de fazer da Martinica e da Guadalupe portos francos.

A discussão luminosa que sobre esta questão tem havido na Câmara dos Deputados de França, confirma plenamente a minha opinião. Os oradores os mais instruídos e a imensa maioria dos vogais reconheceram que o governo deve favorecer a indústria nacional, proibindo ou impondo direitos suficientes aos géneros e fazendas estrangeiras, excepto às matérias primeiras que o país não pode produzir. Também estabeleceram que os direitos das alfândegas devem ter por objecto mais de promover a indústria nacional, que de encher os cofres do Estado, e que estes direitos devem ser tais que por excessivos não favoreçam a fraude, ou hajam de destruir a rivalidade, elemento indispensável ao aperfeiçoamento das fábricas e à baixa geral dos preços das fazendas. A poucos artigos tem aplicado na nova pauta a proibição, mas em todos se tem reservado, e até em alguns deixado ao Rei a faculdade de fazer as alterações e modificações que a experiência indicar. Em uma palavra pronunciou-se a Câmara contra o princípio do autor, e nisso não fez mais que ceder à voz unânime de toda a nação, na qual será impossível achar uma só classe de pessoas, a não serem os negociantes não proprietários, nem donos de fábricas, e que verdadeiramente têm interesses distintos dos do país que habitam, que não solicite mais ou menos certas restrições à livre exportação e importação desta ou daquela mercadoria. É certo que nisto não concordam, pedindo os habitantes de uma província o contrário do que querem os de outra; porém por isso mesmo ao governo e aos representantes da nação compete pesar e conciliar todos os interesses, consentindo ao sacrifício de algumas vantagens parciais a bem da nação em geral.

Janeiro 1815

ADVERTÊNCIA

Demorei a publicação do presente N^o em razão das ocorrências extraordinárias do mês passado, e do bem fundado receio da interrupção da navegação dos portos de França para os de Portugal, e da cessação já existente das comunicações por terra, tendo o governo de Espanha obstado à passagem dos correios. Estes novos e inesperados obstáculos me têm causado grave dano: muitos subscreventes que tinham assinado não têm podido remeter-me o importe; e a expedição dos três números anteriores foi também suspendida e retardada pela falta de navios, não querendo os francezes sair, e tendo-se os portuguezes apressado em largar dos portos de França, e não havendo ainda a abundância de americanos que, no caso da guerra, serão outra vez os condutores neutros entre as potências beligerantes; e dos quais, assim como das bandeiras que se conservarem neutras, me servirei para o futuro. Se porém essas ocasiões não forem assaz frequentes, tomarei o partido de publicar três cadernos juntos formando um tomo separado cada trimestre, dando então à parte política do *Observador* mais o carácter de uma obra histórica que o de uma gazeta. Outra razão me obrigará talvez a tomar esta resolução, além da referida. Contra a minha esperança, contra a justiça, e apesar das representações de pessoas da maior consideração e carácter ao actual serviço de S.A.R. o Príncipe Regente, consta-me que a Regência de Portugal recusou de me nomear em Lisboa um censor, que examinando o meu jornal apenas os N^{os} chegassem, me fôrresse a inevitável demora das três censuras a que estão sujeitas todas as obras impressas; favor que antes de 1808 se concedia em Portugal a todo o editor de obras periódicas. Este rigor, causando uma grande demora diminui singularmente o valor de uma obra periódica, cuja parte política se recomenda principalmente pela novidade dos factos que encerra. Se S.A.R. residisse em Lisboa, estou bem certo que não me trataria pior que os escritores periódicos de jornais portuguezes em Londres, os quais, à sombra da protecção inglesa do agente dos paquetes, introduzem em Portugal e nos seus domínios, sem o menor obstáculo nem censura, as suas produções, que nem sempre se distinguem pela decência, moderação e respeito com que falam dos membros do governo portuguez, dos funcionários e empregados da nossa corte, designando até pelos seus nomes as pessoas que são o alvo dos seus bem ou mal fundados ataques. A determinação da Regência a meu respeito foi anterior à leitura dos meus primeiros cadernos, e não pode por consequência ser fundada na natureza do seu conteúdo: será porventura por ser fazenda franceza, que vem de terra empes-

tada, e por ser de autor que escreve como pensa, que não serve nem nunca serviu governo algum estrangeiro, que não foi proscrito, nem fugiu da pátria! O comportamento futuro dos nossos governadores do reino me explicará este enigma; entretanto espero tudo da justiça do Príncipe e dos seus ministros.

Para comodidade do público receberei assinaturas por semestre adiantado, e vender-se-ão os tomos separados. O presente N^o completa o primeiro.

Paris, 1 de Maio 1815

ANALIS DAS CIENCIAS, DAS ARTES, E DAS LETRAS

POR UMA SOCIEDADE DE PORTUGUESES RESIDENTES EM PARIS

1816-1817

ANNAES

SCIENCIAS, DAS ARTES,

E DAS LETRAS

ANAIS DAS CIENCIAS, DAS ARTES, E DAS LETRAS

POR UMA SOCIEDADE DE PORTUGUESES RESIDENTES EM PARIS

1818-1822

Desta arte se esclarece o entendimento,
Que experiências fazem repousado.

Camões. *Canto VI, Est. 99*

ANNAES
DAS
SCIENCIAS, DAS ARTES,
E DAS LETRAS;

POR HUMA SOCIEDADE DE PORTUGUEZES RESIDENTES
EM PARIS.

Desta arte se esclarece o entendimento,
Que experiencias fazem repensado.

CAMÕES. *Cant VI. Est. 99.*

TOMO I.

JULHO.

PARIS,

IMPRESSO POR A. BOBÉE, IMPRESSOR DA SOCIEDADE REAL
ACADEMICA DAS SCIENCIAS DE PARIS.

1818.

DISCURSO PRELIMINAR²

Se o homem ufano de ter senhoreado a natureza, apropriando a si quanto o globo encerra, alardeia tanto a sua inteligência, é porque não reflecte que, para ele chegar a adquirir uma tal superioridade e predomínio, foi preciso que muitas gerações lhe houvessem transmitido os imperfeitos conhecimentos e toscos inventos, que o acaso, a imitação dos animais e a imperiosa necessidade fizeram descobrir às primeiras sociedades. A inteligência humana é certo que abrange o orbe inteiro, quando chega a ser desenvolvida e aperfeiçoada pelos trabalhos sucessivos da civilização; mas o homem enquanto ignorante nada vale, e nada pode por si só; e no estado em que sai das mãos da natureza o tardo desenvolvimento das suas faculdades físicas e intellectuais o sujeita a uma longa dependência dos mais homens enquanto não consegue, à força de exemplos, e de tentativas, poder cuidar da sua própria conservação e defesa. O instinto dos animais circunscrito na sua essência, e pouco susceptível de aperfeiçoamento, é um guia mais certo e pronto, o qual sem carecer do socorro da experiência os dirige com acerto; e os seus órgãos, que em breve tempo se fortalecem, os tornam cedo independentes da protecção alheia.

Desta dependência do homem selvagem deriva a sua tendência inata ao estado social; mas primeiro que, da união de algumas famílias se chegue a formar uma nação, na qual a divisão das terras, a desigualdade das fortunas, e a separação dos ofícios dê princípio à indústria e às artes, muitos séculos podem decorrer sem que povos, bem que numerosos, façam o menor progresso ou inovação no pequeno número de inventos grosseiros, ou de conhecimentos indispensáveis para a conservação própria, que aprenderam de seus antepassados.

A duração desta infância das nações depende de uma grande diversidade de circunstâncias, das quais umas, suscitando no homem novos apetites, ou criando novas precisões, o aguilhoam a tentar o modo de as satisfazer; outras, opondo obstáculos superiores às luzes e à constância dos homens, os deixam entorpecidos no mesmo estado de ignorância de seus maiores. Estas causas sendo, infelizmente, as mais poderosas e

² Tomo I, Julho 1818, Parte I, pp. 1-37.

multiplicadas, não é de admirar que em todo o globo tenha o progresso da civilização sido tão lento e contrastado, e tão rápida a decadência das nações que, depois de prolongados esforços, tinham conseguido elevar-se nas artes e nas letras muito acima dos outros povos.

Esta triste verdade, sobejamente atestada pela história de todos os povos antigos, nos deve servir de advertência para que, indagando da origem do mal, possamos evitar a sorte que tiveram tantas nações outrora cultas, ricas e poderosas, e hoje reduzidas à mais abjecta barbaridade, miséria e escravidão.

O homem, enquanto se reconhece ignorante, deseja com ardor aprender o que ignora, e instigado pela curiosidade, indaga e esquadriinha até que encontre o que busca; mas apenas conseguido, ainda que imperfeitamente o objecto apetecido, a preguiça natural o desvia de fazer novas tentativas para aperfeiçoar o começado; e satisfeito e ufano do pouco que aprendeu, desdenha o que ignora. Mais inerte que curioso, mais disposto a crer sem exame que a indagar duvidando, nada lhe é mais árduo que o prosseguir na investigação da verdade, ainda quando tem a ventura de ter acertado com a vereda que o conduziria ao conhecimento da realidade.

Esta disposição, comum aos homens em qualquer grau de civilização, é ainda mais poderosa na infância das luzes, quando os menores obstáculos ao progresso da razão são insuperáveis.

Da pouca aptidão e meios que o homem rude possui para bem observar, da grande dificuldade de tirar de observações, ainda que exactas, acertadas inferências; e da tendência inata que ele tem a estabelecer relações, dependência e analogias entre os fenómenos, para melhor se recordar deles, e os explicar e deduzir uns pelos outros com o menor trabalho possível, se originaram muitos e graves erros, os quais confundidos com verdades úteis foram pelas sociedades primitivas cuidadosamente transmitidos a seus descendentes, e por estes recebidos como uma preciosa herança, que intacta foram legando às gerações futuras. Deste modo o erro fortalecido pelo tempo, sancionado pela autoridade dos maiores usurpou a veneração devida só a doutrinas respeitáveis, e aos preceitos úteis que com ele se achavam envolvidos. Assim se arraigou o erro entre as nações, e a espécie humana receosa de explorar novas sendas se viu tantas vezes condenada a seguir às cegas o trilho que pisaram seus maiores, nos primeiros e vacilantes passos que tentaram ao sair da barbaridade.

Estas sementes infectas tão abundantemente derramadas pelo todo o globo, nutridas e fomentadas pela ignorância presunçosa, e pelo calculador egoísmo são como um fermento que tende a corromper e a neutralizar todos os produtos da razão. E tal é o funesto efeito destas perniciosas doutrinas recebidas na tenra idade e primeira educação que, apoderando-se do espírito, de tal arte modificam a inteligência, que é bem custoso apagar de todo os primeiros traços que elas imprimem.

miram, até quando o progresso e cultura da razão nos têm já ensinado a distinguir a realidade da ilusão, e o erro da verdade.

Se a mocidade doutrinada, e o vulgo indouto recebem com respeito e veneração doutrinas que beberam com o leite, e se a elas se mostram aferrados, quanto maior não deve ser o apego a tais opiniões nos mestres que estão de posse de as ditar magistralmente, e que se consideram oráculos infalíveis da ciência, e da razão!

Não é pois de estranhar que em todas as épocas e estados da civilização tenham os novos descobrimentos, e inovações nas doutrinas recebidas, encontrado igual oposição da parte do vulgo néscio, e dos homens mais cultos que regiam a educação pública. Nestes ainda a tenacidade com que defendem os erros dominantes é maior que a obstinação do vulgo; esta é quase sempre fomentada, e apoiada pelos inimigos das inovações úteis, os quais receosos de perderem o seu mal fundado e adquirido predomínio, para malograr os esforços dos sábios imploram o socorro dos néscios. Quantas graças não devemos pois render àqueles ilustres indagadores da natureza a quem o amor dos seus semelhantes, e a ardente ânsia de descobrir a verdade inspiram o nobre arrojo de arrostar e combater erros antiquíssimos venerados do povo, e acerrimamente defendidos pelos seus presunçosos, arrogantes e dogmáticos mestres, cuja intolerância suscitou tantos dissabores, e tão cruéis e injustas perseguições aos fundadores das ciências!

Outras causas também poderosamente contribuíram a estorvar o progresso da verdade, e a malograr os trabalhos das nações. que chegaram, na Antiguidade, a adquirir um rico património de conhecimentos úteis, facilitando a decadência delas quando as invasões de conquistadores bárbaros, ou as revoluções intestinas lhes arrancaram a independência entregando-as à tirania e a todas as suas funestas consequências. Destas causas as principais foram: a instrução circunscrita e limitada a um pequeno número de pessoas da classe mais grada, a dificuldade e grande despesa de multiplicar por cópias manuscritas os exemplares das poucas obras publicadas pelos sábios, e a transmissão precária destas às idades futuras, bastando um incêndio ou outra qualquer catástrofe para destruir o precioso depósito de verdades e observações importantes tão pouco vulgarizadas.

A estas e a outras causas da mesma natureza, e ao zelo fanático de diversas seitas intolerantes devemos a perda da maior parte dos escritos dos Gregos e Romanos, e o estado mutilado das poucas obras que, por grande maravilha, escaparam das fogueiras Maometanas, Arianas, e do estrago do tempo e dos bárbaros setentrionais. A importância de tão grave perda é incalculável, se, pela valia e preço do que ainda alcançamos, quisermos ajuizar do valor do que perdemos. Os Gregos não só foram entre as nações antigas a mais culta, e instruída em todo bom saber, mas única entre as que antes dela cultivaram as artes e ciências, só ela as propagou, não fazendo os sábios da Grécia mistério das suas

doutrinas, mas antes ensinado-as cada um na sua escola a numerosos discípulos, e escrevendo quase todos, os seus sistemas e observações. À imitação deles também os Romanos publicaram tratados, cujos restos, com alguns escritos dos Árabes formam a melhor porção da herança literária que salvámos dos séculos bárbaros, durante as quais a Grécia e Roma esquecendo as antigas instituições e doutrinas, perderam o fruto das lições e do exemplo de seus ilustres maiores.

Este fenómeno da rápida decadência de nações cultas e poderosas, que curvadas debaixo do pesado jugo da tirania perdem as virtudes, a energia, o amor da pátria ao mesmo passo que decaem nas letras e nas artes, e que assim enervadas apenas ousam defender-se contra qualquer invasão de povos bárbaros que sem custo as avassalam e reduzem à escravidão a mais abjecta, é matéria bem digna de considerações do filósofo e do historiador: aqui só contemplaremos o seu influxo nas artes e ciências.

É certo que nenhuma nação culta caiu na barbaridade sem que a ruína das suas instituições nacionais e benéficas, por efeito da tirania interna, ou da opressão dos invasores, preparasse também a decadência das artes, das letras, e das ciências; mas assim como de inumeráveis revoluções e catástrofes que têm assolado o nosso globo escaparam muitas verdades úteis, poderiam também ter sido conservadas algumas doutrinas ou princípios gerais que houvessem de encaminhar a posteridade na investigação dos fenómenos da natureza, sem que fossem depois precisos séculos de mal dirigidas tentativas para que outros povos procurassem, como palpando, descobrir o que fora já conhecido na mais remota Antiguidade. Não jugo inútil examinar as causas desta deplorável condição da espécie humana, que se vê exposta a perder em poucos anos o que séculos de lidas lhe tinham granjeado. O conhecimento delas nos mostrará ao mesmo tempo o quanto influíram na decadência das nações antigas, e o muito que importa às modernas cingir-se estreitamente aos princípios de sã filosofia a que devemos a superioridade incontestável que temos adquirido sobre os antigos, nas ciências e na aplicação delas às artes.

O homem esporeado pela necessidade e ajudado do acaso descobriu grande número de factos úteis, dos quais a aplicação aos usos domésticos deu princípio às artes de uma utilidade mais imediata à espécie humana: estas receberam adições e melhoramentos proporcionados ao clima, ao estado físico dos produtos naturais, e ao engenho e penetração dos que as exercitaram. Muitas, à força de ensaios, ou favorecidas por circunstâncias locais da qualidade das águas, das plantas ou dos minerais, chegaram em diversas terras a um grau notável de perfeição; porém ficaram sempre nas mãos de obreiros, os quais satisfeitos com os processos descobertos por eles ou aprendidos de outrem, não estribados em princípios analíticos, e só fundados na cega experiência, não ousaram afastar-se deles e ir mais avante. Assim foram, por muitos

séculos praticadas todas as artes úteis; umas, como a agricultura, segundo certas normas filhas da observação grosseira dos maiores, e outras seguindo à risca receitas e processos, as mais das vezes só conhecidos de certas famílias que os conservaram secretos, ou só praticados em certas cidades; e dos quais muitos se perderam com a extinção súbita daquelas, ou por uma catástrofe destas.

Deste modo é fácil conceber como a prática cega das artes, a qual ainda hoje existe na China e no Japão, nada contribui ao descobrimento dos princípios, que explicando os fenómenos, fornecem ao homem os meios de variar os produtos, e de conseguir os mesmos resultados por uma grande diversidade de meios, substituindo uma matéria vulgar a outra mais rara, e combinando a economia do preço, tempo, e trabalho com a perfeição da obra.

Mas, para que as artes e ciências se prestem mútuo auxílio, sem a qual nem umas nem outras podem fazer progressos notáveis, é necessário que as ciências tenham chegado a assentar-se em princípios certos demonstrados pela observação e pelos experimentos, e que não consistam em vãs hipóteses, falsas ou inexactas. Esta ciência experimental na qual só se reputa certo o que é provado, é a que faltou aos antigos, e que cultivada pelos modernos tem, há 50 anos, adquirido uma tal consistência que não é crível que jamais seja desapossada da preeminência de que hoje goza em todo o mundo esclarecido.

A investigação das causas dos fenómenos naturais não pode fazer progressos sem que ao mesmo passo todos os ramos da indústria humana e das ciências experimentais vão de mãos dadas; e por isso é a sua marcha lenta, e para ser segura precisa que a lógica e os estudos das matemáticas acostumem o homem a raciocinar com rigorosa exactidão; pois que importa ter os meios de observar e de experimentar, se dos factos observados se não sabem tirar as ilações devidas? À suma dificuldade da matéria e aos numerosos obstáculos que em todos os tempos tiveram que vencer os investigadores da natureza devemos atribuir o pouco progresso que na Antiguidade tinham feito as ciências físicas, que cultivadas mais tarde e depois dos outros objectos de estudo, não tiveram tempo entre os antigos de chegar à maturidade que só as podia preservar do esquecimento.

Logo que a civilização separou os homens em duas classes distintas, uma a mais numerosa, se dedicou à cultura da terra e ao exercício das artes úteis, dirigida por certos preceitos e doutrinas tradicionais; a outra, desdenhando esses trabalhos grosseiros, se deu ao culto, às leis, e às artes de imitação. A poesia, e eloquência, a escultura, a arquitectura e a pintura foram os objectos da sua predilecção, e que tendo um tipo constante no homem ou na natureza, foram cedo levadas a um ponto de perfeição a que ainda hoje temos inveja. O estudo das relações sociais, o do governo, e a arte da guerra ocuparam também os homens da classe distinta; e só em último lugar é que começaram a

estudar os diferentes ramos das ciências. As que têm o homem por objecto fizeram não pequenos progressos, mas aquelas que tratam dos fenómenos naturais apenas saíram da infância entre os povos da Antiguidade. Sirva-nos de exemplo a Grécia de quem aprendemos quase tudo o que sabemos nas letras, nas belas-artistas, nas ciências morais; e cujas noções nos mais ramos dos conhecimentos foram os germes de onde nasceram os descobrimentos dos modernos.

Esta incomparável gente, cuja venerável memória ainda hoje infunde respeito e veneração, e a quem não faltou um só título de glória, chegou nas artes, e nas letras a um auge o qual ainda não atingimos em todas. Também cultivou as ciências; e pode afirmar-se dela que melhorou e aperfeiçoou aquelas que não inventara, e que aprendera das nações que a precederam na civilização. Tiveram os Gregos sábios de raro engenho, e de saber profundo, e alguns até romperam e tomaram a estrada que conduz ao conhecimento das causas dos fenómenos da natureza. Uns descobriram ou conheceram parte do verdadeiro sistema de astronomia; outros levaram a geometria, e as matemáticas, a anatomia, e a observação na medicina a um grande auge; alguns estudaram com proveito os animais e as plantas; mas à vista da superioridade incontestável que adquiriram nas letras, e nas artes, são de pouco preço os escritos que deles nos ficaram sobre a física, e outras ciências experimentais; algumas das quais como a química, se pode dizer terem ignorado absolutamente, não conhecendo mais que processos empíricos praticados com cega e escrupulosa exactidão.

O mesmo se aplica à República Romana, e ao Império que César fundou sobre as suas ruínas. Os Gregos vencidos, conquistados, e gemendo debaixo do jugo dos Romanos, depois de terem sido escravos dos Reis de Macedónia, conservaram ainda por largo tempo uma decidida superioridade de engenho e de conhecimentos sobre as mais nações: a eles deveram os Romanos tudo quanto souberam, e a breve ilustração que distinguiu Roma no tempo que decorreu desde as guerras civis de Sila e de Mário até à consolidação da tirania.

Depois de florescerem algum tempo as artes e as letras, e logo declinarem no Império Romano, onde os Gregos, que as introduziram, e praticaram quase exclusivamente as não puderam naturalizar, apenas vemos de longe em longe esforços frouxos e interrompidos, contra o progresso do mau gosto, e das falsas doutrinas, durante a longa agonia da colossal potência romana até à decadência do Império do Oriente; última e fácil presa que, tendo escapado aos bárbaros conquistadores de Roma, coube em sorte a outros não menos ferozes. Não se pode contemplar sem horror a longa série de séculos de ignorância, superstição, e barbaridade em que jazeu a Europa, reduzidos os seus povos a uma condição mil vezes mais miserável que a do selvagem, continuamente instrumentos e vítimas de guerras cruéis, atrozés, e devastadoras, e tratados pelos conquistadores como rebanhos de gado.

Durante este dilatado período de barbaridade, de tirania e de escravidão, a ignorância a mais crassa oprimiu toda a Europa, e à exceção das artes indispensáveis à existência da sociedade, e do fabrico de armas, e outros objectos de fundição, extinguiu-se toda a indústria. Enfim, a excessiva duração e a intensidade de tantas calamidades, o influxo da religião cristã, as cruzadas, o poder dos papas e dos eclesiásticos, o conflito entre os reis, a nobreza e o clero, a conservação da língua latina, os manuscritos preciosos escritos em latim e em grego, achados por acaso ou conservados nos conventos, e outras muitas causas apontadas pelos historiadores começaram a romper as densas trevas em que a Europa estava sepultada. Então vislumbrou um raio de luz, o qual, se bem que frouxo, veio no decurso de séculos a produzir a brilhante claridade que hoje nos alumia.

Muito vagarosos, contrastados e interrompidos foram os progressos das luzes adquiridas nos livros antigos, como bem se colhe do tempo que decorreu desde o estabelecimento das primeiras Universidades em França, Alemanha, e Itália até à restauração das letras. Depois de mil perseguições, de uma porfiada luta dos defensores da verdade contra a ignorância indócil, o erro audaz, e a força feroz e intratável, conseguiu enfim a razão triunfar dos mais grosseiros e principais erros que inficionavam todas as fontes da educação. Muitos varões de extraordinário engenho tinham em diversas épocas, muito anteriores ao século do renascimento das letras, descoberto verdades importantes nas ciências naturais, e pressentido outras; mas a publicação delas foi tão mal recebida e suscitou tantos inimigos aos seus autores que as suas obras ficaram sepultadas no mais profundo esquecimento, até que os modernos as foram descobrir na poeira das bibliotecas, e viram com admiração que, verdades preciosas e recém sabidas e espalhadas tinham já tanto tempo antes sido conhecidas. Um bem notável exemplo, entre muitos, é o de Frei Roger Bacon, o qual no século XIII descobriu a composição da pólvora, e teve noções exactas e notáveis na óptica, na física e na química que só séculos depois foram conhecidas. Tanto é certo que os maiores engenhos só influem no seu século quando este está já preparado a receber as doutrinas novas que lhe oferecem. As mais importantes verdades lançadas no meio de um povo rude, ou ainda não capaz de as julgar e avaliar, são como a mais brilhante luz que, interceptada por corpos opacos, ou absorvida pelos escuros, se confunde com as trevas.

Dados os primeiros golpes às doutrinas falsas por Bacon de Verulamio em Inglaterra, Galileu em Itália, e tantos outros homens ilustres em diversos países, começaram logo a propagar-se as regras de bem raciocinar, e os princípios da filosofia experimental; e apesar da prolongada oposição das antigas escolas, de dia em dia se foram firmando mais, fazendo constantes, e notáveis progressos até aos nossos dias. A introdução da tipografia, e o uso geral da língua latina entre os sábios con-

tribuíram poderosamente a espalhar por toda a Europa as novas doutrinas nas letras e nas ciências.

As letras e as artes fizeram progressos rápidos e extraordinários: as ciências mais lentamente caminharam, não só em razão da oposição que encontraram os exploradores da natureza, mas também porque caminhavam sem guia seguro em carreira tão árdua e intrincada, não achando nos livros gregos e romanos socorro inapreciável que neles encontraram os cultores das letras.

Não obstante estes obstáculos, a astronomia, a física, as matemáticas receberam notável aperfeiçoamento; e a sua aplicação às artes mecânicas, à navegação, e a todo o género de indústria, mudou a face da Europa, e abriu a carreira da Índia e do Novo Mundo, dando princípio a uma nova época da civilização da espécie humana, cujos efeitos são, ainda hoje, incalculáveis.

Não é possível, recordando o descobrimento da derrota da Índia, esquecer que esta foi a mais gloriosa época da nossa pátria, que então emparelhava com as nações mais cultas, nas ciências e nas artes. Toda a Europa contempla ainda hoje com admiração o carácter do infante D. Henrique, o seu ardor na carreira da investigação, a protecção que deu às ciências, a escola de Sagres que fundou, e da qual saiu o grande Pedro Nunes, cujos trabalhos, e escritos tanto contribuíram ao progresso da navegação, da astronomia e das matemáticas. Mas, quanto não é dolorosa a lembrança das catástrofes que depois experimentámos, da decadência que sofremos, e de que só nos nossos dias começámos a ressurgir!

No impulso geral de aperfeiçoamento, e apesar dos trabalhos assíduos de tantos sábios constantes e infatigáveis no estudo da natureza, e no dos autores gregos, arábicos e romanos, não era possível que todos os ramos dos conhecimentos humanos recebessem igual adiantamento; uns pela sua intrincada natureza que não permitira aos antigos aprofundar os seus princípios fundamentais; outros porque, como menos brilhantes, se bem que não menos úteis, foram desdenhados pelos estudiosos, que, de ordinário, mais se inclinam ao estudo de objectos desconhecidos do vulgo.

À primeira causa se devem atribuir os progressos comparativamente insignificantes que as ciências médicas, a química e a história natural fizeram nos séculos XV e XVI; e a esta, combinada com a segunda, o pouco adiantamento da agricultura e das artes químicas e mecânicas. O tempo que se perdeu em controvérsias escolásticas, e em sacudir o jugo da autoridade dogmática dos autores antigos, submetendo-a à prova da razão e da experiência, não foi dos menores embaraços que teve de vencer a nova escola dos observadores e indagadores da natureza.

Já dissemos que os gregos e romanos fizeram pouco progresso no estudo e na explicação dos fenómenos da natureza, por falta de instrumentos, de método, e de tempo. Poucos se deram à investigação expe-

rimental, preferindo quase todos os antigos filósofos, a uma laboriosa indução fundada em factos diligente e rigorosamente observados por meio de experimentos decisivos, a vã e fácil glória de remontar, como por inspiração, a princípios ou causas gerais imaginárias, substituindo assim hipóteses mais ou menos plausíveis às verdadeiras teorias. À excepção de Hipócrates, dos géometras, e de Aristóteles, os mais dos filósofos antigos quase não nos deixaram nas ciências mais que abstrações sem fundamento, princípios falsos, e palavras em vez de coisas. Era pois bem natural que na restauração das letras, aqueles que primeiro se deram à lição das obras dos antigos, e principalmente às de Aristóteles, se deixassem seduzir pelas doutrinas engenhosas que elas encerram, e que alteradas e obscurecidas pela abstrusa metafísica dos comentadores, deram nascimento à filosofia escolástica, cujos sofismas e subtilidades vãs tanto obstaram à adopção da ciência experimental.

Foi no meado do século passado que as ciências começaram a estribar-se em princípios sólidos, observados e não hipotéticos; e de mãos dadas prestando-se mútuo auxílio foram as verdades descobertas em um ramo um farol que dirigiu os observadores na investigação de outros fenómenos; e ao mesmo tempo serviram os factos já conhecidos, comparados com os novos descobrimentos, de pedra de toque da exacção de uns e outros e das inferências deles deduzidas. A aplicação da álgebra e da análise à geometria, o rigor matemático introduzido nas demonstrações e experiências da física, a invenção dos logaritmos, e a de instrumentos apurados, ampliando os descobrimentos anteriores, fizeram, dentro de pouco tempo, da matemática, da óptica, da astronomia, e de quase todos os ramos da física verdadeiras ciências, cujos princípios demonstrados pela experiência, e aplicados na prática às artes mecânicas produziram tão notáveis inventos e tão maravilhosas máquinas, por meio das quais a indústria das nações modernas tem chegado a um auge apenas crível, e nunca igualado na Antiguidade.

As leis da gravitação, as da transmissão e reflexão da luz uma vez expostas pelo imortal Newton, foi fácil aperfeiçoar e ampliar as ciências correspondentes, sendo os experimentos óbvios quando têm por objecto propriedades absolutas ou bem definidas de corpos invariáveis nos seus efeitos, e no seu modo de operação. O mesmo não acontece a outra ordem de fenómenos, cuja produção variável, em circunstâncias diversas, e dependentes de condições de relação recíproca entre as partículas as mais ténues dos corpos, exige na investigação experimental grande agudeza e discernimento, ajudados de instrumentos delicados, e exactos, e de uma perseverança infatigável. E assim mesmo são tantas as origens de engano que só é dado a engenhos superiores discernir nos experimentos comparativos as causas e os efeitos, a identidade e as diferenças, e caracterizar cada elemento simples ou corpo composto pelas suas propriedades absolutas e relativas.

Em razão destas causas a química, a física vegetal, a fisiologia, a agricultura ficaram muito tempo na infância depois de ter já a física feito grandes progressos. Todas estas ciências datam do século passado, e a química em particular, que há pouco mais de trinta anos começou a derramar uma luz tão viva, tem adquirido tal aumento, dentro destes dez anos, que quase se pode chamar uma ciência nova, a qual promete aclarar todas as mais, explicando fenómenos até aqui inescrutáveis. O conhecimento das leis da electricidade, do galvanismo, das do calórico, e do vapor; a invenção dos gazes, a das proporções constantes e determinadas dos elementos dos corpos compostos, a decomposição de um grande número de substâncias reputadas simples, e o rigor da análise química tem de tal modo multiplicado, e facilitado os meios de penetrar a composição e as propriedades mais íntimas dos corpos, que só desta ciência podemos esperar a explicação do que há de mais obscuro e recôndito na natureza. O que as outras consideram em grosso, estudando só as relações mais constantes e manifestas dos corpos compostos, esta o vai escutar nas suas mais ocultas causas, combinação e efeitos. E não só a química nos dá e promete ainda luminosas explicações dos fenómenos mais importantes, mas os inventos que diariamente emanam dos laboratórios dos sábios vão melhorar, corrigir, e criar novos métodos de operar nas numerosas artes que preparam e elaboram os produtos dos três reinos da natureza.

Não têm sido menos rápidos há 50 anos, e particularmente nestes últimos tempos, os progressos de todas as divisões da história natural, os quais emparelhando com os da química, e ajudando-se mutuamente têm influído de um modo notável em todos os ramos da indústria humana, criando muitos novos, e melhorando todos. E tanto assim que, hoje pelo estado da cultura das ciências em uma nação, se pode ajuizar qual seja o da sua agricultura, indústria, prosperidade e força; assim como, da protecção concedida ao estudo delas por um governo se podem bem coligir as qualidades benéficas e as luzes do soberano, e dos depositários da sua autoridade.

A instrução pública bem regulada em todos os seus graus desde o ensino elementar até o das ciências, e assentada sobre a conveniente aplicação da teoria à prática é a base mais sólida da prosperidade das nações e da força dos seus governos. As sociedades literárias, e a protecção dada aos cultores de todo o bom saber, exaltando a emulação entre os sábios, completam o que a educação principiara, e abrem uma livre estrada ao desenvolvimento e à propagação dos conhecimentos úteis. As circunstâncias mais ou menos favoráveis em que se acha uma nação, podem acelerar ou demorar a sua civilização; mas muito depende das cabeças que a regem, das vontades e luzes dos reis, da constante cooperação dos seus ministros e da boa direcção dada ao ensino público pelos corpos destinados a instruir a mocidade e a fomentar o adiantamento das artes e ciências.

É incalculável a rapidez com que um monarca pode criar e fazer prosperar instituições úteis, arrancando a sua nação da barbaridade, e elevando-a a ombrear com os povos cultos. Entre muitos exemplos que podemos citar não encontraríamos um mais decisivo, e convincente, nem tão ilustre, portentoso e heróico como o da revolução efectuada na Rússia por Pedro Grande, o qual em menos de um século fez daquele vastíssimo império, outrora bárbaro, uma nação, que familiarizada já com todos os princípios da civilização só carece de tempo para os ver praticados e derramados em toda a extensão dos seus imensos domínios, como já o estão na capital e em muitas províncias da Rússia europeia.

Como, porém, os conhecimentos úteis se podem espalhar ainda antes que as boas instituições tenham propagado em uma nação os princípios das ciências, não só é útil, mas até necessário que um povo ainda pouco versado nelas e nas artes se familiarize com tão importantes estudos. Um princípio de instrução é quanto basta para excitar nos homens dotados de engenho e do ardor de saber o desejo de penetrar mais além do que nas primeiras instruções puderam alcançar; e uma vez tomado o trilho da investigação logo a emulação e até o interesse esporeiam a prosseguir com vigor e afoiteza: os que já sabem procuram saber mais, e os que têm pejo de ignorar depressa aprendem.

Com o alvo de ser úteis à pátria, e de excitar entre os portugueses do Velho e Novo Mundo o desejo de aprender, se reuniram alguns portugueses, actualmente e há anos residentes em Paris, para em comum concorrerem para o desejável fim de facilitar a introdução das verdades úteis e novas ou pouco conhecidas, entre nós. Nos domínios ultramarinos a infância da sociedade e o estado incompleto das instituições ainda não permitiram grandes progressos nas artes e ciências; e em Portugal, por efeito das lamentáveis calamidades que desde 1807 têm pesado sobre a nação foi interrompido e retardado o impulso benéfico dado pelo Sr. Rei D. José às artes, sustentado generosamente pela Rainha D. Maria, de saudosa memória, e pelo seu augusto filho Sua Majestade El-Rei D. João VI, cuja residência no Brasil tem já produzido efeitos notáveis na civilização daquele Estado, e cujos projectos anunciam instituições sólidas e preciosas para a cultura e ensino das artes e ciências.

Os redactores, amantes da pátria e penetrados do dever de vassallos, querendo concorrer até onde chega o seu cabedal de conhecimentos adquiridos por muito estudo, experiência, e observação em diversos países, para apressar a fausta época que deve repor a nação portuguesa no lugar que outrora ocupou entre as nações cultas, determinaram aproveitar-se da residência que todos eles têm escolhido, para deste centro da Europa instruída fazerem reflectir os raios luminosos das artes, e ciências e da literatura sobre os vastos e distantes Estados de Sua Majestade Fidelíssima. São tantos os auxílios que os redactores

encontram nas inumeráveis produções dos sábios, que a única dificuldade real à execução da obra projectada nasce tão somente da selecção entre tantas riquezas, não podendo referir tudo o que é novo e interessante, nem querendo omitir nada de essencial na avultada massa de coisas úteis, que cada dia se vão acrescentando em tanta cópia ao tesouro de conhecimentos já possuídos.

As obras periódicas que publicam em França, Alemanha, Inglaterra, Itália o extracto dos trabalhos dos sábios são tantas e tão volumosas, que só elas bastariam para formar uma biblioteca; e um mero extracto das principais, por mais resumido que fosse formaria uma obra de volume excessivo e preço exorbitante, que assim mesmo, a poucos leitores agradaria, pois à maior parte seria supérfluo e ininteligível o que a alguns pareceria diminuto.

Para que a obra convenha ao maior número de leitores, e assim seja da maior utilidade possível, adoptámos um plano pelo qual os sábios, cujo número é sempre o menor, virão no conhecimento das fontes onde devem procurar a exposição ampla dos novos descobrimentos nas ciências que exigem grandes e extensos estudos, e que por isso são acima da compreensão dos meros curiosos; reservando para estes os factos de mais fácil intelligência e applicação, aos quais juntaremos quanto possa facilitar ao leitor o perfeito conhecimento deles, e o modo de pôr em prática os inventos úteis.

Debaixo destes intuitos dividir-se-á a obra em duas secções: em uma daremos as notícias mais importantes das ciências destinadas às pessoas instruídas nos seus diversos ramos: estas serão mais ou menos circunstanciadas conforme a importância da matéria e facilidade da applicação. Para que esta parte da obra seja mais útil, e para evitar explicações escusadas apontaremos em cada ciência as obras mais completas e estimadas, para que o leitor não só as possa estudar, mas também conheça de que ponto fixo partimos. Deste modo, e só assim pode, entre o público e nós, estabelecer-se uma linguagem intelligível para ambos.

A outra divisão constará de memórias originaes dos redactores e seus correspondentes, ou extractadas por eles, e de análises de obras novas, em qualquer língua que sejam escritas, tanto nas ciências e artes como na literatura. Em uma como na outra divisão atenderemos sempre à utilidade dos leitores, e à importância das diversas matérias em relação ao estado actual dos conhecimentos nos domínios portuguezes.

A agricultura e as artes que ensinam a fabricar os seus productos immediatos ou a tirar deles princípios novos e de uso geral, será um dos ramos em que nos esmeraremos por comunicar ao público o que a prática dirigida pela ciência for patenteando de mais útil; evitando com o maior cuidado iludir o leitor com precipitados anúncios de métodos novos, ainda não sancionados pelos sábios e confirmados pela experiência.

Neste ramo, mais que em qualquer outro da indústria dos homens são dispendiosas e arriscadas as tentativas empreendidas sem fundamento ou conhecimentos bastantes. Também, sendo o mais importante para a prosperidade dos Estados e felicidade dos povos, é infelizmente aquele em que a aplicação de princípios científicos à prática tem sido mais lenta; e hoje mesmo, a agronomia ainda não se estriba sobre uma base tão extensa e sólida como as outras ciências. Isto procede, parte da árdua investigação de uma arte tão intimamente ligada e dependente dos progressos da botânica, da química, e da física, parte da falta de ocasiões que se oferecem de ordinário aos sábios de experimentar como agricultores, e em plano maior, o que apenas tentaram em um jardim botânico; e também, como já disse, vem de um certo mal entendido desprezo de um arte praticada pelos rústicos, de cujas regras tradicionais e experiência grosseira desdenham muitos escritores informar-se, sendo aliás muitas delas fundadas em razão, e não devendo nenhuma ser rejeitada sem maduro e prévio exame e reflexão. Todos os dias estão os sábios descobrindo princípios teóricos que explicam processos úteis praticados de tempo imemorial nas artes, e que pareciam absurdos e só fundados em tradições abusivas.

Tratando da economia rural teremos sempre a mira não só nos climas dos diversos domínios portugueses na Europa, América, África e Ásia, mas igualmente atenderemos ao estado das artes mecânicas, dos conhecimentos em geral, e de todas as mais circunstâncias locais, para não aconselharmos a adopção de inventos úteis que só são aplicáveis e só se podem executar entres gentes já muito cultas, e familiarizadas com todos os ramos da indústria humana. A criação dos gados, e os melhores métodos de preparar as peles, lãs e outras partes dos seus despojos, a cura e prevenção das doenças a que são sujeitos, terão igualmente um lugar distinto nesta colecção, assim como tudo o que interessar às pescarias, e preparo do peixe, extracção de óleos, etc.

Logo imediatamente depois da cultura da terra se lhe segue em importância a exploração das minas e elaboração dos metais e outros minerais, sendo deles o mais útil o ferro. A este ramo destinaremos muitas páginas, assim como à extracção e preparo dos sais, à preparação dos azeites, das gorduras, sabões e mais substâncias preciosas, cuja fabricação está tão atrasada entre nós como adiantada em França.

Das artes químicas escolheremos as noções que mais imediatamente possam melhorar entre nós os processos de destilação, do fabrico do açúcar, e outros principais objectos de exportação; não desprezando o que diz respeito às tintas, e a todo o género de fábricas já existentes ou daquelas cuja erecção se deva aconselhar ao governo ou aos particulares ricos. Das mais artes preferiremos os inventos que tenderem ao aperfeiçoamento e simplificação de máquinas e engenhos, à construção de pontes, canais, e tudo quanto particularmente pertencer à arquitectura civil, e especialmente às construções em madeira tão

adaptadas ao Brasil, e que em França se têm levado a um ponto de perfeição até aqui desconhecido.

Faremos conhecer em todos os outros ramos das ciências e artes o que oferecer algum ponto de utilidade prática, deixando o que só interessar os sábios para a secção das notícias científicas.

Em quanto às ciências médicas comunicaremos, o mais sucintamente que for possível, os novos remédios e preparações farmacêuticas, e o método de as administrar, apontando os livros ou memórias de onde as houvermos extraído para que os médicos, e boticários os possam consultar por extenso. Descreveremos igualmente todo o novo método de operar em cirurgia que tiver merecido a aprovação dos mestres da arte.

As notícias, regulamentos, leis, ou instruções que tiverem por objecto o comércio, e particularmente o nosso, serão dadas por inteiro, ou em resumo, conforme a sua importância, e com as reflexões que exigirem; e o mesmo faremos a respeito dos actos dos diversos governos sobre agricultura, fábricas, comércio exterior ou interior, e educação pública.

Das notícias políticas não trataremos, e muito pouco também diremos das ciências meramente abstractas, e nada de controvérsias religiosas.

Nas obras novas de que fizemos a análise crítica, ou nas memórias que oferecermos ao leitor, além dos assuntos de utilidade prática para os particulares, trataremos de algumas questões que interessam igualmente os povos e os governos, e cuja resolução importa tanto à prosperidade das nações. Estas são relativas à ciência nova chamada economia política, sobre a qual tanto se tem escrito sem que ainda ela reconheça princípios certos e invariáveis na prática, apesar dos muitos autores sistemáticos, que a têm estudado e ensinado em Inglaterra, França, Alemanha, Suíça, e Itália.

A estatística, ciência igualmente de nossos dias, também nos dará matéria a alguns artigos e a examinar as obras ou notícias mais notáveis que forem aparecendo neste assunto.

As viagens instrutivas, os novos sistemas de doutrina nas ciências, as obras históricas, as que tratarem da arte da guerra, e da geografia, também serão examinadas. Os novos compêndios, ou memórias interessantes serão analisadas, e até algumas vezes traduzidas, quando a sua extensão o permitir.

A análise também se estenderá a obras puramente literárias nacionais ou estrangeiras, com o objecto formar o gosto e de restabelecer as suas doutrinas tão desprezadas entre nós nos últimos tempos.

É lastimosa a decadência das letras em Portugal desde a extinção da Arcádia, e a morte ou separação dos seus ilustres membros, dos quais há pouco acabamos de perder o clássico escritor António Ribeiro dos Santos, cuja vasta erudição, gosto apurado, linguagem castigada e frase elegante bem podem servir de norma aos escritores nacionais. Mas nem

os preceitos e exemplos dele, nem os de Garção, Diniz, Torres, em Portugal, nem as numerosas e excelentes produções do P.^o F. Manuel têm podido obstar à influência dos rimadores mais ou menos dotados de estro, que antes quiseram obter sem custo os aplausos do vulgo que merecer, pelo estudo árduo dos bons modelos, o louvor sólido que os sábios contemporâneos e vindouros só tributam a quem coaduna títulos incontrastáveis. Quem escreve para o povo, quem se contenta de agradar a ignorantes sem lição nem gosto, por mais estro que o anime, é forçoso que, descendo à capacidade dos leitores sacrifique a valentia do pensamento, e a energia da expressão à soalha da rima, e caia insensivelmente no baixo e trivial, em vez de se elevar ao belo e sublime.

Parece incrível que durassem tão pouco, e que tão depressa se vissem malogrados os esforços que todos os membros da Arcádia e outros émulos deles fizeram com tanta felicidade e constância para restabelecer em Portugal o bom gosto nas letras, e restaurar a linguagem de nossos ilustres escritores da idade de ouro. A par dos clássicos da nova escola apareceu um enxame de corruptores da língua, os quais declarando guerra ao bom gosto e à verdadeira poesia e eloquência, se deram a rimar sonetos, décimas, e outras ninharias poéticas tão fáceis em uma língua como a nossa, e que, por mais perfeição que tenham, nunca passam de ser um engraçado jogo, um passatempo da fecunda imaginação. A maior parte delas não são mais que sonoras bagatelas, *nugae canorae*, ermas de pensamento, sem vigor, e só notáveis pela harmonia que resulta da colocação das palavras.

Desta péssima escola não saiu uma só composição poética digna de passar à posteridade na poesia épica, lírica, dramática, anacreôntica ou didáctica; nem uma só boa tradução dos clássicos antigos ou estrangeiros.

Um só homem dos que viveram nestes últimos anos em Portugal era capaz de combater, e de confundir a numerosa turba dos rimadores sem estro, sem lição, e sem gosto. Era ele dotado da mais fecunda imaginação, de uma facilidade de improvisar rimas, apenas crível; tinha gosto, crítica, erudição, e perfeito conhecimento dos clássicos nacionais e estrangeiros; e não obstante este raro concurso de qualidades preciosas e poucas composições originais nos deixou nas suas obras, assaz volumosas, verdadeiramente dignas de admiração e de servir de norma aos vindouros. Que faltou pois a Bocage para se elevar à preminência a que o seu grande engenho o destinava? O ter vivido em outro século, e ter poetado à face de um público capaz de o dirigir por uma sã crítica, e de rebater nele os efeitos de uma nímia fecundidade, a qual, apoucando o estro em rimas, improvisos, e outros jogos poéticos, amortece no vate o fogo criador cujo influxo o pode só exaltar e sustentar no voo atrevido às regiões do belo e do sublime. Não é minha intenção menoscar o engenho de Bocage, e o merecimento de muitas tradu-

ções, e de algumas das suas composições poéticas, e a fácil versificação e pura linguagem de todas. Só deploro como português, e como amigo íntimo que fui dele que, de tão raro génio, de tão fecunda, rica e brilhante imaginação colhesse a pátria tão fracos frutos. A ele mesmo fiz repetidas vezes estas observações estimulando-o a que, deixando trovas, das quais, pelo pouco que lhe custavam, ele fazia pouco apreço, aspirasse a emparelhar e até a remontar acima dos vates lusos. Talvez, se a morte não tivesse tão cedo terminado a sua existência que, dócil a estes conselhos, dos quais ele melhor do que ninguém conhecia o valor, teria empreendido trabalhos de maior monta, e deixado à posteridade um monumento duradouro, digno dela, e do seu autor.

A poesia dramática em que nunca fomos ricos, está reduzida hoje a bárbaras traduções de autores de péssima escola: as que se fizeram dos bons estão há muito proscritas pelo vulgo ignaro: as obras originais são poucas, e nenhuma de grande merecimento.

A poesia lírica morrerá com Filinto: entre os poetas que hoje a cultivam nenhum promete consolar a pátria da perda que em Garção, Diniz, e Torres, experimentou, e daquela de que a ameaça a propecta idade do excelente Francisco Manuel. A poesia épica não renasceu com o poema do Oriente, cujo autor em vão tentou emendar Camões, e desapossá-lo do eminente lugar que, por nacionais e estranhos lhe foi justa e universalmente assignado no Parnasso. O Padre José Agostinho de Macedo é contudo digno de grande louvor pela pureza da sua linguagem, e pela vasta lição que tem dos clássicos portugueses, e dos antigos e estrangeiros. Se nele o gosto correspondesse à facilidade de versificar, nada lhe faltaria para coadunar todos os requisitos que caracterizam o bom poeta.

Os escritos em prosa inculcam decadência ainda mais rápida; e se continua tal desleixo em cultivar a língua pátria, depressa deixarão os nossos autores, e por consequência, a nação inteira de falar e escrever em português, e a língua e estilo se tornarão igualmente bárbaros; verificando-se a profecia infausta do ilustre Pascoal José de Melo, que dizia ter escrito em latim pelo fundado receio, que se o fizesse na língua materna dentro de pouco cessassem de o entender os portugueses.

Hoje só se reputa sublime o que é empolado; só o chocorreiro é jocoso: à sátira grosseira se chama crítica; e em vez de sal ático nos dão chufas, impróprios de estudantes mal criados, ou antes de regateiras. À urbanidade dos nossos clássicos antigos, de um D. Francisco Manuel, por exemplo, substituem os nossos autores hoje a linguagem marujal dos cafés, e as pachouchadas dos néscios. Compare-se o sal do *Hissope* e o da *Estupidez* com o fel do escandaloso, grosseiro e trivial libelo em verso intitulado *Os Burros*, e ver-se-á quão rápido é o despenho com que nos vamos a precipitar no pego do mau gosto.

Não é de admirar a triste sorte da língua à qual (única na Europa) falta ainda um dicionário clássico, uma boa gramática, um sistema de ortografia, uma prosódia, um tratado de sinónimos e de homónimos,

uma colecção de idiotismos, e em uma palavra, que apenas possui uma edição correcta de algum clássico. Não é de admirar que em tal inópia e tão faltos de guias escreva cada um como bem lhe parece, e que até as obras dos homens verdadeiramente doutos estejam cheias de erros ou de contradições em ortografia e linguagem.

Se insistimos tanto nesta matéria é porque a julgamos de suma importância, e porque estamos intimamente convencidos que, sem cultura e grande progresso nas letras, nenhuma nação pode adquirir glória nas artes e ciências. A razão, e a experiência assaz confirmam esta verdade conhecida e proclamada por tantos homens ilustres antigos e modernos. Para bem escrever é indispensável pensar com acerto, e só quem com acerto discorre pode com fruto cultivar e ensinar as ciências. Se na Europa culta todos os sábios não são bons escritores, todos procuram merecer este título, e os mais ilustres pelo seu vasto engenho e saber têm conseguido esta duplicada glória. Sirva de exemplo Buffon, Baily, Fourcroy, Lavoisier, Cuvier. É certo que em França mais que em outra terra se exige a correcção da linguagem, até nos autores que tratam os assuntos os mais áridos; e por isso nenhuma nação possui obras tão metódicas e claras.

Para contribuir, quanto em nós estiver, a estimular os amantes da língua portuguesa, e da pátria, a combater os agigantados progressos do mau gosto que ameaça de corrupção total a nossa literatura, não perdemos a ocasião de inculcar as sãs doutrinas dos Gregos e Romanos, confirmadas e praticadas pelos nossos bons clássicos, e pelos que têm ilustrado a Itália, a Inglaterra, a Alemanha, e principalmente a França: esta em matéria de gosto, não conhece rival, e em quase todos os géneros de eloquência possui modelos ainda não igualados. Se na poesia lírica, e épica se lhe pode contestar a mesma superioridade, quem lha disputará na dramática, na didáctica, nas fábulas, e nas poesias anacreônicas?

Já que a nossa Academia, a quem competia trabalhar no aperfeiçoamento da língua e das letras, não continuou os seus úteis trabalhos, é da obrigação de todo o português contribuir da sua parte para suprir o que nos falta. Daremos pois algumas memórias sobre objectos importantes relativos à língua, as quais talvez excitem os homens doutos da nação a executar trabalhos que dêem glória a eles e à pátria.

Neste assunto, assim como em todos os mais, receberemos com gosto as comunicações de correspondentes, e as publicaremos, se os seus autores o desejarem, com a firma que eles escolherem. Devemos advertir porém, as pessoas que nos houverem de honrar com a sua correspondência literária, que é nossa intenção não consentir que esta obra seja veículo de insultos ou de personalidades injuriosas, devendo a crítica que nela se fizer das obras e dos autores fundar-se em razões, nunca degenerando em sátira. Pelo mesmo princípio não responderemos senão a quem, imitando-nos, merecer resposta. Para repelir injúrias basta o silêncio de quem não se faz delas merecedor.

Para que a obra coadune os caracteres de universalidade, e de uma boa execução em cada ramo de que se deve compor, distribuíram entre si os redactores as diversas matérias as quais cada um tem feito o objecto particular dos seus estudos, para que dando-se respectivamente a elas possam preencher dignamente o fim a que se propõem. Para se diferenciarem os artigos de cada um, e se não confundirem com os dos correspondentes, adoptará cada redactor uma letra ou sinal distintivo deles.

Quando o assunto o pedir juntaremos estampas explicativas dos objectos, cuja descrição, sem este socorro seria de difícil intelligência; e como muitas vezes estas não bastam para por elas se efectuar a execução de muitos aparelhos, os redactores se encarregarão, de boa vontade, de remeter aos sábios e curiosos dos domínios portuguezes, que o desejarem, modelos exactos, ou as mesmas máquinas e instrumentos recomendados, dando a respeito deles, assim como de qualquer outro objecto interessante às artes e ciências as explicações que lhes forem pedidas.

Cada volume será terminado por uma lista escolhida das melhores obras publicadas em França, com os seus preços. Como é raro que não se traduza em francês todo o livro novamente publicado nas mais línguas, só apontaremos o título original das obras não vertidas ainda nesta.

Cada tomo levará um index, e um resumo das observações metereológicas feitas no Observatório Real de Paris.

Pelas relações de amizade que subsistem entre os redactores e os principais sábios, e membros do Instituto, e das mais sociedades literárias desta capital, poderão eles muitas vezes comunicar ao público memórias, e notícias importantes ainda não impressas.

Também destinaremos algumas páginas à biografia de homens célebres nas ciências nas artes, e nas letras, recém-falecidos; e bem quizeramos poder também inserir artigos necrológicos exactos, e circumstanciados dos nossos nacionais que tiverem bem merecido da pátria. Confiamos que os portuguezes doutos não recusarão de se prestar ao desejo que temos de receber deles notícias exactas, e individuais da vida, obras, e trabalhos dos sábios, e artistas nacionais que tiverem falecido nestes últimos anos. Também receberemos com muita satisfação e agradecimento observações críticas sobre os artigos das biografias francesas, e inglesas que tratam dos nosso conterrâneos.

Desejariamos poder com brevidade oferecer aos nossos leitores de Portugal, e do Brasil, e aos nossos amigos literários de Paris, que estão ansiosos de conhecerem melhor tudo quanto diz respeito à língua e literatura portuguesa a biografia de António Ribeiro dos Santos, de Fr. Joaquim de Santa Clara, de Bocage, do bom Maximiano Torres, do illustre Pascoal José de Melo, do grande José Anastásio da Cunha, do pintor Vieira, do escultor Machado, e de tantos outros varões insignes, cuja

memória, pelo culpável desleixo e incúria dos seus compatriotas, fica sepultada na terra que os viu nascer, e entre conterrâneos, que conhecendo apenas o valor do que possuíram, depressa esquecem perda tão pouco sentida.

A protecção especial que Sua Majestade o nosso Augusto Soberano, pai da pátria, e patrono das artes e ciências se dignou conceder-nos, permitindo que o seu Augusto nome, e o de Suas Altezas os Príncipes fossem os primeiros na lista dos assinantes aos *Anais*, nos inspira uma justa confiança de que esta empresa, sob tão poderosos auspícios não, poderá deixar de ter próspero successo.

E, sem presumir demasiado nas nossas forças, julgamos poder prometer aos leitores que esta resenha literária constará de uma boa selecção de objectos interessantes, e úteis, e que será exposta com clareza, concisão, e método; escrita em linguagem pura, livre de palavras e idiotismos estrangeiros; e que será acompanhada às precisões e conhecimentos actuais do maior número dos leitores aos quais é destinada.

Se o público acolher o nosso trabalho, ele medrará, adquirindo cada dia mais utilidade, e perfeição, pelo constante desvelo que poremos em contentar os assinantes, e granjear novos títulos à sua benevolência.

Paris, Junho, 1818

VARIÉDADES SOBRE OBJECTOS RELATIVOS ÀS ARTES,
COMÉRCIO, E MANUFACTURAS CONSIDERADAS SEGUNDO
OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA POLÍTICA. POR JOSÉ ACÚRSIO
DAS NEVES. LISBOA, TOMO I, 1814. TOMO II, 1817^a

Esta obra, que há pouco recebemos de Portugal, onde o segundo tomo tinha sido recentemente publicado, (apesar de trazer no frontispício a data de 1817) nos deu sumo gosto e satisfação, pela excelente colecção de artigos, pelas sãs doutrinas que encerra, e pelo acerto e madura reflexão com que o benemérito autor as aplica a Portugal.

Nem os limites deste artigo me permitem examinar com individuação as diversas e importantes matérias de que trata o autor, nem isso é necessário. O Sr. José Acúrsio das Neves coligiu dos melhores escritores modernos, franceses, ingleses, italianos, alemães, espanhóis, etc. que trataram de economia política, e de outros ramos conexos com esta ciência, o que neles se achou de mais digno de nota e mais aplicável à nossa pátria. Da acertada escolha que fez, e das excelentes reflexões que ajuntou às dos melhores autores estrangeiros, bem se colhe que tem conhecimentos profundos em economia política e que as questões as mais delicadas desta ciência lhe são familiares. Todas as vezes que entre opiniões diversas dá o autor o seu parecer, invariavelmente se encosta à melhor; e evitando de um lado a nímia predilecção às doutrinas novas, e de outro a irreflectida veneração pelas velhas, só julga umas e outras pela luz da razão e da experiência. Em uma palavra, depois de ter lido esta obra com atenção, posso afirmar, sem receio de ser contradito por bons juizes em semelhante assunto, que é o melhor livro deste género que até ao dia de hoje tem aparecido em português, e que da sua leitura muito proveito pode tirar a nação. É muito de sentir que o autor não desenvolvesse mais o seu pensamento acerca de questões importantíssimas para Portugal e para o Brasil, de cuja decisão depende a sorte de ambos os países, e especialmente a do primeiro. E é tanto mais de lamentar a concisão do autor nestes pontos que, pelo pouco que diz a respeito deles, bem se colige que pensa com acerto.

Talvez que motivos de prudência o determinassem a tocar só de leve em assuntos que sem dúvida são objecto de constante meditação do soberano e dos seus ministros. Porém como nem todos os escritores são tão comedidos em censurar e em dar conselhos, teria o Sr. J.A. das Neves feito um notável serviço ao soberano e à pátria se tivesse entrado no exame dos meios práticos os mais facilmente executáveis,

^a Tomo V, Julho 1819, Parte I, pp. 168-179.

os quais obstando à ruína iminente de Portugal, conciliassem os interesses dele com os do Brasil, interesses que me parecem muito compatíveis entre si, e que, a meu ver, não exigem para serem promovidos, que um dos dois países seja sacrificado ao outro. Eu estou pelo contrário bem persuadido que a independência comercial do Brasil pode vir a ser para Portugal uma fonte de muito maior prosperidade do que foi outrora a posse exclusiva dos produtos daquele Estado como colônia. É bem certo que hoje sofre Portugal pela perda do monopólio, assim como sofre a Espanha pela separação de parte dos seus antigos domínios ultramarinos. Mas nem uma nem outra nação carecem de possuir colônias para serem felizes e ricas; e nunca o foram mais do que antes de terem formado estabelecimentos distantes da terra natal. Pois, o que então fez a felicidade dos portugueses pode ainda hoje tornar a fazê-la; e muito maior que naqueles tempos, em que a agricultura, as artes, as ciências, e as sãs doutrinas em economia política e em comércio eram tão inferiores aos conhecimentos que hoje se vão derramando por todo o mundo civilizado.

É facto inegável que a nossa povoação, agricultura e indústria interna eram muito superiores antes das nossas conquistas; e que estas foram a causa principal da nossa decadência, como muito bem diz o autor, Tomo II, pág. 293: «Para sermos grandes no Oriente, nos fizemos pequenos no Ocidente.» É também certo, como acertadamente nota o Sr. J.A. das Neves, que as causas da decadência da nossa agricultura e prosperidade são anteriores às conquistas do Oriente, e que a má legislação e as guerras de África já muito antes tinham preparado a ruína futura de Portugal, tirando-lhe os meios de se aproveitar das imensas vantagens do comércio exclusivo da Ásia, cujo produto não soubemos nem pudemos fixar na nossa pátria convertendo-o em benefício da agricultura e da indústria interna do país. Ambas estavam demasiadamente desfavorecidas e acabrunhadas por onerosos e mal combinados impostos, para que por estes canais da verdadeira riqueza se dirigissem os capitais que por violência ou por comércio tirávamos da Ásia.

Com razão observa o autor que as nossas conquistas podiam não ter causado a nossa ruína, se o governo tivesse sabido evitar os inumeráveis erros que cometeu, como depois fizeram em grande parte as nações que nos arrancaram uma após outra o ceptro da Índia. Mas a isto se pode responder, que mais luzes se requeriam do que então possuía a nação para evitar as más consequências de um péssimo sistema de conquista, de administração, e de leis; sistema que já existia em Portugal, e que transplantado, se tornou mil vezes mais defeituoso na Ásia, onde o luxo, a rapina e a mais completa depravação fizeram progressos tão rápidos, que já no tempo de D. João de Castro, dava este honrado e insigne varão a Índia por perdida. Como pudera uma nação qual era então a nossa, fazer o que depois executaram os holandeses? Os nossos antepassados nada mais souberam que vencer com a espada, derribar

tronos, avassalar Estados, oprimir nações, e meter horror aos seus inimigos. Ignoraram inteiramente a arte mil vezes preciosa de adquirir amigos, e de fundar estabelecimentos comerciais. Apenas o grande Albuquerque atinou com a estrada que devíamos ter seguido, porém já então era sina dos grandes homens serem vítimas da baixa inveja e da vil intriga.

Se noutro tempo fomos felizes sem colónias, porque o não seremos hoje que as perdemos? Sem dúvida não conseguiremos adquirir nova e mais sólida prosperidade no nosso território sem grandes esforços da nação, e sem que estes sejam poderosamente ajudados pelo soberano; mas obrando de acordo, é infalível o resultado. O autor em diversas partes da sua obra aponta suficientemente quais são e têm sempre sido os principais estorvos à nossa agricultura e indústria; estes afugentaram os capitais de serem consagrados a fazer prosperar os dois mais fecundos mananciais de riqueza; e a esperança de maiores lucros combinada com muito maior independência, os distraiu para o emprego mais brilhante do comércio externo. Deste sistema e da particular protecção dada à agricultura do Brasil resultou a riqueza daquele Estado e a de um limitado número de comerciantes de Lisboa e Porto, da qual muito ténue porção redundou em benefício das províncias. A situação relativa de Portugal e do Brasil está hoje mudada, e mudada para sempre: que cumpre pois fazer para que Portugal prospere, e para que lhe sirva de esteio a prosperidade do Brasil? Esta questão quisera eu que o Sr. J.A. das Neves tivesse examinado a fundo, pois estou certo que a podia cabalmente resolver; o que me parece menos difícil do que certas pessoas pensam. Em outra ocasião talvez me darei a investigar por que meios se pode conseguir tão apetecível objecto; agora só apontarei os princípios gerais, sem entrar nos meios de execução.

1º Remover os obstáculos de todo o género que estorvam a cultura da terra, e o desenvolvimento da indústria e comércio interno de Portugal.

2º Convidar, por todos os meios praticados por outras nações, os nacionais e estrangeiros a dedicarem os seus capitais à agricultura e indústria de Portugal.

3º Tirar todo o partido possível da singular e incomparável posição dos nossos portos, para a eles atrair os negociantes estrangeiros, e os navios de todas as nações; fazendo aplicação das instituições saudáveis que a razão e a experiência têm mostrado serem as mais bem calculadas para criar empórios.

4º Favorecer reciprocamente o comércio entre Portugal e o Brasil, não favorecendo com preferência outro algum.

Não ignoro as dificuldades de todo o género que se apresentam na execução de um tal projecto; umas inerentes ao estado da nação, outras que dependem de governos estrangeiros. Muita prudência e constância se requer para vencer tais obstáculos, mas bom é ter sempre

em vista o objecto, para não perder ocasião oportuna de nos irmos para ele encaminhando, ainda que seja a passos lentos e talvez por veredas desviadas. O pior é que os nossos males são grandes, e que cada dia se vão agravando.

O autor muito bem conhece todas estas verdades, e se em algumas partes da sua obra parece estar em contradição com estes princípios não é em realidade. Por exemplo, tudo o que diz a favor do comércio com a Ásia nestes últimos anos, nada prova senão que mais vale empregar assim os capitais que deixá-los dormentes; sem que por modo algum se possa daí concluir que no estado actual fosse acertado promover o governo aquele ou qualquer outro semelhante emprego de capital, em preferência ao de o consagrar à indústria interna e à agricultura.

Do mesmo modo, pelo que toca à questão sobre se convém pôr direitos de entrada no trigo e mais grão de fora do reino, mostra o autor que entende a matéria e que conhece a causa do mal, a qual consiste nos gravosos direitos que oprimem a produção nacional; e se propõe só remédios paliativos, é porque julga serem os únicos possíveis por agora. Na infeliz situação em que se acham os nossos lavradores é negável que alguma protecção se deve dar ao grão da terra, impondo um direito no de fora; a dificuldade está em fixar o valor desse direito, pois é indispensável que por um lado não se absorva os lucros dos estrangeiros, e não os afugente do nosso mercado, expondo parte da povoação à fome, ou ao receio dela, que não é muito menor mal; ou à suma carestia, que tanto monta, para o pobre e para o consumidor cujo rendimento é fixo e módico. De outro lado deve o direito ser suficiente para que o produtor nacional possa vender com lucro em anos de escassez, nos quais, pelo sistema até agora seguido, perde o que não ganha em anos de fatura. O único meio de estabelecer este direito em justa proporção, é de o regular pelo preço médio do grão em Lisboa e no Porto, calculado em determinadas épocas do ano pouco anteriores à colheita, e às vezes depois dela, como se faz em França e em Inglaterra.

Não é Portugal o único país em que o lavrador se entristece com a perspectiva de uma colheita mui abundante, que traz consigo a baixa do preço do grão. É este um dos funestos efeitos da improvida prodigalidade daqueles governos cujas enormes despesas necessitam impostos permanentes e onerosos sobre a agricultura. Os anos de suma abundância são em tais países funestos ao lavrador, porque pelo baixo preço do seu grão perde o que não pode lucrar pelo aumentado consumo, o qual não cresce em proporção da abundância do género. Se os encargos do lavrador, rendeiro ou proprietário, não fossem tão grandes, nunca ele receará como um mal o que o instinto faz considerar a todo o homem como o maior dos bens. Em Inglaterra, mais que em país algum, é notável o efeito dos impostos excessivos sobre o cultivador: uma colheita muito abundante arruina os rendeiros imediatamente; e o jornaleiro, que a princípio folga com a barateza do trigo e mais comes-

tíveis, não tarda em experimentar os funestos efeitos das perdas sustentadas pela classe dos lavradores, de quem ele espera emprego e salário. Nada disto aconteceria se o governo inglês não devorasse a melhor parte do valor do produto da agricultura. Nesta situação se acham, em maior ou menor grau, quase todos os Estados da Europa: ela é tão forçada e violenta que não é possível ter muita dura; e se os governos continuarem a querer sustentar exércitos permanentes tão numerosos, a manter um sistema excessivamente dispendioso de administração e arrecadação, e a desperdiçar somas enormes em objectos de mero fausto; dentro de pouco tempo irão sucessivamente precipitando-se no abismo que os ameaça. Não há hoje um só escritor cordato e sincero em Inglaterra que não anteveja catástrofe não mui remota para aquele país, que mais que todos os outros tem abusado da facilidade de devorar por antecipação as rendas futuras dos particulares. Já também isto começa a sentir-se em França, e em Alemanha. Oxalá que estes exemplos nos sirvam de aviso para evitarmos um mal que ainda em Portugal tem remédio. Economia nas despesas, e protecção à agricultura e indústria interna são os dois meios que podem afastar de nós a ruína que ameaça todos os Estados da Europa; mas é necessário estar bem convencido que um destes meios sem o outro seria baldado.

Para provar ao Sr. J.A. das Neves, e ao público, que os louvores que dei à obra são sinceros, notarei algumas inadvertências que nela encontrei, e que são desculpáveis, tanto por serem pouco numerosas, como por dizerem respeito a países onde o autor nunca residiu. Se o Sr. J.A. das Neves tivesse visitado a França nestes últimos 20 anos, não teria por certo afirmado, Tomo II, pág. 54 que «os franceses cedem aos ingleses no talento e facilidade de execução»; nem teria dito a pág. 62 do mesmo Tomo que «a arte de pintar em vidro só em Inglaterra se exercita hoje com algum sucesso». A primeira asserção não tem fundamento algum; a segunda é de notória falsidade; tudo quanto em Inglaterra se executa em género de pintura em vidro é mil vezes inferior às obras de Dihl, e de outros artistas franceses que têm produzido quadros incomparáveis sobre vidro, superiores a perder de vista, a tudo quanto nos deixaram os antigos, de todas as épocas.

O estilo e linguagem do autor são em geral dignos de louvor, mas não posso aprovar a introdução de certos anglicismos e galicismos, e de algumas expressões, se bem que portuguesas, usadas imprópria-mente. Tais são *saca de dinheiro*, em vez de *extracção*, *exportação*, ou *saída*; *Sociedade de fomento* (Société d'Encouragement) e alguns outros. Porém são estas imperfeições tão ligeiras, que em nada invalidam o juízo que fiz da obra; e outra vez repito que ela encerra as melhores doutrinas, acerca da agricultura, fábricas, e comércio, e contém uma excelente selecção das melhores leis e regulamentos que em diversos países se têm estabelecido para promover todo o género de indústria. O autor até enriqueceu o seu livro com a história de algumas

máquinas e de outros inventos e singulares melhoramentos aos quais devem as mais nações a sua actual prosperidade; v. g. bombas ou máquinas de vapor, etc. O que diz sobre créditos, bancos, empréstimos, dívida nacional, papel-moeda; sobre o luxo, sobre a influência mútua da agricultura e fábricas, é muito sensato, e muito útil. Os sentimentos patrióticos do autor transluzem em toda a obra: para exemplo vou transcrever da Introdução, a passagem seguinte, e com ela concluirei este artigo.

«Pelo que fomos em épocas passadas se fará ideia do que ainda podemos ser; é porém necessário emendarmos para o futuro os nossos erros pretéritos; conheceremos as riquezas, e as vantagens, que a natureza nos oferece, para delas sabermos tirar partido; e procurarmos melhorar a nossa sorte no meio das difíceis circunstâncias, em que nos achamos envolvidos, removendo os obstáculos, que se opõem à nossa prosperidade. Este é o principal objecto dos cálculos, e das fadigas de todos os governos iluminados, e das meditações dos homens, que são ao mesmo tempo sábios e patriotas; e quando vemos as outras nações avançarem a grandes passos nesta carreira, o ficarmos no estado, em que existimos, é retrogradar imenso.»

DE L'INDUSTRIE FRANÇAISE, PAR M. LE COMTE CHAPTAL,
ANCIEN MINISTRE DE L'INTÉRIEUR, MEMBRE DE L'ACADÉMIE
ROYALE DES SCIENCES, DE L'INSTITUT, ETC., 2 VOL. 8°.
PARIS, 1819

Primeiro artigo^a

De quantos escritores se propusessem traçar o quadro da indústria em França, qual ela foi outrora e qual é hoje, nenhum poderia coadunar tantos requisitos para o desempenho de tão importante e útil trabalho como o autor desta obra. Em M. Chaptal concorrem todos os gêneros de merecimento e todas as qualificações: profundo nas ciências, hábil em aplicar os seus princípios à prática, nunca teve outro objecto em vista senão o bem da pátria, o aumento da sua riqueza, e o melhoramento de todos os ramos da indústria. Do que ensinara com o preceito deu ele mesmo o exemplo, e da autoridade só fez uso para mais eficazmente promover tudo quanto era útil, e remover os obstáculos que, até nos países os mais cultos, estorvam todas as alternativas de aperfeiçoamento. Valeu-se de todos os auxílios que como homem público e particular, como ministro, como sábio, e como fabricante teve à sua disposição; e na obra que examino, expõe o resultado das suas investigações, com aquela boa fé e lisura que ainda dão maior realce aos seus talentos.

Posto que esta obra seja especialmente destinada à França, não será menos interessante a leitura dela em todos os mais países, pois todos tirarão sumo proveito de estudar os princípios, e meditar as aplicações que ela encerra.

Com efeito, o quadro que a França oferece a todas as nações é bem digno de fixar a atenção de todo o homem que indaga as causas da prosperidade e da decadência dos Estados, com o fito não só de verificar a verdade dos princípios de economia política, mas para conhecer as modificações que a execução prática deles exige em cada país. Onde acharemos exemplo vivo mais portentoso de uma série de revoluções políticas, de cruentas e porfiadas guerras intestinas e externas, de perdas tão avultadas de riqueza, de gente, de colónias, de comércio, e em uma palavra, de quantos males podem afligir a humanidade? Apenas em 25 anos teve a França alguns curtos intervalos de descanso, e até o fruto que deles colheu depressa o pagou com usura, fazendo logo depois novas e ainda maiores perdas. Até das vitórias e conquistas feitas

^a Tomo V, Julho 1819, Parte I, pp. 116-137.

desde o Consulado lhe redundou maior glória que proveito, e apenas houve uma que lhe não custasse mais caro do que valia. E não obstante a prolongada duração de tantos males, vemos com espanto que a França actual comparada com a de 1789 lhe leva notável vantagem em povoação, em instrução, em agricultura, em indústria; e em uma palavra, se não pode rigorosamente dizer-se que a França é hoje mais rica em capitais e na soma total dos valores, é indubitável que possui muito maiores meios de riqueza, que a tornam mais independente das outras nações. A povoação aumentou desde 1789, pelo cálculo o mais baixo, de 3 para 4 milhões, havendo a guerra nesse intervalo destruído pelo menos 2 milhões de homens. Outro tanto se verifica nos produtos da agricultura e da indústria. Não obstante a perda de S. Domingos, a do comércio do Levante, e de muitos outros importantes ramos do comércio de importação e exportação, é bem notório que o consumo interno tem por tal maneira aumentado, que os valores brutos e fabricados actualmente em França, excedem muito os de 1789. Ora, sendo as perdas incontestáveis, parece um prodígio vê-las mais que compensadas. E quanto não importa a todas as nações vir no conhecimento das causas de tão grande prosperidade promovida em circunstâncias tão árduas? Ela é tal que, a ser possível contestá-la, já algum cego admirador do tempo passado, ou inimigo de tudo quanto é francês teria negado o que é forçoso admitir.

Depois da última paz são inumeráveis os ingleses que têm visitado a França, e todos os que são capazes de reflectir e de francamente dizer o que pensam, não podem deixar de lamentar a sorte da sua pátria quando a contemplam triunfante, vitoriosa, onnipotente, ajoujada de conquistas, senhora de toda a Índia, abarcando o comércio do mundo, ditando leis aos gabinetes; e a comparam com a França vencida, empobrecida, quase despojada de colónias, e com escassa navegação e muito limitado comércio externo. A Inglaterra distinguia-se há 25 anos pela abastança e prosperidade da sua classe agrícola e industriosa; hoje não basta o trabalho para fazer subsistir o jornaleiro que tem família, e as classes industriosas estão reduzidas à mendicidade, e como mendigos lhes distribuem as paróquias socorros tirados do imposto dito dos pobres (*poor tax*), o qual iguala e até excede as rendas de muitas grandes potências da Europa. A nação inglesa tão patriota e aferrada ao seu país já começa a ir buscar fora da pátria os meios de subsistência; e não só as classes inferiores que vivem do trabalho manual, mas até lavradores abastados que emigram para os Estados-Unidos, para França, etc. onde formam estabelecimentos permanentes: outro tanto acontece a militares, a artistas, e a oficiais de ofícios mecânicos. Esta é a consequência da enorme desigualdade das fortunas, que cada dia vai piorando as condições das classes inferior e média, à custa das quais cresce a opulência e o fausto dos ricos. Como as mesmas causas que têm produzido estes efeitos em Inglaterra não só subsistem, mas vão em aumento, não

será de estranhar que a Grã-Bretanha ofereça um dia o quadro dos Estados Asiáticos, onde não há mais que duas classes, a opulenta, e pouco numerosa, que é a dos senhores, e a outra, que forma o corpo da nação, que se compõe dos miseráveis escravos. É curioso notar como a falsa direcção da civilização, do comércio, e o excesso do luxo podem produzir resultados análogos aos da ignorância, e da escravidão. É hoje verdade incontestável que de todos os jornaleiros da Europa é o inglês o mais infeliz, visto estar demonstrado ser ele o único que não pode viver do seu trabalho. O polaco, o russo, o português, o espanhol, o francês nas províncias menos férteis, não são ditosos, mas a qualquer deles basta o seu trabalho para sustentar a si e a suas famílias; quando em Inglaterra são precisos mais de 70 milhões de cruzados de imposto anual distribuído em esmolas, para que os necessitados de um país que contém, quando muito, 12 milhões de habitantes, não morram de fome!

Quando de outro lado se considera o estado actual da França, que por certo é muito inferior ao que foi desde 1807 até 1812, é manifesto que a condição do grosso da nação é incomparavelmente superior à de que gozava em 1789. Tal é, se me não engano, o carácter distintivo da verdadeira prosperidade de um Estado: a felicidade do maior número, a honesta mediocridade de muitos, e a não excessiva opulência de poucos, é o que constitui a ventura nacional. Se as enormes fortunas são em alguns casos vantajosas quando se aplicam à agricultura em grande, ou às fábricas e outras empresas que exigem grandes desembolsos, muito maiores são os benéficos efeitos que resultam de muita cópia de cabedais módicos ou pequenos. Em um país em que eles abundam é fácil formar associações para grandes empresas, mas naqueles em que só há ricos, e pobres, proprietários, e rendeiros, pode sim a produção crescer a um ponto muito alto, e até exceder a de outros países; mas se a par deste aumento de produtos for a repartição dos lucros muito desigual, perderá a sociedade em geral o que ganham as classes opulentas, e o que consome a prodigalidade do governo; e cedo ou tarde o efeito deste estado violento vem a ser ruína de todas as classes da nação, e a decadência do Estado.

Por não darem devida atenção ao ponto que mais importa considerar nos cálculos de economia política, é que quase todos os autores, e particularmente os apologistas do governo inglês têm pretendido ofuscar as verdades as mais óbvias com o pomposo aparato dos valores totais do trabalho e da indústria nacional. Pouco lhes importa, e pouca conta fazem esses calculistas da condição do homem que produz; o ponto está em que a soma total do trabalho dê cada ano maiores valores. Neste modo de ajuizar a prosperidade dos Estados, os homens são considerados como meras máquinas; e se fosse possível obter com menos custo por meio de maquinismos maiores produtos, veriam sem mágoa estes políticos sublimes perecer a classe industriosa, a qual tornando-se então escusada, forçaria os ricos a dispender para o sustento dela, parte

dos seus rendimentos, e seria considerada como um peso de que o Estado estimaria livrar-se pelas emigrações, pelas guerras ou pelas doenças. E com efeito, em Inglaterra é que encontramos escritores preconizados, como M. Malthus, os quais considerando o homem como um mero instrumento de produção, olham o aumento da povoação como uma desgraça, e contemplam as guerras, a peste, e todas as calamidades as mais funestas que assolam a terra, como prósidos remédios que restabelecem o equilíbrio entre a povoação e os meios de subsistência! Se há no mundo algum país no qual não reste um só palmo de terra inculca, e onde não possa haver indústria para que faça subsistir pelo trabalho uma povoação maior que a actual, nesse país será conveniente aconselhar a emigração; mas na Grã-Bretanha, que poderia facilmente nutrir duas vezes o número dos habitantes que actualmente encerra, e de cujo terreno mais da 6ª parte está por cultivar, é apenas crível que um homem sensato e humano se mostre tão justo para com os seus semelhantes. Se M. Malthus, em vez de considerar a miséria das classes inferiores em Inglaterra como um estado necessário e irremediável, reflectisse na causa desta dura condição, veria que ela vem não da falta de terreno, nem da impossibilidade absoluta de fornecer a Inglaterra sustento à sua povoação, mas sim dos vícios das instituições políticas, e do sistema do governo, dos seus gastos exorbitantes, da má distribuição das riquezas, e de muitas outras causas accidentais e não inerentes ao território da Inglaterra ou de qualquer outro país.

Um escritor que tivesse adoptado em 1789 os princípios que M. Malthus publicou nestes últimos anos, teria com mais aparência de razão podido afirmar que a França não era susceptível de manter um excesso de 3 milhões de indivíduos; e é certo que debaixo da influência das leis e instituições antigas um tal excesso teria sido impossível; porém também o é que, mudado o sistema de legislação, sustenta hoje a sua actual povoação sem ter até agora sofrido notável emigração; e não há homem instruído em França que não esteja convencido que neste país pode ainda a agricultura, a indústria, e por conseguinte a povoação crescerem muito além do seu estado actual.

Muitas são as causas a que a França deve o seu melhoramento que desde 1789 se tem efectuado na agricultura, na indústria, e na condição do maior número de cidadãos; porém todas elas se podem reduzir às seguintes: abolição das leis que obstavam à produção; disseminação de conhecimentos; novos e notáveis inventos e aperfeiçoamentos na química, e nas artes mecânicas, tudo esporeado pela necessidade, e pelo extraordinário perigo em que se achou a França acometida por toda a Europa. Todos conhecem a energia que esta nação mostrou em épocas tão desastrosas, e como até dos maiores males soube tirar proveito. Por exemplo basta citar o papel-moeda, o qual antes de totalmente depreciado deu meios aos particulares de executarem o que em outros tempos ninguém teria ousado empreender.

Os limites deste artigo não permitem dar um amplo extracto da obra de M. Chaptal: ela é muito mais interessante que o maior número dos tratados de economia política, cheios de generalidades sem aplicação, e de estéreis princípios, que considerados de um modo absoluto, podem ser verdadeiros, mas que muitas vezes são falsos relativamente à sua execução praticável. A obra merece ler-se por inteiro, e eu aqui contentar-me-ei somente com citar dela algumas passagens. Começo pela comparação do estado antigo e actual da França.

«A natureza (diz M. Chaptal) tudo dispôs a bem da prosperidade da França; mas as instituições cuja origem data dos primeiros tempos da monarquia, e que apenas o poder dos reis, e o progresso das luzes puderam modificar, têm constantemente contrariado o desenvolvimento destas felizes disposições.

«Chegou enfim a época em que a lei fundamental do Estado restabelece o habitante dos campos em todos os seus direitos; ele vê a sua propriedade garantida, e os frutos do seu trabalho assegurados; só obedece à lei que rege todos os cidadãos; nenhuma distinção o envilece; e é prezado em qualidade de produtor.

Antes desta época a terra em França pertencia às classes de proprietários: a primeira se compunha de usufrutuários que nenhum interesse tinham em fazer melhoramentos; a segunda constava de homens poderoso que viviam das mercês e donativos da coroa e que pouco cuidavam em benfeitorizar as suas extensas fazendas: estas duas classes da sociedade possuíam de mais a mais o produto das *corveias*, dos direitos feudais, e dos dízimos que lhes pagava o cultivador. Enfim a terceira classe compreendia os homens laboriosos, lavradores de profissão, os quais de seu penoso trabalho apenas colhiam o estrito necessário, e a quem nem sequer se deixava com que pudessem melhorar um terreno que todo o ano regavam com suas lágrimas.

Tudo mudou de face: não há hoje um só proprietário, que por gosto ou necessidade, não se interesse vivamente nos progressos da agricultura, e não procure melhorar as suas fazendas. A repartição proporcionada dos impostos, e a supressão de infinitos costumes envilecedores e gravosos, a divisão das propriedades, a independência do camponês, reanimarão em toda a França a indústria agrícola.

Os acontecimentos passados nestes últimos 30 anos têm dobrado o número dos proprietários, ao mesmo tempo que também têm subministrado à maior parte dos antigos possuidores os meios de aumentar o seu património: um ajuntou ao seu prédio um campo, outro uma vinha ou um prado; quase todos se se estenderam de maneira a poderem pela variedade dos produtos, satisfazer todas as precisões da vida, e a poder ocupar na sua fazenda todo o ano os braços da sua família; o que constitui a divisão a mais proveitosa das propriedades rurais.»

Passa depois o autor a expor os principais melhoramentos que na agricultura se têm operado em França. Estes são principalmente: 1º a

cultura alternada no mesmo terreno, sem ficar de pousio; método de cultivar que se pratica há séculos na Flandres francesa e na Bélgica, e que depois foi adoptado em Inglaterra, e ultimamente em França, onde o autor deplora não ser ainda tão universal como fora para desejar. Deste proficuo sistema resultam vantagens incalculáveis: há maior produção de grão no mesmo terreno, que além desta colheita, dá legumes, dá pastos, e por conseguinte sustenta abundantes gados, cujo esterco fecunda a terra, a qual crescendô em produtos, não só não diminui em fertilidade, mas cada vez se torna mais pingue.

Todos os dias se vai mais e mais profundando no conhecimento da natureza das plantas e do seu modo de nutrimento, e a principal ciência do agrônomo consiste em aplicar os conhecimentos da fisiologia à prática, escolhendo, para intercalar as sementeiras ou plantações, aqueles vegetais que reparam as forças produtoras da terra esgotada pela precedente cultura, e que a preparam para aquela que se deve seguir em terceiro lugar. A princípio obstou à introdução da cultura alternada, e à supressão das folhas ou terras de pousio, a teimosa ignorância da gente do campo; mas logo que viram os bons efeitos da nova agricultura, e os crescidos e variados produtos colhidos nos mesmos terrenos que outrora davam só uma colheita, e essa nem todos os anos, começaram a imitar os seus vizinhos; como a instrução e o hábito de ler bons livros se têm notavelmente propagado entre os lavradores, principiou, em muitos destes a diminuir a prevenção que tinham contra as ciências e contra os preceitos encerrados nos livros. Muitos jardineiros estudaram com grande proveito a botânica e a agronomia, e depois se tornaram óptimos fazendeiros; do que as vizinhanças de Paris oferecem frequentes exemplos.

2º A cultura geral da batata, e a escolha das suas diferentes espécies e variedades tem sido outro melhoramento da maior importância, o qual se deve em grande parte ao benemérito Parmentier, e que muito foi promovido pela escassez de trigo que nos primeiros anos da Revolução se fez sentir.

3º A introdução da raça dos carneiros merinos de Espanha, devida a Luís XVI, adquiriu muito maior importância pelo tratado de Bâle que permitiu à França tirar de Espanha 4000 cabeças de gado, as quais distribuídas entre diversos proprietários de tal modo propagaram, que em 1811 estava a França quase a ponto de não carecer de importar lãs finas, pois nesta época possuía já alguns milhões de merinos puros e mestiços. Tinha sido reconhecido que a lã deles não era inferior à de Espanha, e que os carneiros, em vez de degenerar em França, tinham ainda adquirido pelo trato bem entendido, maior corpo e mais belas formas. Infelizmente o decreto de 8 de Março de 1811 veio dar um terrível golpe a tão importante ramo da indústria, proibindo que se capassem as crias machas que se julgassem incapazes de perpetuar a boa raça. Funesto efeito da mania que tem a maior parte dos governos de

quererem em tudo mandar, e de tomarem a si o que só pelos particulares é bem administrado. «Um governo esclarecido (diz M. Chaptal) pode ministrar os primeiros germes de um ramo de indústria e proteger a cultura dele, mas a isto se limita o seu dever.»

Apesar da funesta intervenção do governo, que para melhorar os seus rebanhos, pretendeu arruinar os dos particulares, alguns destes à força de perseverança, e de sacrificios, conseguiram conservar à França o precioso fruto de 25 anos de trabalho assíduo; e logo que cessou a funesta pretensão do governo de em tudo legislar, a propagação dos merinos cobrou novo vigor. Não só foi muito proveitosa a introdução destes preciosos animais pela quantidade e finura da sua lã, e pelo melhoramento das outras raças de carneiros, mas não é menor a utilidade que se tem tirado da grande atenção dada aos prados artificiais necessários ao sustento destes animais, à limpeza dos currais, às doenças e ao trato do gado lanígero; donde tem resultado notável aumento da agricultura. O produto da lã dos merinos puros tem sido nestes últimos anos, de 1.500.000 arráteis, e a dos mestiços de 7.000.000 de arráteis, sem falar na raça indígena.

4º A maior divisão das propriedades tem feito aumentar consideravelmente os produtos. Há prédios imensos antigamente possuídos por uma só família, que hoje repartidos por muitas rendem dez tantos do que antes produziam.

5º A abastança do cultivador lhe tem dado os meios de melhorar as raças de toda a espécie de animais, e hoje não faltam lavradores ren-deiros que dão até 2000 francos por um carneiro merino pai, para melhorar, o seu rebanho, coisa que há 30 anos era inaudita.

E contudo, confessa M. Chaptal que muito falta ainda à agricultura francesa para atingir o grau de perfeição a que deve aspirar; e que ainda as boas doutrinas não estão suficientemente generalizadas, nem algumas bastantemente conhecidas.

Não devo passar em silêncio alguns importantes resultados da agricultura combinada com as artes químicas.

A cultura em grande da beterraba, e a extracção de perfeito açúcar dela são dos mais notáveis. Está hoje provado que esta cultura é muito proveitosa em si, e que não é nociva aos outros ramos de cultivo; que se intercala optimamente com os prados artificiais e com as sementeiras dos cereais. É igualmente reconhecido que o bagaço da beterraba, depois de extraído o sumo dela, é um excelente alimento para o gado e especialmente para o vacum. 50.000 hectares¹ de terra posta de beterraba, bastam, diz M. Chaptal, para darem todo o açúcar que a França actual consome; as folhas e o bagaço podem sustentar mais de 60.000 bois, ou alimentar no inverno um milhão de carneiros, etc. e dar occupação a 20 ou 30 mil pessoas de todas as idades. E calcula que a venda

¹ Cada hectare tem 10.000 metros quadrados.

do açúcar espalhariam pelos camponeses 45 milhões de francos, além de dar estrumes pelo valor de 6 milhões. Estes resultados são deduzidos de uma rigorosa e aturada experiência de seis anos consecutivos.

Tal foi a consequência imediata da extrema carestia do açúcar de cana causada pelas proibições e pelos enormes direitos que sobre sua importação tinha imposto Bonaparte. Havia muito tempo que os químicos sabiam que da beterraba assim como de muitas outras plantas, se podia extrair açúcar idêntico em qualidade ao da cana, porém os notáveis melhoramentos que dentro de poucos meses se fizeram na cultura deste vegetal, e o singular aperfeiçoamento que recebeu a extracção e purificação do açúcar, deram a este ramo da indústria nacional uma importância tão grande, que pareceu incrível àqueles que não viram com os seus olhos os processos e os resultados. Muitos destes aperfeiçoamentos são aplicáveis à extracção do sumo da cana e à fabricação dele, e adoptando os processos empregados na fabricação do açúcar de beterraba pode conseguir-se em 24 horas com pouca despesa e trabalho o que hoje requer 15 dias ou três semanas na América, dando no cabo desse tempo só produtos imperfeitos. O que prova incontestavelmente a grande utilidade da extracção do açúcar da beterraba é que no momento actual, apesar do baixo preço da cana, muitas das fábricas daquele continuam a trabalhar com proveito, dando os seus produtos sem recear a concorrência dos açúcares da América e da Ásia.

Outro novo ramo de indústria agrícola a que a falta e carestia do anil deu nascimento, foi a cultura do pastel ou lírio dos tintureiros, e a extracção de uma matéria colorante dele idêntica à do anil. Esta planta era cultivada antes do XVI^o século na França meridional, e a venda do pastel para tinta formava então um dos principais ramos de comércio: a introdução do anil fez abandonar o uso do pastel, apesar das leis severas que Henrique IV promulgou contra a introdução do anil. A vantagem deste consiste em nos vir já privado de muitas matérias estranhas; porém vários químicos franceses e toscanos conseguiram purificar a substância colorante do pastel; e as experiências feitas em grande nas tinturarias, por MM. Roard, Giobert, etc. provaram que o pastel podia suprimir o anil.

Desgraçadamente o governo é que tinha feito os mais dos estabelecimentos desta cultura e fabricação, e poucos particulares a tinham empreendido por sua conta. É de esperar que pouco a pouco recupere a França tão útil ramo de indústria.

A cultura de tabaco e a sua fabricação também adquiriram grande aumento, depois da Revolução, porém ambas decaíram depois que em 1812 se apoderou delas o governo, como ainda actualmente acontece. M. Chaptal aconselha que se torne quanto antes livre esta cultura e fabricação: essa é também a opinião de todos os homens que entendem da matéria; porém tem até agora prevalecido contra a razão e o

interesse nacional bem claramente demonstrado, o interesse de um pequeno número de indivíduos; mas não é possível que continue a prevalecer muito tempo em um país onde tudo o que interessa à nação é publicamente discutido pelas câmaras legislativas, e pelos escritores.

M. Chaptal mostra que, depois que a cultura e fabricação do tabaco são administradas por conta do fisco, diminuiu a produção, encareceu a folha, e de 450 fábricas que existiram dantes, apenas se conservam 10 ou 12; limitou-se a produção da planta a poucos departamentos, cresceu o contrabando, e com ele a depravação dos indivíduos que se entregam a um comércio ilícito.

«Este exemplo, ajunta o sábio autor, é mais uma prova da verdade do princípio que um governo que se mete a fabricante obra em detrimento do interesse do produtor e do consumidor, e quando julga legitimar semelhantes actos com o especioso pretexto de aumentar as rendas do fisco cai em outro erro. A riqueza do Estado se compõe inteiramente da fortuna dos particulares; privar o obreiro do seu trabalho, e apoderar-se da indústria do capitalista, é consumir a ruína de toda a nação.» O mesmo se aplica às companhias e outros monopólios, excepto nos únicos casos da criação de um novo ramo de cultura ou de indústria, que às vezes carece destes auxílios; e de que entre nós são exemplos as companhias do Pará, e Maranhão, criadas por El-Rei D. José, e às quais deve o Brasil grande parte da sua actual prosperidade.

«Um governo iluminado, continua o autor, deve limitar-se a favorecer a produção confiando-a exclusivamente ao interesse privado, ao qual só cabe conciliá-la com a economia, a actividade, a previdência e os conhecimentos. Os recursos de um Estado não se devem calcular pelo valor do que ele tira à nação, mas sim pelo dos produtos da terra e da indústria... E alguns milhões que o monopólio da fabricação do tabaco paga ao erário, são uma calamidade para a agricultura e para a indústria, e uma perda real para o governo, que muito mais lucraria se impusesse um direito sobre os produtos da indústria *livre* dos particulares.»

Como estas reflexões têm óbvia aplicação à nossa pátria, espero que o leitor não desaprová ter-lhe eu feito conhecer qual é nesta matéria a opinião de um homem tão versado em tais assuntos, e que os tem estudado como sábio, como cidadão; e que em qualidade de ministro regeu uma das primeiras nações da Europa.

Em outro artigo examinarei a segunda parte da obra, que tem por objecto a indústria fabril, o comércio, etc., na qual o autor desenvolve as causas das suas vicissitudes, e estabelece os verdadeiros princípios que devem guiar todo o governo, fazendo deles à França aplicação especial, e tirando dela exemplos decisivos. Terminarei este artigo com um breve extracto do quadro estatístico do estado actual dos produtos rurais em França, com o qual remata Chaptal o primeiro tomo da sua obra. Os resultados seguintes são um termo médio e aproximativo de 14 anos consecutivos.

Valores dos produtos anuais

Cereais, legumes, batatas, aveia, etc.	1.929.331.848 fr.
Vinhos	718.941.675
Lãs	81.339.317
Seda bruta	15.442.827
Linho	19.000.000
Cânhamo	30.941.840
Azeite-vegetal	70.000.000
Ruiva	4.000.000
Tabaco	7.000.000
Rendimento de matas e bosques	141.440.000
Pequenas culturas	1.700.000
Rendimento de castanhas	8.120.000
Leite de vacas	78.199.180
Leite de ovelhas	7.125.000
Potros	17.372.900
Novilhas	12.500.000
Novilhos	9.640.000
Ovelhas	8.250.000
Pescarias	20.000.000
Abelhas, cera, e mel	6.000.000

Compreendendo todos os mais produtos como peles de animais, etc. o total do rendimento bruto da agricultura em França é cada ano de 4.678.708.885 fr. Se deste valor se tiram todos os gastos, os jornais, o sustento do lavrador, o valor das reparações, as perdas calculadas, etc., fica líquido um valor de 1.344.703.370 fr., sobre o qual se podem assentar os tributos territoriais, que, se estivessem repartidos por igual em toda a França, não excederiam o quinto do rendimento líquido. Neste cálculo não se compreendem moinhos, forjas, e outras propriedades que não são meramente oficinas do agricultor.

Esboço da riqueza territorial da França

A superfície da França actual, não compreendida a Córsega, é de 52.000.000 de hectares.

É dividida em departamentos	85
Tem casas ou habitações rurais	3.000.000
— Casas urbanas	2.431.000
— Moinhos	76.000
— Fábricas	35.000
— Forjas, fornos de cal, etc.	16.000

Pelo último censo a povoação é de 29.327.338 indivíduos.

Em quanto às terras, 45.445.000 hectares dão maior ou menor produto; 6.555.000 pouco ou nada produzem e nestes se compreendem as estradas, os caminhos, as ruas, as praças, os passeios, os rios, as ribeiras, e os montes de rochedo estéreis. Nos hectares produtivos vão incluídos 3.841.000, de pinhais, matagais, e terras muito pobres, ou charnecas.

Metade dos terrenos produtivos são terras de pão, um oitavo bosques, uma décima quinta parte pastagens, outro tanto prados, 1/22 vinhas, etc.

Animais

Havia em França em 1812:

— Cavalos, éguas e bestas muares.....	1.656.671
— Potros de menos de 4 anos	456.946

A proporção dos cavalos às éguas é quase como 13 a

12. Há em França 27 coudelarias.

Touros	214.131
Bois.....	1.701.740
Vacas	3.909.959
Novilhos	856.122
Burros.....	2.400.000
Carneiros	35.188.910
Destes 766.310 merinos, raça pura; e 3.578.748 mestiços	
Porcos.....	3.900.000
Aves de pena	51.600.000

O capital da agricultura é de 37.522.061.476 fr.; e não contando nem os edificios nem a mobília, fica reduzido a 31.522.061.476 fr.

Estas avaliações são, como já disse, aproximativas e fundadas em um grande número de danos comparados; visto que o censo geral (*Cadastre*) ainda não está terminado senão para pouco mais da quarta parte do território da França, donde procede também a desigual repartição do imposto territorial tão nociva a alguns departamentos.

Segundo artigo ^a

O segundo tomo desta interessante obra é ainda mais digno que o primeiro de fixar a atenção do leitor. Compõe-se de duas partes; na primeira expõe o autor os progressos das manufacturas em França nos últimos trinta anos, e o estado actual delas; na segunda examina tudo quanto diz respeito à influência do governo, das leis, regulamentos, tra-

^a Tomo VII, Janeiro 1820, Parte I, pp. 27-52.

tados de comércio, sistema de alfândegas, privilégios, proibições, etc. sobre a indústria.

Na curta análise que vamos oferecer ao leitor pouco mais faremos que traduzir por extenso passagens da obra ou dar extractos delas.

Os progressos da indústria fabril têm sido ainda maiores que os da agricultura, no período apontado, o que procede das causas que o autor indica na seguinte passagem:

«Os regulamentos de fabricação tinham manietado a nossa indústria por mais de um século; ela tinha ficado parada enquanto a dos nossos vizinhos livre de estorvos caminhava a passos largos para a perfeição. Logo que à nossa indústria se restituiu a liberdade, bastou-lhe imitar para emparelhar com as nações que lhe haviam tomado a dianteira.

Os progressos pasmosos da química moderna, que datam do meado do século passado, poderão guiar a indústria em todas as suas aplicações, e criar artes até então desconhecidas.

No decurso da obra desenvolve o sábio autor a influência destas duas causas; e para melhor dar a conhecer a influência que os progressos das artes tiveram nos da indústria, considera-as debaixo de duas divisões: as artes *químicas*, e as *mecânicas*, isto é aquelas em que, posto que haja cooperação da química e da mecânica, predomina uma destas ciências. Começa pelas artes mecânicas.»

O mais importante ramo da indústria devido a aperfeiçoamentos mecânicos, que se têm introduzido em França nos últimos tempos, é a fição por maquinismos, do algodão, da lã, do linho e do cânhamo; a primeira era apenas praticada há 30 anos, e as mais eram desconhecidas. Todo o fio que as fábricas de França empregavam antigamente era fiado à mão no país, ou importado da Suíça, da Inglaterra e do Levante. Hoje está a França coberta de fábricas de fição que podem fornecer anualmente mais de 25 milhões de arrâteis de fio de algodão de todos os números mais procurados e que têm mais saída. Se ainda há poucas fábricas que se ocupem em fiar os números finíssimos para cassas, etc. é por não ser a extracção deles proporcionada à despesa necessária para conseguir a perfeição requerida nos números os mais finos, que por ora faz mais conta tirar de Inglaterra.

São incríveis os obstáculos com que tiveram que lutar as fábricas de fição de algodão em França durante a guerra; e um dos maiores prodígios da indústria francesa foi o ter triunfado de tantas dificuldades, por uma perseverança da qual estrangeiros superficiais julgavam incapaz esta nação, cuja constância em épocas as mais calamitosas já há muito a tem vindicado da acusação de leviandade, que em outro tempo mereceu ainda mais a corte de Versalhes que o povo francês.

As fiações de algodão empregaram desde logo os maquinismos os mais perfeitos conhecidos então em Inglaterra, e que em França se foram sucessivamente aperfeiçoando. Para ver a grande importância deste ramo da indústria, basta saber que nos anos de 1787, 1788, e 1789

importou a França tecidos de algodão pelo valor de 25.831.233 fr., e nos seis anos anteriores a 1812 limitou-se a entrada destas fazendas, a 1.472.028 fr. Em 1789 já se fabricava em Rouen e Montpellier quantidade de lençaria de algodão, a qual realçada pelo excelente processo de tingir em vermelho que de Smirna tinha sido introduzido, dava um total de 15 milhões de francos por ano. Hoje a fiação e fabricação de tecidos de algodão montam a perto de 200 milhões de francos cada ano.

A aplicação das máquinas aos lanifícios produziu resultados semelhantes. M. Chaptal fez vir de Inglaterra um dos mais hábeis mecanistas, M. Douglas, o qual construiu todas as máquinas adoptadas em Inglaterra, tanto para fiar as lãs como para abreviar as mais operações das manufacturas dos tecidos. MM. Decretot e Ternaux foram dos primeiros fabricantes que as adoptaram, e depois muitos outros as aperfeiçoaram. Entre eles devem citar-se MM. Dobo e Richard proprietários de uma das mais belas fiações de algodão, os quais por efeito de ligeiras modificações no seu maquinismo, dispuseram os engenhos de fiar algodão para fiar lã, o que conseguiram com uma perfeição até então desconhecida. Todas as mais operações relativas à fabricação dos panos receberam notáveis melhoramentos, e grande quantidade de tecidos novos foram introduzidos. A exportação dos lanifícios é hoje menor do que era em 1789, porém o produto das fábricas é muito maior, em razão do consumo do interior, e muito mais proveitoso, pelo grande aumento e melhoramento das lãs nacionais. Para dar uma ideia da actividade e inteligência que existe actualmente em França, basta dizer que em menos de um ano se estabeleceram fábricas de óptimas casimiras, que até ali pela maior parte eram fabricadas na Bélgica, cuja perda forçou os fabricantes de Sedan, Louviers, Amiens, etc. a suprimir esta falta, o que conseguiram até com superioridade às fábricas dos Países Baixos.

A fiação do linho, que oferece grandes dificuldades, foi levada a um ponto muito satisfatório, e que não está longe da perfeição, por MM. Girard, Lafontaine e Coquerel, e promete cedo resultados da maior importância, especialmente depois da simplificação e notável aperfeiçoamento do preparo do linho e cânhamo. A fiação e mais operações das sedas também têm recebido grandes aperfeiçoamentos pelo uso mais geral das belas máquinas de Vaucanson, e pela introdução de muitas outras novamente inventadas.

Tudo o que diz respeito à relojoaria tem igualmente prosperado e recebido grandes aperfeiçoamentos, devidos a MM. Bréguet, Janvier, Pons, Lepaute, Robin, etc.; e a construção de instrumentos de física tem adquirido toda a perfeição. Neste ramo MM. Fortin e Lenoir, Jecker, Lerebours e Cauchoix não têm que recear a rivalidade dos artistas ingleses. O mesmo se pode dizer da construção das máquinas de todo o género.

O adiantamento das artes químicas não é menos maravilhoso, e admirará tanto mais a posteridade, por ter nascido no meio de convul-

sões políticas intestinas e da guerra exterior que por tantos anos cortou as relações da França com o resto do mundo. A necessidade de resistir ao inimigo foi o estímulo que excitou os sábios e os fabricantes a trabalharem de mãos dadas, uns em descobrir os métodos e os outros em os pôr em execução. Dos esforços combinados do governo e da nação brotaram grandes descobrimentos, métodos muito aperfeiçoados, e uma indústria subitânea que fez ver à Europa assombrada quanto pode uma nação esclarecida quando vê a sua independência ameaçada. Por exemplo cita M. Chaptal, entre infinitos outros, o da fabricação da pólvora por métodos novos: em menos de três meses na fábrica de Grenelle conseguiu-se fabricar 35 mil arráteis de boa pólvora, cada dia. Não foi menos proveitoso e admirável o resultado dos novos métodos de branqueamento, o do curtimento dos couros, a fabricação do sabão, a pedra hume, os processos de tinturaria, o preparo dos vinhos, e a destilação de aguardenas tão aperfeiçoada desde que se vulgarizou e simplificou o processo de Edouard Adam; a extracção do vinagre da madeira, a do alcatrão dos pinheiros, a extracção e purificação do azeite de muitas plantas, a fácil extracção da gelatina dos ossos e a da excelente cola que ao mesmo tempo se obtém, o importante processo de M. Appert para a conservação das carnes, das frutas, do leite e dos legumes, o aperfeiçoamento de todas as operações de chapelaria, e uma infinidade de outros inventos.

A fabricação dos produtos químicos se pode quase considerar como um ramo de indústria inteiramente novo.

Há 36 anos apenas havia três fábricas de ácido sulfúrico, e o ácido muriático preparava-se só nos laboratórios; hoje são inumeráveis as fábricas do primeiro, e depois que Leblanc descobriu o método de extrair a soda do sal marinho, o segundo é tão abundante que a maior parte se perde. A fabricação do ácido nitro-muriático (água régia) também se aperfeiçoou muito, e o baixo preço destes ácidos permitiu empregá-los em muitos objectos de fabricação, obtendo-se assim notáveis melhoramentos e economia.

A amônia (*alcali volatil*) que antigamente não se empregava nas artes, é hoje muito útil na tinturaria, e a fabricação do sal amoníaco, devida a MM. Pluvinet, Payen e Bourlier, deu valor a grande parte das matérias animais que eram antes lançadas fora, e que hoje são tão procuradas, para estes e outros géneros de fabricação. M. Roard aperfeiçoou a fabricação do alvaiade a ponto de o fazer superior ao de Inglaterra e de Holanda. Outro tanto se efectuou em quanto ao sal de saturno, e ao mínio. M. Vauquelin descobriu o crome que dá a mais bela cor verde à porcelana, e M. Briant aproveitando-se dos trabalhos dos químicos, conseguiu efectuar a purificação da platina, separando dela por meios fáceis e pouco dispendiosos os metais estranhos, de maneira que hoje se trabalha este precioso metal com tanta facilidade como a prata ou o ouro, e por menos a metade do que antes custavam as obras feitas dele.

Porém de todos os melhoramentos devidos à química, nenhum é mais importante que os que têm por objecto as operações a que se sujeita o ferro nas diversas transformações que se lhe fazem experimentar. Estes são tão numerosos que apenas é possível dar aqui uma ideia ainda sucinta deles. M. Rambourg deu aos fornos altos a forma circular, e a altura de 25 pés em vez de 17 que dantes tinham, e por este meio conseguiu no mesmo espaço de tempo produtos quase dobrados dos que dantes obtinha; muitos outros proprietários ou directores de forjas têm inventado ou introduzido processos melhorados, que pela superior qualidade dos produtos, pela economia do combustível e por outras vantagens têm promovido este ramo de indústria, o qual adiantando-se de dia em dia dá bem fundadas esperanças de que em breve chegue a preparar-se em França ferro em nada inferior ao de Suécia. Os progressos da extracção e purificação e mais trabalhos relativos ao ferro ainda teriam sido mais rápidos e maiores, se o carvão de pedra fosse tão abundante nas vizinhanças das minas de ferro em França como o é em Inglaterra e em Escócia.

Quase toda a quinquilharia de aço, e ferramenta de todo o género vinha há 30 anos de fora, quando ao presente se pode dizer que as fábricas nacionais fornecem quase tudo quanto neste género se consome em França, e até já exportam os seus produtos, e isto não só em objectos de luxo muito apurado, mas na mais importante fabricação de boa obra grosseira em que dantes tanta vantagem levava a Alemanha e a Inglaterra. Neste género são talvez as manufacturas de St. Étienne, de Moulins, de Langres, e de Thiers as mais perfeitas da Europa. Nesta última cidade em particular, estabeleceu-se uma divisão tão bem entendida de trabalho, que os objectos que saem das suas oficinas são na sua qualidade superiores aos de todas as fábricas estrangeiras, assim como lhe são inferiores em preço. Acham-se ali facas ordinárias, mas boas, a 18 soldos a dúzia, canivetes e tesouras a 15 soldos a dúzia, garfos, a 10 soldos a dúzia, e navalhas de barbear desde 5 francos até 18 francos a dúzia.

Nos objectos de luxo fabricados de aço não é menos notável o aperfeiçoamento, tanto pelo que toca à qualidade como ao polido, em que há 30 anos era tão inferior a França à Inglaterra. Pode afirmar-se que hoje apenas há algum objecto desta natureza que ainda se não fabrique em geral com tanta perfeição como em Inglaterra; e, nestes, em muito pequeno número, se trabalha com tal perseverança que cedo se conseguirá levá-los ao mesmo ponto de apuro a que têm chegado tantos outros ramos da indústria inteiramente desconhecidos outrora em França, como o xarão, as limas finas, as cardas, que actualmente chegaram a um notável grau de perfeição. O único ramo que ainda não está estabelecido em grande é a fabricação do aço fundido, a qual encontra consideráveis obstáculos, principalmente para se poder dar ao preço do de Inglaterra. A introdução dos engenhos de vapor também

tem crescido notavelmente, porém o baixo preço da mão-de-obra, e a carestia do carvão de pedra, a abundância de água e o uso de máquinas hidráulicas menos dispendiosas têm obstado a ser o uso das bombas de vapor tão vulgar em França como em Inglaterra. Por motivos análogos, isto é pela barateza dos azeites e carestia do carvão de pedra, ainda se não tem adoptado em França como meio geral de iluminação das cidades o gás extraído do carvão mineral; invento devido a um francês e por ele posto em prática em Paris em 1802, e depois em Viena, muitos anos antes dos Ingleses em tal terem pensado. Não podemos deixar de nos indignar quando consideramos a má fé com que todos os escritores Ingleses têm calado o nome do inventor deste grande descobrimento, arrogando a si todo o merecimento dele, quando é certo que nada fizeram mais que aperfeiçoar a extracção em grande e a purificação do gás, por meios óbvios a todo o químico instruído, tanto mais que Lebon nos seus ensaios tinha já dado grandes passos para o aperfeiçoamento do processo, quando houvesse de ser adpotado em grande. Tal é infelizmente a sorte dos mais dos homens de grande merecimento; Lebon morreu pobre, e o seu invento não só enriquece a Inglaterra, mas até da glória que incontestavelmente lhe compete procuram despojá-lo.

A aplicação dos princípios descobertos pelo grande Franklin e ampliados por Rumford sobre a construção das fornalhas, e a produção do calor com economia de combustível, têm conduzido a importantíssimos resultados, bem como a diferentes empregos da água. A prensa de M. Réal também merece uma distinta menção, assim como uma infinidade de máquinas e processos de que iremos dando notícia na parte tecnológica dos *Anais*.

Entre os muitos sábios e artistas a cujo talento e trabalhos é a França devedora dos imensos progressos que em tão poucos anos tem feito, cumpre citar um, que talvez seja o mais notável exemplo do que é capaz de fazer um homem de engenho ajudado dos conhecimentos da química e da mecânica. Este é o célebre Conté.

A suspensão das nossas relações com a Inglaterra (diz M. Chaptal) privou-nos repentinamente de todos os objectos que habitualmente extraíamos daquela ilha, entre os quais a das penas de lápis não foi a menos sensível das privações: o nosso território não possui a matéria própria para elas; era pois necessário fabricá-las com outras matérias, e conseguir a variedade de efeitos, de forma e de cor, que até ali encontrávamos naqueles produtos estrangeiros. O Governo encarregou Conté de resolver este difícil problema, e dentro *de alguns dias*, ele apresentou um sortimento de lápis que em nada cediam aos mais perfeitos dos que vinham de Inglaterra; formou logo estabelecimentos suficientes para satisfazer as precisões; porém contente de ter doado à pátria um novo ramo de indústria, entregou-se a trabalhos de natureza diferente, e confiou a fabricação dos lápis a outras pessoas, com o fim de as enriquecer.

«Já que falei em Conté (continua o autor) seja-me lícito consagrar à memória deste homem tão recomendável algumas particularidades acerca dos serviços que ele fez no Egipto. Entra no plano do chefe daquela expedição transportar para o Egipto todas as artes da Europa; e com esse intuito, tinha convidado os sábios os mais distintos e os artistas os mais hábeis a fazerem parte dela. Embarcou-se toda a ferramenta e instrumentos necessários para realizar este projecto, mas a batalha de Abuquir submergiu tudo... Conté não descorçoia; fabrica limas, cinzéis, martelos, bigornas; forma um sortimento completo de toda a ferramenta de que precisa; e no meio dos desertos, e sem auxílio alheio, reproduz no Egipto a indústria da Europa: carece-se de moer trigo, constrói moinhos de vento; há falta de óculos, faz *flint-glass*, e com ele fabrica excelentes vidros; o exército acha-se sem fardamento, Conté fia a lã, tece e prepara o pano, e a tudo dá uma perfeição que teria feito inveja às fábricas da Europa.»

A arte do tintureiro, que não é mais do que uma série de operações químicas, devia necessariamente participar nos progressos da ciência. A M. Berthollet se deve ter estabelecido os princípios químicos de todas as operações da tinturaria, que até então consistiam em meras receitas empíricas mais ou menos imperfeitas, devidas ao acaso ou a uma longa série de tentativas, e que ninguém ousava alterar ou modificar. São infinitos os aperfeiçoamentos nesta arte; aqui só apontaremos alguns dos que refere M. Chaptal.

Multipliou-se o número dos mordentes das cores; empregou-se com vantagem o sal de estanho para tornar mais fixas as cores brilhantes de alguns vegetais, e o piro-lignite de ferro para fixar a cor preta sobre o algodão. Deu-se à seda a bela cor *bortênsia* ou cor de rosa do Japão, por meio da amónia. M. Raymond fixou a bela cor do azul da Prússia na seda, e o seu processo está geralmente admitido em Lião por ser muito superior a cor assim obtida à que dá o anil. Este importante invento foi o resultado de um prémio de 25.000 francos que o Governo propôs por conselho de M. Chaptal. Os irmãos Gonin acharam meios de tirar da ruiva um escarlate tão brilhante como o da cochonilha, e hoje na fábrica de Jouy estampam-se chitas com a ruiva dando-se-lhes um escarlate quase igual ao que nas fábricas de Rouen e de Montpellier se dá ao fio de algodão.

Há 30 anos tinham alguns Gregos de Smirna e de Andrinopla introduzido em França o processo de tingir o algodão em vermelho. Desde esse tempo não só se tem conseguido dar maior brilho ao vermelho chamado de *Andrinopla*, mas até se tem tingido o algodão de todas as cores que se davam à lã; e neste ramo a superioridade das fábricas de Rouen e de Montpellier é incontestável. Ensaio feitos em Amiens e em Montpellier fazem esperar que outro tanto se efectuará em quanto ao fio de linho, e que os fabricantes do Bearn e da Mayenne não se verão obrigados a misturar o fio de algodão tinto com os fios de linho, para

fazer lenços e outros tecidos de cores diversas.

Durante a guerra chegou a fabricar-se cada ano 1.800.000 peças de excelentes gangas de todas as cores. Depois da paz, a entrada das gangas da Índia com direitos moderados paralisou este ramo de indústria.

As fábricas de porcelana têm singularmente aumentado em número, e todos os processos da fabricação e da pintura destes objectos têm sido notavelmente aperfeiçoados por M. Brongniart director da fábrica de Sèvres, e por M. Dihl e Guérard nas suas fábricas que rivalizam com a de Sèvres. O preço baixou muito, e hoje vai-se o uso da porcelana vulgarizando nas classes pouco opulentas. Só em Paris havia há pouco tempo 22 fábricas, e 60 no resto do reino. Grande número de fábricas de porcelana ordinária e de louça vidrada se têm sucessivamente estabelecido, muitas das quais imitam perfeitamente a louça inglesa, e algumas a igualam. O que falta neste género para a perfeição depende de circunstâncias locais que favorecem a indústria inglesa, sendo uma das principais o dispêndio de combustível que se requer em França para fundir o barro quando, para aperfeiçoar o vidrado, se lhe diminui a quantidade de óxido de chumbo. Também se imprimem com toda a perfeição desenhos os mais bem acabados na louça branca; e M. Schneider de Sarguemines fabrica uma louça de pó de pedra que imita perfeitamente o granito, o pórfiro, o bronze, etc., da qual se fazem belos ornatos de chaminés de salas, e vasos muito elegantes.

A litografia inventada em Munique há 20 anos por Senefelder, tem feito em pouco mais de 3 anos muito maiores progressos em Paris do que fizera em Alemanha em 18. Deste objecto já demos bastante notícia.

A fabricação do cristal, muito inferior outrora em França ao de Inglaterra, tem chegado nas fábricas de Vonèche, de Bacara e do Creusot a um grau de perfeição que nada deixa para desejar, tanto pelo que diz respeito à matéria, à cor, como pelo que toca à arte de talhar os cristais. Estes progressos são devidos a MM. Dartigues e Du Fougerais.

A construção dos fornos tem recebido grandes aperfeiçoamentos, tanto pelo aumento do calor com diminuído consumo de combustível, como por se ter evitado em muitas operações de fundição o que tinham de nocivo para a saúde dos operários. A M. Darcet se deve a invenção de um forno para os douradores, no qual os vapores saem sem incomodar o artífice. Por este útil invento ganhou o prémio de 3000 francos, que M. Ravrio, célebre fabricante de bronzes dourados, tinha instituído a bem dos operários que ele tantas vezes viu serem vítimas dos vapores metálicos desenvolvidos nas operações da sua profissão.

•Antigamente (diz M. Chaptal) os descobrimentos dos sábios ficavam estéreis fechados nas suas papeleiras, ou sepultados nas memórias das Academias, sem que o fabricante suspeitasse que na aplicação lhe poderiam ser úteis às suas operações. Por esta razão é que a prensa hidráulica descoberta por Pascal, há perto de um século, ficou quase

desconhecida, até que nestes últimos tempos vários artistas, como que a foram desenterrar, para dela obterem uma pressão que nenhum outro agente pode operar com igual vantagem. O receio e a desconfiança separavam dantes homens que todos dirigem os seus estudos para um mesmo fim; hoje as relações as mais íntimas existem entre eles; o fabricante consulta o sábio, e lhe submete as dificuldades que encontra, adopta os seus conselhos com toda a confiança, e ambos caminham de acordo com o fito no aperfeiçoamento das artes».

Quase todas as fábricas que se têm formado há trinta anos em França, queimam carvão de pedra, razão porque a extracção dele é três vezes maior que em 1789. Em 1794 o produto das minas de carvão era de 2.500.000 quintais métricos; e em 1815 M. Cordier, inspector divisionário das minas, provou que a extracção durante os três anos antecedentes tinha sido, por um termo médio, de 8.200.000 quintais métricos, compreendido unicamente o território actual da França. Ora, como a lenha é hoje o único combustível de que se faz uso para aquecer as casas, segue-se que a diferença no consumo do carvão de pedra dá a medida do aumento da indústria, a qual desde 1789 mais que tresdobrou.

Concluiremos a análise desta parte da obra, com as seguintes importantes passagens, que fielmente traduzimos do original, e que nos parecem de suma importância para os domínios da coroa de Portugal, em todos os quais há tanta falta de braços, como de indústria fabril.

«As máquinas que hoje suprem a mão do homem em quase todas as operações da indústria fabril, têm operado uma grande revolução nas artes; depois da sua aplicação, já não se podem calcular os produtos pelo número de braços empregados, visto que as máquinas dão resultados decúplos; e a extensão da indústria de um país está hoje na razão das suas máquinas, e não na da sua povoação.

Pessoas pouco instruídas receiam que o uso das máquinas prive de ocupação grande número dos operários empregados nas fábricas: outro tanto se temeu sem dúvida quando se inventou o arado e a tipografia; porém se remontarmos à origem das artes para seguir os progressos delas até aos nossos dias, veremos que a mão do homem se ajudou sempre de máquinas, as quais pouco a pouco se foram aperfeiçoando; e que a prosperidade da indústria foi sempre proporcionada a estes melhoramentos. Razão disto é que as máquinas, diminuindo o preço da mão-de-obra, fazem baixar o dos produtos, cujo consumo aumenta pela barateza, em progressão mais forte que a da diminuição dos braços: além do que, ao passo que crescem os produtos, multiplicam-se os trabalhos miúdos que exigem a mão-de-obra, e que ocupam mais braços do que necessitaria uma fabricação sem mecanismos, e por isso necessariamente mais limitada.

A povoação de Manchester e de Birmingham não era o dízimo do que veio a ser depois que se introduziram as máquinas; e ninguém

duvidará que há hoje muito mais gente empregada na tipografia do que havia amanuenses antigamente. De mais, não é possível a uma nação que quer possuir indústria fabril, deixar de adoptar as máquinas de que outras nações fazem uso; pois que, não podendo de outro modo fabricar nem tão bem nem tão barato, arruinar-se-iam as suas manufacturas. É portanto hoje forçoso servir-se de máquinas, e a vantagem fica a quem possuir as melhores.

Estamos ainda longe em França de termos a profusão de máquinas que se vêem em Inglaterra, onde são empregadas em todo o género de trabalhos, suprimindo em todos eles a mão do homem; as bombas de vapor são o motor de todas as operações nas fábricas, e não obstante isso, uma grande parte da povoação vive em Inglaterra da indústria fabril. Se em França não tem o uso das máquinas adquirido uma applicação tão extensa, é porque a mão-de-obra é mais barata entre nós, em razão do baixo preço do combustível em Inglaterra, onde por isso é vantajoso o emprego geral das bombas de vapor.»

No segundo capítulo da terceira parte da obra, que é a primeira do tomo II que analisamos, oferece o autor a estatística da indústria fabril em França, calculada sobre documentos autênticos coligidos desde 1800 a 1813, tomando o termo médio dos diferentes cálculos. Esta parte da obra é muito interessante, pois que, além dos resultados gerais, faz ver M. Chaptal qual é o valor das matérias primeiras, indígenas e estrangeiras, qual o acréscimo de valor que lhes dá a mão-de-obra, e quais os lucros do fabricante. Muito sentimos não poder oferecer um extracto desta estatística, porém não podendo dar-lhe a extensão necessária para ele ser útil ao leitor, contentar-nos-emos com a recapitulação geral que termina aquele capítulo. Só notaremos que da exposição individualizada que M. Chaptal faz de cada género de manufactura, resulta que o total dos valores cresceu notavelmente depois da Revolução, que alguns que sofreram diminuição foram mais que supridos por novos ramos de indústria ou pela maior extensão de outros; também se vê com toda a evidência a maior importância do consumo interior, cujo aumento tem em muitos ramos mais que compensado a diminuição das exportações. Disto são prova incontestável a fabricação de chapéus, e a de todos os lanifícios.

Esta parte da obra, indicando os valores relativos das matérias primeiras e da mão-de-obra que entram em cada género de produtos da indústria, faz ver quais são os mais vantajosos, e quais as matérias primeiras que convém importar de preferência. Daqui se colhe quão falsa é a opinião dos escritores de economia política, que atendem nos objectos importados meramente ao seu custo, sem considerarem o novo valor que a indústria lhes dá; assim veremos que algumas matérias primeiras dobram e triplicam de valor depois de fabricadas, quando outras muito pequeno acréscimo adquirem pela mão-de-obra. Não é portanto indiferente para uma nação a natureza das suas exportações; e

aquela que importar produtos territoriais brutos susceptíveis de aumentarem muito de valor por efeito da fabricação, e que exportar estas mesmas matérias assim aumentadas de valor, será muito mais rica que outra nação cuja importação constar quase exclusivamente de objectos cujo valor for principalmente devido à mão-de-obra, e cujas exportações constituírem pelo contrário em géneros cuja produção exige o emprego de grande parte da povoação, sem que o valor intrínseco dêles receba pelo fabrico notável aumento. Tal é o estado da Polónia, que vende trigo, e compra tecidos manufacturados; tal é o de Portugal, que exporta vinho e fruta, e importa tecidos de lã, algodão, etc.

É certo que nem a todas as nações é dado serem agrícolas e manufacturadoras, particularmente enquanto a povoação é muito limitada, as artes atrasadas e a mão-de-obra cara; porém toda aquela que no decurso de tempo se não dá à indústria fabril, fica condenada a uma prolongada infância, e nem adquire riqueza nem consideração.

E contudo, se atendermos só aos valores comerciais, tanto vale o trigo que exporta a Polónia como os objectos que em troco recebe das mais nações; a diferença consiste em que o trabalho, talvez de meio milhão de homens, basta para produzir todos os artigos com que comprem as mais nações aos polacos o trigo para cuja produção são necessários os braços de 10 milhões de lavradores: os valores comutáveis são iguais, mas não assim a condição de cada uma destas nações. Se o trabalho é a medida do valor intrínseco, claro está que a Polónia trocando o trabalho de 10 milhões de homens pelo de meio milhão, fica de mau partido. Outro tanto acontece aos particulares em um mesmo país; e cada profissão é mais ou menos vantajosa à proporção que o trabalho de cada um dos indivíduos que a exercem é considerado igual ao trabalho de maior número dos que se dão a outras occupaões.

Os produtos das manufacturas e indústria fabril em França representam um valor comercial de 1.820.102.409 fr.

Este valor se compõe:

1º De perto de 416.000.000 fr. em matérias primeiras territoriais;

2º De 186.000.000 fr. em matérias primeiras de fora;

3º De 844.000.000 fr. valor da mão-de-obra;

4º 192.000.000 fr. de gastos gerais, como o da ferramenta, da lenha, das luzes, os juro do capital dispendido na construção dos edificios, das máquinas, etc.

5º De 182.005.221 fr. de beneficio do fabricante. Tirando do produto total da indústria fabril os 416.000.000 fr. de matérias primeiras que já foram compreendidas no total dos produtos da agricultura, fica a soma de 1.404.102.409 francos, que representa os gastos de fabricação, a mão-de-obra, o valor das matérias importadas e os beneficios do fabricante.

No primeiro artigo que sobre a obra de M. Chaptal publicámos no tomo V dos *Anais*, não falámos no comércio da França com as mais

potências, porque o quadro que dele apresenta o autor no primeiro tomo do seu livro, abraça unicamente os anos de 1787, 1788, e 1789; e como o estado actual da França ainda não deu lugar a uma avaliação suficientemente exacta das exportações e importações, perde grande parte da sua importância este quadro, do qual contudo transcreveremos aqui a recapitulação geral, que nos parece convir melhor neste lugar.

Bebidas e comestíveis

Anos	Importação	Exportação
1787	204.651.500 fr.	231.800.900 fr.
1788	243.613.100	252.407.200
1789	309.356.000	227.283.000

Matérias primeiras para as fábricas

Anos	Importação	Exportação
1787	194.651.300 fr.	41.507.800 fr.
1788	171.924.600	42.462.700
1789	176.113.000	44.590.000

Bestas de carga

Anos	Importação	Exportação
1787	3.104.000	1.463.600
1788	3.124.000	1.571.600
1789	2.189.000	990.000

Metais brutos

Anos	Importação	Exportação
1787	20.325.100 fr.	6.755.400
1788	21.568.900	5.384.800
1789	18.453.000	4.131.000

Produtos das fábricas e manufacturas

Anos	Importação	Exportação
1787	120.326.700 fr.	154.038.400 fr.
1788	69.609.600	156.361.800
1789	62.625.000	156.589.000

Drogas medicinais e de tintura

Anos	Importação	Exportação
1787	6.960.200 fr.	3.314.000 fr.
1788	4.848.100	3.864.900
1789	5.678.000	3.407.000

Ouro e prata

Anos	Importação	Exportação
1787	80.853.100 fr.	5.731.000 fr.
1788	60.705.100	1.103.700
1789	59.951.000	1.487.000

O valor total das importações em França foi de

	Importação	Exportação
Em 1787	630.871.700 fr.	446.611.100
1788	575.393.400	463.156.700
1789	634.365.000	438.477.000

Dos valores importados devem abater-se, 1º perto de 240.000.000 fr. de géneros das colónias francesas da América, Ásia e África, e 2º mais de 600.000.000 fr. de ouro e prata; donde se vê que o balanço do comércio era consideravelmente vantajoso à França. A exportação para as colónias não excedia 90.000.000 fr., termo médio, de sorte que, deduzidos os géneros consumidos no reino, exportava um valor muito considerável em açúcar, café, etc. Hoje precisa a França para o seu consumo de importar estes géneros, pois não lhe basta os que tira da Martinica, Guadalupe, etc., e nas suas importações de matérias primeiras figura o algodão por uma soma muito considerável. Para pagar estes objectos tem o produto da sua agricultura e o da sua indústria, que cedo saberá abrir canais por onde se introduza. Já muitos dos tecidos de algodão, e as chitas estampadas são preferidos em Alemanha, e cada dia vão os fabricantes modificando os seus métodos e combinando as qualidades dos lanifícios, da quinquilharia, etc. com a economia, de maneira a poderem entrar em concorrência nos mercados estrangeiros com a Inglaterra, e mais nações industriosas.

Mas, ainda quando o balanço do comércio externo não seja tão favorável como o era dantes, nem por isso deixaria a França de ser mais rica e feliz do que o foi outrora, pois que bem se colhe pelo quadro acima, que este comércio exterior é pouco importante comparado com os produtos da agricultura e da indústria interior, além de ser muito mais sujeito a funestas vicissitudes. As nações que possuem

no seu próprio território quase tudo quanto é necessário para o alimento e mais precisões do homem, nunca estribam a sua felicidade no comércio exterior, do qual uma guerra os pode privar; e quanto mais um Estado estiver dependente do comércio exterior menos sólida será a sua prosperidade; e por mais poderoso que seja em marinha, nem por isso deixará de estar exposto a uma ruína total, se por uma combinação de circunstâncias perder grande parte dos mercados que dão extracção aos produtos da sua indústria. Já vimos a Inglaterra muito perto da sua ruína comercial; se escapou milagrosamente aos exércitos da França, talvez que sucumba vítima do sistema de isolamento que quase todas as nações vão adoptando, opondo obstáculos muito grandes à importação das manufacturas estrangeiras, e promovendo as nacionais. O efeito inevitável de um tal sistema será reduzir a muito estreitos limites o comércio entre as nações da Europa, as quais só poderão vender os produtos da sua indústria às nações da América meridional, onde o clima, e o estado da civilização, se oporão por largos anos à criação de fábricas, enquanto a agricultura for o mais precioso emprego de capital naquelas regiões. Seja qual for a sorte da América meridional, sempre caberá à França grande parte no seu comércio, e já dele houvera tirado grandes vantagens se o seu governo tivesse ousado emancipar-se da tutela que até agora lhe têm imposto potências inimigas, posto que em aparência suas aliadas.

Em outro artigo, que será o último consagrado a esta obra, daremos uma ideia da segunda parte do segundo tomo, a qual, por abraçar as questões as mais importantes em economia política, exige maduro exame.

Terceiro e último artigo^a

Quando estávamos a começar este artigo recebemos de Inglaterra o último nº do *Edinburgh Review* (de Outubro de 1819), o qual encerra uma análise da obra de M. Chaptal e de algumas outras publicadas recentemente em França sobre o mesmo assunto. Apesar de estarmos há muitos anos familiarizados com as produções dos autores ingleses que têm por objecto o exame das coisas relativas a nações estrangeiras, e de termos por larga experiência conhecido até que ponto chega a iliberalidade, injustiça e até cegueira dos ingleses quando falam das mais nações, e muito principalmente da França, confessamos que assim mesmo, nos surpreendeu o artigo mencionado, e ainda mais por ser escrito em uma obra, que por alguns anos, tem merecido uma justa reputação de imparcialidade, de moderação e de

^a Tomo VIII, Abril 1820, Parte I, pp. 36-76.

sisudeza. Pelo contrário, a análise a que aludimos só se distingue por amontoadas falsidades, pela virulência das mais insultantes acusações, pela ignorância crassa em muitas matérias, e pela baixeza do estilo. Até os factos inegáveis e as verdades reconhecidas que o autor do artigo alega, são por malícia ou ignorância pervertidos, para deles se deduzirem as mais absurdas e erróneas consequências. Em uma palavra, este artigo antes parece sair da pena de um fabricante invejoso da indústria francesa, a qual, apesar dos esforços da Inglaterra e das muitas catástrofes por ela suscitadas à França, vai todos os dias crescendo a passos agigantados, do que ser produção de um escritor cordato. Se faltassem outras provas da superioridade actual da agricultura, indústria e prosperidade da França relativamente ao que era em 1789, bastaria comparar a maneira por que dela falavam então e falam hoje os viajantes ingleses. Naquela época, se alguns deles pareciam deslumbrados com o luxo da corte e dos grandes, ou eram seduzidos pelas maneiras cultas, e pelas doçuras das assembleias escolhidas, todos eles olhavam com desprezo o estado da agricultura, das artes úteis, e o da maior parte das manufacturas, assim como viam a triste condição do cultivador francês comparada com a da mesma classe em Inglaterra. Ufanos de uma superioridade incontestável, nada em França excitava então a inveja dos ingleses, que se contentavam com empregar as armas do ridículo, para fazerem ver quanto a indústria e a sólida riqueza da nação inglesa eram superiores ao vão fausto da Corte de Versalhes.

Para ajuizar da mudança que se tem efectuado há 25 anos em França, basta ver como dela falam hoje os seus rivais. Já não é a linguagem do desprezo, mas sim as mais violentas declamações ditadas pelo ódio inveterado, pela raiva impotente, e pelo bem fundado susto de sofrer brecha nos interesses, que distinguem os escritos daqueles ingleses que fazem à França guerra com a pena. Se entre os insultos, as injúrias e as falsidades expostas em linguagem cheia de rancor, se encontra de longe em longe algum motejo, bem se deixa ver, pelo acerbo da frase, que é forçado e violento.

Não nos é possível, nem é nossa intenção oferecer aqui uma refutação individualada do artigo do *Edimburgh Review*, que realmente não é digno dela, pois do seu conteúdo, grande parte é falso ou inexacto, e o que é verdadeiro, serve de base a raciocínios absurdos, e a conclusões que ou nada provam, ou são contraditórias às premissas. O autor do artigo não podendo negar as verdades enunciadas por M. Chaptal, admite, posto que lhe custe, que a França tem ganhado muito em agricultura, em indústria, e em todo o género de prosperidade; que o grosso da nação é incomparavelmente mais farto, mais feliz, mais instruído; que a povoação é muito mais numerosa, e que apesar deste excesso, o número dos desgraçados reduzidos por falta de ocupação ou por insuficiência dos salários a viver de esmolos, é infinitamente

menor que na rica Inglaterra. No momento em que aparecia o nº do *Edimburgh Review* em Londres vagavam por aquela cidade muitos centos de jornaleiros reduzidos à última miséria, sem meios de subsistência, e que nem sequer tinham onde se recolhessem de noite durante o rigoroso frio da estação; foi preciso que uma subscrição de particulares viesse acudir às mais urgentes necessidades daqueles infelizes: outro tanto acontece em toda a Grã-Bretanha.

Voltemos ao nosso analista. Não podendo negar verdades tão manifestas, toma o partido, não de comparar a França de hoje com a de há 30 anos, mas sim de pôr em paralelo a agricultura, indústria e comércio actual em Inglaterra e em França. Além de que neste paralelo o escritor comete mil erros e afirma mil falsidades, nada é mais alheio da questão, visto que M. Chaptal não teve outro fito na excelente obra que publicou sobre a indústria da sua pátria, senão de fazer ver o quanto ela tinha ganhado e por que meios, sem ter de modo algum afirmado que ela tivesse chegado ao seu auge. Bem pelo contrário, ele e todos os mais promotores da prosperidade actual são os primeiros a apontar o muito que resta a fazer em todos os ramos para o inteiro desenvolvimento dos meios de produção que a França encerra; e para isso indicam e propõem todos os dias as medidas as mais adequadas. Todos os homens instruídos em França reconhecem igualmente, que muitas manufacturas estão ainda limitadas a pequenos estabelecimentos, que muitas carecem de fundos, que outras não têm podido ainda lutar com obstáculos poderosos; em uma palavra, toda a pessoa que imparcial e atentamente tem seguido e observado os progressos de todos os ramos de indústria em França em tempos em que tantas causas internas e externas a têm contrariado, e durante a aniquilação do comércio marítimo, tem por esta mesma razão admirado muito mais o que o engenho e a perseverança dos franceses tem efectuado em circunstâncias tão pouco favoráveis, com um mercado tão limitado, com fundos apoucados, e vendo-se forçados, por conseguinte, a fabricarem em pequenas quantidades, e a não poderem despender em máquinas custosas somas consideráveis, não tendo, para pagar os seus desembolsos, e aproveitar a economia da mão-de-obra obtida por esses maquinismos, os enormes lucros que mil mercados estrangeiros e coloniais oferecem há 25 anos quase exclusivamente ao fabricante inglês. É por isso muito mais pasmoso e meritório que um Bréguet, um Fortin, um Cauchoix façam em Paris algumas dúzias de cronómetros, de instrumentos de matemática e de óptica, cuja perfeição nem o mesmo analista contesta, do que vemos em Londres artistas fabricarem centos destes mesmos instrumentos bem trabalhados. O que se segue da comparação, é que, logo que os artistas franceses tiverem certeza de poderem concorrer nos mercados estrangeiros aperfeiçoarão ainda mais os seus processos, e pelo emprego de maiores capitais, e construção de aparelhos em

grande ou multiplicados, conseguirão maior economia nos preços. Que maravilha é que os relojoeiros de Londres façam 50 relógios náuticos por meia dúzia que em Paris fazem Bréguet e Berthoud, quando o mar está coberto de vasos ingleses de guerra e mercantes! Com igual acerto pudera o escritor afirmar que M. Reichenbach de Munique, faz e vende muito menor número de instrumentos de física e matemática, do que Troughton de Londres, se bem que o primeiro seja com razão reconhecido pelo mais hábil artista da Europa, neste género.

Do que há na análise referida de menos absurdo o que se pode coligir, é que a França em muitos respeitos é ainda inferior à Inglaterra, assim como o são todos os Estados do universo; a razão, bem a sabem os ingleses, e bem a sabemos nós; e é por terem dela cabal conhecimento que os verdadeiros amantes da pátria procurarão estabelecer instituições análogas àquelas a que a Inglaterra deve em grande parte o grau de aperfeiçoamento da agricultura e da indústria a que tem chegado. Se o autor, em vez de comparar o número das pessoas que viajam pela posta, tivesse consultado os registos de 1788 veria o grande aumento que desde então adquiriu o comércio interno da França, posto que não seja ainda comparável ao da Inglaterra. Também não é em França geralmente tão produtiva a agricultura, tão bem entendida a criação dos cavalos e mais gado, tão igual a condição dos habitantes das cidades, vilas e aldeias, tão perfeita a fabricação em grande de certos produtos da indústria; e mais que tudo é de confessar que a Inglaterra possui capitais muito superiores aos das mais nações. Verdades são estas que ninguém pretende negar, e tão pouco pretendemos contestar a preponderância marítima e colonial deste colosso, que deve a sua origem ao desleixo das outras potências, que tem crescido pelas divisões que as enfraqueceram, e à sombra das quais se tem ido elevando o poder e riqueza de Albion à custa dos despojos das nações da Europa e da Ásia.

E qual é a pessoa, por pouco versada que seja na história moderna, que ignore quão recente é a época em que a Inglaterra começou a ombrear com as nações industriosas da Europa, quanto era inferior à Bélgica, à Alemanha, à França e à Itália em quase todas as artes, no reinado de Carlos I, e quão tarde conseguiu a preeminência, que as suas instituições políticas, a sua posição insular, o seu clima e minas, e mais que tudo circunstâncias sumamente favoráveis, têm tão singularmente promovido?

O autor da análise compara o total dos valores produzidos pela agricultura e indústria da França e da Inglaterra, e acha que esta, com população muito inferior e com muito menor extensão de terrenos cultivados, leva muita vantagem à primeira. É inegável que os avultados capitais disponíveis permitem grandes desembolsos empregados em instrumentos, em gados, em experiências em quanto à agricultura, e

na construção de máquinas pelo que toca à indústria; esta abundância de capitais favorecida por uma educação mais geral e melhor que no resto da Europa, e por muitas das disposições legislativas que regem a Inglaterra, tem produzido resultados maravilhosos, que deveriam ter progressivamente melhorado a condição de todas as classes da sociedade, se o governo inglês não tivesse pela enormidade das suas despesas imposto à nação encargos que a esmagam, e que, pesando principalmente sobre a numerosa classe dos produtores, têm no meio da maior riqueza e prosperidade reduzido os desgraçados jornaleiros a serem os mais pobres e infelizes da Europa. Que importa se a soma dos valores da agricultura e fábricas da Inglaterra, sejam superiores aos da França, se está provado que o número dos ingleses privados do necessário, e obrigados a mendigar o sustento, excede fora de toda a comparação, o dos que em França e no resto da Europa experimentam igual sorte! Mais vale, a nosso ver, mediocridade que chega a muitos, que opulência que a tão poucos aproveita. Medir a prosperidade de uma nação pela estimação do valor dos seus produtos, sem atender à sorte dos seus produtores, é fazer menos apreço dos homens que dos animais que fazemos trabalhar para nossa utilidade ou divertimento; pois a estes damos com mão larga o sustento e o bom trato de que carecem, quando ao desgraçado trabalhador se negam os meios de obter para ele e para a sua família os objectos indispensáveis à vida! Tal é contudo o quadro que a Inglaterra oferece ao mundo no dia de hoje!

Entre as muitas asserções falsas de que abunda a análise de que tratamos, e que denotam ou a mais insigne má fé ou a mais grosseira ignorância, citaremos as duas seguintes.

Não quer o analista admitir que M. Lebon fora o inventor da iluminação por meio dos gases extraídos do carvão de pedra, e affectando de faceto, até mofa de tal pretensão comparando-a à do fogo fátuo. Ora, se M. Lebon não tivesse feito mais que sugerir a possibilidade da extracção dos gases inflamáveis do carvão, e a aplicação dela à iluminação dos edificios, nesse caso, sem poder contestar a primeira ideia de tão útil invento, seria contudo devido muito louvor a quem primeiro a tivesse posto em prática. Porém M. Lebon consagrou muitos anos a esta investigação, sacrificou o seu posto de engenheiro das minas, e gastou todo o seu cabedal para pôr em prática o novo método de iluminar, e de aquecer por meio do aparelho por ele denominado *thermolampes*, e depois de muitos ensaios particulares, mostrou publicamente a possibilidade dele, iluminando uma das principais ruas de Paris por este meio em 1802, experiência que durou vários dias. Não tendo achado protectores para com Bonaparte, que então governava a França, passou a Áustria, onde foi bem acolhido pelo Arquiduque Carlos, e em Viena iluminou o grande hospital pelo gás do carvão. Tudo isto aconteceu 3 ou 4 anos antes de se ter principiado em Ingla-

terra a trabalhar nesta matéria; ali, à força de gastos enormes e de tentativas multiplicadas, se têm aperfeiçoado as operações em grande da extracção, purificação e distribuição dos gases. Todos estes trabalhos têm sido favorecidos por circunstâncias locais, quais são a barateza do carvão e do ferro, e a carestia comparativa dos azeites, e a construção das ruas e casas das cidades de Inglaterra, e mais que tudo, os imensos capitais de que naquele país pôde dispor uma companhia, e que se têm acumulado pela posição feliz em que há tantos anos se acha a Grã-Bretanha. Apesar de todos estes trabalhos, começa já em Londres a substituir-se aos gases de carvão de pedra os que são extraídos dos azeites de peixe; invento pelo qual M. Gengembre obteve em França um privilégio.

A segunda asserção do autor diz respeito à extracção do açúcar da beterraba, a qual, como todos os que habitam a França ou viajam nela sabem, está em plena actividade em muitos estabelecimentos hoje em dia, apesar da concorrência dos açúcares de fora. Perto de Paris há várias fábricas, e entre elas em Passy, a de M. Delessert, banqueiro bem conhecido, e membro da actual Câmara dos Deputados, e que desde a sua criação nunca cessou de trabalhar, vendendo os seus produtos em concorrência com os da América. Pois, o nosso analista tem a audácia de asseverar que tal fabricação nunca existiu nem existe fora do laboratório de M. Chaptal ou de outros químicos. *Risum teneatis!* Poucos são os ingleses instruídos que têm vindo a Paris que não tenham visitado a fábrica de M. Delessert.

Enfim, falto de razões e tendo esgotado até os sofismas, recorre o autor inglês para menoscabar a glória dos artistas e fabricantes francezes, ao miserável expediente de advertir que M. Bréguet é suíço e M. Jecker alemão, como se o mundo ignorasse que Herschell, primeiro astrónomo da Inglaterra não é inglês, como também o não era Ramsden, nem Bartolozzi, nem um número muito grande de artistas que têm enriquecido a Inglaterra com os seus talentos e indústria! Não diremos mais nada acerca desta análise satírica, cuja leitura recomendamos àqueles dos nossos leitores que sabem inglês, pois estamos convencidos que nela encontrarão provas ainda mais convincentes da justiça com que a censuramos. Voltemos ao objecto principal deste artigo.

A quarta e última parte da obra de M. Chaptal é, como já dissemos, a mais importante, pois é dedicada ao exame do que os governos devem fazer ou evitar para promover a agricultura, a indústria e o comércio, únicas bases da força e da riqueza dos Estados. Na análise desta secção seguiremos o mesmo sistema que já adoptámos nos dois primeiros artigos, cingindo-nos o mais que for possível às expressões do autor.

Não basta que um governo tenha desejo de promover a indústria; é preciso que saiba fazê-lo, e que, não se deixando levar de considera-

ções parciais, adopte um sistema fixo e constante tendente unicamente ao interesse geral da nação, evitando mais que tudo, a versatilidade, cujas consequências são funestíssimas a todo o género de indústria.

A acção do governo deve limitar-se a facilitar a introdução das matérias necessárias, a abrir canais para a exportação dos produtos nacionais, a proteger a propriedade, deixando a maior liberdade à indústria, e aos fabricantes.

A importação das matérias indispensáveis à indústria nacional deve ser livre de impostos; e quando infelizmente o governo se veja obrigado a impor-lhes um direito, este deve ser restituído quando as fazendas fabricadas com essas matérias forem exportadas; mas para que esta restituição seja proveitosa é indispensável que se efectue na fronteira ou nos portos de mar prontamente e sem formalidades escusadas. Em tese em geral seria um erro grave e muito nocivo se, para promover os produtos da agricultura nacional, se houvesse de carregar de impostos a importação dos géneros estrangeiros; isto redundaria em prejuízo do comércio da nação, e seria imediatamente funesto às suas fábricas. Porém este princípio admite algumas modificações, principalmente em quanto ao comércio dos trigos e mais grão, e outros objectos que servem de alimento; e também deve sofrer restrições dependentes da legislação do país, e dos gravames da agricultura nacional. Porém o princípio é em geral applicável a todas as matérias primeiras que são destinadas a serem fabricadas, como a lã, o algodão, o linho, etc.

Outro erro não menos nocivo é embaraçar a exportação das matérias primeiras, debaixo do vão pretexto de que devem ser exclusivamente empregadas pelas fábricas nacionais. Desta maneira se sacrifica o agricultor ao fabricante, estabelecendo o valor dos produtos da terra sobre as precisões muito variáveis da indústria. Propor semelhante expediente é ignorar que a produção cresce à medida que o consumo aumenta, e que o fabricante nacional deve sempre levar vantagem ao estrangeiro na compra das matérias primeiras do seu próprio país. Até mesmo o fabricante lucra pela livre saída dos produtos da terra, pois que a fácil extracção deles anima o agricultor, aumenta a produção, e estabelece um preço necessariamente moderado por efeito da concorrência. De outro lado, tudo o que é vantajoso ao agricultor redundaria em benefício do fabricante; pois quem principalmente dá extracção aos produtos das fábricas são os habitantes do campo e das povoações manufactureiras, e estes dão maior consumo às mercadorias à medida que vendem melhor os frutos da terra e que do seu produto lhes fica maior lucro com que possam prover-se de fato, móveis, gado, etc. A abastança do camponês é o verdadeiro luxo de que uma nação deve ufanar-se; é ela que, não limitando a indústria a alguns objectos fúteis, vivifica todos os canais da prosperidade pública.

A natureza dos impostos, mais ainda que o valor deles, influi notavelmente sobre a prosperidade das nações; aqueles que obstem à produção cortam na sua raiz a riqueza dos Estados.

Com razão reprova o autor os estabelecimentos de fábricas administradas pelo governo, que nunca pôde rivalizar em economia, nem em actividade e inteligência com os particulares. Pela mesma razão reprova os monopólios, e lhes prefere direitos moderados de consumo sobre os géneros, o que concilia a utilidade do público com as precisões do governo.

Insiste igualmente sobre o quanto importa que na hierarquia social sejam os agricultores, fabricantes e comerciantes considerados como membros, não só úteis da sociedade, mas até reputados entre os mais distintos. Assim o pensou e praticou o digno ministro Marquês de Pombal entre nós; a ele se deve a consideração de que hoje gozam profissões tão respeitáveis da sociedade e cujo exercício não há muitos anos era quase olhado com desprezo.

Para avaliar quanto pode a consideração sobre o comércio (diz o autor), basta olhar para a Inglaterra: ali o filho de um grande do reino não considera desonroso sentar-se no escritório de seus antepassados, e quando lhe toca tomar o seu assento no parlamento, entrega a seus filhos a nobre herança mercantil que seus pais lhe haviam transmitido: naquela nação vemos todos os dias elevar à dignidade de par os fabricantes e negociantes os mais distintos da sua profissão; ali tudo se mede, tudo se aprecia pelo grau da utilidade pública: ele é que estabelece as graduações, que distribui as graças, e que dá a cada um o grau de consideração que lhe compete.

Esta consideração é a de que não gozavam antigamente em França as classes industriosas; por isso a fidalguia desdenhava dedicar-se ao comércio e à indústria. Daqui resultava que o filho do rico fabricante ou comerciante aspirava às distinções nobiliárias, e apenas as conseguia, renunciava à profissão de seu pai. Deste vício fundamental das antigas instituições da França resultava a pouca estima que se concedia às classes industriosas, e a muito pequena influência que tinham no governo; destas duas causas procedia como consequência inevitável a falta de espírito público, o qual só pode formar-se havendo interesses gerais e comuns que enlacem os cidadãos de uma nação, e sendo as leis e os impostos iguais para todos, e igual a consideração com que cada profissão útil é olhada.

No capítulo seguinte examina o autor quais são as qualidades indispensáveis no fabricante para que a sua indústria prospere. A boa fé e a escrupulosa atenção à bondade uniforme e constante dos produtos, é a primeira; a instrução relativa ao género de fabricação que lhe é próprio, e o não menos necessário conhecimento das variações do gosto dos consumidores e dos progressos da indústria dos outros fabricantes nacionais e estrangeiros, são condições indispensáveis a todo o pro-

prietário de fábricas. Os meios empregados por outras nações para abreviar e economizar a mão-de-obra, devem ser o objecto do constante estado de todo o fabricante que não quiser ver os seus estabelecimentos arruinados pela competição de outros, que por efeito de máquinas e de processos melhorados, lhe levam vantagem em preço e em qualidade.

A escolha do sítio mais conveniente para cada género de fabricação, é outro objecto de suma importância, e muitas empresas, em outros respeitoes bem entendidas e calculadas têm perecido por falta de atenção a este ponto, assim como também algumas têm tido igual sorte pelos inadequados recursos pecuniários dos empreendedores. As manufacturas que exigem a cooperação de uma grande variedade de conhecimentos mecânicos e químicos, só podem prosperar na vizinhança de grandes cidades. Aquelas cuja prosperidade depende principalmente do baixo preço da mão-de-obra, devem de preferência estabelecer-se nas terras populosas e pobres, em países montuosos, onde de inverno os braços não têm ocupação. Em uma palavra, a proximidade das minas de carvão, das matas, dos nascentes de água, a facilidade de obter com menos custo as matérias primeiras, e de dar saída aos produtos manufacturados pelas estradas, pelos rios, canais ou portos de mar, devem guiar o fundador de uma fábrica, o qual pesando as vantagens e os inconvenientes da situação, verá quais devem determinar a sua escolha.

Uma das causas mais frequentes da ruína das fábricas, é a mania de construir sumptuosos edificios, em vez de se limitar à solidez e comodidade. O único luxo útil e admissível nas fábricas é o dos melhoramentos; e até estes devem ser regulados com a mais estrita economia, e só tentados depois de bem calculado o proveito que deles deve tirar o dono. Uma boa administração é de todas as condições a mais importante, e infelizmente é uma das mais difíceis de conseguir; pois não basta para bem reger uma fábrica ter vasta instrução e conhecimentos profundos teóricos e práticos; é mais que tudo essencial possuir o espírito de economia que com o prumo na mão calcula todas as despesas, e a utilidade de todo o projectado melhoramento, comparando-a com os sacrificios que ele exige e com o cabedal da empresa. Por isso mais vale de ordinário para administrador um homem prudente e de talento menos brilhante, do que um engenheiro superior e de invenção fecunda, o qual as mais das vezes sacrifica o interesse ao amor próprio, preferindo a glória de inventor, à sólida vantagem do aumento do capital. Nesta qualidade de pessoas, excelentes para se consultarem, é também muito raro encontrar aquele espírito de ordem e de uniforme disciplina, sem o qual é impossível dirigir com acerto os trabalhos da fabricação, e vigiar sobre os comportamentos dos operários.

O autor passa a examinar os tratados de comércio entre as nações; mas julgamos mais metódico deixar esta matéria para o fim do artigo

onde melhor pertence, e vamos considerar rapidamente o que diz respeito aos meios que os governos têm julgado úteis para promover a indústria e favorecer a fabricação. Destes, uns têm por objecto a qualidade dos produtos das manufacturas, os outros dizem respeito às pessoas que exercem os diversos géneros de indústria. Começemos pelos primeiros.

Colbert, a cujo raro génio e perseverança deve a França a introdução de quase todos os ramos de indústria, que da Itália, da Holanda e do Brabante transportou com pasmoso sucesso para a sua pátria, julgou dever estabelecer regulamentos, prescrevendo o modo de fabricar cada sorte de manufacturas; mas o que ele fez, não sem razão, para dar o primeiro impulso às fábricas e para guiar os que houvessem de seguir esta carreira, foi pelos seus sucessores executado às cegas, em detrimento da indústria nacional. Bem se colhe das instruções de Colbert, e particularmente da de 1669 (artigo 24) que o seu único objecto nos regulamentos que promulgou, foi habituar o fabricante a executar à risca métodos que naquele tempo eram os mais perfeitos que se conheciam, e de estabelecer a reputação das fábricas francesas desde a sua nascença; objecto que plenamente conseguiu antes de morrer, pois só na fabricação dos panos, que ele tinha introduzido em França, teve a satisfação de ver em plena actividade 42.000 teares de lanifícios.

M. Chaptal, fundando-se na razão, na experiência da França e da Inglaterra, na opinião dos homens os mais versados em economia política, e na das principais Câmaras de comércio da França, conclui que estes regulamentos, no estado actual da indústria e dos conhecimentos entre as nações cultas, são sumamente nocivos à indústria, e em vez de a promoverem, são obstáculos poderosos ao seu progresso. O exemplo da França depois da abolição destes regulamentos, contra os quais reclamaram tantas vezes em vão os fabricantes, é a prova a mais decisiva dos maus efeitos da imprudente intervenção dos governos na direcção da indústria, a qual só precisa de protecção. Bem o conhecia o grande Sully quando disse: *«O que mais importa para fazer prosperar o comércio é a liberdade; deve deixar-se o campo aberto ao génio e ao gosto dos negociantes, a quem nunca faltaram nem conhecimentos nem ousadia.»* A mesma liberdade de fabricar aconselhava Josiah Child aos ingleses em 1669, recomendando-lhes que imitassem neste particular os holandeses. Este conselho, adoptado pelos ingleses justamente quando a França estorvava todo o género de indústria, explica suficientemente por que razão as manufacturas daquela nação foram de dia em dia crescendo, e porque as da França ficaram sem fazer progressos por espaço de um século.

A única intervenção do governo que pode ser útil, é aquela que se limita às providências que têm por objecto evitar que o público seja enganado pelo fabricante em quanto à qualidade dos produtos. Estas

são vantajosas ao público, favoráveis à boa reputação e à extracção das manufacturas. Também pelo que toca à salubridade, compete ao governo regular quais são as fábricas que devem estar em sítios mais ou menos remotos das povoações.

Em quanto ao exercício da indústria, examina o autor toda a legislação relativa às condições exigidas para poder exercer um officio ou género de indústria, e tudo o que diz respeito aos aprendizes, aos officiais, aos mestres, e às corporações de officios; e reconhece com Smith que quase todas estas disposições legislativas são absurdas, oppressivas, e contrárias à prosperidade das nações. O grande aumento das fábricas da França depois que ela se viu livre de todos estes entraves à indústria, não deixa dúvida na matéria; e se neste país ainda há quem deseje o restabelecimento das corporações, é porque nunca faltará quem, preferindo o interesse próprio ao bem público, procure alterar com sofismas as verdades as mais bem providas, e praticamente reconhecidas.

Pela mesma razão não faltam desgraçadamente governos que por um lucro momentâneo sacrificam vantagens sólidas e duráveis; e arruinam as nações por espaço de séculos, a troco de fazerem entrar no fisco por alguns anos módicas somas de dinheiro, bem depressa dilapidadas em despesas as mais das vezes inúteis ao Estado. O seguinte parágrafo encerra factos tão importantes acerca da influência da legislação relativa ao exercício das artes úteis, que julgamos dever traduzi-lo em parte.

«Está provado, diz M. Chaptal, que dentro destes 25 anos tem a povoação da França crescido perto de uma sexta parte para além do que era: (...) ora olhando para esta época só vemos nela causas de destruição e de despovoação, sem encontramos causa aparente de reprodução tão rápida e tão extraordinária; mas se compararmos o presente com o passado, facilmente cessará o nosso espanto. Antigamente um aprendiz não podia ser official senão na idade de 25 anos, e só conseguia ser mestre de um officio mais tarde, e depois de ter vencido novos obstáculos, e por isso se conservava solteiro por um tempo ilimitado: hoje apenas o aprendiz sabe o seu officio, procura estabelecer-se por sua conta, e para o fazer, precisa de mulher que lhe cuide da casa; deste modo se têm singularmente multiplicado os casamentos dos artifices. Segundo o censo dos officiais de diferentes officios estabelecidos actualmente nas cidades, vê-se que o número deles é mais que o dobro do que era no tempo em que existiam as corporações. Se a esta causa se ajunta a diminuída mortalidade, por efeito da vacina, a divisão das grandes propriedades rurais, e os numerosos casamentos contraídos para evitar a conscrição, conhecer-se-ão os principais elementos que conduzem à solução deste problema.»

Depois de mostrar pelas razões as mais convincentes a péssima influência das corporações em geral sobre a indústria e prosperidade

das nações, e de fazer ver que este monopólio encarece os produtos, estorva os aperfeiçoamentos, e expõe os artífices à miséria, recorre à prova irrecusável da experiência. «A experiência, nos mostra, diz o autor, que a indústria se refugiou sempre nos lugares onde não existiam corporações de ofícios; assim aconteceu aos bairros do Templo e de Santo António em Paris, e aos de Westminster e Southwark em Londres. A cidade e a paróquia de Halifax e outras cidades de Inglaterra têm visto dentro de 40 anos quadruplicar a sua povoação, ao mesmo tempo que as cidades sujeitas às corporações se têm despovoado.»

O autor examina depois os privilégios concedidos aos inventores e aos instrutores de processos de fabricação. A respeito dos primeiros, observa com razão, que são justos e úteis, contanto que não sejam concedidos por tempo demasiadamente dilatado. Reconhece todavia que a legislação actual da França, a respeito dos aperfeiçoamentos de invenções, é muito defeituosa, pois que sendo muito fácil aperfeiçoar qualquer invento, acontece que o homem de engenho que gastou grande parte da sua vida e do seu cabedal, para poder pôr em prática um descobrimento útil, se vê muitas vezes despojar de todo o lucro que dali lhe devia resultar, por um mediocre artífice que sem muito custo conseguiu aperfeiçoar um processo engenhoso já conhecido. Isto aconteceu ao célebre Argand, inventor dos candeeiros de corrente de ar, e a muitos outros. Por mais que a legislação tenha procurado distinguir nos aperfeiçoamentos aqueles que são ou não dignos de uma nova patente de invenção, é impossível fixar estes limites; e os tribunais não tendo guia certa nesta matéria, não podem adoptar um sistema constante nas suas decisões. A nós parece-nos que o único meio equitável seria recorrer a árbitros que decidissem, segundo a importância dos aperfeiçoamentos e do objecto de fabricação, se o aperfeiçoador deve ou não uma indemnidade ao inventor, para ter jus a obter uma patente ou privilégio.

Também acha M. Chaptal desacerto conceder privilégios para o estabelecimento de processos tirados de outros países. Isto foi necessário em outros tempos, quando os conhecimentos e as artes estavam na infância; mas hoje não há processo que possa ser por muito tempo ignorado, ou que se não possa suprir por outros análogos, tanto em mecânica como em química, e nas mais artes; uma tal concessão lhe parece um atentado à liberdade da indústria, e um monopólio muito prejudicial à sociedade. Concordamos em geral com a opinião do autor, mas julgamos que ela admite algumas restrições. Se a nova indústria importada não é mais que uma modificação ou aperfeiçoamento de outra já conhecida no país, não tem lugar a concessão de um privilégio; porém se o género de manufactura é inteiramente novo no país, e muito mais se ele é muito importante e requer grandes desembolsos para o seu primeiro estabelecimento, parece-nos que o privilégio

gio concedido por poucos anos pode ser necessário para favorecer empresas que talvez sem este auxílio não seria fácil realizar.

Pelo que respeita às companhias e outros monopólios, adopta os princípios hoje universalmente admitidos por todos os escritores distintos em economia política, e reconhece quanto são nocivos à prosperidade das nações, excepto nos casos raros em que se trata de dar o primeiro impulso à cultura de um país ou a um novo ramo de comércio, especialmente com Estados remotos, ou que estão na infância da civilização, e em cujo território precisa o comércio de protecção especial, e de estabelecimentos custosos, como feitorias, presídios, etc. Logo que se consegue o primeiro objecto para que foram criadas as companhias, deve cessar o monopólio; este foi o princípio que dirigiu a criação e extinção das companhias do Pará, Maranhão, etc., e o que devera aplicar-se a todos os monopólios da mesma natureza.

Acerca da franquia, dos portos francos, e do trânsito, desenvolve M. Chaptal sãs doutrinas; mas como estas são hoje geralmente admitidas e praticadas pelas nações as mais esclarecidas, não nos demoraremos neste assunto, e só diremos que o autor clama com razão contra a multiplicidade de formalidades, que para o comerciante são mil vezes mais insupportáveis que o pagamento de pesados direitos. Para as fazendas que têm despacho, e que entram por franquia ou baldeação, quisera M. Chaptal que houvesse armazéns ou depósitos separados daqueles em que se admitissem as fazendas proibidas. Algumas outras modificações propostas por ele são especialmente applicáveis à França, e por isso não julgamos dever ocupar os nossos leitores com estas matérias.

O resto da obra é consagrado ao exame da influência dos tratados de comércio, dos direitos de alfândega e do sistema das proibições; objectos que têm suscitado as mais vivas discussões, e a respeito das quais a prática de quase todos os governos é diametralmente oposta aos princípios estabelecidos pelos mais célebres escritores em economia política. Começemos pelas alfândegas.

Um bom sistema de alfândegas é talvez de quantos problemas oferece a administração pública, o mais difícil de resolver: para o conseguir seria preciso conciliar interesses opostos; e como isso é impraticável, qualquer que seja o sistema de legislação que se proponha, será sempre forçoso sacrificar os interesses de uma classe da sociedade aos de outra, e o legislador, quando por uns for aplaudido, será pelos outros censurado.

O agricultor deseja que sejam proibidos ou carregados de direitos todos os géneros que o território nacional é susceptível de produzir, tanto para o sustento dos homens e animais, como para o consumo das fábricas. O fabricante pede que se deixe livre a entrada de todas as matérias primeiras, mas que sejam excluídos os produtos das fábricas estrangeiras. O negociante quer que a entrada e saída de todos os produtos seja franca e isenta de direitos. O consumidor quisera que fosse

proibida a exportação de todos os produtos territoriais e da indústria nacional, e que fossem admitidos os de fora, para que da concorrência de uns e de outros resulte o baixo preço. Os governos, que consideram o produto das alfândegas como um dos mais seguros ramos de rendimento, não querem por modo nenhum renunciar a um género de imposto tão lucrativo. O legislador, não podendo conciliar todos estes interesses opostos, procura adoptar um plano, que tenha o menor número de inconvenientes e seja mais conforme com o estado da nação.

M. Chaptal, afastando-se das especulações teóricas dos escritores da escola de Smith, reconhece a necessidade absoluta dos direitos de entrada sobre os produtos das fábricas estrangeiras, e mostra pelos argumentos os mais decisivos, que a supressão destes direitos arruinaria a indústria nacional em todos os ramos em que ela ainda não pode plenamente competir com a estrangeira, aniquilando ao mesmo tempo o valor enorme dos edificios, máquinas, instrumentos e mais desembolsos que o fabricante nacional foi obrigado a fazer para criar um género qualquer de indústria. Até mostra que, ainda naqueles produtos em que a nação leva vantagem, pela qualidade e preço, aos de fora, é possível que a admissão livre dos objectos de fabricação estrangeira arruine as manufacturas nacionais, se os seus proprietários não tiverem capitais suficientes para suportarem as perdas a que se podem ver expostos caso que o fabricante estrangeiro, por especulação, ou por necessidade, der as suas fazendas por menos do seu custo. Isto não é suposição gratuita, pois há muitos anos estão todos os mercados empachados de enormes partidas de fazendas inglesas que seus donos se vêm obrigados a vender com 20 e 30 por cento de prejuízo, para não se exporem a perderem todo o capital. Em um país que possui fábricas, e já muito aperfeiçoadas, mas cujos donos não podem sofrer empates prolongados ou perdas grandes, bastaria a introdução de grandes partidas de fazendas estrangeiras, dadas a vil preço por espaço de um ou dois anos, para arruinar de todo estabelecimentos nacionais, os quais uma vez destruídos se não tornam facilmente a levantar. É em vão alegar que os estrangeiros neste caso também se arruinariam, pois não há paralelo entre a quebra de vinte casas de comércio inglesas com a ruína de todas as fiações de algodão da França; as fábricas da Inglaterra, apesar da ruína de muitos especuladores, não só podem não ter sofrido perda alguma, mas ainda no caso de terem tido parte nos sacrificios, bem depressa se veriam deles mais que compensadas pela ruína total das fábricas da França, que nesse caso seria obrigada a tirar da Inglaterra os objectos de que precisasse. Os fundos superiores dos fabricantes ingleses, e os lucros feitos desde o estabelecimento das suas manufacturas os têm já há muitos anos cobertos dos seus maiores desembolsos, e por isso melhor podem sustentar uma diminuição de consumo ou perda qualquer; pelo contrário, nos países em que o estabelecimento ou grande aperfeiçoamento das manufacturas é recente,

não é possível que os proprietários tenham ainda feito benefícios suficientes para estarem cobertos dos capitais empregados em construção de edifícios, em máquinas, etc., e uma porção dos lucros, necessariamente módicos, é destinada a ir pouco a pouco recuperando o capital dispendido; de modo que qualquer empate ou contratempo que obrigue a suspender a fabricação ou a dar os seus produtos com perda, pode em pouco tempo destruir o fruto da perseverança de muitos anos, e de grandes cabedais sacrificados. E tal é a condição do fabricante, que não pode como o agricultor, e ainda melhor o negociante, dar um novo emprego aos seus fundos e mudar de objecto de indústria; o fundo do fabricante é um fundo morto, grande parte do qual consiste em coisas de quase nenhum valor independente do fim para que foram feitas. Além disto, a ruína das manufacturas traz consigo a do grande número de operários, cujos hábitos os tornam as mais das vezes incapazes de se entregarem a outro género de ocupação, ainda quando a miséria, a que de repente se vêem reduzidos, lhes dê tempo para aprenderem outro officio.

Para estabelecer uma boa legislação relativa às alfândegas, é preciso conhecer o estado das fábricas de um país, e compará-las com as dos países estrangeiros; cumprê saber qual é em cada um deles o preço da mão-de-obra, o do combustível e das matérias primeiras, para sobre estes dados se calcularem os direitos que convém impor aos produtos estrangeiros.

Com singular acerto diz M. Chaptal, que em matéria de alfândegas não há princípios gerais, e que todas as disposições legislativas devem ser calculadas segundo o estado comparativo da indústria, as precisões do consumidor, as circunstâncias particulares em que se acha cada nação, o grau de prosperidade a que têm chegado os seus estabelecimentos manufactureiros, e a probabilidade do seu futuro progresso. Fundado nestas sólidas bases, e fazendo delas aplicação à França, mostra quão fútil é a distinção entre matérias primeiras e produtos manufacturados, e quão nociva seria a admissão livre de muitas matérias, como a dos ferros estrangeiros, cuja introdução, a não ser agravada de um direito suficiente, bastaria para arruinar todos os estabelecimentos de França que extraem o ferro das minas, e nos quais trabalham mais de cem mil indivíduos. Outro tanto se pode aplicar à livre introdução do carvão de pedra, a qual faria fechar as minas nacionais; e o mesmo se pode dizer de muitos outros produtos, os quais, se bem que já fabricados, são ainda susceptíveis de mil operações que podem aumentar-lhes consideravelmente o valor, v. g. o algodão fiado, e que participam da natureza de matérias primeiras e de produtos fabricados.

Alguns escritores, diz M. Chaptal, pretendem estabelecer uma regra fixa acerca dos direitos sobre as importações. Todo o produto fabricado, dizem eles, que não pode sustentar a competição com os produtos

estrangeiros carregados à entrada de um direito de 15 por cento, não é digno de protecção do governo. Porém o autor faz ver com maior evidência que esta pretendida regra não tem fundamento sólido, e que é impossível adoptar semelhante base em uma matéria em que é forçoso atender a tantas circunstâncias ligadas com o estado comparativo da indústria nacional e estrangeira, e pesar tantos interesses opostos.

Em quanto ao receio que algumas pessoas manifestam de que, pela proibição ou avultados direitos sobre as fazendas estrangeiras, se venha a promover o monopólio dos fabricantes nacionais em detrimento do consumidor, é fácil ver que tal perigo não existe hoje em França, onde por efeito da extinção das corporações, que tornou livre a indústria, a rivalidade entre os fabricantes obsta ao monopólio. M. Chaptal cita uma, entre as inumeráveis provas desta verdade. As primeiras sodas que se fabricaram pela decomposição do sal marinho, foram vendidas à razão de 100 francos o quintal; mas a concorrência que bem depressa se estabeleceu entre os diversos fabricantes, reduziu o preço a 9 francos por quintal, e isto não obstante haver um direito de 5 francos sobre as sodas vindas de fora.

Para estabelecer os direitos de maneira a não lesar os interesses de classe alguma da sociedade, deve o legislador conhecer a fundo o estado da indústria agrícola e fabril, e compará-las em produtos análogos com a indústria das outras nações. Deve saber qual é a diferença comparativa do custo de fabricação; deve pesar as vantagens derivadas do estabelecimento mais ou menos antigo de cada ramo de indústria; da massa de capitais disponíveis, do juro do dinheiro, em cada uma das nações rivais. Cumpre igualmente que saiba qual é a extensão dos recursos e dos sacrifícios que cada governo ou os particulares de cada nação podem e estão dispostos a fazer para facilitar a extracção dos seus produtos; e que conheça até que ponto o espírito nacional e as leis proscvem em cada país os produtos estrangeiros. Todas estas e outras semelhantes considerações devem entrar nos cálculos do legislador, se este não quiser causar dano irreparável à indústria da sua pátria.

Mas não basta ter estabelecido uma boa legislação de alfândegas, é além disso indispensável fazê-la executar à risca nos portos e nas fronteiras, simplificando a arrecadação dos direitos, e fazendo-a uniforme, fácil e invariável. Esta legislação deve ser estável e para assim dizer, inalterável, pois nada produz mais funestos efeitos que as frequentes mudanças nas pautas das alfândegas, que causam enormes perdas aos particulares, a troco de muito insignificante aumento do rendimento do fisco.

Já dissemos que todas as vezes que o governo se vir forçado a impor um direito de entrada sobre as matérias que alimentam as fábricas nacionais, e que lhes é indispensável importar, deve restituir ao fabricante o importe deste direito quando ele exportar as fazendas

fabricadas com estas matérias; e isto sem exigir dele mais que as clarezas necessárias, e adoptando neste assunto as disposições as mais expeditas e menos complicadas.

Quando um governo concedeu uma vez algum auxílio ou privilégio com o intuito de estabelecer um novo género de indústria, não deve privá-lo da sua protecção, se o estabelecimento carecer ainda dela, excepto se passados anos reconhecer que não tem prosperado nem oferece perspectiva de melhorar. Os governos devem proteger igualmente todas as fábricas e géneros de indústria existentes, sem se embaraçarem do acerto ou desacerto da sua primeira criação, nem do prejuízo que alguns deles podem ter causado a outros quando foram criados.

A respeito das bases sobre que se devem calcular os direitos das alfândegas, observa com razão M. Chaptal, que é problema difícil de resolver, e que só pode estabelecer-se uma boa tarifa combinando o peso, as dimensões, a qualidade e o valor dos diferentes géneros, que são susceptíveis de serem avaliados pela comparação destes elementos.

No capítulo que trata das proibições examina o autor os argumentos dos escritores que reprovam o sistema de proibição, e que são de parecer que todas as fazendas devem ser admitidas com moderados direitos. M. Chaptal não adopta esta opinião, e depois de alegar o exemplo dos ingleses que proibem quase todos os objectos de manufactura estrangeira, ou os carregam de enormes direitos, estabelece as conclusões seguintes.

•Admitir o princípio da proibição dos produtos fabricados, como base da legislação das alfândegas, seria um acto de hostilidade para com as nações que não proibem.

Adoptar este princípio contra as nações que proibem, não é mais que usar do direito de represália.

Pronunciar a proibição em certos casos muito raros, em que um objecto muito importante de indústria não pode ainda sustentar a concorrência pelo mero efeito dos direitos, é um dever do governo, quando a nação tiver grande interesse em adquirir e consolidar este novo género de fabricação.

Se as nações se não tivessem desviado do seu verdadeiro destino, se cada uma delas se tivesse limitado a fundar a prosperidade sobre a herança que da natureza recebera em partilha, o comércio de escambo seria regular, os diversos produtos da indústria teriam cada um a sua pátria como os da terra, e os produtos de todos os países se repartiriam naturalmente entre todos os povos em razão das precisões de cada um; mas as nações se lançaram imprudentemente fora da linha que o regulador supremo dos nossos destinos tinha marcado a cada uma; e não consultando a diferença de situação, a natureza do terreno, ou o carácter dos habitantes, a variedade dos climas, etc. todas aspiraram a concentrar e a fabricar tudo em cada ponto do globo.

Como os princípios imutáveis da natureza não se dobram aos caprichos dos homens, depressa reconheceram que a estrada novamente aberta não era a direita: tiveram que vencer todas as dificuldades inevitáveis para quem se põe em uma situação forçada; e para conservar a indústria recém-criada, foi preciso recorrer a medidas extremas, e pronunciar a proibição dos produtos estrangeiros.

Tal foi o estado violento em que a Europa se constituiu; a Inglaterra deu o exemplo, e levou após si quase todas as nações, de maneira que hoje nos vemos forçados a imitar o sistema dos nossos vizinhos. É talvez o único meio de que possa valer-se uma grande nação, forte pela sua indústria e agricultura, e a mais independente de todas pelos seus recursos, para fazer com que os outros povos reassumam os verdadeiros princípios. Lisonjeemo-nos com a esperança que esta desejável revolução não está distante; e no entanto não proibamos senão os produtos daquelas nações que recusam dar entrada aos do nosso território e indústria.

Resta-nos examinar o capítulo relativo aos tratados de comércio, cuja consideração nos parece mais conveniente depois do que se tem ponderado acerca dos direitos de entrada e das proibições.

Logo que o comércio enlaçou as nações por meio de interesses recíprocos, procuraram os governos respectivos de cada uma regular a natureza e condições dos escambos; e todos julgaram estipular nas cláusulas destes tratados, vantagens recíprocas. A experiência tem de dia em dia mostrado os inconvenientes e funestas conseqüências que os mais destes tratados têm causado a uma ou outra das nações nele interessadas. Eis aqui quais são os efeitos dos tratados de comércio.

1º Uma nação que faz com outra um contrato, concede necessariamente a esta vantagens que nega às mais nações; e por conseguinte provoca da parte delas, represálias. Deste modo, se por um lado consegue um mercado para os seus gêneros, expõe-se a perder outros, pondo-se em estado de hostilidade comercial com o maior número das nações.

2º Uma nação que consente em admitir por um tempo determinado os produtos de uma indústria mais aperfeiçoada em concorrência com a nacional, desfavorece esta, desanima os seus fabricantes, sacrificando a riqueza da mão-de-obra, e constitui-se por muito tempo tributária da sua rival.

3º As vicissitudes a que é sujeita a indústria, os acontecimentos políticos, o progresso das luzes, modificam continuamente a situação dos povos, e fazem nascer novos interesses, os quais muitas vezes não podem conciliar-se com as condições dos tratados anteriormente concluídos.

4º Apenas se começam a executar as cláusulas de um tratado de comércio, logo uma das nações se sente lesada nos seus interesses e procura então iludir a execução dele: daqui nascem contestações; e muito feliz é a nação quando a ruptura do tratado não traz consigo

uma guerra funesta. Poucos tratados têm recebido plena e inteira execução até ao período prescrito para a sua duração.

5º Um tratado de comércio entre duas nações de forças desiguais, é um acto de servidão para a mais fraca.

Além destes inconvenientes, que parecem inerentes a todo o tratado de comércio, pode ainda afirmar-se que é quase sempre sobre cálculos errados que se estribam as bases destas convenções.

Se em um tratado se estipulasse a admissão dos produtos territoriais dos dois países, então seria recíproco o interesse de ambos. Também seria possível conciliar as vantagens recíprocas admitindo ambos eles os produtos fabricados com matérias indígenas de cada um.

Mas todas as vezes que estes contratos estipulam a troca dos produtos fabricados de um país pelos produtos da agricultura do outro, é certa a lesão. A nação que exporta os produtos das suas fábricas, já de antemão se enriqueceu com o valor da mão-de-obra, o qual quadripliou talvez o valor primitivo das matérias que serviram à fabricação. Pelo contrário, a nação que dá em retorno por estes produtos manufacturados, madeiras, lã, linho, metais, etc. não applicou a estas matérias, depois de produzidas, mão-de-obra que enriquecesse notavelmente a sua povoação; donde resulta que, sendo os valores importados e exportados iguais entre si, não o são os benefícios feitos por cada uma das nações.

Daqui procede serem sempre os tratados de comércio vantajosos para aquela das duas nações que tem mais indústria manufactureira. Isto se verificou em França nos três anos que se seguiram ao tratado de comércio feito com a Inglaterra em 1786. Não só os ingleses introduziram em França produtos cujo valor era o duplo do que ela exportou para a Inglaterra; este balanço já era bastante desfavorável, mas ainda se tornou mais prejudicial à França pela natureza dos produtos importados e exportados.

Não é pois de admirar se as nações manufactureiras procuram sempre ligar-se por meio de tratados de comércio com os povos agrícolas, e se para conseguirem este objecto se valem, ora da astúcia da política, ora do ascendente da força. Suponhamos, que em virtude de um tratado de comércio, uma nação agrícola exporte o valor de um milhão de cruzados de lã, e que em troco receba um valor igual em panos; neste caso pareceria ser igual o balanço entre as duas nações; porém se considerarmos que só a quarta parte do valor desta lã é intrínseco, é evidente que a nação manufactureira aumentou a sua riqueza das três quartas do valor mencionado, e que quase todo este lucro lhe ficou em mão-de-obra; pelo contrário, a mão-de-obra que a nação agrícola empregou na produção de lã bruta sendo insignificante comparada com a que foi precisa para fabricar um valor igual de pano, segue-se que a nação manufactureira lucrou todo o valor da fabricação. Não é portanto, sobre o valor dos produtos importados e exportados, mas sim

sobre a natureza dos objectos comutados que se deve estabelecer o balanço do comércio.

Seria talvez possível, estipulando a natureza e a quantidade respectiva dos produtos territoriais e agrícolas que dois países dariam e receberiam, equilibrar as vantagens recíprocas; porém nesta suposição seriam inexecutáveis as cláusulas do contrato, que o consumidor não cumpria, por serem contrárias aos seus interesses ou aos seus hábitos.

As relações comerciais as mais vantajosas às nações são aquelas que espontaneamente estabelecem entre elas as precisões mútuas, a superioridade dos produtos de cada uma, e a sua situação relativa. Para isto se efectuar, nada mais é necessário do que deixar ao comércio uma inteira liberdade nas suas operações, e bem depressa se estabelecerá o equilíbrio mercantil de nação a nação.

Que deve fazer uma nação para promover os seus interesses agrícolas, comerciais e manufactureiros?

Aperfeiçoar a sua agricultura e indústria, e merecer a confiança pela sua boa fé, tal deve ser o alvo de todos os seus esforços. E que deve fazer o governo? Animar a indústria, proteger a propriedade, e publicar uma lei clara e positiva sobre as alfândegas, que faça saber aos mais povos, as condições debaixo das quais serão admitidos os produtos estrangeiros. Esta lei, diz M. Chaptal, deveria ser igual para todas as nações; e por isso aquela que a proclamasse deveria exigir a reciprocidade; porém na nossa opinião ofereceria grandes dificuldades na execução, posto que à primeira vista pareça fundada em princípios justos. Por exemplo, uma nação, de povoação muito limitada pode produzir vinho ou outro semelhante género, em abundância tal que baste ao consumo de outro país duas ou três vezes mais populoso; ora neste caso não vemos que compensação poderia haver entre as duas, ainda supondo entre elas o comércio plenamente livre; a primeira consumiria uma quantidade muito limitada dos produtos territoriais ou manufacturados da segunda, a qual não podendo competir com os produtos territoriais da primeira, pela sua qualidade e preço, veria as suas vinhas abandonadas, tendo apenas aumentado o valor dos seus outros ramos de indústria pelo comércio com a outra nação. Estas questões são de sua natureza muito complicadas e difíceis de resolver em tese geral, que seja aplicável aos casos particulares, sendo forçoso quase sempre decidir-se por considerações diversas, dependentes do clima, da posição, do estado de civilização, sistema de governo e legislação, e até das opiniões e preconceitos da cada povo. Isto é de notória verdade no que toca ao comércio dos trigos, o qual cada nação se vê forçada a regular por uma legislação que varia com as circunstâncias, ora para evitar o receio, ainda que mal fundado, de uma fome ou excessiva escassez e carestia, ora, como sucede actualmente e há tantos anos em Inglaterra, para atalhar a total ruína dos agricultores, causada pelo preço demasiado baixo do pão.

Aqui terminaremos a análise desta útil obra, deixando para o exame de outras que tratam de questões análogas, algumas reflexões sobre economia política, às quais julgamos não terem suficientemente atendido os mais dos autores que têm tratado destas matérias. Quase todos eles só têm considerado a ciência em abstracto, e apenas se pode citar um que tenha procurado aplicar os princípios às circunstâncias existentes de um país determinado. Muitos destes escritores, como M. Sismondi, têm mais de uma vez provado pelos seus falsos prognósticos que os princípios em que se fundam não são infalíveis.

REFLEXÕES ACERCA DE ALGUMAS QUESTÕES RELATIVAS
À ECONOMIA POLÍTICA, E SOBRE A OBRA RECENTE
DE M. MALTHUS²

Se as questões relativas à riqueza, ao comércio, aos preços, à renda das terras, fossem propostas ao mais rude aldeão, em frase acomodada à sua inteligência, as respostas que ele daria seriam indubitavelmente conformes aos princípios que há um século os mais hábeis escritores têm forcejado estabelecer, e persuadir às classes distintas e cultas da sociedade. Tanto é certo que mais verdades obscurece o falso saber do que a ignorância encobre. Pergunte-se a um camponês o que ele entende pela riqueza ou pelos bens deste mundo de que o homem pode dispor. Dirá, por exemplo, o nosso aldeão português, que a sua fortuna ou o seu remédio são os frutos da sua lavra, e os do seu trabalho, tanto em géneros como em dinheiro; por certo não sustentará o insigne absurdo que o dinheiro é a única riqueza, proposição admitida por muitos homens acima do vulgar, que foi a base do sistema chamado mercantil, e que ainda hoje é opinião dominante entre muitos dos indivíduos que regem Estados civilizados.

Pergunte-se mais a qualquer rústico, se em um contrato ou troca feita por dois homens em seu juízo perfeito e conhecendo cada um o que vale a sua mercadoria, um dos dois é necessariamente enganado pelo outro, ou se para um deles ganhar é preciso que o outro perca. O mais ignorante responderá negativamente a estas questões, e rirá de quem lhe quiser provar que o pastor que vende um carneiro por uma certa quantidade de trigo, cujo valor é conhecido, faz um mau mercado, ou engana quem lhe vende o grão. Ainda mais rirá qualquer mercador se lhe disserem que quando vende o seu género por mais do que lhe custa, cuidando ganhar, não faz mais que trocar valor por valor, e que tal ganho não existe. E prosseguindo assim por todos os mais objectos relativos à riqueza e prosperidade das nações, parece-nos igualmente evidente que a mais curta inteligência basta para decidir muitas das questões sobre as quais há tanto tempo discutiam os autores, unicamente pelo abusivo e variável uso que fazem dos termos, ou pela falsa aplicação de princípios evidentes.

Uma das causas principais da diferença de opinião que subsiste ainda acerca das mais importantes questões práticas da economia política, nasce de confundir o interesse dos governos com o dos povos. Todos os governos devem ter por objecto o bem dos povos; porém a

² Tomo X, Outubro 1820, Parte I, pp. 72-88.

necessidade de manter exércitos, marinha e uma imensa quantidade de empregados, para o pagamento dos quais e de outras despesas relativas à segurança e conservação do Estado, são precisos impostos mais ou menos onerosos. Daqui resulta inevitavelmente que, até certo ponto, é necessário que o bem geral seja sacrificado a certos objectos que interessam mais particularmente quem governa, e certas classes da sociedade, que o maior número dos indivíduos de que ela se compõe. Quanto mais os interesses dos que governam se identificarem com os daqueles que são governados, mais perfeito será o sistema de administração, e vice-versa; porém ainda nos melhores governos é forçoso que haja alguma desigualdade na porção do bem e do mal que toca a cada ordem de indivíduos. A menor desigualdade possível na participação dos bens e na parte dos sacrificios, é ou deve ser o objecto de todas as instituições políticas na sua primeira criação; mas infelizmente, naquelas que subsistem há muito tempo, nem sempre é fácil fazer cessar o mal e estabelecer o bem, sem causar inconvenientes mais ou menos atendíveis; e há casos em que o bem só se pode obter por sacrificios momentaneamente mui custosos e árduos.

Esta é a razão porque alguns autores, tratando dos interesses das nações abstractamente, e prescindindo da constante opposição entre os seus governos respectivos, das permanentes rivalidades e guerras frequentes, têm aconselhado um sistema de administração fundado em mera teoria, o qual em muitas das suas partes, é inexecutável no estado actual das coisas. Outros, pelo contrário, querendo que o futuro seja em tudo a imagem do passado, e inimigos de todo o melhoramento, constituem-se defensores dos abusos, e pretendem, em linguagem mais ou menos sofisticada, que tudo o que existe é regulado, senão do melhor modo, ao menos do melhor possível, e que toda a inovação deve produzir maiores inconvenientes do que os que actualmente existem. Alguns destes, que não querem expor-se a que as suas opiniões sejam atribuídas meramente a interesses pessoais, convêm dos males enormes que existem no estado actual da sociedade, mas procuram encobri-los ou paliá-los, e em todo o caso nos ameaçam de males muito maiores, para nos dissuadir de tentar melhorar algum radical; e não poucas vezes procuram envolver as questões as mais simples e de óbvia solução em tal obscuridade, que as pessoas não versadas na matéria se acham mui embaraçadas para as resolver.

Entre estes dois sistemas requer-se não vulgar discernimento para escolher o caminho, o qual, com o menor número de inconvenientes conduz à prosperidade e força das nações. O primeiro, que é o de Smith e de toda a sua escola, seria, com algumas modificações, o que deveriam seguir todos os povos, se um dia cessassem de se considerar como inimigos uns dos outros: mas enquanto houver homens procurarão sobrepujar os seus rivais; e enquanto durar esta luta entre as nações, será preciso a cada uma, para não se expor a uma ruína certa e

imediate, consultar as circunstâncias, e regular pelas medidas dos seus vizinhos os mais poderosos as suas próprias.

Por esta razão muitas das máximas de Smith e de seus discípulos, são inapplicáveis na prática às relações actuais entre as nações, excepto no que diz respeito ao regime interior de cada uma, relativamente ao qual é incomparavelmente mais fácil a aplicação dos princípios gerais da economia política. O estado de rivalidade em que hoje se acham as nações em quanto à indústria, comércio e influência política, conduzirá necessariamente a uma grande diminuição das suas relações mútuas, tendendo assim a destruir a influência das que preponderam demais, e obrigando todas a considerarem o comércio interior como a base da riqueza nacional, base sólida, e menos sujeita às vicissitudes funestas do comércio exterior, cujos brilhantes resultados por nenhum outro modo compensam os terríveis males que ameaçam as nações que sobre ele fundam o seu poder e riqueza. Esta revolução vai-se executando com um progresso rápido, e será em grande parte devida ao sistema de alfândegas universalmente estabelecido, e de proibições e direitos sobre os produtos estrangeiros, justamente reprovados em tese geral pela escola de Smith. A nosso ver será um grande bem que resultará de um grande mal.

Um escritor já conhecido por outras obras publicou recentemente um novo *Tratado de Economia Política*, no qual reconhece o estado imperfeito da ciência, e a diversidade de opiniões que sobre importantíssimos pontos subsiste ainda hoje entre os mais distintos escritores. A obra a que hoje aludo é a de M. Malthus, da qual acabo de publicar uma tradução em francês, a que ajuntei algumas notas.

M. Malthus conhece a fundo o objecto e os limites da ciência cujos princípios expõe, confessa que ela tem mais analogia com as ciências morais que com as matemáticas, e que mais se compõe de verdades relativas que de proposições absolutas. O seu objecto é fazer ver que, para pôr em prática os preceitos desta ciência, é preciso não adoptar regras gerais sem consultar a experiência, e ainda menos fazer delas applicação à prática sem atender às circunstâncias particulares do caso que se tiver em vista. Toda a sua obra tende a provar que a economia política é uma ciência de proporções, e que nela não há verdades práticas absolutas.

O autor, como era de esperar, applica os seus princípios à Grã-Bretanha, e o resultado da sua obra, em quanto a este país, é que os males existentes não admitem remédio algum eficaz, pois aqueles que pareceriam melhores e que teoricamente deveriam ser radicais, causariam ainda desastres maiores. Isto que acabamos de dizer em poucas palavras parecerá provavelmente exagerado a quem não ler a obra, mas os que a examinarem com atenção devem reconhecer que a nossa asserção é exactíssima. Como esta conclusão de M. Malthus diz respeito a um país que tantos autores nos oferecem como modelo para imitar, e

como um prodígio de riqueza e prosperidade, é de suma importância examinar o estado actual desta nação, cuja elevação e decadência quase temos presenciado, e que uma e outra podem servir de útil lição aos mais povos. Tracemos rapidamente o quadro de elevação da Inglaterra, vejamos qual é o seu estado actual, e de factos inegáveis procuremos tirar algumas inferências úteis para as mais nações, ainda que o não sejam para a Inglaterra.

Um território extenso e fértil, com particulares vantagens para a agricultura e para o comércio; uma nação culta e industriosa, regida por uma constituição mui superior às dos mais Estados da Europa, deviam forçosamente desenvolver em Inglaterra todo o género de indústria, e elevá-la a um grau de força, e de influência política muito além do que parecia permitir a sua população, e seus recursos naturais. Assim aconteceu com efeito, e o rápido progresso da indústria fabril e comercial veio ao mesmo tempo promover a riqueza nacional, e paliar os funestos efeitos da demasiada concentração da propriedade territorial nas mãos de poucas famílias, a qual, como M. Malthus reconhece, é o maior obstáculo ao desenvolvimento e riqueza de uma nação. A ambição do governo inglês, e o seu espírito de dominação, que se fortificaram pela inépcia e versátil política dos mais governos, necessitaram grandes despesas, e obrigaram a Inglaterra a recorrer a empréstimos sucessivos, de que resultou uma dívida nacional, a qual desde a sua primeira criação não tem cessado de aumentar. Como os recursos nacionais aumentaram ao mesmo passo que a dívida, e até por efeito dela, não se sentiu por muito tempo o seu peso, e fez-se pouco caso das profecias dos amigos da pátria que anteviam para o futuro as terríveis consêquências de um sistema tanto mais perigoso quanto mais seduzia por vantagens imediatas e quase milagrosas. Com efeito, a facilidade de obter empréstimos, a perspectiva de tirar grande proveito e riqueza de novas guerras, que arruinando a indústria, navegação, colónias e comércio das mais nações enriquecessem a Inglaterra, foi causa que o gabinete de S. James, depondo todo o receio, e desprezando as regras da prudência, prosseguiu afoito a dispendar sem conta nem medida, e ufano do constante aumento dos produtos da indústria nacional, e da navegação, comércio, e conquistas da Grã-Bretanha, julgou-se superior a todos os acontecimentos.

É verdade que no meio deste rápido progresso de riqueza e indústria nacional, era fácil ao observador atento descobrir terríveis indícios de males gravíssimos no Estado, os quais iam crescendo de dia em dia, não obstante a aparente e sedutora prosperidade da nação. É bem sabido que Pitt, principal promotor do sistema moderno da Inglaterra, morreu com a íntima convicção de se ter deixado iludir, e como amante da pátria deplorando os males que lhe tinha causado, e a que a deixava exposta. Porém novos e espantosos sucessos fizeram crer aos sucessores deste ministro que os seus terrores eram vãos, e julga-

ram ter chegado, pelo abatimento da potência da França, a um auge de poder e de prosperidade que nada tinha a recear de acontecimentos futuros.

Quão pouco durou esta sonhada ventura! Apenas se fez a paz viram com pasmo os ingleses que a miséria geral das classes industriais, e a diminuição notável da abastança das classes médias era o resultado de tantos triunfos e de tanta riqueza! Com pasmo e dor contemplaram os ingleses viajando pela Europa, quanto a condição do jornaleiro, nos países que eles estavam acostumados a considerar como pobres e infelizes, era superior à dos da Inglaterra. Desde a época de que falamos não tem o povo inglês cessado de sofrer destes males; e tudo o que, sobre as causas deles e remédios que se lhes podem aplicar, se tem escrito, prova que são incuráveis no estado presente da organização social da Grã-Bretanha, e que provêm de causas que há muito operam, e das quais muitas são as mesmas que produziram o imenso aumento da riqueza total do país. M. Malthus ocupa-se na sua última obra com grande desvelo em examinar as causas da situação *intolerável* da Inglaterra, e procura descobrir-lhe remédio. Em quanto às primeiras, em vez de remontar às causas primárias, contenta-se com as secundárias, e atribui todo o mal que actualmente sofre a Inglaterra, à estagnação do comércio causada pela paz, e ao diminuído consumo dos produtos da sua indústria, cujo resultado é o ter deixado sem ocupação mais de 600.000 jornaleiros. Pelo que toca aos remédios, os que M. Malthus propõe são insignificantes, e bem se vê que ele não conhece nenhum eficaz, entre aqueles que julga compatíveis com a existência da constituição política da Inglaterra, qual ela hoje existe. M. Malthus quer que se conserve a actual divisão da propriedade, a dívida nacional e os gastos enormes do governo, não porque tudo isso seja essencialmente bom e proveitoso, mas por lhe parecer que alguns destes males diminuem outros, e que de uma reforma resultariam males ainda maiores. Por isso, não é de admirar que, buscando remédio a uma doença cujas causas quer deixar subsistir, não encontre senão fracos paliativos. Eis aqui os principais remédios que M. Malthus propõe para diminuir a triste condição das classes industriais da Inglaterra. 1º Que os grandes e ricos tomem muito maior número de criados; 2º que empreguem muito mais trabalhadores nas suas quintas e casas de campo; 3º que o governo faça executar trabalhos públicos que ocupem muitos braços, dando a estes trabalhadores o salário o mais módico possível, para que eles não suponham que o país está próspero, e que, levados desta ideia, não pensem em casar, aumentando assim ainda mais o número dos desgraçados!

Não se requer grande conhecimento da Inglaterra, nem singular sagacidade, para mostrar que M. Malthus não conheceu, ou antes não quis expor as verdadeiras causas a que a sua pátria deve ver-se ao mesmo tempo no auge da glória e no excesso da miséria.

É manifesto à mais vulgar inteligência, que uma simples estagnação do comércio e das exportações não é capaz de produzir um estado de sofrimento prolongado por cinco anos, em uma nação sumamente rica, se nela não há germes de ruína, que muito antes se têm ido nutrindo e desenvolvendo no seu seio.

As causas principais a que a Inglaterra deve a sua condição actual, e em razão das quais, acontecimentos, por si incapazes de produzir os males que hoje sofre a nação, têm ocasionado a miséria geral das três quintas partes do povo inglês, são, a nosso ver, as seguintes.

1º A repartição extremamente desigual da propriedade territorial, a qual em Inglaterra está nas mãos de apenas 30.000 indivíduos.

2º Por uma consequência imediata desta grande concentração da propriedade, do peso enorme dos impostos, e da economia da cultura em grande das terras de pão, e de outros trabalhos rurais, é muito pequeno número dos rendeiros, tendo sucessivamente os rendeiros de grandes propriedades absorvido todos os pequenos arrendamentos. O número total dos proprietários e rendeiros calcula-se ser hoje, em Inglaterra e Escócia, de 150.000, sobre onze milhões de habitantes.

3º Destas duas causas tem resultado que o número dos indivíduos que cultivam a terra e vivem imediatamente dos seus produtos, é incomparavelmente menor em Inglaterra que em país algum do mundo, e que este número tem ido diminuindo há muitos anos, por efeito de cada notável melhoramento nos instrumentos da agricultura e nos processos da economia rural. O número total das pessoas empregadas na agricultura, é de dois milhões.

4º A insuficiência dos jornais, que apenas bastam para o sustento do trabalhador e de sua mulher.

5º O número excessivo de pessoas empregadas nas fábricas, o qual quase iguala o dos agricultores, pois é de 1.600.000. Apesar da introdução das infinitas máquinas que economisam a mão-de-obra, e das quais muitas suprem quase inteiramente os braços, a extensão da indústria tem sido tal em Inglaterra, há meio século, que o número dos operários tem aumentado em vez de diminuir, não obstante equivaler o trabalho feito pelas máquinas ao dobro do que é feito por homens; de maneira que, se todo ele fosse feito por estes, ocuparia a Inglaterra perto de cinco milhões de indivíduos nas fábricas. O mal que resulta de um tão grande número de jornaleiros fabris é mui grande, pois sendo o consumo do produto das fábricas precário, e exposto a mil vicissitudes imprevistas e irremediáveis, particularmente quando a extracção dos seus produtos depende em grande parte dos mercados estrangeiros, qualquer estagnação considerável basta para obrigar os fabricantes a despedirem muitos dos seus operários, e a restringirem a sua fabricação; estes desgraçados não podem mudar de ocupação, nem ainda que pudessem, achariam em que ganhar a sua vida, e de um dia para o outro se vêem reduzidos à mais horrível miséria, tanto mais que

os seus salários, ainda quando os ganham, são ainda mais escassos que os do agricultor; isto procede do grande número de homens que, pela actual distribuição da propriedade em Inglaterra, não tem outro recurso senão trabalhar nas fábricas. Desta concorrência nasce o baixo preço da mão-de-obra, sem o qual seria impossível aos fabricantes ingleses sustentarem nos mercados estrangeiros a concorrência das mais nações, apesar da economia que as máquinas empregadas em grande dão à indústria inglesa. Além disto, como a conservação das máquinas não requer senão uma despesa insignificante, comparada com os salários dos operários e com o sustento dos animais, e como o produto delas é o dobro do dos braços, segue-se que todas as vezes que o dono de uma fábrica se vir obrigado a fazer economia por falta de extracção dos seus produtos, ele diminuirá o número dos operários, e procurará com os que conserva, e com a ajuda das máquinas, fabricar quanto lhe pareça suficiente; e até pode despedir todos por algum tempo, se a suspensão da fabricação lhe parecer menos danosa aos seus interesses futuros do que a continuação, ainda diminuta, da fabricação. As fábricas que têm por base um sistema de maquinismo, gozam da propriedade particular, que podem deixar de trabalhar e de novo ser postas em acção quando convenha ao dono, sem que isto comprometa as faculdades produtivas das máquinas. Outro tanto não acontece à terra, ou às árvores, que deixadas sem cultura em certas estações, ou por certo tempo, perdem por muitos anos consecutivos a sua faculdade de produzir.

Por esta e outras muitas razões óbvias, quanto maior for o número dos homens empregados na agricultura, especialmente sendo eles proprietários do terreno, menos risco haverá de miséria entre as classes laboriosas. E quanto maior for o número dos indivíduos empregados nas manufacturas de objectos de exportação, cujo consumo depende de mil circunstâncias exteriores ao país, mais estará a nação exposta às calamidades que hoje sofre a Grã-Bretanha.

6º Por uma consequência do sistema das máquinas, e da superior vantagem do emprego de grandes capitais, tanto nas fábricas como na agricultura, é tão diminuto em Inglaterra o número de pequenos rendeiros de terras, como o de fábricas pequenas; isto ainda tende mais a concentrar as fortunas, e a aumentar o número dos proletários, que não possuem mais que o seu trabalho.

7º O enorme peso dos impostos, com todos os seus efeitos bem conhecidos, e optimamente descritos por M. Say no seu *Tratado de Economia Política*, e por outros escritores.

8º A imensa quantidade de excelentes terrenos destinados a dar pasto para um número de cavalos de luxo, que se calcula em Inglaterra ser mais de 200.000 cabeças, e exigir para seu sustento um milhão de acres ou jeiras inglesas, que é quase a terça parte das terras semeadas de pão, avaliadas em 3.080.000 acres.

Vejamos agora o quadro actual da Inglaterra, segundo os escritores que menos podem ser suspeitados de o quererem afeiar.

A Inglaterra tem um capital imenso, uma agricultura mui aperfeiçoada, um comércio superior ao de todas as nações, manufacturas cujo produto é prodigioso, e que tem ido, até há pouco, sempre crescendo, um governo que dispõe de riquezas incalculáveis, e goza de uma preponderância extraordinária nas quatro partes do mundo. A nação consta, sem falar na Irlanda, de onze milhões de habitantes; destes, mais de um décimo está obrigado a recorrer à caridade do público para existir, e três quintos da nação sofrem privações, a que não se acha exposta uma igual proporção dos habitantes do país considerado como o mais pobre da Europa.

Em geral, o jornaleiro inglês é tão mal pago que, para ele e uma pequena família poderem subsistir, é preciso que a nação pague um imposto, cujo produto anual é hoje perto de oitenta milhões de cruzados, do qual se dá a cada família necessitada de trabalhadores o que lhe falta para poder sustentar-se. A prova que o mal radical de que falamos não é recente, é a existência deste imposto, chamado dos pobres, que foi estabelecido há mais de dois séculos, e que está em pleno vigor há mais de cem anos. Para rematar este quadro, diremos que, tendo a riqueza e produtos da Inglaterra multiplicado extraordinariamente há século e meio, a sua população apenas tem dobrado no mesmo espaço de tempo, e é hoje evidentemente mui inferior à fertilidade do seu território, e à imensidade dos seus produtos e recursos.

Tiraremos pois desta resumida exposição de verdades incontestadas, as seguintes conclusões.

1º A felicidade de uma nação não pode medir-se só pela quantidade e valor total dos seus produtos.

2º A riqueza e recursos do governo e das classes opulentas, não indicam o estado feliz do maior número dos cidadãos.

3º A demasiada proporção de individuos que não possuem outra propriedade mais que o seu trabalho corpóreo, é sinal de uma péssima distribuição da riqueza, e caracteriza uma nação cujas classes mais úteis e numerosas vivem de uma subsistência precária e muitas vezes pouco abundante, e estão continuamente expostas a cair na indigência.

4º Estes males são tanto mais graves, que uma vez que existem, é quase impossível dar-lhes remédio, sem expor um país ao risco de uma revolução.

5º O remédio mais praticável parece ser a melhor e mais igual divisão da propriedade, effectuada por uma lei que estabeleça a repartição igual entre os filhos. M. Malthus admite em princípio que esta é a fonte principal da prosperidade das nações, mas receia os efeitos de uma nímia divisão da propriedade, que venha a ser nociva ao progresso da riqueza nacional, e vaticina este triste resultado à França. Porém isto é uma mera asserção inteiramente destituída de provas, e

desmentida pela experiência de todos os tempos e de todas as nações. A natureza do homem e a das coisas obsta a que a divisão das sucessões territoriais se torne excessiva; o interesse de cada um não deixará nunca que esta divisão venha a ser tal que caiba a cada um indivíduo uma porção de terra que lhe seja impossível cultivar ou arrendar com proveito.

6º E finalmente, as nações que quiserem gozar do maior grau possível de felicidade sólida e durável, não devem deixar ofuscar-se pelo exemplo falaz da Inglaterra; ao desejo de ostentarem grande riqueza e poder, farão acertadamente se preferirem a mediocridade mais igualmente distribuída entre os cidadãos, e as sólidas vantagens da agricultura, indústria e comércio interno, à brilhante mas perigosa preponderância de um mui extenso comércio exterior. Os governos, seguindo o mesmo princípio, farão bem, se antepuserem a economia ao desperdício, e o desejo de fazerem feliz a sua nação, à vã glória de dominar as outras.

No Tomo XI examinaremos algumas outras doutrinas de M. Malthus, quando dermos conta da obra recente de M. J. B. Say.

LETTRES À M. MALTHUS, ETC. OU CARTAS A M. MALTHUS,
SOBRE DIVERSOS ASSUNTOS DE ECONOMIA POLÍTICA,
E PARTICULARMENTE, SOBRE AS CAUSAS DA ESTAGNAÇÃO
DO COMÉRCIO. POR J. B. SAY, ETC., PARIS, 1820^a

As cinco cartas que M. Say dirige a M. Malthus são uma nova prova da obscuridade que reina nas questões de economia política, à primeira vista as mais simples e fáceis de averiguar. Esta ciência, sendo tão moderna, parece que devera não oferecer ambiguidade nos termos que emprega, e que foram criados em nossos dias; e tendo por objecto factos continuamente presentes à nossa observação, era de presumir que, uma vez do acordo sobre as bases fundamentais da ciência, não diferissem notavelmente os seus cultores nas conclusões delas derivadas. Bem pelo contrário, e com pesar o dizemos, apenas concordam os mais célebres autores sobre alguns princípios, e dissentindo em muitos outros, não é menor a divergência que reina em quanto à aplicação que cada um faz de máximas em aparência idênticas.

Um facto, já muitas vezes observado em diferentes tempos e em nações diversas, e há poucos anos patente em todas as praças de comércio, é o objecto da presente discussão entre os dois mencionados escritores. A grande quantidade de produtos provenientes das fábricas da Inglaterra e das mais nações industriosas, que em todos os mercados do mundo se têm amontoado por falta de extracção, particularmente depois da última paz geral, é facto sobre o qual não existe a menor dúvida. Donde procede esta estagnação? M. Malthus diz que é devida à diminuição do número de compradores, ou à falta de meios e de vontade da parte dos que dantes davam extracção aos diversos produtos. M. Say sustenta que a falta de extracção de uns produtos é só devida à falta de outros produtos capazes de ser dados em troca.

M. Say diz que um produto não pode ser comprado senão com outro produto; e M. Malthus não o nega. Por conseguinte, parece incontestável que quanto mais produtos houver de um lado, mais haverá também do outro com que se comprem mutuamente; e pela mesma razão, logo que um género de produtos parecer superabundante, é porque quem os poderia comprar não tem que dar em troca, isto é, carece de produtos com que pague. Esta é a doutrina de M. Say, que M. Malthus diz ser a mais extravagante que homem algum cordato tem proposto em semelhante assunto. Contudo, se fizermos menos atenção às palavras que ao pensamento que elas encerram, veremos

^a Tomo XII, Abril 1821, Parte I, pp. 28-51.

que estes dois autores estão mais concordes em princípios do que parece à primeira vista.

Nenhum consumidor pode comprar os objectos de que carece senão com produtos ou valores; logo, se diminuirmos os meios, e com eles a vontade de comprar, é porque diminuíramos os produtos ou valores com que se compra; por conseguinte concorda M. Malthus com M. Say, e a superabundância de fazendas em todos os mercados, não é absoluta, mas só relativa à diminuição das faculdades dos consumidores, e estas consistem em valores ou produtos que eles têm de menos do que antes tinham, quando compravam as remessas que nos anos antecedentes se lhes faziam de fazendas próprias ao seu uso, gosto e conveniência. Como é impossível separar o consumidor dos seus meios de adquirir, é manifesto o erro de Malthus, cujo raciocínio, se é fundado nesta suposição, é manifestamente absurdo; e se o não é, então concorda inteiramente com o seu adversário, por mais que isso lhe repugne.

M. Say diz e prova, que ninguém compra senão com o fruto da sua indústria, do seu capital ou das suas terras, ou com o fruto do fundo e indústria dos outros; e ninguém produz senão para seu próprio uso, ou para trocar pelos produtos da indústria alheia. Daqui se segue como rigorosa consequência, que, em tese geral, e supondo que não existissem entre as nações estorvos à produção e ao comércio, os produtos de todos os países em comunicação habitual recíproca se equilibrariam, não podendo haver mais que desigualdades passageiras e de pouca dura, as quais dentro de certo número de anos se compensariam, e que teriam por origem a desigualdade da produção territorial, e algumas calamidades acidentais, de um lado, ou lances mui prósperos, do outro. Tal seria, por exemplo, o efeito de um terramoto, de uma inundação, ou de uma doença contagiosa ou epidémica, em um país, e o invento de um notável meio de abreviar a mão-de-obra ou de aperfeiçoar os processos da fabricação ou da agricultura, em outro.

Por nossa desventura, é certo que não vivemos em um mundo tal como o que acabamos de imaginar. O globo que habitamos, oferece por todos os lados a espécie humana em contínua guerra, rivalidade e mal entendida oposição de interesses, males todos filhos da ignorância dos povos, que toleram o desastroso sistema que um vil egoísmo tem feito adoptar a quase todos os governos, os quais parecem ter por objecto universal, sacrificar a sociedade inteira a um pequeno número de indivíduos. Debaxo de um sistema de alfândegas, gemendo a indústria e a agricultura sob o peso de enormíssimos impostos, e oprimidos os povos por governos que devoram a substância dos produtores, não é de estranhar que entre nações, hostis até na paz, e particularmente depois de grandes crises, de catástrofes políticas e de longas guerras, haja revoluções comerciais, e que se observe em muitos mercados grande desigualdade entre as fazendas oferecidas aos compradores, e as que estes estão dispostos a adquirir.

M. Malthus diz que o ponto não está em produzir muito, mas sim em achar saída para o que se produz; o que é verdade manifesta, e M. Say não o nega quando diz, que a falta de saída é sinónimo da falta de produtos próprios a serem dados em pagamento de outros produtos. A única diferença está na maneira com que cada um destes autores enuncia a sua proposição. O segundo diz, que uma produção determina outra produção, ou o consumo da coisa produzida, que é forçosamente paga com outro produto; e por conseguinte sustenta que uma nação é tanto mais rica quanto mais produz, e quanto menos individuos conta improdutivo ou pouco produtivo, que consomem destruindo, para não reproduzir, e que gastam, sem proveito futuro, o que outros produziram. O primeiro confessa que a produção excita a consumir e a produzir, mas sustenta que a precisão determina, ainda com mais certeza, a produção, e aqui conclui que aquilo de que mais carecem hoje as nações industriosas, e particularmente a Inglaterra, é de consumidores improdutivo e não de produtores, e que o governo e os ricos gastem, e não que poupem com o intuito de aumentar o fundo produtivo.

A gravidade da diferença que se nota entre os resultados destes autores, que ambos de boa fé julgam deduzir consequências rigorosas de princípios certos, nos faz ver de quanta importância é a análise estrita de princípios teóricos, que à primeira vista parecem não conduzir imediatamente a resultados práticos. Na questão importante que nos ocupa, parece-nos que M. Malthus entendeu mal os princípios, e deles tirou errôneas consequências; mas, apesar do muito apreço que fazemos de M. Say, não podemos deixar de dizer, que a maneira nimamente geral e até um certo ponto inexacta, com que expôs os seus princípios nesta matéria, tem obscurecido a verdade fundamental, dando uma aparência, não só de paradoxo, mas até de erro, àquilo que é certo e demonstrado. Contudo, não pode haver paridade entre os erros formais e perigosos de M. Malthus, e a mera imperfeição ou falta de rigorosa precisão de certos princípios teóricos, que se pode notar nas ideias de M. Say relativas à produção, das quais não tirou consequência alguma falsa, como fez M. Malthus, interpretando mal estes princípios.

Eis aqui como se exprime M. Say em diversos lugares das suas obras, e no opúsculo que examinamos: «Só a produção é que dá saída aos produtos. Um produto criado é um mercado aberto para outro produto. Quanto mais uma nação produz, mais rica é. Quanto maior é o número dos produtores, maior é o dos consumidores.» Todas estas proposições são verdadeiras, consideradas em geral, mas quando se trata de as aplicar à prática, logo se vê a necessidade de as modificar; e de o não fazer em termos formais e expressos, é que procede a obscuridade da questão, e o dizer M. Malthus que M. Say e seus discípulos consideram os produtos como quantidades algébricas e não relativas ao número e posses dos consumidores. Se com efeito bastasse fabricar para vender, nenhum fabricante experimentaria a menor falta no seu

negócio, pois quanto mais fabricasse mais venderia, e quanto mais vendesse mais meios teria de fabricar. Porém, que isto não acontece assim, nem no interior de um país, nem nas suas relações comerciais com os outros, é verdade tão manifesta que escusa de provas.

Toda a obscuridade procede de não distinguir suficientemente duas coisas, a primeira, os limites de toda a produção, e a segunda, a natureza de cada produto.

Toda a produção é limitada por muitas circunstâncias, e M. Say o reconhece: tais são, a extensão, a natureza e situação do terreno, a sua população, a natureza e quantidade dos seus diversos produtos; e estas mesmas circunstâncias influem no comércio interior, e no exterior. Além disso, a repartição maior ou menor das propriedades, a maior ou menor abundância de capitais, as instituições políticas, e infinitas outras causas limitam ou desenvolvem a indústria de cada nação, e até a de cada província do mesmo Estado. Daqui nasce que a produção de um país é mais precária que a de outro; uma é mais lenta, outra mais rápida, uma pode, quase à vontade, dobrar, e triplicar, outra só admite aumento lento e incerto. Eis aqui sobejas causas que tendem constantemente a destruir o equilíbrio entre os produtos diversos, tanto no interior de um país, como de nação a nação. Toda a produção é feita, não por um cálculo rigoroso dos produtos que deve obter em troca, mas sim por um cálculo aproximativo, fundado na experiência recente de um ou mais anos. Em outras palavras, os meios de produzir de cada um, e o fruto da sua indústria não são quantidades constantes, e por isso aqueles indivíduos que podem aumentar à vontade os seus produtos, estão expostos a não ter para eles extracção; porém isto é só momentaneamente, porque o interesse de cada produtor depressa restabelece a sua produção no nível conveniente; mas enquanto isso não se efectua, podem com efeito resultar dali grandes embaraços a certos produtores.

Em quanto à natureza diversa dos produtos, é de notar que uns são mais necessários que outros, estes mais duráveis que aqueles, uns próprios para todos os mercados, outros só para determinados países e climas; uns produzem-se em todas as estações, outros só se colhem ou fabricam em certos tempos do ano, estes constam de matérias primeiras do país, aqueles fabricam-se com géneros estrangeiros; uns exigem para a sua produção grandes capitais fixos ou mortos, outros mui pouco capital desta natureza; certos produtos, como os da agricultura, são lentos em ser produzidos, e prontamente se consomem, outros, vice-versa. A isto acrescem as operações do comércio de especulação, o qual ajunta produtos, que sabe mui bem não se poderem consumir senão pelo decurso, às vezes de anos; e desta maneira acha-se frequentemente em um mercado o produto de dois e três anos de outra nação, para ser trocado por produtos de dois e três anos futuros do país. Daqui se colhe, que existe uma grande diferença entre os

produtos, da qual resulta, não bastar para que um produto ache comprador, que existam produtos quaisquer, ainda em abundância, mas que para isso é indispensável existirem certos e determinados produtos, em certas e determinadas proporções. Suponhamos, o que muitas vezes tem acontecido, que a Polónia tenha uma grande colheita de grão, que é a sua principal produção; se nesse mesmo ano não houver falta dele na Europa, não terá com que comprar os objectos fabricados, que só pode pagar com trigo, de que ninguém carece. Neste caso é evidente que não há falta de produtos, nem da parte das nações que fornecem a Polónia de objectos manufacturados, nem da parte da mesma Polónia, mas a natureza do produto trigo, que não admite guardar-se por muito tempo, e a falta de precisão dele, tiram ao género o mais precioso da terra todo o seu valor. Não resta outro recurso à Polónia senão sacrificar uma porção do seu capital, proveniente de lucros anteriores, para se fornecer dos objectos indispensáveis, dos quais por conseguinte só compra os mais necessários, e em pequena quantidade.

Destas considerações se colige, que não é a simples quantidade absoluta nem relativa dos produtos tomados indistintamente, que facilita a troca recíproca de todos eles: e neste sentido, posto que a produção determine a produção, não é qualquer produção que determina qualquer outra indistintamente. É certo que um país não pode aumentar a sua produção sem aumentar a sua riqueza, e que todas as vezes que este aumento de produção se observa, onde quer que seja, de *um modo permanente*, é sinal infalível de prosperidade, e indica a existência de outros produtos com que esta produção aumentada é paga. Mas daqui não se segue que não possam enganar-se os particulares *temporariamente* na extensão dada às suas produções, posto que, a não serem os estorvos das nossas viciosas instituições sociais, pouco poderiam durar estes enganos, e ainda que no estado presente, fora dos casos de crises extraordinárias, pouco tempo persistem.

Cumpré pois confessar que certos produtos (não todos, como diz M. Malthus) podem em certos tempos e lugares achar-se momentaneamente em excesso, não só em razão da diminuição absoluta de produtos no mercado, mas ainda pela falta de certos e determinados produtos que só convêm ao vendedor; e até pode existir este excesso de produtos oferecidos, havendo no mercado superabundância de outros produtos, com que de ordinário os primeiros se costumavam pagar, mas que perderam todo o seu valor por abundarem em todos os mercados. Por estes princípios é fácil explicar o facto sobre que versa a questão da superabundância das fazendas, inglesas, francesas, alemãs, etc. nas quatro partes do mundo, que se manifestou depois da última paz geral e cujos efeitos ainda se fazem sentir, e provavelmente acabarão por mudar inteiramente a direcção da indústria e das relações comerciais entre as nações.

Tudo o que é humano tem limites, passados os quais o bem se torna em mal. De tudo aquilo de que o homem usa pode abusar, e um primeiro abuso conduz a um abuso maior, o qual não se pode desarraigá-lo sem grande dificuldade, e, muitas vezes, sem grave dano e risco. Isto se aplica ao físico como ao moral, aos indivíduos e às nações. Todo o vigor factício, todo o desenvolvimento de acção violento, e em uma palavra, todo o estado forçado, e produzido por meios que só dão energia momentânea para depois esgotarem as fontes naturais dela, são perniciosos, e dentro de mais ou menos tempo, produzem males, que espantam quem se deixou iludir de falsas aparências. A história de todas as nações nos oferece inumeráveis provas instrutivas, e infelizmente desprezadas, da diferença que existe entre os Estados dotados de verdadeira força, grandeza e prosperidade, e aqueles cuja força e riqueza são efêmeras, aparentes e mal seguras. A rápida elevação dos segundos e a sua decadência ainda mais pronta, contrasta com o lento progresso e longa duração dos primeiros, cujo vigor resiste por muito tempo à decadência, que cedo ou tarde destrói quanto é obra de mortais.

Fazendo aplicação destes princípios incontestáveis à questão que nos ocupa, diremos, e M. Say não o negará, que a Inglaterra, (e em muito menor grau alguns outros Estados) na situação forçada em que a pôs a sua ambição nestes vinte e cinco anos, e nas circunstâncias a que ela reduziu o resto do mundo, por efeito do seu sistema político-comercial, devia necessariamente experimentar uma terrível crise, há muito antevista e prognosticada, que está ainda bem longe de ter terminado, e cujas consequências parecem ainda mais terríveis do que as calamidades já experimentadas pelo povo inglês. A Inglaterra, depois de haver despojado grande parte do mundo, e de ter concentrado imensos capitais, de posse de uma prodigiosa marinha e da melhor parte do comércio, viu crescer por algum tempo o consumo de todos os seus produtos de uma maneira pasmosa, e, não lhe faltando os meios de produzir, foi rapidamente aumentando os seus produtos. Mas ao passo que ela prosseguia nesta próspera carreira, ia crescendo a passos de gigante a dívida nacional e iam aumentando os impostos, cujo efeito era de encarecer os produtos da agricultura e das fábricas, de aumentar os males causados pela nímia desigualdade na repartição da propriedade, diminuindo de dia em dia o aumento dos consumidores produtores, e aumentando o dos consumidores ociosos. Isto acontecia no interior da Grã-Bretanha. Vejamos o que se passava entre as mais nações, quase sem excepção. Todas sofreram grande perda de cabedais, e por conseguinte grande diminuição de riqueza e de meios de produzir e de adquirir; porém por uma melhor divisão da propriedade em França, e por um melhor emprego de capitais restantes em quase toda a Europa continental, aumentou-se muito a agricultura e a indústria fabril. Quando veio a paz, cessaram para a Inglaterra todas as vantagens que até então tirava da falta de concorrência nos mercados,

e nos mares, onde só quase navegavam seus vasos; sofreu da concorrência dos produtos da França e dos da Alemanha, sofreu ainda mais do estado de empobrecimento geral e progressivo dos povos, que até ali consumiam os seus produtos sacrificando continuamente porções de capital, dos quais muitos lhe eram indispensáveis, ou para o prosseguimento da guerra, ou para suprir necessidades urgentes, que o estado agitado do país, a falta de braços e a dificuldade de comunicações interiores tornavam indispensáveis. Depois de tão inauditos esforços e sacrifícios, quando se fez a paz, cada um tratou de poupar e não de dispendar, cuidou em diminuir os gastos de luxo, ao mesmo tempo que a difusão geral de todos os conhecimentos teóricos e práticos em química e em mecânica, multiplicou em todos os pontos da Europa as empresas de fabricação, procurando cada nação suprir as suas necessidades pelo trabalho e indústria de seus cidadãos. Não há um só país em que isto não se observe, e com satisfação e gosto temos sabido que, até no nosso Portugal, debaixo das mais infustas circunstâncias, há não poucos gêneros de fabricação que têm feito progressos, como são os lanifícios, os tecidos de seda, a arte do tintureiro, as saboarias, etc. Enquanto as nações da Europa diminuíam o seu consumo de gêneros fabricados fora do seu território, e aumentavam os produtos das suas próprias manufacturas, a Inglaterra, bem longe de aumentar, antes diminuía o consumo dos produtos territoriais e fabricados dos mais países, e até a introdução do trigo foi sujeita a tais direitos, para favorecer os proprietários e rendeiros ingleses à custa do resto da nação, que a sua importação em Inglaterra se tornou os mais dos anos impossível.

Estas circunstâncias, e outras com elas intimamente ligadas, assaz explicam, a nosso ver, a causa imediata da estagnação do comércio da Grã-Bretanha, a qual queria vender cada vez mais, sem querer comprar, e quase só exigindo dinheiro em pagamento dos seus produtos, género em toda a parte mui raro, porque todas as transacções comerciais pelas quais cada nação o costumava adquirir, tinham há muitos anos sido interrompidas ou mui limitadas, além de outras causas internas que se opunham a este emprego da moeda. A isto acresceu também, que a carestia da fabricação em Inglaterra fez que os fabricantes desta nação começaram a alterar os seus produtos, dos quais muitos, e particularmente os de algodão e lã perderam grande parte da reputação de boa qualidade, que dantes tinham com razão granjeado. É pois certo que, nas circunstâncias em que se achava a Europa, foi excessiva a produção das fábricas inglesas relativamente aos meios e à vontade de comprar das outras nações, e também relativamente às posses dos consumidores ingleses; mas é igualmente certo e inegável, como observa com razão M. Say, que se a Inglaterra renunciasse ao regime proibitivo, se diminuísse os seus enormes gastos, se por uma melhor repartição da propriedade, e removidos os obstáculos à produção, aumentasse o número dos homens laboriosos e diminuísse o dos mal

pagos e indigentes, cresceria em riqueza, em povoação, e o que mais ainda importa a uma nação, conseguiria possuir o maior número possível de cidadãos felizes e independentes. Em uma palavra, aumentaria em Inglaterra todo o género de produtos de consumo geral, e todos achariam melhor venda, à excepção de certos artigos de luxo, que só convêm a um punhado de homens na sociedade. Haveria alguma mudança na natureza dos produtos, mas a massa total da produção e do consumo seria tanto maior, quanto mais igualmente repartida.

Quando M. Say diz que a produção determina a produção, expõe um princípio geral, o qual para se aplicar à prática precisa ser modificado. É necessário ajuntar a esta proposição a cláusula seguinte. A criação de um produto determina a produção de outro ou de outros equivalentes, quando todos são adaptados ao uso dos produtores respectivos. Isto é o que acontece no comércio interior de um país, no qual a extensão e natureza dos objectos de consumo são conhecidos, não aumentando senão gradualmente, uns a par dos outros, e nas devidas proporções. Outro tanto se verifica, até um certo ponto, entre nações diversas, em tempos tranquilos, e quando o consumo é pouco variável ou regularmente progressivo. Neste sentido é que duas produções se excitam mutuamente, porque seguem iguais proporções, determinadas pela recíproca utilidade e conveniência. Não assim quando uma grande produção não está em relação habitual com outra, ou não tende a despertar outro género de indústria. Uma carregaçào de leques na Noruega, de fogões de sala no Brasil, de peles de luxo na costa de África, de trigo em Polónia, de vinho em Espanha e Portugal, de ferro na Suécia e de carvão de pedra em Inglaterra, por certo não excitará nenhuma indústria, nem determinará produto algum que se destine a ser dado em troca. Tampouco uma carregaçào de livros, em países rudes, de pêndulas, de bronzes, em terras onde o luxo é apenas conhecido, achará saída, não porque ali falem produtos, mas porque os que se oferecem não convêm aos habitantes, que de boa mente comprariam igual valor de artigos próprios ao seu uso e gosto, mas não coisas que para eles não têm préstimo.

Mas, como já dissemos, estas irregularidades são de pouca dura, e bem depressa o equilíbrio se estabelece entre os diversos géneros de produções, que a cada país convêm dar e receber. Aqueles, que por cálculo mal entendido combinaram mal os seus estabelecimentos e fizeram desembolsos excessivos, terão por força que sofrer, se lhes vier a faltar a extracção para os seus produtos, ou se forem obrigados a abandonar a fabricação. Estes são males inevitáveis em todas as empresas humanas, mas tornam-se terríveis quando fazem parte de um sistema nacional, como acontece em Inglaterra. Os remédios para o mal são todos perigosos e violentos, e nenhum que seja radical é praticável sem causar grave dano a todos os indivíduos os mais opulentos da nação: por isso, todos os que interessam na duração do estado actual da Inglaterra, procuram

com razão afastar toda a reforma radical, a qual seria equivalente a uma completa revolução política; mas, por mais que façam, não podem apontar remédio algum eficaz para males incontestáveis. Por esta razão vemos M. Malthus confessar a um tempo o muito que a Inglaterra lucrou pela última guerra, o muito que perdeu pela paz, deplorar os males ainda maiores que, a seu ver, resultariam hoje da sua extinção, confessar que os obstáculos à agricultura e ao comércio livre são nocivos, e advertir que se não poderiam remover sem inconvenientes graves, e lamentar enfim o demasiado desenvolvimento da indústria, à qual deve a Inglaterra a sua riqueza, tão exaltada até por ele mesmo.

Como M. Malthus não ousa tocar em nenhuma das causas radicais do mal, é forçoso que recorra a paliativos. Por isso, atribuindo parte da estagnação actual dos produtos das fábricas à diminuição do consumo interior, recomenda aos ricos e ao governo todo o género de gastos improdutos, e deplora que o governo se visse forçado pela paz a deixar de pagar tantos soldados e outros indivíduos não produtores mas consumidores. Para auxiliar as classes inferiores, que morrem de fome por falta de ocupação, quisera que os ricos tivessem maior número de criados, que edificassem palácios, e empreendessem em geral, tanto eles como o governo, obras de mero luxo, ou, pelo menos, daquelas que se não vendem nos mercados. M. Malthus mostra hoje tanto horror aos produtos e aos produtores, quanto mostrou no seu *Ensaio sobre a Povoação* ao grande número de bocas na sociedade. Em uma palavra, todo o seu ponto é provar a grande utilidade dos consumidores improdutos, e o grande excesso que hoje há em todo o mundo, e particularmente em Inglaterra, de produtores.

M. Say prova sem réplica toda a falsidade deste raciocínio, e mostra com evidência, que o consumo geral é tanto mais considerável quanto maior é o número dos produtores consumidores. Com efeito, todo o homem que gasta um rendimento, para cuja produção não contribuiu com trabalho ou indústria, gasta aquilo que outros produziram, e que passando por suas mãos não pode adquirir maior valor; e se gasta este rendimento improdutivamente, em festas, bailes e outros objectos de luxo, por certo redonda este gasto muito menos em utilidade geral da sociedade, do que, se parte ao menos deste rendimento fosse empregado em produzir coisas úteis, em melhorar processos de agricultura, de indústria, ou em favorecer a educação, as artes, etc. Como é possível persuadir-se que um laçao, um soldado, um pensionado do governo sem emprego útil, e tantos outros ociosos, gastem mais utilmente o seu salário, do que se cada um deles o ganhasse por um trabalho útil, e produtivo para a sociedade de valores reais! Como é crível que o ocioso que desperdiça o que o laborioso ganhou, seja mais útil que ele! Não é pelo contrário evidente que, a não existirem estas sanguessugas do Estado, o que elas disfrutam e consomem sem proveito futuro, se repartiria pelos membros industriais da sociedade, os quais

então consumiriam muito mais do que hoje fazem, gozariam de maior felicidade e de maior descanso, e sendo maior o número dos produtores, cada um trabalharia menos e ganharia mais do que hoje.

Não é nossa intenção negar a utilidade da concentração da riqueza nas mãos de alguns indivíduos, particularmente quando os possuidores são homens amantes da pátria, da agricultura e das artes úteis. É certo que há muitas circunstâncias em que um capital é capaz de operar grandes e úteis resultados, dirigido por um só dono, e que repartido por muitos pouco bem poderia fazer; mas estas desigualdades de fortuna nunca deixarão de existir na sociedade, ainda subsistindo as mais estritas leis de repartição igual das sucessões. Além de que, em todo o país em que houver muitos proprietários abastados mas não excessivamente ricos, será muito mais fácil formar associações para empresas grandes, úteis e proveitosas, do que em países em que se encontram fortunas imensas a par da miséria geral, como se observa em Espanha, e se observava na França, onde tudo o que se nota de verdadeiramente grande foi feito pelo governo, isto é à custa da nação, quando Veneza, Florença, Génova, a Holanda e os Estados Unidos nos mostram quanto podem simples particulares possuidores de riquezas adquiridas pelo seu trabalho e indústria. Parece incrível que homens que têm meditado as questões de economia política e que têm algum conhecimento da história e da situação dos diversos Estados do mundo, se atrevam a fazer hoje o elogio do luxo e da prodigalidade, e declamem contra a frugalidade e a indústria! Quando vemos M. Malthus atribuir em grande parte a estagnação dos produtos da sua pátria às despesas diminuídas do governo e dos ricos, e a miséria do povo inglês às muitas mil pessoas que deixaram de receber soldo do governo, parece-nos estar ouvindo o Abade Maury na Assembleia Nacional de França quando profetizava a miséria geral e a ruína da agricultura, que resultaria da supressão dos mosteiros e da venda dos bens eclesiásticos, e a impossibilidade de sustentar os muitos indivíduos que o clero alimentava. O profeta viveu bastante tempo para ver plenamente desmentida a sua profecia, e hoje está reconhecido que as propriedades do clero as mais bem cultivadas, deram, uma vez repartidas em pequenas porções, incomparavelmente maiores produtos, e sustentaram uma povoação maior e mais farta. Outro tanto aconteceria a M. Malthus se algum dia, por uma catástrofe que parece inevitável, vier a melhorar a sorte das nove décimas partes da nação inglesa, com algum prejuízo do décimo restante.

As três primeiras cartas de M. Say são relativas à mencionada questão; a quarta diz respeito às máquinas e outros inventos para abreviar o trabalho, e nela prova com muita clareza, e contra M. Owen e M. Sismondi, que os inconvenientes delas são passageiros e insignificantes, comparados com as suas vantagens. Funda-se em um princípio que nos parece ser incontestável, e vem a ser, que, quanto menor é o custo da produção em um artigo, mais abundante é o produto, mais crescem os

outros produtos, e por conseguinte a riqueza da nação. Na quinta e última carta combate a definição de riqueza dada por M. Ricardo e por M. Malthus, e mostra que a ideia de riqueza é inseparável do valor das coisas possuídas, e se mede pela quantidade de objectos necessários ou úteis, que a troca destas coisas se podem obter.

Alguns outros pontos, tratados de passagem nesta interessante obra exigiriam ser examinados com miudeza, porém, reservamos para outra ocasião, o tratar daqueles que não fizeram parte do artigo em que analisamos a obra recente de Godwin sobre a população.

Não podemos terminar este artigo sem de novo deplorar a sorte da única nação, cujo governo iludido pela ambição de dominar, e pela insaciável cobiça de adquirir, concebeu a louca ideia de abarcar todas as riquezas e de substituir a indústria própria à de todas as mais nações. O fruto de tão insensato projecto foi precipitar-se em um abismo de males, de esgotar as fontes de riqueza, de despertar os mais povos do letargo em que jaziam, de lhes fazer ver os seus verdadeiros interesses, e a estrada da felicidade e da independência. Oxalá que eles não tardem em aproveitar tão útil lição, e que saibam evitar os erros funestos que a instantes de ventura fascinante fizeram suceder males cruéis, presságios ainda de males maiores! Oxalá também que, estudando profundamente a importantíssima história dos progressos da Inglaterra no decurso destes cinquenta anos, saibam distinguir os imensos bens, filhos das instituições benéficas, dos conhecimentos úteis e do génio inventor dos homens, não os confundindo com os abomináveis frutos de uma injusta e falaz política!

E voltando os olhos à nossa querida pátria, fazemos ardentes votos, para que, instruída pelos exemplos alheios e próprios, saiba evitar os escolhos, e seguir a carreira segura do melhoramento e extensão da agricultura, e de todo o género de indústria compatível com os nossos meios e precisões. Posto estarmos menos adiantados que algumas das principais nações da Europa, confiamos que, entre os nossos concidadãos sensatos e instruídos, nenhum se achará que tenha a audácia de dizer aos seus compatriotas o que acaba de proferir na tribuna da Câmara dos Deputados de França um membro, que infelizmente exprime os desejos de quase toda a classe das ordens antigamente privilegiadas, à abolição de cujos privilégios deve a França o estado próspero da sua agricultura e indústria, tão superior ao que fora nos tempos mais felizes anteriores à Revolução, cujos males só a extinção dos estorvos à indústria podia reparar.

M. de Labourdonnaye, na sessão de 28 de Fevereiro do presente ano, exprimiu-se da maneira seguinte: «Nada é mais funesto que a divisão das propriedades. O comércio e a indústria, que de dia em [dia] vão crescendo em prosperidade, ameaçam de devorar a França... É preciso paralisar a influência da população industrial e comerciante sobre a população agrícola, e evitar que se venha a realizar uma igualdade

agrária, funesta aos Estados monárquicos, nos quais a concentração das propriedades é um elemento necessário.*

Nenhuma nação pode melhor que a nossa apreciar o horroroso absurdo destas máximas anti-sociais e anti-monárquicas, e que só convêm ao bárbaro feudalismo. Em nenhuma são mais patentes e multiplicadas as provas dos males causados pela falta de indústria e de comércio interior, e pelo sistema de concentração da propriedade territorial que tem reduzido a melhor parte de Portugal a um árido deserto. A comparativa prosperidade e povoação do Minho, onde as propriedades são mais repartidas, e a indústria e comércio muito mais consideráveis que no resto do reino, é prova irrecusável do princípio fundamental, que todos os géneros de indústria concorrem para aumentar a riqueza, e que um Estado é tanto mais feliz e poderoso, quanto maior é nele o número dos proprietários, ou o que vem a ser o mesmo, quanto menos concentrada está a propriedade nas mãos de poucos, e quanto mais próspera a indústria e o comércio a par da agricultura, promovendo-se de mãos dadas.

AN INQUIRY CONCERNING POPULATION, ETC.,
OU INVESTIGAÇÃO ACERCA DA POPULAÇÃO E DA FACULDADE
DE MULTIPLICAÇÃO NA ESPÉCIE HUMANA; OBRA DESTINADA
A REFUTAR A DOCTRINA DO ENSAIO DE M. MALTHUS SOBRE
ESTE ASSUNTO. POR W. GODWIN. LONDRES, 1820^a

Quem consulta os anais das nações com olhos de observador, encontra, entre mil outras verdades instrutivas, provas repetidas da facilidade com que os homens acreditam o erro, do ardor com que o defendem, da grande resistência que opõem à verdade quando pela primeira vez a encaram, e da tibiez com que pugnam por ela, ainda depois de convencidos. A causa principal de um facto infelizmente tão geral, deriva da natureza mesma do homem, o qual sendo um composto de inteligência e de paixões, é sempre muito mais facilmente e com mais força arrastado por estas, que dirigido pelos ditames da sã e cordata razão. O dom de raciocinar, o mais brilhante privilégio do homem, requer grande exercício e circunstâncias não comuns para se desenvolver, e ainda apesar de todos os esforços e fadigas, é tal a imperfeição dos conhecimentos, tal a dificuldade de observar, tais as complicações que dificultam o estudo de factos particulares, que o homem o mais estudioso, e de boa fé dado à investigação da verdade, depois de profunda e árdua contemplação, acaba as mais das vezes por duvidar. Destarte a razão, já tão repousada e cautelosa quando se compara com a violência e arrojo das paixões, ainda perde da sua força pela incerteza em que o raciocínio deixa não poucas vezes o espírito humano. As paixões são prontas em impelir, prontíssimas em executar, e tanto mais dócil acham o homem, quanto menos influência exerce nele a razão.

Não nos admiremos pois de ver tantos erros ainda acreditados, tantos de novo reproduzidos; não estranhemos quão difficil é manter verdades há séculos demonstradas, com que facilidade vãos sofistas lhes substituem as mais absurdas opiniões, quando lisonjeiam as paixões e os interesses dos indivíduos a quem elles se dirigem. E como certas verdades pela sua evidência, não admitem ser contestadas, estas, quando o interesse o requer, ou quando o espírito está iludido, primeiro se procuram obscurecer, para depois se poderem atacar com argumentos capciosos.

Tais são as reflexões que suscitou em nosso espírito a leitura da obra de M. Malthus sobre a população, as quais muito mais se avivaram lendo o excelente livro em que M. Godwin refuta aquelle autor. O objecto sobre que versa a questão é daqueles que em todos os tempos estiveram patentes à observação dos homens, e que sempre occuparam

^a Tomo XII, Abril 1821, Parte I, pp. 63-104.

os governos e os filósofos, e sobre o qual, por consequência, era de esperar que houvesse conformidade de opinião no cabo de tantos séculos de aturada observação, em matéria de facto, e não das mais complicadas por sua natureza. Trata-se de saber qual é a multiplicação natural dos homens sobre a terra, qual o seu progresso e quais os seus limites, para daqui se deduzir se devemos favorecer, ou obstar ao aumento do número dos indivíduos da espécie humana.

Alguns autores tinham já vagamente dito, que a espécie humana crescia em número à medida que achava de que se alimentar, e houve quem afirmasse que em circunstâncias mui favoráveis podia a propagação crescer a ponto de dobrar o número dos membros de uma sociedade, dentro de vinte, de quinze, de dez, e até de sete anos. Sem falar no jesuíta Peteau, que a tão pouco custo povoou de gente o globo depois do dilúvio, e de quem Voltaire, com a sua inimitável e profunda jocosidade, diz que «o bom do padre não sabia que coisa era fazer-se filhos e criá-los», pode citar-se Cumberland, e recentemente o reverendo M. Townsend na sua *Viagem de Espanha*. Este último escritor, depois de comparar a espécie humana às cabras, aos coelhos e outros animais, pelo que diz respeito à fácil multiplicação da espécie, faz um cálculo do qual resulta, que dentro de 129 anos a descendência de um homem com sua mulher, seria de 188 indivíduos, ou 94 vezes o número primitivo, e isto dando quatro filhos a cada par, e supondo que os homens casem na idade de 21 anos e as mulheres na de 19, e que hajam de viver até 50 anos. O mesmo autor refere a milagrosa multiplicação dos israelitas, que de 60 que eram quando entraram no Egipto, se achavam 430 anos depois, no país de Gossen, em número de 603.550 homens em estado de tomar as armas, sem contar os levitas. Mas tudo isto é nada em comparação de um caso citado pelo mesmo autor, e extraído de Feijó, autor judicioso, mas cujas obras encerram não poucos contos absurdos, como acontece a todos os escritores do seu tempo, e aos da antiguidade ainda os mais distintos. Vamos copiar a passagem de Feijó, citada por M. Townsend.

«O padre Feijó conta que, em 1590, um homem e quatro mulheres, escapados de um naufrágio, aportaram à ilha dos Pinheiros perto de Madagáscar, onde achando abundância de bons frutos, por tal sorte multiplicaram, que eram em número de doze mil, quando os Holandeses os descobriram.»

M. Townsend ajunta, que talvez algumas pessoas duvidem deste facto e o achem exagerado, e consente a diminuir algum tanto o número dos descendentes destes naufragados. Ora é preciso não ter noções algumas de aritmética, nem das leis da natureza, e das proporções entre os nascimentos e mortes, para poder repetir como facto, não dizemos provável, mas simplesmente possível, um absurdo tão manifesto, uma impossibilidade matemática. Pelo cálculo inadmissível de M. Townsend acima exposto, quatro homens e quatro mulheres não produziriam no cabo de 129 anos senão 732 indivíduos, e por certo não

mediaram tantos anos entre o naufrágio suposto das 5 referidas pessoas e a descoberta da ilha milagrosa pelos holandeses. Requer-se fê bem robusta para acreditar semelhantes fábulas, e ainda maior ousadia para as citar como provas de um sistema em nossos dias.

Mas tudo isto não eram mais que meras asserções de que ninguém fazia grande caso, e que pessoa nenhuma sonhava poderem aplicar-se ao estado actual das sociedades cultas, ou servir de regra aos homens que dirigem os Estados. M. Malthus é o primeiro que reduziu a sistema a suposta tendência da espécie humana a multiplicar excessivamente, e que tirou dela consequências capazes de modificar a legislação dos Estados, e de dirigir os particulares nos seus deveres sociais. Foi ele quem em 1798 reduziu a sistema uma doutrina inteiramente nova, e oposta a todas as opiniões até ali recebidas, relativamente à população dos Estados. Os seus princípios ou proposições fundamentais, são em pequeno número, e mui simples. Os argumentos em que o autor os estriba, são poucos, e expostos em breves palavras. É portanto mui fácil dar uma ideia do sistema, e apreciar o seu merecimento.

Eis aqui as proposições fundamentais de M. Malthus acerca da multiplicação da espécie humana.

1º A espécie humana tende constantemente a duplicar, de vinte e cinco em vinte e cinco anos, e até em menos tempo, todas as vezes que este progresso não é contrariado por certas causas.

2º As causas que se opõem ao progresso indicado da população, são todas aquelas que tendem, de qualquer modo, a abreviar a vida do homem; e todas se podem incluir debaixo da denominação de *vício* e *miséria*.

3º Estas causas obstam ao progresso da população principalmente aumentando a mortalidade das crianças. As perdas causadas pelas guerras e por doenças contagiosas ou epidémicas, são prontamente reparadas, todas as vezes que há abundância de alimentos.

4º A população não tem outros limites senão a quantidade de mantimento, produzido no país.

5º A população tende sempre a crescer em progressão geométrica, e as alimentos só podem crescer em progressão aritmética, de modo que, aumentando a população do dobro, de 25 em 25 anos, os mantimentos só podem aumentar, em iguais tempos, pela adição da quantidade primitiva.

A população crescerá pois, de vinte e cinco em vinte e cinco anos, como 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256 e os mantimentos como 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9.

6º Por conseguinte, quanto mais crescer a população, mais diminuirão os víveres, e maior será a miséria.

7º Não só o mal é futuro, mas desde já se faz sentir em todos os países do mundo, e, qualquer que seja a produção de mantimentos, sempre será insuficiente para os habitantes, dos quais uma boa porção está conti-

nuamente ameaçada de morrer de fome; e outro tanto acontecerá desde o momento actual até que o globo inteiro esteja cultivado como um jardim.

8º Esta tendência da população a multiplicar, é o maior de todos os males a que está sujeita a espécie humana, e em comparação da sua gravidade, devem considerar-se as instituições sociais como causas ligeiras e insignificantes, e os males que elas podem produzir, como mui leves.

9º O primeiro e mais importante dever dos governos e dos particulares, é obstar, por todos os meios, ao aumento da povoação, a qual, por mais que os homens façam, tende constantemente a exceder os meios de subsistência.

Em quanto aos meios que o autor propõe para atalhar a funestíssima multiplicação da espécie, deixaremos a exposição e exame deles para remate do que vamos dizer sobre as precedentes proposições, que são a base do sistema.

As provas desta doutrina são as seguintes.

1º Alguns autores têm afirmado que a espécie humana é susceptível de multiplicar em dobro dentro de vinte e cinco, de vinte, de dez e até de sete anos.

2º A experiência da América Setentrional há cento e cinquenta anos para cá, mostra que a povoação tem ali dobrado constantemente em menos de vinte e cinco anos; e isto é demonstrado pelos três censos feitos em 1790, 1800 e 1810, dos quais o primeiro deu pessoas brancas e livres 3.164.148, o segundo 4.312.841, o terceiro 5.862.091, aumento diz M. Malthus, reconhecidamente devido à simples procriação dos habitantes.

M. Malthus confessa que o território dos Estados Unidos é o único país do globo antigo e moderno em que se tem observado um semelhante aumento de habitantes, e afirma que no resto do mundo a população está quase universalmente estacionária há séculos, e que se em alguns países cresce, é muito lentamente, de maneira a dobrar só dentro de 100 ou de 150 anos.

A primeira coisa que salta aos olhos do menos perspicaz observador, é que, ainda supondo verdadeiro o que se deduz dos censos americanos, é este um facto único, o qual, fazendo excepção, é por M. Malthus convertido em regra, contra todos os ditames da lógica. Mas logo veremos que este suposto facto não só não forma excepção à lei geral da população, mas antes a corrobora.

M. Godwin é o primeiro autor que atacou nas suas bases o *Ensaio sobre a População*; antes dele muitos escritores em Inglaterra o tinham combatido, mais pelas consequências a que ele conduz, do que por um rigoroso exame dos princípios em que se estriba. Em França M. Sismondi na sua última obra consagra um capítulo à refutação das opiniões de M. Malthus acerca da população; mas também considerou mais o que diz respeito às proporções entre os meios de subsistência e o número de habitantes, que o princípio fundamental da suposta tendência da população a crescer em progressão geométrica de 25 em 25

anos, pelo menos. Estava reservada esta glória a M. Godwin, cuja primeira obra *Da Justiça Política*, excitou M. Malthus a escrever o seu *Ensaio sobre a População* em 1798. M. Booth, matemático distinto, e amigo de M. Godwin, ajuntou uma memória à obra deste autor, na qual examina a fundo, e prova a falsidade das razões matemáticas em que M. Malthus pretende fundar-se, tirando de dados gratuitos e puramente hipotéticos conclusões práticas. Desta maneira, prova que as tábuas imaginárias são absolutamente inaplicáveis à questão, visto que não são mais que inferências de uma suposição inadmissível. Tal é a que serve de base à tábua que Euler calculou a rogos de Sussmilch, autor bem conhecido de estatística em Alemanha. Supõem-se dois casados, cada um de 20 anos de idade, e que a mulher pare três vezes a fio gémeos, um macho outro fêmea, que estas crianças nascem nos anos 22º, 24º e 26º da vida dos pais, e que estes vivem 40 anos, e então morrem; e finalmente, que cada par sucessivo casa da mesma idade, tem o mesmo número de filhos e na mesma ordem, e morre da mesma idade. M. Booth diz com superabundante razão, que fundar sobre semelhantes recriações aritméticas sistemas relativos ao progresso real da população, é indigno do filósofo, e que citar Euler como autoridade nas conclusões que M. Malthus tira da sua tábua, é ao mesmo tempo insultar a memória de tão grande matemático, e abusar sem pejo de uma ciência exacta, que nunca se presta a servir o erro senão quando é mal aplicada.

A verdade é, e Sussmilch o confessa, que Euler nada mais fez que calcular, segundo os dados que lhe deu o seu colega académico, e sem se inquietar do uso que este faria da tábua, que qualquer principiante em matemática pudera calcular, tão bem como Euler. E o caso é, que Sussmilch não tirou dela as conclusões, que só M. Malthus descobriu nesta tábua imaginária, que forma uma das bases principais do seu sistema. A segunda prova é, como já dissemos, o aumento da população nos Estados Unidos. Os mais argumentos consistem em meras asserções não fundadas em factos nem em princípios demonstrados; e posto que uma delas seja do célebre Franklin, como não é mais que asserção não merece ocupar-nos.

M. Booth, não contente de ter mostrado a futilidade de tirar de cálculos fundados em suposições quiméricas, resultados aplicados ao mundo real, faz ver que ainda nestas imaginárias suposições, e segundo esta tábua de Euler, pela qual o primeiro par teria no cabo de 300 anos crescido ao número de 4.003.954 pessoas, não existe nem pode existir aumento da população em progressão geométrica, e que isso é igualmente impossível em uma colónia recente formada de um número mais ou menos considerável de pares adultos. Além das doenças e de outros accidentes de que se não faz caso nesta tábua, basta reflectir que, posto que em diversas épocas os números cresçam em uma progressão qualquer, não representam estes números individuos idênticos, pois uns oferecem maior ou menor proporção de crianças e

de adultos, e que, para o objecto da reprodução, não se podem substituir aqueles a estes, nem os velhos às duas primeiras classes.

Vamos examinar o argumento tirado do notável aumento da povoação dos Estados Unidos; dizemos dos Estados Unidos, porque anteriormente ao ano de 1790 no qual se fez o primeiro censo, não existe um só documento autêntico, ou pelo menos, digno de algum crédito, sobre a povoação da porção da América setentrional, que hoje forma aquela república. E ainda este primeiro censo não tem todo o valor, visto não se ter nele suficientemente distinguido os indivíduos segundo as suas idades, como melhor se executou nos censos posteriores de 1800 e 1810.

Antes de analisar os resultados dos três censos americanos, cumpre fazer algumas observações preliminares, indispensáveis para a boa intelligência da questão, expostas e desenvolvidas com muita sagacidade por M. Godwin.

Todas as noções de estatística que há um século se têm podido coligir, concordam em mostrar a grande uniformidade das leis da natureza relativamente à reprodução da espécie. A proporção dos nascimentos e dos óbitos, o número dos machos e das fêmeas, a proporção de crianças por cada casamento, o número de casamentos relativamente ao total dos habitantes, e as proporções das idades, nos Estados antigamente policiados, são factos em que, quanto mais se tem observado, mais conformidade se tem achado entre regiões, climas e povos diversos. Apesar da grande imperfeição dos trabalhos de estatística em toda a Europa, contudo, aqueles países em que por mais longo tempo e com mais cuidado se têm prosseguido censos e mapas de população, de nascimentos e de óbitos, dão resultados mui análogos entre si. Além de muitas outras importantes inferências, resulta uniformemente de todos estes documentos, que a espécie humana tem uma mui pequena tendência a aumentar de modo regular e permanente. Nos países mais favoravelmente situados, menos sujeitos a doenças e a emigração, onde os costumes são puros, os casamentos mui numerosos e a fecundidade das mulheres não inferior à de qualquer outro clima, como na Suécia, por exemplo, a povoação parece poder dobrar em 100 ou 150 anos; mas esta mesma aparência não persiste em períodos regulares e sucessivos, e pode afoitamente afirmar-se que nem a Suécia, nem país algum do Velho Mundo tem dobrado de povoação em 150 anos; e é ainda mais certo que o mundo conhecido não contém mais gente hoje do que há 2000 anos, e a muitas pessoas parece, como a Montesquieu, que o globo contém hoje muito menos povoação. O que alguns autores têm afirmado, para fazer crer que a povoação tem dobrado em certos países dentro de 100 anos, é fundado em suputações gratuitas da povoação dos tempos passados, e que estão em manifesta contradição com todos os dados os mais bem estabelecidos da aritmética política. Por exemplo, M. Rickman quer persuadir-nos, que em Inglaterra, não tendo o termo médio dos óbitos variado por espaço de 21 anos, desde

1780 a 1800, havia contudo neste intervalo crescido a sua população de 2.535.000 almas! Coisa tão incrível, que basta fazer dela menção para a refutar. População progressiva com mortalidade estacionária denota erro manifesto, ou no censo da povoação, ou nos registos dos óbitos. Os cálculos de M. Rickman sobre a povoação da Inglaterra desde o princípio do século passado, estão igualmente em contradição com todos os elementos conhecidos de suputação, seja por fogos, ou pelo termo médio da vida do homem, ainda calculando-o ao alto grau de 33 anos, com Price. Em uma palavra, o que é certo e autêntico são as tábuas da Suécia começadas por M. Wargentin em 1751, prosseguidas de 3 em 3 anos até 1755, e desde então, de cinco em cinco anos até ao dia de hoje. A povoação em 1751 era de 2.229.611 almas, e em 1805 (antes da separação da Finlândia), de 3.320.647; isto é, cresceu de 1.091.016, ou de metade proximamente. Como os documentos suecos são os únicos realmente dignos de fé, e continuados por tempo dilatado, vamos dar aqui a tábua geral do aumento da povoação daquele reino desde 1751 até 1805, não por cálculos ou suputações, mas deduzindo de enumerações formais, exactas, minuciosas, e feitas com o maior cuidado, e com distinção de idade, de sexo, e de estado de solteiro ou casado. Dela se verá a irregularidade do aumento.

Anos	Povoação	Intervalo	Aumento	Proporção
1751	2.229.611			
1757	2.323.195	6 anos	93.534	1/24
1760	2.367.598	3 anos	44.403	1/52
1763	2.446.394	3 anos	78.796	1/30
1775	2.630.992	12 anos	184.598	1/13
1780	2.782.168	5 anos	151.176	1/10
1795	3.013.731	15 anos	261.563	1/10
1800	3.182.132	5 anos	138.401	1/22
1805	3.320.647	5 anos	138.515	1/23

É de notar que, de quantos países civilizados conhecemos, a Suécia é talvez o mais próprio para fazer a experiência relativa à lei da população, pelos motivos já apontados em cima; e é bem sabido que desde 1751 até 1805 não sofreu calamidades, peste, nem guerras desastrosas que tivessem podido influir em retardar a tendência do progresso da povoação; tampouco formou colónias, ou perdeu gente por emigração; e é bem sabido que a nação tem sido em geral uma das mais felizes e bem governadas da Europa, e nenhuma das suas revoluções intestinas neste intervalo alterou a prosperidade geral do povo sueco.

Entre outros resultados dos censos da Suécia vê-se que naquele reino, as mulheres em idade de procriar são 1/5 da povoação total, que a vigésima parte destas casa anualmente, que os nascimentos anuais são à razão de 4 por casamento, ou 1/5 do número total de mulheres

casadeiras; enfim a proporção da mortalidade das crianças e dos óbitos em geral difere bem pouco do que se tem observado nos mais países, assim como as proporções relativas entre as pessoas de um e outro sexo e de diversas idades. As crianças abaixo de 10 anos formam $1/5$, as mulheres casadeiras $1/5$, as pessoas abaixo de 16 anos, um pouco menos de $1/3$, as de 16 a 45, um pouco menos de metade, e as de 45 para cima, um pouco mais de $1/4$ da população total.

É patente ao homem pouco versado nos elementos da matemática que, para a povoação de qualquer país poder dobrar em 25 anos, como M. Malthus supõe acontecer na América do Norte e dever acontecer em toda a parte se não houvesse obstáculos, é preciso que o termo médio de crianças por cada casamento seja de 8, em vez de 4, supondo os casamentos tão frequentes como o são naqueles países da Europa onde quase todas as mulheres casam; e isto é precisamente o que supôs Franklin, quando afirmou erradamente que na América Setentrional nasciam, termo médio, 8 crianças por casamento. Em quanto à idade mais ou menos adiantada em que é costume casar, está demonstrado que isso quase não faz diferença alguma nos resultados. Ou os casamentos sejam mui prematuros ou tardios, sempre a idade de fecundidade da mulher é a mesma, ou se conte de 15 a 40, ou de 20 a 45; e também está provado, que, quanto mais cedo começa a mulher a conceber, mais cedo cessa de ter filhos, e estes são menos robustos enquanto as mães não têm adquirido o seu inteiro desenvolvimento.

Resta mais uma consideração antes de aplicarmos estes princípios à América setentrional, para fazer ver quão desacertado foi em M. Malthus querer estudar as leis da povoação em uma colónia, em todo o sentido a menos própria para servir de regra, e por todos os princípios constituída e situada de modo a fazer excepção.

É manifesto à mais curta inteligência o absurdo de pretender seguir o progresso da propagação da espécie em um país aberto por todos os lados, formado de colónias sucessivas de emigrados, cujo número não se conhece, mas que se tem elevado em muitos anos diversos, só pela via do mar e debaixo do nome de passageiros, a 22.000, sem falar nos que penetraram pelo Canadá, e nos que servem na marinha americana da qual fazem reconhecidamente uma quarta parte. Houve ano (de 1818 a 1819) no qual afirma Cobbett terem chegado mais de 150.000 emigrados, só da Grã-Bretanha e Irlanda; e as relações que temos da emigração da Irlanda, da Escócia e da Inglaterra justificam este cálculo. Não é pois em um vastíssimo continente, onde um excelente governo, vantagens inapreciáveis, e a facilidade de adquirir terras, que por muito tempo se davam de graça, e que hoje são ainda no interior baratíssimas, convidam emigrados de todas as partes do mundo; não era dizemos, em uma república formada de uma *colluvies omnium gentium*, que cumpria estudar os progressos da povoação. E como a maior parte dos emigrados são ingleses, escoceses ou irlandeses, não há meio algum de os dis-

tinguir dos seus antigos compatriotas. É também evidente que, além do número de indivíduos que continuamente têm ido povoar a América setentrional desde os primeiros estabelecimentos que ali fizeram os ingleses, a progénie que deles tem nascido não pode ter paralelo com o que se observa nos Estados antigos, onde a proporção das pessoas maiores de 45 anos é quase o dobro do que hoje se observa nos Estados Unidos, sendo, por exemplo em França, de $1/4$ e na república americana de $1/8$ proximamente. Por esta mesma razão é muito maior a proporção das crianças e das pessoas na flor da idade, e por conseguinte deve haver algum aumento no número proporcional dos casamentos e dos nascimentos. Enquanto não cessar a corrente de emigração, não será possível deduzir conclusão alguma do que se passa na América setentrional relativamente à população. É, para me servir da expressão de M. Booth, um pólipo cujas extremidades não estão ainda formadas, e no qual por conseguinte não existem as proporções relativas que se notam em toda a sociedade que se perpetua sem auxílio exterior.

Dissemos acima, que era necessário que cada casamento desse 8 crianças em vez de 4, para ser possível dobrar-se a população em 25 anos, e ajuntámos que o Dr. Franklin afirmara, que assim devia acontecer na América setentrional, o que ele atribuiu, não à maior fecundidade das mulheres (que são de raça inglesa), nem à influência do clima, que não é superior, nem sequer igual à maior parte da Europa, mas unicamente ao maior número de casamentos e de casamentos feitos mais cedo. Devemos ajuntar ainda, que em todo o país em que só houver 4 crianças por cada casamento, estará a povoação quase estacionária, ou só pode ter um aumento insensível e mui lento, menos que se não descubra meio de impedir quase a metade das crianças de morrer antes de chegarem à idade de 10 anos.

Ora, infelizmente para a suposição do dr. Franklin, o pouco que sabemos com certeza dos nascimentos e casamentos nos Estados Unidos, contradiz plenamente a sua suposição. Em uma memória lida em 1791 à Sociedade Filosófica de Filadélfia, intitulada *Observações sobre as probabilidades da duração da vida humana, e sobre o progresso da população*, oferece o seu autor M. W. Barton o resultado dos registos de um distrito do Estado de Massachusetts, durante o espaço de 54 anos consecutivos; este é proximamente de 4 e $1/3$ nascimentos por casamento. É verdade que o autor, levado de um mal entendido amor da pátria fez o seu cálculo tão precipitadamente, que, em vez deste quociente, exactamente obtido dos números dados por autênticos, concluiu que os nascimentos eram aos casamentos como 6 $1/4$ para 1. M. Malthus foi quem primeiro advertiu neste manifesto erro de cálculo, tanto mais notável que ele se acha por extenso e não em algarismo na sobre dita memória; mas como se fora impossível aos defensores desta doutrina deixar de cometer erros graves, M. Malthus reduz o quociente a 4 $1/2$ em vez de 4 e $1/3$ proximamente. Os nascimentos dados para o

cálculo são 2247, e os casamentos 521: qualquer pode fazer a divisão. Por outros factos autênticos apontados por M. Godwin, e a ele comunicados por amigos residentes nos Estados Unidos, vê-se que a proporção dos nascimentos é de 4 1/5 por cada casamento, e que os casamentos nas cidades e partes mais antigamente povoadas daquela républica, diferem pouco das proporções da Europa civilizada. São mais frequentes os casamentos nos novos estabelecimentos do interior, mas isto é momentâneo, e depende da faculdade de obter terrenos a troco de mui pouco dinheiro, da facilidade de os fazer produzir, e de estabelecer famílias a pouco custo. Estes novos estabelecimentos são em grande parte feitos por europeus chegados de fresco, e por colónias que continuamente emigram de uma extremidade do país para a outra, o que prova a diminuição sensível de prosperidade em muitos pontos da república que se vão despovoando. Em quanto à mortalidade, é reconhecidamente igual à que se observa na Europa, se não é maior. Os exemplos de longevidade são, segundo todos os viajantes, mui raros.

Olhemos agora para os censos da povoação dos Estados Unidos em 1790, em 1800 e em 1810, com um espirito de análise, e veremos que provam contra M. Malthus, e que a simples inspecção deles bastaria para convencer de errôneo o suposto princípio da tendência da povoação a crescer em progressão geométrica em menos de 25 anos.

O censo de 1790 dá:	
Pessoas brancas e livres	3.164.148 ¹
Destes, segundo a mais favorável lei da mortalidade, a quarta parte tinha morrido em 10 anos, ficavam pois em 1800	2.373.111
O censo de 1800 dá.....	4.312.841
Abatendo os indivíduos existentes no fim de 10 anos, isto é 2.373.111	2.373.111
Ficam	1.939.730
Ora o número das crianças abaixo de 10 anos, existentes em 1800, e por conseguinte, todas nascidas depois do censo precedente, é de 1.441.820, e este número abatido do excesso necessário da povoação para haver em 1800 o número acima apontado de 4.312.841, ou de.....	1.939.730
	1.441.820

Dá um excesso de adultos, cuja origem por certo não é efeito da procriação da população de 1790, igual a 497.910

Entre os censos de 1800 e de 1810 se acha um excesso análogo de *adultos* 610.767, pois que a povoação de 1800 foi necessariamente

¹ Servimo-nos das tábuas tiradas da obra de M. Seybert sobre a *Estatística dos Estados Unidos*, publicada recentemente.

reduzida a 3/4 em 10 anos, que em 1810 havia crianças menores de 10 anos, ou nascidas no intervalo, 2.016.694, e que a povoação de 1810 era de 5.862.092 indivíduos brancos e livres.

Aqui pois é patente à primeira vista um excesso em 20 anos de 1.108.677 adultos, que por certo não nasceram de pais residentes na América setentrional, e este número subtraído do aumento total da população da república nestes vinte anos, que é de brancos livres

	2.697.945
	1.108.677
Ficará este reduzido a	1.589.268

Mas é fácil ver que este excesso não pode ser todo atribuído à população anterior dos Estados Unidos e que uma não pequena porção dele é também devida directa ou indirectamente à emigração da Europa. Isto é evidente pelas seguintes considerações.

1º Para que estes 1.108.677 indivíduos se achassem vivos no período de vinte anos, é forçosamente necessário que um muito maior número tivesse vindo aos Estados Unidos. Segundo o que sabemos da mortalidade dos emigrados recém-chegados à América, e particularmente dos ingleses das classes inferiores, que é o maior número, e cuja intemperança é conhecida, e considerando a contínua devastação causada pela febre vulgarmente chamada amarela, desde o ano de 1791, não é por certo exagerado supor que um quinto, e talvez um quarto do número referido, se deve ajuntar para compensar a mortalidade dos emigrados. Suponhamos que só morresse uma quinta parte dos emigrados, isto reduziria o aumento da povoação nos 20 anos a 1.367.533, em vez de 2.589.268.

2º Todos estes emigrados, quase sem excepção, chegaram na flor da idade, e por conseguinte puderam immediatamente propagar a espécie, ou trouxessem consigo as mulheres, ou casassem no país com mulheres que de outro modo não teriam casado, ou pelo menos não o teriam feito tão cedo. A quantidade de crianças provenientes destes 1.330.412 emigrados pode calcular-se por uma regra de três. Se 3.164.148 indivíduos procriaram em 10 anos bastantes crianças para delas existirem vivas no fim deles 1.441.820, quantas devem ter procedido de 1.330.412 indivíduos na flor da idade, das que contribuem a formar o aumento total em 20 anos? A resposta é 606.236 e uma fracção: ora abatendo a pequena proporção das crianças mortas entre a idade de 10 a 20 anos, ficará este número reduzido a 575.000 proxima-mente, o qual número junto a 1.330.412 dá 1.905.412, que subtraídos do aumento total da população dos Estados Unidos em 20 anos segundo o censo, ou de

	2.697.945
	1.905.412
deixa.....	792.533

Para o aumento em 20 anos proveniente da população que existia em 1790, aumento que ainda nos parece mui duvidoso proceder unicamente desta origem, e que, em todo o caso, é insignificante comparado com a jactanciosa pretensão pseudo-matemática da progressão geométrica de M. Malthus; pois admitindo que 3.164.148 indivíduos tivessem em 20 anos aumentado de 792.533, quão distante não está este aumento da duplicação do primeiro número!

Outras considerações corroboram o resultado exposto, e como são de natureza diversa, é necessário expô-las, para aclarar inteiramente a questão.

3º Para que em 1800 existissem 1.441.820 crianças menores de 10 anos é forçoso, segundo a lei da mortalidade, pela qual é demonstrado que metade menos $\frac{1}{20}$ morrem antes dos 10 anos, é necessário dizermos, que nos dez anos, de 1790 a 1800, tivessem pelo menos nascido 2.500.000 crianças ou 250.000 por ano. Ora já dissemos que a proporção na Europa das mulheres de 20 a 45 anos é o quinto da povoação, e na América não é maior, visto que o número das mulheres antes é diminuto, e particularmente o era em 1790, pois que as fêmeas eram por este censo 1.476.638 e os machos 1.687.510; e também dissemos que os nascimentos anuais eram perto de um quinto da totalidade das fêmeas casadeiras. O cálculo é pois fácil, e para o fazermos mais favorável aos defensores da prodigiosa propagação americana, suporemos que o número dos nascimentos anuais, em vez de ser $\frac{1}{5}$ das fêmeas casadeiras, é $\frac{1}{4}$. Por este cálculo teriam nascido 158.202 crianças anualmente durante 10 anos, ou 1.582.020 em 10 anos (sem fracções), isto é, menos 917.980 do que deveriam ter nascido para poderem existir vivas as crianças que dá o censo de 1800. Ou expondo o argumento debaixo de outra face, diremos que, se em 10 anos nasceram 1.582.020 de uma população de 3.164.148 indivíduos, é impossível que em dez anos existissem 1.441.820, tendo neste intervalo só morrido 140.200, ou menos de $\frac{1}{11}$, coisa verdadeiramente milagrosa, quando em França não restam mais de $\frac{55}{100}$ crianças vivas no cabo de dez anos. Daqui se segue que, por qualquer lado que se examine o progresso da população dos Estados Unidos, é manifesta a cada passo a constante influência da contínua adição de emigrados na flor da idade. Se fosse possível ter noções mais exactas e circunstanciadas sobre este ponto, estamos certos, com M. Godwin, que se reconheceria que a povoação, qual ela existia em 1790, apenas aumentou pelas suas próprias faculdades de propagação, ou se com efeito cresceu, não foi este excesso superior ao que se tem observado na Suécia, e em outros países da Europa. Além de todas estas razões, o que prova sem réplica que a povoação não pode dobrar em 25 anos, nem em muito maior espaço de tempo nos Estados Unidos, é que pelo censo de 1810 as pessoas menores de 16 anos eram em número quase igual ao resto dos habitantes.

Destruída inteiramente a quimérica progressão geométrica, cai por terra todo o sistema com as suas consequências; porém cumpre dizer alguma coisa da outra progressão não menos absurda, do progresso que M. Malthus sonhou ser possível para o aumento dos alimentos próprios a sustentar o homem. Estes, diz M. Malthus, só podem crescer em progressão aritmética de 25 em 25 anos, e contenta-se com a asserção, da qual nem sequer tenta dar uma só prova. Eis aqui as suas palavras dogmáticas: «Há quem diga que eu escrevi um volume de quarto para provar que a população cresce em razão geométrica ao passo que os alimentos só aumentam em razão aritmética; mas isto é inexacto, pois logo que me foi conhecido o aumento da população da América, considerei provada a primeira proposição, e a segunda apenas enunciada².»

Com muita razão observa M. Booth, que a natureza não dá saltos, e que nem a população, nem a agricultura marcham em progressões determinadas, em intervalos fixos. Há terrenos a que, em dois, três ou cinco anos, se tem feito, por um melhor sistema de cultura, produzir o dobro, o triplo e até o décuplo; há imensos terrenos incultos, e a maior parte mal cultivados, e não há país algum da Europa nem do mundo, que não possa produzir alimentos para um número incomparavelmente maior de habitantes do que hoje possui. A Inglaterra poderia indubitavelmente nutrir, pelo menos, 4 ou 5 vezes mais população que a actual; a França, pelo menos, o dobro ou o triplo, a Espanha 5 ou 6 vezes a que tem; e como fica demonstrado que o aumento presumível da povoação é quimera, muito tempo se há-de passar antes que a terra deixe de bastar aos homens. São em geral os habitantes livres e desembaraçados dos estorvos que paralisam a indústria, que faltam à terra; e por isso todos os legisladores antigos e modernos procuraram com razão promover a população, posto que os mais deles empregassem meios inadequados para conseguir esse fim; pois em vez de remover os embaraços que sopeam a indústria do homem, quiseram que ele propagasse a espécie, e que dando braços úteis ao Estado, vivesse ele e os seus na miséria, servindo, suando, gemendo, e condenado a ser mero instrumento das classes privilegiadas, incomparavelmente menos úteis.

Uma reflexão fere os olhos do leitor, que pela primeira vez consulta a obra de M. Malthus. Vem a ser, que, crescendo no primeiro período de 25 anos a população e os alimentos em proporções idênticas, isto é como 1:2, não pode haver perigo para nação alguma senão no segundo

² Citaremos o texto em inglês, para maior satisfação dos leitores, que entenderem esta língua. «It has been said that I have written a quarto volume to prove, that population increases in a geometrical, and food in an arithmetical ratio; but this is not quite true. The first of these propositions I considered as proved the moment the American increase was related, and the second proposition as soon as it was enunciated.» *Essay on Population*, Vol. III, pp. 343-344, nota.

período, quando a população vindo a ser como 4, os alimentos serão só como 3. E como M. Malthus reconhece que no mundo antigo a população está estacionária, ou só cresce mui lentamente, parece que os funestíssimos males de que nos ameaça deveriam não nos assustar, nem ainda a nossos bisnetos. Quanto se enganaria o leitor! M. Malthus tem em reserva outro princípio tremendo, em virtude do qual, por efeito de uma influência milagrosamente infernal, as calamidades não só nos ameaçam antes de existirem, mas pesam já sobre nossas cabeças, ainda estando em distância mui grande. A proposição de M. Malthus é tão absurda, tão estranha e incompreensível, e as consequências que dela deriva são tão atrozes, imorais e anti-sociais, que é preciso citar as suas próprias palavras para que o leitor não creia que alteramos a ideia. Eis aqui as expressões de M. Malthus.

«Em todos os períodos durante o progresso da cultura, desde o presente momento até que a terra toda esteja cultivada como um jardim, a penúria de alimentos não cessará nunca, mais ou menos, de se fazer sentir aos homens³.» E ajunta que, nos países antigamente cultos, grande parte da população está constantemente ameaçada de morrer de fome.

Se esta proposição é verdadeira, inútil é o livro de M. Malthus, inúteis todos os esforços humanos, e inteiramente ociosa a questão que nos ocupa. Já se não trata do argumento progressivo do número dos homens; destes mesmos, poucos ou muitos que existem, ou dos que houverem de existir, sempre a maior porção, isto é a classe industriosa, viverá no estado da maior penúria. É certo que M. Malthus ajunta, que mais desgraçada será ainda esta classe quanto mais numerosa for, e por isso é que, não podendo destruir o que ele chama *lei da natureza*, a lei que condena o maior número dos homens à miséria, quer pelo menos, por filantropia, minorar um pouco este mal, pondo cobro no aumento da população por meios de que logo falaremos.

É preciso grande moderação, para responder seriamente a semelhantes proposições; mas, posto que as armas do ridículo, talvez melhor que as da razão, conviessem para combater tais doutrinas, preferimos as segundas como mais irresistíveis, se bem que menos prontas em seu efeito.

Aquilo de que M. Malthus quer fazer um princípio ou lei da natureza, é infelizmente um facto observado há muitos séculos em diversos países, mas bem longe de ser um efeito necessário e inevitável das leis da natureza, é unicamente devido às péssimas instituições sociais. A

³ Copiamos o original inglês. «At every period during the progress of cultivation, from the present moment to the time when the whole earth shall become like a garden, the distress for the want of food will be more or less, constantly pressing on mankind.» Vol. II, p. 220.

miséria das classes laboriosas é tão pouco devida ao excesso de população, como à falta de produtos da agricultura. É o que vamos demonstrar por diversos argumentos, mas antes de os expor, tomaremos a copiar mais uma frase do nosso incomparável autor. É a seguinte.

«A excessiva tendência que a espécie humana tem a multiplicar, é produtiva para a sociedade de males, em comparação dos quais todo o mal procedido das instituições humanas, por mais nocivas e opressivas que possam ser, é realmente leve e superficial.»

Esta passagem não necessita de comento. Procedamos às razões que demonstram a insigne falsidade da proposição acima referida.

1º O homem no seu estado de sociedade nutre-se quase exclusivamente de alimentos cuja produção é fruto do seu trabalho e indústria. O selvagem que vive em grande parte dos frutos que a terra produz sem cultura, está incomparavelmente mais exposto a carecer de alimentos que o homem civilizado, e por isso nunca se viu povo sem agricultura que prosperasse ou crescesse muito em número.

2º Como o homem civilizado não vive dos frutos espontâneos da terra, mas sim dos do seu trabalho, quanto mais cultiva a terra mais produtos dela tira. O homem não só consome, como os animais, o que a terra lhe ministra, mas, bem diverso deles, é instrumento muito activo de produção. Por conseguinte, enquanto não falta a terra, não falta ao homem a mãe fecunda que o deve alimentar.

3º É verdade sabida e incontestada, que o trabalho de um homem é capaz de sustentar um número maior ou menor dos seus semelhantes. Daqui vem bastar o trabalho de tão poucos braços para dar de comer a toda uma nação. Este é o princípio em que se funda o estado social, a diversidade das ocupações, e o ócio de que goza uma grande parte da sociedade, e, até um certo ponto, a mesma classe laboriosa, à qual, depois do tempo dado ao trabalho, fica ainda vagar para a recreação, e para os deveres religiosos.

4º É igualmente inegável que, quanto menor é a população relativamente à extensão e fertilidade do território, maior é o número dos miseráveis, e pior é a sua condição; disto são tristes exemplos, a Espanha, Portugal, grande parte da Itália, o Império de Marrocos, a Turquia, o Egipto, etc.

5º Não são os países onde a natureza é mais pródiga de seus dons que são os mais povoados, mas sim aqueles em que o homem trabalha mais. Sirva de exemplo dos primeiros, o México e toda a América espanhola, e dos últimos, a Suíça, a Holanda, e muitas províncias da França, onde a população é incomparavelmente mais farta que onde ela é escassa, e o terreno fértil e abundante.

6º Em todo o país civilizado e de uma extensão proporcionada à população existente, os produtos anuais da agricultura, excepto em anos de extraordinária escassez, excedem as precisões reais da totali-

dade dos habitantes. Isto bem se prova pela abundância que logo se manifesta quando depois de grande carestia, é aparência de pingue colheita; então abrem-se os celeiros, baixa o preço, e reconhece-se que, se havia menos abundância, não existia falta real de provisões.

7º Além disto, nos anos de abundância ou ainda da novidade mediana, há excesso notável, o qual quase sempre basta para suprir todas as falhas do ano seguinte. Por isso observamos que em todos os países em que se cuida em guardar bem o grão de uns anos para os outros, nunca há fomes.

8º A variedade de alimentos de que o homem civilizado se nutre, lhe permite suprir uns pelos outros, e entre eles a pesca e os processos para conservar o pescado são uma fonte inesgotável de alimento. A isto deve ajuntar-se o comércio, e a facilidade que ele dá em trocar produtos da indústria fabril por géneros alimentares.

9º Se nas mais das sociedades há muita gente que vive escassamente ou em miséria, não é por falta de alimento no país, mas unicamente por falta de meios de ganhar com que o comprem. Deste modo pode mui bem morrer de fome um homem junto de um celeiro que encerra trigo para 100.000.

10º As razões que tolgem ao homem, que pode e quer trabalhar, os meios de ganhar o seu sustento, dependem unicamente das instituições sociais, dos estorvos à indústria, da desigual repartição da propriedade, dos privilégios, dos impostos excessivos, etc.

11º Se a facilidade de obter alimento fosse a causa determinante da população, estaria a Europa inundada pelos descendentes dos fidalgos e ricos, a quem nunca faltou sustento, e já não existiria um só plebeu; a nobreza teria devorado toda a população dos vilões. Justamente o contrário é o que se observa, e é de entre os plebeus que sustentam a sociedade, que saem os homens que renovam as famílias continuamente expirantes dos grandes, e a quem, por serem os verdadeiros povoadores do Estado, deram os Romanos o nome de *proletários*. M. Sismondi observou, a este respeito, com o seu costumado acerto, que na Suíça, na Itália, em Alemanha, são mui raras as famílias antigas nobres que não se hajam inteiramente extinguido, a não terem sido renovadas por plebeus enriquecidos, os quais, por casamento conservaram os nomes antigos *manchando a pureza do ilustre sangue* das famílias privilegiadas, e misturando-lhe *sangue vulgar e plebeu*. Em Inglaterra são mui poucas as famílias da nobreza cuja geneologia possa subir em linha recta e legítima além de Carlos II. Em uma palavra, se é verdade que à medida do alimento que espontâneo acham na terra multiplicam os coelhos, e outros animais, não é isto aplicável ao homem, o qual, no estado de civilização é um composto de alguma coisa mais e mais nobre que de estômago, e do apetite sensual, e é conduzido por considerações mais elevadas das de que M. Malthus parece supô-lo capaz.

Em quanto ao apetite sensual, é constante que ele é mui pouco activo entre os selvagens, e que a propagação da espécie é objecto de que eles se ocupam muito menos que de comer, dormir, e de procurar alimentos.

Creemos ter demonstrado a falsidade do sistema de M. Malthus, e poderíamos terminar aqui este artigo, mas é impossível passar em silêncio os preceitos morais e legislativos que este autor quer inculcar ao mundo. Eis aqui o que ele pensa dos deveres da sociedade para com os necessitados, dos direitos dos pobres e dos ricos, e do que deve fazer o governo para obstar ao flagelo da população, e para impedir os casamentos e a multiplicação da espécie humana. Estas máximas são tão novas, tão odiosas em moral, tão contrárias ao espírito do evangelho, do qual M. Malthus é ministro, que é necessário citar as próprias palavras do autor, para que nenhum leitor suspeite que acrescentamos ao pensamento dele.

«Todo o homem, diz Malthus, que nasce em um mundo de que outros estão já de posse, se seus pais não podem dar-lhe a subsistência que ele tem justo direito a exigir deles, e se a sociedade não precisa do seu trabalho, não tem jus algum a requerer a menor porção de sustento, e de facto não tem que fazer neste grande mundo. No grande banquete da natureza não há talher vago para ele. A natureza lhe ordena que se retire, e não tarda em ser ela mesma o próprio executor das suas ordens⁴.»

«Quando a natureza se encarrega de governar e de castigar, em nosso lugar, seria ambição bem desprezível querer arrancar-lhe das mãos a vara. *Abandonemos pois este homem à natureza*, para que ela lhe inflija a punição *incorrida pela miséria*. Aprenda este homem, que as leis da natureza, que são as leis de Deus, o condenaram, ele e sua família, a sofrer, que ele não tem direito algum à mais pequena porção de alimentos, e que, se ele e a sua família são preservados da fome, só o devem à caridade de algum compadecido benfeitor⁵, o qual, obrando assim, desobedece às leis da natureza.»

Em outros lugares diz, que os ricos têm direito a fazerem das suas riquezas o uso que lhes agrade, e aconselha-lhes, que as gastem em

⁴ Eis aqui as palavras do original: «A man who is born into a world already possessed, if he cannot get subsistence from his parents on whom he has a just demand, and if society do not want his labour, has no claim of right to the smallest portion of food, and in fact has no business to be where he is. At nature's mighty feast there is no vacant cover for him. She tells him to be gone, and, will quickly execute her own orders.» Vol. II, p. 266.

⁵ «When nature will govern and punish for us, it is a very miserable ambition to wish to snatch the rod from her hands. To the punishment of nature therefore he should be left, the punishment of want. He should be taught to know, that the laws of nature, which are the laws of God, have doomed him and his family to suffer, that he has no right of claim to the smallest portion of food, and that, if he and his family are saved from starving, he will owe it solely to the pity of some kind benefactor.» Vol. III, p. 181.

objectos de luxo, em cavalos de regalo, em festas esplêndidas, etc. em vez de socorrerem os pobres, cuja sorte nem podem nem devem melhorar, pois seria desobedecer às leis da natureza, e aumentar o mal, excitando-os a casarem; por isso também quer que os trabalhadores sejam pagos escassamente, para lhes tirar a vontade de casarem e de fazerem filhos. Enfim, depois de reconhecer que as admoestações são baldadas e fazem mui pouco efeito, propõe uma lei para Inglaterra, cujo princípio é aplicável a todos os mais Estados, cujo objecto é obstar aos casamentos e à funesta multiplicação da espécie. E para mais corroborar o efeito da lei, quer que todo o homem que, apesar dela, se obstinar a casar, seja admoestado pelo sacerdote dos perigos a que se expõe, casando sem a quase certeza de poder ter com que se sustentar a si e a uma família, e do castigo que o espera no abandono em que a lei (proposta) e a sociedade o deixarão cair em miséria. Eis aqui o projecto de lei contra os pobres, aos quais se deve previamente declarar formalmente, que nenhum direito têm a ser sustentados pela sociedade, quando lhes faltem os meios de subsistência.

Deverá promulgar-se uma lei «declarando, que nenhuma criança nascida de pais casados, um ano depois da publicação dela, e nenhuma criança ilegítima nascida dois anos depois da mesma data, terá o menor direito a ser socorrida pelos fundos das paróquias.» E prossegue dizendo, que «isto seria um aviso franco, claro e positivo, sobre o qual ninguém poderia iludir-se.» «Ninguém seria enganado, nem ofendido, e por conseguinte ninguém teria justo motivo de se queixar.»

Isto quer dizer, que, abolidas as leis que protegem os pobres em Inglaterra, e tirados os socorros que únicos impedem perto de 2.000.000 de ingleses de morrerem de fome, por serem insuficientemente pagos do seu trabalho, por falta de ocupação, por velhice ou enfermidade, todos os indivíduos que não tiverem meios de subsistir, são condenados à morte pela lei de M. Malthus; e até as crianças antes de nascer são consideradas como suficientemente avisadas da sorte que lhes tem sido destinada, em castigo do delito cometido por seus pais em as terem procriado!!!

Antes de fazermos algumas curtas observações sobre as estranhas doutrinas de M. Malthus, que deixam a perder de vista quanto os homens nos seus desvarios têm imaginado de mais atroz e injusto, diremos alguma coisa sobre a legislação inglesa relativa aos pobres, valendonos para isso das excellentes observações de M. Godwin, as quais, além do acerto, têm o merecimento de serem, ou novas, ou pouco vulgares, até em Inglaterra.

A verdadeira origem destas leis e dos primeiros impostos estabelecidos em favor dos pobres, foi a abolição do catolicismo, e a supressão dos conventos e outras instituições caridosas que dantes socorriam os necessitados. Não foi concessão nova, mas unicamente um meio

substituído ao antigo, e bem calculado, não para promover a mendicância e a preguiça, mas sim para ajudar os homens laboriosos e desgraçados. Se desde um século tem aumentado continuamente o número deles, e particularmente nestes 25 anos, e se há abusos intoleráveis no modo de fazer a derrama do imposto, na sua arrecadação, e ainda mais na administração dos socorros, esses são vícios das instituições e legislação; mas é constante que sem estes mesquinhos socorros, mal distribuídos, apesar de serem tão onerosos para os proprietários menos ricos, morreria de miséria grande porção das classes industriais da Inglaterra, não por faltarem no país viveres superabundantes, não só para sustentar os homens, mas até centos de milhares de cavalos de luxo, nem por faltarem terras incultas ou pouco úteis para o sustento dos homens, mas porque, pelo vício radical do sistema social da Inglaterra, a riqueza está concentrada nas mãos de poucos, e o grande número é privado dos meios de ganhar o pão com o suor do seu rosto, como o podem fazer em muitos países menos ricos, se bem que mais felizes que a Grã-Bretanha. Seria muito para desejar que ali, e em todo o mundo, não houvesse precisão de instituições, e de fundos para socorrer os necessitados, e que as leis prevenissem antes a miséria. Mas enquanto a organização social conservar todos os obstáculos que se opõem à livre indústria do homem, e de todas as causas que o frustram do fruto do seu trabalho, é do imperioso dever da sociedade, do governo, e dos ricos, que vivem à custa das fadigas mal pagas dos pobres, de os socorrer pelo menos, quando a idade, as enfermidades, uma mui numerosa família, a falta de ocupação, ou enfim a desgraça, merecida ou não, os reduzem à indigência. Assim no-lo ordena o Evangelho, cuja linguagem é bem diversa da doutrina do Reverendo M. Malthus.

— Não se trata, nem de promover os casamentos sem discernimento, nem de auxiliar o ócio e a mendicância, nem, em uma palavra, de procurar aumentar a população sem aumentar os meios de subsistência e de prosperidade das nações. E com efeito, todas as tentativas parciais feitas por governos ineptos para aumentar a povoação, têm constantemente sido baldadas, todas as vezes que não tiveram por fundamento o melhoramento da condição das classes industriais, e a destruição de alguns dos obstáculos que paralisam a agricultura, a indústria e as mutações da propriedade. Não ver na sociedade outro mal grave senão o excesso da população, quando esta é sempre tanto mais infeliz quanto é menor relativamente à extensão e fertilidade de cada país, é um erro que parece incompatível com a mais vulgar inteligência de um homem não mentecapto. E todavia este erro que há vinte anos tem granjeado a M. Malthus o título de homem profundo, de filósofo sagacíssimo, e até de amigo da humanidade!!! E isto, não só entre os grandes e os ricos, entre os ignorantes que não reflectem, mas até entre homens distintos, e autores de merecimento real! Tanto pode a ilusão

do charlatanismo matemático com que M. Malthus soube envolver as proposições as mais absurdas e detestáveis que há séculos têm sido oferecidas ao público.

M. Malthus, sempre escudado de generalidades ininteligíveis e inaplicáveis, pretende, que para ser lícito casar, é necessário ter uma quase certeza de poder sustentar com o trabalho pessoal a si e a uma família. A isto corresponde com infinita razão M. Godwin, que, nesse caso quase ninguém deveria casar, pois ainda o homem o mais opulento pode inesperadamente cair em pobreza. Que quer dizer esta *quase certeza* de ganhar quanto baste para alimentar a si e a uma família, a qual pode ser pouco ou muito numerosa? Quem pode saber que desgraças, que doenças o esperam? Quem, em uma palavra, pode ajuizar do futuro? Em todo o caso, seguir-se-ia que nenhum lavrador, obreiro, ou trabalhador deveria casar, e se tal acontecesse, como o prega M. Malthus, bem depressa se extinguiriam as nações, cessaria de haver ricos e riqueza, ou os grandes de hoje reduzidos a morrer de fome no meio dos seus tesouros, se veriam obrigados a cavar e lavar a terra para comerem o suado pão do infeliz vilão de nossos dias. Não queremos abusar mais da paciência do leitor, insistindo em combater proposição tão manifestamente absurda.

Por uma daquelas contradições de que abunda o *Ensaio* de M. Malthus, é singular que ao mesmo tempo que ele propõe a abolição dos socorros aos pobres para os dissuadir de casar, confessa que com efeito estes socorros em Inglaterra não parecem ter promovido os casamentos. Como é crível que tão mesquinhos auxílios, e dados com formalidades que tanto humilham e indignam quem os recebe, e que são sempre acompanhados de uma inquisição das faculdades e ganhos da família necessitada, possam induzir ninguém a casar! Aqueles que depois de casados tiveram a desgraça de cair em pobreza, não têm outro recurso mais que valer-se do único auxílio que se lhes oferece. Quantos centos de milhares não têm abandonado a pátria, não já mãe mas madrasta, para irem habitar as afortunadas e livres margens do Potomack e do Mississipi!

Muitas outras contradições nota M. Godwin na obra de M. Malthus, e muitas outras questões importantes ventila, de que nos não é possível dar aqui uma ideia. Terminaremos este artigo, já mais extenso do que o tínhamos projectado, com uma passagem de M. Godwin, que bem caracteriza o carácter da doutrina de M. Malthus, e a funesta tendência dela.

«Havia por certo vícios na terra antes que viesse M. Malthus. Homens possuidores em abundância dos bens deste mundo, se entregavam sem reserva a todos os caprichos, que bem sabiam serem reprovados pelo maior número dos seus semelhantes, e que eles mesmos mais que suspeitavam serem com efeito dignos de censura. Mas sentiam dentro de si uma voz interna, que, de acordo com a palavra

escrita, lhes dizia: «Homem rico, alegra-te da tua riqueza; folgue o teu coração em meio da multidão das tuas posses; vai onde te levam as paixões e onde te guiam teus olhos, mas sabe que, por todas as tuas acções te julgará Deus um dia.»

«M. Malthus, prossegue M. Godwin, transtornou tudo isto, e procurou mostrar aos ricos que, quando eles cuidavam abandonar-se ao vício, provocando sobre suas cabeças as maldições, talvez silenciosas, mas entranhadas do público, eram *realmente benfeitores da sociedade*, e que *quanto mais desperdiçavam* mais úteis eram!»

IDEIAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE PORTUGUESA, NAS CIÊNCIAS FÍSICAS, E NAS ARTES^a

La véritable éducation consiste moins en préceptes qu'en exercices.

J.J. Rousseau

Nenhuma faculdade distingue mais essencialmente a espécie humana dos outros animais, que a possibilidade de aperfeiçoar a inteligência, pela repetida observação dos fenómenos da natureza e das operações mentais do mesmo homem, de conservar os conhecimentos adquiridos, e de os transmitir à posteridade. Desta incontestável verdade facilmente se deduz de quanta importância é para a sociedade adoptar instituições as mais próprias a formar a mocidade à virtude, às ciências e artes úteis. Neste ensaio não nos ocuparemos senão do que diz respeito ao ensino das ciências físicas, tendo, como sempre, por alvo a nossa querida pátria.

Todas as instituições humanas se aperfeiçoam lentamente, e não poucas vezes, a par do progresso do melhoramento, se introduz algum vício, que de ordinário procede do mal fundado desprezo, que os inovadores professam para tudo o que dantes existia, sem o devido descrime entre o que era errado e nocivo, e o bom que podia achar-se envolvido entre mil abusos dignos de serem extirpados. Isto é o que observamos na organização das modernas universidades, e de todas as instituições que depois do renascimento das letras se têm na Europa fundado para o ensino da mocidade.

Não insistiremos aqui na nímia e quase exclusiva atenção que os nossos maiores deram às ciências de mera especulação e no mau método que, no ensino de todas, adoptaram. Ainda, muito depois dos escritos de Bacon, continuaram a dominar nas universidades os erros da filosofia escolástica, e o sistema vicioso de estudo e de disciplina. Bacon, Descartes, Newton e outros ilustres investigadores da natureza, dissiparam, é certo, as densas nuvens que obscureciam a física, e descobriram factos ou leis gerais, que, ligando os movimentos dos astros no espaço, com os dos corpos no nosso globo, abriram as portas que conduzem ao santuário da ciência. Em nossos dias operou-se ainda maior revolução na química, e estenderam-se prodigiosamente os conhecimentos experimentais em todas as ciências naturais. Têm-se ido

^a Tomo XIII, Julho 1821, Parte I, pp. 3-25.

sucesivamente desterrando das escolas os erros antigos; mas não tem sido igual o aperfeiçoamento no método de ensinar e de aprender. Os discípulos não saem hoje das universidades imbuídos de erros grosseiros nas ciências naturais; mas deve confessar-se que poucas são as escolas, e poucos os professores cujo principal objecto seja, como deveria ser, aproveitar o tempo de seus discípulos e procurar pelos meios mais eficazes comunicar-lhes os conhecimentos teóricos e práticos dos mestres. O desejo de brilhar na cadeira, de atrair um numeroso auditório, ou de se fazer admirar por escritos úteis, e sólidos ou brilhantes, é o alvo principal de quase todos os homens a quem é cometido o ensino público da mocidade nas universidades as mais célebres da Europa. O aproveitamento dos discípulos é para eles, não diremos indiferente, mas só objecto secundário; e como o sistema de ensino difere pouco de uma a outra escola, cada uma e cada professor tem sempre a certeza de poder gloriar-se de numerosos discípulos distintos que aumentem a reputação dos mestres. Mas a sociedade é muito menos interessada em que haja mestres de profundo saber e talento do que na perfeita educação dada ao maior número dos discípulos, e, neste sentido, é incomparavelmente mais útil o mestre que em menos tempo forma os mais peritos alunos, ainda que não possua génio superior, do que um sábio de engenho extraordinário mas pouco hábil na difícil arte de ensinar. Os exemplos desta importante verdade são tão frequentes, que a qualquer facilmente se lhe ofereceram.

De todas as artes, aquela que, há um século, se tem adiantado com menos rapidez é a arte de ensinar. Não há trinta anos que, no ensino das primeiras letras, no da geografia, das linguas e de muitas artes úteis se têm introduzido métodos fáceis, expeditos, e tão próprios a doutrinar como a conservar na memória os conhecimentos adquiridos. Grande parte desta notável revolução, efectuada em maior ou menor grau, em muitas escolas particulares da Inglaterra, na Escola Politécnica de Paris, e em muitas instituições da Suíça e da Alemanha, é devida aos escritos de J.J. Rousseau, o qual, com eloquência tão enérgica e com argumentos tão profundos, desenvolveu a máxima que tomamos por epígrafe deste artigo. Não que ele se possa chamar o inventor de educação analítica e prática cuja base é a constante mistura do exercício com a teoria, ou antes, é a observação que sem esforço conduz o discípulo ao conhecimento das verdades resultantes da comparação dos fenómenos. Os filósofos da Antiguidade tiveram a este respeito as noções as mais exactas, e o incomparável Montaigne a cada passo inculca as máximas da disciplina da Grécia. Os mestres da Antiguidade tinham poucos discípulos, mas esmeravam-se em lhes comunicar, não só preceitos, mas em lhes fazer praticar todos os exercícios dos instituidores; o discípulo aplicado, e não falto de inteligência e aptidão, não largava o mestre senão depois de plenamente instruído, e capaz, por assim dizer, de formar discípulos. Da mesma maneira, o discípulo de um médico célebre, o de

um insigne pintor ou architecto, era possuidor dos segredos de seu mestre, e exercitava debaixo dos seus olhos todas as funções da sua profissão. Por isso, acabado o tempo da educação, saía o aluno capaz de praticar aquilo que tinha aprendido. Não assim em nossos dias, e em certos países. O abuso de um ensino quase todo sintético e teórico, resto das antigas instituições escolásticas, o pouco tempo dado à prática, e o muito que se desperdiça em noções preliminares, custosas de aprender a fundo, e por isso quase de todo esquecidas quando chega o tempo de as aplicar, e talvez a nímia separação de estudos e diversidade de professores, e mais que tudo, o muito que se diz e o pouco que se faz durante o curso da educação regular das universidades e academias, é causa que o maior número dos discípulos, ainda os de maior talento e aplicação, depois de terem colhido os lauros académicos e de os terem bem merecido pelo seu engenho e assíduo estudo, quando começaram a querer pôr em prática os inumeráveis preceitos que os mestres lhes ensinaram, acham-se embaraçados pela menor dificuldade. Se a natureza os dotou de uma alma forte e de um juízo seguro, começam de novo a aprender nos livros e pela prática, a ciência a que se dedicam, e que realmente apenas conheciam de outiva e superficialmente. Se, pelo contrário, são de vulgar espírito e inteligência, contentam-se com o pouco que sabem, e com o que o tempo que lhes vai à toa ensinando. No cabo de alguns anos, tanto uns como outros pouco conservam do que ouviram em brilhantes lições da boca de mestres, mais solícitos de lhes inspirar admiração que de lhes infundir sólido saber.

Estas observações são gerais, e não se aplicam com igual justiça, nem a todas as nações, nem a todos os estabelecimentos de educação de cada uma delas. Por infelicidade, há no nosso Portugal sobejos abusos dos que assinalámos, e que julgamos do nosso dever expor à nação para que os corrija. Estamos bem certos que todos os sábios nacionais estão há muito tempo penetrados das mesmas opiniões, e que, se não têm ainda proposto reformas nos estudos, é porque sabem quanto são difíceis, e quanto a ignorância é astuta e incansável em repelir as luzes e melhoramentos. Para se poderem operar reformas gerais e úteis, é preciso o concurso de muitas circunstâncias; e por nos parecer que algumas das actuais são de natureza a favorecer e até a necessitar um tal projecto, por isso julgamos ser a ocasião oportuna para oferecer aos nossos leitores algumas ideias sobre tão ponderoso assunto, as quais terão, pelo menos, o útil efeito de instigar compatriotas esclarecidos a examinarem a matéria a fundo.

Os nossos princípios fundamentais applicam-se a todos os ramos dos conhecimentos humanos, mas por agora só temos em vista o ensino das ciências de que se compõe a medicina ou a arte de prevenir e curar as doenças dos homens; da veterinária ou medicina dos animais; de todos os ramos da física, das matemáticas applicadas, da química, e da história dos três reinos da natureza.

O nosso objecto neste ensaio é fazer ver que, em quanto às ciências referidas, a actual educação em Portugal é insuficiente, incompleta e árdua; que a poucos aproveita, e a esses, menos do que conviria.

Entre os defeitos radicais da nossa única universidade, aliás digna de grande louvor, e à qual, depois da reforma, deve Portugal grande parte da sua ilustração, o maior de todos eles é a concentração de quase todo o ensino científico em um só ponto do reino; ponto, que pela sua posição, e difficil comunicação entre as províncias, afasta grande parte dos estudantes, acrescentando ainda para os desgostar da carreira científica, a nimia e desnecessária duração dos estudos, particularmente dos que são relativos à medicina, e não ser permitido habilitar-se ali um estudante em qualquer dos ramos separados daquela arte. Por esta razão, não existindo em todo o Portugal uma só carreira pública de botânica, de química, de farmácia, de física, de ramo algum de história natural, excepto em Coimbra, não pode um só boticário, cirurgião, ou curioso instruir-se nestas ciências tão importantes, sem ir ali submeter-se a mil formalidades minuciosas e pueris, a exames de preparatórios escusados para muitas das artes, e enfim, a uma série de estudos que, ou lhe são desnecessários, ou não entram no seu plano, ou não são do seu gosto. Quando a tudo isto acresce o pouco tempo consagrado a cada ciência, e os meios mui limitados e incompletos para aprender muitas delas, ficará evidente que o homem que não precisa para exercer uma profissão de ir graduar-se a Coimbra, ou que o pode fazer fora do reino em menos tempo, com menos dificuldade, e talvez com mais proveito, tem muita razão de tomar um destes partidos. E quando consideramos o pouco que se aprende em Coimbra, de farmácia, de química, de anatomia e cirúrgia, de partos, de história natural, qual seria o homem, particularmente depois de certa idade, que pensasse em ir estudar estas ciências naquela universidade, sujeitando-se à sua disciplina monaca! Os que têm vontade de saber, compram livros e aprendem o pouco que em ciências experimentais e práticas se pode colher de mera lição; o maior número não estuda. Os boticários exercitam o seu ofício como podem; e muito é para admirar que entre eles se encontrem alguns hábeis e instruídos, pois, à excepção da Turquia, em toda a Europa só Portugal oferece o vergonhoso espectáculo de farmacêuticos sem aulas de farmácia, de botânica e de química; de cirurgiões praticando medicina universalmente no exército, na marinha, e em todo o reino, os quais nunca receberam a menor instrução oral nem clínica de patologia, terapêutica, matéria médica e prática de medicina. A mesma educação cirúrgica dada em Lisboa, é incompleta, imperfeita, e insuficiente; e desta matéria temos direito a falar, pois o ser ela tão boa como hoje se acha, foi, como toda a nação sabe, obra de Manoel Constâncio^b, cujos discipulos ocupam hoje dignamente as cadeiras, e posto

^b Pai de Francisco Solano Constâncio.

que não são auxiliados, e mal recompensados, fazem mais do que está em seu poder, e a pátria lhes deve grande reconhecimento.

A multiplicidade das ciências cujo conhecimento os autores da reforma da Universidade de Coimbra julgaram indispensável ao médico, os obrigaram, por um lado, a prolongar desmedidamente o tempo exigido para completar a educação dele, e, por outro, a reduzir o ensino de cada ciência a alguns meses, dedicando-se o estudante a duas ou três no mesmo ano lectivo. O resultado foi qual era de esperar; à força de muito exigir, mui pouco se conseguiu. Quiseram que cada médico sáisse da nossa universidade o mais sábio, não só de todos os médicos europeus, mas de todos os homens; depois de cansar o estudante, para lhe infundir mui rapidamente elementos enciclopédicos, saem os que não sucumbiram à cimproba fadiga, com as noções as mais superficiais de tudo quanto são conhecimentos práticos, ou para melhor dizer, daquilo que mais lhes importa saber. Ainda das coisas que melhor se ensinam na universidade, como são a anatomia e a botânica, quão pouco pode ficar na memória de um estudante no cabo de muitos anos sucessivos de variados estudos! Os de maior talento conservam quanto basta para brilhar na sociedade, e para persuadir ouvintes superficiais de que sabem a fundo o que nem sequer tiveram tempo de aprender senão de passagem. Que é possível saber de ciências, cada uma das quais de per si, exige anos de contínuo trabalho, e que foram estudadas em sucintas postilas ou compêndios, e em lições de cadeira, apenas com mui passageiro exercício. Não era mais sensato forrar o tempo dado a tão insignificante instrução, ou aproveitá-lo em mais úteis lidas?

Mas, não só a educação de Coimbra é nímia e escusadamente penosa e longa; é ainda incompleta, e muitos ramos dos conhecimentos humanos ali ensinados, ou o são tão incompletamente, que tanto monta; e, salvo em matemática, muito mais palavras que coisas de lá trazem a mente recheada os doutores que mais se distinguiram. E não deve isto atribuir-se, nem inteira, nem principalmente aos lentes, entre os quais muitos vivos, e outros já falecidos são homens de reconhecido talento e conhecimentos, e alguns têm mostrado zelo não vulgar no ensino da mocidade. Toda a nação os conhece, e muitos, até fora dela, são ilustres e geralmente estimados. O defeito vem da instituição; e com os mesmo actuais professores poderia formar-se mais de um estabelecimento, ainda que menos aparatoso, infinitamente mais útil à nação.

Não cuide o leitor que só temos olhos para observar o que na nossa pátria pode ter defeitos; todas as pessoas que nos conhecem devem estar plenamente convencidas de que nunca fomos prontos em menos gabar os nossos compatriotas, e todas as vezes que notámos alguma imperfeição nas instituições pátrias, foi sempre com o intuito de propor remédio eficaz para emendar o mal. Nunca sentimos a

menor disposição de imitar certo ministro de Portugal em Londres, que, haverá 25 anos tinha a ridícula insolência de afectar, diante dos pensionários mandados a Londres pela nossa corte, o maior desprezo da nação portuguesa, que ele dizia ter inata indisposição para adquirir conhecimentos que a pudessem fazer emparelhar com os outros povos. Nem sempre proferiu impunemente expressões tão indignas da sua origem e do cargo que tão mal exercia, e achou alguns portugueses que souberam dar-lhe lições que o teriam corrigido, se isso tivesse sido praticável. Vamos provar ao leitor que não fechamos os olhos aos defeitos que existem no sistema de educação seguido por outras nações.

Também fora de Portugal pouco se aprende escutando lições de professores, ainda os mais hábeis; muito delas se colhe quando os lentes sabem dar instruções úteis sobre o melhor método de estudar a ciência de que se trata. Quem quer saber a fundo qualquer das ciências naturais precisa recorrer a mestres particulares, e só à força de tempo, de improbo trabalho e de despesa é que consegue adquirir um certo grau de perícia. Os professores procuram brilhar na cadeira e aumentar a sua reputação, muito mais que em formar discípulos peritos; deixam esse cuidado a mestres particulares e subalternos, e ao trabalho pessoal de cada aluno. Estes têm que lutar com não pequenas dificuldades, que só vencem pelo ardor de saber, pela emulação e pela necessidade de adquirir conhecimentos, de cuja posse depende a reputação e estabelecimento futuro de cada estudante. Em Inglaterra, é em geral à força de muito dinheiro que se consegue um certo grau de perícia nas ciências médicas, na química, etc. e em França, a maior parte dos cultores destas ciências a quem faltam grandes meios pecuniários, são obrigados a suprir esta falta por assíduo e longo trabalho, e por um árduo aprendizado que custa a vida a não poucos dos mais laboriosos estudantes, que com nímio ardor se entregam às lidas científicas, privando-se às vezes do descanso e alimento necessário.

Em Inglaterra a instrução científica está só ao alcance das pessoas abastadas, porque nenhum curso é gratuito, e o ensino particular, ainda mais necessário e útil, não é menos dispendioso. Os estudantes que não têm meios para aperfeiçoar a sua educação, aprendem à custa do público, e nada é mais ordinário que encontrar homens peritos em Inglaterra, que principiam o exercício da sua profissão com os mais escassos conhecimentos. O célebre João Hunter, que de carpinteiro veio a ser um dos mais hábeis cirurgiões, confessava, com a franqueza que o caracterizava, ter aprendido a fazer operações cirúrgicas a bordo dos navios, e depois de ter morto, aleijado ou mui maltratado número não pequeno de desgraçados marinheiros e soldados. Outro tanto tem acontecido a infinitos outros cirurgiões que, por pejo o não confessam. Em França e na Europa continental, onde a educação médica é mais fácil de adquirir, não faltam também exemplos da mesma natureza,

pois, excepto em algumas escolas de Itália, os discípulos saem das aulas, habilitados para irem exercer a sua arte, sem terem sido admitidos a fazer operações de certa importância nos hospitais, e portanto vão forçosamente adestrar-se à custa dos desgraçados que lhes caem nas mãos. Daqui nasce igualmente o número mui limitado de operadores acreditados, as suas exorbitantes pretensões, e a cruel necessidade em que nas principais cidades da Europa se vê um doente de medíocre fortuna de fazer um enorme sacrifício pecuniário para pagar uma operação, a qual, se a educação cirúrgica fosse qual deveria ser, qualquer estudante versado em anatomia a dotado de mediana destreza, deveria executar com perfeição. Em uma palavra, tornamo-lo a dizer, os professores de Inglaterra, de França e de Alemanha ocupam-se muito mais de si que dos seus discípulos, e todas as vezes que alguma circunstância particular, ou talento e meios extraordinários não auxiliam um aluno, é raro que ele saia da classe vulgar.

Grandes são pois os defeitos da educação dentro e fora da nossa pátria, e muito resta ainda a fazer para que a mocidade receba, no menor espaço de tempo possível, a educação a mais sólida e proveitosa. Deixando de parte os que existem em outros países, vejamos como melhor se podem corrigir os que já notámos entre nós, e que provêm, parte, de vícios inerentes ao sistema de educação, e parte, do pouco que ela se acha espalhada pelo território de Portugal.

As condições essenciais de um bom método de ensinar a fundo as ciências naturais e todas as artes práticas, são, a nosso ver, as seguintes.

1^a Dirigir o ensino principalmente ao objecto que deve formar a ocupação prática do indivíduo que se consagra ao exercício de uma arte ou profissão, desembaraçando o estudo dela de tudo quanto não é indispensavelmente necessário para conseguir este fim. Todos os conhecimentos úteis, ou que podem servir a ornar o espírito, e a dar mais lustre e realce aos conhecimentos positivos e aplicáveis à prática, facilmente se adquirem com engenho medíocre ajudado do ardor de saber. Estes ramos acessórios devem ser deixados ao arbítrio do cultor das ciências, mas não exigidos dele.

2^a Separar o menos que for possível a prática da teoria. Quem possui a primeira, com suma facilidade compreende e alcança os princípios teóricos, e deles se serve utilmente para dirigir as suas operações. Sem esta condição é quase impossível conseguir um grau notável de superioridade; e é unicamente por um tal sistema que cada nação tem em diversas épocas adquirido preeminência nas artes, nas ciências, na navegação, na arte da guerra, etc. Sirva de exemplo a Inglaterra e a sua actual superioridade náutica. Todos sabem que a educação dos oficiais de marinha naquele reino é quase exclusivamente dada a bordo dos navios, onde desde a infância vivem os aspirantes e gurdas-marinhas, e que esta educação é em todo o sentido prática, e ninguém ignora que, em geral, não são os oficiais ingleses os mais versados nas matemáticas

puras, e em todas as matérias da teoria da navegação e astronomia. Muito mais profunda era a instrução da marinha de França e de Espanha, e todavia quem negará que a educação inglesa tem formado a melhor officialidade conhecida de marinha? Outro tanto se aplica aos Estados Unidos; e por certo qualquer Estado que hoje procurasse criar uma marinha, seria bem imprudente se não seguisse as pisadas destas duas nações, em vez de querer que os indivíduos destinados ao posto de oficiais, não ponham o pé em um navio senão depois de longos estudos prévios de matemática teórica. Se alguma coisa faltasse para demonstrar a excelência de um tal sistema de educação, bastaria reflectir que, entre aqueles que a receberam, não faltam homens, os quais, além da perícia prática, se têm elevado aos mais altos conhecimentos científicos. A marinha inglesa se gloria com razão de profundos matemáticos versados em alto grau na física experimental, e ao mesmo tempo excelentes nautas, na paz e na guerra, e por isso mesmo mais profundos quanto mais versados na prática. Outro tanto acontece em França entre os engenheiros militares e civis.

3ª Que antes de sair das escolas, cada um dos que pretendem exercer uma arte, a tenha praticado debaixo dos olhos dos mestres, para que se possa depois aperfeiçoar com fruto próprio, e sem risco alheio.

4ª Estabelecer um sistema mais completo e prolongado de estudos, para aqueles que desejarem vir a ser mestres, e acostumá-los a ensinar, antes de serem elevados ao grau de professores.

Aplicando estes princípios ao nosso Portugal, parece-nos que os seguintes são os principais pontos que se devem ter em vista para realizar um bom e eficaz sistema de educação científica na nossa pátria, que tanto dela carece, e que, por essa falta, tão atrasada está em todo o género de indústria, em agricultura, e em quase todas as artes úteis e ciências applicadas à prática.

1º Melhorar o sistema actual de ensino na Universidade, abreviando em cada faculdade os preparativos menos úteis, e ampliando o ensino dos ramos mais necessários. Para aclarar esta ideia, tomaremos a Faculdade de Medicina por exemplo. Somos de parecer que se reduza a um só ano todo o ensino matemático, e que se dê mais tempo à anatomia, à cirurgia, à arte obstetrícia, e sobretudo, ao ensino clínico e à medicina prática. Em quanto às ciências naturais, é manifesto que o ensino de quase todos os ramos da história natural é mui diminuto; que o da química não é suficiente, nem o da mineralogia, metalurgia, agricultura, e o das matemáticas applicadas à mecânica, à hidráulica, etc.

2º Multiplicar as escolas no reino, organizando cada uma delas de maneira, que nela possa o estudante terminar os seus estudos e habilitar-se para exercer a profissão a que se destina.

3º Além dos estudantes matriculados e sujeitos à disciplina académica, e aos exames requeridos, tanto de preparatórios como das matérias de cada ano, e aos actos finais, deve, em nossa opinião, ser

admitido a frequentar as aulas qualquer que o deseje, não se propondo a graduar-se, mas unicamente a instruir-se, sem que de semelhantes estudantes se exija outra condição, excepto a de se portarem com decência e de respeitarem os regulamentos. Por esta disposição muitas pessoas, que pelo seu carácter, idade ou situação não quiserem sujeitar-se às obrigações impostas aos alunos matriculados, terão facilidade de adquirir instrução mais ou menos profunda. Além de outras vantagens, a presença de homens respeitáveis, contribuirá a dar aos estudantes um carácter de decência, de urbanidade e de gravidade, que com tanta satisfação se observa nas aulas de Inglaterra e de França, não sujeitas à antiga disciplina monástica, e onde os discípulos se não distinguem por um vestuário particular. Em Londres e em Paris, às lições dos mais célebres professores de química, de história natural, de física e de todas as mais ciências, concorrem, a par da mocidade estudiosa, as pessoas as mais respeitáveis da sociedade, magistrados, militares, negociantes, ricos proprietários, homens doutos em outros ramos, membros de academias e do Instituto, professores, anciãos, e até senhoras; todos prestam igual atenção às lições do professor, e além da instrução científica que nestas interessantes aulas recebe todo o variado auditório, serve, de mais a mais, esta união de pessoas de tão diferentes condições e idades, de habituar a mocidade a maneiras decentes e à seriedade que convém aos cultores das ciências. Um estrangeiro, ao entrar em uma destas aulas, apenas se crê rodeado de estudantes, e antes julga estar em uma numerosa assembleia de gente culta; e muito mais, se vem de país onde a turbulência e dissolução é o carácter distintivo da mocidade.

Pelo que respeita à organização das escolas, ao seu número, e às faculdades que em cada uma se devem ensinar, são objectos que requerem maior desenvolvimento do que é possível dar-lhes em um curto artigo. Se estas ideias traçadas à pressa forem bem acolhidas dos nossos compatriotas, pode ser que nos determinemos a tratar com maior individuação da matéria, e a propor um plano de educação para o ensino da medicina, da cirurgia, da farmácia, e das ciências naturais. Até temos mais um motivo para demorarmos o exame individual da organização destas escolas; e é o estarmos quase certos que não tardarão a aparecer em Portugal projectos a este respeito devidos a homens cujo talento muito respeitamos, e os quais, sabendo muito melhor o que nos falta, e o modo e meios de o obter, talvez nos dispensem de comunicar ao público as nossas ideias, ou ainda quando julgemos dever fazê-lo, teremos a grande vantagem de poder estribar as nossas observações sobre trabalhos de compatriotas distintos, experientes, e mais capazes de julgar do estado actual da pátria onde residem, do que nós, que há 14 anos estamos dela ausentes. Por estes motivos limitaremos por ora a algumas ideias gerais.

Além da Universidade de Coimbra, é indispensável estabelecer em Lisboa e no Porto escolas para o ensino completo de todos os ramos da

medicina, da farmácia, química, botânica, agricultura, e da física, e logo que houver professores hábeis, de todos os ramos da história natural. À actual escola de cirurgia de Lisboa deve juntar-se o ensino médico, e conceder-lhe os auxílios precisos para a criação de um museu anatómico, de laboratório químico, e outros acessórios necessários. O ensino da matemática em Lisboa está em um pé respeitável; só falta ampliá-lo em quanto à aplicação, e torná-lo mais prático, para que tenhamos antes de pouco tempo, não só hábeis calculadores, mas maior número de bons engenheiros práticos, civis e militares, que nada tenham que invejar a estrangeiros, não poucas vezes menos profundos em conhecimentos teóricos e em variedade de saber, que os nossos. Ninguém duvidará que, assim como só à cabeceira dos doentes se aprende medicina, também só nas praças fortes é que se aprende fortificação; nos trabalhos de pontes e outras construções é que se forma o hábil engenheiro civil, e navegando, é que se aprende náutica. Seria pois necessário completar a educação da mocidade destinada ao exército, nas praças fortes de terra e dos portos; a dos que se dedicam à marinha, em embarcações destinadas expressamente ao ensino prático e nas esquadras de instrução, como o praticam quase todos os governos estrangeiros, cujos oficiais na primeira mocidade adquirem a destreza necessária, levantando plantas, fazendo observações astronómicas, e em uma palavra, se habituam a executar sem hesitação operações que embaraçam muito os homens os mais versados em uma ciência, quando na mocidade a não praticaram suficientemente. O químico, que não maneja familiarmente todos os instrumentos de que se serve, e que não está familiarizado com todas as operações da sua arte, por mais conhecimentos teóricos que venha a adquirir, não só se vê embaraçado a cada passo quando os quer pôr em prática, mas é impossível que possa executar com exactidão qualquer operação importante, e ninguém confiará nos seus resultados. O que sucede ao químico, acontece nas experiências de física ainda as mais vulgares, e em todo o círculo das investigações experimentais.

Não é nossa intenção propor projectos gigantescos, como não raras vezes temos visto formar em Portugal, e que, por isso mesmo, têm sempre ficado sem efeito; não pretendemos que de repente se erijam duas novas universidades de grande aparato e despesa. A nossa ideia é que se comece pelo mais necessário, e que se ampliem escolas de que já existem elementos, tornando-as mais proveitosas ao ensino público. Por exemplo, já no Porto existe uma boa escola de matemática, uma escola nascente de agricultura; e em Lisboa há um jardim botânico, um gabinete de história natural, um princípio de gabinete de mineralogia, e uma escola de cirurgia, e muito boas escolas de matemática, de marinha e de astronomia. O nosso desejo é que todas estas instituições se tornem mais úteis, fazendo-se mais práticas, que as que se acham imperfeitas se completem, e que se proveite o jardim botâ-

nico e os museus, criando cadeiras onde se ensine a botânica, a agricultura e os diferentes ramos da história natural. Sabemos que faltam professores para algumas destas ciências; mas comece-se por aquelas cujo ensino é indispensável, e para as quais os há, e depois se conseguirá formar homens capazes de ensinar todos os ramos dos conhecimentos humanos, ou no país, ou mandando-os estudar fora do reino, expediente infinitamente preferível a chamar professores estrangeiros, para virem professar por tempo limitado a Portugal em uma língua desconhecida a quase todas as outras nações, e com avultadas recompensas pecuniárias.

Os objectos na nossa opinião, que mais imperiosamente reclamam a atenção do governo, são o ensino mais perfeito da cirurgia combinada com a medicina, o da farmácia, da química, da física, e da botânica e agricultura; e para todos estes ramos, excepto talvez a química, não é difícil achar hoje homens hábeis em Portugal. Em quanto a esta, estamos persuadidos que bastará criar as cadeiras e convidar os concorrentes, e não tardarão em se oferecer sujeitos capazes de desempenhar tão importante emprego, e pode ser que já alguns existam, dentro ou fora do reino, capazes de professar com fruto e distinção esta ciência. Mas, deve confessar-se que, tanto para formar mestres dignos para professar a química e outras ciências naturais, e muitas das artes menos conhecidas em Portugal, é indispensável consagrar por alguns anos um fundo, destinado a sustentar em França, em Inglaterra, em Itália e em Alemanha pensionários, que depois de bem versados nas ciências e artes a que cada um se destina, venham ensiná-las na pátria, e formar discípulos que os possam substituir sem carecerem de ir aprender a países estrangeiros. Assim, propagando-se em Portugal o gosto das ciências e das artes, se excitará entre os nossos compatriotas a emulação que distingue as mais nações, e a qual, ajudada da protecção do governo e do auxílio dos particulares, conduzirá ao estabelecimento de sociedades científicas, que pelos seus trabalhos promovem o progresso de todos os conhecimentos úteis. Um país tão felizmente situado como o nosso Portugal, pode com suma facilidade ajuntar em breve tempo ricas colecções dos três reinos da natureza, tiradas de todas as partes do globo, e ao mesmo tempo continuamente corresponder com todos os países cultos, e com as sociedades e academias que se dedicam ao estudo da natureza, e ao aperfeiçoamento das artes úteis; é o que hoje infelizmente não acontece, conhecendo os sábios de Paris e de Londres muito mais depressa o que se publica em Calcutá, do que as produções dos sábios portugueses.

Terminaremos aqui este artigo convidando aqueles dos nossos compatriotas que ao patriotismo ajuntam o estudo das ciências, a publiquem as suas ideias sobre o sistema de educação que convém adoptar na nossa pátria, para a tirar do estado em que jaz, e fazê-la ombrear com as mais nações, das quais foi outrora olhada com respeito e inveja.

Em outra ocasião talvez comuniquemos ao público algumas ideias acerca da educação primária em geral; objecto a respeito do qual já em vários artigos dos tomos antecedentes tem oferecido mui úteis reflexões um dos nossos colaboradores, particularmente no artigo do Tomo III sobre o ensino da geografia e da história^c, e nos que têm por objecto o ensino mútuo, método tão proficuo para facilitar a aquisição de todo o género de conhecimentos, e por isso mesmo tão detestado e combatido por todos os inimigos do aperfeiçoamento moral dos povos, cuja ignorância e vícios são as mais sólidas bases em que se estriba a opressão que as classes privilegiadas pretendem fazer pesar sobre as classes industriosas e úteis.

Acabaremos este rápido esboço com palavras de Salústio, que dirigiremos à nação portuguesa: *·nam sive bac seu meliore alid vid perges; a me quidem, pro virili parte, dictum et adjuntum fuerit·*

^c Trata-se do artigo de Cândido Xavier intitulado *Sobre a resolução da Comissão de Instrução Pública em Paris, para que o estudo da geografia e da história façam parte das matérias que se ensinam nas primeiras aulas* (Tomo III, Janeiro 1819, Parte I, pp. 81-111).

VOZES DOS LEAIS PORTUGUESES, ETC., ETC., LISBOA, 1820^a

É esta a segunda obra que no curto espaço de três anos, sai do prelo português, com o objecto de esclarecer a nação relativamente à applicação prática dos princípios da economia política nos domínios portuguezes; e é para nós grande motivo de satisfação vermos que o trabalho do Sr. António Maximino Dulac não merece senão louvor da nossa parte. O autor mostra ter profundo conhecimento dos melhores escritos na matéria, e comparando os males que pesam sobre a nação portugueza, com os meios que em outros países os têm prevenido ou remediado, indica suficientemente as reformas necessárias para fazer prosperar a agricultura, as artes, a indústria e o comércio nas vastas possessões portuguezas.

Esta obra appareceu no momento dos primeiros esforços que a nação portugueza fez por sacudir o insupportável jugo de uma administração tão arbitraria como destruidora de todas as fontes da prosperidade nacional; por isso, talvez foi o autor tão sucinto no desenvolvimento dos meios que únicos podem ainda salvar a pátria da immediata e inevitável ruína que há tantos anos a ameaça. O Sr. Dulac, persuadido que todas as questões de que trata o seu livro, iam brevemente ser discutidas pelos deputados da nação, contentou-se com indicar os remédios já adoptados entre outros povos, sem entrar em grande individuação das modificações que precisam, e da maneira por que devem ser postos em execução.

Aplaudindo pois as intenções do autor, e confessando que desempenhou dignamente o objecto que se propôs, não só pelo que respeita às doutrinas, mas até, com poucas excepções, pela correcção e elegância da linguagem; em vez de examinar miudamente cada uma das questões agitadas nesta obra, aproveitaremos esta occasião para fazer algumas observações gerais e importantes sobre certos pontos que nos parece não terem ainda sido suficientemente determinados, e de cuja solução depende em grande parte a sorte futura da nação portugueza.

Não há, nem pode haver duas opiniões sobre o estado deplorável a que a monarchia portugueza se achava reduzida. A todos é patente a decadência total da agricultura, da indústria e do comércio, a ruína do crédito público, a delapidação das rendas nacionaes, e, em uma palavra, o esgotamento iminente de todas as fontes de riqueza. As causas desta deplorável decadência são notórias e óbvias, e todas se reduzem ao vicioso sistema de sacrificar o grosso da nação, para favorecer a poucos. Infelizmente é mais fácil apontar os gravames, que pesando sobre todo o género de trabalho productivo, estorvam a indústria, e vão de dia em dia esgotando os mananciaes da riqueza, do que indicar os meios capa-

^a Tomo XIV, Outubro 1821, Parte I, pp. 95-111.

zes de sustar o rápido progresso do mal, e de abrir de novo as fontes da prosperidade pública. Quando uma nação começa a declinar, não só a sua decadência é pronta e abrange todos os ramos da força e riqueza do Estado, mas, o que vem ainda complicar mais a multidão das calamidades que por todos os lados tendem a subverter o edifício social, é que, ao passo que esta nação se enfraquece, outras se elevam à custa dela. Daqui procede, que para regenerar um povo longo tempo oprimido, é forçoso não só lutar com os obstáculos que os vícios interiores, profundos e arraigados, opõem a todo e qualquer melhoramento; é de mais a mais, inevitável combater com armas desiguais a indústria das nações, que progrediram enquanto esta recuou.

Esta dupla finalidade em nação nenhuma se encontra com mais força, por desgraça nossa, do que em Portugal; razão por que todos os expedientes que até agora se têm proposto para pôr a nação portuguesa a par das outras que se distinguem pela sua indústria, riqueza e consideração, ainda quando houvessem sido executadas com boa fé e constância, não teriam produzido mais que algumas vantagens parciais, sem melhorarem essencialmente a condição dos habitantes.

Os estorvos que paralisam a nossa agricultura e indústria, e danam ao nosso comércio, e o peso enorme e a má repartição dos encargos que ainda vêm consumir a já tão escassa produção, são males tão grandes, tão inveterados e tão conexos com toda a nossa legislação, que é absolutamente impraticável esperar vê-los destruídos, ou ainda consideravelmente minorados, enquanto não proceder uma reforma total de toda a legislação civil e administrativa, enquanto direitos comuns a todos não substituírem os privilégios feudais e abusivos de poucos; em uma palavra enquanto leis justas e bem executadas por autoridades efectivamente responsáveis não sucederem a uma legislação incoerente, mil vezes mais insuportável ainda pela arbitrariedade com que há séculos tem sido executada entre nós, do que pelos vícios que são inerentes a muitas das nossas leis, feitas, não a bem da nação, mas unicamente filhas do capricho, da ignorância, e não poucas vezes meramente ditadas por interesses privados directamente opostos aos do público.

Eis aqui por que temos visto baldados os esforços de alguns ministros, que de boa fé procuraram dar remédio a nossos males; eis aqui a razão do pouco que Portugal ganhou em quanto à sua agricultura por efeito de muitas disposições do Marquês de Pombal, o qual desejava sinceramente promover entre nós esta base de toda a riqueza e prosperidade nacional. Outro tanto se aplica às poucas e mal combinadas providências com que alguns dos seus sucessores têm pretendido conseguir o mesmo fim. As melhores destas medidas têm sido meros paliativos, que não só têm deixado subsistir o mal, mas que até o têm agravado a ponto de não admitir hoje remédio que não seja mui pronto e radical, remédio inseparável da reforma completa das nossas instituições políticas.

Todas as vezes que uma nação chegou a elevar-se a um certo grau

de prosperidade, é sinal infalível de que possuía instituições sociais apropriadas às luzes e precisões do tempo em que foram feitas, e da nação que deviam reger. Logo que estas instituições se corrompem, começam a manifestar-se sintomas de decadência no corpo social, a qual procede com muito maior rapidez que a elevação dos Estados, sempre custosa e lenta em seu progresso. Chegada a época da ruína da nação, e por conseguinte a das suas antigas instituições, é impossível regenerá-la sem assentar sobre novas bases o edifício social. As antigas instituições já não são adequadas, nem podem convir a uma nação que se tornou tão diversa do que fora; e como nunca se viu nem verá um governo corrupto reformar-se a si mesmo, e aqueles que vivem de abusos e que a eles devem a sua preponderância, serem quem trate de os extirpar, por isso nenhuma nação oprimida e arruinada pode ressurgir senão por efeito de uma mudança forçada nos elementos e máximas do seu governo. A razão bastaria para demonstrar esta verdade, se a história não fornecesse dela um sem número de exemplos; e no momento em que escrevemos, é Portugal prova convincente e decisiva do princípio que avançamos. Enquanto subsistirem entre nós as causas radicais que têm reduzido a nossa pátria ao deplorável estado em que há tantos anos jaz, é escusado esperarmos melhoramento algum importante.

Julgámos necessário insistir nestes pontos, não só porque nos parecem verdades fundamentais da primeira importância, mas porque é hoje mui oportuna repeti-las e elucidá-las; e no começo da obra do Sr. Dulac se nos oferece matéria mui própria para fazer ver quanto são ilusórias as promessas dos governos, e ineficazes os meios que eles, de boa ou má fé, propõem para curar os males inveterados das nações, os quais não poucas vezes agravam ainda mais.

O facto a que aludimos, é a célebre Carta Régia que em nome d'El-Rei dirigiu aos portugueses o ministério do Rio de Janeiro, em 7 de Março de 1810. Tem esta Carta por primeiro objecto persuadir à nação que deve tirar grande proveito da *liberdade e franqueza do comércio, e da diminuição dos direitos das alfândegas*, sobre os produtos da indústria estrangeira. Em segundo lugar, procura fazer crer que os capitais nacionais seriam muito mais útil e eficazmente vertidos *para a cultura das terras, o melhoramento dos vinhos, a manufactura dos azeites, a criação das lãs*, e outras produções territoriais, de cujo emprego prognostica a dita Carta, que virá a resultar com o tempo *uma indústria sólida*, e que nada possa temer *da rivalidade das outras nações*. Em terceiro lugar confessa, que, para decidir os capitalistas a darem um tal emprego a seus fundos, é preciso *fixar os dízimos, a fim que as terras não sofram um gravame intolerável; minorar e alterar o sistema das jugadas, quartas e terços, e tornar resgatáveis os foros, que tanto peso fazem às terras, depois de postas em cultura; e minorar ou suprimir os forais, que são em algumas partes do reino de um peso intolerável*. Sobre todos estes pontos diz a dita Carta Régia, que Sua Majestade tinha *dado ordens aos gover-*

nadores do reino de Portugal, para que se occupassem de lhes propor os meios de executar tão necessárias reformas.

Não falaremos na inexecução de tão pomposas promessas, e na nulidade absoluta de providências tendentes a fazer prosperar a agricultura, sem as quais seria demência querer que os capitalistas dessem tão ruinoso emprego a seus fundos, que em geral, em vez de produzir módicos lucros, só os exporiam a sofrer perdas consideráveis. Todos nós sabemos que estas promessas eram vãs, e que nunca o ministro que as fez^b, e que tanto se prezava de conhecimentos em economia política, pensou um só instante em as realizar. Estas últimas frases, cheias de verdades inegáveis, e outras, mais ou menos sólidas em que abunda o documento a que nos referimos, não tinham outro objecto real que não o de paliar aos olhos da nação todos os graves males que sobre ela derramou o sempre funesto, absurdo, e iníquo tratado de comércio feito com a Grã-Bretanha, que deu o golpe mortal à nossa já desfalecida indústria e navegação; e que em vez, ao menos, de redundar em benefício da agricultura de Portugal, acabou de lhe causar perdas ainda maiores que as que sofrera pela invasão dos exércitos franceses¹. Não só nada se fez a bem da agricultura; mas o sacrifício da indústria, e do comércio, só teve por efeito diminuir o nosso capital flutuante, e dissuadir cada dia mais os ricos pecuniosos de empregar os seus cabedais na árdua e ingrata cultura da terra. Concedemos tudo, para nada obter; e isto fez um ministro que só se fundava nos *princípios mais demonstrados da sã economia política!*

Vejamos se a ciência iludiu o ministro, ou se ele torceu certos princípios mais ou menos contestados, para tecer o sofisma anti-nacional com que tentou deslumbrar por alguns anos a nação portuguesa, a fim de que ofuscada por quimeras esperanças de bem futuros, não pudesse ver em toda a sua extensão os males novos, cujo peso se acabava de ajuntar aos antigos gravames. Mas, antes de tudo, confessemos que é devido algum louvor a quem redigiu a Carta Régia, por ter nela altamente proclamado a triste e indisputável verdade, de que a agricultura em Portugal gemia debaixo do *intolerável peso* dos dízimos, das jugadas, dos forais, e de mil direitos opressivos, cujo principal produto era possuído, e pródiga e inconsideravelmente dispendido pelos grandes, pelos validos, e outros privilegiados ociosos, que desperdiçam o fruto das fadigas do povo laborioso sem nada produzirem por sua própria indústria, nem de modo algum contribuirem para a pública prosperidade.

É certo que a proposição de Adam Smith, tantas vezes repetida pelos escritores da sua escola, que vale mais que uma nação compre

^b Trata-se de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares.

¹ Para não interromper o fio do raciocínio, observaremos aqui, que as perdas que a agricultura sofre pela ocupação do território por tropas inimigas, são prontamente reparadas, quando não há na legislação vício radical que acabrunhe os produtores. Bastantes e decisivos exemplos desta verdade temos visto na Prússia, na Áustria, na Bélgica, nas Províncias Renanas, na Saxónia, e na França.

barato aos estrangeiros, do que fabrique caro no próprio país, parece à primeira vista rigorosamente exacta, sendo aliás da mais evidente falsidade, e da mais funesta tendência. Já em outras ocasiões temos procurado provar o que asseveramos; mas como a matéria é mui importante, e não faltam ainda autores superficiais que repetem e procuram acreditar doutrina tão perniciosa, quando se pretende aplicar ao estado actual das relações entre os diversos povos, cumpre examiná-la a fundo.

Esta proposição seria talvez verdadeira se não houvesse entre as nações outra rivalidade mais que a da indústria e dos conhecimentos; e ainda nesse caso, seria preciso que cada nação tivesse uma garantia de que não seria alterada a boa inteligência com as outras, nem ameaçada a independência de cada Estado. Mas isso são quiméricas e absurdas suposições; e a economia política é uma ciência, não de abstracções, mas sim uma ciência prática, cujos princípios não podem ser apreciados de uma maneira absoluta, mas unicamente segundo o estado de cada nação relativamente às outras. Basta esta consideração para demonstrar o absurdo da citada proposição: e se cada nação a tivesse seguido, nenhuma hoje teria indústria, e apenas agricultura; visto que todas, no começo da sua civilização, e quando principiaram a criar manufacturas, tinham sido precedidas na mesma carreira por outros povos dos quais podiam comprar artigos mais bem fabricados e mais baratos, do que por muitos anos lhe foi possível obter pelos primeiros rudes esforços da indústria própria. Nunca por conseguinte a Inglaterra nem a França se teriam elevado ao grau de prosperidade, que devem aos progressos de uma indústria, que apenas remonta a dois séculos.

A verdade é que, para fabricar produtos baratos e de boa qualidade, é indispensável começar por fazer desembolsos e muitas tentativas, e por conseguinte dispender mais do que os fabricantes já experientes e peritos; e neste ponto pode aplicar-se a cada nação o que é inegável acerca de qualquer indivíduo. Mas debaixo de outro aspecto, muito difere um particular de uma nação, e não há paridade entre o tráfico de um negociante e os interesses do Estado. O grande ponto do primeiro está em comprar barato e vender caro. Uma nação tem, além destas considerações, muitas outras a que atender; tem que conservar a sua independência, e a prosperidade geral de seus cidadãos; e para o conseguir, precisa possuir em seu seio as coisas mais imediatamente necessárias para a subsistência da povoação e a defesa do território. A respeito de muitos objectos, nenhuma consideração tirada do seu menor preço, deve induzir uma nação a confiar a estranhos o cuidado de lhos fornecer; e acerca de todos os outros produtos, nenhum povo deve renunciar à produção de qualquer artigo de cultura ou fabricação, senão depois de bem convencido que não convém ao clima, ou que é contrariado por alguma circunstância imperiosa. Os particulares são os melhores e únicos juizes legítimos neste particular; e a todo o governo justo e sensato, cumpre favorecer as primeiras tentati-

vas de todo o género de indústria por algum tempo, até que a nação possa ajuizar da possibilidade de o introduzir com proveito no país. Assim têm feito todas as nações industriosas, e assim o deverão fazer todos os povos pouco adiantados, enquanto subsistirem no mundo estados preponderantes, que conservem o sistema de alfândegas, de direitos de entrada e saída, e proibições de géneros estranhos.

Não é isto dizer que o governo deva fazer-se fabricante, nem tão pouco, que deva proibir ou sobrecarregar produtos de fora, com o vago intuito de promover a indústria nacional. A única coisa por que nós contendemos, é, que todo o governo que deseja sinceramente a felicidade dos seus súbditos, deve, no estado actual das coisas, seguir à risca as seguintes máximas.

1ª Promover a produção, removendo todos os estorvos que podem impedir em uma nação o desempenho das suas faculdades de produzir.

2ª Favorecer as tentativas para criar ou aperfeiçoar no país qualquer género de indústria produtiva, por todos os meios possíveis, e entre eles, pela imposição de direitos suficientes sobre os produtos semelhantes importados de países estrangeiros; tudo isto por tempo limitado. Digo suficientes, porque sendo excessivos e mal calculados, dão lugar ao contrabando, o qual, por todos os princípios se deve evitar.

3ª Não obstar ao livre concurso dos nacionais no mesmo género de fabricação, concedendo só privilégios por tempo não mui extenso, e unicamente em certos casos de manufacturas difíceis de estabelecer, mui dispendiosas ou complicadas.

4ª Enfim, quando depois de feita a tentativa, com todas as condições convenientes, o ramo de indústria que se pretende introduzir não tenha prosperado, nem dê mostras de vir a ser para o diante mais vantajosa, deve deixar-se a introdução do género estrangeiro livre, e sujeita só a módicos direitos, se estes forem julgados necessários para as despesas do Estado.

Estes, se não nos enganamos, são os únicos princípios práticos cuja adopção tem feito até aos nossos dias prosperar as nações industriosas, e que prometem iguais resultados àquelas que aspirarem a sê-lo. Alguns escritores têm sustentado que a primeira nação que renunciar inteiramente ao sistema restritivo tirará disso as maiores vantagens, ainda quando as outras o mantenham.

Não examinaremos agora esta proposição, que até hoje nenhuma nação considerável tem posto em prática. É porém certo que estes autores supõem que antes de se abandonar o sistema restritivo, terá havido o cuidado de remover os estorvos à produção interior, e que o peso dos impostos se haja reduzido quanto possível for; pois eles mesmos admitem ser indispensável pôr nos géneros estrangeiros, direitos de introdução iguais aos que pesam sobre as produções análogas do país.

De tudo o que fica exposto, segue-se como rigorosíssima consequência, que a Carta Régia de 1810 acaba por onde deveria ter come-

çado, e que em vez de promessas vãs a benefício da nossa agricultura, o que importava era desembaraçar esta do *intolerável peso* que a esmaga; e em vez de destruir com um traço de pena essa indústria que ainda possuíamos, cumpria tê-la promovido, não só pela sua própria importância, mas ainda mais, porque a indústria fabril é o maior incentivo à produção territorial; verdade trivial, de que entre nós toda a Província do Minho, a Covilhã, Tomar e Alcobaça oferecem bem notórios exemplos, mas que parece ter sido desconhecida ao autor das pretensiosas sentenças encerradas no singular documento a que nos referimos.

As fábricas aumentam directamente o consumo dos géneros da agricultura, e fomentam nova produção deles. Por conseguinte, querer que uma nação que produz já mui pouco de uns e de outros, aumente a massa dos produtos territoriais renunciando quase inteiramente à sua mesquinha indústria, é projecto que só pode entrar na cabeça de um mentecapto. É isto ainda mais absurdo e impraticável em um país, cujos produtos rurais, como acontece aos de Portugal, estão em concorrência com os dos seus vizinhos e de muitas outras nações, que ainda depois de todas as despesas do transporte, os dão por menor preço que os da terra, como sucede entre nós ao trigo, e não poucas vezes ao azeite.

Para que a agricultura venha ainda a florescer na nossa pátria, grandes e immediatos esforços são indispensáveis; e não é menos urgente desonerar os agricultores do enorme peso que os oprime, e remover os multiplicados estorvos que paralisam a agricultura, do que promover todos os ramos de indústria, que ainda não estão inteiramente extintos, e os mais que sucessivamente se forem criando. Estas duas condições são intimamente ligadas, e realmente inseparáveis; sem o concurso destas duas fontes da riqueza é escusado esperar melhora alguma na nossa condição. Nós até disséramos que o meio mais pronto de animar a agricultura, depois de desonerada dos impostos que mais a oprimem, seria o rápido desenvolvimento daquelas fábricas que mais convêm ao estado actual da nação. Só assim crescerá a riqueza dos particulares com progresso suficientemente rápido para eles poderem formar associações a fim de abrir canais, melhorar estradas, e para mil outros trabalhos produtivos, que o governo não pode fazer executar tão cedo, e nunca com tanta economia e proveito como os particulares.

Poderá alguém dizer que a Carta Régia de 7 de Março de 1810 tinha antes em vista o Brasil que Portugal, e que no primeiro destes países, não existindo fábricas nem meios de as formar tão cedo, o comércio livre era a melhor política. Responderemos a isto em breves palavras, mas, segundo nos parece, concludentes.

Se, sacrificando Portugal ao Brasil, redundasse em benefício deste todo o prejuízo feito àquele, e se o Brasil tivesse meios de conservar estas vantagens depois de arruinado Portugal, nesse caso, pondo de parte todas as considerações morais, e sufocando todos os sentimentos de amor à pátria comum, diríamos que o interesse é sempre a lei a

mais poderosa, e aconselharíamos aos portugueses da Europa, que procurassem viver como fizeram seus maiores antes que a sede de conquistas os impelisse a ir buscar a felicidade fora do ninho paterno. Mas esta suposição não é real; o Brasil está mui longe de poder prosperar sem a sua união com Portugal; faltam-lhe todos os elementos de um Estado independente; não tem povoação activa própria, e quase todo o trabalho é ali feito por africanos; a sua escassa povoação, que não promete rápido aumento, está disseminada e separada por distâncias enormes; não tem elementos de exército, nem de marinha: em uma palavra é incomparavelmente mais fácil poder Portugal, não digo subsistir, mas até prosperar sem o Brasil, do que a este conservar-se sem o auxílio de Portugal. Esta verdade é hoje felizmente reconhecida, e universalmente proclamada por todos os homens sensatos do continente brasílico, e sobre ela assentam as bases da nossa união fraternal, da qual depende a mútua felicidade e força de toda a nação portuguesa em ambos os hemisférios. Favorecer a navegação e produtos de Portugal nos portos do Brasil, e reciprocamente conceder todas as vantagens aos gêneros da América em Portugal, são concessões mútuas indispensáveis para o bem de ambos os Estados. É justo que ambos façamos sacrifícios para utilidade recíproca, pois de outra maneira ambos perderemos.

Concluimos pois do que acabamos de expor, que, ainda debaixo deste ponto de vista, fez um grande desacerto o ministério do Rio de Janeiro quando pelo tratado com a Grã-Bretanha de 1810 sacrificou inteiramente a indústria, comércio e navegação portuguesa, com o alvo de que isto aproveitasse ao Brasil, e considerando a ruína e perda eventual de Portugal, como sucessos insignificantes ou pouco atendíveis.

Terminaremos aqui este artigo, repetindo que o autor da obra cuja leitura nos sugeriu estas observações, é digno de muito louvor pela maneira judiciosa com que expôs ao público tão oportunamente excelentes princípios de economia política prática, pela boa escolha dos exemplos que cita das outras nações, e pelo discernimento que mostra nas autoridades de que lança mão. Devemos também ajuntar que, familiarizado com todos os escritores da escola de Smith, não se deixou iludir pelas especiosas máximas de alguns deles, não sendo daqueles que nos aconselham, que não tentemos fabricar produto algum que *desde logo não pudermos executar com igual perfeição e por igual ou menor preço que os estrangeiros*. Bem longe de admitir tão absurda máxima, cuja adopção até nos tolheria de cultivar azeite, vinho e pão, propõe o autor mui acertados meios de fazer, a um tempo e de acordo, prosperar a agricultura, as artes, a indústria e o comércio, meios todos já praticados em outras nações, e por isso mesmo mais fáceis de serem postos em execução com acerto e probabilidade de sucesso. Oxalá que o Congresso Nacional se penetre bem da importância e da urgência dos remédios de que carecem nossos intoleráveis males, e que não confie a paliativos a cura de enfermidade tão arraigada, e que ameaça a existência mesma dos órgãos vitais da nação!

VARIÉTÉS POLITICO-STATISTIQUES SUR LA MONARCHIE
PORTUGAISE, DÉDIÉS À M. LE BARON ALEXANDRE DE
HUMBOLDT, ETC., PAR ADRIEN BALBI. PARIS, 1822^a

Este *Ensaio sobre a monarquia portuguesa* forma a primeira parte de um trabalho que M. Balbi se propõe continuar, e o qual, posto que intimamente conexo com a sua obra principal, encerra materiais que não era fácil fazer entrar no *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*, sem lhe dar nímia extensão, e alterar o plano debaixo do qual o seu laborioso e metódico autor dispôs esta interessante obra.

Esta produção de M. Balbi, dedicada ao sábio M. A. de Humboldt, por ele mui bem acolhida, e anunciada com muitos e justos elogios pelos ilustres redactores dos *Novos Anais das Viagens, da Geografia e da História*, consta de um discurso preliminar, e de seis capitulos. No primeiro, oferece o autor um bosquejo do comércio de Portugal. No segundo, agita a questão sobre a qual deva ser a capital da monarquia portuguesa. No terceiro, expõe as diferentes opiniões relativas à população de Portugal em diversas épocas. O quarto encerra um ensaio estatístico sobre a capitania geral de Moçambique, e outro sobre a capitania do Rio de Sena. O quinto encerra uma notícia sobre as moedas cunhadas em Portugal desde o tempo dos Romanos até nossos dias. O sexto oferece o quadro alfabético dos lugares de Portugal e Algarves em que residem juizes de primeira instância, precedido de algumas observações sobre as verdadeiras divisões do reino. A este opúsculo ajuntou M. A. Balbi o prefácio do *Ensaio Estatístico sobre o Reino de Portugal e Algarve*, que vai publicar e cuja impressão já está mui adiantada, e conclui com o mapa sinóptico dos artigos contidos nesta obra.

Já no nosso tomo XV falámos de M. Balbi com o louvor que ele merece por ter empreendido o mais difficil trabalho em toda a estatística da Europa, e que pela maneira por que ele o tem executado, lhe fará eterna honra entre os cultores desta nova e útil ciência, e lhe granjeará em Portugal reconhecimento duradouro, pela imparcial justiça com que tratou a nossa nação, e pelo muito que se esmerou em proclamar o merecimento de todos os beneméritos portugueses de que pôde alcançar notícia ou que pessoalmente conheceu. Além de bom observador e perito nas indagações estatísticas, como assaz o mostram as suas obras anteriores, e de escritor imparcial, tem mais M. Balbi o raro merecimento de não se mostrar influído no que diz acerca das coisas e das pessoas da nossa pátria, por opiniões políticas, ou por predilecção a favor das que hoje a nação portuguesa tem proclamado com tanto brio, moderação e

^a Tomo XVII, Abril 1822, Parte I, pp. 84-103.

patriotismo. Apesar de ter M. Balbi presenciado a aurora da nossa fausta regeneração, e de contar por amigos íntimos alguns dos que para ela mais eficazmente concorreram, nem por isso se mostra injusto para com muitos outros portugueses de talento e luzes os quais se têm mostrado tíbios e até adversos à nova ordem de coisas. Isto mostra que o alvo principal que M. Balbi teve em vista, foi descobrir e publicar a verdade acerca de um país tão mal conhecido, e até agora tão caluniado pelos escritores estrangeiros. O público reconhecerá facilmente na presente obra e no *Ensaio Estatístico sobre o Reino de Portugal*, a verdade do que asseveramos, e sem dúvida será esse mais um título para que dê crédito ao seu autor em tudo o que ele publicar relativamente ao nosso país.

No primeiro capítulo, depois de tocar no nosso insignificante comércio interno, apresenta o autor muitas noções importantes e muitos mapas do comércio de Portugal com as suas possessões da Ásia, África e América, e com as diversas potências. A maior parte das noções contidas neste capítulo e os interessantes mapas das exportações e importações são devidos ao Sr. Maurício José Teixeira de Moraes.

Na última secção deste capítulo trata M. Balbi da indústria portuguesa, e por um mapa da exportação dos produtos das nossas manufacturas para o Brasil e mais possessões portuguesas desde 1796 até 1819, mostra quanto era falsa e injusta a asserção de quase todos os autores de viagens ou de geografias, que increpavam Portugal de não possuir fábricas nem indústria. Com efeito, vê-se por este mapa, que adiante transcreveremos, que não eram insignificantes os produtos da nossa indústria, se bem que com mágoa confessamos terem sempre sido mui inferiores ao que deveram ser e serão indubitavelmente, se enfim deixando funestos projectos de governar antigas colónias, distantes e desligadas pelo efeito inevitável de alterações no sistema político e comercial do mundo, nos ocuparmos seriamente em fazer prosperar a agricultura em Portugal, e a par dela fomentarmos a indústria tirando-lhes os estorvos e abrindo-lhes canais. Enquanto reinar a fatal opinião de que a nossa prosperidade depende de outrém e não de nós mesmos, continuaremos a ser a nação mais pobre e débil da Europa, devendo aliás figurarmos em distinto lugar entre as secundárias. Se soubermos aproveitar e desenvolver os recursos próprios do nosso território, e tirar partido da incomparável posição dos nossos portos na Europa, e de muitas e belas ilhas e possessões na África, quem tolhe que Portugal rivalize em produções do solo e da indústria com a Baviêra, em comércio e navegação com a Suécia, ou a Holanda, e em consideração política, com as principais potências da segunda ordem? A resposta achamo-la na nossa história e na de Espanha; ela nos ensina que não é com o produto de monopólios, nem com a posse onerosa de colónias, ainda as mais ricas, que os Estados prosperam. Nenhuma potência possui há séculos mais belas e produtivas colónias que a Espanha e Portugal, e quão pouco com a posse exclusiva delas se tem

enriquecido? Quem tem tirado mais riquezas da América que os espanhóis e os portugueses, e a quem têm elas aproveitado menos? E porquê? Porque considerando só como riqueza a que nos vinha de fora, desprezávamos as fontes mais fecundas e permanentes dela que em casa possuíamos, e que dependendo do nosso trabalho e indústria, não eram susceptíveis de se esgotarem, antes ofereciam contínuos meios de multiplicação e aumento. É certo que alguns negociantes se têm enriquecido com o monopólio que exercíamos sobre o Brasil, mas que lucro tirou disso o grosso da nação? Ficou pobre e miserável em meio dos tesouros de um punhado de capitalistas que engodados pelos enormes lucros do comércio, e desviados da agricultura e indústria interna pelas diminutas vantagens que em uma e em outra podiam esperar, contentes com guardarem os seus grandes fundos em cofre ou em os fazer girar fora da pátria, apenas aplicavam insignificante parte dos seus lucros à agricultura de luxo, à subsistência de alguns marinheiros e operários, e à de muitos criados, não participando o resto da nação de uma riqueza real e não pequena, mas concentrada em poucas mãos, e, por assim dizer, estranha ao país, e inútil à república.

Eis aqui o referido mapa do valor dos produtos das manufacturas e fábricas de Portugal exportados para o Brasil e outras possessões do Ultramar desde 1796 até 1819.

Anos	Valor em Cruzados	Anos	Valor em cruzados
1796	6.106.502	1808	568.000
1797	7.160.750	1809	1.129.000
1798	10.329.000	1810	1.079.500
1799	14.080.750	1811	974.000
1800	9.606.250	1812	995.750
1801	10.030.750	1813	1.388.000
1802	8.676.508	1814	1.855.000
1803	6.936.500	1815	2.348.500
1804	8.449.250	1816	2.895.250
1805	6.311.750	1817	2.829.500
1806	4.799.250	1818	3.350.250
1807	2.936.500	1819	3.106.750

O segundo capítulo é consagrado a discutir a questão: Qual deve ser a capital da monarquia portuguesa. Deixaremos o seu exame para o fim deste artigo, e prosseguiremos a analisar o imediato capítulo, que trata da povoação de Portugal nos tempos antigos e modernos.

Depois de fazer ver a pasmosa diversidade que se encontra entre as suputações dos principais autores modernos relativamente à população de Portugal, avalia-a ter sido em 1807 de 3.199.000, e calcula ser no 1º de Janeiro de 1822, de 3.173.000, resultados que concordam quase exactamente com os dos Srs. Marino Miguel Franzini, Alberto Carlos de Menezes, e que pouco se afastam das suputações dos melhores e mais

recentes escritores de geografia e estatística, como são Sotzmann na sua tradução de Guthrie, edição de Berlim 1794; Playfair; Bourgoing na sua edição da *Viagem do Duque de Châtelet*, Paris, ano VI; Fabri na 3ª edição de 1806 do seu *Handbuch der Neusten geographie*; o *Itinéraire de l'Espagne et du Portugal*, Paris, 1808; o general Gomes Freire de Andrade no seu *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o exército*, publicado em Lisboa em 1806; Ebeling, edição de Hamburgo de 1808; e Mentelle e Malte-Brun na sua *Géographie mathématique, etc.*, Paris, 1803-1805. Os cálculos de M. Balbi fundam-se sobre os quatro censos de 1798, 1801, 1805 e 1815, e sobre muitas considerações de estatística devidas em grande parte os Srs. Franzini e Alberto Carlos de Menezes, nas memórias importantes que sobre esta matéria têm publicado. O censo de 1798, feito por ordem de Diogo Ignácio de Pina Manique, deu 746.864 fogos; o de 1801, mandado executar por D. Rodrigo de Souza Coutinho, deu 758.500 fogos e 2.931.930 indivíduos; o de 1805 feito pelos oficiais engenheiros os Srs. João Manuel da Silva e José Carlos de Figueiredo, e publicado no Tomo X dos nossos *Anais das Ciências*, deu 756.267 fogos; e enfim o censo de 1815, feito pelas autoridades militares, deu 732.105 fogos. A estes censos acresce o de 1819, feito em 24 comarcas, por fogos e por indivíduos, do qual, comparado com os dados fornecidos pelos antecedentes, deduz M. Balbi ser a população total do Reino de 3.173.000.

O nosso sócio e colaborador o Sr. Cândido Xavier, actual Ministro da Guerra, na memória que nos *Anais* inseriu relativa aos trabalhos dos Srs. J. C. de Figueiredo e J. M. da Silva, computando a razão de 3 7/8 indivíduos por cada fogo, achou que a população total do reino devia ser em 1805 de 2.930.524 indivíduos (Veja-se o Tomo X dos *Anais*^b), resultado que mui pouco difere dos censos e suputações acima apontadas. M. Balbi avalia cada fogo em 3,9

Para vermos até que ponto eram e são ainda hoje inexactas e absurdas as noções dos geógrafos acerca de Portugal, basta lançar os olhos sobre as diferentes suputações da população deste reino, entre as quais só citaremos algumas das mais disparatadas.

Os autores da *Encyclopédie méthodique* avaliam a povoação total de Portugal em 2.000.000, e o número dos eclesiásticos em 300.000!!! Guthrie, na 10ª edição da sua *Geografia*, Londres, 1787, repete o mesmo disparate, e na 2ª edição francesa do mesmo autor publicada em Paris em 1808, torna a avaliar-se a povoação total de Portugal em 2.000.000. Bourgoing avalia em 200.000 o número dos eclesiásticos. Enfim Antillon, em 1815, e Malte-Brun em 1820, dão a Portugal, o primeiro 3.683.000, e o segundo 3.680.000, porque sem razão alguma avaliam cada fogo em 5 indivíduos.

^b Solano Constâncio refere-se ao artigo de Cândido Xavier, *Considerações sobre a Estatística* (Tomo X, Outubro 1820, Parte I, pp. 134-172).

Ainda tem sido muito maior a diversidade de opinião acerca da povoação de Lisboa, que tem por alguns escritores nacionais sido exagerada além de todos os limites da razão. Sem falar das absurdas suputações de 500.000 até 800.000 habitantes, que se encontram em autores indignos da nossa crítica, citaremos uma das mais recentes, e é a do Major Cardoso Casado Giraldes que no seu *Mapa histórico-estatístico de Portugal* dá a Lisboa 400.000 habitantes. Segundo os cálculos do Sr. Franzini, de cujas bases e resultados mui pouco se afasta M. Balbi, a povoação de Lisboa há 20 anos tem flutuado de 220.000 até 260.000 indivíduos, sem nunca ter baixado a 200.000 nem chegado a 300.000, não falando da época da invasão francesa de Massena em que milhares de famílias, fugindo das províncias do norte, se acolheram à capital.

O resto deste capítulo é destinado a examinar se em época alguma anterior da história fora Portugal mais povoado do que o era em 1807. O autor sustenta a negativa, e parece-nos prová-lo com argumentos incontestáveis. Começa pelo censo da Lusitânia, mandado fazer por Augusto, que deu 568.126 chefes de família. M. Balbi julga que, para achar a população total, deve este número multiplicar-se por 5, o que dá 2.840.630 habitantes. Esta é a maior população que desde aquela época até aos nossos dias se colige dos documentos históricos: todos os censos, e suputações posteriores dão um total mui inferior à população da antiga Lusitânia no tempo de Augusto. O censo feito no reinado de D. João III em 1527 dá 1.550.000; do censo de 1636, feito pelo governo espanhol, se deduz uma povoação de 1.100.000 indivíduos; e do censo por fogos, citado por Soares de Barros, que se executou pelo ano de 1768, se deduz uma povoação de 2.409.698. M. Balbi observa com razão, que a antiga Lusitânia compreendia boa parte das províncias hoje espanholas, e não incluía parte do actual território de Portugal, e por isso pode mui bem considerar-se equivalente em povoação ao Portugal de nossos dias.

Além destes dados positivos, estriba-se o autor em muitas considerações para provar ser impossível admitir que a povoação de Portugal tivesse aumentado nas épocas anteriores, desde o princípio da monarquia até ao tempo da perda da sua independência e união à coroa de Espanha. Tudo quanto o autor diz a este respeito nos parece inquestionável, e muito mais pudera acrescentar. Com efeito, como é crível que pudesse haver aumento de povoação e de prosperidade em um país governado por leis e usos feudais, possuído quase em totalidade por corpos de mão morta, por morgados e privilegiados, governados por uma legislação inteiramente contrária à divisão das propriedades e à liberdade do comércio e da indústria? Em quanto à exportação de trigo de que falam alguns escritores antigos, isso, diz com acerto M. Balbi, nada prova relativamente à povoação, e só indica que a produção desse género nessas épocas excedia o consumo interior, como acontece hoje e há muitos séculos na costa de Berberia, onde por certo ninguém crê

que haja progresso de povoação e de prosperidade nacional. A este raciocínio juntaremos nós, ser factó constante que parte pelo menos, do trigo que em tempos antigos exportávamos, era importado da costa de Berberia e depois exportado dos nossos portos, como praticam os holandeses. Além disso, houve, se nos não enganamos, épocas anteriores às nossas guerras de África, em que os trigos de Castela entravam francamente em Portugal, e muitas vezes produziam no país abundância tal que era proveitoso exportá-los dos nossos portos. Naqueles tempos, se bem que a agricultura, indústria e comércio encontrassem muitos obstáculos, eram em certos respeitos, muito menos estorvados do que o têm sido em nossos dias por leis fiscaes e pelo abominável sistema de alfândegas entre a Espanha e Portugal, e das proibições tão funestas e onerosas para as duas nações, como insuficientes para preencherem o objecto que os seus governos se propõem.

O quarto capítulo encerra um ensaio estatístico da Capitania Geral de Moçambique e dos governos do Rio de Sena, Sofala, Quelimane, Baía de Lourenço Marques ou Cabo de Correntes, e das ilhas de Cabo Delgado. Esta relação redigida pelo penúltimo Capitão-Geral é mui interessante, particularmente no momento actual. Dela se colige em que deplorável estado temos deixado cair possessões da mais alta importância, e susceptíveis de nos darem por metade do custo os mais preciosos produtos do Brasil e da Ásia. Talvez que os recentes acontecimentos do Brasil e a cegueira dos seus habitantes abram enfim os olhos à nação portuguesa, há tanto tempo iludida e engodada com as precárias riquezas derivadas das nossas possessões americanas, tão difíceis de reger como de conservar. Só um governo tão inepto e impróvido como tem sido há dois séculos o de Portugal, podia ter desprezado possessões fertilíssimas, e algumas tão próximas à metrópole, para ir favorecer a grande custo estabelecimentos remotos, sujeitos a mil inconvenientes e que não ofereciam vantagens iguais. Só mentecaptos podiam conceber o projecto de transportar negros da costa de África para os fazer cultivar o Brasil. Este sistema, tão bárbaro como absurdo e mal calculado, condenando o Brasil a uma eterna infância, tem até ao dia de hoje obstado à civilização dos negros nas nossas possessões de África, e privado Portugal de um manancial de riqueza, que com bem pouco custo e sem violar os direitos sagrados da humanidade, podíamos e podemos ainda hoje disfrutar com prodigiosas vantagens, logo que, pondo um termo ao abominável tráfico dos negros, soubermos utilizar os seus braços na costa de África, ao passo que procurarmos cultivar as suas faculdades morais, fazendo-os dignos de gozar dos direitos sociais, de que os nossos irmãos africanos são tão dignos como nós. Nenhuma nação tem mais meios de executar projecto tão útil como filantrópico; por quanto nenhuma tem tratado os negros livres com mais humanidade e carinho, e os tem admitido com tanta liberalidade a empregos os mais distintos do Estado. Todos nós

temos conhecido negros prelados, militares de patentes superiores, advogados, e, em uma palavra, preenchendo os mais honrosos cargos. Todos sabem que na maior parte das nossas colónias de África quase todos os empregados são negros; e é igualmente notório que poucos brancos os igualam em actividade e zelo. Se os ingleses possuíssem na costa de África, a décima parte dos elementos de que podemos dispor, há quanto tempo não teriam executado o que em vão têm forcejado conseguir em Serra Leoa? A cultura de Angola, de Moçambique e das mais possessões portuguezas na costa de África, além da sua grande utilidade immediata para o nosso comércio e navegação, teria ainda outra vantagem, grande e progressiva; esta seria a civilização gradual dos naturais do país, e o tráfico sumamente lucrativo que com eles iríamos fazendo cada vez mais, à medida que estreitássemos as nossas relações com eles. Até os géneros principais com que hoje compramos escravos, na mesma África os colheríamos. Tabaco e aguardente não são productos privativos do Brasil; e vidros, missanga, quinquilharia, armas, pólvora, etc. não os tiramos nós das fábricas da América. Os marinheiros com que até agora se tem feito este e todo o comércio e navegação portugueza, são nossos e não do Brasil; por conseguinte, de nós depende a conservação e aproveitamento de possessões que há muitos anos teriam feito a riqueza de toda a nação cujo governo tivesse por alvo a prosperidade dos cidadãos, e soubesse fomentar a sua indústria e comércio. De todas as possessões de Portugal, as nossas ilhas e as colónias de África são as únicas que podemos e devemos conservar, e por singular fortuna, serão as mais proveitosas em todo o sentido, e as mais susceptíveis de grande progresso. O Brasil tende a separar-se de Portugal, mais por paixão que por interesse; separe-se embora, mas logo que o fizer, e que nós cuidarmos das nossas possessões da costa de África, faltar-lhe-ão os únicos braços que na América tiram productos da terra; o insignificante progresso que até ao presente se tem feito na civilização dos indígenas, não dá esperança de eles poderem suprir os negros, cuja importação vai cessar; e ainda é menos de supor que os cultivadores, em geral ignorantes e bárbaros do Brasil, adoptem immediatamente para com os negros, um sistema de disciplina, humano, e calculado para favorecer a propagação, e desta maneira tornar escusada a contínua importação de escravos da costa de África. A experiência nos ensina que, em casos idênticos, os proprietários, em vez de se tornarem mais humanos e de melhor compreenderem os seus verdadeiros interesses, se fazem mais cruéis, e procuram com menos braços obter productos iguais aos que dantes conseguiam, vindo bem depressa por este atroz e funesto sistema a esgotar as fontes de produção. Muito desejamos que estas reflexões aproveitem aos habitantes do Brasil, e muito mais ainda esperamos que sirvam de despertar os de Portugal do letargo e ignorância em que há tantos anos jazem sobre os seus verdadeiros interesses, e sobre os meios de tirar partido dos inumeráveis

recursos de que podemos dispor.

O quinto capítulo trata das moedas cunhadas em Portugal em diversas épocas desde o tempo dos Romanos até aos nossos dias. Nem este nem o último é susceptível de análise, e sobre eles não nos é possível fazer observações, por não termos à nossa disposição documentos originais para cotejar com a relação de M. Balbi. Só em Portugal é que estes dois capítulos poderão ser julgados.

Resta-nos considerar a questão relativa à capital que mais conviria à monarquia portuguesa, que ocupa o segundo capítulo do interessante opúsculo que analisamos.

Quando o autor publicou esta parte da sua obra, julgou a questão decidida, e só conservou este capítulo para mostrar qual tinha sido a sua opinião desde os primeiros dias da regeneração de Portugal, e sobre que bases tinha formado o seu raciocínio. Devemos confessar que M. Balbi considerou a matéria debaixo dos principais pontos de vista, e igualmente admitimos, que, a haver um centro político para todos os Estados que em 1821 formavam a monarquia portuguesa, este centro só em Portugal podia ser colocado. Porém depois que M. Balbi escreveu este capítulo, e até depois que ele apareceu impresso, têm mudado as coisas de face, e tomado duvidoso se os brasileiros querem continuar a fazer parte da família portuguesa, da qual se devem prezar de descender; e como a Portugal é impossível e ainda menos proveitoso tentar constringer o Brasil a formar parte integrante dos Estados portugueses, é provável que cesse Lisboa de ser a capital do Brasil, assim como pela sempre fausta regeneração de 1820, ños libertámos da vil condição de ser colónia do Brasil, a que desde 1810 estávamos reduzidos.

Todavia, se os raciocínios e conclusões mui bem deduzidas por M. Balbi não parecem poder ter hoje a mesma aplicação, é contudo este capítulo mui digno de ser lido com atenção pelos portugueses de ambos os hemisférios, e até pelos estrangeiros que se interessam na sorte futura da nossa nação.

Se os planos dos nossos *Anais*, a que constantemente nos temos cingido, permitisse entrarmos em um exame de questões políticas, facilmente demonstraríamos as seguintes proposições, que talvez alguma pena mais hábil não desdenhe tratar e desenvolver.

1^a A protecção de Portugal é necessária ao Brasil, não só porque este vasto continente não possui população indígena, nem os principais elementos que constituem a força dos Estados, mas porque nenhuma outra potência europeia ou americana tem interesse em prestar auxílio ao Brasil, visto não poder este oferecer-lhe compensação alguma proporcional.

2^a Portugal, que não prosperou enquanto tratava o Brasil como colónia, e monopolizava todos os seus ricos produtos, menos proveito acharia hoje em o governar, e só o poderia proteger com tropa e mañi-

nha no caso de nos concederem os brasileiros compensação mais que equivalente aos nossos desembolsos, visto o estado sempre precário de tropas constantemente rodeadas de negros dispostos a sacudir o jugo, e de brancos e mulatos desunidos, ignorantes, inquietos, e sempre ciosos dos Portugueses.

3ª As vantagens comerciais são recíprocas entre os dois países, e não são precisos tratados para as estabelecer. Os poucos géneros que Portugal exporta para o Brasil são lá recebidos, não por favor, mas porque são próprios para aquele mercado; os produtos do nosso solo, logo que a agricultura for aliviada dos enormes impostos e desembarçada dos estorvos que a paralisam, não receiam concorrência, e acharão em todo o universo novos e abundantes mercados. Pelo contrário, o Brasil só produz géneros comuns a quase todas as partes do mundo, e excepto o algodão, inferiores em qualidade aos da Ásia, da América espanhola, etc. e cujo preço irá crescendo à medida que for diminuindo a população negra; resultado inevitável da próxima e forçosa abolição do comércio dos escravos, e do estado de infância em que se acha o grosso da povoação livre do Brasil, incapaz de melhorar a condição dos seus escravos de maneira a poder achar na reprodução dos africanos um elemento da prosperidade futura daquele belo e vasto mas despovoado país, onde os homens livres são quase universalmente consumidores improdutos. Em semelhante terra, e subsistindo com tanta força a tirania de senhores ociosos, e a vileza de escravos oprimidos e semi-bárbaros, é impossível conceber a menor esperança de grandes progressos futuros por efeito do ingresso de emigrantes dos países cultos da Europa. Quando os Estados Unidos, e os imensos Estados espanhóis da América, cujo clima é em geral muito preferível ao do Brasil, cujos povos estão muito mais adiantados em civilização, e menos contaminados pelo número de escravos e pelos efeitos da escravidão, quando semelhantes países afortunados, quando a Espanha e o nosso Portugal convidam os estrangeiros industriais a virem estabelecer-se no seu seio, que esperança pode restar ao Brasil de ver o laborioso suíço, o constante alemão, o activo e engenhoso francês, o robusto irlandês, o hábil e prudente escocês, trabalhar a terra a par do negro, e participar do desprezo de que o desgraçado escravo é alvo constante? Antes que uma nação pense em ser independente, cumpre primeiro que possua a classe laboriosa dos produtores, e que a conte como parte do corpo social. Onde quer que falta esta classe, e é importada de fora como mercancia, ali não só não pode haver independência e prosperidade, mas até não existe nação. Tal é o estado actual do Brasil.

4ª Pode mui bem desligar-se o Brasil de Portugal, mas nem por isso formará um só Estado, nem talvez uma Confederação de Estados, porquanto falta a cada província o nexos natural que liga uns povos com outros por interesses comuns e precisões mútuas. Estas não existem entre as diversas massas da povoação brasileira; os produtos são os

mesmos em todo o território, e aqueles que diferem, só os consomem nações estrangeiras. Além disto, a falta de comunicações por terra, os imensos desertos que separam uns povos dos outros, a dificuldade de comunicações ainda por mar, entre muitos dos Estados do Brasil, a diversidade de maneiras, costumes, preocupações, e até a rivalidade que já há muito tempo se nota entre os crioulos de diversas partes daquele continente, tudo obsta ao estabelecimento de uma capital e de um centro comum; e de todas as actuais cidades, é o Rio de Janeiro a mais mal calculada para ponto central do governo de todo o Brasil. É portanto mais que provável que se os brasileiros teimarem em se desligar de Portugal, se separarão em dois ou três Estados. Ora, se todo o Brasil qual hoje subsiste, não merece o nome de potência, que será quando se achar dividido em insignificantes fracções? A potência a mais débil do universo, e até qualquer aventureiro, que, senhor de um porto ou ilha, possa armar corsários, poderá assolar a seu salvo toda a costa brasileira, e interceptar toda a sua navegação. Nesta suposição, não restará outro arbítrio aos brasileiros senão o de renunciarem a ter navegação e marinha, e a limitarem o seu comércio a um estado meramente passivo, entregando-o às nações que lhe quiserem ir comprar os seus gêneros a troco das mercadorias que lhes levarem. Se tal é o fruto que certos ambiciosos, tão inimigos do Brasil como o foram sempre de Portugal, esperam colher dos seus projectos, muito lastimamos que entre os brasileiros esclarecidos e amigos da sua pátria, não haja quem a tempo desmascare homens tão perversos, que só têm em vista o sórdido interesse, e em quem a sede de mandar se cobre da máscara de patriotismo, para assim iludir e perder os seus compatriotas que a ignorância cega e a vaidade alucina.

PRINCIPES D'ÉCONOMIE POLITIQUE
CONSIDÉRÉS SOUS LE RAPPORT DE LEUR APPLICATION PRATIQUE

PAR M. T. R. MALTHUS

TRADUITS DE L'ANGLAIS PAR M. F.S. CONSTÂNCIO

1820

PREFÁCIO E NOTAS^a

^a A presente edição apenas inclui o prefácio e notas de autoria do tradutor Francisco Solano Constâncio. Excluíram-se três pequenas notas de esclarecimento pontual nas páginas 155, 157, 174 e 210.

PRINCIPES
D'ÉCONOMIE POLITIQUE,

CONSIDÉRÉS

SOUS LE RAPPORT DE LEUR APPLICATION PRATIQUE,

PAR M. T. R. MALTHUS, M. A. F. R. S.,

PROFESSEUR D'HISTOIRE ET D'ÉCONOMIE POLITIQUE AU COLLÈGE DES
INDES-ORIENTALES, DANS LE HERTFORDSHIRE :

TRADUITS DE L'ANGLAIS

PAR M. F. S. CONSTANCIO, D. M., ETC.

TOME PREMIER.

PARIS,

J.-P. AILLAUD, LIBRAIRE, QUAI VOLTAIRE, N^o. 21.

1820.

AVANT-PROPOS DU TRADUCTEUR

En publiant l'année dernière la traduction de l'ouvrage de M. Ricardo, sur l'Économie politique, mon but a été de faire connaître en France les opinions d'un auteur qui a été comblé d'éloges par ses compatriotes, et dont on a même été jusqu'à dire que personne depuis Adam Smith, n'avait tant contribué à l'avancement de la science. Tout en rendant justice au mérite de l'ouvrage et aux vues souvent profondes de son auteur, j'étais loin de partager toutes ses opinions, et j'aurais ajouté quelques notes à ma version, si mon estimable et savant ami, M. J.B. Say, n'avait pas eu la complaisance de se charger de ce soin, en examinant les points en discussion qui paraissaient avoir le plus besoin d'être éclaircis. Plus récemment, M. Sismondi, dans ses excellents *Éléments d'Économie Politique*, a aussi discuté plusieurs des principales doctrines de l'auteur anglais, et a répandu beaucoup de lumière sur diverses questions sur lesquelles les écrivains les plus distingués ne s'accordent pas.

M. Malthus, bien connu en France par son *Essai sur la Population*, et célèbre dans son pays par ce même ouvrage, et par sa *Théorie du Fermage*, est le premier écrivain anglais qui ait entrepris de réfuter les doctrines de M. Ricardo. C'est ce qui m'a principalement décidé à traduire ces nouveaux *Principes d'Économie Politique*, qui d'ailleurs renferment des discussions très intéressantes sur les points les plus importants de cette science.

L'ouvrage de M. Malthus se distingue par beaucoup de méthode; les opinions y sont en général exposées avec franchise, et les arguments présentés dans toute leur force; on y dissimule rarement le côté faible d'une question; les conclusions sont presque toujours rigoureusement déduites des principes; et dans l'application des vérités théoriques à la pratique, l'auteur montre en général beaucoup de sagacité et de jugement. Il y a cependant dans ce *Traité*, un certain nombre de propositions qui me paraissent susceptibles d'être contestées; et malgré mon insuffisance, j'aurais peut-être hasardé quelques remarques sur ces objets; mais l'empressement que j'ai mis à faire et à publier ma traduction, et plus encore, la certitude qu'une plume bien autrement habile et exercée que la mienne, préparait un examen critique du

Traité de M. Malthus, m'avait fait renoncer au projet d'y ajouter des notes. Je n'ai cependant pas pu me défendre du désir de combattre certaines opinions qui me paraissent aussi fausses que dangereuses, et que bien des personnes en France et ailleurs, seront peut-être bien aisées de pouvoir étayer de l'autorité d'un écrivain aussi habile que M. Malthus.

Je me suis donc décidé à ajouter un petit nombre de notes au chapitre VII, dans lesquelles j'ai essayé de prouver que M. Malthus a fait des assertions contraires à tous les faits, et qui ne reposent sur aucun raisonnement solide. J'ai également tâché de montrer que M. Malthus n'est point remonté à la vraie source d'où découlent tous les maux très graves et peut-être mortels dont l'Angleterre est atteinte. Ne s'étant arrêté qu'à des causes secondaires, il ne faut pas s'étonner s'il n'a proposé que des moyens tout à fait insuffisants, et j'oserais même dire frivoles, pour remédier à l'état inouï de détresse de l'Angleterre.

C'est un spectacle bien digne d'être contemplé par les peuples et par ceux qui les gouvernent, que de voir combien peu de temps il a fallu à l'Angleterre pour passer du faîte du pouvoir et des richesses à un état de souffrance à peine supportable, comme M. Malthus l'appelle avec raison! Quelle richesse dangereuse que celle qui, concentrée dans les mains d'un très petit nombre d'individus, laisse la grande masse des citoyens livrée à la plus affligeante misère et à tous les maux qu'elle engendre, et expose une nation, qui se dit la maîtresse du monde, à tous les dangers d'une révolution!

Comment se fait-il que la Grande-Bretagne, après une suite non interrompue de succès en tout genre, et se vantant de posséder plus de capitaux et d'industrie à elle seule que plusieurs des principales nations de l'Europe réunies, ne puisse pas trouver les moyens d'employer et de nourrir la totalité d'une population de onze millions d'habitants? Comment est-il possible de dire qu'une telle population est trop forte, et que le capital national est insuffisant pour la faire subsister? Enfin comment se fait-il qu'une simple stagnation du commerce extérieur et intérieur, causée par la paix, ait de produire un état de détresse qui se prolonge depuis cinq ans, et contre lequel, ni M. Malthus, ni personne n'a, jusqu'à ce jour, proposé de remède? Il faut à coup sûr qu'un pays soit arrivé à une situation bien déplorable pour que des maux passagers et qui peuvent se reproduire à tout moment, le mettent à deux doigts de sa perte.

La meilleure réponse qu'on puisse faire aux panégyristes du système que l'Angleterre poursuit depuis longtemps, c'est de porter les yeux sur l'état auquel ses triomphes et la réussite de tous ses projets de domination politique et commerciale l'ont réduite. Si tels sont les fruits

¹ L'Écosse comprise.

qu'on recueille des richesses acquises par de si grands sacrifices, qui n'en assurent pas même la possession durable, c'est le cas de s'écrier avec M. Malthus, *périssent de telles richesses*²

Paris, le 1^{er} août 1820

*[Sobre a doutrina da população de Malthus]*³

Ce n'est pas ici le lieu d'examiner les singulières opinions de M. Malthus sur la population, mais je ne puis m'empêcher de dire que le reproche qu'il fait à M. Sismondi, ne me paraît nullement fondé. Je crois que cet estimable écrivain a parfaitement compris et complètement réfuté le système de M. Malthus, et qu'il a prouvé que l'accroissement de la population ne se règle pas d'après la quantité des subsistances. J'ajouterai quelques observations à ce sujet.

Voici les propositions fondamentales de M. Malthus.

1^o L'espèce humaine peut s'accroître dans une proportion géométrique, tandis que les subsistances n'augmentent qu'en suivant une proportion arithmétique.

2^o La population tend toujours non seulement à atteindre, mais à dépasser la limite des subsistances.

Il me semble, que d'après la première de ces propositions, M. Sismondi a eu bien raison de dire que M. Malthus avait mis en opposition l'accroissement possible de la population dans les circonstances les plus favorables (comme par exemple aux États Unis d'Amérique), avec l'accroissement positif des animaux et des végétaux, dans un lieu confiné, et avec des circonstances toujours plus défavorables. Est-il en effet possible d'avancer que les animaux et les plantes se reproduisent avec moins de facilité que l'espèce humaine, lorsque le terrain ne leur manque pas? Pour se convaincre du contraire, il suffit de songer à la reproduction des chevaux, des boeufs et des cochons dans toute l'Amérique, et à la merveilleuse facilité avec laquelle le bananier, le maïs, le riz et la pomme de terre se multiplient. Tout ce que M. Malthus a donc prouvé, c'est que dans les pays dont le territoire est borné, et qui sont très

² Ce n'est pas précisément dans ce sens que M. Malthus emploie cette expression, mais je crois que l'application que j'en fais ici, est aussi juste, quoique plus étendue. Voici le sens de la phrase de l'auteur: Si un pays n'a d'autre moyen de parvenir à la richesse qu'en forçant les ouvriers à se contenter des plus chétifs salaires, je n'hésiterais pas à dire, *périssent de telles richesses!* Voyez chapitre III, sect. X, p. 339. Et dans un autre endroit il dit: Si cette richesse n'est que temporaire (celle qui est créée par les impôts et les dépenses du gouvernement), et si, lorsqu'elle s'arrête dans son progrès elle est suivie de détresse, il aurait mieux valu qu'elle n'eût jamais existé. Voyez la fin du Précis.

³ Nota ao Cap. VII, secção VI, pp. 132-136.

avancés en culture, il est impossible de faire produire à la terre des quantités de subsistances croissant sans cesse d'après une proportion géométrique, ce que personne n'a jamais contesté. Il est également hors de doute que dans de tels pays, la population augmente beaucoup plus lentement que l'accroissement réel des subsistances, et de tous les autres produits avec lesquels on peut acheter des vivres à l'étranger. L'Angleterre n'a doublé sa population que dans cent cinquante ans, et certes, depuis cette époque, la somme totale de ses produits de tout genre s'est accrue dans une proportion bien plus forte.

La première proposition est donc fautive, soit qu'on la prenne abstraitement, soit qu'on veuille l'appliquer à la pratique. La seconde n'est pas plus vraie, car elle ne se fonde ni sur le raisonnement ni sur l'expérience. Dans les pays où la population a augmenté avec le plus de rapidité dans les circonstances les plus favorables, elle est toujours restée fort en deçà de la production, même pendant l'époque où l'accroissement a été le plus rapide, et cela par une raison toute naturelle; c'est que le premier but de l'homme n'est pas d'augmenter son espèce, mais de pourvoir au bien-être de la famille dont il peut se trouver chargé dans l'âge mûr.

Il serait plus exact de dire que la production des subsistances se règle sur la population, que d'avancer la proposition contraire, car toute production est calculée d'après la consommation habituelle des années précédentes, et la consommation présumée de l'année suivante. La difficulté qu'éprouvent souvent les pauvres de se procurer des subsistances, ne prouve pas que le pays en manque réellement, car on parvient presque toujours à nourrir toute la population au moyen des sacrifices faits par les riches et par le gouvernement; ce qui démontre sans réplique, que dans ce cas, c'est la distribution des denrées qui est vicieuse, leur quantité étant suffisante pour nourrir tous les habitants.

La surabondance absolue de la population n'a jamais existé dans un état d'une certaine étendue. Elle suppose que dans un pays où rien n'entrave ni le développement de l'industrie ni la meilleure distribution de la richesse, le travail de chaque individu ne lui donne pas les moyens de se nourrir, soit des subsistances indigènes, soit de celles qu'il peut tirer des pays voisins.

La surabondance relative n'est malheureusement que trop commune; elle n'a aucun rapport avec les subsistances, car dans les pays les plus fertiles et les plus riches, où la terre produit ou peut facilement produire beaucoup plus de subsistances qu'il n'en faut pour la consommation, une grande partie de la nation vit dans la plus affreuse misère. Cela arrive en Angleterre, en Espagne et dans ses possessions d'Amérique, en Pologne, etc. par des causes différentes, dont la principale tient à la trop inégale répartition de la propriété et de la richesse.

L'exemple de l'Irlande a, je crois, séduit et égaré M. Malthus. Il a attribué l'accroissement très rapide de la population de cette île, uniquement à l'introduction de la pomme de terre, qui fournit presque

sans travail une nourriture abondante à un peuple paresseux, insouciant et imprévoyant. Si cela était vrai, pourquoi, lui demanderais-je, le bananier et la maïs qui sont incomparablement plus productifs, et qui n'exigent pas plus de soins que la pomme de terre, n'ont-ils pas rendu la Nouvelle Espagne aussi peuplée qu'elle devrait l'être? Pourquoi les rives de la Plata, si riches en blé et en bestiaux, sont-elles si mal peuplées? Une circonstance très importante et cependant très familière, à laquelle M. Malthus n'a pas fait la moindre attention, c'est la grande différence de consommation dans les années d'abondance et de disette. Dans l'abondance, les familles consomment davantage, on élève plus d'animaux, et on gaspille considérablement; dans les temps de cherté ou de disette, c'est tout le contraire. D'ailleurs, il est reconnu qu'il ne suffit pas d'une suite d'excellentes récoltes pour que le bien-être général d'une nation augmente, et il n'est pas rare de voir les classes ouvrières très malheureusement pendant le bas prix, et l'abondance de la nourriture. C'est en effet ce bien-être soutenu, et tout ce qui contribue à augmenter l'aisance de la masse d'une nation, qui, non seulement favorise les mariages, mais qui empêche la mort prématurée d'un très grand nombre d'individus de tout âge, et qui, par conséquent, tend le plus à augmenter la population. Partout où ce bien-être manque, la population ne s'accroît que difficilement, quelle que soit d'ailleurs la fertilité de la terre; partout où l'aisance est générale parmi le peuple, la population s'accroît, même dans les climats ingrats et avec un sol peu fertile. Quant au paysan irlandais, je suis persuadé qu'il se regarde comme très heureux, puisque fort peu de travail lui suffit pour se nourrir lui et sa famille, et qu'il borne là tous ses vœux. Sa condition est certes préférable à celle de la plupart des journaliers anglais, et quoique l'irlandais nous paraisse misérable, parce qu'il est couvert de mauvais vêtements et mal logé, le fait est qu'il jouit d'une aisance relative à ses besoins et à ses goûts, tandis que l'ouvrier anglais est positivement misérable et se croit tel.

Au surplus, dans cette question comme dans bien d'autres, M. Malthus a dans tous les cours de cette ouvrage, fourni lui-même les arguments les plus puissants pour combattre ses propres opinions.

En un mot, les causes qui influent sur la population sont si nombreuses et compliquées, elles tiennent tellement aux qualités physiques et morales de l'homme, à la nature du sol, du climat, à la salubrité du pays, aux mœurs, aux croyances religieuses, à la législation, etc., que pour bien connaître tout ce qui a rapport à la population, il faut l'étudier dans chaque pays. Mais on peut assurer dès à présent, que ce n'est pas d'après la masse des subsistances dans chaque pays que sa population se règle, quoique ce soit une vérité triviale que les habitants ne peuvent pas exister si le pays ne fournit pas de quoi les nourrir, ou de quoi se procurer chez l'étranger les subsistances dont ils pourraient avoir besoin.

[*Sobre as vantagens da divisão da propriedade*]^a

Ce paragraphe et le précédent contiennent une doctrine qui me paraît aussi erronée que dangereuse; elle n'est appuyée ni sur le raisonnement ni sur l'expérience, et l'autorité de M. Malthus ne me semble pas suffisante pour l'établir en dogme. Des auteurs les plus distingués ont déjà répondu d'avance aux opinions de cet écrivain, et des plumes plus habiles que la mienne prendront sans doute en France la défense d'une loi dont la nécessité a été universellement sentie lorsqu'elle fut établie, et dont les effets salutaires n'ont cessé de se manifester depuis cette époque. Il y a bien plus longtemps qu'une loi à peu près semblable existe aux États Unis, et elle n'y a produit que d'excellents résultats: il en est arrivé autant à tous les pays qui ont adopté une pareille législation. M. Sismondi dit avec raison, dans ses *Nouveaux Principes d'Économie Politique* (liv. III, chap. II, p. 271), que: «Toutes les aristocraties qui se sont maintenues dans l'Univers, en Grèce, dans la république romaine, à Florence, à Venise, dans toutes les républiques italiennes du Moyen Âge, dans toutes celles de la Suisse et de l'Allemagne, ont été régies par la loi du partage égal entre les enfants. Des fortunes colossales s'y sont maintenues pendant plusieurs siècles, même lorsqu'elles étaient engagées dans le commerce, comme celles des Strozzi et des Médicis à Florence, ou des Fugger à Augsbourg. L'on a rarement vu dans ces familles un grand nombre de frères, et elles ne s'en sont pas éteintes plus rapidement.» Cela suffirait pour prouver que M. Malthus n'a pas moins tort d'attribuer les effets les plus funestes à la loi française en question, que de comprendre parmi ces effets l'imprévoyance des pères quant au nombre de leurs enfants, car rien au contraire ne contribue tant à rendre prudent un père de famille qui aime ses enfants que la certitude que tous les biens seront également partagés entre eux; et j'ajouterais même, que rien ne fortifie tant le père dans l'amour pour tous ses enfants qu'une semblable disposition législative. Dans presque toutes les familles où il y a un majorat, l'aîné seul des fils est considéré; ses frères et ses soeurs sont regardés comme les êtres d'un ordre inférieure, on leur laisse le soin de faire leur fortune par leurs propres efforts; on marie les filles, ou on les relègue dans des couvents, dans les pays catholiques. Ce sont cependant, de l'aveu même de M. Malthus, ces enfants qui n'ont que de très petites fortunes et qui souvent n'héritent même rien, et les classes industrielles et commerçantes dans lesquelles les biens se partagent également entre les enfants, qui font fleurir les nations et qui réparent sans cesse les maux infinis causés par le droit d'aînesse, les majorats, les substitutions et d'autres privilèges semblables, dont, par une contradiction manifeste et d'inconcevable, M. Malthus est à la fois l'antagoniste et le partisan.

^a Nota ao Cap. VII, secção VII, pp. 158-164.

Quant à la vérité banale que tout a des bornes, il fallait, pour en faire une application utile à la question présente, que M. Malthus prouvât d'abord que l'effet de la loi sur laquelle il se récrie tant, était de produire une trop grande subdivision de la propriété; c'est ce qu'il n'a pas même tenté de faire, et il aurait infailliblement échoué s'il avait essayé de prouver une chose qui est évidemment fausse en principe, et qui est démontrée fausse par l'expérience. Il existe en effet tant des causes qui tendent à rompre l'égalité entre les fortunes, dans les sociétés civilisées, que tous les efforts du législateur ne peuvent en dernière analyse produire d'autres effets que de rendre l'inégalité moins grande. C'est là tout ce que la loi du partage peut produire, ce qu'elle a déjà produit en France et ce qu'elle y produira toujours, ainsi que dans tout autre état où elle sera adoptée. À moins d'une loi agraire qui partage sans cesse les propriétés foncières en lots égaux, il n'y aura jamais cette excessive égalité de fortunes que M. Malthus redoute; et, nous savons combien dans l'ancienne Rome ces partages renouvelés à plusieurs époques ont été insuffisants pour s'opposer à la grande inégalité des fortunes, contre laquelle les citoyens romains n'ont cessé de réclamer dès les premiers temps de la république.

Je ferai encore un emprunt à M. Sismondi, pour montrer combien la crainte de M. Malthus est peu fondée sur l'opération d'une loi, dont je pourrais dire qu'il n'a calculé les effets que virtuellement. «Lorsque les paysans sont propriétaires, la population agricole s'arrête d'elle-même au moment où elle a atteint une division des terres suffisante pour que chaque famille soit appelée au travail, et puisse par lui vivre dans l'aisance. Dès lors, quand il y a plusieurs fils dans une famille, les cadets ne se marient pas jusqu'à ce qu'ils trouvent une femme qui leur apporte quelque propriété. S'ils quittent la maison paternelle, c'est pour travailler en journée; mais au milieu des paysans cultivateurs, le métier de journalier n'est pas un état, et l'ouvrier qui n'a que ses bras ne trouvera guère un père assez imprudent pour lui donner sa fille.» (Liv. VII, chap. 8, p. 339) Et il ajoute dans la page suivante, en parlant des paysans journaliers non propriétaires, que «ils calculent des probabilités au lieu d'une certitude; ils s'en remettent au hasard sur ce qu'ils ne peuvent juger: ils comptent sur leur bonheur, ils se marient beaucoup plus jeunes, ils élèvent beaucoup plus d'enfants, justement parce qu'ils savent moins au juste comment ils les établiront.» C'est pourquoi les Romains les avaient nommés prolétaires, ou destinés à propager l'espèce; et c'est cette classe de non propriétaires qui a de tout temps été regardée comme étant essentiellement imprudente et imprévoyante. M. Malthus, après l'avoir reconnu pleinement pour l'Irlande, veut, je ne sais pourquoi, que la loi du partage égal, qui doit augmenter le nombre des propriétaires, les rende nécessairement imprévoyants en France.

Je n'ajouterai qu'un mot au sujet de l'étrange supposition de la perspective d'un despotisme militaire, qui serait la suite de cette loi fatale.

Jamais le grand nombre de fortunes modiques n'a été et ne sera favorable à un despotisme quelconque, et moins encore au despotisme militaire, dont les éléments essentiels sont des grandes fortunes parmi les favoris du tyran et les chefs subalternes, et une nation composée de prolétaires. Jamais une nation de petits prolétaires, attachés au sol et à leurs propriétés, n'a été essentiellement conquérante ni disposée à accorder tout au gouvernement, ni à payer de grandes armées permanentes, et personne n'a plus en horreur la vie militaire, vie d'oisiveté et de dépendance, que le cultivateur laborieux, indépendant, attaché à sa propriété, à sa famille, aux lois et à la patrie. Tels sont les sentiments du propriétaire d'un fonds de terre, surtout lorsqu'à ces qualités il réunit les avantages d'une bonne éducation, telle que tous les hommes sensés cherchent à la faire répandre en France dans toutes les classes de la société.

Cependant M. Malthus convient pleinement de l'utilité de la loi française qui règle le mode de succession, et il avoue qu'elle pourrait produire les plus heureux effets dans presque tous les états de l'Europe; ce n'est qu'à la longue qu'elle lui paraît funeste. Je regrette que M. Malthus n'ait pas jugé à propos de poser la limite qu'il croit dangereux de dépasser, et nous dire pendant combien d'années une telle loi peut être utile, et après quelle époque il faut l'abroger ou la modifier. Je crois que M. Malthus aurait été plus d'accord avec lui-même si, au lieu de parler de la durée de la loi, il eût désigné le point où la subdivision des propriétés devrait s'arrêter. Mais dans un cas comme dans l'autre, il aurait également tort de vouloir que le gouvernement intervint dans des affaires que l'intérêt des particuliers réglera toujours beaucoup mieux que toutes les lois possibles. Toutes les fois que la subdivision des héritages sera trop grande, et ne présentera plus à chaque héritier la perspective de faire valoir avec avantage sa part de la succession, il la cédera à un autre, comme cela arrive tous les jours. D'ailleurs, la diversité des occupations, des goûts et des talents fait que, sur plusieurs frères, il n'y en a souvent qu'un seul qui suive la carrière de l'agriculture, et c'est celui-là qui reste le propriétaire ou l'administrateur de tous les bien-fonds du père, d'après un arrangement fait avec ses autres frères et dicté par l'intérêt commun de tous. Il est donc de la dernière évidence qu'il existe une raison plus puissante que toutes les dispositions législatives pour que la subdivision des propriétés ne puisse jamais atteindre ce degré imaginaire de morcellement, que M. Malthus paraît avoir calculé d'après les mêmes bases que l'accroissement virtuel de la population. Certes, si le partage des successions suivait toujours en proportion décroissante les subdivisions des familles, il y aurait des descendants des plus riches propriétaires fonciers de nos jours, à qui, dans un siècle, il ne resterait pas assez de terre pour faire venir un rosier. Mais l'absurdité même de ce résultat suffit pour trouver que l'hypothèse est inadmissible, car il faudrait qu'une loi forçât chacun à garder sa part

d'une succession, pour qu'on pût se résoudre à se charger d'une propriété dont l'exploitation n'offrirait aucun avantage. En un mot, si la loi en question a des inconvénients, ils se réduisent à ceux qui sont inhérents à la nature humaine; et la preuve qu'ils ne sont pas bien considérables, c'est qu'ils se sont rarement fait sentir parmi les classes de la société qui ne possèdent point le triste privilège de sacrifier tous leurs enfants à un seul; nous n'avons pas encore vu les classes industrieuses de la société en général réclamer le funeste privilège des majorats; et, si des particuliers en instituent, c'est évidemment par ostentation et non par intérêt pour leur postérité.

[Sobre o regime de morgadio]^a

Si l'on considère un État comme un individu, et si l'on entend par richesse la somme de toutes les valeurs, l'Angleterre est certainement arrivée à un très haut degré de richesse. Mais, si l'on compte pour quelque chose les hommes, il faut convenir qu'il n'est peut-être pas un seul pays de l'Europe où le nombre de malheureux soit plus grand, comparativement à la population, à la fertilité et à l'étendue du sol, que l'Angleterre. C'est peut-être le seul pays où une grande partie de la classe ouvrière soit réduite à la mendicité, et où la moindre interruption au commerce extérieur menace des centaines de milliers d'ouvriers de la plus affreuse misère.

Le reste de ce paragraphe est pour moi tout à fait incompréhensible. M. Malthus admet que ce sont des citoyens qui ont fait leur fortune par eux-mêmes et qui ont reçu de leurs pères une part égale avec leurs frères, qui ont réparé les maux causés par la trop inégale répartition des propriétés. Les cadets des familles dans lesquelles il y a un majorat, sont aussi les artisans de leur propre fortune, et M. Malthus est déjà convenu dans un autre endroit de cet ouvrage que les plus grandes améliorations dans l'agriculture en Angleterre avaient été faites par les fermiers, c'est-à-dire par des gens qui reçoivent et qui transmettent leurs biens par un partage égal entre les enfants. À quoi donc les majorats et les droits d'aînesse sont-ils utiles? L'avantage que M. Malthus leur attribue est tout à fait frivole; il est impossible qu'il puisse penser sérieusement que les négociants et les cadets de famille ont besoin de voir des nobles et des possesseurs de majorats étalant un grand luxe devant leurs yeux, pour être excités à travailler afin de parvenir à l'aisance, et de l'aisance à la richesse. Le sentiment qui pousse l'homme civilisé à faire tous ses efforts pour acquérir le bien-être et la richesse est implanté dans le cœur humain, et il se manifeste avec bien plus de

^a Nota ao Cap. VII, secção VI, pp.165-167.

force dans les pays où l'absence des privilèges augmente le nombre de concurrents, que dans ceux où les privilèges nuisent au libre exercice de l'industrie. Témoin les villes libres de l'Allemagne, les républiques italiennes, la Hollande, les États-Unis, d'un côté; et l'Espagne, l'ancienne France et tous les pays à privilèges féodaux, de l'autre: et certes, l'Angleterre même, ne peut pas soutenir à cet égard, de parallèle avec l'accroissement de la richesse des États-Unis.

[Sobre a abolição do morgadio]^a

Une telle abolition aurait nécessairement en Angleterre les mêmes effets qu'elle a eu en France; les terres seraient mieux partagées et le nombre de propriétaires fonciers ne serait pas borné à un nombre extrêmement petit, comme il est en ce moment; il y aurait moins de parcs pour la chasse, et les terres employées à élever des chevaux de luxe pourraient donner assez de blé pour nourrir un nombre d'hommes bien plus grand. Enfin la partie aisée de la nation serait deux fois plus nombreuse et le nombre des prolétaires diminuerait de beaucoup. Alors une population, qui n'est certainement pas trop forte, si on la compare à l'étendue du pays, à ses richesses, à son immense commerce, à son industrie, à sa navigation, à ses colonies, cesserait de paraître surabondante, et une si grande partie des classes ouvrières ne se verrait point réduite à l'indigence.

Pourquoi cette concurrence, et le désir des richesses qui est inné dans le coeur de l'homme, ne suffiraient-ils pas pour exciter les classes industrielles à s'enrichir? La nation hollandaise, les citoyens des États-Unis, et les français depuis la révolution, ont-ils négligé aucun moyen de faire fortune? A-t-il fallu pour cela avoir sans cesse devant les yeux ces débris du système féodal, ces possesseurs d'immenses domaines?

[Sobre as classes proprietárias]^b

Les deux cas supposés par M. Malthus n'en font réellement qu'un seul; car les négociants et les manufacturiers qui ont fait fortune chercheront toujours à acquérir des fonds de terre, soit qu'ils se retirent de leur commerce, soit qu'ils continuent à s'y livrer. C'est ce qu'on voit dans tous les pays du monde civilisé. Par la même raison ils deviendront les plus forts possesseurs de terres, et par conséquent leur intérêt

^a Notas ao Cap. VII, secção VII, pp. 168-169 e 171.

^b Nota ao Cap. VII, secção VII, pp. 172-173.

s'identifiera avec celui de la grande majorité de la nation, et cela d'autant plus certainement que toutes les constitutions modernes attachent des privilèges au revenu territorial. Ils ne seront plus redoutables, et ils ne pourront donner que de salutaires conseils. Les négociants et les manufacturiers n'en donnent jamais de mauvais que dans les pays où ils forment une classe aristocratique privilégiée, et dans ceux où ils sont opprimés par l'aristocratie territoriale, et où les mauvaises lois et les impôts onéreux sur l'agriculture, les empêchent de devenir propriétaires de terres.

J'ai déjà, dans une autre note, fait voir le peu de fondement de cette tendance supposée au despotisme militaire qui, selon M. Malthus, serait inhérente à une subdivision des propriétés telle qu'il n'y aurait que peu de fonds de terre rapportant au delà de 1000 l. st., ou 25.000 f. de rente. Cette crainte est évidemment chimérique, et elle n'est fondée ni sur le raisonnement ni sur les faits historiques.

Quant à l'aristocratie féodale de l'Angleterre, elle a sans doute rendu des services à la nation, à l'époque où cette aristocratie était le seul corps qui pût balancer le pouvoir de la couronne. Cela ne prouve nullement que l'aristocratie anglaise soit aujourd'hui aussi nécessaire aux intérêts de la grande masse du peuple anglais qu'elle a pu l'être jadis.

[Relação entre capital, população e prôcura]^a

Cette proposition me paraît d'une inexactitude frappante. Comment peut-on dire que le capital de l'Angleterre est insuffisant pour faire subsister une population si peu considérable, lorsque tous les écrivains anglais ne cessent de nous offrir des relevés d'après lesquels on voit que le capital général de l'Angleterre est extrêmement supérieur à celui de la France, qui cependant fournit à la subsistance d'une population presque trois fois plus forte que celle de l'Angleterre! Ce n'est ni à l'insuffisance du capital, ni à l'excès absolu de population que l'Angleterre doit les malheurs qu'elle éprouve, et qui ont suivi de si près sa prospérité éphémère et factice. Cette prospérité et ces malheurs ont une même source commune; ils tiennent essentiellement à la très vicieuse répartition des propriétés, aux effets du trop grand développement du commerce extérieur, à la facilité de se procurer du crédit dans les temps de prospérité, facilité qui est intimement liée avec la dette nationale, et enfin à une foule d'autres causes dont l'action constante tend à augmenter les produits sans améliorer d'une manière notable la condition de la masse des consommateurs nationaux. Il arrive donc que

^a Nota ao Cap. VII, secção X, pp. 256-257.

si la demande s'arrête un instant par des causes qui reviennent sans cesse, la portion du capital circulant employé à payer la main d'oeuvre se trouve tellement diminuée, qu'elle ne peut plus suffire à faire subsister tous les ouvriers, et il s'ensuit qu'ils se voient par milliers réduits à l'indigence. Dans ce cas, le capital national n'éprouve qu'une diminution peu considérable comparativement à sa valeur totale, et les effets désastreux qui en résultent ne sont nullement proportionnés à la valeur du capital déprécié ou détruit: ils la surpassent de beaucoup; et quoique toutes les classes de la nation s'en ressentent, c'est celle des producteurs qui en souffre le plus. Toute nation qui se trouvera organisée de manière à faire subsister une trop grande partie de ses habitants en les employant dans des genres d'industrie dont la consommation dépend de circonstances très précaires, telles que sont toutes celles qui tiennent à la demande de l'étranger, cette nation sera continuellement exposée à des vicissitudes de prospérité et de détresse, inconnues aux peuples dont la richesse, pour être moins brillante, n'en est que plus solide.

[Sobre a crise e a prosperidade]^a

Ce paragraphe, qui contient le résumé de la doctrine de M. Malthus sur ce point important, me paraît renfermer un raisonnement extrêmement vicieux. J'ai déjà, dans une autre note, cherché à montrer la futilité des arguments ou plutôt des assertions que M. Malthus emploie pour prouver que la division actuelle des propriétés en Angleterre est à peu près telle qu'elle doit être, et qu'en France l'effet de la loi du partage égal entre les enfants doit par la suite rendre cette division beaucoup trop grande. Mais voici que M. Malthus convient lui-même que la division actuelle de la propriété foncière en Angleterre est tellement vicieuse qu'il est forcé de regarder la dette nationale comme un grand bien, par cela seul que, en compensation de tous les maux qu'elle enfante et dont elle menace encore la nation, elle produit l'immense avantage d'égaliser un peu plus les fortunes! C'est une bien triste ressource que d'être réduit à opposer un mal très grand à un autre encore plus terrible, en s'éloignant toujours des remèdes qui seuls peuvent guérir radicalement. Puisque la division des terres est la source principale de la richesse et du bien-être de tout pays, n'est-il pas absurde de dire que, dans une nation qui sur onze millions d'habitants ne compte qu'environ 30.000 propriétaires fonciers, la division de la propriété territoriale est satisfaisante? Et ensuite, ayant une fois admis qu'en effet cette division est trop inégale, n'est-il pas singulier

^a Nota ao Cap. VII, secção X, pp. 285-295.

de voir M. Malthus repousser l'abolition des majorats et autres privilèges qui seule peut faire disparaître cette inégalité, et chercher le remède à un si grand mal dans la dette nationale, dont les funestes effets ont été démontrés par les écrivains modernes les plus distingués de l'Angleterre et de la France? Ils ont fait voir jusqu'à la dernière évidence, que les avantages de toute dette nationale ne sont que passagers et souvent illusoires, tandis que ses conséquences désastreuses sont de nature à compromettre le bonheur des nations pendant des siècles.

M. Malthus se donne une peine infinie dans la dernière section de ce chapitre pour expliquer les causes de la détresse que l'Angleterre éprouve depuis la paix, détresse qui a étonné tous les observateurs superficiels, éblouis par la brillante mais illusoire prospérité antérieure de l'Angleterre. Je conviens de la justesse de la plupart des observations que M. Malthus fait à ce sujet, et je crois à la réalité des causes qu'il assigne, et à leur opération; mais je pense que, s'il fût remonté plus haut, il aurait aperçu une cause plus générale, et par conséquent beaucoup plus importante de la transition que l'Angleterre a faite de l'État, d'une prospérité éblouissante et colossale à celui d'une misère dont aucune nation de l'Europe n'a offert depuis des siècles le spectacle. C'est certainement une question de la plus haute importance que de pouvoir déterminer comment une nation parvenue, de l'aveu de tout le monde, au faite des grandeurs, à la domination des mers, au commerce presque universel, au plus haut degré d'industrie agricole et manufacturière, avec le plus fort capital qu'aucun peuple ait jamais possédé, comment cette nation, dis-je, n'ayant pas éprouvé de désastre marquant pendant la guerre, et l'ayant terminée avec tant de succès, a pu passer si rapidement de cet état florissant à un autre que M. Malthus appelle avec raison, un état de souffrance presque insupportable.

Je suis intimement convaincu, je le répète, que ce sont les causes assignées par M. Malthus qui ont produit le changement en question, et que c'est à la diminution de la consommation et de la demande, à la stagnation soudaine de plusieurs branches de commerce, et à la destruction de beaucoup de capital qu'il faut surtout attribuer la détresse de l'Angleterre depuis la paix. Mais je demanderai pourquoi ces causes ont produit des effets si soudains et si terribles, et pourquoi il est si difficile de les réparer? C'est-là le point véritablement important, car la détermination de ces questions doit nous apprendre quelle est la richesse la plus désirable pour une nation et la moins sujette au danger d'événements qui peuvent se présenter à tous moments, et qui exposent, pour ainsi dire, le bien-être de la majorité des individus d'une nation aux chances d'un jeu de hasard.

Si on évalue la richesse d'une nation par la valeur totale de ses produits et par la masse des capitaux employés à cette production,

cette évaluation se réduira à une addition d'arithmétique. Mais si l'on veut juger du bien-être d'un peuple, ou calculer la stabilité de sa prospérité future d'après cette base, on commettra la même erreur que si l'on calculait la puissance, la richesse et la prospérité d'un État d'après la quantité numérique de ses habitants, ou, pour mieux dire, ce serait confondre les ressources des gouvernements avec celles des particuliers. Ce qui caractérise véritablement le bien-être d'une nation, c'est de posséder une population proportionnée à la fertilité de son territoire et à l'industrie de ses habitants, et par conséquent d'avoir assez de richesse pour que le plus grand nombre des individus en possèdent une part suffisante pour satisfaire à leurs besoins et à ceux de leurs familles, moyennant un travail modéré. Le pays qui approchera le plus de cette condition sera le plus prospère, quoiqu'il puisse ne pas être, somme totale, le plus riche. Par opposition, un pays peut posséder d'immenses capitaux, une prodigieuse industrie, une masse incalculable de produits et un très grand commerce intérieur et extérieur; mais, si toutes ces richesses sont mal réparties, si le petit nombre seul y est propriétaire, si le très grand nombre n'y vit que des fruits du travail corporel, et s'il y a une proportion de bras employés dans les manufactures trop forte comparativement au nombre de ceux qui travaillent à l'agriculture, ce pays sera sans cesse exposé aux calamités que l'Angleterre éprouve, toutes les fois que des causes sans cesse renaissantes et qui peuvent et doivent se reproduire dans l'avenir, mettront des entraves à la consommation et à la demande de ses produits. La condition d'un tel pays sera d'autant plus malheureuse que les maux une fois causés par ces événements sont très difficiles à réparer, ou sont même irréparables tant que le pays conserve une distribution vicieuse de la propriété, et tant que subsiste une trop forte disproportion entre le nombre des possesseurs et celui des journaliers. C'est bien ici le cas de dire, avec M. Malthus, que toute l'économie politique tient à des proportions. L'effet de ces proportions est tel que, longtemps même avant les catastrophes produites par la stagnation du commerce dans les pays dont la prospérité ou la misère dépend en grande partie de la vente de leurs produits à l'étranger, la condition d'une grande partie des classes productives est déplorable. Pour que le gouvernement puisse entretenir une puissance marine, une armée nombreuse et un corps très considérable d'employés; pour que les riches propriétaires fonciers puissent posséder d'immenses parcs, de superbes équipages et une nombreuse suite de domestiques; pour qu'ils puissent se livrer à un luxe effréné; pour que les négociants et les chefs de manufactures rivalisent de luxe avec eux, il faut que le pauvre laboureur, et surtout le malheureux ouvrier en manufactures, après avoir épuisé son corps par un travail journalier très pénible et souvent au-dessus de ses forces physiques, aille encore mendier des secours pour pouvoir nourrir sa famille! Tel

est cependant le tableau réel que l'Angleterre nous offre, non seulement depuis la paix, mais longtemps avant et surtout depuis 1793, époque à laquelle la Grande-Bretagne prit un élan inconnu jusqu'alors dans la carrière de l'industrie manufacturière et chercha à remplacer celle de toutes les nations dans tous les marchés de l'univers. Depuis le commencement de la guerre, l'Angleterre n'a cessé de s'enrichir; mais l'aisance générale dont les classes ouvrières jouissaient auparavant a de jour en jour diminué, peut-être dans une proportion encore plus forte; et la stagnation du commerce à la conclusion de la guerre n'a fait qu'aggraver un mal dont les germes existaient depuis longtemps.

La situation actuelle de l'Angleterre a été un effet forcé du système politique suivi par son gouvernement depuis l'époque où ce pays a commencé à acquérir une grande prépondérance maritime et commerciale, et surtout après la révolution française. Il y a un siècle que l'Angleterre cherche à occuper le premier rang parmi les puissances, et depuis 1792 son gouvernement, d'accord avec l'aristocratie nobiliaire et le haut commerce, craignant d'un côté les progrès des principes de la révolution française qui menaçaient de détruire les privilèges et l'influence exclusive que ces deux classes exercent dans l'État, et se flattant d'ailleurs de profiter des troubles de la France pour écraser cette rivale dangereuse, n'épargna rien pour lui susciter des ennemis et pour lui faire une guerre à mort. Pour y parvenir, il fallait faire d'énormes dépenses; pour y faire face, des emprunts successifs étaient nécessaires, et, pour payer les intérêts, de nouveaux impôts devenaient indispensables. Un tel système n'aurait jamais pu se prolonger sans une prodigieuse extension de toutes les branches d'industrie et de commerce, et on a livré des batailles et des combats sur terre et sur mer pour s'ouvrir de nouveaux débouchés ou pour ne pas perdre ceux dont on était déjà en possession. Je ne prétends pas décider si l'Angleterre a eu tort ou raison; ce qui me paraît incontestable, c'est qu'en partant des principes dont je viens de parler, elle ne pouvait pas agir autrement; mais ce qui doit faire présumer que les hommes qui ont dirigé ces conseils se sont trompés, c'est l'état de détresse où nous la voyons réduite après des triomphes, qui certes ont surpassé son attente. Que serait-elle donc devenue si elle eût échoué dans la lutte contre sa rivale? Et pourquoi la France dont les pertes de tout genre, depuis 1813, sont sans comparaison au-dessus de celles de la Grande-Bretagne, et dont la population a continué à s'accroître dans une proportion bien plus forte que celle de l'Angleterre; pourquoi, dis-je, la masse de la nation française, après tant de malheurs et de revers inouïs, souffre-t-elle moins, et se trouve-t-elle même dans un état d'aisance comparative? Pourquoi enfin les classes inférieures de la société y sont-elles aujourd'hui moins malheureuses que les mêmes classes en Angleterre?

M. Malthus répond, que les nations qui ont souffert le moins ou qui même ont gagné pendant la guerre, ont dû souffrir le plus par l'effet de la paix; et, sous ce rapport, il compare la détresse de l'Angleterre depuis la paix à celle que les États-Unis ont éprouvée depuis la même époque. Il est difficile de dire quels sont les grands États dont la situation s'est améliorée depuis la paix, et il y a de fortes raisons de croire que la plupart souffrent autant et plus qu'ils ne souffraient pendant la guerre, quoique peut-être le mal ne soit pas précisément de la même nature. Quant aux États qui se sont décidément enrichis pendant la guerre et qui ont conservé cette richesse acquise jusqu'au moment de la paix, je ne connais que la Grande-Bretagne; et quoiqu'il soit très facile à concevoir de quelle manière la paix a diminué sa prospérité, on ne pourrait jamais comprendre comment une diminution subite de demande pour ses produits a pu occasionner tout à coup une détresse qui dure depuis cinq ans, et à laquelle on cherche en vain des remèdes, si on ne remontait pas aux sources auxquelles le gouvernement britannique doit sa force, et une grande partie du peuple anglais son malheur. Ces sources sont, ainsi que je l'ai déjà dit, la trop inégale répartition de la richesse, la trop grande extension donnée à l'industrie manufacturière et au commerce étranger, et le nombre trop considérable d'individus n'ayant d'autre propriété que leur travail, et dont la subsistance journalière dépend de la vente des produits qu'ils fabriquent, laquelle peut-être contrariée, retardée ou soudainement arrêtée ou diminuée par mille causes imprévues, surtout lorsqu'elle dépend des moyens, des goûts changeants, du caprice, de la législation variable des nations étrangères et des suites des progrès incalculables de l'industrie des autres peuples industriels. Aucune autre nation ne se trouvant dans cette dépendance de l'étranger pour la vente d'une grande partie de ses produits et surtout de ceux qu'on peut aisément remplacer, aucune n'a dû souffrir autant que l'Angleterre de l'échec qu'a éprouvé son commerce. La détresse des autres nations, et surtout celle de la France, est comme les moyens d'existence des habitants, plus également répartie dans toutes les classes; chacun porte à peu près sa part du fardeau, tout ne tombe pas sur le pauvre journalier comme en Angleterre, et l'on n'a vu nulle part les ouvriers de tout genre en état d'insurrection presque permanente pour obtenir de quoi se nourrir, ni plus du dixième de la population d'un pays florissant réduite à vivre d'aumônes!

La comparaison avec les États-Unis manque de justesse à plusieurs égards. Cette république ne s'est point enrichie pendant sa dernière guerre avec l'Angleterre, et c'est au contraire pendant cette guerre qu'elle a commencé à éprouver les maux dont elle souffre encore, et qui sont dus en grande partie à la trop rapide extension de son commerce extérieur. En cela, sa position a quelque ressemblance avec

celle de l'Angleterre; mais je suis étonné qu'un homme de la sagacité de M. Malthus n'ait pas vu dans ce qui s'est passé aux États-Unis une nouvelle preuve du vice radical du système anglais. Pourquoi les pertes énormes essuyées par les États-Unis, dont le capital est insignifiant et dont les ressources sont encore bien faibles comparativement à la Grande-Bretagne; pourquoi, dis-je, ces pertes n'ont-elles pas réduit un ou deux millions de citoyens américains à la mendicité? On sait que la population des États-Unis diffère en ce moment peu de celle de l'Angleterre, et on sait aussi qu'il n'y a point dans le premier pays, ni d'impôts pour les pauvres, ni les immenses fortunes des particuliers qui permettent de lever par souscription des sommes énormes pour venir au secours des malheureux journaliers sans ouvrage. Cependant non seulement la détresse n'y a pas approché de celle que l'Angleterre éprouve, mais elle a même commencé à diminuer il y a longtemps malgré le discrédit des banques et d'autres calamités nationales. La raison en est très simple: c'est qu'il y a beaucoup plus de propriétaires aux États-Unis et moins de simples journaliers, beaucoup plus de gens cultivant la terre pour leur propre compte, et un nombre très peu considérable d'ouvriers en manufactures: et, quoique le nombre des négociants et armateurs soit peut-être déjà trop considérable, la nature des exportations de leur sol les expose à beaucoup moins de chances subites et ruineuses, parce que se sont en général des objets de première nécessité dont il n'est pas aussi facile de se passer que de mousselines, et que peu de nations peuvent fournir dans la même quantité et au même prix.

D'après tout ce que je viens d'exposer je ne suis pas surpris si M. Malthus trouve si difficile d'opposer un remède efficace aux maux qui pèsent sur son pays, et s'il redoute tant l'extinction et même la trop rapide diminution de la dette nationale, et un système d'épargne, et s'il propose des moyens tellement insuffisants pour accroître les revenus de la nation. En effet, vouloir conserver la division actuelle de la propriété et la dette nationale, et cependant demander des remèdes pour des maux qui découlent de ces deux sources, c'est comme si un homme attaqué d'une maladie générale, fruit de l'intempérance et de la débauche, exigeait qu'un médecin le guérit radicalement pendant qu'il continuerait à se livrer aux mêmes excès que par le passé.

En un mot, la prospérité des États est comme la santé du corps humain; l'une et l'autre dépendent de la juste proportion des forces et de leur équilibre. Toutes les fois que dans une nation les classes les plus nombreuses n'ont presque rien, et que celles dont le nombre est le moins considérable ont presque tout, l'État est frappé d'une maladie mortelle; s'il développe une grande énergie et s'il fait de grands efforts pendant quelque temps, on peut les comparer aux mouvements extraordinaires du système musculaire dans l'état convulsif, qui font bientôt place à la prostration générale.

[Sobre o salário de subsistência]^a

C'est-à-dire, que pour ôter aux ouvriers la tentation de se marier et d'avoir des enfants, on ne leur donnerait pour salaire que le juste nécessaire pour les empêcher de mourir de faim! Et que deviendront alors les journaliers qui gagnent en ce moment leur vie à de pareilles occupations, lorsqu'à côté d'eux arrivera un essaim de malheureux forcés de travailler pour un morceau de pain? C'est ainsi que pour empêcher les uns de mourir de faim on réduirait à la misère les autres qui jouissent à présent d'un certain bien-être. Et c'est cependant là un des moyens qui paraissent à M. Malthus capables de porter le plus de soulagement aux infortunés ouvriers anglais! Il n'est en effet, comme tous les autres qu'il propose, qu'un palliatif très insuffisant.

^a Nota ao Cap. VII, secção X, p. 301.

NOVOS ANAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES

1827

Floriferis ut apes in saltibus omnia limant
Omnia nos itidem depascimur aurea dicta.

Lucrecio, *De rerum natura*, Livro III

NOVOS ANNAES

DAS

SCIENCIAS E DAS ARTES;

DEDICADOS

AOS QUE FALLAM A LINGUA PORTUGUEZA EM AMBOS OS
HEMISFERIOS.

*Flourens ut spes in saltibus omnia linant
Omnia nos itidem deposcimus terra dicta.*

Liv. de rer. nat. L. III.

NUMERO IV^o.

JULHO DE 1827.

PARIS,

IMPRESSO POR C. FARCY, RUE DE LA TABLETTE, N^o 2.

1827.

PREFEÇÃO³

Fez sem dúvida um grande serviço à humanidade, quaisquer que fossem as suas vistas, aquele que pondo um justo receio na memória e tradição dos homens, fixou pela ordem dos tempos os feitos memoráveis dos que o precederam, não foi porém menor o bem que procedeu da comunicação das memórias científicas. Os fastos das ciências e os anais dos costumes e acções humanas idênticos em virtudes, bem que por diferentes vias, tendem igualmente a impelir a sociedade ao melhoramento a que a convida a natureza prestes a felicitá-la, revelando-se dócil à sua curiosidade, e sempre sensível às suas precisões. Há contudo uma diferença considerável nos efeitos e sensações da história política, e da história científica. Aquela, conduzindo muitas vezes perfidamente ao fanatismo, ambição e despotismo, desperta lembranças horrorosas pela série quase nunca interrompida de cabalas, roubos e assassinios embuçados com honestos e pomposos nomes de sacros deveres, conquistas gloriosas, castigos, e heroicidades; esta sempre pacífica e protectora, fecunda em imagens lisonjeiras, leva o homem a conhecer-se, a interpretar-se, a conversar com a natureza; e então esta patenteando-se com a franqueza de verdadeira amiga, ousando apenas ocultar os segredos em que parece inflexível, faz-lhe conhecer a sua dignidade; e envergonhando-o de curvar-se a outro homem, de acatar a impostura e render homenagens à tirania, lança os cimentos à liberdade, releva a dignidade daqueles a quem a sorte colocou à testa dos governos, tornando-os em vez de senhores de uma sórdida e ignóbil multidão de escravos, que lhes oferecem um incenso vil nos turbulos do servilismo; soberanos respeitados por homens livres, cidadãos instruídos sós capazes de respeitar as leis, recomendar os costumes, tornar próspero e considerado o Estado, e verdadeiramente feliz o chefe que o preside.

Os fastos das ciências ou a comunicação das luzes sendo o meio mais fácil e presentâneo de propagar os conhecimentos, e a sua propa-

³ Nº 1, Janeiro 1827, pp. I a VI.

gação a fonte do bem social, deve aquele que se encontra no seu foco fazer quanto em si cabe para transmiti-las aos que existem fora desse centro; pois que, como dissemos no nosso prospecto:

«Ninguém por si mesmo se fez sábio, e é por meio de um progresso vagaroso, e indispensavelmente secundado por alheias fadigas que se pode ao cabo de um certo termo achar sobre o nível do que se chama vulgo. Esta ascensão tão satisfatória para o que trabalha, como interessante para a sociedade, será tanto mais vantajosa quanto mais rápida, e tanto mais rápida quanto mais auxiliada.» Se estes auxílios não são de todos os lugares, o que se acha onde eles abundam faça por seu bem, como o que de uma fonte deriva por um aqueduto água que vai fertilizar outros lugares. É a capital da França o mais rico desta sorte de mananciais; Paris indisputavelmente a mais rica fonte de conhecimentos humanos, onde as ciências, por assim dizer, pululando a cada instante, em quase sucessivas descobertas, oferecem novos meios de riqueza, e excelência a todas as artes; que pela sua utilidade derramam a abundância, o gosto, e a mais sólida prosperidade em todas as classes de cidadãos.

A revolução mental que experimenta a sociedade deve ser extensiva a todos os pontos, por que todos gozem dos benefícios resultados das longas vigílias, e aturado estudo de tantos sábios sobre os meios de melhorar a existência da espécie humana, aproximando-a do trilho da natureza, donde a ignorância e a malignidade a tinha imensamente desviado; e se saibam defender do que abusando destas vantagens, se aproveita do seu atraso, contrapesando com males o *deficit* que existe ao equilíbrio da sua indústria, ou dos seus conhecimentos.

As ideias de *bem geral, interesse público* compreendem alguma coisa de grande; é dever do filantropo concorrer para ele com os meios que lhe oferece a sua posição. Contribua o rico com seus capitais, que são os sucos nutritivos do comércio; o sábio com suas luzes, primeiros estames da felicidade. Debaixo deste último ponto de vista (sem contudo pertencermos a esta classe, excepto se a ela pode o aspirante ser admitido) aproveitando-nos da nossa residência no empório das ciências, e pondo em seu serviço esses tais ou quais conhecimentos que largos esforços nos hão adquirido, coligiremos e comunicaremos o que ocorrer mais importante em medicina, por exemplo, em que a perspicácia dos médicos mais hábeis nos imensos e variados hospitais de Paris descobre cada dia socorros à humanidade aflita, em química que prossegue em seus passos gigantescos, em física, botânica, farmácia, agricultura, ou resumindo propomos:

- Comunicar o que ocorrer de novo mais interessante em todas as ciências e artes ou indústria. O interesse de tais comunicações é demasiadamente claro para que se recomende. Portugal já sentiu os seus influxos nos *Anais das Ciências* cujo plano seguimos no essen-

cial, e de que o nosso não será mais que a continuação; por isso na série dos nossos números preencheremos por sua ordem a lacuna de factos científicos que existe nesta correspondência, desde a cessação dos *antigos* até ao começo dos *Novos Anais*, para que neste corpo histórico-científico não haja nada a desejar de importância no assunto.

- O mais notável das sessões da Academia Real das Ciências de Paris, e de outras academias, sejam de França, sejam de outros países; memórias a estas enviadas, programas propostos, etc. pois que formando todos os sábios uma nação, e estando estes em contínuas relações em toda a Europa de que é centro e capital esta cidade, os portugueses v.g. sabendo o que se passa nas outras nações, possam com os outros sábios concorrer aos prémios das diferentes academias, e fazendo cessar a espécie de *ruptura* ou antes *dissidência*, em que parece existirem com o resto da supradita nação, façam que os seus nomes, a justo título recomendáveis, se não limitem apenas a Portugal, e que, corroborando a boa opinião que em geral deles formam os estrangeiros, os seus nomes brilhem entre os dos outros sábios com glória da pátria e júbilo dos compatriotas.

- Daremos também as observações metereológicas feitas no Observatório Real de Paris.

- A literatura e igualmente as ciências morais farão o objecto do nosso jornal, o qual será dividido em três secções a saber: 1º Ciências físicas e artes. 2º Literatura e ciências morais. 3º Correspondência, para o que convidamos os que interessados no bem dos seus concidadãos, tenham a comunicar o que para isso julgarem a propósito, tendo sempre em vista que é unicamente o útil o neste caso admissível.

- A publicação das obras mais notáveis que aparecem em Paris, e nos diferentes países virá no fim da cada número, e quando haja lugar, e o seu interesse o demande, daremos delas alguns extractos, ou análises.

Os trabalhos dos redactores dos *Anais* e de outros sábios portugueses, e ultimamente os do digno professor de física e química no laboratório da moeda em Lisboa, e o curso que o mesmo aí explica, pondo os portugueses ao nível do tecnicismo, e do actual sistema métrico, nos dispensa as minúcias, e irregularidades especialmente em química a que aliás seríamos obrigados.

O desejo de ser útil foi o único móvel que nos determinou a tomar sobre nós esta empresa laboriosa. Interesse baixo, ou mira de um falso brilho nenhuma força tem em nosso espírito, e por isso uma vã ostentação de fácil, e importuna erudição não será o nosso forte. Não buscaremos recheiar o nosso jornal com coisas menos úteis.

As opiniões dos sábios precederão as nossas: os nomes de Gay-Lussac, Davy, Cuvier, Desfontaines, Marc, Lacroix, Berzelius, Benjamin-Constant, etc., etc. são bem capazes de tornar recomendáveis as nossas

páginas; reservando-nos apenas o mérito da escolha, o material do arrançamento e a glória de servirmos a essa dúplice sociedade que, deramada pelo novo e velho mundo, se entende na língua portuguesa, enviando-lhes todos os bimestres o mais interessante em artes e ciências de toda a Europa, que a sisuda experiência vai autorizando, e sábias tentativas descobrindo; o que aliás só conseguiriam com somas consideráveis, e trabalho difícilimo.

CATECISMO DE ECONOMIA POLÍTICA, OU INSTRUÇÃO
FAMILIAR, QUE MOSTRA DE QUE MANEIRA AS RIQUEZAS SE
PRODUZEM, SE DISTRIBUEM, E SE CONSOMEM NA SOCIEDADE.
POR J.B. SAY^a

O nome do autor é assaz conhecido dos homens dados ao estudo da economia política, pelo seu tratado desta ciência, que está traduzido em quase todas as línguas da Europa. A ideia do catecismo é feliz, porque as verdades desta ciência não devem ser conhecidas somente dos que fazem dela um estudo especial; é necessário, que elas penetrem todas as classes de uma nação, e que se tornem populares, porque são destinadas a reformar as legislações, que se fundam em erros, e a assegurar os verdadeiros interesses da sociedade. Se o princípio da liberdade de comércio se não tivesse popularizado em Inglaterra, nunca o ministério inglês empreenderia a reforma, que tão corajosamente tentou. Como a opinião de Adam Smith estava transformada em uma crença pública, Whigs, e Tories, negociantes, e jornalistas, tudo queria a liberdade. Daqui veio a grande pluralidade do parlamento, que venceu todas as resistências.

O *Catecismo* de M. Say deve triunfar de todos os prejuízos vulgares, porque mostra a verdade debaixo da simples forma do bom senso. Os capítulos, que nos parecem mais notáveis são os das trocas, da moeda, do comércio estrangeiro, dos impostos, e dos empréstimos públicos. Os exemplos, que o autor escolheu habilmente, facilitam a inteligência ao leitor, e dissipam a desconfiança, que muitas vezes as ideias gerais inspiram aos espíritos pouco versados em abstrações.

^a N.º 1, Janeiro 1827, pp. 173-174.

NOVOS PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA,
POR J.C.L. DE SISMONDI^a

[I]

A publicidade que o autor deu à sua opinião sobre a sua obra, e as objecções, que M. Say lhe fez, nos impõe o dever de expor simplesmente as opiniões destes dois grandes homens, sem ousarmos decidir entre méritos tão relevantes. M. de Sismondi pensa que pelos seus princípios se pode explicar a crise comercial de Inglaterra, e dando uma notícia antecipada de uma nova edição da sua obra (2 grandes volumes in 8º) explica-se a este respeito da maneira seguinte:^b

«Há já 7 anos publiquei os meus *Novos Princípios de Economia Política*, de que preparo agora uma nova edição, consideravelmente aumentada. Não dissimularei que esta obra não obteve a aprovação dos homens, que hoje se consideram, com razão, como tendo feito dar os maiores passos à ciência. E mesmo devo atribuir às suas qualidades pessoais a moderação com que combateram o meu livro. Não me admirou o não ter produzido uma impressão mais profunda; pois que punha em dúvida os princípios, que então se consideravam decididos, e abalava uma ciência, que pela sua simplicidade, e pela educação clara, e metódica das suas leis, parecia uma das mais belas criações do espírito humano. Enfim eu atacava uma ortodoxia, empresa difícil e perigosa tanto na filosofia, como na religião. Ao mesmo tempo tinha outro inconveniente, separando-me dos amigos, cujas opiniões políticas adoptei, assinalando o perigo das inovações, que eles recomendavam; mostrando que muitas instituições, que eles tinham atacado muito tempo, como abusos, tinham tido consequências benéficas; e enfim invocando em muitas ocasiões a intervenção do poder social para regular os progressos da riqueza, em lugar de reduzir a economia política à máxima a mais simples, e a mais liberal em aparência, *de deixar fazer, e deixar passar*.

Eu não tinha razão para me queixar, esperei, porque a verdade é mais forte, que o espírito de sistema. Se eu me tivesse enganado, os factos mo provariam, e se ao contrário eu tinha descoberto novos princípios, mas que mesmo no meu conceito começavam somente então a adquirir alguma importância, os factos não tardariam a reproduzir-se

^a Nº 2, Tomo 1827, pp. 153-166; Nº 3, Maio 1827, pp. 136-146; e Nº 4, Julho 1827, pp. 121-134.

^b Na primeira parte deste artigo, Solano Constâncio reproduz na íntegra o prefácio que Sismondi escreveu em 1827 para a 2ª edição dos seus *Nouveaux principes d'économie politique*.

para os apoiar; e ainda que respeitando a autoridade dos pontífices da ciência, dizia-lhe, como Galileu: *e pur si muove*.

Passaram-se 7 anos, e os factos parecem-me ter combatido vitoriosamente pelas minhas opiniões. Eles provaram melhor que eu não o faria, que os sábios, de que me tinha separado, andavam à busca de uma falsa prosperidade; que as suas teorias podiam, postas em prática, aumentar a riqueza material, mas que elas diminuiriam as comodidades, reservadas a cada indivíduo; que se elas tendiam a tornar o rico mais rico, também faziam o pobre mais pobre, mais dependente, e mais desamparado. Algumas crises inteiramente inesperadas se têm sucedido no mundo comercial: os progressos da indústria, e da opulência não salvaram os industriais, que criam esta opulência, de sofrimentos inauditos: os factos não responderam nem à esperança comum, nem às predições dos sábios; e não obstante a fé implícita que os alunos de economia política dão às lições dos seus mestres, vêem-se obrigados a pedir a outros novas explicações dos fenómenos, que se apartam tanto das regras, que julgavam estabelecidas.

Entre estas explicações, as que eu dei de antemão, acham-se inteiramente conformes aos resultados. Talvez que se deva atribuir a esta coincidência a extracção mais rápida da minha obra, e o rogo, que se me fez de a reimprimir. Foi em Inglaterra, que preenchi este dever. A Inglaterra tem dado origem aos mais célebres economistas; a sua ciência professa-se neste reino com um novo ardor; tem-se visto neste país alguns ministros de Estado, que seguem os cursos de um dos mais hábeis professores de economia política, e que invocam constantemente os seus princípios no parlamento. A concorrência universal, ou o esforço para produzir mais, e ao mais baixo preço, é há muito tempo o sistema de Inglaterra, sistema que ataquei, como perigoso. Ele fez dar à indústria inglesa passos gigantescos, mas precipitou já duas vezes os manufactureiros numa pobreza horrorosa. Julgo que me devo colocar em presença destas convulsões da riqueza para rever os meus raciocínios, e compará-los com os factos.

O estudo, que fiz da Inglaterra confirmou-me nos meus *Novos Princípios*: vi neste país admirável, que parece tentar uma grande experiência para instrução do resto do mundo, que a produção aumentava enquanto as comodidades diminuiam. A massa da nação, e os filósofos parecem ignorar, que o aumento da riqueza não é o fim da economia política, mas o meio de que ela dispõe para obter a felicidade de todos. Tenho procurado esta felicidade em todas as classes, mas não sei onde a possa achar. A alta aristocracia inglesa chegou a um grau de riqueza, e luxo, que excede tudo quanto se vê nas outras nações; contudo ela não goza desta opulência, que parece ter adquirido à custa das outras classes; falta-lhe a segurança, e em cada família a privação observa-se em um maior número de indivíduos, que a abundância. Quando entro nestas casas, cujo esplendor é régio, ouço os seus chefes, que dizem, que

se se suprime o monopólio do trigo, que eles exercem contra os seus concidadãos, as suas fortunas ficam aniquiladas, porque as suas terras, que são províncias inteiras, não pagarão as despesas da cultura. À roda destes chefes, vejo um número de filhos, sem exemplo em qualquer outra parte na classe aristocrática; muitos têm dez, doze, e algumas vezes mais, e todos os filhos segundos, e filhas são sacrificados à vaidade do primogênito; as suas partilhas em capital não equivalem a renda de um ano de seu irmão; envelhecem no celibato, e a sua dependência no fim da vida faz-lhes pagar caro o luxo dos seus primeiros anos.

Abaixo desta aristocracia titulada, e não titulada, o comércio ocupa um lugar ilustre; este abraça o mundo com as suas especulações; os seus agentes vencem os gelos dos dois pólos, e os ardores do equador, enquanto cada um dos chefes que se juntam no palácio da troca pode dispor de milhões. Ao mesmo tempo os armazéns de Londres, e das grandes cidades de Inglaterra contêm mercadorias suficientes para a consumação do universo. Mas a riqueza assegurou ela ao comerciante inglês a felicidade, que ela pode garantir? Não, as bancarrotas são mais frequentes em Inglaterra, que em qualquer outro país. Em nenhuma outra parte se perdem com tanta rapidez essas fortunas colossais, que podem sós fazer um empréstimo público, e sustentar um império, ou uma república. Todos se queixam de que os negócios são raros, difíceis, e pouco lucrativos. Num intervalo de poucos anos duas crises teríveis arruinaram uma parte dos banqueiros, e desolaram todas as manufacturas inglesas. Ao mesmo tempo outra crise arruinou os lavradores, e fez sentir seus golpes ao comércio por miúdo. Além disso este comércio, não obstante a sua imensa extensão já não emprega os jovens, que procuram uma carreira; todos os empregos estão ocupados; e entre os grandes, como entre os pequenos da sociedade, o maior número oferece em vão o seu trabalho sem poder obter salário algum.

Esta opulência nacional, cujos progressos materiais são visíveis a todos, foi ela vantajosa ao pobre? Também não. O povo em Inglaterra não tem nem abundância presentemente, nem segurança para o futuro. Já não há lavradores nos campos, forçaram-nos a deixar o seu lugar aos jornaleiros. Não há quase artistas nas cidades, isto é, chefes independentes de uma pequena indústria, mas tão somente manufactureiros. O homem *industrioso*, para me servir de uma palavra, que este sistema pôs em moda, já não sabe o que é ter um estado; ganha simplesmente um salário, e como este salário não é suficiente em todas as estações, está reduzido a pedir todos os anos uma esmola ao estabelecimento dos pobres.

Esta nação tão opulenta julgou mais económico vender todo o ouro, e prata, que possuía, passar sem numerário, e fazer a sua circulação com papel; assim privou-se voluntariamente da mais preciosa das vantagens do numerário, que é a estabilidade do seu preço. Os possesores de bilhetes dos bancos provinciais estão diariamente expostos a serem

arruinados pelas bancarrotas frequentes, e para assim dizer epidêmicas dos banqueiros, e o Estado está em risco de uma convulsão de todas as fortunas, se uma invasão, ou uma revolução tirasse o crédito ao banco nacional. A nação inglesa achou mais económico o deixar as culturas, que exigem muita mão-de-obra, e despediu a metade dos cultivadores, que habitavam os seus campos; ela achou mais económico substituir as máquinas de vapor aos manufactureiros, e despediu de novo os obreiros das cidades; e os tecelões cedendo o seu lugar aos *power looms* (máquinas movidas pelo vapor) sucumbem agora à fome; achou mais económico reduzir todos os obreiros ao mais pequeno salário, com que podem viver; e os obreiros não sendo mais que *proletários*, não temeram aumentar a sua família, criando famílias cada vez mais numerosas. Achou mais económico sustentar os irlandeses só com batatas, e vestí-los com trapos, e hoje cada paquete lhe traz legiões de irlandeses, os quais trabalhando mais barato, que os ingleses, deitam-nos fora das fábricas. Quais são pois os frutos deste imensa riqueza acumulada? Não tiveram outro efeito mais, que dividir as desconfianças, as privações, e o perigo de uma ruína completa entre todas as classes? A Inglaterra, esquecendo-se dos homens pelas coisas, não sacrificou o fim aos meios?

O exemplo de Inglaterra é tanto mais notável, quanto esta nação é bem governada, livre, instruída, e todos os seus sofrimentos procedem unicamente de ter ela seguido uma direcção viciosa. Sem dúvida, um estrangeiro fica admirado em Inglaterra das arrogantes pretensões da aristocracia; e a acumulação das riquezas nas mesmas mãos tende a aumentá-las continuamente; contudo não há país algum, onde a independência de todas as classes da nação seja mais bem garantida; não há país, em que o pobre ao lado de uma diferença, que nos admira, conserve mais no fundo da sua alma o sentimento da sua dignidade; não há país, em que o sentimento da confiança na lei, e do respeito pela sua autoridade penetre mais em todas as classes; não há país, onde a comiserção seja mais geral, e os ricos mais prontos a socorrer todas as misérias; em nenhum outro país o ministério é mais instruído, mais determinado a promover o bem geral, e mais hábil para o achar. Tantos meios, e tantas virtudes serão inúteis às sociedades humanas? Sim quando estas têm a desgraça de seguir uma má direcção. A Inglaterra, mais instruída, mais livre, e mais poderosa, que qualquer outra nação, chegou por isso mais depressa ao resultado, que um erro lhe fazia procurar. A sua força vital, e os talentos dos homens de Estado ajudá-la-ão a entrar, logo que ela queira, facilmente em melhor caminho; porém cada ciência tem os seus prejuízos, e os povos têm os seus hábitos; agora mesmo nesta crise os ingleses não tomam medida alguma, que não tenda a aumentá-la.

Procurei estabelecer no livro, que apresento de novo ao público, que para que as riquezas contribuam para a felicidade de todos, sendo elas o sinal de todos os gozos materiais do homem, é necessário, que o

aumento se conforme ao da população, e que a sua distribuição se faça entre esta povoação em uma proporção, que não pode alterar-se sem um perigo extremo. Propus-me fazer ver, que é necessário para a felicidade de todos, que a renda aumente com o capital; que a população não exceda a renda, que a deve fazer viver; que o consumo cresça com a população; e que a reprodução se proporcione igualmente ao capital, que a produz, e à população, que a consome. Ao mesmo tempo faço ver, que cada uma destas relações pode alterar-se independentemente das outras; que a renda não aumenta algumas vezes em proporção do capital; que a população pode aumentar sem que a renda aumente; que a população mais numerosa, porém mais miserável, pode exigir menor consumação; que enfim a reprodução pode proporcionar-se aos capitais, que a tornam activa, mas cada vez que uma destas relações é alterada, a sociedade sofre.

Os meus *Novos Princípios* fundam-se nesta consideração, e é por causa da importância, que lhe atribuo, que difiro inteiramente dos filósofos, que têm professado nos nossos dias com tão grande brilhantismo as ciências económicas, de Say, Ricardo, Malthus, e McCulloch. Estes, parece-me, que têm constantemente abstraído os obstáculos, que os embaraçavam no encadeamento dos seus teoremas, e que chegaram a consequências falsas, por não terem distinguido, o que exigia algum trabalho. E com efeito todos os economistas modernos reconhecem, que a fortuna pública, não sendo mais, que a reunião das fortunas particulares, nasce, aumenta, distribui-se, e destrói-se da mesma maneira, que a de um particular. Todos sabem, que em uma fortuna particular a parte mais essencial a considerar é o rendimento, e que a consumação, ou despesa deve regular-se pelo rendimento, se se não quer destruir o capital. Contudo, como na fortuna pública o capital de uns torna-se rendimento de outros, acharam-se embaraçados para decidir o que era capital, e o que era rendimento; e acharam mais simples omitir inteiramente o último destes cálculos.

Say, e Ricardo, desprezando uma quantidade tão essencial a determinar, pensaram, que a consumação era uma potência ilimitada, ou que ao menos não tinha por limites senão os da produção, e ao contrário ela é limitada pelo rendimento. Anunciaram que toda a riqueza produzida acharia sempre consumidores, e determinaram os produtores a causar este excesso de mercadorias, que ocasiona a pobreza do mundo civilizado, ao contrário deveriam ter observado aos produtores, que não deviam contar, senão com os consumidores, que têm um rendimento, e que toda a produção nova, que não corresponde a um novo rendimento, causa a miséria de alguém. Seguindo a mesma opinião, Malthus, ainda que indica o perigo de um aumento desordenado da população, não lhe dá por limites mais que a quantidade de subsistências, que a terra pode produzir, quantidade, que será ainda muito tempo susceptível de aumentar com uma extrema rapidez: ao contrário,

se ele tivesse tomado em consideração o rendimento, veria imediatamente que a desproporção entre a população, que trabalha, e a sua renda, é a causa dos seus sofrimentos. McCulloch em uma pequena obra destinada a esclarecer o povo sobre a questão dos salários, afirma, que o salário do pobre se proporciona necessariamente à relação entre a população, e o capital, e ao contrário o salário, consequência da quantidade do trabalho encomendado, deve também proporcionar-se à consumação, a qual se proporciona ao rendimento. No mesmo escrito o autor exorta o pobre a proporcionar o aumento da sua família ao do capital nacional, quantidade, de que é impossível que ele tenha noção alguma; ao contrário ele poderia observar, que todo o homem, que se casa, e forma uma família, deve regular-se pela sua própria renda, donde é fácil concluir, que é suficiente para a nação, que todos os homens se regulem pelo rendimento de todos, e que uma nação onde os mais pobres tiverem alguma coisa, e puderem conhecer o rendimento, que transmitirão a seus filhos, não poderá sofrer por um aumento desordenado da população.

Penso em consequência, que devo reproduzir com confiança os meus *Novos Princípios de Economia Política* não tais, quais estavam, mas tais, quais a observação da grande luta entre todos os interesses dos povos industriais me pôs em estado de as completar. O seu título um tanto vago poderia fazer supor, que eu os destinava somente para serem um novo manual dos rudimentos da ciência. Porém pretendo mais que isso, pois que julgo ter colocado a economia política sobre uma nova base, seja pela determinação do rendimento de todos, seja pela pesquisa da distribuição deste rendimento, que pode fazer mais geralmente feliz uma nação, e que por consequência é a melhor em quanto ao fim da ciência.

Destes princípios derivam outros, igualmente novos, porém de uma aplicação menos geral. Provei que a riqueza territorial era tanto mais produtiva, quanto maior era a parte, que o cultivador tinha sobre a propriedade do solo; que as leis destinadas a conservar às famílias antigas os seus patrimônios causavam a ruína destas mesmas famílias; que o equilíbrio entre os benefícios das indústrias rivais, sobre as quais os economistas modernos fundaram os seus cálculos, não se obtinha senão pela destruição dos capitais fixos, e pela mortandade dos obreiros empregados em uma manufatura, que perde; que ainda que a invenção das máquinas, que aumentam os poderes do homem, é um bem para a humanidade, a distribuição injusta, que fazemos dos seus benefícios, as torna flagelo dos pobres; que o numerário metálico de uma nação é a mais útil entre as suas despesas públicas, e a mais racional entre as suas magnificências; que os fundos públicos são um capital imaginário, ou uma assinação sobre o rendimento, que há-de nascer do trabalho, e da indústria; e que os limites naturais da população são sempre respeitados pelos que têm alguma coisa, e sempre ultrapassa-

dos pelos que não têm nada. Que não me acusem pois de fazer retrogradar a ciência, ao contrário levo-a mais adiante, e a um novo terreno. É neste novo terreno, que peço com instância em nome dessas calamidades, que agora mesmo afligem um tão grande número de nossos irmãos, e que a antiga ciência não ensina a compreender, nem a prevenir, que me sigam.

As críticas, que se fizeram à primeira edição dos meus *Novos Princípios*, não se perderam. Refundi quase de todo esta obra. Muitas vezes para esclarecer o que parecia obscuro, fixei a atenção dos meus leitores sobre a Inglaterra. Quis mostrar na crise, que a oprime, a causa dos nossos sofrimentos pela ligação, que existe entre as indústrias de todo o universo, e a história do nosso futuro, se continuamos a obrar segundo os princípios, que ela seguiu. Também suprimi, ou mudei algumas partes censuradas por críticos, que me pareceram justos. Contudo penso que devo reclamar contra a maneira muitas vezes ligeira, e falsa, por que uma obra sobre as ciências sociais é julgada no público. O problema, que elas oferecem a resolver, é muito mais complicado que todos os das ciências naturais, e dirige-se ao mesmo tempo à razão, e ao coração. O observador reconhece sofrimentos cruéis, e injustos, que procedem do homem, ou de que ele é vítima, e não pode considerá-los friamente, e ultrapassá-los sem lhes invocar algum remédio. Estes remédios chocarão algumas vezes os sentimentos, ou os prejuízos do leitor, e outras vezes serão supérfluos, ou inaplicáveis. Estes são outros tantos erros, porém são-no mais de administração, que de economia política.

O autor, ou o leitor podem enganar-se sobre a aplicação, porque as circunstâncias, que são as bases desta aplicação, não se acham no livro. Contudo o encadeamento dos princípios não pode ser abalado por alguns corolários expostos à malignidade mofadora, ou à controvérsia. Se os seus princípios são verdadeiros, se eles são novos, e fecundos, hão-de, não obstante alguns erros reais, ou supostos, fazer avançar a ciência social, a mais importante das ciências, pois que é a da felicidade do homem.*

(Dar-se-ão no número seguinte as observações de Say.)

[III]

Como vimos no número precedente, há sete anos, que Sismondi publicou os seus *Novos Princípios*, e se separou claramente dos economistas, cujas opiniões adoptara até então. A miséria comercial, que afligia então o mundo, foi quem ocasionou a sua mudança de princípios. Parecia-lhe, que os princípios admitidos não explicavam essas crises de comércio tão frequentes, e tão terríveis, que causam tanto mal, e abalam de alguma maneira as bases da felicidade das nações. Procurou

uma nova explicação, e foi levado por este caminho às doutrinas, que não deixou mais de sustentar. Estas encontraram muitos adversários, e ocasionaram alguns combates, porém, não obstante o número desproporcionado do exército inimigo, Sismondi não recuou, e acaba de publicar uma nova edição do seu livro, admirado da reprodução das mesmas desgraças, que em 1819 tinham comovido a sua filantropia, e destruído as suas primeiras crenças. Os *Novos Princípios* mostram, como todos os escritos de Sismondi, um amor tão verdadeiro da humanidade, e um sentimento tão nobre de simpatia pelas classes pobres, e laboriosas, que fazendo-se comunidade de coração com o autor, custa a dis-cuti-las de sangue frio, e a submetê-las, em nome da ciência, a esta severa análise, que julga mais, do que sente, e pela sua rigorosa imparcialidade só atende a razão. É-se quase obrigado a fazer esforços sobre si mesmo, para tomar o papel de crítico; e todavia, pela mesma razão que o exame científico é a única via, que conduz à verdade, é também a melhor maneira de amar a humanidade: porque o bem nasce da verdade, e a filantropia, que se engana, por mais venerável que seja no seu princípio, não é menos funesta nas suas consequências. A ordem das coisas deste mundo mostra, que é preciso chegar à caridade pela ciência, e, quando se trata dos grandes interesses dos seus semelhantes, despojar por um momento o homem, para conservar somente o filósofo, revestindo-se de novo a humanidade, quando se tirou da filosofia as luzes, que só ela pode fornecer.

A riqueza das nações, segundo os escritores, que fundaram a ciência da economia política, depende de duas causas: da quantidade de trabalho empregue na produção, e da potência desse trabalho. Recomendaram por conseguinte, como meios para aumentar a riqueza, o aumento da quantidade de trabalho, e os melhoramentos, que tornam o trabalho mais poderoso. Produzir muito, e barato, tais são os dois conselhos, que dá a economia política aos povos, que querem enriquecer. Que devem fazer os governos para conduzirem os povos à riqueza? Deixarem obrar os interesses dos indivíduos. A legislação económica reduz-se ao princípio da concorrência livre. Assim, o trabalho, o aperfeiçoamento, e a liberdade são as três máximas, de que se compõe o símbolo da ciência, e são também as bases, sobre que repousa a civilização dos tempos modernos. Sismondi combate estas máximas, ou para melhor dizer, quer pô-lhe limites; segundo o autor não se deve auxiliar indefinidamente a produção, porque é possível produzir demais; também se devem tomar em consideração os perigos dos aperfeiçoamentos, porque estes podem mudar a distribuição da riqueza, e tirar o necessário às classes laboriosas, as quais formam a massa da nação. A obra de Sismondi tem por objecto principal a resolução destas duas grandes questões: 1ª A produção tem limites? Quais são eles? Como se hão-de fazer respeitar? 2ª Quais são as mudanças, que os aperfeiçoamentos de todo e qualquer género podem causar à distribuição da

riqueza? De que maneira se podem remediar estas mudanças? O princípio da liberdade universal acha-se desta sorte em litígio, como os da produção, e do aperfeiçoamento, pois que se os males, que Sismondi teme, vêm com a liberdade, a intervenção da lei pode ser necessária, para corrigir esta desordem, e regular melhor as relações da sociedade. Nos *Novos Princípios* há uma infinidade de considerações de detalhe novas, e engenhosas, as quais não se referem a estes dois centros. Queríamos podê-las indicar; porém os problemas, que acabamos de expor, têm uma importância tão grande, que não nos permitem desviar deles a nossa atenção. São o pomo de discórdia, que motivou a guerra entre os economistas; e além disso não oferecem somente um interesse científico; da sua solução depende toda a civilização do nosso tempo, e os maiores interesses da humanidade. Submeteremos as duas questões sucessivamente a um exame profundo. Começemos pela primeira. É possível produzir demais? Convém limitar a produção?

É evidente, que é preciso prescindir aqui de todas as considerações morais; não se trata de saber, que lugar deve ocupar na sorte do homem a produção da riqueza, ou a indagação da felicidade material. A economia política não é a moral, e a não se querer introduzir a anarquia nas ciências, é preciso conservar a cada um o seu domínio, e a sua jurisdição. Quando a economia política nos ensinou, como se produz a riqueza, vem a moral ensinar-nos, se nos achamos no mundo tão somente para nos enriquecermos, ou se a felicidade, e o poder, que a riqueza dá, não são mais que um meio para preencher uma sorte mais elevada. Porém, enquanto estamos nos limites da economia política, é necessário considerar as coisas relativamente à riqueza. A discussão recai por conseguinte sobre um excesso de produção, não consumado pela moral, mas nocivo à riqueza. Todos os economistas reconhecem, que é possível produzir demais em um, ou diferentes ramos da indústria particular. Em cada ramo de indústria, a produção deve ser limitada pelas encomendas, ou pela consumação. A economia política explica as crises de comércio pela produção excessiva de certas espécies de mercadorias. É dificultoso aos produtores avaliarem a extensão das encomendas, sobretudo nos nossos dias, porque o negócio abraça todo o mundo, e o comércio põe em rivalidade todas as nações. Além disso os homens enganam-se facilmente, e muito mais quando os arrasta a esperança de um feliz resultado. Os seus erros causam essa abundância, que produz a estagnação do comércio, as bancarrotas e a miséria dos obreiros. A Inglaterra acaba de nos oferecer um triste exemplo desta doutrina. Para tantos males o único remédio é o severo aviso dado pelo funesto sucesso aos manufactureiros, e aos comerciantes. O governo não pode fazer nada a este respeito, porque não pode calcular pelos indivíduos. Quantos erros, sem falar dos ataques à liberdade, não seriam mais frequentes, se o governo empreendesse regular os capitais empregues na fábrica dos estofos, nas

minas, ou na compra do açúcar, e café da América? Pois que todos estão de acordo sobre a possibilidade de um excesso de produção num ramo de indústria particular, a questão reduz-se entre Sismondi, e os economistas seus adversários a um excesso de produção em geral. Deve-se, ao que nos parece, estabelecer da maneira seguinte, para mostrar claramente o ponto em litígio: há porventura circunstâncias, nas quais não se possam empregar novos capitais vantajosamente para a sociedade, e nas quais por conseguinte toda a produção, qualquer que ela seja, é necessariamente um excesso? Se este problema é resolvido afirmativamente, Sismondi tem razão: achando-se limites indicados pela natureza das coisas ao emprego dos capitais, seria um erro aconselhar sem condições o acúmulo dos capitais, e a produção, que o acompanha. Se ao contrário se prova, que se acha sempre um emprego proveitoso, são os adversários de Sismondi, os que ganharam a causa, pois que estes não aconselham, que se produza tal, ou tal objecto, mas somente que se produza, deixando à prudência dos indivíduos o cuidado de determinar o objecto da produção, e limitando-se a aconselhar-lhes, que escolham bem. O princípio de Sismondi é, que a coisa importante, cujo progresso é sempre um bem, não é a produção, mas sim o rendimento, a sua doutrina funda-se toda sobre a distinção do rendimento, e da produção. Ora que entende o autor pela palavra rendimento? A produção pedida. A produção, para ser rendimento, deve pois regular-se sobre as encomendas, ou em outros termos, sobre a consumação. A consumação, ou a encomenda é o limite da produção: tal é a máxima, em cujo nome Sismondi ataca os sistemas modernos de economia política. O autor pretende, que o erro dos economistas consiste em não tomarem em consideração a consumação, e provocarem a produção, sem lhes importar, que esta seja, ou não pedida. Esta exprobração parece-nos inexacta: ainda não houve economista, que convidasse os produtores a produzirem sem consultarem as necessidades do mercado. Antes é um axioma de todos os tratados de economia política, que a produção deve regular-se pela consumação. Porém muitos economistas têm uma opinião sobre as causas da compra diferente da de Sismondi, e é nisso, que reside o princípio da dissensão, e o nó da questão.

Reduzamos ao seu justo valor a diferença, que separa as doutrinas de Sismondi, e as de Say, Ricardo, e McCulloch. Todos definem da mesma maneira a encomenda; é o desejo de comprar, junto à possibilidade, e vontade de pagar o preço razoável da mercadoria. A *extracção*, ou *saída* é o resultado da encomenda. Todos reconhecem, que é preciso produzir tão somente o que é pedido, pelo mesmo motivo, que não há nenhum só produtor, que não tenha em vista nas suas empresas a extracção. Todos reconhecem igualmente, que os produtores podem enganar-se a respeito da extracção, que estes erros são frequentes, e mesmo inevitáveis, donde resultam as crises do comércio, as quais

segundo todos os economistas provêm da falta de economia entre a produção, e a extracção. Até aqui não há diferença, antes perfeita unanimidade, mas agora principia a separação. Sismondi sustém, que os capitais, cuja má aplicação produziu a miséria, não podiam ter nenhum outro emprego vantajoso; os outros economistas pretendem, que havia um modo proveitoso de empregar os capitais, e que os capitalistas não o aperceberam. Todavia, ainda que consideram sempre possível o emprego proveitoso de um capital, os economistas opostos a Sismondi nem por isso deixam de aconselhar aos produtores, como regra suprema de conduta, que não produzam senão coisa pedida. A saída da coisa produzida, ou a relação da produção à extracção é o sinal, por que eles julgam, se a produção foi feliz, ou se o produtor se enganou. Sismondi também não reclama a intervenção do governo, para impedir o excesso de produção. Pensa, que *as coisas abandonadas a elas mesmas haviam de marchar suficientemente bem, para se não precisar da força*. Por conseguinte Sismondi e os seus economistas são do mesmo parecer em quanto aos conselhos, que dão aos indivíduos, e à conduta, que prescrevem aos governos. Em quanto às máximas práticas, há uma perfeita harmonia; a diferença, que os divide é de alguma maneira metafísica, não tem por objecto verdades de aplicação, mas sim leis filosóficas, e a explicação científica da marcha das coisas. O produtor, e o homem de Estado não entram, para assim dizer, na questão: só fica o filósofo, porque só a este importa o saber a que condições o homem está sujeito na produção da riqueza; que carreira se abre aos seus esforços, e se há limites, que o devam fazer parar, onde estão; numa palavra, a que leis está submetida a sorte do homem, no ponto de vista da civilização material. É esta uma questão de filosofia, e não de governo. A solução do problema depende, como já dissemos, da análise das causas da compra. O fim da produção é satisfazer a compra: donde vem a compra? Aqui disputam-se à coroa as duas teorias, de um lado o novo sistema de Sismondi, e do outro a antiga doutrina; vejamos o primeiro sistema.

Segundo Sismondi a compra dos produtos do ano nasce da renda do ano precedente. Deixemos falar o autor, porque se não diga, que o alteramos no essencial. -O rendimento do ano passado é, quem deve pagar a produção deste ano; é uma quantidade predeterminedada, a qual serve de medida à quantidade indefinida do trabalho futuro. O erro dos que excitam a uma produção ilimitada provém de que estes confundiram esse rendimento passado com o rendimento futuro... Não se aumentam as riquezas, senão aumentando o trabalho encomendado, o trabalho, que há-de ser pago pelo seu valor; e este valor, fixado de antemão, é o rendimento preexistente. Não se faz em suma mais, que trocar a produção do ano contra a totalidade da produção do ano precedente. Ora, se a produção cresce gradualmente, a troca de cada ano deve causar uma pequena perda, ao mesmo passo que torna melhor a

condição futura. Se esta perda é pequena, e bem repartida, cada indivíduo suporta-a sem se queixar sobre a sua renda; e mesmo é nela, onde consiste a economia nacional, e a série destes pequenos sacrificios aumenta o capital, e a fortuna pública. Porém se há grande desproporção entre a nova produção, e a antecedente, começam-se a gastar os capitais, e a nação sofre, retrograda em lugar de avançar. O primeiro defeito desta solução, é o repousar ela sobre um facto, que nos parece imaginário. Não é certo, que a *produção do ano se troque contra a totalidade da produção do ano precedente*. Os produtos, que se devem trocar um pelo outro, nascem, em geral, simultaneamente: assim os grãos do agricultor trocam-se pelos estofos produzidos na mesma época pelo manufactureiro. Para se convencer do que avançamos, basta que o leitor observe as operações do comércio, tais quais se fazem em todos os países do mundo.

Este sistema acha-se ainda de outra maneira oposto aos factos. Vemos na história, que a riqueza dos povos umas vezes cresce vagarosamente, e outras vezes aumenta com rapidez, e deita subitamente um resplendor, que nos admira, e este sistema não nos explica senão o progresso vagaroso, e gradual. Mas esta ainda não é a maior objecção; ele não pode explicar progresso algum. Se a produção deve ser limitada pela compra, e a compra pela produção do ano precedente, como há-de crescer a produção? A sua medida, para nos servirmos da expressão de Sismondi, é uma quantidade predeterminada. Tudo quanto ultrapassar esta medida é um excesso, e o excesso produz uma perda proporcional. A renda do ano actual, medida da produção do ano seguinte, está ela mesma invariavelmente fixada pela renda do ano precedente. Não se entende, como semelhante teoria permite, que se diga, que a *condição futura pode tornar-se melhor*. Para isso é preciso, segundo Sismondi, que a renda aumente; e como há-de ela aumentar, sendo regulada pela renda *antecedente*. Um melhoramento não pode resultar de perdas; um excesso, por mais pequeno que seja, traz consigo as consequências de um excesso. Adoptado este sistema, a impossibilidade de todo e qualquer progresso, e a necessidade do *statu quo* económico, são consequências lógicas inevitáveis. Consequentemente o novo sistema não dá uma solução satisfatória. Veremos no número seguinte o que diz a este respeito o antigo sistema.

[III]

Começámos no número precedente o exame desta questão: se a produção pode encontrar limites, transformámo-la na forma seguinte, porque nos pareceu mais clara — podem porventura achar-se circunstâncias tais, que um novo capital não possa empregar-se com proveito? Toda e qualquer produção, para ser proveitosa, deve ser extraída, e,

como se viu, o problema resolve-se pela análise das causas da extracção. É sobre este terreno, que se deve combater. Já descrevemos as armas de Sismondi, e mostrámos, que segundo a nossa opinião, elas não lhe asseguram a vitória; resta-nos examinar as forças dos seus adversários, e a ver se a palma lhes pertence.

O sistema de Sismondi, o qual dá por princípio, e limite da extracção a renda preexistente não nos parece verdadeiro, mas é-o porventura o sistema oposto? Qual é esse sistema? Eis aí a questão actualmente.

É um axioma comercial, cuja antiguidade se perde na obscuridade dos tempos, que para produzir são necessários consumos. Say foi o primeiro, que esclareceu a natureza dos consumos, a honra desta descoberta pertence-lhe. Adam Smith tinha explicado admiravelmente as funções da moeda, e mostrado, que ela não era mais que um intermédio, que facilita a troca das mercadorias; as operações do comércio reduzem-se a distribuir os produtos do trabalho entre os diferentes consumidores. Porém Smith não tirou todas as consequências deste princípio, e Say deduziu dele a teoria dos consumos, ou extracções.

Suprimindo mentalmente as operações intermédias, que a moeda efectua, ver-se-á, que os produtos se vendem tão somente por produtos. O vendedor de uma mercadoria não quer a moeda, senão para comprar outra mercadoria, e o comprador obteve a moeda, de que dispõe, pela venda de uma mercadoria. Que é pois necessário para que um produto ache uma saída? Que existam outros produtos, pelos quais se possa trocar. Os dois termos da troca são produtos; a mercadoria posta em venda forma o primeiro termo; o segundo, ou a extracção é como o primeiro, necessariamente uma mercadoria. Assim a produção é quem abre as saídas à produção; para que certos produtos se vendam, é preciso, que se criem outros; para que as mercadorias da Europa achem extracção, é necessário, que se produza muito na América. Quanto mais se produz, mais se vende: é por isso, que actualmente o comércio é muito mais considerável, do que há alguns séculos, quando a produção era infinitamente mais pequena, do que hoje. Imagine-se um homem, que trabalhe isolado; quanto mais produzisse, tanto mais consumiria, isto é, maior seria a saída da sua produção, esta aumentaria a extracção. Em lugar deste homem considere-se a sociedade, acontecerá o mesmo que na primeira hipótese; quanto mais se produzir, tanto mais se consumirá; porém, como a divisão do trabalho e a troca estão estabelecidas, será necessário, que os produtores não consultem os seus gostos, mas sim os dos seus semelhantes. Daí provêm frequentes erros; todas as vezes que os produtores se enganarem sobre os géneros dos outros, com quem comerciam, haverá certos produtos, que não terão saída, e o comércio sofrerá. Porém este sofrimento será feito, não de um excesso de produção, mas tão somente de um erro sobre o seu objecto.

Sismondi reconhece esta verdade, a saber: que a produção serve de saída à produção; pois que diz numa passagem do seu livro, que o consumo geral nasce da prosperidade universal; e depois, numa página excelentemente escrita demonstra, quanto importa aos povos da Europa, que o espírito de indústria, e civilização se derrame em todo o universo.

Se a saída de toda e qualquer mercadoria, posta em venda é um produto, esta mercadoria é ela mesma uma saída para outra mercadoria. Logo não só toda e qualquer extracção é um produto, mas também todo o produto é uma extracção. E com efeito a troca compõe-se de quatro operações, que se contrabalançam; de cada lado se pede, e se oferece; não se pode oferecer uma mercadoria sem pedir outra, nem *vice-versa* pedir sem oferecer. Quem oferecer sem pedir, será liberal; quem pedir sem oferecer será mendigo.

Debaixo destas formas abstractas, que a necessidade de precisão, e brevidade nos recomendam, será fácil reconhecer as operações do comércio. O principal comércio de todas as sociedades é a troca dos géneros agrícolas pelos objectos manufacturados. É evidente que a obra do fabricante acha a sua extracção na colheita do agricultor, e que reciprocamente os grãos do agricultor têm a sua saída nos estofos do fabricante. Se a produção do agricultor aumenta, para ter saída, será necessário, que a produção do manufactureiro aumente da mesma maneira; esta nova quantidade de produtos manufacturados trocar-se-á pela nova quantidade de produtos agrícolas; as duas espécies de mercadorias servir-se-ão reciprocamente de saída, e o comércio aumentará, como a produção. Não se precisa de mais ampla desenvolvimento para estabelecer um princípio tão simples, e tão claro.

Esta bela, e engenhosa teoria foi adoptada pela nova escola dos economistas ingleses, a qual tem por chefe o célebre Ricardo, cuja morte foi uma perda tão grande para a ciência da economia política. «Say provou da maneira a mais satisfatória, diz Ricardo nos seus *Elementos de Economia Política*, que não há capital, por mais considerável, que seja, que não possa ser empregado num país, porque a extracção dos produtos é somente limitada pela produção. Ninguém produz sem a intenção de consumir, ou vender o objecto produzido, e nunca se vende sem comprar outro produto, que possa ser de uma utilidade imediata, ou contribuir para a produção futura. O produtor torna-se pois consumidor dos seus próprios produtos, ou comprador, e consumidor dos produtos de qualquer outro indivíduo.»

Mill^c deu à teoria, segundo o carácter do seu espírito, uma forma, para assim dizer, algébrica. Toda a mercadoria tem um valor, pelo menos igual às despesas de sua produção, se é extraída, condição, que deve supor-se preenchida, pois que aliás enganou-se o produtor. Esta

^c Solano Constâncio refere-se a James Mill, pai de John Stuart Mill.

mercadoria, posta em venda, entra no oferecimento pelo seu valor, mas o possessor da mercadoria, o qual não quer dá-la de graça, pede necessariamente outra por um valor igual; logo as mercadorias oferecem-se, e pedem-se ao mesmo tempo pelo mesmo valor. Se isto é verdade a respeito de uma mercadoria em geral, sê-lo-á igualmente a respeito de todas as mercadorias; logo, considerando a soma das mercadorias, o que se oferece equivale ao que se pede, e o consumo à produção; logo é impossível produzir demasiado.

Deste sistema deduzem-se diferentes consequências, como se acham efectivamente deduzidas pelos sectários do princípio da impossibilidade de um excesso de produção. 1^o Um capital pode sempre empregar-se com ganho; 2^o Não pode haver excesso geral de mercadorias: a superabundância de uma certa espécie de mercadorias traz consigo necessariamente o *deficit* de uma quantidade correspondente de outros produtos; os capitais, que se aplicaram a uma produção, que não se pedia, deixaram uma produção pedida, ou que o podia ser: todo e qualquer excesso de produção num, ou em diferentes ramos da indústria supõe um vácuo em qualquer outro. As crises do comércio reduzem-se assim a uma falta de equilíbrio: o remédio está na mudança de direcção dos capitais.

Este sistema tem sobre o de Sismondi a vantagem de explicar, clara, e satisfatoriamente os progressos da produção, e do comércio. Efectivamente o aumento da extracção deriva do aumento da produção, nem se pode imaginar outra causa. Os efeitos da divisão do trabalho, e o carácter das operações do comércio são igualmente muito bem descritas. Este sistema explica-nos as crises comerciais sem que se veja a necessidade de buscar outras explicações. E enfim conforma-se com a filosofia, a qual não concebe, que se devam pôr limites à desenvolvimento da actividade humana.

Porém, de que as leis estabelecidas por esta teoria são verdadeiras, não se segue, como vamos examinar, que ela é completa, que não deixa lacunas, e factos importantes omitidos.

Repetimos outra vez, que esta questão é puramente filosófica, e de nenhuma sorte prática. Sismondi, e os seus adversários dão os mesmos conselhos aos particulares, e aos governos. O resultado da discussão é simplesmente filosófico.

Na exposição, que acabámos de fazer do sistema dos adversários de Sismondi, exposição, que julgamos fiel, pode notar-se, que neste sistema supõe-se sempre a possibilidade de uma extracção. Este estabelece, como um facto, que a mercadoria, vendida pelo seu valor, acha consumidores. Os economistas, que sustêm este princípio, parecem considerá-lo, como um axioma: pouco lhes importa a prova, contentam-se por único argumento com a ideia geral de que as necessidades do homem são indefinidas, e que por conseguinte sempre há que produzir.

Alguns economistas ingleses, Mill entre outros, pretendem, que ainda quando toda a sociedade, deixando a consumação supérflua, se reduzisse à economia, os capitais, quaisquer que eles fossem, haviam de poder empregar-se. É evidente, que suprimindo a consumação, que os economistas chamam *improdutiva*, ou a aplicação dos produtos do trabalho à satisfação das nossas necessidades, tirar-se-ia ao trabalho, e à economia o seu fim, e o seu motivo. Se os homens não quisessem satisfazer as suas necessidades, ou obter comodidades, com que intenção trabalhariam? Que esperanças os convidariam a acumular os capitais? Que emprego se lhes havia de dar, segundo a hipótese de Mill? Que direcção ao trabalho? Dir-se-á porventura, que os estrangeiros hão-de consumir os produtos do trabalho? Nesse caso não se faz mais que mudar de lugar a consumação, e a hipótese exige, que se suprima. Supondo que o consumo se efectuará para o futuro, esta resposta coloca, como a primeira, o consumo nalguma parte, e limita esse vasto campo, que Mill tinha aberto à acumulação dos capitais.

Tal é o primeiro erro, a que o demasiado espírito de abstracção conduziu a escola moderna dos economistas ingleses. Mas este não é o único lado fraco do sistema, pode ainda atacar-se em muitos pontos. Mostrar-nos-á uma rápida exposição dos factos em que é defeituosa esta bela, mas (segundo a nossa opinião) incompleta teoria.

Suponhamos um homem, que trabalha isolado, e que consome tudo, quanto produz. Poderá, como o homem, que vive em sociedade, acumular capitais; a sua cultura, os seus utensílios, as suas armas, etc., são o seu capital. Quando este solitário chegar pelo seu trabalho a ter alimentos, vestidos, e morada, haverá tempo, em que não quererá formar mais empresas; não porque falte aos seus esforços um fim, mas, porque tendo feito com o trabalho, que lhe seria indispensável para o obter, prefere o repouso. Esta comparação variará segundo os indivíduos, mas hão-de todos encontrar um grau de dificuldade, onde parará o espírito de indústria. Consultem-se os escritos, que nos pintam os costumes dos selvagens, e ver-se-á, quanto é limitado o círculo da sua actividade. Se esta hipótese de um solitário, que tomámos para esclarecer o raciocínio, parece uma ficção, pode substituir-se-lhe um cultivador da Idade Média, ou qualquer colono da América do Norte. Na história da civilização não faltam exemplos de famílias, que satisfaziam pelo seu trabalho as suas necessidades, sem recorrerem à divisão do trabalho, nem à troca. Apresentam-se pois ao homem, ou à família isolada circunstâncias, nas quais a produção acha limites, sem contudo se ter chegado ao termo da produção. É o efeito da comparação do fim com o esforço; deste cálculo, que precede sempre no homem a resolução de obrar. Vejamos agora como se poderá restabelecer o movimento, e de onde virá o progresso.

Enquanto os braços do nosso solitário se repousam, a sua inteligência não está ociosa. Há-de exercer-se sobre os objectos, que o rodeiam.

Não tardará a descobrir modos mais expeditos para fazer certas obras, que antes eram difíceis, ou a inventar novos meios de comodidade; há-de variar os produtos do trabalho, tornando-os ou de um gosto mais delicado, ou mais agradáveis à vista. Então a indústria do trabalhador amortecida por um momento despertará subitamente; oferecer-se-á aos seus trabalhos um prêmio de conquista menos laboriosa; aumentará os seus trabalhos, e sacrificará algumas comodidades actuais para obter ulteriormente as que acaba de descobrir. O domínio da sua actividade crescerá à proporção que a sua inteligência tiver franqueado os seus limites.

De onde vem pois nesta primeira hipótese o progresso da indústria, e da acumulação do capital? Unicamente dos progressos da inteligência. É esta, quem afasta o limite, e abre ao trabalho o seu curso; é um guia, que deve ir adiante; enquanto ela não avança, o trabalho também não pode avançar; e a rapidez da sua marcha depende da rapidez, com que ela aumenta as empresas do homem. Logo concebe-se muito bem, que, segundo o estado dos nossos conhecimentos, possamos achar-nos numa situação tal, que não se apresente um novo emprego proveitoso da nossa potência. Não dissemos um emprego qualquer, mas somente um emprego proveitoso: cada leitor é juiz do sentido desta palavra, o qual depende, como já mostrámos, da comparação, que se faz no espírito do homem entre a recompensa futura, e o trabalho presente.

Passemos agora à sociedade. Os motivos, e os fins da produção são os mesmos; nela não se encontram factos novos mais que a divisão do trabalho, e a troca. Imagine-se um estado da sociedade, no qual a produção equivalha o consumo, onde por consequência os capitais se empregam proveitosamente. Imagine-se além disso, que um produtor quer acumular um novo capital, e consagrá-lo à produção.

Qual é o motivo, que o determina a esta operação? É evidentemente a esperança de tirar algum ganho deste novo capital. Mas a palavra ganho é um termo abstracto, que designa o poder de comprar objectos reais, mercadorias. É pois para ter o poder de comprar tal, ou tal mercadoria, que o possessor de um certo valor se resolve a convertê-lo em capital, em vez de o empregar na satisfação das suas necessidades, ou dos seus gostos. Suponhamos, que foi para juntar a despesa de uma carruagem às suas despesas ordinárias, que um proprietário, ou um negociante formou com as suas economias um capital de quarenta mil cruzados, cujos juros espera que hão-de pagar o entretenimento anual da sua carruagem: tomamos este exemplo, para evitar os termos gerais, pouco nos importa, qual é o objecto desejado, e que ele seja, ou não destinado imediatamente ao consumo.

O homem na sociedade tem a escolha entre dois caminhos para chegar ao mesmo fim; pode ou servir-se somente, como o homem isolado, das suas próprias forças, e das da sua família, ou recorrer, por

meio da troca ao socorro, que lhe podem dar as forças dos seus semelhantes. Ora estas duas maneiras de produzir são muito desiguais em potência; de onde resulta, que se pode consentir no esforço, que uma exige, sem querer submeter-se aos sacrificios, que a outra impõe. Está claro, que o recurso à divisão do trabalho há-de ser sempre preferido. O proprietário de quarenta mil cruzados há-de querer estabelecer uma indústria, cujos produtos lhe parecerão susceptíveis de venda, e que por conseguinte lhe dará cada ano uma renda de alguns milhares de cruzados, com os quais poderá sustentar os cavalos, pagar o lacaio, etc. Sem a divisão do trabalho não poderia obter as comodidades, que deseja, com uma economia de quarenta mil cruzados; pois que se lhe fosse preciso estabelecer uma fábrica de carruagens, uma caudelaria, terras para sustentar os cavalos, etc., numa palavra não recorrer à troca, em vez de quarenta mil cruzados, talvez para obter o mesmo resultado lhe fossem precisos alguns milhões.

Mas está ele certo de poder produzir uma mercadoria, a qual pelo preço, por que a quer vender, achará consumidores? A isto se reduz toda a questão.

É necessário que produza não só alguma coisa útil, e agradável, mas alguma coisa útil, e agradável pelo preço, que os consumidores querem dar por ela. Já se vê que a sorte da sua empresa depende do estado dos seus conhecimentos. Ora é fácil a conceber circunstâncias, nas quais a desenvolvimento da inteligência não precedeu assaz a formação dos capitais, para que o capitalista, que supusemos, pudesse fundar uma indústria proveitosa. Em outros termos, para que a produção seja proveitosa, é necessário, que se faça por um certo preço. A effectuação desta condição é o resultado do progresso do espírito humano; ora o progresso do espírito humano não é de nenhuma sorte a consequência necessária da vontade de acumular um capital.

Se não pode vender os seus produtos, trabalhará para si, dizem os economistas ingleses. Este raciocínio é manifestamente inexacto. Não trabalhará para si, porque o sacrificio, que lhe custa a economia dos quarenta mil cruzados é feita com a condição de que o objecto, que ele deseja há-de ser obtido por um certo preço. Se se duplica, ou triplica este preço, não se preenche a condição, e não se faz o sacrificio.

Há pois um facto importantíssimo, que nos parece omitido no sistema de Say, e McCulloch, a saber: a comparação, que se faz no espírito do homem entre as vantagens, e os trabalhos de uma empresa. Segundo o resultado desta comparação o homem escolhe entre o trabalho, e o repouso, entre a comodidade actual, e a economia. O progresso da inteligência muda os termos da relação, e por conseguinte a mesma relação, diminuindo os trabalhos, ou aumentando as vantagens. Eis aí por que motivo todos os progressos devem começar pela inteligência; a qual dá a primeira impulsão a toda a máquina, e comunica-lhe o movimento.

Preenchida esta lacuna, o sistema de Say parece-nos uma das mais belas, e profundas teorias de economia política. É uma explicação clara, e engenhosa do mecanismo tão delicado, e tão complicado da sociedade.

As nossas conclusões são, que nunca falta um fim ao trabalho, nem à economia; apresenta-se à actividade do homem uma carreira sem limites visíveis, mas pode acontecer momentaneamente, segundo o estado dos conhecimentos humanos, que não se ofereça um fim proveitoso à sociedade. Pode por conseguinte acontecer, que não se possa empregar com ganho um capital: então toda e qualquer produção é um excesso, e não é verdade, que o capital mal empregado poderia achar outro emprego. Porém estes limites são pouco duráveis, e deslocam-nos continuamente as descobertas do espírito humano. De ordinário, quando não se oferece um emprego proveitoso para os novos capitais, a acumulação pára. Os produtores julgaram poderem produzir mercadorias pedidas; enganam-se; onde está o culpado? Que se lhe há-de fazer? Não há economista, que não recomende a prudência; é da natureza do homem o não a ter algumas vezes.

Vê-se que nalguns pontos concordamos com Sismondi, mas por motivos, que diferem dos seus. A sua explicação do movimento da sociedade pareceu-nos pouco exacta, e não nos aterrámos com o perigo de um excesso de produção. O verdadeiro perigo está muito mais na má direcção dos capitais, do que na sua abundância. Esta má direcção, cujos exemplos são demasiadamente frequentes, e que produzem as crises comerciais, não é, como diz Sismondi, o resultado dos sistemas modernos de economia política; provém unicamente de erros, a que não conduzem esses sistemas, e que nenhum sistema pode impedir. Assim o fim desta discussão traz-nos ao ponto, de onde tínhamos partido. Tratámo-la para mostrar, que sobre as verdades de aplicação não há entre os economistas dissensão real. O princípio, que pensamos ter estabelecido é que o progresso da inteligência é a regra, e a medida do progresso da indústria, e do aumento da produção; tudo dimana da inteligência.

**ARMAZÉM DE CONHECIMENTOS ÚTEIS, NAS ARTES E OFÍCIOS
OU COLEÇÃO DE TRATADOS, RECEITAS E INVENÇÕES
DE UTILIDADE GERAL; DESTINADO A PROMOVER
A AGRICULTURA E INDÚSTRIA DE PORTUGAL E DO BRASIL**

POR F. S. CONSTÂNCIO

1838

ARMAZEM
DE
CONHECIMENTOS
UTEIS,

NAS ARTES E OFFICIOS;

ou

COLLECÇÃO DE TRATADOS, RECEITAS E INVENÇÕES
DE UTILIDADE GERAL;

DESTINADO A PROMOVER A AGRICULTURA E INDUSTRIA
DE PORTUGAL E DO BRASIL;

POR F. S. CONSTANCIO,

D. M., membro das Sociedades medica e de historia natural de Edimburgo,
da Academia de medicina de New-York, correspondente da Sociedade
Linneana de Paris, autor do Diccionario critico e etymologico da lingua
portugueza, etc.



PARIS.
NA LIVRARIA DE J. P. AILLAUD,
QUAI VOLTAIRE, N.º 11.

—
1838

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTATÍSTICA²

A estatística, ciência moderníssima e cujos princípios ainda não estão uniformemente estabelecidos, é um dos ramos importantes dos conhecimentos humanos, e antes de muito tempo terá resultados para a humanidade incomparavelmente mais úteis que outras ciências cujo alvo é o melhoramento da condição do homem no estado social. Esta proposição à primeira vista parecerá não só atrevida, mas até pueril à maior parte dos leitores; e os que me não conhecem suspeitarão que eu estou sem dúvida preparando algum livro ou mapa estatístico; no que por certo se enganarão. Mas fácil me será desenganá-los em quanto ao valor de uma ciência que o comum dos homens considera meramente como curiosa.

A estatística é uma ciência de factos, todos relativos ao estado das nações e às divisões de cada uma delas, em quanto ao número dos indivíduos, produções da agricultura, da indústria, do comércio, da navegação, condição dos habitantes física e moral, riqueza e força colectiva do Estado, e distribuição dela entre os seus membros. Todos estes elementos, bem averiguados em uma época dada, e a mesma para cada país, devem ser comparados regularmente em épocas sucessivas; e como a ciência é nova, e o método de proceder na investigação dos factos não está ainda definitivamente estabelecido e convencionado, por isso alguns homens engenhosos, mas que preferem adquirir fama à custa da verdade, abusando de factos parcial ou incompletamente observados, têm pretendido generalizar em sistema elementos que ainda se não podem comparar. Isto tem necessariamente desacreditado um pouco a ciência mas não a ponto de obscurecer a sua utilidade aos olhos dos homens cordatos a quem não iludem nomes académicos nem pomposas declamações.

A estatística, torno a dizê-lo, é uma ciência de factos e de resultados comparados; não é uma teoria política, mas sim a base de todas as teorias exactas, e sua pedra de toque. Para quem governa ou administra os Estados, bem como para quem é governado, os mapas judiciosamente feitos da estatística de cada nação, e verificados de anos a anos, dão a

² Nº 1, Janeiro 1838, pp. 51-64.

medida exacta do estado próspero ou decadente da nação, e mostram ao mesmo tempo quais são as causas do progresso do bem ou do mal, e apontam por conseguinte os remédios a este. Com os resultados exactos da estatística comparada por um certo número de anos, (e muitas vezes bastarão 20 ou 30), conhecerá o imperante se os seus ministros governam bem ou mal, sem que eles possam iludi-lo por vãs aparências ou provas fictícias de prosperidade. Também não poderão escritores sistemáticos ou de má fé fazer crer à nação que ela é infeliz e mal governada, quando resultados estatísticos patentearem o contrário: o mais que poderão conseguir, é fascinar algumas cabeças leves que se deleitam com sofisticas controvérsias e atrevidos paradoxos.

Mas para que os resultados estatísticos tenham o devido valor, é preciso método, tempo e constância da parte dos observadores; que as investigações abranjam o maior número de elementos em cada país, e que sejam redigidos de maneira a poderem ser postos em paralelo com os das outras nações. Procedendo assim, será coisa muito fácil coligir do exame atento de uma série de quadros estatísticos lavrados em cada país e cotejados entre si, qual é o estado de cada um na época actual, comparado com o seu estado anterior, e com o dos seus vizinhos.

Nesta ciência o investigador, uma vez que é dirigido por princípios exactos e bem coordenados, obtém resultados, cuja aplicação ele mesmo muitas vezes está longe de antecipar; e ainda quando seja dominado por alguma opinião em economia política, ou em matéria de governo ou religião, não pode torcer os factos, e até lhe é quase impossível falsificá-los, porque uns servem de verificar os outros. Por exemplo, em matéria de população, havendo listas anuais de nascimentos, óbitos, casamentos, censos decenais da povoação total classificada por sexos e idades, é impossível cometer-se erro grave. E conhecido uma vez o termo médio destes elementos em um espaço de 20 ou 50 anos, qualquer deles de per si, ou comparado com outro, dará muito proximamente a povoação total de todo o território ou de parte dele. Ainda não há vinte anos que os melhores geógrafos cometiam erros crassos neste ponto; e ainda hoje estão os livros moderníssimos cheios das mais absurdas avaliações da povoação de cidades, de reinos e impérios. Para exemplo basta apontar a povoação de Calcutá, a da América, e do império de Marrocos. Em quanto a Calcutá, onde parece que os ingleses deveriam ter obtido resultados exactíssimos, vê-se, pelo mapa de M. Balbi, que uns lhe dão para cima de um milhão de habitantes, outros menos de metade deste número, e ele avalia a povoação total em coisa de 600.000. O mesmo autor rectificou a povoação total da América, e reduziu a de Marrocos.

É digno de notar que M. Balbi, pelo hábito que tem direito adquirido de comparar elementos de estatística, por exemplo a extensão de território com a povoação, tem, sem sair de Paris, descoberto erros e atinado com a verdade, quando viajantes instruídos e até escritores resi-

dentes nas terras cuja povoação se tratava de determinar, se enganavam grosseiramente. Mas o que deve acabar de convencer o leitor da grande importância da ciência e da necessidade de a reduzir a princípios uniformes, para o que muito tem contribuído o infatigável M. Balbi, é a incerteza que reina hoje mesmo sobre a povoação permanente de Londres. Comparando-se o número anual dos nascimentos e dos óbitos com o número de habitantes resultante dos últimos censos e com o consumo anual de mantimentos, vê-se de plano que estes elementos não condizem uns com os outros. O número anual de nascimentos há 20 anos a esta parte é muito inferior aos de Paris, que encerra pouco mais de 900.000 habitantes; o dos óbitos ainda é menor: mas o censo dá para cima de 1.200.000 habitantes a Londres, e o consumo anual corresponde a muito maior população. Os sábios ingleses, que tanto desdenham dos estrangeiros, e que tanto se prezam de exactos, ainda não resolveram este problema, que eu me proponho examinar quando tiver coligido os necessários documentos.

Olhemos debaixo de outro aspecto para os resultados da estatística, e conheceremos a sua importância. Antigamente julgava-se que o critério mais infalível da prosperidade de uma nação, e o mais fácil de se averiguar, era a povoação. Assim pensavam os antigos, e com eles o grande Montesquieu e quase todos os escritores posteriores. Todavia, basta olhar para o mapa estatístico da Irlanda, comparando com o de qualquer Estado de Europa, ainda dos mais pobres como a Suécia, para se convencer que a povoação pode crescer desmarcadamente por 50 ou 60 anos, ao mesmo passo que aumenta a miséria do maior número dos habitantes. Isto se colige de um relance estudando no mapa daquele país as colunas que dão o número dos pobres e o dos emigrantes.

Em tempos mais recentes, e particularmente em Inglaterra, depois do grande progresso da indústria fabril, do comércio e da navegação, tem-se pretendido avaliar a prosperidade das nações pelo valor total dos seus produtos, importações e exportações, pelo do seu rendimento nacional, isto é pelo valor da totalidade dos produtos da agricultura e da indústria, compreendida a navegação, as pescarias, etc. Esta medida parece com efeito não poder falhar, e contudo basta ver as colunas que indicam o número de mendigos e de necessitados em Inglaterra e País de Gales, para reconhecer que há 40 anos a esta parte, a par do aumento da riqueza colectiva, tem crescido a miséria do maior número de indivíduos, daqueles cujo trabalho é essencialmente produtivo; e isto tem acontecido não havendo aquele império sofrido invasão ou outra alguma calamidade, e tendo, pelo contrário, adquirido possessões vastíssimas e riquíssimas na Ásia, na Europa, na África, na Austrália, e na América, sem ter perdido um só palmo de terra que possuía em 1790! Este estado de sofrimento aumentou depois da paz de 1814 e 1815, e, com algumas variações e intermitências, prossegue actual-

mente. MUITÍSSIMO se tem escrito nesta matéria em Inglaterra, e não poucas verdades se têm dito a este respeito; mas ainda nenhum inglês, que eu saiba (a não ser M. Owen), se atreveu a profundar a causa do mal, e por isso nenhum tem proposto senão remédios paliativos

Uns o atribuem à dívida nacional e seus encargos, e têm razão; outros se queixam da nímia produção de géneros destinados à exportação, mas não vem que esse excesso é consequência necessária de outras causas mais poderosas; outros enfim clamam contra as leis contra a importação dos cereais, só leis úteis aos proprietários e seus rendeiros. Há também quem desaprove as restrições comerciais e o sistema actual das alfândegas; mas todos convêm na existência do mal que ameaça a ruína da Inglaterra: neste ponto *whigs* e *tories* estão concordes.

A Inglaterra ainda não possui um mapa estatístico completo; mas, coligindo os elementos principais para o executar, é fácil vir no conhecimento da causa da moléstia que aquele país padece. Busque-se a coluna que dá o número de proprietários territoriais, e ver-se-á que o solo da Inglaterra pertence a um punhado de homens riquíssimos, sendo o resto meros rendeiros, e estes em número muito diminuto comparativamente à França, à Itália, à Alemanha. Os mais habitantes possuem fundos públicos, valores móveis, vivem do seu trabalho e indústria, ou são empregados salarizados do governo; os mais, em número considerável, são pobres, vadios, ladrões e prostitutas. É portanto evidente que a nímia concentração da propriedade territorial é o cancro que devora a Inglaterra.

Já que dei este exemplo de um estado poderoso e rico em massa, e que encerra tanta pobreza, tanta miséria e tanto vício, justo é oferecer outro, fraco e pobre, considerado colectivamente, mas cujos habitantes, apesar de mil calamidades, de mil infortúnios, de mil perdas, são em geral, pelo menos, tão fartos como eram em 1790. Este país é a Espanha, onde em 1830 era menor o número de indivíduos indigentes e esfaimados que na riquíssima Inglaterra. Outro tanto se verifica em França, na Suíça, em toda a Alemanha, na Bélgica e Holanda e em toda a Itália. Em Portugal em 1807 havia por certo menor proporção de indigentes que em Inglaterra desde 1793 até ao dia de hoje. Eis aqui pois uma espécie de contra-prova que mostra não ser o valor total da produção e da riqueza de um país a medida da prosperidade geral dos seus habitantes. A razão é evidente: distribuição mais bem repartida é que constitui a abundância, e não a riqueza concentrada em mãos de um punhado de ricos, que cada vez aumentam mais o seu capital à custa do suor do mísero produtor, cuja maior ventura nunca passa de ganhar sustento e vestuário suficiente para si e uma pequena família, quando o rico proprietário acumula milhões que cada vez se tornam mais produtivos e lhe aumentam o rendimento. Comparando pois a Inglaterra com a França integralmente, o que é fácil fazer com um dos mapas de M. Balbi diante dos olhos, vê-se que a primeira é muito mais produtiva,

muito mais rica, e todavia muito menos feliz em quanto à maioria dos seus habitantes. O quadro seguinte, extraído do mapa do dito autor intitulado: *La monarchie française comparée aux principaux états du globe*, mostrará a verdade do que avanço.

<i>Produtos anuais</i>	<i>França</i>	<i>Reino Unido</i>
Cereais	233.817.000	262.500.000 (boisseaux)

Posto que a estimação dos cereais pareça ao autor algum tanto exagerada para o Reino Unido, é certo que iguala pelo menos a produção total da França; e como esta tem hoje mais de 32 milhões de habitantes, e o Reino Unido só 21, segue-se que, se a produção inglesa fosse bem distribuída, cada inglês, escocês e irlandês seria muito mais farto que um francês. O número dos animais em cada um dos países é o seguinte.

<i>Animais</i>	<i>França</i>	<i>Reino Unido</i>
Bois	6.682.000	10.500.000
Ovelhas e carneiros.....	35.200.000	14.400.000
Porcos	4.000.000	5.250.000
Cavalos e machos.....	2.550.000	1.900.000

Donde se colhe que também há muito mais mantimento animal no Reino Unido; e como todos os mais géneros de produção, excepto vinho, excedem os da França, sendo as exportações do Reino Unido mais do dobro das da França, tudo milita a favor da Inglaterra; e todavia os mesmos ingleses confessam que perto da sexta parte da população dos três reinos vive em miséria, e que nas crises comerciais que se reproduzem com frequência, e em anos de escassez de trigo, mais de um quinto da povoação morreria de fome se não fosse socorrida. Também é verdade constante que, até na classe dos trabalhadores, há grande número que não poderia sustentar-se, a si e a suas famílias, sem os auxílios das paróquias provenientes do imposto dos pobres, imposto que em 1815 montava a mais de 6.000.000 de libras esterlinas ou 54 milhões de cruzados cada ano. Além dos indigentes, que em 1815 passavam de 800.000, só em Inglaterra e País de Gales, cumpre ajuntar um número considerável de vadios e ladrões, e outro não menos excessivo de prostitutas que excede quanto se conhece fora de Inglaterra, estando todas as cidades manufactureiras ou comerciantes e os portos de mar inçados destas infelizes. Em 1833 o sustento dos pobres custou perto de 9.000.000 de libras esterlinas, compreendidas as esmolas de particulares e das corporações!

Por outro lado olhe-se para a distribuição da povoação em Inglaterra, e nos mais países do mundo, e ver-se-á que naquele país ela está

apinhada em cidades populosas cujo número excede em muito as de qualquer outro Estado. Esta concentração favorece o progresso das artes, da instrução e do luxo; mas gera ao mesmo tempo vícios e crimes, de que é mais isenta a povoação das aldeias e pequenas vilas, e aumenta muito o consumo e desperdício dos mantimentos.

Penso que o leitor estará convencido, pelo que acabo de expender, que a prosperidade da maioria dos habitantes de um país, que é o fim que todo o governo deve ter em vista, não depende essencialmente da quantidade total dos seus produtos comparados com os de outras nações, ou com os de épocas anteriores, mas sim da melhor repartição deles. Que vale a uma família pobre ter um vizinho riquíssimo? Se dele recebe esmola, é sinal de indigência, e neste estado se acham inumeráveis indivíduos em Inglaterra, o que proporcionalmente tem muito menos lugar em França, onde o número de fortunas colossais é pequeno, e o dos pequenos proprietários extremamente considerável. Nos Estados Unidos, onde a repartição é a mais igual que se pode obter no sistema social hoje adoptado entre as nações cultas, é também, e por isso mesmo, a prosperidade comum a todas as classes: a indigência que já lá existe é filha dos vícios infelizmente muito disseminados naquela república.

Outra indução dos mapas estatísticos provará a notável utilidade desta ciência, que hoje é indispensável para dirigir os governos e esclarecer o público. O leitor conhece sem dúvida o sistema do famigerado Malthus, de que eu dei uma análise no tomo XII dos *Anais das Ciências*^b; sabe portanto que este autor e seus numerosos sequazes, entre os quais se notam os principais periódicos dos três reinos, e muito particularmente a *Edimburgh Review*, ameaçam o mundo de um excesso inevitável de povoação que dentro em pouco tempo obrigará os homens a devorarem-se entre si, ou a fazerem matança parcial das crianças, se não preferirem deixar-se morrer de fome, ou não aproveitarem a proposição que há anos fez um douto e filantrópico alemão, conselheiro de el-rei da Prússia, de praticar a infibulação em todo o indivíduo do sexo feminino, até encontrar marido que possa provar que tem com que sustentar uma família. Valha-nos a estatística inglesa, que oferece os factos seguintes, relativamente aos casamentos e aos nascimentos.

Em 1750 havia 1 casamento por cada 115 habitantes

Em 1801 havia 1 casamento por cada 123 habitantes
e 1 nascimento por cada 34,8

Em 1811 havia 1 casamento por cada 126 habitantes
e 1 nascimento por 35,3

Em 1821 havia 1 casamento por cada 131 habitantes
e 1 nascimento por cada 36,58

^b Vide pp. 159-170 da presente edição.

Estes factos devem fazer desvanecer as apreensões concebidas por observadores superficiais, de que cedo a povoação excederá os meios que a natureza dá para a sustentar.

Mas, consultando os mapas dos óbitos e das doenças, vê-se que o grande aumento da povoação da Inglaterra e da Irlanda é devido a várias causas, cuja operação tem sido muito poderosa, mas que, por isso mesmo, não podem continuar em progressão rápida para o futuro. Uma delas, e a mais eficaz, foi a introdução da vacina que, sem exageração, tem salvado a vida nos três reinos, desde que foi geralmente adoptada, a muito mais de um milhão de indivíduos. A segunda tem sido o maior asseio, e mais acertado tratamento dos doentes nos hospitais, dos presos nas cadeias, tudo isto acompanhado de um grande melhoramento na dieta, e diminuição do vício da embriaguês, tão comum outrora e tão funesto em Inglaterra, e ainda mais na Irlanda. Outras causas menos conhecidas e temporárias têm igualmente contribuído para o mesmo resultado.

Em um próximo número exporemos quais devem ser os elementos de mapas estatísticos e a maneira de obter os resultado os mais exactos.

O seguinte mapa mostrará a condição comparativa dos indivíduos em diversas nações.

Proporção da renda total da nação, supondo-a igualmente repartida entre os habitantes, em francos

	francos	cêntimos
Na Grande Bretanha - a cada habitante	65	2
Em França	30	9
Na Prússia	17	2
Nos Estados Unidos	12	1
Na Áustria	10	9
Na Rússia	6	6

Proporção da dívida nacional, por cada pessoa

	francos	cêntimos
Grande Bretanha	869	0
França	145	0
Áustria	45	6
Prússia	29	3
Rússia	21	4

Nos Estados Unidos, não só não existe já dívida pública, mas acaba de se repartir pelos 26 Estados a enorme soma de 26 milhões de cruzados de sobra da receita sobre a despesa!

Deve notar-se que dos impostos pagam as classes laboriosas mais que a sua quota-parte, e do rendimento só recebem muito diminutas fracções.

ÉTUDES SUR LA RICHESSE DES NATIONS, ETC. OU
ENSAIOS SOBRE A RIQUEZA DAS NAÇÕES, E REFUTAÇÃO
DOS PRINCIPAIS ERROS EM ECONOMIA POLÍTICA;
POR LOUIS SAY²

[I]

O autor deste opúsculo, já conhecido por outra obra sobre o mesmo assunto, é irmão do célebre J.B. Say, a quem se deve a exposição mais clara da doutrina de Adam Smith: mas apesar do grande apreço que faz dos trabalhos de seu irmão, o amor da verdade o obriga a seguir outra vereda, afastando-se em muitos pontos essenciais do sistema de Smith e seus sectários; no que por certo mostrou não pequeno arrojo, arrostando a falange formidável dos discípulos do autor da *Riqueza das nações*.

O autor começa por declarar que a economia política lhe parece estar ainda na infância, obscurecida por uma nomenclatura e fraseologia inexactas, e que só servem de dar uma aparência pomposa de exactidão geométrica a verdades triviais, ou a erros especiosos. O objecto de M. L. Say é dirigir a atenção do público à aplicação prática de princípios certos, óbvios e comprovados pela experiência. Com efeito a economia política, no seu estado actual, é uma ciência meramente especulativa, cujos princípios que passam por dogmas entre os discípulos da escola, ainda nenhum governo adoptou. Os escritos dos modernos estão cheios de intermináveis disputas sobre a natureza da *riqueza*, os diversos sentidos do termo *valor*, sobre a *produção*, o *consumo*, os *capitais*, a *indústria* nacional, e mil outras importantes questões, sendo a divergência entre os mais distintos escritores tal, que até versa sobre pontos que parecem não admitir controvérsia. Para exemplificar esta asserção basta citar a discussão entre Malthus e J.B. Say acerca das causas da estagnação do comércio. O primeiro sustentava a opinião geralmente admitida, que a produção excessiva é uma das causas do empate das mercadorias; o segundo pretendia que nunca é excessiva a produção e que o empate provém unicamente da produção diminuta correspondente, isto é, a das mercadorias destinadas a ser trocadas pelos produtos que superabundam por falta de escambo. A verdade é que esta, assim como quase todas as questões sobre que tanto se tem discutido nos últimos tempos, é fútil, e não pode ser da menor utilidade prática. Com efeito, é evidente que, havendo mercado para os produtos, estes não podem ser excessivos; e também o é, que se os

² Nº 2, Fevereiro 1838, pp. 140-52; e Nº 3, Março 1838, pp. 252-264.

compradores tiverem valores correspondentes, os trocarão pelos produtos de que carecem: mas não é igualmente evidente que a produção é excessiva quando é fundada em um cálculo errado de consumo ou venda, quando, por exemplo, havendo progressivamente crescido a exportação de uma mercadoria, calcula o fabricante sobre a continuada progressão do consumo externo?

Uma questão de vital importância para cada nação, e que continua e continuará a ser agitada, é determinar até que ponto é útil fomentar a indústria nacional, protegendo o produtor do país por direitos de entrada sobre os produtos manufacturados pelos estrangeiros, fazendo por conseguinte pagar aos consumidores da terra a diferença entre o baixo preço, que teria o produto estrangeiro se fosse livre a sua entrada, e o maior preço do nacional. É preferível, diz a escola de Smith, comprar barato boa fazenda ao estrangeiro, que produzi-la no país cara ou de qualidade inferior. Fazer encarecer o produto estrangeiro carregando a importação dele com direitos de alfândega, é impor um tributo em toda a nação, o qual só aproveita ao produtor assim protegido. Admitindo este princípio, deduz-se dele como rigorosa consequência ser errado o sistema seguido até ao presente por todas as nações; devendo cada uma franquear a entrada a todos os géneros e produtos estrangeiros de melhor qualidade ou mais baratos do que os do país. Por exemplo, todas as nações da Europa deveriam admitir os tecidos de algodão da Inglaterra, e as suas obras de aço. É certo, dizem estes doutores, que, se a França adoptasse este sistema, arruinaria alguns milhares de fabricantes e operários, e seria obrigada a dar aos ingleses grande parte dos valores com que dantes comprava aos nacionais; mas a França pagaria aos ingleses com produtos que lhe são próprios, e que pode fornecer de melhor qualidade e mais baratos que a Inglaterra; por exemplo, daria em troco os seus vinhos de Bordéus, as suas aguardentes, o seu azeite, os seus tecidos de seda, espelhos, artigos de modas, etc. Outro tanto se aplica aos mais Estados do mundo.

Esta doutrina tem sido combatida por muitos escritores, particularmente nos Estados Unidos; M. L. Say se pronuncia igualmente contra ela, e, a meu ver, com razão. Todavia, devo confessar, que a máxima de Smith, seguida por J.B. Say, Ricardo, McCulloch, etc., é especiosa, e que muitos a combatem, sem terem indagado a fundo onde jaz o sofisma falacioso desta doutrina.

Como os dogmáticos discípulos de Smith ostentam o aparato lógico das ciências exactas, é preciso convencê-los de erro flagrante nas suas pretendidas demonstrações.

Sem dúvida, em tese geral, mais vale comprar barato que caro, seja qual for a origem da mercadoria; mas para comprar é preciso ter com que, e é muito possível que, comprando barato, se esgotem os meios de comprar, e neste caso, se verifica o ditado vulgar: *o barato às vezes sai caro*. Por exemplo, suponhamos que um insigne pintor, escultor,

arquitecto, ou grande escritor, se acha em terra onde os víveres e outros artigos necessários e úteis custam a décima parte do que valem em Londres ou Paris, mas onde ninguém faz caso das obras da arte ou do engenho; é certo que em tal país se veriam Miguel Ângelo ou Milton reduzidos a pedir esmola, como aconteceu ao nosso Camões em uma pátria desprezadora dos raros talentos do grande vate. Ora este exemplo familiar, aplicado a cada nação, tem igual força, como vamos demonstrar claramente.

Suponhamos que a França, admitindo sem direitos os tecidos ingleses de algodão, poupe 20 milhões de francos anualmente, porque os fabricados no país lhe custavam 120 milhões, e os de Inglaterra, de igual ou melhor qualidade, só lhe custariam 100 milhões. É verdade que a nação perde toda a mão-de-obra e o lucro resultante da fabricação nacional; mas respondem os partidários de Smith: *essa perda será mais que compensada pelo valor dos produtos com que se pagará aos ingleses os 100 milhões de tecidos; porquanto produtos não se pagam efectivamente senão com outros produtos*. Mas para se efectuar esta comutação, são precisas as condições seguintes: 1º que a Inglaterra admita sem direitos os produtos destinados a pagar os tecidos de algodão, condição que a Inglaterra ainda não se mostrou disposta a conceder, nem mesmo relativamente aos vinhos e aguardentes, e sem a qual é inexecutável o sistema; 2º que os ingleses estejam dispostos a receber em troca 100 milhões de produtos franceses. Ora, ainda que de repente cessasse entre os dois países o regime proibitivo, não há a menor probabilidade que os ingleses quisessem comprar à França um valor de produtos equivalente àquele que eles exportam para o consumo da nação francesa. A razão é evidente: a Inglaterra exporta quase exclusivamente produtos das suas manufacturas, e destes só pequena porção lhe conviria tirar de França; e em quanto aos produtos da agricultura, a experiência tem já mostrado que só dos vinhos de qualidade, e por conseguinte dos que em pequena quantidade são servidos na mesa dos homens opulentos, é que os ingleses aumentariam a importação, que seria de valor diminuto em comparação do valor das exportações inglesas. Ninguém ignora que, tirados os direitos de entrada, ou sendo eles iguais para todas as nações, terão sempre a preferência em Inglaterra os vinhos de Portugal, de Espanha e da Grécia, às qualidades ordinárias dos de França. As aguardentes de grão também tornariam limitada a importação das de mosto.

À vista do que fica exposto, perguntaríamos aos inimigos dos direitos de entrada protectores da indústria nacional, com que pagariam os franceses os 100 milhões de tecidos ingleses de algodão. Não o podendo fazer com o excedente de produtos nacionais, não teriam outro expediente para preencher o que falta para o saldo, senão o de encetar o capital nacional; e, continuando este comércio ruinoso, se iria empobrecendo a nação como tem acontecido a todas aquelas que se dão quase exclusivamente à agricultura, de que são exemplos deplorá-

veis a Turquia, a Polónia, a Espanha, e o nosso Portugal. Os produtos do solo são de sua natureza limitados e incertos, e requerem o emprego de muitos braços, de modo que o trabalho colectivo de uma nação de 10 milhões de individuos pode ser comprado com o produto de 100 mil ou 200 mil operários em aço, estofos e outros objectos manufacturados. Pelo contrário a produção fabril é quase ilimitada, pode aumentar-se à vontade, e não é sujeita a falhar como as colheitas de grão, vinho, azeite.

E se os governos europeus de comum acordo adoptassem a suspensão das alfândegas, não seria possível às nações atrasadas em indústria lutar com as mais adiantadas, e forçosamente permaneceriam em um estado de pobreza e dependência, não sendo o excedente dos produtos da agricultura suficiente para pagar os artigos fornecidos pelas fábricas das nações industriosas. Por este sistema só as classes opulentas ou abastadas teriam meios de comprar barato os artefactos estrangeiros, sendo a grande massa da população obrigada a contentar-se dos grosseiros produtos da rude e escassa indústria nacional. Assim vemos, a par do luxo dos grandes proprietários territoriais, a penúria dos lavradores e do povo, em toda a península hispânica, na Sicília, no Reino de Nápoles, na Turquia, na Polónia e na Irlanda.

O que importa pois a uma nação é aumentar os produtos do solo e da indústria, que constituem a riqueza nacional. E é de advertir que os países mais bem cultivados, e cuja agricultura é mais produtiva, são aqueles em que prospera a indústria fabril, cujos lucros, derramados por todas as pessoas que cooperam às manufacturas, lhes dão meios de comprar maior quantidade dos frutos da terra. Por-isso vemos a simultânea e progressiva prosperidade da agricultura e das fábricas em Inglaterra e Escócia, na Holanda, Bélgica, Alemanha, e há vinte anos a esta parte, nos Estados Unidos, cujas exportações em géneros do solo têm crescido a par de uma indústria que hoje entra já por um décimo na soma total das exportações.

A França oferece outro exemplo não menos instrutivo. Depois que se têm estabelecido fábricas de tecido de algodão, que hoje empregam quase um terço do algodão bruto manufacturado em Inglaterra, têm crescido notavelmente os produtos da agricultura, não obstante os estorvos de uma legislação fiscal, multiplicados impostos onerosos, e mil obstáculos procedentes de minguados meios de crédito, de transporte, etc. Na proximidade das fábricas é notável o progresso da agricultura e o melhoramento da condição das classes laboriosas. As mulheres e crianças, achando emprego acomodado ao sexo e idade, contribuem a aumentar o rendimento do pai de família, e todos vivem mais folgadoamente. Em Portugal ainda estão frescas na memória as vantagens que resultaram para os povos do estabelecimento das fábricas da Covilhã, Fundão, Tomar e Alcobaça, e ninguém ignora a riqueza de Guimarães quando comparada com as povoações não industriosas do

reino. A Escócia, cujo terreno em geral ingrato dava escassos produtos há sessenta anos, hoje ostenta a mais florescente agricultura fomentada por manufacturas prósperas.

O comércio interno é indubitavelmente o mais proveitoso, o mais produtivo e o menos precário. Até em Inglaterra se verifica esta verdade, e outra não menos certa, é que nenhuma nação pode conseguir superioridade em manufacturas que lhe permita exportar grande quantidade de produtos, sem primeiro aumentar o consumo anterior dos artefactos, aperfeiçoando a fabricação e baixando o preço.

Mas para conseguir esta superioridade nas manufacturas é preciso no começo algum auxílio. Bem sabido é que os ingleses eram há dois séculos, e ainda muito depois, inferiores aos flamengos, franceses, italianos e alemães em quase todos os géneros de fabricação; e foi só por uma protecção bem entendida que conseguiram avantajarem-se às outras nações. E na realidade em toda a empresa agrícola ou fabril é indispensável fazer sacrificios de cabedal e de tempo antes de colher fruto. Toda a questão pois se reduz a saber quais são os sacrificios a que uma nação deve prestar-se, por quanto tempo, e com que restrições, para estabelecer ramos de indústria ou de cultura que ainda não possui, ou em que é inferior a outras nações. As regras que devem servir de norma a este respeito serão objecto de outro artigo em um próximo número do nosso *Arquivo*, em que também exporemos com mais extensão os princípios e argumentos do estimável autor do opúsculo recém-publicado, o qual, ao mesmo tempo negociante e fabricante, tem adquirido conhecimentos práticos que o têm preservado das errôneas doutrinas propagadas de boa fé por escritores aliás muito distintos, mas iludidos por doutrinas meramente especulativas, e falsas por serem incompletos os dados em que se estribam, no número dos quais se deve contar o honrado e estimável J.B. Say há pouco falecido.

Eis aqui, em summa, as principais proposições sustentadas por M. L. Say.

1º Os produtos constituem a riqueza em razão da sua utilidade ou valor intrínseco, e não em razão do seu valor mercantil, ou de escambo.

2º A riqueza não consiste nos capitais, mas sim no rendimento anual.

3º O rendimento efectivo de uma pessoa ou de uma nação não é em proporção das *somas pecuniárias*, mas sim na razão da *quantidade das coisas úteis* de que se pode dispor anualmente. Esta quantidade constitui a *renda efectiva* individual e nacional.

4º Os verdadeiros *capitais produtivos* não são os *capitais pecuniários*, mas sim os diversos *meios de produção*, v. g. a terra, as faculdades industriais do homem, etc.

5º A renda territorial procedente do arrendamento dos prédios rurais não é inerente ao solo, como erradamente pretendeu Ricardo,

mas uma simples partilha, entre o cultivador e o proprietário, do produto efectivo obtido pela cultura. Eu ajuntarei que o direito de propriedade individual e transmissível por herança não é condição essencialmente inerente ao estado social, sendo muito possível existir uma nação sem propriedade hereditária individual.

6º O dinheiro não é de per si produtivo; o juro ou proveito que dele se tira vem da partilha do rendimento procedente dos *capitais essencialmente produtivos*.

7º O emprego moderado das forças físicas e intellectuais do homem não merece o nome de *trabalho*, *pena*, ou *dispêndio*; sendo pelo contrário uma fonte de prazer, e um meio de gozar as coisas úteis sem dar nada em troca delas.

8º O operário não é um homem *salariado*. O que impropriamente se denomina *salário* é um pagamento ou compensação da utilidade que resulta do emprego das suas faculdades físicas e intellectuais.

Eu expressaria esta proposição de outra maneira, que me parece mais clara e comprehensiva. O operário, a meu ver, tem direito a uma parte no valor dos produtos fabricados, proporcional ao valor que a sua indústria lhes conferiu. No sistema actual, o operário recebe uma parte muito diminuta do valor dos produtos devidos à sua cooperação industrial. Ou em outras palavras: a base da compensação devida ao operário é o valor que resulta do seu trabalho, calculado por um termo médio.

9º Em nenhum estado do mundo existe excesso de população; é portanto impossível attribuir a essa causa a miséria de grande parte das classes laboriosas. Em muitos países onde a população é extremamente diminuta reina a maior miséria, v. g. no império Otomano, na Grécia, na Berberia. Sobre este assunto ajuntarei no próximo artigo algumas considerações às que já expus no tomo XII dos *Anais das Ciências*^b.

[II]

Depois da publicação da obra de M. L. Say, M. Blanqui, professor de economia política, publicou dois artigos no *Courrier*, diário quotidiano de Paris; mas em vez de combater o autor com razões e argumentos, só fez uso de personalidades, increpando o autor de se afastar da opinião dos mestres, e de ser o primeiro que ousava atacar a doutrina cuja exposição tanto tinha illustrado a seu falecido irmão Jean-Baptiste Say. É a primeira vez que li dever o amor fraterno estender-se a abraçar as opiniões de um irmão que por elas adquiriu reputação. Eu fui amigo de J.B. Say, e sempre fiz o maior apreço do seu carácter, luzes e patriotismo; mas mais de uma vez lhe expus as minhas objecções ao sistema de Adam Smith, e lhe demonstrei que os princípios da sua escola eram

^b Trata-se do artigo incluído na presente edição nas pp. 171-191.

absolutos, quando, para serem aplicáveis, deviam ser modificados em relação ao estado de cada nação e aos dos outros povos. Não falo na autoridade dos chamados mestres, que por si só pouco ou nada vale; mas se os nomes influem tanto na opinião de M. Blanqui, eu lhe citaria os de Franklin, Jefferson, Alexander Hamilton e Mathew Carey, que por certo não receiam ser postos em paralelo com os de Smith, J.B. Say, Ricardo, McCulloch ou Malthus. Ora todos aqueles ilustres americanos muito antes de M. L. Say reconheceram o estado de infância da ciência da economia, a falácia de muitos dos princípios de Adam Smith e os funestos efeitos que resultariam aos Estados Unidos da sua adopção. Guiados por máximas inteiramente opostas às de Smith se tem elevado com progresso tão rápido como pasmoso a União a um grau de prosperidade de que a história não oferece exemplo. Com escassa população, minguaadíssimo capital, alto preço de mão-de-obra, em vez de seguir a máxima de Smith de que é preferível comprar barato aos estrangeiros a fabricar caro na terra, têm simultânea ou sucessivamente empreendido todos os géneros de indústria fabril, e em todos com sucesso progressivo, de maneira a poderem hoje não reccar, em grande número de artigos, a competição dos mesmos produtos ingleses, ainda removendo-se os direitos de entrada. Tais são armas, papel, couros, tipografia, pólvora, construção de navios, panos ordinários e tecidos grossos de algodão, pregos, ferramenta, trastes de casa, todo o género de máquinas, e todas as peças das de vapor. E não se deve esquecer que estes progressos na indústria fabril têm promovido a agricultura, a navegação, as pescarias de uma maneira maravilhosa. Bastaria pois este sistema para derribar por uma vez o sistema de Smith, mostrando a falácia de um dos seus princípios fundamentais; mas não quero limitar-me a provas experimentais, e vou combater as proposições da escola dogmática com argumentos que julgo irrefutáveis.

O abuso dos termos, e o seu emprego ora em um sentido ora em outro, é a principal causa da confusão que reina nos escritos de Adam Smith e dos seus discípulos. Entre estes termos nenhum tem sido objecto de tanta controvérsia como o de *valor*. Uns entendem por *valor* o preço, dando-lhe a denominação de *valor escambável* ou *mercantil*; outros chamam *valor real*, *intrínseco*, *valor útil* o custo da produção. Smith, procurando descobrir a medida do valor (custo para o produtor), cuidou achá-la na quantidade do trabalho que exige qualquer produção do solo ou da indústria fabril; e partindo dessa suposição afirmou que o produto obtido por uma quantidade de trabalho humano equivalia sempre a qualquer outro produto que exigiu igual soma de trabalho, e ajuntou que se escambava um pelo outro, ou em outras palavras, supôs que o custo era a medida do preço. Ricardo provou que esta segunda asserção é inexacta; mas o uso do termo continuou e a quantidade de trabalho é considerada por McCulloch e outros como a única medida do *valor real* das coisas. M. L. Say considera os produtos

segundo a sua utilidade, e estabelece três sortes de utilidade: 1º a utilidade directa das coisas que perpetuam a vida, conservam a saúde, etc.; 2º a utilidade que resulta da facultade de facilitar nova produção ou utilidade produtiva; e 3º a utilidade de se poderem trocar por produtos que tenham uma das precedentes utilidades. E a utilidade das coisas, immediata ou indirecta, é o único estímulo da produção, e igualmente o é do valor escambável, visto que ninguém compra senão aquilo de que ele ou outros carecem.

Esta doutrina de M. L. Say é correcta; mas o uso do termo *valor* deixa ainda matéria a sofisticas argúcias, e seria muito mais acertado chamar *custo de produção* a totalidade dos esforços e despesas necessárias para obter as coisas úteis, e denominando *preço* o valor mercantil. Esta simples substituição de termos cujo sentido é claro, a expressões vagas e ambíguas, mostrará a falsidade de muitas proposições dos autores da escola de Smith. Por exemplo se o custo é a base do preço, não é por certo idêntico. Também é evidente que o custo se compõe de muitos elementos, além do trabalho corporal do homem, e por conseguinte não é a soma deste trabalho a medida do valor real ou intrínseco das coisas de que se compõe a riqueza nacional.

Com efeito, as produções do solo exigem não só o trabalho do homem, mas também o dos animais, e os avanços do capital granjeados pelo concurso da indústria humana, da acção dos animais, etc. Ora McCulloch confessa que o produto do trabalho já feito de um número determinado de homens pode equivaler ao trabalho futuro de um número maior ou menor de homens; donde resulta que o trabalho colectivo dos indivíduos em uma época determinada não é nem pode servir de medida ao valor real das coisas em outro tempo. E muitas vezes poucos meses fazem uma enorme diferença, v.g. em razão de uma abundante colheita ou de grande escassez.

Há muitos géneros de produção em que o trabalho do homem é elemento secundário. Por exemplo nas fábricas de fição de algodão o trabalho de poucos artífices basta para construir mecanismos que duram anos com pouca deterioração e que dão um produto equivalente ao trabalho diário de centos de homens. Uma máquina de vapor construída por vinte homens pode fazer o officio de cem cavalos ou de quatrocentos homens. Como se poderá pois avaliar o custo pelo esforço humano empregado? Quanto mais progresso se faz nos meios de suprir a mão dos homens e o emprego dos animais nas fábricas, menos se pode calcular o custo pelo mero número de braços empregados, e maior é a desproporção entre o valor mercantil dos produtos obtidos em grande cópia por diminuto trabalho humano ajudado de máquinas. Por exemplo o algodão fiado em uma fábrica por mecanismos movidos por água ou por vapor e que emprega duzentos homens, mulheres ou crianças, tem um valor mercantil igual ao produto do trabalho de oito ou dez mil cultivadores.

Esta faculdade produtiva das máquinas, aumentando os meios de produção, enriquece a nação, e só é nociva à massa dos operários por duas causas: a primeira é que o ganho obtido não se distribui entre a massa dos trabalhadores; a segunda é a maior flutuação na quantidade de braços empregados nas fábricas, cujos donos ora dão grande extensão, ora limitam a produção, conforme a saída da fazenda, e o preço dos jornais.

No estado actual das nações industriosas tão longe está o trabalho do jornaleiro de ser a medida do valor intrínseco das coisas para cuja produção concorre a indústria humana, que é a coisa de preço o mais variável, a tal ponto que os jornais ora sobem ora descem comparados com o preço dos artigos indispensáveis à vida, e, o que é pior, milhares de jornaleiros se acham frequentissimamente sem emprego, reduzidos a morrer de fome, ou a viver de esmolas. Tal é o espectáculo de que a Inglaterra oferece frequentes exemplos.

Outra origem de erro não menos funesta à ciência e que iludiu Adam Smith, é ter confundido os três elementos que estabelecem o preço vendável das coisas no estado actual da sociedade, dando demasiada importância a um deles. Estes três elementos são: o produtor, o comprador, e o intermediário. O produtor pode fazer uso de tudo o que faz produzir ao solo, e nesse caso não considera estes objectos senão em razão da sua utilidade directa, e também da utilidade reprodutiva, em quanto às sementes e ao sustento dos animais. Se lhe superabundam produtos, calcula o que lhe custaram e oferece trocá-los com lucro por outros produtos de que carece. Se os compra a outro produtor, ambos se acham em igual posição; cada um procura trocar com lucro o que lhe sobra, e adquirir aquilo que lhe é útil. Em um e outro caso o emprego útil é a causa da produção e do preço. Este é modificado pela maior ou menor abundância do produto e do seu uso mais ou menos geral, e pela precisão mais ou menos urgente. Por isso um género se vende por muito maior preço do que custou, ou só com pequeno lucro, e até com perda, quando é mais urgente a precisão do vendedor que a dos compradores. Daqui se colige a grande utilidade que resulta à sociedade de haver nela grande número de produtores e por conseguinte grande cópia de produtos, e pelo contrário o notável dano que resulta do grande número de ricos ociosos que despendem em luxo e ostentação o que outros produziram. Outro tanto se aplica às principais despesas dos governos, que são pela maior parte improdutivas.

Não é a mesma a condição do negociante ou mercador para com os produtores. Este intermediário útil, mas inferior em utilidade ao laborioso produtor, não cuida do uso ou do destino do género ou fazenda que compra; o seu único fito é comprar barato e vender caro, ou com o maior lucro possível. Pouco lhe importa que do emprego do género resulte dano à sociedade, e muitas vezes compra para destruir o

género a fim de fazer subir de preço o provimento que tem nos seus armazéns, como faziam os holandeses à pimenta, e como praticam os vendedores de peixe em Londres quando a abundância é tal que faria baixar o preço a ponto de diminuir os ganhos. O negociante e o mercador vendem pólvora e armas a piratas, a contrabandistas, aos inimigos do país que habita, e até da própria pátria; vende fazenda, vinhos e mantimentos de má qualidade, e também não se embaraça se nas transacções de que é intermediário ganha ou perde o país em que reside; podendo muito bem adquirir imenso cabedal na Turquia, na Berberia, na Polónia, em Espanha e Portugal, países há séculos decadentes, da mesma maneira que em Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, nos Estados Unidos e outros países cuja prosperidade cresce.

E todavia é o interesse do negociante que os autores da escola de Smith parecem ter constantemente em vista; pelo menos é certo que para o negociante é que a ciência é uma ciência de valores. Para o negociante é que comprar barato é o preceito fundamental, a fim de poder vender caro. Ao negociante não importa se dos géneros que ele vende se faz bom ou mau uso, se facilitam a reprodução, ou se são improdutivamente consumidos.

Tem pois razão M. L. Say quando afirma, que a riqueza nacional não consiste nos capitais pecuniários, mas sim no produto ou renda anual procedente dos verdadeiros fundos produtivos, a saber a terra, as faculdades industriais do homem, etc.

Relativamente ao arrendamento dos bens rurais, tem igualmente razão contra Ricardo. Este autor mostra a diferença da renda que valem as diversas terras, segundo são mais ou menos produtivas com a mesma despesa; mas atribuir-lhe, como ele faz, a origem dos arrendamentos é doutrina extravagante. M. L. Say diz, com razão, que não é condição inerente à terra o arrendar-se a quem a cultiva, mas simplesmente uma repartição do lucro entre o proprietário e o rendeiro. A propriedade do solo tem origens diversas; em muitos Estados da Europa procede da violenta usurpação dos conquistadores; existem muitas nações entre as quais não se conhecem arrendamentos, e a propriedade territorial pode pertencer à sociedade em comum. Se todas as terras que andam de renda pertencessem aos cultivadores, não haveria arrendamentos nem rendeiros, e o valor do que eles pagam actualmente ao proprietário seria forrado e aumentaria o capital produtivo, em vez de ser empregado as mais das vezes em objectos de luxo pelos proprietários ociosos. Aqui citarei uma passagem em que o autor exprime com verdade e clareza a mais sã doutrina, aplicável em grau eminente à Inglaterra.

«Se, pelo vício das instituições políticas, imensos cabedais se acham concentrados em certas classes da sociedade, as rendas pecuniárias destas classes excessivamente opulentas serão empregadas em objectos de ostentação próprios a satisfazer a vaidade, quando estas mesmas

rendas, repartidas por uma classe mais numerosa, a farão viver com fartura, provocando-a a produzir uma infinidade de coisas, cujo preço colectivo venal seria igual ao dos objectos de luxo, mas que formariam uma soma de utilidade muito mais importante. A produção anual do país em objectos de utilidade directa aumentaria, e com ela cresceria a riqueza e prosperidade pública.

Se, em uma nação, dez milhões de habitantes, gozando cada um de 1000 francos de renda anual, fossem substituídos por cem mil pessoas possuindo cada uma 100.000 francos de renda, reduzindo os nove milhões novecentos mil indivíduos a 500 francos de renda, esta nação teria em ambos os casos a mesma renda colectiva anual, isto é 10.000.000.000 de francos, mas a riqueza total da comunidade não seria a mesma. É evidente que as privações resultantes para os nove milhões novecentos mil da redução do seu rendimento, será incomparavelmente mais sensível para a massa dos habitantes, que a redução da renda individual de 100.000 francos a 1000. Daqui se deve concluir que a nímia desigualdade na repartição do rendimento da massa dos indivíduos, é causa da diminuição da riqueza nacional.

Não é menos acertado o que M. L. Say diz acerca da população contra Malthus. Parece incrível que o sistema fundado em asserções falsas, e que atribuem a causas futuras males presentes, tenha recebido a sanção de homens como Ricardo, McCulloch, Brougham e Bentham. Não repetirei o que já a este respeito publiquei nos *Anais das Ciências*, mas não posso deixar de alegar um facto que destrói toda a argumentação de Malthus fundada no rápido aumento da população dos Estados Unidos atribuída por ele à tendência natural ou ao que ele chama a *lei da população*. Godwin provou que este grande aumento era principalmente devido à quantidade dos emigrantes, e a serem pela maior parte adultos; mas nem Godwin nem autor algum conheceu a verdadeira importância desta emigração, sendo todas as listas publicadas nos Estados Unidos erradíssimas e diminutas em excesso. A emigração da Baviera, do Wurtemberg, e de Bade para os Estados tem sido

De 1822 a 1824:	34.500
De 1825 a 1828:	133.500
– 1829 a 1832:	290.000
– 1833 a 1834:	149.000
Em 1835:	80.000

sem entrar neste número os suíços, ou saxões e holandeses. Ajuntem-se estes e os numerosos irlandeses, e ver-se-á que Godwin estava muito aquém da verdade nos seus cálculos, e que mais de 160.000 emigrantes no vigor da idade têm ido por largos anos aumentar a povoação da nova república, anualmente.

Terminarei este artigo transcrevendo duas passagens de tendência oposta, a primeira de Malthus, e segunda de M. de Soden, ambas citadas por M. L. Say.

«A causa principal e permanente da pobreza, (diz Malthus) tem pouca relação com as formas de governo, ou com a desigual repartição dos bens; e por conseguinte os pobres não têm direito algum a exigir dos ricos ocupação e pão. Tais são as importantes verdades que derivam do princípio da população que tenho desenvolvido.»

«A pobreza a que parece condenada uma multidão dos membros da sociedade (diz M. de Soden) não é um mal natural e inevitável; e não existe um Estado, uma nação em que não seja possível apontar palpaavelmente os vícios das instituições que são causa dela.»

Escusadas são as observações sobre a passagem de Malthus. O seguinte artigo, destinado a estabelecer as bases do sistema social, é a única refutação adequada de tão absurdos e anti-sociais paradoxos. A respeito de Malthus, que era eclesiástico, eu poderia bem ajuntar anti-cristãos.

DA CIÊNCIA SOCIAL^a

Dou o nome de *ciência social* à economia política, denominação adoptada pelos modernos, a qual, se bem que expressiva e exacta, pois estritamente significa *governo da sociedade*, tem sido usada em sentido vago, e até impróprio. McCulloch diz que a economia política é a *ciência dos valores*, reduzindo-a assim a considerar como objecto principal as produções e a sua permutação. Esta ciência, fundada por Adam Smith, foi por ele chamada *riqueza das nações*, e é realmente a ciência mercantil que considera os valores escambáveis das coisas, a soma da produção, o seu custo, e preço, e só secundariamente a distribuição, emprego e utilidade delas. Por isso todos os autores da escola de Smith têm separado a economia política da ciência do governo, e tomaram por base, não o bem comum de todos os membros da sociedade, mas o estado actual dela, que assenta sobre a enorme desigualdade entre os membros do corpo social, sendo toda a legislação calculada a perpetuá-la, dando a melhor porção dos produtos obtidos pela indústria humana a um pequeno número de ociosos, e concedendo à imensa massa dos produtores apenas o que basta para subsistirem mesquinamente, condenados a perpétua dependência; como se os homens se tivessem unido em sociedade sacrificando parte da sua liberdade, não com o intuito de melhorar a condição de todos, mas unicamente para cooperarem para a supremacia do pequeno número! Tal não foi por certo a tenção do selvagem; mas a astúcia de alguns chefes e a credulidade natural à espécie humana, têm reduzido o maior número à condição de animais úteis ou de meras máquinas animadas, condenadas a trabalhar, sofrer, e a obedecer àqueles que se proclamam seus senhores. Em vez de uma distribuição equitável dos produtos da agricultura e da indústria entre todos os membros da sociedade, são os inúteis e até nocivos, ou os que só imperfeitamente cooperam à produção, que se arrogam o quinhão principal. O pior é que a ignorância e a degradação da numerosa classe dos produtores os tem em geral reduzido a tal abjecção, que são eles mesmos que perpetuam a sua escravidão, defendendo à custa da vida as pretensões dos opressores. Tal é o efeito da prolongada privação dos direitos do cidadão, e da falta de instrução. Só os povos que têm provado alguns dos frutos da liberdade a apreciam e sabem defender. Os escravos são instrumentos da tirania.

Não nos devemos pois admirar se todos os autores modernos de economia política consideram o melhoramento do estado social de uma maneira vaga, e propõem, para efectuar este tão desejável fim, meros

^a Nº 3, Março 1838, pp. 264-278.

paliativos, mais úteis para manter a superioridade dos poderosos que proveitosos à classe laboriosa. Para evitar despesa aos ricos, queria Malthus tolher aos pobres a consolação de partilhar a sua triste condição com uma companheira, e pronunciava ser factio criminoso o procriar filhos sem ter com que os sustentar! «Morrão de fome, dizia este advogado da aristocracia, já que os pais foram imprudentes!» Em uma palavra, a coisa que menos vale no sistema actual é o homem útil.

E posto que muitos dos autores a que aludo sejam amigos sinceros da humanidade e não hipócritas, ou partidários da aristocracia, é tal a influência da doutrina dogmática ensinada pelos que passam por mestres, que insensivelmente são desviados do verdadeiro e único objecto da ciência, que é a prosperidade de todos os membros de uma nação, e não a de um punhado de privilegiados.

Por isso quase todos os autores ingleses clamam contra o imposto a favor dos pobres, sem propor meios que façam desaparecer essa penúria geral daqueles cuja indústria enriquece os magnates, e a quem estes não deixam com que subsistir comodamente.

No estado actual da ciência, se é que merece essa pomposa denominação, as grandes questões versam sobre a natureza do *valor* das coisas, sua medida comum, sobre *capitais*, *consumo*, *produção excessiva* e mil outros pontos especulativos cuja aplicação à prática é impossível, porque são meros princípios absolutos, quando tudo em semelhantes questões é relativo.

O fito das instituições sociais deve ser o promover a melhor distribuição dos produtos, e a participação de todos os cidadãos nas vantagens que resultam da civilização. Cooperando todos à produção, esta será abundante, e sendo a partilha feita com equidade, o emprego dos produtos será sempre o mais vantajoso ao corpo social, e o mais bem calculado a operar a reprodução. Tudo será aproveitado, não haverá desperdício, nem luxo de ostentação, tão pernicioso à prosperidade como à moral da nação. Não haverá classes inferiores, nem miséria, salvo no caso de catástrofes naturais; e então mesmo será minorado o mal pelo concurso de todos os membros da sociedade.

Os Estados Unidos da América setentrional oferecem até certo ponto o consolador espectáculo de uma nação em que não existe classe privilegiada de ociosos, e onde todo o homem industrioso recebe sufficiente retribuição para se sustentar a si e à família. Ali cada indivíduo recebe instrução, todo o homem goza dos plenos direitos de cidadão, e não obedece senão a leis justas, porque são feitas e emendadas para utilidade geral, pelos mandatários livremente eleitos pelo povo. Mas ainda faltam nesta república federativa diversas condições para que a sociedade esteja assente nas suas verdadeiras bases, sem as quais não pode pretender a grande estabilidade. Até aqui a nação, favorecida por instituições liberais, desembaraçada de todos os privilégios, da legislação fiscal e outros estorvos que na Europa sopeiam as faculdades do homem, e ajudada de cir-

cunståncias felizes, tem crescido e prosperado, e pela cooperaçaõ de pequenos capitais reunidos tem executado prodigiosas obras de utilidade pùblica; mas tem-se descuidado de dois pontos importantíssimos: 1º da maneira de atalhar a excessiva tendência ao luxo e suas funestas consequências, particularmente no sexo feminino, geralmente entregue a um ócio incompatível com a actividade dos homens; 2º tem cuidado pouco do futuro, e dos meios de ocorrer às precisões eventuais da sociedade. É impossível que uma naçaõ deixe de sofrer males imprevistos, calamidades de diversas naturezas, e para atalhar estes males é indispensável ter uma reserva de fundos produtivos pertencentes à comunidade, e administrados no interesse de todos. Não falo da existência de escravos na Uniãõ: esse é criminoso erro, cujos efeitos serão um dia funestos aos habitantes livres daquela repùblica. O único meio de extirpar este mal, sem perigo nem perda para os brancos, seria emancipar os escravos assignando-lhes um território suficiente onde vivessem separados do resto da populaçaõ, livres e independentes, exigindo eles por certo nùmero de anos uma retribuiçaõ anual, para compensar o sacrificio feito pelos actuais proprietários do solo, do rendimento e dos edificios, etc.

A riqueza nacional compõe-se da totalidade das coisas úteis que a indústria extrai da terra ou do mar, que faz nascer no solo, ou que prepara, elabora e fabrica, dirigida pela ciência aperfeiçoada pela prática. A quantidade e qualidade dos produtos é determinada pelo uso ou emprego que deles se faz. Quanto mais acertado for o emprego destes produtos, mais proveitosa será a produçaõ deles, tanto para quem os obtém pelo próprio trabalho, como para quem os emprega; e quanto mais geral for o emprego, maior será a produçaõ. Ora é evidente que, sendo a distribuiçaõ dos produtos do solo e da indústria fabril o mais equitável possível, maior será o consumo. E para que todos possam adquirir os objectos necessários, úteis ou agradáveis, é forçoso que possuam os meios de os obter dando em troco o equivalente. Para que isto se possa verificar é indispensável que ninguém seja ocioso, e que cada um coopere, por indústria corporal ou intelectual, à massa dos produtos que constituem a riqueza nacional. Mas, como se efectuará isto se a legislaçaõ não obstar à accumulacaõ da riqueza transmitida por herança ou de outra maneira?

Para não deixar dúbida sobre o benéfico efeito da riqueza igualmente distribuída entre os cidadãos, basta comparar o consumo de todos os artigos necessários ou úteis nas cidades de Nova Iorque, Filadélfia, Boston, Baltimore, onde não há fidalgos nem homens hereditariamente muito opulentos, com o de qualquer corte da Europa de populaçaõ muito superior; e ver-se-á a incomparável vantagem a favor das cidades republicanas. Nos Estados Unidos o operário, o jornaleiro, veste-se de bom pano, traz bom calçado, bom chapéu, boa roupa, é raro o que não tem relógio. Resulta pois desta igualdade de posses uma produçaõ muito maior que em terras onde, a par de alguns milionários,

vivem milhares de famílias famintas cobertas de trapos e ganhando escasso sustento. Que montam os gastos do faustoso luxo das cortes e dos grandes, em comparação do dispêndio de uma povoação abastada? Por exemplo, supondo que cada indivíduo em Lisboa possa gastar um vintém por dia além do que actualmente dispense, ou 7300 réis por ano, esta quantia, suputando a população a 250.000, montaria a perto de cinco milhões de cruzados, soma muito superior aos gastos da família real, e da fidalguia. E é de advertir que os gastos feitos pelo povo são muito mais úteis e promovem com mais eficácia a produção, que o luxo improdutivo dos grandes. Isto nos conduz a examinar a diferença que existe na natureza dos produtos naturais e artificiais, e os diversos resultados do seu emprego.

Inúteis têm sido até ao presente os esforços dos autores de economia política para classificar as coisas de que o homem se serve segundo a sua utilidade. A distinção em consumo produtivo e improdutivo é inexacta, porque estritamente falando, ainda as coisas inteiramente destruídas pelo consumidor que as pagou, excitam a produzir outras da mesma qualidade; e no que toca à utilidade, tudo o que satisfaz os nossos gostos sem arruinar a saúde se pode considerar como útil. É portanto indispensável considerar a matéria debaixo de outro ponto de vista.

A verdadeira medida da utilidade comparativa do diferente emprego das posses de cada pessoa é o grau em que este emprego promove a produção das coisas necessárias ao sustento e comodidade do grosso da nação. Se o rico gasta em luxo aparatoso, em festins, em criadagem, cavalos de luxo, em manjares delicados, frutos e vinhos raros, fogos de artifício, etc., a maior parte das suas rendas, este dispêndio aproveita a um número limitado de indivíduos, e promove a produção dos objectos semelhantes aos consumidos; mas este emprego priva a sociedade de uma soma *igual em valor mercantil*, de géneros de uso geral, de que se aproveitaria um número muito maior de pessoas. Por exemplo, o terreno necessário para criar cem cavalos de luxo que servem a satisfazer a vaidade de um rico lorde inglês, bastaria para nutrir com fartura quinhentas ou mil pessoas. O valor vendável poderá ser o mesmo, mas o resultado seria bem diverso. Outro tanto se aplica a todas as despesas de mero luxo, que poucos aproveitam, sendo nocivas ao maior número.

A verdadeira riqueza de uma nação consiste na abundância dos productos que servem ao sustento do homem e dos animais úteis, conservação da saúde, e a todo o género de cultura intelectual, e que concorrem a aumentar as comodidades da vida. O carácter essencial de utilidade é estarem ao alcance de todos.

O luxo é indirectamente nocivo quando desvia a indústria do aumento das produções ao alcance de todos; é directamente pernicioso quando fomenta o vício, destrói a saúde, e se opõe à bem entendida economia que constitui o fundo de reserva produtivo. Os jogos de parar, a dissolução dos costumes, todos os excessos da mesa, dos fes-

tins, são directamente nocivos à sociedade, e as mais das vezes aos próprios dissipadores.

Os gastos os mais úteis são aqueles que mantêm o corpo vigoroso, que promovem a instrução e dirigem as faculdades do homem ao bem comum da sociedade, e que permitem a formação de um fundo de reserva, para prover a urgências futuras. O cidadão que sabe gastar o rendimento obtido pela própria indústria, vive contente e coopera à prosperidade dos seus concidadãos. O rico que dilapida as rendas que herdou ou que granjeou, desperdiça sem proveito da comunidade, e até com dano dela, e isto sem outra compensação mais que a satisfação da vaidade, a vantagem de um limitado número de produtores de objectos de luxo, e de ociosos dependentes; sem falar na corrupção inevitável da moral pública. À vista do que fica exposto fácil é ver o erro dos autores que calculam a riqueza das nações pela massa total dos produtores, sem atender à distribuição e uso deles, e que mais se ocupam do resultado do trabalho e da indústria do homem, que da condição da classe dos produtores. Tão-pouco cuidam de aplicar remédio eficaz à enorme desigualdade que as leis têm introduzido e perpetuado nas sociedades civilizadas; todos os que eles propõem se reduzem a escassas, insuficientes e humilhantes esmolas debaixo de diversas formas.

Toda a sociedade deve a cada um dos membros adultos que a compõem ocupação útil, e suficiente compensação, para o homem poder sustentar os filhos enquanto não podem cooperar à produção. À mocidade deve educação e instrução; à velhice amparo; aos enfermos e impotentes sustento e tratamento médico. A existência da indigência em um Estado basta para prova do defeito das suas instituições. Mas como poderá a sociedade operar tão grande prodígio? Respondo: convertendo em proveito de todos o que actualmente só aproveita a poucos, o que se efectuará pondo em prática o sistema que há pouco começa a estabelecer-se nos Estados Unidos, quero dizer, a cooperação de grande número de braços e de capitais módicos à execução de grandes empresas lucrativas de cultura, fábricas, canais, caminhos, e à criação de bancos de crédito. Desta maneira o lucro de uma empresa que hoje fica nas mãos de uma ou de poucas famílias de sócios, será distribuído por operários, e em vez de uma família opulenta haverá cem ou duzentas abastadas, sem que seja menor a perfeição dos produtos, nem maior o seu custo e preço. Antes pelo contrário sairão mais baratos; e como os operários são directamente interessados no bom êxito da empresa, se esmerarão em os aperfeiçoar e porão todo o desvelo em evitar toda a despesa inútil. Uma vez que se reconheça a verdade do princípio que uma sociedade pode fazer os mais agigantados progressos em indústria não existindo nela grandes fortunas individuais, está resolvido o problema da igualdade de meios, de posses, de condição e de direitos sociais. O supérfluo dos ricos ingleses é mais que suficiente para fazer viver em abundância todos os individuos que habitam naquele reino, e no sistema de cooperação e

participação geral, a Inglaterra produziria uma massa de gêneros muito maior que ao presente. Para isso bastaria a supressão das vastas campinas destinadas ao sustento de milhares de cavalos inúteis à agricultura e ao transporte, e aproveitamento dos imensos parques e coutadas recheadas de gamos, raposas e outra caça. Suprimidos os morgados, os dizimos, partilhadas por igual as heranças entre os filhos e filhas, e por meio de impostos proporcionais sobre as sucessões e sobre os rendimentos, e abolidos todos os privilégios e monopólios, fácil seria obter o grande resultado da prosperidade geral da nação. Então escusado seria o imposto dos pobres, e aplicado o sistema à Irlanda, não se veriam os habitantes daquela fertilíssima ilha expostos a morrer de fome ou a viver de batatas cercados de abundantíssimos gados, e no meio de pingues colheitas de cereais. O único obstáculo que retarda esta revolução social é a liga entre os opressores, e a ignorância dos oprimidos.

O estado actual da sociedade entre as nações cultas é apenas tolerável e cada dia irá piorando até se tornar insuportável. Por um lado cresce a riqueza colectiva das nações, em razão dos notáveis melhoramentos que as ciências e artes têm introduzido em todos os ramos da indústria e nos meios de transporte; mas cresce ao mesmo passo a desproporção das fortunas; os ricos medram e os pobres se definham. Triunfa o egoísmo, e os governos dilapidam e corrompem. A massa enorme da dívida pública sacrifica o futuro ao presente, e oferece no jogo dos fundos públicos ganhos fáceis e prontos aos iniciados nos segredos dos gabinetes, e ruína certa ao vulgo ignaro dos jogadores. Com a desenfreada cobiça e hábito de jogar, despreza-se o comércio e os lucros módicos, propaga-se o luxo devorador da economia, arruinador dos costumes e de todas as virtudes sociais; e domina o vício revestido da máscara da hipocrisia. É impossível que sociedades assim pervertidas, e privadas de todo o princípio conservador, possam durar muito tempo, expostas aos ataques do povo descontente, que todos os dias adquire novas luzes e se convence mais dos seus direitos.

A instabilidade das instituições actuais da Europa é verdade de que todos os gabinetes estão intimamente convencidos. Incapazes de ceder a tempo e gradualmente às exigências do povo, e à lei da necessidade, só cuidam em comprimir a opinião, e são tão impróvidos e temerários que nem sequer procuram por uma prudente economia aliviar o povo do enorme peso que o esmaga. Exércitos permanentes, enxames de empregados públicos, gastos improdutivos absorvem a substância da nação e preparam a bancarrota. Não advertem estes ministros que se jactam de hábeis políticos, que em toda a Europa caducou o prestígio da distinções hereditárias, e o poder eclesiástico, e que, reduzida a sociedade a meros calculadores de interesses pecuniários, a opinião nacional, hoje favorável aos governos, pode amanhã abandoná-los, escapando assim a força ao poder que só nela se estriba. Basta ver a marcha adoptada pelos *tories* em Inglaterra para nos convenceremos

destas verdades. Este exemplo é tanto mais atendível e concludente, por ser notória a superior ilustração da aristocracia inglesa, a mais rica e a menos opressora do globo.

O estado violento do corpo social é mais sensível nas monarquias mistas em que as instituições democráticas, se bem que sumamente imperfeitas, têm solapado o poder régio e tornado impossível a ressurreição da aristocracia, posto que uma seita forceja com mão impotente reconstituir uma espécie de patriciato. Alguns amigos da humanidade têm pelo contrário procurado remédios parciais ao mal, propondo associações cooperativas entre os cidadãos. Entre eles merece o primeiro lugar o inglês Robert Owen, que, aperfeiçoando o sistema dos *irmãos moravios*, tentou em vão fundar nos Estados Unidos uma associação destinada a servir de modelo à nova organização social, tendo por base a cooperação de todos os membros aos trabalhos produtivos e vantajosos à comunidade, participando igualmente todos das vantagens e conveniências. Mas tais projectos por sua natureza encontram definidos obstáculos nos hábitos e interesses da população, e é quase impossível poderem adquirir consistência bastante para servirem de norma. O mal não admite paliativos, e só uma nova organização social pode curá-lo. Esta revolução cedo ou tarde se operará por meios que é impossível prever. Quando estiver efectuada constituirá a época a mais importante do progresso da civilização. Quando, em virtude desta reconstituição da sociedade, as nações forem governadas unicamente segundo os interesses da comunidade, então será fundado o verdadeiro sistema de economia política, e cessarão as frívolas disputas especulativas dos autores das diversas escolas. Quando não existirem obstáculos à produção e ao livre transporte dos produtos; quando a instrução for geralmente disseminada, e cessarem todos os privilégios e monopólios, então cada nação conhecerá a que objectos deve de preferência dirigir a sua indústria, e quais são os produtos que lhe convém comprar aos estrangeiros, quais são as despesas úteis ao corpo social, e quais os sacrifícios que a comunidade em proveito de todos os seus membros deve exigir de cada um.

Se as vantagens da civilização não abrangem a universalidade dos cidadãos, e só redundam em benefício de um diminuto número de privilegiados, pela maior parte ociosos zangões do corpo social, nesse caso preferível é a condição do selvagem, que vive independente e sem cuidados e tranquilo morre.

As considerações que acabo de expor são as que me servirão de guia para julgar do merecimento dos escritos que se forem publicando sobre economia política e administração da fazenda pública. Um dos primeiros que analisarei é a obra de M. Rey de Grenoble, intitulada: *Des bases de l'ordre social*^b.

^b Esta obra não chegou a ser analisada por F. Solano Constâncio. O texto seguinte refere-se a uma outra obra de Joseph Rey sobre métodos para o ensino primário.

DU PERFECTIONNEMENT DES MODES ACTUELS
D'ENSEIGNEMENT PRIMAIRE, OU DO APERFEIÇOAMENTO DOS
MÉTODOS ACTUALMENTE EMPREGADOS PARA O ENSINO
PRIMARIO, POR M. J. REY DE GRENOBLE^a

O estimável autor deste folheto é bem conhecido por diversos escritos todos dirigidos ao aperfeiçoamento das instituições sociais e ao melhoramento físico e moral da espécie humana. No presente opúsculo publicado em 1834, e de novo impresso como apêndice às *Cartas sobre as salas de asilo*, o autor examina com agudeza e imparcialidade as vantagens e inconvenientes dos diversos sistemas actualmente adoptados no ensino primário da mocidade. A conclusão do seu exame é a necessidade de combinar os diversos métodos, fazendo entrar na educação da mocidade dois elementos essenciais e quase inteiramente desprezados até ao presente. O primeiro consiste nos meios de salubridade das escolas e nos exercícios ginásticos destinados a fortalecer o corpo, a desenvolver as forças físicas, servindo ao mesmo tempo de recreio; o segundo, não menos importante, tem por objecto inspirar sentimentos e hábitos morais, inculcando os preceitos, não com autoridade dogmática de mestre, mas pelo exemplo, e mútua benevolência resultante da natural simpatia entre crianças de igual condição, cultivada habilmente pelos mestres. O alvo de todo o sistema de educação é dar aos sentimentos, às paixões, às inclinações e aos interesses individuais a direcção habitual a mais adequada a combinar a conveniência e felicidade individual com a dos outros membros da sociedade. Pela mesma razão o objecto dos métodos de instrução é fazer o discípulo apto para exercer e praticar com perfeição.

Se a verdade destas proposições é incontestável, segue-se que, para conhecer a bondade ou o defeito de qualquer sistema de ensino, é preciso examinar os resultados dele: pelos frutos se aprecia a qualidade da árvore. Ora ninguém ignora quais têm sido até ao presente os resultados do sistema monástico, que tem servido de base a todo o ensino público, primário, secundário, e universitário em toda a Europa. Em quanto aos hábitos morais da mocidade, todas as escolas (salvo poucas excepções) são aulas de imoralidade, e viveiros de maus costumes. E relativamente à instrução nas artes, ciências físicas e morais, é igualmente manifesta a imperfeição dos métodos e dos resultados; mas esta matéria formará o objecto de um artigo especial em um próximo número do *Arquivo*.

Vamos agora expor as ideias de M. Rey acerca da educação primária.

^a Nº 3, Março 1838, pp. 308-315.

«Antes de tudo eu desejaria um local mais vasto que os dos estabelecimentos actuais, para satisfazer às precisões que vou indicar, sempre debaixo dos três grandes aspectos do desenvolvimento físico, intelectual e moral dos discípulos. O local deverá constar:

1º Da grande sala de estudo, da qual uma parte seria disposta ao modo das aulas de ensino mútuo, mas em uma das extremidades teria algumas ordens de assentos em anfiteatro (como nas salas de asilo) para poder dar instrução simultânea aos educandos.

2º De uma pequena sala de estudo, disposta como a grande, para servir à instrução dos monitores, e das diversas classes de que logo falaremos.

3º De um grande pátio, ou, o que seria melhor, havendo possibilidade, de um grande quintal, para as recreações e exercícios ginásticos, e a introdução ao conhecimento de vários objectos naturais.»

M. Rey é de parecer que os educandos deveriam ficar na escola desde a manhã até à tarde, e levarem de que jantar sem sair fora.

4º De um telheiro suficiente para recreações de Inverno, e para ali jantarem os alunos.

Isto estabelecido, e supondo a criação de um novo estabelecimento, eis aqui como eu combinaria, para tirar o melhor partido possível dele, as vantagens respectivas dos três métodos de ensino, individual, simultâneo, e mútuo.

A fim de poder conseguir eficazmente o desenvolvimento racional do homem, convém renunciar a toda a exageração dos métodos indicados, e particularmente do ensino mútuo, em quanto ao número de educandos. Debaixo deste ponto de vista, se se trata meramente de ensinar maquinalmente crianças a ler, escrever e contar, pode o número delas elevar-se a quinhentas ou seiscentas, e até mil; mas se o objecto é dar instrução conducente ao desenvolvimento da inteligência e da moralidade, é indispensável limitar o número dos educandos, de modo a poder o instituidor abraçar de um relance toda a escola, na sua direcção simultânea, e a se ocupar com a maior frequência possível de cada aluno. Pela experiência que tenho adquirido, julgo que cem alunos é número suficiente, ou, quando muito, duzentos.

Algum tempo antes da instalação da escola seria mui útil obter exacta informação relativa ao físico e ao moral de cada aluno, consultando os parentes, e questionando os mesmos educandos. Em quanto ao físico, deveriam ser examinados por um médico ou cirurgião, para conhecer se têm alguma moléstia cutânea, ou algum defeito de conformação, para se empregarem os meios curativos convenientes. Essas primeiras informações, por inexactas que sejam, serão úteis, e se rectificarão depois por observação mais atenta. Umas e outras observações deverão ser assentadas no registo da escola.

Seria essencial, no começo do estabelecimento de uma escola, admitir só um pequeno número de alunos escolhidos, agregando sucessiva-

mente novos indivíduos, quando os já admitidos estiverem devidamente disciplinados, particularmente em quanto ao moral. Esta precaução é da maior importância, e é por não ter atendido a ela que muitos instituidores têm completamente falhado no estabelecimento de escolas aperfeiçoadas.

Para toda a classe composta de mais de cem discípulos, requer-se um substituto do mestre, além dos monitores divisionários de que logo falaremos, o qual fará as vezes do chefe na direcção geral, quando este estiver ocupado individualmente com os alunos, ou quando lhes estiver dando lições particulares, como logo indicaremos com mais especialidade. Este submestre deverá ser um homem de capacidade, e não um simples instrutor automático do método de ensino, como infelizmente são os mais dos instrutores primários.

Por cada trinta ou quarenta discípulos haverá um monitor *divisionário*, que deverá dirigi-los, até certo ponto, e observar com vigilância as acções dos meninos. Em quanto aos monitores do primeiro grau, seguir-se-á o método usual, mas deveria exigir-se deles maior instrução do que a que de ordinário possuem.

Disposto assim o pessoal da escola, poderá o chefe dela ausentar-se momentaneamente, sem grave inconveniente. Poderá dedicar todos os dias algumas horas ao ensino particular dado a cada divisão de trinta a quarenta alunos, em presença de um monitor divisionário, o qual faria as funções de submestre, e se iria desta sorte formando progressivamente até ao mais alto grau da arte de ensinar. Essa classe seria principalmente conduzida segundo o método simultâneo; nela é que o mestre poderia estudar a fundo o carácter e as disposições de cada discípulo, e adquirir a influência saudável sobre os educandos pelo emprego judicioso do discurso expressivo, ajudado da entoação conveniente da voz, e do gesto. É incrível quantas ocasiões se oferecem no decurso do ensino, em que um homem hábil pode tirar o melhor partido dos incidentes que a cada passo ocorrem, tanto entre o mestre e o discípulo, como entre os mesmos alunos, incidentes preciosos para moldar as inclinações e dirigir os affectos, como úteis para o desenvolvimento da inteligência.

Por esta combinação de métodos procura o autor tirar todas as vantagens de cada um deles, removendo os inconvenientes inerentes a qualquer sistema exclusivo. Em Portugal o sistema de confiar a decuriões o ensino mais elementar das aulas de latim, se bem que imperfeito e defeituoso, é uma boa base sendo aperfeiçoada, em quanto à instrução pura; mas é pernicioso à educação moral, porque o mestre não superintende os decuriões.

A educação moral, de que os Gregos e Romanos faziam tanto apreço, é só capaz de imprimir à mocidade os hábitos e sentimentos que constituem o cidadão patriota, apreciador dos seus deveres e defensor enérgico dos seus direitos. Em época nenhuma se fez sentir tão urgente necessidade de regenerar a mocidade corrompida pelo

desenfreado amor das riquezas, e pelo pernicioso exemplo dos depositários da autoridade. Se por um lado crescem em progressão ainda mais rápida as precisões factícias, e pela competição diminuem os meios de as satisfazer sem violar as leis e os deveres sociais. Ao mesmo passo os governos promovem a corrupção geral, sendo eles os principais e mais poderosos corruptores; e tem em nossos dias a imoralidade chegado a tal ponto, que sem o menor pejo muitos estadistas e membros do parlamento inglês têm publicamente reconhecido ser impossível sustentar-se o governo e constituição britânica sem o sistema geral de corruptora influência, isto é, sem obter a preço de dinheiro ou de distinções honoríficas a completa renunciação às opiniões e convicções íntimas de todo o indivíduo disposto a servir de instrumento ao partido dominante!

Todas as actuais sociedades carecem de completa e radical reforma, e não podendo esta começar pelos poderosos, é forçoso constrangê-los a sofrer que a mocidade seja educada debaixo de outros princípios, para que na idade viril sirvam de exemplo e de guias. Como é possível esperar hoje que um mancebo siga a estrada da virtude, sacrificando os seus apetites ao interesse da sociedade, e que, para merecer o aplauso dos seus concidadãos e o prémio, ainda mais subido, da própria consciência, cuide em dirigir todos os seus esforços ao bem comum da sociedade; quando o jovem, talvez naturalmente disposto a elevar-se por virtudes na escala social, tem incessantemente diante dos olhos o espectáculo de parentes e companheiros que só aspiram a adquirir opulência por quaisquer meios, contanto que não se exponham ao risco do castigo, ou que procuram honras e fama, menos por merecimento próprio e trabalhos úteis ou brilhantes, que por astuciosas e ocultas intrigas, vil adulação e baixos manejos para obter do valimento o que o homem probo só quer dever à própria valia.

Nestes últimos anos têm-se dado alguns passos na educação pública, mas por ora, o que se tem feito de maior utilidade são as salas de asilo. Nelas são recolhidas e criadas crianças de três ou quatro até sete anos de idade, que ficam na escola todo o dia, e levam em um cestinho o seu jantar; à boca da noite vem o pai, mãe ou algum parente buscá-los, e só nos domingos não são admitidos, porque nesse dia os trabalhadores e oficiais mecânicos ficam em casa ou vão passear. Uma das grandes utilidades desta instituição é que, enquanto os pais vão nos dias da semana ganhar a sua vida, as crianças ficam em um asilo seguro, sem estarem expostas a mil accidentes, e na estação fria gozando do calor que existe nestas salas aquecidas por fogões ou estufas. Outra utilidade não menos importante é que ali recebem a primeira instrução elementar, debaixo da vigilante inspecção de um director ou directora que preside ao estudo, e aos exercícios da recreação, sem permitir que se introduza entre as crianças hábito nenhum mau, de palavras ou acções. De maneira que, quando destas primeiras aulas saem para escolas mais subidas, vão habituados à applicação constante,

e à prática da decência, e dos deveres sociais, respeitando e amando os mestres, que não empregam castigos corporais, e só se servem de meios de insinuação e de recompensas bem calculadas à idade dos educandos de ambos os sexos. As crianças ocupam a mesma sala disposta em anfiteatro, separadas as raparigas dos rapazes, e os de tenras idades dos mais crescidos. Todas estas aulas, de ordinário anexas aos edifícios de escolas públicas gratuitas, têm o seu quintal ou jardim em que as crianças brincam, saltam nos intervalos frequentes de recreação; o que lhes é tão agradável que ainda os que a princípio mostram mais repugnância dentro de pouco tempo vão pulando de alegres para a sala de asilo.

Esta instituição, junta com a supressão da lotaria e das casas de jogo, são três inapreciáveis melhoramentos introduzidos há poucos anos em França. Oxalá que as escolas de ensino mútuo e as secundárias e especiais tivessem recebido igual aperfeiçoamento! A existência das escolas dirigidas pela confraria dos *padres da doutrina cristã* tem notavelmente empecido ao aperfeiçoamento das escolas dirigidas por seculares. Todavia, esta rivalidade tem já produzido um grande melhoramento no ensino dirigido por aqueles eclesiásticos, que têm modificado o seu vicioso sistema antigo, e têm introduzido o ensino do desenho e outros muitos melhoramentos adaptados aos conhecimentos actuais.

DA BALANÇA DO COMÉRCIO³

Apesar do desprezo com que a escola dominante de Adam Smith trata da balança do comércio, mofando dos autores que querem que as nações, para se enriquecerem, vendam sem comprar (o que é inexacto), todavia nada é mais certo que, em matéria de comércio externo ou ainda interno de província a província, depende o progresso da prosperidade da natureza dos produtos dados e recebidos. Em quanto ao valor, esse é sempre igual, pois ninguém compra senão dando valor equivalente em produto ou moeda, salvo se fica devedor. O ponto importante não é pois a comparação dos valores totais exportados e importados, mas a sua natureza e propriedades. Uns são produtos do solo, que se podem de novo tirar dele pela cultura. Quem paga os produtos fabricados com produtos do solo, não empobrece, mas não pode aumentar muito o seu fundo de capital, 1º porque a produção territorial é de sua natureza limitada e sujeita a mil acidentes por efeito das estações; 2º porque é quase impossível economizar em ponto grande o custo da produção; 3º porque estes produtos são em grande parte sujeitos a deteriorar-se, e exigem grande despesa para se transportarem, particularmente nos países faltos de indústria, onde a escassez de capitais não permite a construção de canais e estradas; e 4º enfim, por estarem os mais dos produtos do solo expostos à competição dos de muitos outros países, o que não acontece no mesmo grau aos produtos manufacturados, os quais, quando uma nação chega a aperfeiçoá-los por meio de maquinismos a ponto de exceder as outras, conservam por muito tempo a sua superioridade.

As nações que pagam o saldo das importações em ouro ou prata nem se empobrecem nem se enriquecem, se das suas minas tiram todos os anos a quantia com que pagam os produtos estrangeiros; mas como nada é mais precário que o produto das minas de metais preciosos, crescendo a despesa da exploração à medida da escassez do produto, expõem-se as nações que desprezam a agricultura e as fábricas para se darem à extracção do ouro e prata, à dura necessidade de sacrificarem parte do seu capital para saldarem as importações. É o que tem acontecido à Espanha, a Portugal e às suas antigas possessões da América. As nações industriosas, como a Inglaterra, a Holandã, a França, tiraram quase todo o numerário de Espanha e Portugal, e com a posse dele medraram em agricultura, indústria e prosperidade. Não que o ouro e prata constituam por eles mesmos riqueza, mas porque a moeda é um dos mais poderosos elementos do crédito, e este a base de todas

³ Nº 4, Abril 1838, pp. 366-380.

as operações de comércio, de manufacturas e da agricultura. Por isso erram os autores modernos em considerar como indiferente a contínua exportação dos metais preciosos de um país que não tem meios de recobrar esta exportação. Não advertem que a moeda não preenche unicamente as funções de sinal representativo dos valores dos produtos, mas que por essa mesma propriedade, reconhecida entre todas as nações civilizadas, de poder sempre trocar-se por todo e qualquer produto do solo ou da indústria, é a base do crédito, dos bancos, e a alma da indústria e do comércio. Esta verdade é bem manifesta nos Estados Unidos, onde, apesar dos gigantescos esforços da indústria, é sensível a falta de numerário, que os cidadãos inteligentes daquela república procuram por todos os meios aumentar, bem certos que só assim cessarão os abusos da excessiva emissão de papel dos bancos. Não é possível haver grande progresso na indústria de um país sem bancos de empréstimo que emitem notas pagáveis em metal; e faltando o ouro ou prata não podem subsistir solidamente tais bancos.

O Brasil produz hoje menos ouro que a Carolina do Sul, e não deve lamentar esta diminuição, porque tem aumentado a sua produção territorial em açúcar, algodão, café. Deve por todos os meios promover a agricultura e aquelas manufacturas que estão mais ao alcance dos seus capitais e braços; e mais que tudo promover o aumento da população por meios que exporei em um futuro artigo.

Em quanto a Portugal, certa é a sua total ruína se não cuidar incessantemente em promover a indústria fabril, as pescarias, a navegação, facilitando os transportes aos produtos do solo. A agricultura não pode prosperar, ainda livre dos impostos nocivos, senão por meio de capitais, que nos é impossível obter de outra fonte que não seja pescarias e indústria fabril. Quem comprará os bens nacionais? Quem os cultivará? Com que fundos se abrirão estradas, canais? Como se poderão estabelecer bancos de desconto e de crédito sem capitais em numerário? Mas para haver entre nós fábricas é forçoso, não só remover todos os impostos onerosos, mas proteger por um certo número de anos as manufacturas nacionais por direitos de entrada sobre os produtos estrangeiros, calculados de maneira a evitar o contrabando, tendo sempre em vista que este é pouco para reccar em fazendas volumosas como os lanifícios, panos de linho e outros objectos, que são precisamente aqueles cuja fabricação devemos promover, visto termos as matérias primeiras, a lã, o linho, o cânhamo. Quando cuidarmos da criação do bicho da seda, poderemos igualmente dar grande extensão aos tecidos dela, e pela cultura do algodão aos desta substância. A cultura da cochonilha, da ruiva, nos darão preciosas matérias de tinturaria. As pescarias nos darão azeite em abundância assim como a cultura de muitas plantas oleaginosas, e a fabricação do sabão virá a ser objecto de grande monta. O aperfeiçoamento dos processos destilatórios nos dará excelente aguardente com que é fácil fabricar os melhores licores,

e assim tiraremos partido dos vinhos que não pudermos exportar, em razão da competição dos de Espanha, da Grécia, do Cabo da Boa Esperança cujas vinhas de dia em dia dão maior produto. Quando tivermos dinheiro teremos estradas, cultivar-se-á o Alentejo, e dará cereais para Lisboa e todo o reino. As pescarias nos darão marinheiros, e se cuidarmos da cultura de Guiné, então rápidos e gigantescos poderão ser os nossos progressos, e não teremos que deplorar a separação do Brasil. Mas para executar projectos tais requer-se sistema, constância e perseverança.

Para maior elucidação desta matéria, vou citar algumas passagens de duas obras inglesas estimadas, em que se expõe com verdade e clareza os efeitos que produziu em Portugal o célebre tratado de Methuen, que arruinou a nossa indústria fabril sem notável proveito para os proprietários de vinhas do Douro. A estes extractos ajuntarei uma curta e interessante memória de Alexandre de Gusmão, que ainda não encontrei impressa^b, e que copiarei de um manuscrito que possuo das obras daquele ilustre português. Começarei por citações do *British Merchant* (o Negociante Inglês).

•No ano de 1661, um irlandês do nome de Courteen, criado da rainha de Inglaterra, conduziu a Portugal alguns fabricantes de lã e de baetas, os quais estabeleceram em pouco tempo fábricas destes lanifícios, particularmente em Portalegre e na Covilhã; mas depressa reconheceram que a lã da terra era demasiado curta para baetas, e por essa razão foram despedidos os fabricantes delas. Mas a fabricação dos panos progrediu, e cedo atingiu tal grau de perfeição, que em 1684 (em Junho ou Julho), querendo o Conde da Ericeira promover as exportações dos panos, e diminuir o consumo dos lanifícios estrangeiros, promulgou el-rei de Portugal uma lei sumptuária, e *proibiu a importação de todos os panos de lã estrangeiros*.

Os portugueses adquiriram dentro de pouco tempo tal perícia na fabricação dos lanifícios, que despediram os nossos oficiais em estado tão miserável, que de volta a Inglaterra foram obrigados a pedir esmola. Entretanto continuaram as fábricas portuguesas a prosperar, a tal ponto, que tanto Portugal como o Brasil eram inteiramente supridos por elas, sendo todas as matérias primeiras das suas fábricas de origem nacional ou espanhola.

Os ingleses procuraram então introduzir as suas sarjas de lã e drogues, mas o governo português os proibiu igualmente.

O tratado de M. Methuen, fazendo cessar a proibição dos panos ingleses, e estipulando que nunca para o futuro seriam proibidos os lanifícios ingleses, *causou a imediata ruína das fábricas em Portugal*.

^b Contrariamente ao que afirmou F. Solano Constâncio, a memória de Alexandre de Gusmão que se inclui no final deste artigo já havia sido publicada em 1815 pela revista *O Investigador Português* e em folheto separado que se publicou em 1822.

O que ganhámos por este trabalho, e por um tão grande aumento das nossas exportações para Portugal, consistiu nas grandes somas de dinheiro que poupámos para pagar o nosso exército em Portugal e Espanha, com grande proveito para o nosso erário, servindo o saldo em dinheiro assim obtido de Portugal, a fazer subsistir grande número dos nossos operários ocupados na manufactura de lanifícios por um valor igual ao do saldo devido.

Durante a proibição dos nossos lanifícios, que durou vinte anos, as fábricas portuguesas prosperaram por tal feição, que de lá não tirávamos nem ouro nem prata; mas depois que cessou a proibição, foi tão grande a quantidade de prata que de lá extraímos, que muito pouca ficou em circulação; e havendo quase esgotado a prata começámos a tirar-lhes o ouro. As nossas exportações para Portugal depois do tratado montaram e talvez excederam 1.300.000 libras esterlinas.

Para melhor avaliar a importância das vantagens que a Inglaterra obteve pelo tratado de Methuen, e o mal que dele nos veio, cumpre advertir que naquela época o valor total das exportações da Inglaterra não excedia 7.000.000 de libras esterlinas, e o balanço a favor dela não passava de 2.000.000 l., do qual *um milhão esterlino* era fornecido por Portugal.

Ouçamos Anderson, na sua obra sobre a indústria da Inglaterra.

«Desta maneira adquiriu Portugal em poucos anos, pela activa energia de um ministro hábil (o conde da Ericeira) um perfeito conhecimento em um ramo principal das manufacturas de lã, *que poderiam ter conservado até o dia de hoje, com infinito proveito dos pobres súbditos de S.M.F., se pela morte daquele patriótico fidalgo, não tivesse a nação perdido o seu melhor conselheiro, tendo-se deixado iludir pelo astuto ministro inglês M. Methuen.*»

O mesmo autor nota que bastaram quatro anos para levar a um notável grau de perfeição as fábricas da Covilhã e Portalegre.

É notável que havendo José Acúrsio das Neves, na sua interessante obra, intitulada: *Varietades sobre objectivos relativos às artes, comércio e manufacturas, etc.*, reconhecido quanto deveu Portugal ao Conde da Ericeira, que, lutando com as maiores dificuldades, criou fábricas de lanifícios que prosperam, e introduziu igualmente a fabricação da seda, tivesse, falando dos efeitos do tratado de Methuen sobre a indústria portuguesa, escrito as seguintes linhas:

«Quanto a mim o *tratado* concorreu muito para a ruína das nossas manufacturas; porque se há casos em que seja necessário recorrer ao sistema proibitivo, para que a indústria estrangeira não sufoque na nascença os estabelecimentos fabris nacionais, tal era o de Portugal naquela época. *Mas eles tinham de arruinar-se, ou com o tratado, ou sem ele, uma vez que não mudámos o nosso sistema económico; porque neste e nos hábitos da nação existiam motivos bem capazes de darem com todas as nossas fábricas em terra independentemente de outras*

causas externas. Foi um fogacho devido aos sopros do Conde da Ericeira, e acabou com ele.

Fogacho que durou vinte anos e que dotou o reino de fábricas prósperas, e que acabou não por si, mas sim por efeito imediato do tratado! O autor estava distraído quando escreveu estes disparates, e de todo esqueceu tão absurda doutrina quando veio a tratar das medidas do Marquês de Pombal. O mais é que ele mesmo confessa que as fábricas não acabaram de todo. A verdade é que o Conde da Ericeira operou um prodígio que a inépcia do governo português e a astúcia do gabinete britânico fez desvanecer. Se tivéssemos persistido no começado, cedo teríamos granjeado grandes capitais pelo comércio, e assim, a par das fábricas de lanifícios, de sedas, de linho e ferragens, teria prosperado a agricultura; mas quis a infausta sorte de Portugal que o imenso cabedal que no reinado de D. João V tirámos das minas de ouro do Brasil, fosse alimentar a indústria estrangeira e enriquecer a cúria romana. Se as fábricas se tivessem mantido e aperfeiçoado, esse ouro teria em grande parte servido a fomentar a indústria e a agricultura. Esta apenas cresceu mediocrementemente na província de Entre-Douro-e-Minho no ramo dos vinhos, que já antes do tratado de Methuen eram favorecidos em Inglaterra, por mais baratos, melhores, e por oposição à França, rival permanente da Inglaterra.

*Cálculo sobre a perda do dinbeiro do reino,
oferecido a el rei D. João o V no ano de 1748
por Alexandre de Gusmão^c*

O dinheiro é o sangue das monarquias, e extraído do corpo delas, enfraquecem da mesma forma que acontece aos corpos humanos quando se lhe tira o sangue; a este modo de fraqueza se vai conduzindo Portugal, pois que tanto se trabalha em extrair-lhe a moeda quanto ele caminha para a pobreza, e por conseguinte, para a ruína.

As causa motoras destes danos têm muitos e diversos princípios, mas obram todos de conformidade para a extracção de moeda do reino, e como a pouca que nele entra não supre a muita que dele sai, continuamente se vai empobrecendo, com perda irreparável para seus habitantes, que sentem este dano sem lhe poderem aplicar o remédio.

Para mostrar as origens das mesmas coisas, e como elas produzem aquele dano, precisava de uma carta de seguro, que nem Vossa Majestade me pode conseguir; por isso me explicarei desta sorte (com bem mágoa

^c Uma vez que este texto de Alexandre de Gusmão serve de apoio à argumentação de F. Solano Constâncio sobre as vantagens de uma política proteccionista de equilíbrio da balança de comércio que evitasse a saída de dinheiro do reino, optámos pela sua manutenção na presente edição.

do meu coração) que não diga todas as verdades ainda que não fique completo este meu discurso, contentando-me com fazer-me entender.

Os povos, senhor, para viverem em todas as terras do reino necessitam fornecer-se uns aos outros de géneros, e manufacturas, que todos hão mister para o sustento e trato da vida, o que sempre executam pelo meio sábio do comércio; e como os géneros e manufacturas dos povos (sejam nacionais ou estrangeiros) não podem expor-se em todas as partes, pela dificuldade dos transportes, com a facilidade com que transportam o dinheiro, que igualmente representa os mesmos géneros e manufacturas, por isso se estabeleceu a moeda.

Assim pois continua o comércio, fazendo-se de géneros e manufacturas por outras manufacturas e géneros, suprimindo-se estes e aqueles com dinheiro quando os não há igualmente de ambas as partes, para fazer-se a balança do comércio nos géneros e manufacturas de que uns e outros necessitam.

Suprida esta balança com dinheiro, é inegavelmente certo que se há-de extrair do reino que assim o der, para aquele ou aqueles que dele o receberem. Assim nos acontece em Portugal, de que certamente resulta fazermos comércio passivo, que é o pior de todos, porque pagamos sempre com dinheiro a balança dos géneros e manufacturas que não temos, e de que necessitamos.

Não seria o nosso comércio passivo se metêssemos no reino anualmente tanta quantidade de moeda como dele se extrai para pagarmos os géneros e manufacturas, que necessitamos comprar a dinheiro, a fim de suprimos a referida balança do nosso comércio com os estrangeiros; porque em tal caso era comércio sem utilidade nem prejuízo, que vinha a ser recíproco, e nem enriquecia nem empobrecia o reino.

Assim comerciávamos nós no tempo em que fomos senhores dos géneros e manufacturas da Ásia, que vinham pelo Cabo da Boa Esperança, e também há coisa de meio século para cá, enquanto vinha muito ouro das minas, e valiam os géneros da América, mas agora que vem cada vez menos e os géneros abateram na estimação e valor, pelos que concorrem no comércio produzidos em outras colónias novas, precisamente havemos de fazer um comércio passivo, como mostrarei na forma seguinte.

Suponhamos, por um cálculo prudente, que neste reino existem actualmente circulando em seu comércio cem milhões em moeda, sobre o fundo dos quais se acredita e abona todo o comércio que fazemos com os nacionais e estrangeiros. Se deste fundo se tirarem dez milhões todos os anos para suprimos a balança do comércio, e metêssemos anualmente no reino outra igual quantia, não recebia o reino perda da massa total da sua riqueza, pois que existia sempre o mesmo fundo.

Nem podíamos reputar como perda da caixa nacional aquela moeda que assim dávamos por aqueles géneros e manufacturas, se a tínhamos de nossas minas com a mesma facilidade com que as nações estrangeiras podiam ter os mesmos géneros e manufacturas, de que a

maior parte se compõem e consomem dentro em pouco tempo, e o resto de tudo isto que é fabricado de metais também chega a consumir-se, posto que prolongue mais a sua duração.

Também haviam os prejuízos de perder o reino na povoação a gente que mandava ocupar nas minas, visto que a da América não é própria para as suas administrações e trabalhos, e não bastam somente os negros de África, porque é preciso quem os conduza, e obrigue ao trabalho com economia; isto além da falta de emprego para a gente do reino, quando a indústria está em decadência dentro do mesmo reino.

Mas tomando ao forte do discurso, é impossível suprimos com a moeda que entra no reino a muita que dele sai para fora, de que resulta evidentemente ir diminuindo todos os dias o nosso suposto fundo dos referidos cem milhões.

Isto sucede assim porque cada vez vem menos ouro das minas, e se aumenta mais a extracção do dinheiro do reino; por isso, deixando outras coisas em que não posso falar, é evidentemente certo que aquela diminuição do rendimento das minas e esta maior extracção da moeda concorrem de conformidade para a sua pobreza.

Segue-se de todo o referido que dentro em vinte anos, segundo a mais prudente calculação, há-de perder o reino a maior parte da moeda que agora possui. Esta coisa é infalível, porque se aumenta cada vez mais a sua exportação; o que tudo redundará em perda do considerado e referido fundo.

Do que tudo é evidente prova a falta de dinheiro que sentimos na capital do reino; porque, sendo o nosso comércio passivo, por fazermos a maior parte em géneros e manufacturas dos estrangeiros que pagamos a dinheiro, é preciso que este se dispenda e passe pela capital em razão de estar situada junto do porto geral do nosso comércio com os estrangeiros; e se nesta capital se experimenta falta de dinheiro, sendo senhora da maior parte dele, ainda que seja somente como comissária, segue-se por consequência, que é cada vez maior a extracção do mesmo dinheiro.

E sendo a abundância e circulação do mesmo dinheiro as que dão valor aos géneros, diminuindo-se a soma existente da moeda daquelle suposto calculado fundo, que anda na massa total do reino, diminui por esta causa o valor dos nossos géneros, de que se segue também ser preciso mais dinheiro para suprimos a balança do nosso comércio.

Isto é indubitavelmente certo, e tão claro como a luz do dia, porque a perda do dinheiro que se extrai monta anualmente a quatro milhões da soma que recebe para o mencionado e suposto fundo dos cem milhões, ninguém pode duvidar, digo negar a diminuição do mesmo fundo, e também é certo que podem calcular em 500.000 cruzados anuais a perda que sentimos no abatimento do valor dos nossos géneros, de que vem a chegar a perda a quatro milhões e meio; e ainda que isto pareça suposto, parece que será muito certo.

De que tudo vimos a concluir que sendo o nosso fundo de cem milhões, e continuando o mesmo estado do comércio com interesse totalmente passivo para os povos do nosso reino, pela perda de quatro milhões e meio anuais extraídos desse mesmo fundo, como não podemos duvidar, parece que em vinte anos nos acontecerá extinguir-se a maior parte dos ditos cem milhões de fundo, pouco mais ou menos.

Para que isto suceda assim não precisa algum acontecimento extraordinário, basta que o nosso comércio e economia se conduza na mesma forma em que tudo actualmente se rege, que é administrado por um sistema em todas as suas partes destrutivo, como se não pode duvidar; e como seja do ministério dos soberanos procurar pela conservação e felicidade dos povos que se confiaram no seu governo, suplicam os portugueses, fiéis vassallos de Vossa Majestade, com a maior submissão e respeito diante do real trono, que Vossa Majestade seja servido de:

1º Impedir o aumento da gente inútil com o especioso título de religião, que procuram para seu cómodo;

2º Que se aumente a nobreza bem entendida;

3º Que diminua o luxo com alguma lei sumptuária;

4º Que se aumente a agricultura fazendo-se as estradas, e cortando-se ribeiras, para navegar e regar;

5º Que se estabeleçam as fábricas aumentando-se por toda a parte a indústria;

6º E que finalmente se favoreça o comércio, dentro e fora do reino, sem o qual não pode haver Estado rico, poderoso, nem florescente.

Desta sorte, senhor, é que o reino precisa de providências, as quais Vossa Majestade lhe pode aplicar, pelo meio da sua alta compreensão, e do seu poder, pois ninguém como Vossa Majestade tem os meios para estes fins; e já que Deus permitiu, por sua incompreensível bondade (como protector de todos os reinos) que Vossa Majestade possua os referidos meios, quais são os de ser senhor das minas de ouro, de excelentes terrenos, e de fiéis vassallos, com justa razão espera o reino que Vossa Majestade lhe procure, quanto mais cedo, as felicidades que ele pode gozar debaixo do seu poderoso governo.

Com advertência senhor, que não tem Vossa Majestade ministro nem vassallo, que lembre a Vossa Majestade uma só palavra nesta importante matéria, por haverem sido educados para tudo o que é oposto aos interesses do mesmo reino, Vossa Majestade se dignará ponderar tudo com a sua alta compreensão, e aplicar-lhe o remédio que for servido.

A real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos como todos havemos mister.

(Assinado)

Copiei literalmente este memorial, porque, salvo algumas incorrecções mais de expressão que de pensamento, contém sólida doutrina e

mostra o grande patriotismo e notável independência de carácter daquele digno ministro, superior em talento e em desinteresse a Sebastião José de Carvalho, e mais francamente inimigo da superstição e da fradaria. Não se pode censurar de ideias erradas sobre a moeda, porquanto ele a considera não como a verdadeira riqueza, mas como representando os mais valores, e como meio de fomentar a agricultura e indústria. Não propõe medidas proibitivas para impedir a saída do ouro e da prata, como antigamente pediam quase todas as Cortes convocadas em Portugal. Bem sabia A. de Gusmão que essas medidas são inúteis e absurdas. Em quanto à lei sumptuária, é igualmente medida inútil e vexatória; o único meio de pôr freio ao luxo é prover os hábitos de economia oferecendo proveitoso e fácil emprego aos mais pequenos capitais, favorecendo a agricultura, a indústria, e fazendo gradualmente desaparecer a ociosidade, a pobreza e a nímia acumulação dos capitais.

Terminarei este artigo pelas máximas seguintes que traduzi dos *Ensaio sobre economia política* de M. Mathew Carey, escritor distinto de Filadélfia.

1º A indústria é a única base sólida do carácter moral, da felicidade e poder de uma nação; e como tal debaixo de todas as formas úteis, tem imperioso direito à protecção do governo.

2º Nenhuma nação antigamente jamais o grau de prosperidade de que era susceptível, sem a devida protecção da indústria doméstica.

3º Em todo o globo, em todos os tempos, onde quer que a indústria recebeu devida protecção, a nação se fez industriosa.

4º As nações, assim como os particulares, correm à sua ruína quando dispendem além do seu rendimento.

5º Todas as vezes que uma nação se acha nesta situação, é o dever imperioso de quem governa aplicar remédios capazes de corrigir o mal, conforme requerer a natureza do caso.

6º Há poucos ou nenhuns males políticos, aos quais o legislador prudente, e não contrariado por obstáculos que o estorvem, não possa aplicar remédio adequado.

7º A decadência, e a miséria, experimentada por uma longa série de anos pela Espanha, Portugal e Itália, provam incontestavelmente que nenhuma vantagem natural, por maiores e grandes que sejam, podem preservar uma nação dos funestos efeitos de maus sistemas de política; e a prosperidade contemporânea de que têm gozado a Suíça, a Holanda e a Escócia provam igualmente que não há desvantagens naturais que um bom sistema de governo não possa vencer.

8º A liberdade das instituições não é a prosperidade. É só o meio de a conseguir, e meio infalível, sendo bem empregado.

9º Os interesses da agricultura, das manufacturas e do comércio estão tão intimamente ligados, que qualquer dano sofrido por um destes ramos se faz muito sensível aos outros.

10º O mercado nacional para os produtos do solo e das manufacturas é de muito maior importância que todos os mercados estrangeiros, ainda nos países que fazem o maior comércio exterior.

11º É impossível que uma nação, que possui imensas vantagens naturais, na diversidade de solo e de clima, em produtos preciosos, na energia e espírito empreendedor dos seus habitantes, não oprimida por uma dívida excessiva, sofra grande e geral decadência na sua agricultura, comércio ou manufacturas (excepto por efeito de guerra, fome, peste, ou calamidades naturais) a não existirem erros vitais e radicais no seu sistema de economia política.

Esta última proposição tem particularmente em vista os Estados Unidos da América, mas applica-se a todas as nações.

«Quem quiser que a agricultura prospere em um país (diz Anderson) em vão o tentará se não se ajudar do comércio e manufacturas, que comprando ao agricultor os seus produtos superabundantes, favorecem as suas operações, dando vigor e actividade ao seu espírito».

OBSERVAÇÕES SOBRE A DURAÇÃO DA VIDA HUMANA^a

Influências gerais

A maior atenção à limpeza das habitações, à ventilação, a melhor qualidade de fato, e a melhor qualidade dos alimentos, junta com os benéficos efeitos da vacina, e um tratamento médico mais bem entendido em muitas doenças destrutoras, o melhor regime dos hospitais e das prisões; tudo tem contribuído a diminuir a mortalidade nos países cultos da Europa, e nos Estados Unidos da América. Em geral a mortalidade causada por doenças está actualmente reduzida a cinco sextos do que era antigamente.

Pode hoje admitir-se que, de 100 indivíduos, 23 atingem a idade de 60 anos, enquanto pelos antigos cálculos só 18 chegavam a esta idade. Todavia é de advertir que os cálculos estatísticos antigos eram pouco exactos.

Em França, desde 1770 até 1780, a duração média da vida era fixada a 28 anos. Pelos cálculos positivos os mais recentes deve ser hoje avaliada em 36 anos.

Longevidade

Agora que começam as listas anuais dos nascimentos e óbitos a ser feitas com mais regularidade, melhor método, e que há grande cuidado em especificar as idades dos falecidos em um e outro sexo, acham-se resultados que ninguém esperava. Por exemplo o número de pessoas na idade dos 100 anos para cima era considerada geralmente como muito diminuto em França, e porque os registos dos óbitos eram há muito mais tempo exactos na Suécia e outros estados setentrionais da Europa, gratuitamente se supunha serem lá muito mais frequente os centenários. Ora pelo censo de 1834 acha-se que morreram em toda a França naquele ano 145 pessoas que tinham mais de 100 anos de idade. Em Paris no ano de 1835 morreram 2 centenários e 7 de 95 a 100 anos. Os departamentos em que morreram mais centenários em 1834 são a Gironde e o Gers, ambos meridionais: no primeiro o número foi de 15, e no segundo de 13. E é de notar que nos departamentos da antiga Normandia, da Borgonha, Alsácia é o número muito inferior. Abaixo dos dois departamentos mencionados vêm os dos altos e baixos Pirinéus, e o de Puy-de-Dôme, e a Córsega, isto é, países todos montuosos.

^a Nº 4, Abril 1838, pp. 409-415.

Influência do estado social

Está provado que a mortalidade é menor nos países em que há mais fartura, e maior onde há mais miséria. Alguns fisiologistas antigos tinham pensado que a pobreza era favorável à duração da vida, porque isentava de um grande número de doenças causadas pelo luxo e a riqueza; do que concluíam que o homem opulento devia, para viver longos anos, imitar os hábitos e seguir o regime da gente do campo. Hoje está bem provado, pelo contrário, que a pobreza, frio, a humidade, e as privações de todos os gêneros, sócias da indigência, são as circunstâncias as mais desfavoráveis à duração da vida, e que a abastança é a melhor salvaguarda da saúde.

Tem-se verificado que, em um número igual de crianças pertencentes às classes ricas e às pobres, a proporção dos óbitos é o dobro nas segundas.

Pode pois, até certo ponto, determinar-se a mortalidade média e a saúde geral de uma nação, pelo grau de protecção que o governo concede às indústrias fabris, mercantis e agrícolas, que fazem viver comodamente as classes laboriosas, dando-lhes os meios de se proverem facilmente de alimentos abundantes e de boa qualidade, de habitações mais espaçosas e arejadas, e de vestuário cómodo e asseado.

Influência do clima

A diferença do clima influi muito nas leis da mortalidade. Por exemplo, comparando os mapas anuais dos óbitos em França e nos Estados Unidos, vê-se que a duração da vida é menor na América que em França, desde a infância até à idade madura, e que, pelo contrário, desde a idade madura até à extrema velhice, os americanos levam grande vantagem; fenómeno notável cuja explicação ainda não foi dada de maneira satisfatória. Em 1830 contavam-se 508 centenários em toda a União americana. Eu creio que, por isso mesmo que o clima do norte da América é mais mortífero, em razão das contínuas transições da extrema secura à extrema humidade, do intenso calor dos verões e frio dos invernos, os que resistem a estas causas atingem a extrema velhice. Outra circunstância muito atendível e a que se não tem dado o devido valor, é que os centenários da época presente são pela maior parte pessoas que vieram há sessenta ou setenta anos estabelecer-se na América, dotados de robusta constituição, e que de pobres que eram na Europa passaram a viver com todo o cómodo, bem nutridos e vestidos. Além disso naquela época é constante que os lavradores americanos, de que se compunha o grosso da população, eram muito menos dados aos vícios, e ao uso de licores fortes. Estou persuadido que a geração actual não será tão vivedoura como as que a precederam.

Em Inglaterra por um dos últimos censos, havia 57 centenários do sexo masculino e 111 do feminino; no País de Gales 3 homens, e 15 mulheres; em Escócia, 40 homens e 62 mulheres. Total 291. A proporção da Escócia é comparativamente muito maior, vista a população relativa. Mas todos estes censos são ainda pouco exactos. Os da Rússia pouco crédito merecem, porque é notório que apenas desde o reinado de Pedro Grande há registos regulares dos nascimentos.

O termo médio da vida é maior nas mulheres que nos homens; mas na primeira idade morrem mais crianças do sexo masculino que do feminino. Há muito mais mulheres velhas que homens; mas encontram-se mais homens de idade muito além de 100 anos, que mulheres.

Influência do celibato e do casamento

Os casamentos muito prematuros são pouco prolíficos, ou produzem progénie que tem menos probabilidade de vida longa.

Os casamentos os mais fecundos e de que procedem as crianças as mais bem constituídas, são aqueles em que os conjuntos são quase da mesma idade, ou quando o marido tem só alguns anos mais que a mulher.

Está também averiguado que o estado de casado é mais favorável à longevidade que o de solteiro. Resulta dos mapas que, entre as mulheres de 25 anos, as casadas têm a probabilidade de viverem ainda 36 anos, e as solteiras só 31. Que 72 mulheres casadas atingem o termo de 50 anos, por 52 vivendo no celibato.

O mesmo se verifica no sexo masculino: 78 homens casados atingem 40 anos, termo a que só chegam 41 solteiros.

Quanto mais a idade aumenta mais cresce a proporção: 48 homens casados e só 22 solteiros atingem 60 anos; 27 casados e 11 solteiros vivem até 70 anos, e 9 casados e 3 solteiros chegam a 80 anos.

Influência das estações

Nascem mais crianças na Europa na proximidade do mês de Fevereiro, e menos do de Julho. Os meses em que há mais nascimentos se apresentam na ordem seguinte: Fevereiro, Março, Janeiro, Abril, Novembro, e Setembro; o que corresponde à concepção nos meses de Maio, Junho, Abril, Julho, Fevereiro, e Março, isto é, nos meses em que o sol anda mais alto acima do nosso horizonte. O equinócio de outono é o tempo em que há menos concepções.

Nascem mais crianças de noite que de dia.

Influências dos hábitos, e da educação

Reconheceu-se que a idade colectiva de 100 quakers enterrados no cemitério de Chesterfield em um mesmo ano, montava a 4790 anos e 7 meses, o que dá um termo médio de 48 anos por cabeça; e ao mesmo tempo um cálculo semelhante feito relativamente às idades de outras 100 pessoas de religiões diferentes, enterradas no mesmo lugar, e no mesmo tempo, não deu mais que o total de 2616 anos e 6 meses, e um termo médio de 25 anos e 2 meses por cabeça, em vez de 48 anos.

Estes resultados mostram quanto é útil, para a saúde e conservação da vida, ter hábitos pacíficos regulares como os dos quakers, inimigos da intemperança, de todos os excessos, de prazeres fúteis e agitados, e mais que tudo procurando por todos os meios de união fraterna evitar mil desgostos procedentes da ambição.

Observações sobre os suicídios

Dos mapas confrontados de muitos anos em Paris e Londres resulta que, geralmente falando, uma quarta parte dos suicídios é causada por penas amorosas; outro quarto é devido à miséria; outro a doenças procedidas da intemperança, e outro quarto devido a perdas ao jogo ou a desastres repentinos de fortuna.

A maior parte dos suicídios premeditados tem lugar de noite, antes de romper o dia. Tem-se observado que, segundo a idade, o homem escolhe de preferência certos gêneros de morte. Na mocidade prefere de ordinário a estrangulação por suspensão; na idade viril, as armas de fogo; em idade mais avançada recorre de ordinário à morte por submersão; e na velhice é frequente recorrer de novo à estrangulação por suspensão.

O emprego do veneno é mais usual entre as pessoas instruídas nas ciências.

É escusado ajuntar que os suicídios têm aumentado em proporção espantosa depois das revoluções políticas, e da introdução geral do desenfreado amor do jogo e do desejo de enriquecer de repente por especulações aleatórias nos fundos públicos, ou por empresas comerciais as mais arriscadas.

A tendência constitucional ao suicídio tão comum em Inglaterra, começa a espalhar-se pelo continente, onde a hipocondria faz rápidos progressos. Quem comparar hoje a mocidade em França com o quadro que dos franceses faziam os escritores nacionais e estrangeiros do século passado, cuidará não ser a nação a mesma. Hoje toda a mocidade afecta seriedade e gravidade, e nada é mais raro que francas demonstrações de folgança e alegria. Todos parecem meditar, ainda os que têm o cérebro vazio de ideias.

ÉTUDES SUR L'ÉCONOMIE POLITIQUE, PAR J.C.L. SIMONDE DE
SISMONDI. PARIS, 1837; 1 VOL. IN 8°. PREÇO: 7 FR 50 C.^a

O estimável autor desta obra me parece ter descaído muito da merecida reputação que por muitas produções literárias tinha granjeado. Já a obra que precedeu esta, intitulada *Estudos Sociais*, encerra muitas proposições errôneas, e até contraditórias. No presente ensaio desarrazoa completamente, atribuindo o estado miserável da grande massa dos trabalhadores e operários, à introdução dos maquinismos que poupam a mão-de-obra e fabricam com mais perfeição. É erro manifesto, e a supressão das máquinas seria uma das maiores calamidades para as nações que as empregam. Se o autor dissesse que os aperfeiçoamentos introduzidos pela mecânica nas manufacturas só tem aproveitado aos ricos empreendedores e não aos operários, diria a verdade; mas para curar o mal, recorreria, não à diminuição das forças produtoras, mas sim à melhor distribuição dos lucros. No nº 3 do *Arquivo* mostrarei onde jaz a origem do mal, e qual seja o único remédio. Esta errônea doutrina é tanto mais deplorável, por ser M. Sismondi amigo sincero da liberdade. Nesta obra se pronuncia com razão contra a escravidão dos negros da América, mas até neste ponto não acertou com os melhores meios de os emancipar^b.

^a Nº 2, Fevereiro 1838, p. 210.

^b Esta recensão, e também a que a seguir se transcreve, estão incluídas na rubrica "Bibliografia" do *Armazém de Conhecimentos Úteis*, na qual F.S. Constâncio se limita a curtas anotações sobre conteúdo e interesse de obras publicadas em França. A maior extensão destas duas notas bibliográficas, bem como os temas que abordam, justificam a sua inclusão nesta edição.

LES CLASSES OUVRIÈRES; MOYENS D'AMÉLIORER LEUR SORT
SOUS LE RAPPORT DU BIEN-ÊTRE MATÉRIEL ET DU
PERFECTIONNEMENT MORAL; PAR ÉMILE BÈRES; OUVRAGE
COURONNÉ PAR L'ACADÉMIE FRANÇAISE, PAR LA SOCIÉTÉ
MORALE CHRÉTIENNE ET PAR CELLE DE L'AGRICULTURE,
SCIENCES ET ARTS DE MACON, 1836, 1 VOL. IN 8°. PREÇO: 7 FR^a.

O autor, animado de sentimentos filantrópicos, expõe fielmente as causas imediatas da mísera condição física e moral das classes laboriosas e produtoras, rejeitando os sofismas dos escritores que têm atribuído o mal à introdução geral das máquinas, ao nímio aumento da povoação, etc. Infelizmente a parte a mais importante do seu livro, que trata dos remédios ao mal, não oferece senão meios parciais, insuficientes, e de aplicação quase impossível à massa da nação. A obra peca pela base; a origem do mal vem directamente da natureza das instituições políticas, das más leis, do sistema de impostos que pesam muito mais sobre o pobre que sobre o rico, dos gastos extravagantes e perniciosos dos governos, da corrupção que fomentam, e da especial protecção que concedem aos privilegiados, monopolistas, e outros delapidadores da riqueza nacional. Para melhorar a sorte do povo, é indispensável reformar os que vivem à custa dele, contribuindo apenas a produção. Todas as vezes que o melhoramento das classes dependentes for confiado aos que as oprimem, nenhum resultado proveitoso se pode esperar dos esforços de alguns homens honrados, que apenas poderão conseguir alívio parcial. Para que o melhoramento seja geral e progressivo é preciso: 1º suprimir os impostos onerosos sobre os artigos de primeira necessidade; 2º e todos os monopólios e privilégios, de qualquer natureza que seja; 3º estabelecer um sistema uniforme de instrução e educação elementar, não entregue a eclesiásticos de um e outro sexo; 4º um novo sistema de compensação do trabalho e indústria dos operários, fundado na justiça e equidade, e não sacrificando os que produzem aos empreendedores de indústria; 5º enfim, promover as associações cooperativas entre os operários, e o concurso de muitos capitais módicos à execução de empresas industriais, de modo a obter a repartição dos lucros entre os sócios.

ESPRIT DES REVUES ANGLAISES,
ANALYSE CRITIQUE DES REVUES TRIMESTRIELLES
D'EDIMBOURG ET DE LONDRES, PARISSANT TOUS LES MOIS,
SOUS LA DIRECTION DE F. S. CONSTÂNCIO

1841

Louer sans engouement
Blâmer sans fiel.

ESPRIT

DES

REVUES ANGLAISES,

ANALYSE CRITIQUE

DES REVUES TRIMESTRIELLES D'EDIMBOURG ET DE LONDRES,

PARRAISANT TOUS LES MOIS,

SOUS LA DIRECTION DE F. S. CONSTANCIO, D. M.,

Membre de plusieurs Sociétés savantes.

Et auteur de divers ouvrages littéraires, politiques et scientifiques, en anglais, portugais, français, etc.

TOME PREMIER.

LIVRAISONS I à G.

Louer sans engouement.

Blâmer sans fiel.

PARIS.

CHARPENTIER, LIBRAIRE-ÉDITEUR,

Palais-Royal, galerie d'Orléans, 7.

PROSPECTUS^a

Le but de cette publication est d'offrir au public français tout ce que les quatre revues trimestrielles britanniques renferment d'intéressant, soit en articles de coup d'œil général sur des questions littéraires, scientifiques ou politiques. Afin de pouvoir donner dans chacun de nos numéros des extraits analytiques de plusieurs revues, nous retrancherons de leurs articles, généralement trop diffus et d'une étendue démesurée, tout ce qui ne sera pas indispensable pour apprécier les jugements portés par les critiques britanniques, et nous ajouterons, quand cela nous paraîtra nécessaire, des remarques destinées à rectifier ce que nous croirons inexact ou dicté par la partialité nationale. D'après ce système, le lecteur sera à même de juger du mérite des ouvrages analysés et des opinions émises sur les questions à l'ordre du jour. La réputation des revues anglaises, et surtout de la *Revue d'Edimbourg* et de la *Revue Trimestrielle*, nous dispense d'insister sur les avantages que tirera le public français de posséder régulièrement, peu après la publication de ces recueils et à un prix modéré, ce qu'ils renferment d'essentiellement intéressant. Nous laisserons de côté les articles d'un intérêt purement local et ceux qui traitent de détails scientifiques du domaine des recueils périodiques spécialement consacrés aux sciences. Nous donnerons aussi la liste des ouvrages les plus marquants, publiés dans la Grande-Bretagne.

L'Esprit des Revues Anglaises paraîtra au commencement de chaque mois, à partir de Juillet 1841, par cahiers de cinq feuilles d'impression in 8°.

PRIX DE L'ABONNEMENT, FRANC DE PORT

Paris, un An	22 Fr.	6 Mois.....	12 Fr.
Départemens, un An	25 Fr.	6 <i>id.</i>	13 Fr.

On s'abonne chez Charpentier, Libraire, Palais-Royal, Galerie d'Orléans, et chez le Directeur, rue Madame, N.15.

^a N° 1, Julho 1841.

REPORT UPON THE SELECT COMMITTEE ON IMPORT DUTIES,
ETC. RAPPORT DU COMITÉ SPÉCIAL SUR LES DROITS
D'ENTRÉE, SUIVI DES PROCÈS-VERBAUX DE L'ENQUÊTE, D'UN
APPENDICE ET D'UN INDEX. IMPRIMÉ PAR ORDRE DE LA
CHAMBRE DES COMMUNES. LE 6 AOUT 1840^a

La *Revue de Westminster* commence son examen de cet important rapport en remontant à la création du monde; mais il nous semble inutile d'aller si loin puiser des arguments contre le monopole des produits agricoles et coloniaux. Venons aux faits qui ont été prouvés par devant le comité d'enquête, et écoutons le rapport.

«Votre comité ne peut s'empêcher de solliciter vivement l'attention de la Chambre sur l'effet des droits prohibitifs, lesquels étant évidemment de nul rapport pour le revenu, frappent d'un impôt indirect les consommateurs; impôt dont la valeur est souvent égale à la totalité de la différence de prix entre la denrée anglaise et celle de l'étranger, que la prohibition exclut. Ce fait a été fortement et emphatiquement développé devant votre comité par plusieurs témoins; et l'énorme poids de l'impôt levé par ce moyen ne peut manquer d'éveiller l'attention de la chambre. Sur les seuls comestibles, il est prouvé, d'après les dépositions faites par devant le comité, que la somme arrachée aux consommateurs excède le montant de tous les autres impôts levés par le gouvernement. Et les témoins expriment tous l'opinion que les sacrifices de la communauté ne se bornent pas à la défalcation du revenu; ils agissent d'une manière nuisible sur les salaires et sur le capital; ils diminuent considérablement les facultés productrices du pays, et restreignent nos propres relations de commerce actif.»

Le rapport poursuit en faisant voir que des droits d'entrée, trop forts et protecteurs, agissent d'une manière analogue, et font hausser le prix de tous les produits nationaux en concurrence avec ceux de l'étranger. Cette élévation de prix ne tourne point au profit du trésor, le manufacturier seul y gagne. Des droits élevés sur les produits étrangers restreignent les importations et nuisent aux intérêts du négociant, à ceux du consommateur, et au revenu du fisc, en mettant des obstacles aux échanges avec les autres nations.

Tout cela est vrai, surtout pour les denrées alimentaires; et il est hors de doute qu'en baissant les droits d'entrée sur les céréales, le sucre, le thé, le tabac, le vin, les eaux-de-vie, le café, etc., ainsi que le propose M. MacGregor, on obtiendra le double avantage d'une baisse

^a N° 1, Art. VII, Julho 1841, pp. 65-73.

de prix favorable au consommateur, et d'un revenu plus fort, par suite de la grande augmentation de la consommation.

D'après le plan de tarif général proposé par M. MacGregor, sur tous les objets d'importation, le revenu devra s'élever de 23 millions de sterling à près de 29, et nous n'avons aucune raison pour douter de la justesse de ses prévisions.

Sur les vins, la réduction proposée est de 5 sh. 6 pence par gallon à 2 sh. Le droit fixe sur le froment est de 8 sh. par quarter, de 4 sh. sur l'orge, le seigle, le maïs, et de 4 sh. par 196 livres, sur les farines. Des diminutions très fortes sont aussi proposées sur les soieries, la verrerie, les glaces, les graines, les esprits, la ganterie, les huiles, les bois de construction, etc.: quant aux exportations, il propose de les exempter de tout droit de sortie, à l'exception peut-être de la houille.

Le rédacteur s'attache ensuite à combattre le système prohibitif français, et se déchaîne contre Colbert; mais il passe sous silence que ce régime prohibitif, contre lequel s'élèvent aujourd'hui les Anglais, n'a été suivi dans aucun pays avec autant de rigueur et de persévérance qu'en Angleterre, et que c'est en partie à des droits protecteurs que l'industrie doit le degré de perfection qu'elle a atteint. Maintenant elle voit avec peine que le monopole des propriétaires fonciers est devenu un obstacle insurmontable à la prospérité croissante de ses manufactures; elle commence à redouter les progrès de l'industrie française et allemande, et songe à remédier au mal par des mesures sages, suggérées, non par les principes théoriques et absolus d'une économie politique dogmatique et illusoire, mais par la nécessité dérivant de faits avérés et de l'état comparatif des nations continentales. La diminution du prix du pain et autres denrées de première nécessité sera très favorable aux entrepreneurs de manufactures, tandis que la diminution des droits d'entrée sur quelques objets de fabrique étrangère, pour lesquels l'Angleterre ne jouit pas d'un avantage décidé, engagera peut-être la France et l'Allemagne à recevoir en échange quelques produits anglais. Quelle que soit la modification que les autres gouvernements consentent à faire à leurs tarifs de droits, il est certain que le plan de M. MacGregor aura d'immenses avantages pour l'Angleterre, s'il est adopté; l'aristocratie foncière y perdra seule, et les planteurs des colonies; mais l'immense majorité du peuple britannique et le fisc y gagneront considérablement. M. MacGregor est tellement convaincu de ces avantages, qu'il conseille au parlement de baisser les droits d'entrée sans même exiger de réciprocité de la part des gouvernements étrangers.

Mais, par cela même, les nations étrangères auront encore plus à redouter la concurrence des fabricants anglais, lorsqu'ils seront secondés par le bas prix des denrées de première nécessité. Dans cet état de choses, et faisant particulièrement application à la France des modifications proposées en Angleterre aux droits d'entrée, voici ce qui nous semble raisonnable et prudent, pour concilier l'intérêt du gros de la

nation avec celui des branches d'industrie dont le progrès est réel et sensible, et qui promettent d'arriver avant peu d'années au degré désirable de perfection, pour la qualité, la quantité et le prix de leurs produits. Ces branches seules ont droit à une protection prolongée, mais non indéfinie. Les genres d'exploitation et d'industrie qui, malgré des droits protecteurs n'on fait et ne peuvent faire que de faibles progrès, doivent être abandonnés à leurs propres forces.

Nous pensons donc qu'il serait extrêmement avantageux pour la nation française de baisser les droits d'entrée sur tous les produits du sol ou de l'industrie de la Grande-Bretagne, supérieurs en qualité et d'un prix inférieur à ceux de la France qui ne promettent point d'amélioration rapide et soutenue; en maintenant les droits protecteurs pendant un certain nombre d'années au profit des industries nationales dont le progrès est constaté, sensible et soutenu.

Nous aurons occasion de revenir plus d'une fois sur cet important sujet. Le lecteur trouvera dans notre opuscule: *La Grande-Gretagne en 1840*, plusieurs éléments indispensables pour asseoir un jugement sur l'opportunité de suivre les conseils des économistes anglais, en matière de droits sur les manufactures de leur pays. Ils y trouveront aussi l'aveu de M. MacGregor sur l'état de progrès de l'industrie en Allemagne et en France, qui, dit-il, n'a besoin que de temps et de persévérance pour arriver à la perfection.

En terminant cet article, nous apprenons avec un vif plaisir la publication des deux derniers volumes des *Principes de Philosophie Politique* de M. H.-C. Carey, de Philadelphie, déjà connu par plusieurs ouvrages d'économie politique appliquée aux États-Unis. Cet ouvrage embrasse toutes les branches de la science, et renferme une critique de l'ouvrage de M. de Tocqueville: *De la Démocratie en Amérique*. Cette production ne peut manquer d'être analysée par les revues anglaises, et nous nous empresserons de faire connaître le jugement qu'elles en porteront. Pour le moment, nous nous bornerons à une remarque sur l'opinion de Malthus, relative à la prétendue tendance de la population à s'accroître au-delà des moyens de subsistance, opinion adoptée avec un aveugle enthousiasme par la *Revue d'Edimbourg* et par presque tous les écrivains anglais. Cette opinion, combattue par Godwin et par M. Carey, commence à perdre terrain en Angleterre: et le rapport des commissaires nommés pour l'exécution de la loi des pauvres, ne laisse aucun doute sur la fausseté de l'assertion monstrueuse et gratuite de Malthus. Ces commissaires ont reconnu que le paupérisme n'était point le résultat d'un excès de population; cela a porté une terrible atteinte à la foi robuste des sectateurs du grand apologiste des riches et du proscripteur des pauvres. M. Carey est un partisan déclaré de l'encouragement qu'il convient de donner à l'industrie nationale par des droits protecteurs temporaires.

À propos de l'ouvrage de M. Jobard, sur les progrès de l'industrie en France, le *Foreign Quarterly Review* contient un article d'une partialité

révoltante et plein d'expressions mensongères ou inexactes; il ne mérite pas la peine d'être réfuté, et, pour mettre le lecteur à même de juger, nous nous bornerons à transmettre le passage suivant au sujet des machines à vapeur:

«Les Français sont absolument incapables de construire ou de réparer des machines à vapeur.»

N'en déplaise au savant rédacteur anglais, à qui son patriotisme empêche de voir clair, il existe en ce moment en France, plusieurs établissements où l'on construit dans tous leurs détails des machines à vapeur de la puissance de 250, 300, 400 chevaux, et bientôt on en construira d'une force quelconque. Ses assertions relatives à la filature du lin sont tout aussi fausses; le nombre de ces filatures s'accroît tous les jours, et leurs produits se perfectionnent en même temps. Nous concevons sans peine le dépit des Anglais à l'aspect des progrès de l'industrie continentale; ne pouvant l'entraver, ils prennent le parti d'en parler avec dédain, en ayant l'air de la mépriser.

L'auteur de l'article de la *Revue de Westminster* désapprouve également le système protecteur adopté par l'Autriche, l'Allemagne et la Russie. Il ne peut concevoir que les gouvernements de ces pays cherchent à se passer des produits des fabriques anglaises, en encourageant par des droits d'entrée protecteurs l'industrie nationale naissante.

C'est le *Quarterly Review* qui répondra pour nous à son confrère. Voici quelques extraits du n° 48 de cette Revue, page 285 et suivantes:

«La liberté du commerce favorise particulièrement les intérêts des négociants engagés dans le commerce étranger, mais elle est très nuisible à certaines branches de manufactures et à l'agriculture; or, des genres d'industrie créateurs de la richesse, celui du commerçant qui échange les produits, malgré son utilité et son importance, est toutefois subordonné à l'industrie manufacturière et à l'agricole, qui créent ces produits: et plus la production agricole et manufacturière s'accroîtra en s'échangeant, dans un pays quelconque, plus sa richesse augmentera.» Et plus loin: «Des lois sont peut-être aussi nécessaires pour protéger l'industrie nationale, que pour la protection de la propriété individuelle.» Enfin, en parlant d'Adam Smith, voici l'opinion de la *Revue Trimestrielle*:

«...Ses doctrines ont été présentées sous toutes les formes, nous n'osons décider si c'est dans le but d'instruire la jeunesse ou pour embarrasser les savants!!! La réflexion et l'expérience semblent prouver que cet estimable auteur, dans son zèle pour sa doctrine, a poussé trop loin ses vues sur la liberté du commerce.»

DE LA CONDITION SOCIALE DE LA FEMME^a

1. *Woman and her Master*. La Femme et son Seigneur; par lady Morgan.

2. *Woman in her social and domestic character*. La Femme dans son caractère social et domestique; par madame John Sandford.

3. *Female Improvement*. Amélioration des Femmes. Par la même.

4. *The Women of England*, etc. Les Femmes anglaises; de leurs devoirs sociaux et habitudes domestiques; par madame Ellis.

5. *Woman's Mission*. La Mission de la Femme.

6. *Woman's Rights and Duties*, etc. Des droits et des Devoirs de la Femme, considérés sous le rapport de leur influence sur la société, et sur leur propre condition; par une femme. 2 vol. in 8, 1840.

On voit, par le nombre et l'importance de ces six ouvrages, combien on s'occupe en Angleterre de la condition sociale de la femme; mais l'on doit s'étonner que parmi tant d'auteurs du sexe féminin, intéressés à plaider la cause de la femme, il y en ait si peu disposés à réclamer pour elle une extension de droits. Nous ne dirons rien des deux ouvrages de madame Sandford, qui ont pour objet l'éducation des femmes, et non leur position sociale et leurs droits, et nous passerons à l'examen des autres.

Celui de madame Ellis s'adresse exclusivement aux Anglaises; l'auteur se prononce contre une éducation trop savante, comme tendant à affaiblir les habitudes essentielles aux devoirs domestiques. Elle pense que trop de savoir et trop d'importance donnée aux arts d'agrément rendent une femme moins aimable et moins apte à gouverner sa maison. Le rédacteur de l'article de la *Revue d'Edimbourg* ne partage pas cette opinion, qui nous paraît pourtant, à certains égards, bien fondée. Nous avons connu bon nombre de femmes savantes, excellentes mères de famille, fort aimables, et quelques-unes même s'occupant avec succès de la direction d'une manufacture et d'autres travaux importants; mais, par compensation, nous en avons connu beaucoup d'autres pour qui une instruction trop étendue est devenue la source de mille désagréments dans des mariages mal assortis.

La *Mission de la femme* est une imitation de l'ouvrage de M. Aimé Martin: *de l'Éducation des mères*.

L'ouvrage de lady Morgan n'est pas encore terminé. Les deux volumes qui ont paru renferment de curieux détails sur la condition de la femme chez les peuples anciens, et surtout parmi les Juifs, les Grecs et les Romains, et offrent une série d'esquisses tracées d'une main habile

^a N° 2, Art. II, Agosto 1841, pp. 107-112.

des femmes les plus célèbres de l'Antiquité, depuis Sémiramis jusqu'à l'impératrice Héléne. Lady Morgan plaide avec énergie en faveur des femmes, mais en Angleterre elle trouvera peu d'approbateurs parmi les hommes.

Le dernier ouvrage mentionné ci-dessus est celui qui a mérité les suffrages de la *Revue d'Edimbourg* (avril 1841), parce que les principes de l'auteur anonyme s'accordent parfaitement avec ceux du rédacteur de l'article. Voici en peu de mots le résumé de la doctrine du traité des *Droits et des Devoirs de la Femme*. «L'homme est spécialement chargé de gouverner et de défendre la société; le lot de la femme est d'y répandre la vertu, l'affection et la douceur. Elle a un intérêt direct à adoucir et à humaniser l'autre sexe. L'homme est trop rude pour se conduire avec la simple équité envers ceux qu'il aime, mais qu'il ne respecte pas; et il est trop convaincu de sa puissance pour se laisser dominer par ceux qu'il respecte sans les aimer. La femme doit fonder son empire, non seulement sur le sentiment de justice de la part de l'homme, mais aussi par les grâces délicates, les tendres et pures affections qu'elle répand dans la vie; et ses droits ne sauraient donner de la dignité à son influence sociale, ni assurer une garantie effective à sa position domestique, qu'autant que ces droits s'exerceront à encourager réellement la vertu et le bonheur de la société.»

C'est par des raisonnements analogues qu'on a cherché à justifier la privation de droits dont sont frappés des millions d'hommes formant l'immense majorité des nations, et la presque totalité des citoyens vraiment utiles et capables. C'est sur la prétendue infériorité des castes et des races qu'on a longtemps soutenu que les parias, les nègres, les paysans européens étaient nés pour obéir, et qu'ils étaient indignes d'exercer des droits politiques! Nous aurons occasion de revenir sur la grande question des droits sociaux de la femme, et de ceux qu'elle pourrait exercer dès à présent sans le moindre inconvénient, et avec d'incontestables avantages pour la communauté. Nous nous bornerons ici à indiquer plusieurs fonctions dont les femmes s'acquittent depuis longtemps en France et dans d'autres pays, de manière à mériter l'approbation universelle.

En France, les femmes tiennent les livres des marchands et dirigent souvent d'importantes fabriques, tandis que les maris font les affaires du dehors. Dans les villages, la partie intellectuelle du gouvernement domestique repose sur la femme, tandis que l'homme se livre à des travaux rudes et matériels. Des dames forment des comités de charité, de surveillance des écoles de filles, et d'autres institutions de bienfaisance; elles nomment des commissaires, font des rapports, et s'occupent activement de diverses branches d'administration. Pourquoi, demanderions-nous, ne pas conférer aux femmes mariées, aux veuves, aux filles d'un certain âge, le droit d'élire des commissaires de leur sexe pour

surveiller une foule d'établissements qui sont évidemment du ressort de la femme? Tels sont les hospices d'enfants trouvés, les prisons et maisons de correction pour femmes. Les ennemis de l'émancipation progressive de la femme (car il faut qu'elle ne soit pas soudaine pour être efficace), semblent ignorer combien ce sexe a déployé de talent, de sagesse et de persévérance dans la direction des communautés religieuses, dont plusieurs ont rendu et rendent encore d'éminents services aux indigents, aux malades dans les hôpitaux civils, et dans les camps pendant la guerre.

On sait bien qu'il existe des différences organiques entre les deux sexes. La femme ne portera jamais les armes; elle n'est pas destinée à se livrer à des travaux pénibles qui exigent une grande force physique et qui d'ailleurs sont incompatibles avec les devoirs de la maternité et les soins domestiques; mais pourquoi les femmes seraient-elles exclues du droit de siéger, comme membres du jury, lorsque le prévenu est de leur sexe? Pourquoi ne concourraient-elles pas à l'élection des commissaires de l'un et de l'autre sexe, chargés d'inspecter les pensionnats, les écoles primaires, les salles d'asile, les écoles de filles, les maisons de réclusion, les couvents de religieuses? Ce serait un grand pas de fait vers un nouvel ordre social, lequel, nous osons l'affirmer, ne s'accomplira jamais sans le concours actif des femmes pénétrées de leurs devoirs et de leurs droits. Tout le monde parle des devoirs de la femme comme de ceux du peuple, en refusant de reconnaître leurs droits, comme s'il pouvait y avoir des devoirs sans la réciprocité des droits.

Partout la femme est opprimée: en Angleterre, elle est esclave du mari et de l'opinion; non seulement elle n'a point de droits politiques, mais à peine en a-t-elle de civils; et le rédacteur de l'article que nous analysons se prononce même contre le projet d'admettre les dames à assister aux débats du parlement dans une galerie particulière! Il y voit de grands inconvénients; il craint que les orateurs ne cherchent trop à conquérir les suffrages du beau sexe, et ne se croient des acteurs sur un théâtre! Et puis, il peut y avoir des choses que de chastes oreilles ne doivent pas entendre. En vérité, à en croire le scrupuleux rédacteur, la constitution anglaise serait plus sérieusement menacée par la présence d'un auditoire féminin au parlement que par les doctrines démagogiques des radicaux! Tout ce qu'il est permis d'en conclure, c'est que l'émancipation de la femme est plus éloignée en Angleterre que peut-être en Turquie.

DE L'INSTRUCTION PUBLIQUE EN FRANCE, GUIDE DES
FAMILLES, PAR ÉMILE GIRARDIN. PARIS, 1840^a

L'écrit de M. E. de Girardin est trop connu et trop bien apprécié en France, pour que nous songions à soumettre à un sérieux examen l'article y relatif du *Quarterly Review*. Nous remarquerons seulement qu'il renferme parmi beaucoup de choses sensées une foule d'observations empreintes de partialité nationale et souvent inapplicables à la France. Après avoir parcouru les quarante-deux longues pages de la Revue consacrées à M. de Girardin, nous ne nous sommes arrêtés qu'à certains passages marquants.

Le critique anglais débute, en disant que l'écrit de M. de Girardin est une ouvrage de la plus haute importance, non seulement pour l'Europe, mais pour le monde entier; il fait le plus grand cas des opinions, de la hauteur des vues et des talents de l'auteur. Il cite un grand nombre de passages qui présentent en général des aperçus lumineux et où l'auteur développe de saines doctrines; mais après avoir reconnu avec l'écrivain français les vices de l'éducation, de l'enseignement en France, et le malaise de la société, il ne suggère aucun remède à ces maux. Il se borne à faire quelques objections à la partie du projet de M. de Girardin, où il propose de confier l'éducation primaire aux prêtres.

Dans tout ce que M. de Girardin expose, relativement aux vices de l'état social et aux effets de l'ignorance et de la demi-instruction, il faut reconnaître un esprit observateur maître de son sujet; mais l'on ne peut se dissimuler qu'en séparant la question de l'enseignement des autres éléments sociaux, cet ingénieux écrivain rend impossible la solution du grand problème. C'est pourquoi la vue partielle qu'il prend de son sujet n'a pu le conduire à la connaissance des seuls moyens efficaces de remédier aux maux qu'il signale, et qui, en effet, menacent la société de terribles convulsions, et des suites funestes de l'égarement des esprits imbus de doctrines chimériques, et dont les passions trouvent un double aliment dans des croyances fanatiques et dans l'ambition déçue.

En effet, que propose M. de Girardin pour encourager l'agriculture et empêcher la jeunesse des campagnes de venir se corrompre dans la capitale? L'éducation et une meilleure organisation de l'enseignement. C'est fort bien; mais ce moyen, à coup sûr, ne peut commencer à produire quelque effet qu'au bout de quinze à vingt ans. Or, le temps presse et les maux signalés exigent des remèdes plus prompts, et avant que les plans de M. de Girardin aient pu se réaliser, les passions et les

^a N° 2, Art. V, Agosto 1841, pp. 138-152.

besoins qui agitent et tourmentent la société l'auront peut-être bouleversée. Il faut sonder plus profondément toutes les causes du mal, pour lui appliquer à la fois des remèdes efficaces. Or, ces vices signalés tiennent à une foule de causes agissant de concert, et ne proviennent pas d'une source unique. Ce n'est ni l'ignorance seule ni l'instruction imparfaite et insuffisante qu'il faut accuser des principaux vices qui caractérisent l'époque actuelle. Le grand tort de nos législateurs a été de n'avoir rien su coordonner, en sorte que des institutions bonnes en elles mêmes deviennent funestes, parce qu'elles se trouvent en désaccord avec les mœurs, les lois ou les besoins. C'est ainsi que l'extension de l'éducation primaire parmi les classes pauvres peut devenir une source de misère et de vice. Exciter l'ambition de la jeunesse des champs et des villages sans lui donner de l'emploi dans les départements, c'est la pousser vers la capitale, où les arrivants ne tardent pas à apprendre que l'intrigue, la corruption et le charlatanisme sont les seuls moyens de parvenir vite à la richesse et aux emplois. Faut-il s'étonner de les voir se précipiter dans cette carrière!

Si donc, on veut porter remède aux vices odieux qui minent la société, il faudra se hâter de frapper au cœur le système de trop grande centralisation dans la capitale, qui délaisse les départements, comme si Paris était la France. Il faut sans doute que l'impulsion parte d'un centre unique, relativement à l'armée, à la marine et à certaines parties de l'administration; mais concentrer le haut enseignement à Paris, forcer les départements de recourir à la capitale pour les moindres travaux des ponts-et-chaussées, et surtout faire Paris le centre unique du monopole de la Banque, et par conséquent, du crédit, c'est ôter à l'agriculture les seuls moyens qui puissent la tirer de son infériorité reconnue par rapport à l'Angleterre, à la Belgique et à l'Allemagne. Londres renferme près de deux millions d'habitants, et cependant, cette concentration de population ne nuit en rien à la prospérité et à l'accroissement de Manchester, de Liverpool, d'Edimbourg, de Glasgow, etc. Le sol anglais est parfaitement cultivé; les campagnes ne manquent point de bras; l'éducation primaire, bien plus répandue qu'en France, ne produit aucun inconvénient. Pourquoi donc tant se récrier sur l'engorgement de la population de Paris, capitale d'un état de 34 millions d'habitants, tandis que l'Angleterre et l'Écosse n'en comptent que 18?

Ce n'est point l'encombrement de population à Paris qui nuit aux progrès de l'agriculture et à la prospérité des départements. La source du mal, c'est la concentration à Paris des capitaux de la France qui, au lieu d'être consacrés à l'agriculture, à l'industrie et aux améliorations de tout le pays, s'accumulent dans la capitale, pour être employés aux jeux de bourse et dans les mille spéculations et entreprises mercantiles. C'est, en un mot, la richesse mobilière dont l'entassement dans la capitale ruine le pays, et développe dans Paris tous les vices qu'enfante l'aspect des richesses possédées par un petit nombre d'individus, sur la

foule des malheureux dépourvus des moyens de satisfaire leurs besoins réels, et chez ceux que les besoins factices d'un luxe étalé devant eux conduisent trop souvent au crime.

Nous croyons néanmoins qu'il serait prudent de restreindre les encouragements donnés aux élèves des Beaux-Arts, pour empêcher une foule de jeunes gens de s'entretenir par la concurrence. Il nous semble aussi qu'il conviendrait de multiplier les écoles pratiques des arts utiles, mécaniques et chimiques, en donnant moins d'extension aux enseignements purement théoriques.

Dans tous les cas, il faudrait faire concourir les améliorations dans l'enseignement avec celles de la législation administrative, départementale et communale, si l'on veut parvenir à quelques résultats satisfaisants. Le rédacteur de l'article place tout son espoir dans M. Guizot, dont il fait le plus pompeux éloge, et auquel il applique les vers suivants de Virgile. Plusieurs de nos lecteurs seront sans doute disposés à prendre cela pour une licence poétique:

*«Ac veluti in populo quum soepe coorta est
Seditio, soevit que animis ignobile vulgus;
Jamque faces et saxa volant; furor arma ministrat:
Tum pietate gravem ac meritis si fortè virum quem
Conspexere, silent, arrectis que auribus adstant;
Ille regit distis animos, et pectora mulset.»*

Le rédacteur de cet article du journal tory, avant d'examiner l'écrit de M. de Girardin, s'est livré à une foule de considérations tout à fait étrangères à l'éducation, et d'une nature entièrement politique. Entre autres choses, il s'occupe beaucoup de l'Algérie, et assure qu'il a vu sans jalousie l'occupation définitive de ce pays par les français. Peut-être est-il sincère, mais ne pourrait-on pas soupçonner que cette généreuse tolérance de sa part tient à la conviction que jamais la France ne pourra coloniser le pays, et que ce sera pour elle une conquête onéreuse sans aucune utilité, soit pour le présent, soit dans l'avenir! Ce qui nous porte à croire cette supposition bien fondée, c'est le langage de l'analyste trimestriel. Dans son effusion de bienveillance, il consentirait même, dit-il, à voir la France étendre sa prépondérance dans le midi, quand même cela aurait pour résultat de rendre la Méditerranée un *lac français*; car, ajoute-t-il, la France aurait alors l'opportunité de verser en Afrique les flots de son ardente lave. Cette lave sont les jeunes guerriers destinés à périr en partie, soit par les maladies, soit par le fer des Arabes, et l'analyste y voit une compensation suffisante pour les autres nations de l'Europe. Il est impossible qu'il ait en vue les perturbateurs, attendu que le nombre de ceux mis en jugement depuis dix ans ne dépasse pas deux ou trois cents. Dans la suite du même paragraphe, notre auteur remarque *avec douleur* que le climat de l'Algérie est insa-

lubre, que les troupes détestent ce service, que les Français ont rarement réussi à établir des colonies sur une grande échelle, et finit, en manifestant l'opinion qu'en cas même d'une pleine réussite dans la colonisation de l'Algérie, la possession de cette contrée n'offrirait pas une issue suffisante à l'effervescente population et à l'activité comprimée de la nation. Cela veut dire en langage clair et sans figure, que la possession de l'Algérie n'affaiblira pas assez la France pour cesser de la rendre redoutable à l'Angleterre.

Le paragraphe suivant mérite d'être cité; il contient quelques vérités mêlées à de perfides insinuations.

«Quelle nation les Français seraient-ils devenus si, à ne compter que du règne de Louis XIV, la France avait seulement employé la dixième partie de l'énergie et des sommes qu'elle a gaspillées en troublant la paix chez ses voisins, et à faire des conquêtes qui lui ont toujours été arrachées, si, au lieu de cela, elle avait songé à l'amélioration intérieure de ses provinces, à ce développement des ressources naturelles dans des entreprises industrielles qui l'auraient enrichie, et à faire avancer le peuple dans les voies de la véritable civilisation! Que ne serait la France, même à présent, si elle savait tirer parti de ses avantages naturels, et au lieu de se traîner à une si grande distance en arrière, nous ne dirions pas de la prospérité agricole de notre territoire moins étendu, mais en arrière d'une grande partie de l'Allemagne; si, nous répétons, la France parvenait à pousser la production de son sol au plus haut degré, à établir des voies de communication libres et peu dispendieuses entre ses provinces les plus éloignées, mettant ainsi les produits de ses vignes et ceux de ses champs à la portée des consommateurs! Si au lieu de concentrer toute sa civilisation artificielle et trop raffinée sur un seul point, elle la disséminait sur tout son territoire, elle n'offrirait plus la singulière anomalie d'une capitale qui peut rivaliser avec toutes les villes de l'Europe en splendeur, dans les arts, les sciences, formant un contraste choquant avec des provinces où le voyageur le moins attentif aperçoit combien la culture du sol et l'exploitation des ressources commerciales y sont arriérées; ce pays cesserait bientôt d'être *Paris entouré d'un domaine tributaire*, et deviendrait, en réalité, la *France*, dont la noble capitale servirait de résidence à son roi et à la législature.»

On dirait que l'Angleterre n'a jamais troublé la paix en Europe, et que toutes les guerres qu'elle a suscitées à la France ont été dictées par la justice! Le fait est qu'elle a été plus heureuse que la France, et qu'en gardant toutes ses conquêtes et toutes ses usurpations, elle a été mieux gouvernée, mieux administrée, et que les intérêts de l'agriculture, des manufactures et du commerce n'ont cessé d'être l'objet de la sollicitude de son gouvernement. L'Angleterre jouit depuis deux siècles de la liberté civile, de la liberté de la presse; ses citoyens peuvent circuler librement, sortir et entrer dans le royaume; ils peuvent s'assembler, discuter les questions d'intérêt général et publier le résultat de leurs dis-

cussions: en un mot, les anglais n'ont pas seulement des droits sur papier, ils en possèdent les garanties; leur agriculture, leur industrie et leur commerce sont protégés de la manière la plus efficace. Telles sont les sources de la prospérité nationale qui ont jusqu'à un certain point balancé les funestes effets des privilèges de l'aristocratie territoriale. Tout cela a manqué à la France, et de plus, elle a eu à combattre depuis Louis XIV, et à plus d'une reprise, l'Europe entière, soudoyée et encouragée par l'Angleterre, dont la position insulaire l'a seule garantie de catastrophes pareilles à celles que la France a subies. Sans doute on s'occupe trop de Paris et trop peu des départements; mais cette faute, il en est une bien plus grave, c'est la manie traditionnelle en France de tout confier au gouvernement et d'attendre de lui l'impulsion à toute amélioration. Chez nous, on gouverne trop pour pouvoir bien gouverner. En Angleterre, la main du gouvernement se fait peu sentir, et les grandes merveilles de l'industrie sont l'ouvrage de la nation et non des ministres. Là, rien ne gêne la production, la circulation des produits et l'industrie des particuliers; en France, tout est entraves, monopole, privilège, et il faut que la nation soit douée d'une rare énergie, pour être parvenue, en dépit de tant d'obstacles, à un si haut degré de perfection manufacturière; mais il est impossible de soutenir la lutte avec l'esprit de fiscalité et un système d'impôts ruineux et des tarifs de douanes mal combinés. De plus, le défaut de connaissances pratiques en fait d'agriculture, d'industrie et de commerce est malheureusement trop réel en France; mais ce n'est point des écoles universitaires que sortiront ces connaissances. En Angleterre, l'agriculture et les arts avaient fait d'immenses progrès longtemps avant qu'il y eût des professeurs chargés de les enseigner; et en France même la plupart des chefs de fabriques n'ont point puisé dans des cours spéciaux les connaissances nécessaires à la conduite de leurs entreprises. Oberkampf, Jacquart et une foule d'autres illustres manufacturiers étaient dans le même cas, et les plus grands agronomes de l'Europe ont été leurs propres maîtres. Revenant à l'enseignement des arts utiles, nous soutenons que l'agriculture ne peut être enseignée qu'aux champs, et les arts dans les ateliers, comme la médecine et la chirurgie ne s'apprennent que dans les hôpitaux, la navigation à bord des vaisseaux, et la guerre dans les camps. L'instruction théorique en France l'emporte de beaucoup sur la pratique, au grand détriment des élèves et de la nation. Les hautes études en France sont un objet d'ostentation plutôt que d'utilité, et la plupart des élèves les plus distingués qui survivent à l'excès des travaux dont on les accable ne tardent pas à oublier en grande partie ce qu'ils ont si laborieusement appris, si la pratique ne vient pas les affermir dans la théorie. En résumé, l'instruction primaire est trop faible et les hautes études mathématiques sont poussées trop loin en théorie sans être appliquées à la pratique: ce n'est que dans l'enseignement des sciences naturelles et de la médecine qu'on trouve matière à éloges. Il faut aussi

ajouter que les écoles des arts et métiers, les instituts agricoles et quelques autres institutions spéciales promettent d'excellents résultats. Quant à la faculté des lettres, la routine continue à y dominer; les livres élémentaires sont mal choisis, les classiques y sont morcelés; l'histoire y est enseignée de manière à égarer la jeunesse plutôt qu'à l'instruire et à diriger ses études futures. Pour la philosophie, c'est une affaire de mode; en ce moment, c'est le platonisme germanisé qui domine, grâce à l'éclectique M. Cousin; bientôt il fera place à quelque autre système aussi chimérique; car, en fait de métaphysique, le monde ne cesse de tourner autour du même point depuis les doctrines hermétiques et brahmaniques jusqu'à l'école écossaise et à celle de Kant. C'est à la physiologie seule qu'on peut demander des faits nouveaux qui puissent nous éclairer sur les mystérieux phénomènes de l'entendement. Mais dans l'état où se trouve la philosophie abstraite ou psychologique, elle ne devrait pas faire partie de l'enseignement, car, outre le temps que ce cours fait perdre aux élèves, cette étude de mots vides des sens, et de formules, dont les principaux éléments sont négatifs, n'est propre qu'à égarer l'esprit de la jeunesse et la détourner des recherches positives et des sciences d'observation, pour la lancer dans un monde d'entéléchies, hors de la portée de l'entendement humain. Il est déjà sorti de ces écoles du néo-platonisme, base du kantisme, de nombreux enthousiastes fanatiques, qui cherchent le type de la réforme sociale, non dans le monde réel, mais dans la région des abstractions. L'étude des facultés intellectuelles doit, à notre avis, être réservée à l'âge mûr; ce n'est qu'après de profondes connaissances acquises dans les sciences médicales et la zoologie qu'on peut chercher à saisir les rapports de l'intelligence et de l'instinct avec la nature inorganique.

Une grande amélioration a été introduite récemment dans l'enseignement; c'est l'étude des langues anglaise et allemande: nous ne pouvons en dire autant de celle du chant dans des écoles d'enseignement mutuel. Cela est sans utilité et peut nuire beaucoup à la classe laborieuse destinée à exercer les arts utiles; et de la manière dont on s'y prend, loin d'en faire des pépinières de chanteurs, on n'aura réussi qu'à gâter les belles voix et à pervertir le goût naturel des enfants sensibles aux charmes de la mélodie. Parmi les perfectionnements que l'éducation a reçus en France depuis vingt ans, il ne faut pas oublier la gymnastique, dont l'introduction est due à l'estimable Espagnol, le colonel Amoros.

Une dernière remarque relative, non à l'analyste, mais à l'écrivain français, nous semble digne d'attention; elle nous est suggérée par ce qui se passe actuellement en France dans l'organisation de l'enseignement primaire et secondaire. Quand on considère combien l'étude des langues mortes a été simplifiée par plusieurs savants français et étrangers depuis cinquante ans, et qu'on voit subsister dans les collèges universitaires de France l'antique et pédantesque routinisme qui fait perdre tant d'années à l'étude du latin et du grec, et cela après une révolution

qui paraissait devoir opérer une réforme radicale dans toutes les branches de l'enseignement, on doit convenir des difficultés presque insurmontables qui s'opposent à toute innovation importante en fait d'instruction élémentaire: les vieux préjugés, les vieilles habitudes sont trop enracinés chez les anciens professeurs. Aussi avons-nous vu échouer tous les efforts des illustres fondateurs de l'École normale, pour réformer les études scientifiques et historiques. La création du corps universitaire par Napoléon est venue retarder d'un demi-siècle la réforme qu'exige l'instruction publique, et dont le principe doit être de donner à la jeunesse dans le moins de temps possible les connaissances indispensables pour la diriger dans ses études futures et dans leur application à la pratique. Il ne s'agit pas de faire apprendre beaucoup de choses aux enfants ni d'en faire des petits prodiges de savoir pour briller dans une séance publique; il s'agit de leur apprendre à étudier en leur faisant connaître l'utilité des connaissances et leur application. Dans le système actuel, c'est à leur mémoire seule qu'on s'adresse, sans presque songer au développement de l'intelligence; et la mémoire ainsi fatiguée par des mots et des faits dépourvus d'intérêt pour des enfants et des adolescents, s'épuise au lieu de se fortifier: c'est en montrant à l'élève la liaison des pensées qu'on exercera sa mnémonique. Aussi, le latin et le grec qui ont fait le tourment de la jeunesse sont-ils bientôt oubliés par les quatre cinquièmes des élèves, de l'esprit desquels s'effacent en même temps les lambeaux d'histoire et de géographie qu'ils ont machinalement appris par coeur. Tout cela est d'accord avec les vues de l'Université, mais en opposition directe avec l'intérêt de la société.

Comment donc se flatter de réformer les vices de la génération actuelle, en corrigeant les abus du système d'éducation et d'enseignement! Cette réforme se prépare lentement dans l'opinion publique, mais elle ne se réalisera que lorsque l'enseignement sera débarrassé des entraves du monopole, qui, sous prétexte de diriger, de surveiller, ne fait que retarder les progrès de la branche la plus importante des institutions sociales: - une bonne éducation nationale, libre, indépendante, surveillée et contrôlée dans l'intérêt de tous et non dans celui d'une corporation privilégiée. Jusque là il faut se contenter de légères améliorations, et les encourager autant que possible, quels qu'en soient les auteurs.

DU BUDGET ET DE LA DISSOLUTION DU PARLEMENT^a

Sous ce titre, le *Quarterly Review* du mois de juin 1841 passe en revue la conduite du ministère Melbourne, et les mesures proposées par lords John Russel et Palmerston pour remédier au désordre des finances en augmentant le revenu par la diminution des droits d'entrée sur plusieurs articles de consommation générale, et en cherchant à assurer le bas prix du pain par la substitution d'un droit fixe de 8 sh. sur le quarter de blé étranger, au lieu du droit variable et proportionnel qui règle l'introduction des céréales depuis douze ans. Le rédacteur examine aussi les opinions de M. McCulloch sur cette matière, et compare celles professées naguère par lord John Russel avec celles qu'il met en avant aujourd'hui.

L'article dont nous allons offrir l'analyse est marqué au coin du torysm, et dirigé contre le ministère. Malgré l'esprit de parti qui caractérise cette virulente attaque, il faut pourtant reconnaître un grand fond de vérité dans les accusations portées contre le cabinet de Melbourne, et des raisonnements très solides relatifs aux mesures proposées comme des remèdes efficaces dont l'opération doit combler le déficit croissant, et ouvrir de nouveaux débouchés aux manufactures anglaises, en procurant aux classes laborieuses du pain et du sucre à bas prix. L'auteur de cet article a beau jeu contre ses adversaires, et leur rappelle d'une manière victorieuse les opinions diamétralement opposées qu'ils ont naguère émises sur cette importante question. Il est, en effet, impossible de réfuter d'avance les arguments de lord J. Russel avec plus de force qu'il ne l'a fait lui-même dans son *Essai sur le gouvernement et la constitution britanniques*. Ces contradictions sont fréquentes parmi les hommes d'État; et, malgré la partialité du rédacteur, nous partageons l'opinion émise par lui, que les ministres ont été entraînés par l'envie de conserver le pouvoir, en faisant un appel aux passions des électeurs, et s'appuyant de doctrines théoriques plus ou moins fausses.

Il serait toutefois injuste d'attribuer l'état financier de la Grande-Bretagne aux seules fautes du cabinet. Le déficit croissant depuis six ans, et qui, en 1842, s'élèvera au-delà de 7.590.000 l. st., tient à des causes étrangères aux actes ministériels. Ce déficit, d'après les énormes dépenses faites dans le cours de 1841, et de celles indispensables pour 1842, doit empirer notablement la situation de l'Angleterre. L'auteur de l'article combat avec avantage les moyens proposés par les whigs et les économistes, qui ne cessent de prêcher la liberté du commerce. Il est fâcheux que les tories, à leur tour, tout en admettant l'état critique de la

^a N° 3, Art. IV, Settembre 1841, pp. 185-196.

nation, ne proposent aucun moyen héroïque de faire cesser le mal. Que deviendra donc le peuple anglais, livré à deux partis parlementaires dont aucun n'est assez puissant pour adopter et exécuter d'une main ferme un système propre à satisfaire aux besoins des classes industrieuses, dont la souffrance donne chaque jour une nouvelle force au parti radical? Les radicaux, éclairés sur les vices de l'organisation sociale, ne voient de salut que dans une révolution dirigée contre l'aristocratie foncière et contre la hiérarchie de l'Église anglicane. Ces deux aristocraties connaissent le danger qui les menace; mais elles répugnent, comme cela a invariablement eu lieu de tout temps, à faire des concessions capables d'éloigner le danger. Elles ont facilement raison contre les whigs, qui se trouvent dans la plus fautive des positions, n'ayant d'autre but que de leurrer les radicaux et les Irlandais, pour qu'ils les soutiennent contre la faction tory, dont les whigs ne sont qu'une fraction.

L'analyste examine d'abord les principes absolus des économistes, et surtout ceux de McCulloch, et n'a pas de peine à démontrer la nécessité de droits protecteurs de la production agricole, aussi bien que des produits manufacturés, sous le double rapport de la prospérité nationale et de la sûreté de l'état. Il invoque l'autorité même d'Adam Smith, qui reconnaît la nécessité de restrictions aux principes de la liberté absolue du commerce, qui ne sont vrais qu'en théorie, et qui doivent être modifiés d'après les facultés de chaque pays et des considérations de sûreté publique. En rapportant des passages d'un discours de lord Palmerston, où ce ministre avoue qu'il a été impossible de convaincre les cabinets étrangers que la prospérité de la Grande-Bretagne, bien loin d'être l'effet de droits protecteurs, s'était développée en dépit de ces droits, l'analyste fait la remarque suivante, aussi juste que spirituelle.

«Si nous n'avons atteint notre suprématie qu'en dépit de notre système, pourquoi le bon sens de toutes les autres nations ne leur fait-il pas voir que, au lieu de perpétuer leur infériorité en nous imitant, elles pourraient nous devancer dans la carrière, en adoptant simplement une marche contraire, sous la direction habile et l'autorité du professeur Palmerston? Nous aimerions mieux, à vrai dire, voir l'expérience commencer dans les États où les nouvelles lumières de la philosophie brillent avec tant d'éclat, - en France ou en Belgique, par exemple, - *Nous nous trouvons assez bien comme nous sommes, et nous ne pouvons songer qu'avec une certaine terreur à la célèbre apostrophe italienne: Stava benne; per star meglio sto qui! J'étais bien; j'ai voulu être mieux: me voici!* En face de questions de commerce surtout, une once d'expérience vaut mieux qu'une tonne de théorie.»

Ayant établi ces principes généraux par des arguments et des faits irrésistibles, l'analyste examine ensuite en détail les effets qu'aurait sur la richesse, la prospérité et la puissance de la Grande-Bretagne et de

ses possessions, la baisse des droits d'entrée sur les sucres du Brésil et de Cuba, sur les bois de construction, et fini par discuter la question d'un droit fixe sur les céréales. Nous allons résumer ses arguments.

L'admission des sucres étrangers ruinerait la Jamaïque, et celle des bois du Nord serait funeste au Canada; l'une et l'autre porteraient un coup irréparable à notre marine, seule sauvegarde de l'Angleterre. La Jamaïque et le Canada sont des sources de richesses pour les colons, et indirectement pour l'État; mais, sous un point de vue strictement national, ces deux colonies sont plutôt l'occasion de dépenses et d'alarmes pour la mère-patrie; car elles n'envoient rien directement au trésor public, et, exposées par leur position à la puissance de la nation qu'en créant et favorisant une nombreuse pépinière de marins. Sous un point de vue purement commercial, l'indépendance des provinces américaines a été plus profitable que si elles s'étaient conservées dans la condition de colonies; mais, d'un autre côté, cette séparation a causé la diminution de notre puissance maritime, et élevé une rivale dangereuse. Le bois de construction est le seul article important d'exportation du Canada, et la ruine de ce commerce serait le signal de l'indépendance de cette colonie, convoitée par les États-Unis, et véritable objet de la question des limites de l'État du Maine. Le résultat de l'admission des sucres de Cuba et du Brésil aurait infailliblement pour résultat d'encourager la traite des nègres, en réduisant les îles à esclaves libres à la dernière détresse, après leur avoir prodigué vingt millions sterling pour prix de l'affranchissement des esclaves. Par cette politique désastreuse, on ruinerait les colonies, pour avoir pendant quelques années le sucre à meilleur marché!

La question des céréales est d'une importance majeure, car elle entraîne celle de la subsistance du peuple. Le droit fixe de 8 sh. par *quarter* empirerait la condition des consommateurs, sans contribuer à établir un prix invariable. D'ailleurs, quelle que soit la cause du bas prix du pain, ce prix réglerait celui des salaires, qui baisseront dans la même proportion. Les ouvriers et manufacturiers n'y gagneraient rien; car, en supposant même un surcroît d'extension de l'industrie, cela ne ferait qu'attirer de nouveaux bras en réduisant le taux des salaires. Nous craignons qu'une augmentation de la production manufacturière, quelque profitable qu'elle puisse être pour les capitalistes et les propriétaires des fabriques, *n'entraîne un surcroît de misère pour le pauvre ouvrier.*

Nous nous arrêtons un moment sur cet important aveu, qui met dans le plus grand jour le vice fondamental du système de production manufacturière rapidement progressive et excité par des moyens extraordinaires. Si la production s'arrête, faute de débouchés suffisants, la richesse nationale est en souffrance, les entrepreneurs et les capitalistes éprouvent de grandes pertes, et les ouvriers, faute d'emploi, sont réduits à la mendicité. Si au contraire, un élan subit et rapide est donné aux manufactures, tout le profit est pour les riches, et le malheureux ouvrier n'y a

point de part. C'est ce système entièrement contraire aux intérêts des instruments intelligents de la production, qui doit infailliblement conduire à la ruine des exploiters des classes laborieuses. Il est impossible qu'un peuple qui s'éclaire chaque jour davantage sur ses droits et sur les vices de l'organisation actuelle anti-sociale, consente à travailler pour enrichir ses oppresseurs, résigné à ne jamais sortir d'une condition plus misérable et plus précaire que celle des nègres esclaves. Sans doute les whigs n'ont proposé pour remédier au mal que des palliatifs inefficaces; mais les tories n'osent même rien concevoir dans le but d'empêcher la ruine progressive des ouvriers. L'origine du mal tient principalement à l'énorme accumulation des capitaux, à la nécessité et à la facilité de les employer avec fruit, en forçant la consommation par la baisse des prix opérée en grande partie au moyen des machines. Dans cet état de choses, le capitaliste s'enrichit, et de tous les instruments animés de production, l'homme est le plus malheureux. Rien n'assure sa subsistance dans le temps de stagnation, et jamais son salaire ne s'élève assez haut pour lui permettre de faire des économies. Il n'en était pas ainsi avant l'époque où le papier circulant multiplia le crédit, et porta l'industrie en peu d'années à un degré vraiment gigantesque pendant la guerre contre la république française, par suite de la ruine de l'industrie continentale. Avant la guerre d'Amérique, et même jusqu'en 1791, l'industrie manufacturière croissait régulièrement à mesure qu'elle trouvait des débouchés; l'ouvrier était bien retribué et les entrepreneurs prospéraient. Mais dès que le crédit et les perfectionnements mécaniques imprimèrent une impulsion inouïe et soudaine à l'industrie, elle n'avança plus que par bonds, au hasard, sans mesure, sans calcul; on finit par croire qu'il suffisait de produire pour trouver des consommateurs, et plusieurs enthousiastes irréfléchis d'Adam Smith ont poussé l'absurdité jusqu'à proclamer qu'*on ne saurait trop produire*. En France, les progrès des manufactures, beaucoup plus lents qu'en Angleterre, n'ont pas produit les mêmes inconvénients: les ouvriers en manufactures sont loin d'être malheureux, et les entrepreneurs les traitent avec beaucoup plus d'équité qu'en Angleterre. Il en est de même aux États-Unis.

Reprenons notre analyse. Le système actuel des droits proportionnels sur les blés étrangers, est en opération depuis douze ans, pendant lesquels, d'après McCulloch, l'importation s'est élevée à 9.300.000 *quarters*, sur lesquels la totalité des droits a été de 2.670.000 liv. sterl., donnant une moyenne de 5 sh. 9 d. par *quarter*; or, si le droit fixe de 8 sh. eût existé, la nation aurait payé le blé 40% plus cher. Ce droit fixe ne saurait donc faire maintenir le pain à bas prix. *Dans les années d'abondance, ce droit RUINERAIT LES FERMIERS; dans les années de disette, IL FERAIT MOURIR DE FAIM LES ARTISANS.*

Le cultivateur anglais, surchargé d'impôts, a besoin de vendre son blé à un prix supérieur à celui importé de Pologne, et pour qu'il pût entrer en concurrence avec les céréales de l'étranger, il faudrait qu'il ne

payât ni la dîme, ni la taxe des pauvres; mais dans l'état actuel des choses, la suppression des droits protecteurs aurait pour effet immédiat de faire abandonner la culture de plus de deux millions d'acres de terre, d'après le calcul le plus modéré, qui est celui de lord Charles Fox Russel, frère du ministre. M. Brougham, en 1820, estimait le nombre des terres dont on abandonnerait la culture, à 7 ou 8 millions d'acres. Or, en nous tenant à l'estimation de sir C.F. Russel, n'est-il pas évident que cette perte pour l'agriculture ne peut être compensée par la différence dans le prix du blé. En supposant l'économie annuelle d'un tiers sur quatre millions de quarts, importés, et valant 12 millions sterlings, l'économie serait de 4.000.000 livres sterlings, ce qui revient à 2 sh. annuels par tête. La nation perdrait un revenu de 12 millions sterlings, et elle verrait une grande partie de sa population agricole forcée à s'expatrier ou à mourir de faim, car le laboureur ne peut à volonté devenir artisan. Les ministres et leurs amis les économistes, prétendent qu'en admettant les blés étrangers, on obtiendra une consommation proportionnelle des produits de l'industrie anglaise. C'est encore une illusion démentie par les faits et la raison. En effet, en jetant un coup d'œil sur les importations de blé de l'Allemagne et de la Prusse, de 1827 jusqu'en 1839, et les comparant aux exportations anglaises dans ces deux pays, on ne trouve entre elles aucun rapport régulier. Sans doute l'importation d'une si forte valeur en blé doit favoriser dans les pays d'où on le tire, la consommation des marchandises anglaises; mais cela ne saurait compenser la diminution de la consommation nationale. D'ailleurs, l'Allemagne et la Prusse sont des pays où l'industrie manufacturière fait des progrès soutenus. Et quant à la Pologne, ce grenier du nord, les serfs qui cultivent le blé pour leurs seigneurs ne sortent point de l'état misérable dans lequel ils croupissent depuis tant de siècles. Ces producteurs de blé travaillent comme les ouvriers manufacturiers en Angleterre, pour enrichir une aristocratie peu nombreuse, sans jamais acquérir les moyens de se procurer quelque aisance. En un mot, le besoin d'une denrée alimentaire ne suffit pas pour déterminer chez les producteurs une consommation équivalente. Cette proportion ne s'établit d'une manière régulière que dans l'intérieur d'un pays.

L'auteur de l'article du *Quarterly Review*, dit fort peu de choses au sujet de l'admission du sucre étranger avec des droits inférieurs à ceux qu'il paie maintenant, celui des îles anglaises étant toujours favorisé. Cette mesure assurerait non seulement une grande augmentation du revenu, en donnant lieu à une consommation double ou triple d'un article de première nécessité pour le peuple anglais; mais elle ne pourrait nuire à la prospérité de la Jamaïque et des autres îles d'Amérique.

Tout considéré, les finances de l'Angleterre ne peuvent marcher sans de nouveaux impôts, et certes, ceux qui augmentent le revenu en baissant le prix des denrées d'une consommation générale sont préférables à tous les autres. Relativement au sucre, les droits actuels sont un

sacrifice par toute la nation aux intérêts d'un petit nombre de planteurs, dont l'avenir est très incertain. Pour ce qui regarde la navigation, l'Angleterre n'éprouverait aucune perte, car c'est sur ses propres navires qu'elle ferait le commerce de Cuba et du Brésil. La question des blés offre de bien plus grandes difficultés, et nous verrons comment sir Robert Peel s'y prendra pour concilier l'intérêt du grand nombre avec celui des fermiers.

L'article se termine par un appel virulent à toutes les classes de la nation, qu'on cherche à irriter contre les whigs en les chargeant d'une foule d'accusations absurdes, puériles et de mauvaise foi, dont quelques-unes montrent peu de respect pour la reine. Croirait-on qu'on fait un crime à lord Melbourne d'avoir présenté Robert Owen à la reine et d'avoir ainsi souillé la *présence virginale de la reine* par les abominables doctrines de cet homme. En définitive, nous ne pouvons que nous rejouir de la guerre acharnée que se font les deux partis de l'aristocratie: leurs querelles sont de gage de l'affranchissement prochain de la nation qu'ils corrompent pour mieux opprimer. Les fureurs des Tories aux dernières élections et la monstrueuse corruption des électeurs, doit convaincre le peuple anglais de la nécessité de renverser la puissance de ces orgueilleux et insolents patriciens.

Dans la numéro suivant, nous examinerons les articles de la *Revue d'Edimbourg* et de celle de Westminster sur le même sujet.

DE LA DÉTRESSE ACTUELLE EN ANGLETERRE, ET DE SES CAUSES^a

Les discussions qui ont précédé la récente dissolution du Parlement, relativement aux souffrances des classes laborieuses, à la diminution du revenu et aux moyens de remédier à ses maux, ont fourni à la *Revue d'Edimbourg* et à celle de Westminster plusieurs articles qui méritent une attention particulière. Nous commencerons par emprunter à la première l'exposé de la condition misérable de la population qui vit de son travail manuel; nous examinerons ensuite les causes auxquelles cet état de détresse est attribué par les whigs, et les remèdes qu'ils proposent pour y remédier. Enfin, remontant aux sources du mal, nous tâcherons de faire voir qu'il tient aux bases même sur lesquelles repose l'état social de la nation britannique, et que des remèdes radicaux peuvent seuls sauver ce pays d'une ruine imminente, vers laquelle il est entraîné par les mêmes causes qui lui ont jusqu'ici assuré d'immenses richesses et la prépondérance sur tous les peuples industriels. C'est un spectacle digne de la plus sérieuse attention que celui d'une nation chez laquelle, à mesure que la production s'est accrue et que les capitaux se sont accumulés en peu de mains, les classes laborieuses, loin de profiter de cette richesse croissante, fruit de leur travail, se trouvent de jour en jour plus misérable. Il faut que la cause du mal soit bien profonde; car tous les remèdes proposés jusqu'ici sont évidemment insuffisants. Ce n'est qu'en sacrifiant les intérêts d'une classe de producteurs à ceux d'une autre, qu'on se flatte de rétablir un équilibre salubre; mais il nous sera facile de montrer que c'est là un espoir tout-à-fait décevant, dont le seul effet sera de déplacer pour un temps le mal sans le guérir, et en l'aggravant. Écoutons le rédacteur de la *Revue*.

L'histoire et l'avenir de l'industrie manufacturière de la Grande-Bretagne ont, depuis longtemps excité dans tous les esprits réfléchis, un mélange de sentiments agréables et douloureux, de fierté et de regret, de satisfaction et d'inquiétude. Nous avons porté la valeur de l'industrie britannique fort au-delà de la valeur de celle d'aucune autre nation européenne. Nous avons accumulé un capital supérieur en lui-même, et relativement à notre population, à celui d'une nation quelconque sur le globe, et même d'un peuple quelconque dont l'histoire fasse mention. Quoique ayant à lutter contre un mauvais climat et un sol médiocrement fertile, notre industrie et notre capital ont donné à

^a N° 4, Art. II, Outubro 1841, pp. 246-281.

notre sol une valeur qui surpasse celle de tout autre territoire d'une égale étendue. Dans aucune autre contrée de l'Europe, la somme totale des salaires n'est plus forte par rapport au nombre total des travailleurs; nulle part la somme totale des profits, relativement à sa population, et celle des fermages, relativement à la totalité des terrains cultivés, s'élèvent aussi haut qu'en Angleterre. Dans l'acquisition de la richesse, nous avons réussi au-delà des rêves de l'avarice, et notre succès n'a pas été obtenu par le sacrifice des jouissances présentes. Nous ne sommes pas devenus riches à force de parcimonie. Les Anglais qui forment le gros de la population de la Grande-Bretagne, ne sont point un peuple économe. Dans toutes les professions, dans toutes les rangs, parmi les laboureurs, les artisans, les boutiquiers, les capitalistes et les propriétaires, on voit une tendance au luxe et à la consommation de la richesse inconnue sur le Continent. Le gouvernement est encore plus extravagant que ses sujets, et cela au point que nous présentons le bizarre spectacle d'une nation qui a rapidement acquis d'énormes richesses, pendant que l'État et le peuple dépensaient avec profusion.

Cependant, nous avons fait des sacrifices, et de très importants, qui affectent, non seulement notre bonheur présent, mais qui menacent, dans un temps peu éloigné, de compromettre notre bien-être futur. Nous avons de plus diminué les avantages de notre position, aggravé les difficultés qui en sont la suite inévitable, et décuplé ses dangers par de fausses mesures législatives que nous commençons enfin à rectifier. Il faut espérer qu'il n'est pas encore trop tard.

L'analyste se livre ensuite à l'examen des causes de ces dangers, et des difficultés que présente l'état actuel du pays, et croit les trouver dans la condition de la population laborieuse de l'Angleterre, comparée à celle de l'Europe continentale. Il poursuit ainsi:

« Dans toutes les autres contrées de l'Europe, et même du monde civilisé, la masse de la population libre se compose d'occupants ou de propriétaires du sol, se livrant en partie à en tirer des aliments pour sa subsistance, et en partie à la fabrication de tissus grossiers pour leur usage. La cabane du paysan français ou allemand est une habitation bien inférieure à celle du laboureur anglais, mais elle est à lui. Il se nourrit de végétaux de qualité médiocre, et de pain dont ne voudrait point un mendiant anglais; mais c'est son jardin ou son champ qui les lui fournit. Ses vêtements sont grossiers; mais peut-être son linge est-il fait du lin récolté, filé et tissé chez lui, et la laine de ses habits, est souvent le produit de ses propres moutons. Le paysan français ou allemand n'est pas un travailleur habile et diligent, mais il travaille assidûment; il ne fait rien en perfection, mais il fait beaucoup de choses passablement. Son travail et son adresse se répandent, au lieu d'être concentrés comme chez les Anglais. Une telle population peut être mal nourrie, mal vêtue et mal logée, mais du moins elle est assurée de ne

point manquer d'ouvrage; elle n'a à redouter que les accidents des saisons. Une telle population ne peut manquer de contracter des habitudes d'économie et de prévoyance. Chaque chef de famille est, à un certain degré, un capitaliste. Accoutumé à faire des sacrifices actuels en vue de l'avenir, il réserve une portion de la récolte pour les semailles, et il règle la consommation journalière de l'excédant, d'après le nombre de jours d'intervalle jusqu'à la prochaine récolte. L'acte le plus imprudent, celui des mariages contractés sans prévoyance, est reprimé chez lui par plusieurs causes, au nombre desquelles il faut compter le peu de profit du travail des femmes et des enfants en bas âge, la difficulté de procurer aux nouveaux mariés une habitation et une pièce de terre, à moins qu'il ne s'en trouve de vacants par la mort d'un cultivateur, par les restrictions légales, et surtout par les habitants que ces différentes causes ont fait contracter.

Il existe presque toujours chez une telle population un grand respect pour la propriété et pour l'autorité. Chaque citoyen met un grand prix à son petit bien, et révère la loi qui la protège. Et même, lorsque la loi devient oppressive, au lieu d'être protectrice, une population agricole disséminée, n'a ni les connaissances, ni les habitudes, ni les opportunités qui lui permettraient de former des associations pour résister au pouvoir. Une pauvreté tranquille, stationnaire, indolente, mais frugale et satisfaite, ayant peu à espérer, mais encore moins à craindre; tel est l'état de la grande masse des habitants de l'Europe continentale.

Mais dans la Grande-Bretagne, et surtout en Angleterre, la très grande majorité de la population se compose de journaliers pris à gages, à la semaine ou à la journée, ne subsistant que de leurs salaires, et dépendant uniquement de la volonté de ceux qui les emploient. L'ouvrier anglais n'a point de rivaux pour l'adresse et la diligence, et c'est ce qui donne à son travail un si haut prix, quand ces admirables qualités sont bien dirigées; c'est ce qui lui procure de si fort salaires. Mais l'adresse et l'activité de chaque individu ne peuvent être employées qu'à certains ouvrages, et ne sont utiles que sous l'empire de conditions nombreuses et compliquées. L'ouvrier sur le continent peut, en général, être comparé aux outils dont il fait usage, tels que sa hache et sa bêche, instruments d'une utilité assez bornée, mais qui peuvent être employés sans le concours d'autres outils. Les ouvriers anglais, et surtout les manufacturiers, qui composent la classe la plus nombreuse chez nous, peuvent être comparés aux parties dont se composent les grandes machines dont ils dirigent les mouvements. Pris séparément, ils sont aussi inutiles qu'un simple rouage ou un rouleau; mais par leur combinaison coopérative, une centaine de familles peut produire des résultats qu'on aurait jamais pu obtenir du travail individuel d'un millier. Mais que la puissance motrice qui anime un de ces grands mécanismes vienne à cesser

d'agir, soit l'eau qui fait mouvoir les roues, soit le capital qui fournit à la dépense, à l'instant toutes les parties du mécanisme privées de leur soutien mutuel, perdent leur valeur. Le mécanisme n'est plus que de la vieille ferraille, et des fileurs et les tisserands deviennent des mendians.»

L'analyste poursuit son exposé relativement aux habitudes des journaliers anglais. «Quant les salaires sont forts, ils travaillent moins d'heures, et sont mieux logés; s'il leur reste un excédant, les femmes le dépensent en toilette, et les hommes en boissons et bonne chère. Quand les salaires baissent, l'ouvrier cherche à augmenter son gain en travaillant avec plus d'assiduité, et en économisant sur le loyer de sa demeure, sur son habillement, sur le chauffage, et enfin sur sa nourriture. Quand il ne gagne pas assez pour vivre, il a recours à la paroisse.

Les entrepreneurs de manufactures comptent, non seulement sur une prospérité soutenue, mais sur une prospérité constamment progressive. Qu'arrivera-t-il donc si les débouchés pour les produits manufacturés de l'Angleterre viennent à manquer, si les travailleurs surabondent, tandis que l'ouvrage manque, et rend de jour en jour leur condition plus précaire, si plusieurs établissements suspendent leurs travaux, si d'autres ne travaillent que trois jours par semaine, si une famille qui gagnait 40 shil. par semaine se trouve réduite à 9 ou 10 sans perspective d'amélioration! Dans un tel état de choses, à quoi faut-il s'attendre de la part de ces infortunés? Est-il probable qu'ils regarderont leurs souffrances comme de simples calamités, et non comme des torts de la société envers eux? Et s'ils les regardent comme tels, est-il dans leurs habitudes de les supporter avec résignation, et ne seront-ils pas plutôt portés à tenter d'en obtenir la réparation ou à résister? Et s'ils se lassent enfin de souffrir avec patience, n'y a-t-il rien à craindre de leur désespoir?»

A ces questions, l'analyste ne voit que des réponses alarmantes. Il s'en prend au gouvernement, qu'il accuse d'avoir amené cet état de choses par une suite de fausses mesures. Écoutons son accusation.

«Depuis des siècles, le gouvernement s'est efforcé d'entraver l'industrie nationale en lui donnant une fausse direction. Au lieu de se borner à son véritable devoir de protéger ses sujets contre la violence et la fraude des étrangers et des nationaux, il s'est évertué à enrichir certaines classes. Il leur a prescrit ce qu'on doit acheter, et dans quels marchés il faut se pourvoir. Il a considéré toute la masse des consommateurs comme une proie qui doit être sacrifiée à toute classe ou section de l'État qui demande à jouir d'un monopole. Et quand une de ces classes s'est plaint des privilèges accordés à un autre, il l'a apaisée en lui permettant de s'en dédommager aux dépens du public. Dans le but de favoriser la classe engagée dans l'exportation des marchandises aux colonies, il interdit ou restreint le trafic direct entre les colons et

les pays étrangers; et pour engager les colonies à se soumettre à ces prohibitions et restrictions, il prohibe et restreint l'importation dans les ports de la Grande-Bretagne des denrées coloniales de l'étranger, au détriment du public qui souffre, d'abord parce qu'il se trouve borné au marché des colonies britanniques, et en second lieu par l'état languissant de ces colonies, par suite des restrictions à leur commerce, qui rendent encore ce marché plus défavorable. Pour favoriser les Canadiens et les propriétaires de quelques vieux navires qui ne sont propres qu'au transport des bois, il met des droits de 100 à 500 pour cent sur le meilleur bois de construction étranger, parce que c'est aussi le moins cher; droits qui, bien loin d'être productifs pour le fisc, nuisent au revenu. Pour compenser les propriétaires de navires des 15 pour cent dont il charge ainsi les constructions navales, il impose des droits plus forts sur les mêmes articles importés par des navires étrangers. Pour favoriser le tanneur anglais, il assujettit les peaux tannées de l'étranger à un droit prohibitif, et il achète le silence des manufacturiers qui emploient le cuir, en imposant des droits prohibitifs sur presque tous les articles étrangers dans lesquels entre cet article. Mais ceux que les législateurs ont plus spécialement favorisés sont les propriétaires fonciers, classe à laquelle ils appartiennent eux-mêmes. Ils ont prohihé l'importation des bœufs, des moutons, des porcs, de la viande de toute espèce, et ont mis des droits tels sur les céréales, qu'ils élèvent le prix du pain, terme moyen, de 20 pour cent. Tout cela paralyse notre commerce, transforme nos acheteurs en rivaux, fait baisser les salaires, et, ce qui est peut-être un plus grand mal dans un pays constitué comme le nôtre, rend l'emploi des ouvriers précaire et incertain.

Voilà de terribles accusations faites à un gouvernement que les Anglais eux-mêmes et toutes les autres nations n'ont cessé de proclamer le plus éclairé, le plus sage. L'analyste whig de la *Revue d'Edimbourg* convient lui-même de la prodigieuse richesse et de la prospérité dont jouit l'Angleterre; et c'est sous le régime qu'il taxe de ruineux que s'est opéré ce merveilleux accroissement de bien-être. Si donc les maux actuels sont l'effet de fausses mesures adoptées par le gouvernement, ils découlent nécessairement des mêmes sources que le rapide accroissement des capitaux.

L'aristocratie héréditaire, qui possède la plus grande partie du sol, a toujours protégé les intérêts de l'agriculture; et il faut convenir que, en dépit des majorats et de la trop grande concentration des propriétés foncières, l'Angleterre est le pays le mieux cultivé du globe, et la classe agricole y a joui depuis deux siècles d'un bien-être inconnu ailleurs. Remarquons encore que l'industrie manufacturière a pris son essor et atteint au plus haut degré de développement sous l'empire des lois protectrices de l'agriculture; d'où il s'ensuit que le prix du pain n'a pas nui à l'industrie, puisque les deux ont marché de pair pendant de longues

années. Il faut donc chercher ailleurs les causes de la décadence qui s'annonce déjà par effrayants indices. Le fait est que tous les partis en Angleterre, également dominés par l'esprit patriotique, cherchent à dissimuler la véritable situation de leur pays; la plupart se font illusion à cet égard, et il n'est qu'un petit nombre d'esprits supérieurs qui entrevoient l'abîme et qui osent le sonder.

La panacée à tous les maux qui affligent en ce moment la Grande-Bretagne, et qui la menacent d'un avenir effrayant, c'est, suivant M. McCulloch et les disciples d'Adam Smith, la liberté du commerce et l'adoption d'un système diamétralement opposé à celui qui a été suivi par le gouvernement depuis deux siècles. Pour tenter une telle expérience, il faut être assuré du succès; car un échec entraînerait la ruine du pays et une révolution sociale. Or, jusqu'ici, ce système ne repose que sur des hypothèses ou sur des théories vagues, et il n'existe aucun exemple d'une nation qui ait prospéré en l'adoptant. Les principes théoriques même sur lesquels se fonde cette doctrine sont loin d'être démontrés, et la plupart d'entre eux ne paraissent vrais que parce que leurs auteurs n'envisagent le sujet que sous certains aspects. Nous allons essayer de prouver notre assertion.

Le gouvernement anglais, soutenu par le vœu unanime de la nation, a cherché, par tous les moyens directs et indirects, licites et illégitimes, à favoriser l'industrie nationale et à ruiner celle de la France, en protégeant les producteurs nationaux de manière à les mettre à même d'obtenir la préférence dans tous les marchés étrangers, soit par la bonté et le bas prix des marchandises, soit par la faveur que leur ont procuré des traités de commerce. Le gouvernement anglais, non content d'avoir un marché assuré dans ses riches colonies, a cherché à étendre ses débouchés dans l'étranger. Sans doute les planteurs ont dû exiger une compensation pour le monopole que la mère-patrie exerçait envers eux; à leur tour, ils exigèrent le privilège d'approvisionner la Grande-Bretagne de sucre et de bois de construction. Certes, quand on consomme pour six millions sterling de produits manufacturés annuellement, on peut exiger une réciprocité pour l'admission avec faveur des produits coloniaux. Si on avait permis aux colons de la Jamaïque et aux Canadiens de trafiquer librement avec les nations étrangères, ces colonies n'auraient fait que de faibles progrès, car elles auraient trouvé de redoutables rivaux dans les possessions portugaises, espagnoles et françaises; et la Grande-Bretagne, trouvant à s'approvisionner de sucre au Brésil, à Cuba et ailleurs, et de bois dans le Nord, ses colonies auraient languï, sans profit pour la mère-patrie, qui n'y aurait trouvé que de faibles débouchés. Au lieu de cela, les colonies anglaises ont grandi et sont devenues, après les États-Unis, le plus fort consommateur de l'Angleterre. Nous examinerons bientôt si le temps est arrivé de leur retirer en partie la protection qui leur avait été accordée, notre but en ce moment se bornant à prouver que la Grande-

-Bretagne et ses colonies ont également prospéré sous le régime que la Revue condamne. La même chose a lieu pour les colonies françaises de Saint-Domingue, de la Martinique et de la Guadeloupe: les colons s'y sont enrichis en enrichissant la France. L'analyste semble perdre de vue un fait bien reconnu: c'est l'importance des colonies considérées comme un marché assuré et stable pour les produits de l'industrie nationale. Sans un tel débouché, il est difficile à une nation d'acquérir une grande supériorité manufacturière; la vente assurée dans des marchés coloniaux permet à l'industrie naissante d'un peuple industriel de faire des progrès qui ne tardent pas à le mettre en état de se montrer avec avantage dans les marchés étrangers. C'est pourquoi aucun peuple ancien ou moderne n'ayant point de colonies n'a fait des progrès soutenus dans les manufactures. C'est ainsi que l'industrie de Venise et celle de la Flandre ont passé en France et en Angleterre. Qu'aurait été la Hollande sans colonies? Quant à l'Espagne et au Portugal, si leurs possessions d'outre-mer ont peu profité à la mère-patrie, c'est que l'industrie manufacturière était à peu près nulle chez ces deux peuples, qui n'étaient que les facteurs des fabricants et négociants de la France et de l'Angleterre.

Posons nettement les faits. L'Angleterre s'est enfin aperçue qu'elle produit trop, et que ses profits diminuent; elle sent en même temps qu'elle ne peut restreindre sa production sans s'exposer à de grands dangers: il lui faut donc de nouveaux débouchés. Mais comment s'y prendre, et où les trouver? Sera-ce chez les peuples pauvres, stationnaires, ou parmi les nations industrielles, chez qui les arts et les manufactures ont déjà fait de rapides progrès? Les premiers ne pourront augmenter leur consommation en produits manufacturés que d'une manière insensible; car leurs récoltes sont la propriété d'une aristocratie peu nombreuse. Quant aux peuples industriels, tels que la France, l'Allemagne, les États-Unis, et même la Russie, ils n'augmenteront leur consommation de produits britanniques que dans la même proportion que les Anglais consentiront à prendre ceux de leur sol et de leur industrie; et, pour éviter des mécomptes, ils ne feront que des conventions temporaires. Sans doute, si l'Angleterre admettait les vins, les eaux-de-vie, les soieries et d'autres articles français avec des droits modérés, la France serait disposée à admettre, par compensation, quelques articles anglais, et on peut en dire autant de l'Allemagne et des États-Unis: mais ces concessions mutuelles n'offriraient que de faibles compensations à l'Angleterre.

La diminution des revenus est venue compliquer la position; dans cette conjoncture difficile, le ministère whig a songé au moyen de rendre les droits d'entrée plus productifs en baissant leur taux. Cet expédient réunit, en effet, plusieurs avantages: baisse du prix favorable aux consommateurs; augmentation du revenu par suite du grand accroissement de consommation, et enfin, de nouveaux débouchés

pour les produits de l'industrie. On ne peut disconvenir de la solidité de ces vues théoriques; mais dans l'exécution, ces mesures présentent de nombreuses difficultés. Nous prendrons pour exemple la denrée à laquelle l'application de ce système paraît promettre des résultats plus satisfaisants: il s'agit de la baisse des droits sur les sucres étrangers; elle aurait infailliblement pour effet d'augmenter la consommation à un degré indéfini, et avec elle le produit de l'impôt; en même temps, l'importation des sucres de Cuba et du Brésil ne pourrait manquer d'amener un accroissement des exportations des produits de l'industrie anglaise dans ces deux pays. D'un autre côté, il faut considérer que les facultés productrices des colonies anglaises sont limitées, et qu'elles ne pourraient suffire à la consommation de la mère-patrie si elle était doublé ou triplé. Le cas paraît donc favorable pour tenter l'essai; mais plusieurs considérations se présentent pour et contre:

1^o On nous assure que le nègre, depuis qu'il est libre, travaille avec plus d'activité, et de manière à compenser ce qu'il reçoit en salaires; car on convient qu'avec la même somme d'argent qu'on donne aujourd'hui à un noir libre, on aurait naguère nourri deux esclaves. Mais peut-on assurer que la population noire persistera dans son activité sans exiger une augmentation de salaire? Si elle l'exige, il faudra la lui accorder, ou s'exposer aux suites des révoltes. Dans un cas come dans l'autre, le prix du sucre renchérirait et ne pourrait pas soutenir la concurrence avec celui de Cuba et du Brésil, et ce serait une raison pour cesser de sacrifier les intérêts du fisc et ceux de la nation anglaise à ceux des planteurs de la Jamaïque et autres îles dont l'avenir, quoiqu'on fasse, n'offre rien de rassurant.

2^o En favorisant les productions du sucre au Brésil et à Cuba, on encourage la traite des noirs; si l'on parvient à arrêter cet infâme trafic, on ruine ces deux pays, et alors les Anglais cesseraient de s'y pourvoir de sucre à bon marché et d'y vendre avec avantage leurs marchandises. Il paraît donc plus politique de soutenir les colonies, ou d'en former de nouvelles sur la côte de Guinée en tirant parti des populations noires libres, dociles et intelligentes. Au moyen du dessèchement des marais, on rendrait ces contrées salubres, et on obtiendrait bientôt du sol le plus fertile qui soit sur le globe, toutes les denrées coloniales de première qualité et dans la plus grande abondance, sans parler des facilités que l'exploitation de ces régions donnerait au commerce avec l'intérieur de l'Afrique. L'acquisition des îles de Fernand Po et d'Anno Bon serait un premier pas de fait¹.

¹ Depuis longtemps, les Anglais s'occupent sérieusement du projet de fonder en Afrique des établissements sur la côte occidentale, au moyen desquels ils pourront s'emparer de tout le commerce avec l'intérieur, et en même temps de faire exploiter le riche sol de la Guinée par les indigènes et par ceux auxquels ils rendraient la liberté en les achetant

3^o La Nouvelle-Orléans peut, sans de nouvelles importations d'esclaves, donner à la production du sucre le plus grand développement; et, dans ce cas, les Anglais deviendraient les tributaires d'une nation rivale dont l'activité ne tardera pas longtemps à porter son industrie manufacturière à un haut degré de perfection.

On peut donc conclure qu'il serait dangereux de retirer, dès à présent, la protection accordée aux colonies à sucre, et qu'il est préférable pour le peuple anglais de payer cette denrée un peu plus cher, que de lui faire perdre le marché colonial.

Poursuivons l'examen de l'article de la *Revue d'Edimbourg*, et prenons acte de ses aveux.

«La population manufacturière de la Grande-Bretagne, comprend plusieurs millions d'individus entassés dans des villes, et dans des districts aussi peuplés que des villes; habituée aux discussions politiques, ayant des chefs et une presse populaire; organisée en associations, avec des officiers exécutifs, délibératifs et correspondants; chaque société possède des fonds destinés à son propre usage et à celui de toutes sociétés réunies dans un but général, et a, par une opposition longue et victorieuse aux lois contre les coalitions, appris à éluder et à braver l'autorité du gouvernement: une telle population est formidable, même dans la prospérité; elle le deviendrait doublement dans l'adversité, lors même que cette adversité ne saurait être attribué au gouvernement. Mais si le peuple croit pouvoir accuser les gouvernants, non d'erreur, mais d'oppression et de *vol*; s'il se sent sacrifié au fermage des propriétaires fonciers et aux profits des planteurs de sucre et des marchands de bois, quelles limites pourra-t-on assigner à ses passions et à sa violence? Sommes-nous sûrs que notre richesse, notre grandeur politique, et même notre constitution sortiraient saines et sauvées de cette lutte?»

Nous reconnaissons la justesse des remarques de l'analyste, mais nous ne comprenons pas comment la baisse du prix du sucre et un droit fixe de 8 shillings sur chaque *quarter* de blé étranger pourront conjurer les calamités tant redoutées, et à si juste titre. En poursuivant son sujet, il attribue la crise actuelle à la loi sur l'importation du blé étranger, et au système prohibitif adopté envers les produits du sol et de l'industrie étrangère; il affirme que ce sont ces prohibitions qui ont déterminé les nations continentales à se livrer avec ardeur à l'industrie manufacturière, au lieu de se pourvoir en Angleterre. Cette assertion

aux roitelets qui les font vendre aux marchands négriers. C'est alors, et alors seulement, que cessera la traite. En suivant ce plan, les Anglais semblent vouloir mettre à profit le conseil que Jean Botero donnait aux Portugais du temps de Philippe II. Nous allons transcrire ce passage de l'ouvrage intitulé: *Judicium Jo. Boteri de potentia regis Hispaniarum*. - Et si Portugalli tanti fuissent viciniore regiones quanti longinquas, et vires quibus superato Bonae Spei promontorio ad Indiam, Malaccam et Moluccas penetrarunt, ad Africanam domandam convertissent, minori opera et sumptu majores opes fuissent adepti, etc.»

manque d'exactitude, surtout pour la France. L'élan nouveau donné aux manufactures date de Napoléon; la paix n'a fait que lui donner une nouvelle impulsion, et l'opinion nationale sur ce sujet était si unanime, que le cabinet de Saint-James, en dépit de sa prépondérance sur la cour et la personne du roi qu'il avait imposé à la France, n'a jamais pu en obtenir un traité de commerce. Lors même que le gouvernement anglais eût réduit les droits sur quelques articles étrangers, ainsi que l'a fait plus tard M. Huskisson pour ceux qui entraient en fraude moyennant une faible prime, il n'aurait point réussi à arrêter l'essor de l'industrie manufacturière en France, en Suisse, en Allemagne, en Russie et aux États-Unis. Partout, les hommes éclairés étaient depuis longtemps convaincus qu'un peuple borné à l'agriculture est condamné à rester pauvre et sous la dépendance des nations industrielles.

Sans nous embarrasser de ce qui aurait pu avoir lieu de favorable à l'Angleterre, si le tarif de 1828 n'avait pas été adopté, considérons ce qui existe actuellement, surtout aux États-Unis, qui est le plus important des débouchés de l'Angleterre.

«La concurrence la plus formidable que nous ayons peut-être à redouter, dit M. Hickson, nous viendra des États-Unis d'Amérique. En détournant leur attention de l'agriculture, nous avons fait une nation manufacturière et commerçante, d'un peuple doué des mêmes habitudes d'industrie, possédant le même esprit entreprenant que nous. Déjà leurs progrès ont été si grands que les exportations de l'Amérique s'accroissent dans une proportion quatre fois forte que les nôtres. Je ne vois rien qui *empêche leur commerce de surpasser celui du Royaume-Uni dans vingt ans*. Avec le grand avantage d'une nourriture à bon marché, le flot de l'emigration ne cessera de s'y porter. On a cru que les forts salaires aux États-Unis seraient un obstacle au progrès des manufactures, mais cet obstacle est de très peu d'importance dans les manufactures qui emploient des machines; et, d'ailleurs, la différence n'est pas aussi grande qu'on se l'imagine, pour les hommes, les femmes et les enfants employés dans les filatures de coton. Les progrès qu'ils ont déjà faits dans les métiers à tisser, prouvent qu'à cet égard ils n'ont point trouvé de difficultés insurmontables. M. Galbreath, de la maison de Jonhstone, et Galbreath de Glasgow, m'assura qu'il tenait d'une autorité sur laquelle il pouvait compter, qu'il y a déjà à Lowell 4800 métiers mécaniques en pleine opération. M. Galbreath a été conduit à prendre des informations à ce sujet, ayant appris que les toiles de coton des manufactures américaines entraient en concurrence avec les siennes à Canton, et qu'à Valparaise elles se débitaient presque exclusivement.»

Ce progrès de l'industrie pléiadelphe (des États-Unis) est d'autant plus fâcheux pour l'Angleterre, qu'il menace de ruiner l'objet principal de son commerce d'exportation. En devenant manufacturiers de coton, ainsi que le leur conseille depuis longtemps M. Carey, les Pléiadelphes

réuniront les profits de la culture à ceux de l'industrie; tandis que les Anglais, obligés d'acheter la matière première et d'en payer le fret, n'en retirent que les profits de la fabrication, réduits continuellement par la concurrence. Un jour viendra, où les Pléiadelphes ne prendront en paiement du coton fourni à l'Angleterre, qu'une faible valeur en tissus; et si les Anglais cessaient de leur acheter du coton, on en restreindrait la culture.

C'est ici le lieu de placer une remarque très importante, relative aux manufactures de coton dans la Grande-Bretagne. L'introduction de cette matière, dont la production est en quelque sorte illimitée, et sa substitution au lin et à la laine, dont la production ne peut croître à volonté d'une année à l'autre, a été une des principales causes de l'impulsion exagérée donnée à la fabrication des tissus. La puissance du crédit, joint à celle des moteurs inanimés opérant sur une matière inépuisable, a dû nécessairement enfanter des produits hors de toute proportion avec les besoins des consommateurs, et cet encombrement a été funeste surtout aux ouvriers en manufactures.

Si les Anglais, par un nouveau traité de commerce, obtenaient du gouvernement brésilien une diminution des droits d'entrée (actuellement de 15%) sur leurs manufactures, en compensation d'une baisse correspondante des droits sur l'importation du sucre, les Français et les Pléiadelphes exigeraient la même faveur, fondée sur une réciprocité pour le café et d'autres denrées brésiliennes: il en serait de même pour Cuba. Il ne faut pas d'ailleurs tant de compter sur l'accroissement des consommations au Brésil, dont la population blanche n'excède pas, d'après l'aperçu communiqué à la *Revue d'Edimbourg*, 1.200.000 d'individus, et la population libre, composée des gens de couleur et de noirs, n'est que de 1.250.000. Quant aux 2.200.000 esclaves, leur consommation est à peu près nulle, ainsi que celle des 200.000 indigènes à demi-civilisés. Nous ne parlons pas de 2.000.000 de sauvages. D'après ce calcul, adopté par M. Turnbull, la population totale de Brésil serait actuellement de 4.850.000 habitants blancs, sang-mêlé, noirs libres, esclaves et indigènes à demi-civilisés. Celle de Cuba, d'après le même auteur, est de 704.487, dont 311.051 blancs, 106.494 mulâtres et nègres libres, et 286.942 esclaves. Ces deux pays peuvent fournir du sucre à l'Angleterre pour toute sa consommation, mais il est impossible qu'ils offrent aux manufactures anglaises un débouché proportionné à la valeur de cette denrée.

L'analyste nous assure que plusieurs riches colons à Cuba et au Brésil ont exprimé le désir de voir la traite abolie; mais il convient en même temps qu'elle n'a fait qu'augmenter dans les dernières années. Sans nier tout à fait la première assertion, nous croyons pouvoir assurer que les ennemis de la traite à Cuba et au Brésil ne sont qu'en très faible minorité.

En résumé, nous reconnaissons que le ministère whig a fait preuve de bonnes intentions, en préférant combler le déficit annuel de

2.400.000 liv. sterlings par une diminution des droits d'entrée, au lieu d'avoir recours à des impôts additionnels ou à des emprunts. Le parti tory a prévalu et rejeté le budget, et les nouvelles élections ayant assuré la majorité aux tories, nous verrons à quelles mesures ils auront recours. Il sera temps alors de revenir sur ce sujet, qui est d'une importance vitale pour l'Angleterre. Le parlement actuel est le produit de l'intrigue, de l'intimidation et de la plus scandaleuse corruption. Mais il est évident que beaucoup d'électeurs ont été portés à voter contre les whigs, dans la conviction que le droit proposé sur le blé étranger serait nuisible aux intérêts de l'agriculture.

La Revue de Westminster, dont les opinions appartiennent au parti radical, après avoir reconnu que le ministère whig avait perdu la confiance de la nation, assure qu'il s'est révélé tout à coup en se prononçant contre le monopole des propriétaires du sol et en faveur de la liberté du commerce. C'est un grand pas de fait, dit le rédacteur, et nous en augurons le plus heureux avenir. Il ne s'agit pas de décider si le droit fixe de 8 shilings par quarter de blé étranger est trop fort; le point essentiel est que ce taux ne soit point dépassé. Le rédacteur serait fâché de voir un ministère tory, surtout s'il était soutenu par une forte majorité; mais il pense que le triomphe des partisans de la liberté du commerce n'en sera que plus assuré. Dorénavant, ajoute-t-il, on cessera d'employer les dénominations de *tory* et de *whig*; on ne distinguera les candidats que par leur adhésion ou leur opposition au système ennemi du monopole.

Répondant à quelques assertions de lord Charles Russel et d'autres personnages, sur le tort que ferait à l'agriculture l'admission du blé étranger avec un droit fixe et peu élevé, en forçant les cultivateurs à laisser des millions d'acres de terres à blé sans culture, il cherche à prouver le peu de solidité de cette objection. D'abord, dit-il, cela ne laisserait sans ouvrage qu'environ cent mille individus, à raison de cinq hommes par cent acres de terres de blé, et ils pourraient être employés dans d'autres travaux ruraux. Puis ces terres étant susceptibles de rapporter autant ou plus en prairies, en houblon, orge, etc., il n'y aurait aucune perte ni pour le fermier, ni pour le propriétaire. Ce raisonnement est plausible; mais, ainsi que l'a judicieusement fait sentir lord Brougham, il y a quelques années, l'importation constamment soutenue du blé étranger, finirait par faire abandonner cette culture sur plus de sept millions d'acres; et l'on sait que la totalité des terres à blé en Angleterre, n'excède pas vingt millions d'acres. D'ailleurs, les économistes proposant également l'admission des bestiaux étrangers, de la viande salée, du beurre et autres comestibles, les cultivateurs n'auraient pas même la ressource de convertir en prairies les terres à blé.

Relativement aux colonies, l'analyste fait quelques remarques d'une grande justesse. Depuis que la nation a payé vingt millions sterling (500 millions de francs) aux colons pour prix de l'affranchissement des

esclaves, la valeur des terres a considérablement augmenté, ainsi que la production. Cela vient principalement de la notable amélioration qui s'est opérée dans l'administration des sucreries, depuis que les colons résidants ont acquis des gros propriétaires demeurant en Angleterre, une grande partie de leurs terres, gérées naguère par des agents qui en dilapidaient les revenus. Ces gros propriétaires étaient obérés de dettes et insolubles; c'est à eux qu'a réellement profité l'indemnité accordée par le parlement. Avant cette époque, ils ne trouvaient point d'acheteurs pour leurs esclaves; mais depuis que les noirs affranchis sont forcés de travailler moyennant un salaire, les colons résidants ont pu acheter les sucreries et d'autres propriétés, et en surveiller la culture avec les yeux du maître. Voilà ce qui est cause de l'amélioration sensible qui se fait remarquer dans les îles anglaises; mais ce progrès aura un terme, et il arrivera une époque où les exigences des noirs feront monter le prix de la production. C'est une considération à laquelle n'ont pas assez fait attention les partisans de l'abolition de l'esclavage. Oui, le travail de l'homme libre est en général plus productif que celui de l'esclave; mais c'est surtout lorsqu'il travaille pour son compte ou lorsqu'il est bien rétribué.

Dans un autre article de la même Revue, qui a pour objet l'enquête sur la situation des ouvriers tisserands de la Grande-Bretagne, l'analyste témoigne sa vive satisfaction de l'aveu fait par des commissaires, et le transcrit en lettres capitales. En voici la traduction fidèle:

«Le gouvernement de ce pays réside dans une minorité, et cette faible minorité, composée des propriétaires du sol, portion très petite de la communauté, constitue presque exclusivement l'une des chambres du parlement, et compose une grande majorité de l'autre. Un tel gouvernement ne peut offrir de garantie qu'autant qu'il est populaire, et il ne peut être populaire qu'autant qu'on le croit impartial. Son premier devoir prudentiel est d'éviter l'apparence même de législateurs égoïstes.»

Il nous reste maintenant à exposer nos vues sur les véritables sources de la misère croissante de la population laborieuse de la Grande-Bretagne.

Dans la richesse d'une nation, il faut distinguer la somme totale de ses produits agricoles et manufacturés, et la part qui revient aux instruments intelligents de cette population. La totalité des richesses peut s'accroître sans que la masse de la population se trouve dans une meilleure condition; cette condition peut même empirer et devenir intolérable pendant que l'opulence des classes privilégiées, des négociants, des entrepreneurs, ne cesse de s'accroître. Tel est l'état actuel de l'Angleterre. Elle a triplé de richesses depuis un siècle; mais le bien-être de la masse de la population a considérablement diminué. On va voir comment s'est opéré ce fâcheux résultat. Avant la guerre contre ses colonies d'Amérique, l'Angleterre se trouvait dans un état de prospérité inconnu

chez aucun autre peuple. Elle était alors moins riche, moins puissante, mais plus heureuse. L'aisance régnait parmi les cultivateurs et les ouvriers en manufactures. Le sol était parfaitement cultivé, et, en dépit du monopole territorial de la noblesse, du lourd impôt de la dîme ecclésiastique, de la taxe des pauvres, les laboureurs vivaient dans l'aisance. La population était en rapport avec les besoins et les produits de l'agriculture et l'état prospère des manufactures, et, par conséquent, le travail était bien rétribué; l'ouvrier gagnait assez pour se procurer le nécessaire et vivre dans l'aisance. La population, en 1770, n'était que de 7.227.586, et l'étendue des terres cultivées en céréales ou en pâturages était à peu près la même qu'elle est aujourd'hui que cette population s'élève au-delà de 15.000.000. Il s'ensuit que le sol ne produit plus assez pour nourrir toute la population, en même temps que les frais de production ont augmenté par suite des impôts dont le peuple a été surchargé pour acquitter les intérêts de l'énorme dette contractée pour soutenir de longues guerres. D'un autre côté, l'industrie manufacturière fournissait abondamment à la consommation croissante de l'intérieur, et, de plus, elle suffisait à acheter dans l'étranger les articles dont le pays avait besoin. Il existait alors peu de grandes manufactures; la plupart des travaux de filature, de tissage, se faisaient dans les villages, au moyen de métiers à bras, comme cela avait encore lieu il y a peu d'années en Irlande.

Dans cet état de choses, la production manufacturière ne pouvait faire que des progrès lents; la population n'augmentait également que d'une manière insensible, rien ne lui donnant une impulsion soudaine et ne l'attirant vers les grandes villes. Il en fut autrement lorsqu'on parvint à augmenter, comme par enchantement, la puissance motrice des agents inanimés. Les énormes capitaux accumulés dans les mains de l'aristocratie territoriale, et plus encore les fortunes colossales faites aux colonies, dans l'Inde, dans le commerce étranger, et par l'agiotage dans les emprunts contractés par le gouvernement, avaient créé une masse de richesses pour lesquelles il fallut trouver un emploi lucratif. Le crédit multiplia encore la puissance des capitaux, et il en résulta une impulsion extraordinaire donnée à la population par le besoin croissant du travail des hommes, des femmes et des enfants employés dans les grands établissements manufacturiers, et un accroissement extrêmement rapide des produits des fabriques, qui, n'étant plus réglé par la consommation nationale, n'avait en vue que les marchés étrangers. Les entrepreneurs des fabriques anglaises aspirèrent et réussirent à supplanter les Français et les autres peuples industriels dans tous les marchés du globe; mais la concurrence s'étant bientôt établie entre des entreprises rivales, on redoubla d'efforts; la quantité des produits s'accrut en même temps que les prix baissèrent, ainsi que les profits; les salaires furent réduits, car c'était sur la rémunération due à l'homme que porta principalement l'économie. On ne pouvait rien

retrancher de la nourriture des animaux employés dans les fabriques, ni rien diminuer des frais d'entretien et de combustible pour les machines; le malheureux ouvrier dut se contenter du plus chétif salaire, trop heureux de ne pas être congédié. Survinrent alors les crises commerciales, suites inévitables d'une production inconsidérée et imprévoyante; on congédia une partie des ouvriers; on suspendit les travaux, ou on ne fit aller les machines que trois ou quatre jours par semaine. Tel est l'état dans lequel flotte l'Angleterre depuis 1815; au sein d'une paix profonde, accablée de richesses, maîtresse des plus belles colonies et des principaux entrepôts du globe, elle est réduite à avouer qu'elle a suivi une fausse route, et qu'en voulant ruiner la France, elle a préparé sa propre ruine.

Nous venons de voir que c'est l'excès de la concentration des richesses et le monopole du crédit qui ont amené l'état précaire des classes ouvrières en Angleterre. Mais que fera-t-on de cette population indigente? On ne peut lui donner de l'ouvrage qu'en poussant encore plus loin la production manufacturière, déjà surabondante; les moyens proposés pour augmenter les exportations à l'étranger sont évidemment insuffisants, tandis que l'admission de leurs céréales et autres produits agricoles et manufacturés entraînerait la ruine des cultivateurs et des fabricants anglais.

Le seul moyen d'effectuer une baisse régulière et soutenue du prix du blé, c'est d'en encourager la culture, et non de décourager l'agriculteur par l'admission permanente du blé étranger. La culture des céréales est sujette à beaucoup de chances dans nos climats; ses profits sont peu considérables et incertains, et le fermier a besoin d'être assuré d'obtenir un prix suffisant dans les marchés, pour hasarder sa fortune dans les avances exigées par cette culture. Or, s'il a à redouter la concurrence de l'étranger, il abandonnera une industrie qui le conduirait à la misère. Pour faire baisser le prix du blé récolté dans le pays, il faudrait supprimer la dîme, réduire les taux, frapper le monopole territorial, livrer à la culture du blé les terres qui nourrissent une immense qualité de chevaux de luxe, et une partie des vastes parcs; alors la production augmenterait, et le prix baisserait. Quant à la population manufacturière, elle s'est accrue trop rapidement, et n'est plus en proportion ni avec la production agricole, ni avec le besoin constant et soutenu de bras dans les manufactures. L'entrepreneur manufacturier peut, avec le même nombre de bras, augmenter considérablement sa production par la simple puissance additionnelle des moteurs inanimés.

Pour nourrir la population indigente, il n'y a donc d'autre ressource que d'imposer les riches. Qu'importe que le pain soit à bon marché, si le journalier manque d'ouvrage! Mieux vaudrait pour lui payer le pain cher, et gagner suffisamment pour pouvoir l'acheter.

Le mal n'aurait jamais acquis une telle gravité si la grande concentration des capitaux n'avait ruiné les nombreuses classes d'ouvriers

fileurs et tisserands qui, dans les villages et les bourgs, travaillent avec des métiers à bras, ajoutant ainsi aux profits de la culture du sol ceux de l'industrie. Ce qui prouve l'importance de cette classe, c'est que, en dépit des grands établissements manufacturiers, les ouvriers tisserands répandus dans la Grande-Bretagne sont encore au nombre de 800.000, d'après le rapport de M. Hickson; et, quoique réduits à une condition misérable, ils gagnent encore une chétive subsistance. Or, si ces ouvriers avaient des moyens de travailler pour leur propre compte, et non pour celui des entrepreneurs; s'ils pouvaient cultiver le lin, le préparer, le filer et le tisser, en employant des mécaniques perfectionnées, n'est-il pas évident qu'ils gagneraient assez pour vivre dans l'aisance? La même observation s'applique à la soie, à la laine et au coton. On pourrait même distribuer les travaux entre les familles: les uns se procureraient la matière première, la prépareraient, la fileraient, et d'autres la fabriqueraient en toile ou en tissus unis. Ces produits, se consommant à l'intérieur, répandraient l'aisance parmi les classes agricoles. Quant aux grands capitalistes, dont les gigantesques établissements produisent trop rapidement et en trop grande quantité pour les facultés des consommateurs nationaux et étrangers, c'est à eux de régler leur production d'après les débouchés, sans chercher à forcer la vente. S'ils s'obstinent à abuser de la trop grande facilité de produire au moyen de grands capitaux et par l'application de la vapeur, ils finiront par se ruiner, après avoir réduit à la mendicité et au désespoir les classes laborieuses; et la nation en masse comprendra qu'une réforme radicale de la législation peut seule faire cesser les maux intolérables dont la Grande-Bretagne est victime, et dont la véritable source est, ainsi que nous venons de le démontrer, dans le monopole territorial, joint à celui du crédit, qui donnent naissance à une production manufacturière exagérée. Avant l'introduction des machines à vapeur, les capitalistes ne pouvaient augmenter la quantité de leurs produits, car il était impossible de multiplier tout à coup les bras et les moteurs animés. Par l'emploi d'une puissance dont la force peut s'accroître à notre gré, il n'y a plus de bornes à la production; on produit parce qu'il faut faire valoir les capitaux, et on compte sur le débit, sans trop en calculer les chances.

La substitution des machines aux moteurs animés exige d'abord l'emploi de plus de bras; mais ce besoin de travailleurs ne s'accroît pas dans la même progression que la puissance productrice des machines; c'est pourquoi l'augmentation trop rapide de la population est une source de malheurs. Malthus a eu tort en posant en principe que la population, en tout temps et en tout lieu, tend à s'accroître trop rapidement en proportion de l'accroissement des subsistances et des moyens de se les procurer; il aurait eu raison de dire qu'en Angleterre, depuis cinquante ans, la population a reçu une impulsion trop forte et trop brusque, qui menace le pays d'une ruine imminente; mais c'est la faute des riches, et non celle des pauvres: c'est donc aux premiers à venir au

secours de l'indigence créée par leur excessive richesse. Il ne faut donc pas, avec Malthus, condamner à mourir de faim les pauvres, parce qu'ils sont trop nombreux et incommodes aux riches; c'est à ceux-ci d'abandonner une partie des richesses qu'ils doivent au travail des pauvres.

En résumé, on peut dire qu'en Angleterre l'excès de la richesse ayant enfanté la misère, elle ne peut cesser que par une plus égale distribution des propriétés foncières et mobilières; ce qui pourra s'effectuer sans un bouleversement total. Jusque-là, tous les palliatifs qu'on cherchera à opposer au mal ne feront que l'aggraver en ajournant la catastrophe, et la rendront plus terrible. Se flatter que les français, les allemands, les russes et les pléiadelphes consentiront à renoncer à leur industrie manufacturière pour sauver l'Angleterre, et que les polonais prendront, en paiement des deux cent millions de francs pour le blé fourni annuellement à l'Angleterre, une valeur égale en produits manufacturés, ou que les havanais et les brésiliens en feront autant pour leurs sucres, c'est le comble de la folie, à moins que les serfs polonais et les esclaves noirs ne deviennent assez riches pour porter de beaux linges, des habits de drap anglais, et goûter toutes les jouissances du luxe de leurs maîtres.

En terminant cet article, nous croyons devoir formuler notre opinion sur les causes de la détresse croissante de la nation anglaise depuis qu'elle a augmenté ses richesses dans une progression dont aucun État n'a jamais offert d'exemple. Cet accroissement de richesses aurait-il été trop brusque et trop rapide, et acheté par de trop grands sacrifices de la part des classes laborieuses?

Oui, ce n'est qu'en enlevant aux travailleurs la meilleure part du produit de leur labeur, que les grands capitaux se sont formés et tendent sans cesse à s'accumuler entre les mains d'un petit nombre d'entrepreneurs; plus ceux-ci s'enrichissent, plus la condition du journalier empire et devient précaire, car il est à la discrétion du maître, et victime de toutes les crises qui frappent le débit des manufactures. On a soutenu que le même capital, réparti entre beaucoup d'individus, n'en serait pas plus productif. On pourrait contester la vérité de cette proposition; mais il ne s'agit pas de l'augmentation de la masse des richesses; le véritable but des institutions sociales doit être de procurer la plus égale répartition des produits de l'industrie de la communauté et de son revenu collectif. Le corps de la nation doit accroître sa richesse au profit de tous, et par l'emploi des facultés de chacun de ses membres. Or, cela ne peut s'effectuer que par une meilleure distribution du capital national, opérée par l'abolition de tout monopole territorial, financier ou mercantile. C'est le seul remède efficace à la détresse du peuple anglais; mais l'application en est impraticable, à moins d'un changement complet dans les institutions de la Grande-Bretagne, qui place la nation dans des conditions semblables à celles où se trouve le peuple de la confédération pléiadelphie, jadis sujet de l'Angleterre.

Nous terminerons cet article par une citation tirée du discours de sir Robert Peel dans la séance de la Chambre des Communes du 27 août dernier.

«Il ya plus: je ne crois pas que la Chambre ait le pouvoir, par une disposition quelconque, de soulager cette détresse. L'introduction des machines dans notre industrie est la véritable cause de cette détresse. La diminution du travail par cette cause, et l'augmentation de la population, ont amené ce résultat.»

DE LA PHILOSOPHIE DES SCIENCES INDUCTIVES,
DÉDUITE DE LEUR HISTOIRE;
PAR LE RÉV. WILLIAM WHEWELL, B. D.,
PROFESSEUR DE PHILOSOPHIE MORALE
DANS L'UNIVERSITÉ DE CAMBRIDGE. 2 VOLS.
IN 8. LONDRES, 1840^a

Le *Quarterly Review* de juin 1841 contient un article très étendu et fort élaboré sur l'ouvrage du docteur Whewell, professeur de Cambridge, dans lequel les éloges masquent tellement l'opinion de l'analyste, évidemment contraire à celle de l'auteur sur les points capitaux de sa doctrine, qu'il n'est pas aisé, dans une première lecture, de bien saisir la portée des objections, souvent très bien exposées et fortement appuyées du critique. C'est en quelque sorte une nécessité pour quiconque se charge de la pénible tâche d'apprécier les opinions métaphysiques des théologiens anglais; celui qui oserait les combattre ouvertement, passerait pour esprit fort, incrédule, sceptique, athée, et s'exposerait à subir les effets de la haine aristocratico-sacerdotale, qu'on ne brave point impunément. Il faut donc savoir gré à l'analyste anglais d'avoir eu le courage de réfuter les paralogismes fondamentaux de l'auteur.

Le docteur Whewell, disciple de l'école kantiste, cherche à faire reculer la science qui a pour objet l'étude des facultés intellectuelles au point où l'avaient placée les néo-platoniciens, en substituant à la marche suivie par Bacon et Locke celle de l'école qui ne prenait pour guide que les prétendues idées ou conceptions innées, non dérivées de l'observation ni déduites de l'expérience. Nous verrons bientôt que, pour embrouiller la discussion, notre métaphysicien confond les vérités d'intuition, telles que celles des rapports de figure et de nombre, avec les prétendues conceptions innées d'espace et de quantité. Il ne paraît pas comprendre la différence qui existe entre l'observation ou l'aperception des rapports entre des objets présents à nos sens, et la connaissance de ceux qui lient les phénomènes dans leur manifestation successive. Les vérités géométriques et mathématiques appartenant au premier ordre de vérités, n'ont pas besoin d'expérience pour être comprises, et la conviction intuitive de leur exactitude ne peut s'augmenter par des expériences répétées. On ne soumet à l'expérience que ce qui admet un doute. Aussi, ce n'est point pour se convaincre des vérités géométriques qu'on trace des lignes, des angles,

^a N° 4, Artigo IV, Outubro 1841, pp. 294-308.

des cercles, etc., mais parce que ces signes-images facilitent le raisonnement; de même que sans l'usage des chiffres, il serait impossible d'exécuter avec précision et promptitude les calculs les plus complexes. Car c'est sur des signes et non sur des idées que nous opérons toutes les fois que nos raisonnements portent sur des questions compliquées, et c'est pourquoi aucun peuple n'a fait des progrès dans les connaissances qu'après avoir eu l'usage de l'écriture et des signes numériques. Les idées reçues par les sens sont trop fugitives; elles se reproduisent d'une manière souvent imparfaite, et en groupes tout autres que ceux que nous voudrions comparer et analyser, tandis que les signes, une fois tracés, persistent et s'offrent à volonté à notre examen.

Notre auteur, renversant l'ordre de l'origine et de la succession, dans lequel l'intelligence s'enrichit des idées acquises par les sens, convertit en notions innées (*a priori*) celles qui ne sont que les notions généralisées déduites de la perception attentive des impressions primitives. Quelques citations mettront le lecteur à même de juger de la justesse de nos assertions.

«En parlant de l'espace comme d'une idée, mon intention est d'inculquer que l'appréhension d'objets comme existant dans l'espace, et des rapports de position, etc., qui existent ainsi entre eux, n'est point la suite de l'expérience, mais le résultat d'une constitution et d'une activité particulière de l'esprit, activité indépendante, dans son origine, de l'expérience, quoique constamment associée à elle dans son exercice.»

L'analyste n'admet pas cette proposition, et soutient avec raison que tous les actes intellectuels relatifs aux vérités géométriques, mathématiques et autres du même ordre, constituent des *généralisations inductives*. Soutenir le contraire, ajoute l'analyste, ce serait affirmer que l'esprit conçoit et raisonne par abstraction avant de le faire au concret, sur les généralités avant de descendre aux particularités, ce qui est en effet du platonisme.

La citation suivante, relative à la notion du *temps*, est un exemple frappant de l'erreur manifeste de l'auteur, par rapport à la filiation de nos idées.

«Puisque tous les temps particuliers sont considérés comme émanés du temps en général, il est évident que la notion de temps en général ne peut être dérivée de la notion d'un temps particulier. Il s'ensuit que la notion générale de temps n'est point une conception dérivée de l'expérience.»

Rien ne peut surpasser l'absurdité de ce paralogisme; l'analyste en fait justice en ces termes:

«Ce raisonnement ressemble à celui qu'on pourrait faire en disant que: puisqu'il n'existe qu'un monde matériel, dont font nécessairement partie les corps particuliers, il s'ensuit que notre notion de l'univers

matériel n'est point une conception générale résultant de notre observation des corps individuels.»

Il est certainement des objets que nous considérons d'abord dans leur ensemble avant d'en détailler les parties, par exemple, un bloc de pierre, une montagne, et même un arbre, un quadrupède, un oiseau, dans lesquels on n'aperçoit de prime abord qu'un petit nombre de caractères, qu'on comprend sous des noms génériques, qui s'appliquent à tous les individus qui possèdent ces caractères. Telle est l'origine des notions généralisées et des mots qui les désignent dans toutes les langues. En prononçant le mot *arbre*, l'idée d'un tronc fixé dans le sol, duquel sortent des branches et des feuillages, s'offre à l'instant; le mot *oiseau* suscite les idées d'ailes et de vol. Mais il faut renoncer au bon sens, au sens de tous les hommes non aveuglés par le faux savoir, pour prétendre que le type des idées générales (et par la même raison, des mots abstraits) préexiste dans l'intelligence antérieurement aux impressions correspondantes des sens.

L'auteur applique sa doctrine au nombre comme il l'a fait à l'espace et au temps, et de plus, il prétend que l'idée de nombre n'est que la modification de celle de temps. Cela ne mérite pas d'être réfuté, et nous préférons citer ici un passage de l'excellent ouvrage de J. Mill, relatif au temps et à l'espace.

«Le mot *espace* comprend tous les objets existant à la fois dans leurs diverses positions et directions. Celui de *temps* comprend tous les objets considérés comme existant l'un après l'autre. Le temps est considéré comme ne s'arrêtant jamais, et formant une suite non interrompue de successions. C'est là le sens unique du mot.» Prétendre que nous avons des notions innées d'espace et de temps indépendantes des objets, est une de ces erreurs savantes qui feraient éclater de rire le sauvage le plus ignorant; mais le savoir, lorsqu'il sert à obscurcir au lieu d'éclairer, ne fait que porter au plus haut degré l'absurdité des doctrines. Lorsque l'esprit, dit Bacon, se replie en dedans et travaille à la manière dont l'araignée tisse sa toile, il enfante, à la vérité, des toiles d'araignée de savoir admirables pour la finesse des fils et le fini de l'ouvrage, mais qui n'ont ni solidité ni utilité. Le savant Daunou demandait, à propos de rêveries pareilles: «Est-ce bien là de la philosophie?»

L'auteur n'est ni plus intelligible ni plus fond en parlant des causes et des effets. Le lecteur va en juger. Écoutons l'analyste.

«En conformité de son plan général, qui assigne une universalité nécessaire aux vérités physiques, ainsi qu'à toutes les autres classes de vérités générales, dérivant cette nécessité et cette universalité de la prétendue existence primordiale dans l'esprit des principes abstraits quelconques dont se compose l'énoncé de ces vérités, l'auteur pose trois axiomes de causalité déduits, non de l'expérience, mais de notre idée

fondamentale de cette relation: 1^o rien ne peut arriver sans cause; 2^o les effets sont proportionnés à leurs causes, et les causes sont mesurées par leurs effets; 3^o la réaction est égale et opposée à l'action.»

L'analyste ne voit dans le premier axiome qu'une généralisation des faits observés et de leur liaison, et fait plusieurs objections aux deux autres axiomes. Avant d'aller plus loin, nous reprocherons à l'auteur de ne pas avoir, avant tout, précisé ce qu'il entend par *cause*, qu'il reconnaît être une notion abstraite. Comment affirmer quelque chose d'une notion, ou plutôt d'une expression dont on ne connaît pas toute la signification! L'analyste reconnaît combien sont insuffisantes les définitions de la causalité données par les philosophes. Ce n'est point l'antécédant obligé dans l'enchaînement des phénomènes successifs, car ce qu'on appelle cause et effet paraissent souvent sans intervalle appréciable; tel est, par exemple, le rapprochement résultant de l'attraction entre l'aimant et le fer, la neutralisation des deux électricités, l'action de la plupart des agents chimiques.

Dans tous ces cas, il est impossible de distinguer l'action des deux ordres d'agents; les changements se montrent instantanément, et les deux éléments (ou le double ordre d'éléments) peuvent recevoir chacun la désignation de cause, car la tendance de l'électricité positive vers la négative n'est pas plus forte ni moins soudaine que celle de l'électricité négative vers la positive; et l'oxygène et l'hydrogène s'attirent en se combinant, sans qu'on puisse dire que l'un agit comme cause et l'autre comme effet dans la production de l'eau. Il faut donc reconnaître que le mot *cause*, comme tous les autres du même ordre, n'a qu'un sens vague et désigne rien de précis que lorsqu'on l'applique à l'effort qui précède un acte volontaire. L'analyste en fait la remarque, mais il ne s'est pas aperçu que, dans le cas des nos mouvements musculaires, l'incitation est aussi souvent involontaire, irritative, sensitive ou sympathique que volontaire. La contraction des muscles du bras lorsqu'on se sent un doigt brûler, ou qu'on le pique, présente deux phénomènes simultanés, la douleur et la contraction, dont le premier ne peut exister sans le second chez une personne dans l'état normal; car, dans plusieurs cas de paralysie, la douleur résultant de la piqûre ou de la brûlure ne produit aucune contraction dans les muscles, parce que ces deux phénomènes ne sont plus sous la dépendance l'un de l'autre. De même, l'effort volontaire ne produit l'acte qu'avec le concours d'autres énergies nerveuses; car il ne suffit pas de vouloir, il faut pouvoir, et la volonté est plutôt l'occasion que la cause des mouvements spontanés. Il s'ensuit que dans tout changement observé dans la nature, il y a invariablement action simultanée de deux ou plusieurs éléments dès le point initial de l'apparition du phénomène, auquel il est impossible d'assigner une cause unique, puisqu'il est le résultat de l'action combinée de plusieurs éléments.

D'après ces considérations, il est aisé de se convaincre que ces trois axiomes n'offrent aucun sens positif, ou plutôt sont essentiellement faux. Au lieu de dire que tout ce qui arrive a une cause, il faudrait reconnaître que tout changement de position, de forme, de propriétés ne s'opère que par la coopération de diverses énergies naturelles, agissant à la fois et successivement. Le résultat, considéré dans un instant précis, c'est l'effet, et cet effet ou changement a été effectué par l'ensemble des énergies qui, à partir du point initial, ont coopéré à sa production. Il faudrait bannir du langage rigoureux de la philosophie et des sciences naturelles le mot *cause*, en y substituant ceux d'origine, source, énergie. En chimie, le mot *affinité*, en physique, ceux d'*attraction*, *polarisation* sont beaucoup plus exacts, car ils renferment l'idée d'action simultanée et réciproque; l'idée fondamentale qui ne sépare point dans la production d'un phénomène l'élément prétendu actif de l'élément supposé passif. Dans le sens le plus relevé et le plus abstrait du mot *cause*, considéré comme puissance active par excellence ne dérivant d'aucune autre, la nécessité de produire en est inséparable, car une telle énergie inerte offrirait un contre-sens inadmissible; ce serait la source de toute existence réduite au néant.

L'analyste repousse le second et le troisième axiomes. Il trouve que le premier des deux n'a pas de sens ou n'en a que de vague. Comment, en effet, mesurer dans une foule de cas les énergies qui ont concouru à la production d'un résultat? L'auteur, très versé dans la mécanique, n'a sans doute eu en vue que les cas les plus simples d'un moteur dont on peut mesurer la force. Le critique repousse aussi le troisième axiome, aussi vague et aussi faux que les deux autres, si on le prend dans une acception rigoureuse.

Le mot réaction n'a de sens précis qu'en dynamique; il est impossible de l'appliquer avec précision aux opérations chimiques et aux mouvements des animaux. L'action réciproque de deux éléments varie d'intensité suivant une foule de circonstances; chez les animaux, la contraction et la dilatation sont loin d'être toujours proportionnelles, et dans un grand nombre de phénomènes la réaction est à peine apparente. Le fait est qu'il n'y a de réaction proportionnelle, c'est-à-dire de mouvements consécutifs en sens contraire qu'entre des corps élastiques au même degré. Par exemple, le boulet frappant un corps dur qu'il ne peut briser en est repoussé avec force, mais s'il rencontre les balles de coton, il perd sa force et tombe. Toutes les fois que l'agent est neutralisé par une autre force, il n'y a point de réaction, mais seulement anéantissement de l'action; l'électricité attirée par un conducteur change son mode d'action. Il est donc faux que la réaction soit égale à l'action; dans beaucoup de cas, la réaction est bien supérieure à l'action; par exemple, dans l'explosion des composés fulminants produite par une légère percussion; et pour-

tant, dans l'acception ordinaire de cause et d'effet, c'est la percussion qui est la cause de l'explosion, aussi bien que le feu ou l'électricité.

L'analyste, persuadé que l'univers a été créé et sera anéanti, reproche à l'auteur d'avoir admis l'indestructibilité des atomes et des forces inhérentes à la matière. Nous sommes, à cet égard, de l'avis du savant docteur; mais nous sommes loin d'adopter son opinion à l'égard de la vie qu'il attribue à une *âme animale*, agent ultra-matériel. Ce n'est qu'une reproduction de l'archée et d'autres abstractions également gratuites.

On peut en dire autant des plantes, et en poussant la chose jusqu'à ses dernières conséquences, nous arriverons à l'âme du monde des anciens, ce qui, après tout, n'avance point d'un seul point nos connaissances. En adoptant le paralogisme de notre auteur, on peut, avec autant de raison, appeler le feu, la lumière et l'électricité des esprits ultra-matériels, car ils sont impondérables et n'ont point de propriétés en commun avec les corps métalliques, l'eau, le gaz, et la matière en général.

Sur les causes finales, l'auteur répète tout ce qui a été dit tant de fois sans avoir produit la conviction: cela est suffisamment prouvé par la continuation des efforts des théologiens. Personne n'a encore détruit les arguments des philosophes à cet égard. Ce n'est que peu à peu que l'homme parvient à imiter l'action de la nature et à créer les arts en dirigeant et adaptant l'action des éléments et autres agents naturels vers le but qu'il se propose. Mais de ce que deux pointes de rocs se trouvent parfois réunies par un pont naturel suspendu au-dessus d'un abîme, faut-il conclure que l'imitation qu'en fait l'homme à son usage pour traverser un fleuve ou pour franchir l'espace entre deux pics, soit le type des ponts naturels? On peut en dire autant des grottes et cavernes naturelles, des cataractes, des fontaines, etc. Et, dans l'imitation des actes instinctifs des animaux, n'est-il pas évident que c'est de l'observation de ces actes que sont nés tous les arts? C'est à l'instinct qui n'exige point des expériences que l'homme a emprunté les moyens d'exécuter ses desseins. Les actes faits avec dessein prémédité sont le partage exclusif des ouvrages de l'homme, qui n'est lui-même qu'un des instruments de la nature. Or, l'instinct des animaux, inné chez eux, est un résultat de leur organisation, et, par conséquent, de la généralisation; c'est pourquoi les anciens mythologues donnèrent aux forces génératrices le caractère de causes primordiales. Pour eux, toutes les créations furent des évolutions sexuelles. D'autres, frappés de l'aspect des plantes et des animalcules qui paraissent dans des liquides limoneux, appelèrent chaos l'état confus des éléments qui précéda la première organisation. Dans tous ces systèmes cosmogoniques, leurs auteurs n'ont fait qu'attribuer à un ordre particulier de phénomènes naturels des fonctions qui ne lui ont

jamais appartenu; c'est-à-dire que l'univers n'est ni un animal sorti d'un oeuf, ni un édifice construit d'après des vues particulières aux animaux et à l'homme.

Le docteur Whewell possède des grandes connaissances en physique et en mécanique, et a publié plusieurs ouvrages estimés sur ces sujets, parmi lesquels on distingue l'*Histoire des sciences inductives*, un *Traité élémentaire sur la mécanique*, tout récemment, il vient de faire paraître un *Traité sur la mécanique appliqué au génie*. Nous oserions lui conseiller de laisser les rêveries métaphysiques aux allemands, chez qui l'art de déraisonner savamment a atteint le dernier degré d'incompréhensibilité mystique. C'est là que la philosophie transcendente a concentré tout ce que les écoles des Brahmes et des Bouddhistes dans l'Inde, les Hermétiques et les Gnostiques ont enfanté de plus creux en fait de formules logomachiques. L'Allemagne est le véritable siège de l'entelechie; tous les efforts des disciples de Kant, de Fichte, de Herder et Schelling, pour introduire en France leurs doctrines plus ou moins modifiées, ne produiront rien de durable. Nous remarquerons que les auteurs anglais les plus profonds de notre époque, tels que Brown et Mill, suivent la marche de l'observation et repoussent les abstractions. Le dernier surtout a répandu beaucoup de lumière sur les opérations de l'intelligence. Parmi les ouvrages publiés depuis quelques années en France, nous nous plaisons à citer ceux de M. Rey, de Grenoble, de M. Auguste Comte, de Broussais, et les travaux relatifs au système nerveux dus à Charles Bell, à Gall, à MM. Flourens, de Blainville, Magendie, et à plusieurs autres physiologistes allemands et français.

En terminant cet article, nous croyons devoir rappeler au docteur Whewell deux passages, l'un de Platon, l'autre du chancelier Bacon. Platon, dans l'écrit duquel puisent tous les psychologues et les théologiens, dit: «qu'un vaste rideau couvre les cieux, et que l'homme doit se contenter de contempler ce qui se passe en deçà de ce rideau sans jamais tenter de le soulever.» C'est là le sens de la fameuse inscription de la statue voilée d'Isis. En parlant des causes finales, Bacon s'exprime ainsi: *Causa finalis virgo, Deo sacrata, quoe nihil parit*: la cause finale est une vierge consacrée à Dieu, qui n'enfante rien.

M. A. Comte, dans son *Cours de philosophie positive*, a divisé la série des phrases intellectuelles en trois grandes périodes, qu'il caractérise par les dénominations de *théologique*, *métaphysique* et *positive*, et il pense que l'ère de la troisième est enfin arrivée, qu'elle régnera bientôt exclusivement, et que seule elle satisfera à tous les vrais besoins de la science. Malgré cette assurance, nous craignons qu'il ne faille encore soutenir une longue lutte contre les défenseurs du système fondé sur des abstractions personnifiées ou de fantastiques créations élevées au rang d'entités. L'ardeur avec laquelle l'homme se passionne pour des

doctrines qu'il ne comprend point, jointe à l'intérêt de ceux qui profitent des erreurs enseignées comme des vérités, opposeront pendant longtemps les plus grands obstacles au triomphe de la raison. C'est surtout en Angleterre que le parti théologico-politique est redoutable au développement de la saine philosophie, qui ne peut s'y montrer que sous le masque.

ENQUÊTE SUR LES MÉTIERS À BRAS ET SUR LA CONDITION DES OUVRIERS TISSERANDS DE LA GRANDE-BRETAGNE²

La *Revue de Westminster* du mois de juillet 1841 contient un long article sur le résultat de l'enquête ordonnée par la Chambre des communes et dirigée par un comité spécial, nommé en 1834 et 1835, au sujet des pétitions adressées à la Chambre par les ouvriers tisserands de la Grande-Bretagne, travaillant avec des métiers à bras. Au rapport des commissaires, la Revue a joint celui de M. W.-E. Hickson, intitulé: *Remarques et observations faites pendant un tour dans les districts des ouvriers tisserands*.

L'auteur de l'article débute par des remarques très judicieuses sur les abus des comités d'enquête, dont les membres, trop souvent intéressés aux les questions qu'ils sont chargés d'examiner, s'abstiennent de faire des rapports après avoir reçu les dépositions d'une foule de témoins et de personnes interrogés, ou n'en rédigent que de confus, vagues et embrouillés à dessein. Dans tous les cas, le rapport est presque toujours l'ouvrage d'un seul membre de la commission, sur lequel se reposent ses collègues, et qu'ils signent de confiance. Celui dont il est question dans l'article cité, a été rédigé par M. Senior. L'analyste reproche avec raison l'étendue monstrueuse de ses documents. Dans le cas présent, outre le rapport du comité central, il y a 1400 pages in-folio de pièces à l'appui que bien peu de personnes auront le courage de parcourir.

Pour donner une idée de l'état des ouvriers tisserands dans la Grande-Bretagne, nous allons extraire quelques passages de rapport particulier de M. Hickson.

Après la classe agricole, la plus considérable est celle des ouvriers employés à fabriquer des objets d'habillement, dont les tisserands forment une des plus nombreuses sections. On compte quatre grandes branches de cette industrie: les tisserands en soie, en coton, en lin et en laine, dont chacune se subdivise en plusieurs autres. Cette branche d'industrie se trouve répandue sur toute la surface de l'Angleterre, de l'Écosse et de l'Irlande, et subit l'influence des différences de religion, de l'éducation, de la législation locale, des habitudes et coutumes... Il est résulté de l'enquête qu'en général, les tisserands en soie sont moins à plaindre que ceux des autres branches; après eux, viennent les tisserands en laine, puis, ceux en lin; et enfin, les plus misérables de tous

² N° 5, Art. II, Novembre 1841, pp. 348-366.

sont les ouvriers qui fabriquent les toiles de coton. Ces derniers, outre l'impossibilité de lutter contre le tissage au moyen des machines, ruinent leur santé, étant obligés de vivre et de travailler dans les caves, autant par économie que parce que le tissage du coton exige une atmosphère humide et fraîche, tandis que celui de la soie a besoin d'un air chaud et sec.

En examinant le grand établissement de tissage de coton à la mécanique de MM. J. et W. Sidebottom, à Mottram, on voit, dans une pièce ayant 125 yards de long sur 25 de large (environ 120 mètres sur 23), 620 métiers en mouvement. M. Hickson, à l'aspect de la prodigieuse quantité de toile fabriquée avec une rapidité à peine croyable, s'est demandé comment il pouvait encore exister des métiers à bras en activité! Et pourtant, ajoute-il, j'ai trouvé M. McCauley, de Belfast, employant 64 métiers à bras pour le tissage d'étoffes étroites que les grands établissements à machines dédaignent de fabriquer; et il remarque qu'en dépit des grandes manufactures, l'usage des métiers à bras subsistera toujours pour la fabrication de plusieurs sortes de tissus, dont le débit est borné et incertain et ne pourrait pas payer les frais des machines. De plus, les métiers à bras sont toujours utiles pour faire l'essai de nouveaux genres d'étoffes.

Les métiers à bras pour tisser le lin sont surtout employés par les paysans irlandais, pour lesquels ils sont d'une grande ressource. Il se fabrique peu de toiles de lin en Irlande dans les villes; les tisserands sont de petits cultivateurs qui partagent leur temps, selon les saisons, entre la culture du sol et le travail au métier. Pendant le beau temps, le paysan est aux champs, soignant son avoine et ses pommes de terre; quand le temps est défavorable, il revient à son métier, et souvent, sa femme ou quelque jeunes fils ou fille s'emploient de même à tisser. Par cette combinaison, les profits du tissage paient le fermage, tandis que le produit du champ nourrit la famille, qui se trouve beaucoup plus heureuse que si elle gagnait trois fois autant en argent, devant s'acheter tout ce qui serait nécessaire pour sa subsistance et son entretien.

«Il y a quelques années, poursuit le rapporteur, avant nos derniers perfectionnements dans les mécanismes à filer le lin, les fermiers, en Irlande, cultivaient cette plante, que leurs familles cardaient, filaient et tissaient en toile, ou vendaient en fil; maintenant, il leur a fallu renoncer à la filature et même à la culture du lin, ne trouvant plus à le vendre au marché avec profit, ce qui a ruiné les petits fermiers et diminué considérablement la fabrication de la toile en Irlande. L'Écosse s'est emparée de cette branche d'industrie, en employant les mécaniques perfectionnées. Toutefois, la totalité des toiles de lin exportées en 1839 et en 1840 n'excèdent guère, pour chacune de ces deux années, l'exportation de 1836. En cette dernière année, la valeur des toiles exportées fut de 3.326.323 l. st.; en 1839, de 3.414.967, et en 1840, de 3.306.088 l. st.»

Une réflexion s'offre naturellement ici. N'est-il pas évident que si les petits métiers perfectionnés de filature pour le lin étaient, par leur bas prix, mis à portée des familles de paysans et de petits fermiers, il en résulterait une bien plus grande aisance parmi les classes laborieuses et agricoles que ne pourra leur en procurer la concentration de la filature et du tissage par des procédés mécaniques en grand, dont le principal avantage reste dans les mains des riches entrepreneurs? On compte dans la Grande-Bretagne 800.000 ouvriers tisserands, lesquels, si le système de l'application en grand des machines est poussé encore plus loin, seront avant peu réduits à la mendicité. Ils sont déjà misérables, mais ils gagnent encore assez pour ne pas mourir de faim.

Les manufacturiers en soie ne sont plus concentrés à Londres dans le quartier de Sporal-Fields, où, cependant, il y a encore dix mille métiers en activité. Cette branche d'industrie s'est étendue à Manchester, Macclesfield, Leigh, Coventry et aux villages environnants. On continue à fabriquer des *poplines* à Dublin, mais on y a renoncé à la manufacture des étoffes de soie unies. Il y a 1700 métiers à Manchester, dont chacun rapporte, en moyenne, au tisserand, 8 sh. 6 d. (10 à 11 francs) par semaine. C'est une bien faible rémunération d'un tel travail; elle ne s'élève guère au-dessus de celle des tisserands de Lyon. Aussi, l'industrie anglaise a-t-elle lutté sans avantage contre l'ancienne supériorité reconnue dont la France est en possession depuis deux siècles. Les anglais ont même exporté en France quelques étoffes de soie, dont la valeur s'est élevée, en 1833, à 76.525 l.st., mais en 1840, elle a baissé à 44.628 l. st. La consommation intérieure des soieries anglaises et des tissus dans lesquels entre la soie, a augmenté considérablement. Quant à l'exportation des soieries, elle a diminué depuis 1835 et 36. Dans la première de ces deux années, elle a atteint 973.785 l. st. (24.344.625 francs). En 1840, l'exportation s'est élevée au-delà de vingt millions de francs. Nous sommes entrés dans ces détails pour faire voir combien il est peu probable que le parlement consente à ruiner une si importante branche d'industrie, en réduisant considérablement les droits d'entrée sur les soieries françaises.

Les manufactures de laine du Royaume-Uni ont déchu de leur ancienne prospérité. La valeur des lainages exportés en 1815, fut de 9.381.426 livres sterling, et en 1840, elle se trouva réduite à 5.327.853 livres sterling. Cette diminution est due, sans doute, aux progrès des fabriques françaises, allemandes, russes et de la confédération pléiadelphé (États-Unis).

Le comité attribue l'état de souffrance des ouvriers tisserands, à plusieurs causes que l'analyste n'admet pas ou qu'il regarde comme insuffisantes pour expliquer les effets. Une des causes de la dépréciation des salaires des tisserands, c'est la trop grande concurrence de bras, provenant de l'état de détresse des autres genres de manufactures, et des classes agricoles; car, ainsi, que le remarque M. Hickson, rien n'est plus

aisé à acquérir que l'art du tisserand pour les tissus unis. Et comme il est impossible d'opérer la réduction du nombre d'ouvriers, il ne reste d'autre moyen d'améliorer leur condition que d'augmenter la consommation à l'intérieur et à l'étranger des tissus de la Grande-Bretagne. Les partisans du système proposé par lord John Russel ne voient de salut que dans l'admission des céréales de l'étranger, dans le but de diminuer le prix du pain, et dans la liberté du commerce par l'admission du sucre, du bois et des produits du sol et des manufactures des autres nations. Nous avons déjà examiné cette opinion dans deux articles des Nos 3 et 4; mais nous ajouterons que le bas prix des céréales doit produire sur la condition des classes laborieuses, et sur les moyens d'obtenir un prix modéré et le moins variable possible, pour les denrées qui forment les bases de la nourriture du peuple.

L'analyste, d'accord avec M. Hickson, reconnaît que les salaires ne haussent jamais d'une manière régulière lorsque le prix du blé monte, et qu'ils ne baissent pas non plus dans une proportion uniforme et régulière lorsque ce prix descend. Cela est vrai, car la seule mesure du prix du travail (quand la violence ne s'en mêle pas, soit de la part des travailleurs, soit de celle de l'autorité), c'est le besoin d'ouvriers et le nombre des concurrents qui se présentent. Le bas prix des subsistances étant la suite nécessaire de leur abondance, profite à toute la communauté, et surtout aux classes qui se nourrissent principalement de pain. L'ouvrier peut alors s'acheter plus de vêtements et de meilleure qualité, de la viande, et se procurer d'autres objets d'utilité qui augmentent son bien-être; car pour l'homme qui vit d'un travail journalier, sa principale dépense consiste dans les céréales qui constituent sa nourriture et celle de sa famille; tandis que pour les classes plus fortunées, le pain n'est qu'un article très secondaire de leur dépense annuelle. Il est donc incontestable que ce serait un grand bienfait pour une nation industrielle et manufacturière d'avoir une abondance assurée de céréales, dans le double but d'augmenter le bien-être et les facultés des consommateurs nationaux, et de permettre aux entrepreneurs de baisser le prix des salaires de manière à diminuer les frais de production, facilitant ainsi l'écoulement des produits manufacturés par leur bas prix, à l'intérieur et dans les marchés étrangers; car on compte sur l'admission des produits de l'industrie anglaise par les nations auxquelles la Grande-Bretagne accordera la même faveur pour les produits de leur sol.

Voilà en résumé le raisonnement des partisans de la liberté du commerce; et l'on ne peut disconvenir de sa justesse en théorie, quoiqu'il présente des difficultés insurmontables dans la pratique, difficultés, toutefois, qui n'ont qu'une source unique: la politique ambitieuse et envahissante qui maintient un état permanent d'hostilité entre des peuples qui auraient tout à gagner à vivre en frères et à ne rien rivaliser que d'efforts pour porter au plus haut degré le bien-être et le bonheur de tous les membres de chaque nation. Si jamais les français et les anglais

se donnent cordialement la main, en reversant tous les monopoles qui paralysent ou rendent inutile et même pernicieuse leur prodigieuse industrie, alors, mais seulement alors, la liberté du commerce deviendra une source féconde et permanente de prospérité nationale. Mais ce consolant avenir ne peut se réaliser sans une condition indispensable; c'est que les associations coopératives de la masse des industriels remplaceront le monopole de l'oligarchie manufacturière. L'association coopérative n'ayant pour but que le bonheur des intéressés, ne tend pas à produire indéfiniment, ni à ruiner un concurrent national ou étranger, en le supplantant. Le monopole ne peut exister qu'en concentrant les capitaux, les opérations de fabrication, et en convertissant en véritables serfs, ilotes ou esclaves la population laborieuse dont l'accroissement rapide, funeste aux pauvres, est très profitable aux riches entrepreneurs, dont l'objet est de payer le moins possible le travail de l'homme. Si l'on parvenait à exécuter au moyen de machines tous les travaux du cardage, de la filature et du tissage du coton, du lin, de la laine et de la soie, les millions d'ouvriers actuellement employés, seraient réduits à mourir de faim; mais la population restante jouirait de plus de bonheur: réduite aux travaux agricoles et à quelques genres d'industrie manuelle, elle décroîtrait bientôt, les mariages deviendraient rares et tardifs, et la population resterait à peu près stationnaire.

Ce qui cause la misère des classes manufacturières en Angleterre, c'est la lutte constante des capitalistes disposant de puissants moteurs inanimés, avec le travail de l'homme. Le mal est incurable, et à peine peut-il être pallié par des mesures partielles; il faut, pour le faire cesser, un remède radical. Ce remède, Owen l'a bien indiqué; il faut que les progrès des arts et des sciences tournent au profit de l'homme industrieux, et que les entreprises manufacturières, conduites par des ouvriers et des artisans associés, puissent se procurer des capitaux à un taux modéré. Hors de là, point de salut pour l'avenir: la misère et la violence, du sang et de terribles bouleversements: voilà la perspective. Il faut, en un mot, que l'épargne, résultant du travail de l'ouvrier, s'accumule au profit de ceux qui l'ont créée, et ne demeure point exclusivement dans les mains des capitalistes, dont la fortune n'a d'autre source que l'exploitation du travail individuel.

Revenant aux mesures proposées, nous ne nous arrêterons qu'à l'admission des blés étrangers. Avant tout, nous remarquerons qu'il n'existe aucun exemple d'un pays qui ait obtenu la diminution permanente du prix du blé en encourageant l'introduction des grains de l'étranger; c'est en livrant plus de terrain à la culture, en encourageant et en perfectionnant l'agriculture, en facilitant les communications et le transport des denrées qu'on est parvenu à ces résultats. Le Portugal offre un exemple récent et bien remarquable de cette vérité. Tant que le gouvernement a permis l'introduction des blés d'Odessa, de la Baltique, de Sicile, de Barbarie, des farines d'Amérique, le pain a été pres-

que toujours cher à Lisbonne et à Porto; les fermiers, dans les années d'abondance, étaient ruinés par le bas prix de leur blé, tandis que dans les années de disette, l'introduction des céréales de l'étranger les forçait à vendre leur grain à perte. Maintenant, et depuis la prohibition des grains de l'étranger, le Portugal est abondamment pourvu et exporte même des quantités considérables de blé.

La production du blé est une des plus précaires; c'est pourquoi une nation doit varier ses cultures en denrées alimentaires et tâcher autant que possible de se passer de l'étranger pour assurer sa propre subsistance. Or, quel doit être l'effet sur la production nationale d'une importation constante de céréales de l'étranger? Une diminution de la garantie offerte au cultivateur national pour la vente de sa future récolte, et par conséquent, la crainte de se voir ruiné. Non seulement, ainsi que l'ont prévu lords Brougham et Charles Russel, on abandonnera successivement les terres à blé moins productives, mais on finira par restreindre tellement cette culture, que dans les années de disette, assez communes et les seules à redouter, le pain montera à un prix exorbitant, à moins que les récoltes à l'étranger ne soient assez abondantes pour fournir à la consommation de l'Angleterre; mais elle sera forcée d'exporter, année moyenne, deux à trois cent millions de francs en numéraire, ce qui porterait un coup mortel à son crédit, duquel dépend l'industrie et le commerce. Il serait absurde de compter sur une exportation équivalente de ses manufactures, car l'abondance extraordinaire des récoltes de la Pologne ne pourra jamais élever dans la même année au double ou au triple sa consommation en produits manufacturés. D'ailleurs, les seigneurs territoriaux et les négociants que l'exportation extraordinaire de blé aura seuls enrichis, dépenseront une grande partie de leurs gains dans le pays, en fêtes, en constructions, au jeu, en vins fins et autres objets étrangers à l'Angleterre. Les banquiers emploient leurs fonds en opérations de bourse sur les principales places de commerce de l'Europe.

Ce qui embarrasse les tories et les whigs, c'est que ni les uns ni les autres n'osent toucher à la source du mal. Comment, en effet, espérer que l'aristocratie territoriale et celle non moins formidable des capitalistes consentiront à sacrifier une partie de leurs immenses richesses et leurs privilèges pour sauver la nation! Ils se trouvent, par conséquent, dans la nécessité de tromper le peuple, en le leurrant, l'égarant, et en tirant parti des intérêts divers pour les mettre en opposition, au lieu de chercher à les concilier. Le système proposé par les whigs est un grand pas de fait vers la réforme radicale, parce qu'il pose des principes qui, dans leurs conséquences extrêmes, conduisent à une réforme complète. Le peuple n'a plus de confiance dans l'aristocratie whig que dans celle des tories; il commence à se convaincre de la nécessité de les frapper l'une et l'autre dans leurs privilèges. Là est la destinée future du peuple anglais.

Sir Robert Peel avoue sans détour que l'introduction des machines est une des causes les plus puissantes de la détresse du peuple anglais; il aurait dû ajouter que c'est la concentration de ces moyens de production opérée par l'énorme accumulation des capitaux arrachés aux classes directement productrices qui est la source du mal. Cela posé, il est évident que le seul remède efficace serait de forcer les capitaux à se diviser, et les grandes entreprises industrielles à se fractionner au profit de l'industrie des familles isolées ou associées, et des fabriques formées par l'association de petits capitalistes et d'ouvriers coopérateurs. Mais pour que cela ait lieu, il faut plusieurs conditions, dont la principale est l'établissement de banques de prêt à très faible intérêt, instituées dans le but d'aider les associations d'ouvriers et d'artisans. Les banques écossaises et celles des États-Unis ont rendu d'immenses services en ce genre; mais pour produire de grands résultats, il faudrait une institution nationale, indépendante de l'influence des classes privilégiées et surtout de celle des gros capitalistes. C'est là que gît la difficulté, et elle sera insurmontable tant que les possesseurs exclusifs du sol et des richesses seront les maîtres. Leur puissance est immense, elle se maintient par un enchaînement d'intérêts et par la dépendance où sont les classes mercantiles et le peuple de l'aristocratie nobiliaire et financière; c'est pourquoi il est impossible de prévoir la durée de ce pouvoir oppresseur déjà fortement ébranlé, mais dont les profondes racines peuvent résister à bien des tempêtes. Il tombera pourtant, et il l'aura bien mérité.

En résumé, voici, ce nous semble, le véritable état de la question. Les profits des grands établissements manufacturiers se concentrent dans les mains de l'entrepreneur et de ses associés sans que jamais les ouvriers y participent. Tout l'avantage de l'emploi des mécaniques mises en mouvement par une puissance inanimée qui remplace le travail de l'homme et celui des animaux, tourne au profit des capitalistes. La diminution des frais de production, et la grande quantité des produits fabriqués, en faisant baisser leur prix, permettent aux consommateurs aisés d'en acquérir davantage, ou d'employer à d'autres achats l'argent économisé. Mais en quoi cette économie résultant du bas prix peut-elle profiter aux classes laborieuses vivant de leurs salaires? Qu'importe qu'une famille d'ouvriers puisse économiser sur des objets d'habillement dix ou vingt francs par an, si elle perd cent par le manque de travail ou par la baisse des salaires?

Au contraire, dans le système de fabrication disséminée dans les bourgs et les villages, tous les profits de la main-d'oeuvre accroissent l'aisance de la famille, et ces profits peuvent même se combiner avec ceux de la culture du lin, le soin des troupeaux et celui des vers à soie. La population ainsi occupée n'irait plus s'agglomérer dans les villes pour y ruiner sa santé, corrompre ses mœurs et s'accroître outre mesure; elle jouirait de l'aisance en recueillant tout le fruit de son tra-

vail domestique, ou en combinant le travail de plusieurs ouvriers dans des ateliers d'industrie.

Lorsqu'on considère la perfection des tissus de laine de Cachemire, de ceux de coton et de soie de l'Inde et de la Chine, que l'industrie européenne n'a pas encore surpassée ni même égalée pour la beauté et pour la qualité, et l'imperfection des moyens mécaniques employés par les Asiatiques industriels, on entrevoit les immenses résultats que les familles ouvrières tireraient de l'emploi de mécaniques perfectionnées pour le cardage, la filature et le tissage du lin, de la laine et de la soie, et même pour le coton. Quant à ce dernier article, il nous semble que sa consommation en Europe diminuera sensiblement par la plus grande extension qu'on commence à donner aux tissus de lin, de soie et de laine, matières premières de notre cru.

Si les grands établissements manufacturiers anglais fabriquent des tissus de coton d'une belle apparence et à très bas prix, il s'en faut de beaucoup que leurs produits égalent en qualité, en durée et même en beauté, et pour les couleurs, ceux de l'Inde. On sait combien les indiennes fabriquées en Angleterre depuis la grande baisse des prix étaient inférieures en qualité et de mauvais teint. Dans les derniers temps, le but a été plutôt de fabriquer beaucoup que de fabriquer bien, et malheureusement, l'exemple de l'Angleterre commence à s'introduire en France par l'effet de la concurrence entre les grands manufacturiers.

En dépit de tous les perfectionnements apportés au cardage, à la filature et au tissage par Arkwright, Hargraves et Crompton, nous sommes bien loin encore d'approcher des tissus fabriqués par les anciens Egyptiens, avec du fil obtenu par des rouets semblables aux nôtres, et des métiers à bras pareils à ceux de nos tisserands.

M. Arundel a rapporté de l'Egypte un morceau de tissu de lin trouvé dans une caisse de momie à Thèbes, dont chaque pouce a 150 fils en chaîne et 71 en trame. M. Wilkinson possède une pièce de toile de lin de la même origine, dont la finesse est vraiment merveilleuse; elle contient sur chaque pouce 540 fils dans la chaîne et 110 dans la trame. Or, les plus belles mousselines de Dacca ne contiennent par pouce qu'environ 100 fils en chaîne et 84 en trame. Hérodote parle d'une cotte d'un travail admirable, dont Amasis avait fait présent au temple de Minerve à Linde. On la montrait encore du temps de Pline, qui rapporte qu'elle était de lin, et que chaque fil se composait de 365 brins d'une finesse extrême. Avant l'application de la vapeur aux métiers à tisser, l'industrie des tisserands était profitable et rapportait environ 25 francs par semaine; elle tomba ensuite à environ 9 francs dans les meilleures temps, et baissa jusqu'à 4 à 5 francs dans les mauvais. Le nombre des métiers à la vapeur était de 14.000 en 1820; en 1830, on en comptait 55.000. Or, chaque métier mû par la vapeur fait l'ouvrage de trois tisserands, et par conséquent, ces malheureux ouvriers, réduits au plus chétif salaire, ne peuvent subsister qu'à l'aide de la taxe des pau-

vres, des bienfaits de laquelle ils sont presque privés par la nouvelle loi, aussi injuste dans son principe que barbare dans l'exécution. Si les 800.000 tisserands gagnaient de quoi subsister, ils n'auraient pas recours aux paroisses, et la taxe des pauvres pourrait être réduite sans inconvénient. C'était bien assez de ruiner les fileurs au rouet, il fallait moins laisser aux tisserands leur industrie.

En définitive, il n'y a qu'à choisir entre deux partis. Il faut que les riches nourrissent les familles que les grands manufacturiers ont réduites à l'indigence, ou que la nation adopte des mesures efficaces pour empêcher ce funeste effet des richesses concentrées en peu de mains et employées à pousser la production manufacturière jusqu'à ses dernières limites, dans l'intérêt des grands entrepreneurs et non dans celui des travailleurs. Dans les premiers temps de leur établissement les grands établissements manufacturiers mis en mouvement par une puissance inanimée améliorent la condition des classes pauvres, en donnant de l'emploi dans le district à un grand nombre d'hommes, de femmes et d'enfants, et encourageant la production agricole. Mais en attirant vers ce foyer la population des campagnes par l'appât du gain, elle s'accroît rapidement, et dans l'espace de vingt ans, elle devient trop forte pour le besoin des manufactures, et la surabondance des bras en diminue la valeur. Cela n'arriverait pas si avec l'augmentation croissante de la puissance productrice des moteurs inanimés, croissait dans la même progression le besoin des moteurs intelligents. Mais loin que ce rapport se maintienne, plus les machines se perfectionnent, et plus on augmente la puissance des moteurs inanimés, moins la production exige une quantité additionnelle de bras; l'entrepreneur seul profite de cette économie, le monopole des capitaux lui assure celui des profits, et il marche à l'opulence, tandis que le peuple est condamné à un dégradant esclavage. D'ailleurs, les fabricants anglais, surtout ceux de tissus de coton, ont en vue la consommation à l'étranger autant et plus que celle à l'intérieur; c'est pourquoi, pour s'assurer la préférence dans les marchés étrangers sur les produits des autres nations, ils font supporter aux ouvriers nationaux toutes les réductions des frais de production. Tant que les produits de l'industrie se consomment dans le pays, le peuple, même en les payant plus cher que ceux qu'il pourrait tirer de l'étranger, y trouve son profit, parce que la création de ces richesses facilite et augmente l'échange des produits divers du sol et de l'industrie. Par ce moyen, la condition de toute la société s'améliore; les classes riches ou aisées augmentent leurs revenus par suite de l'accroissement de la richesse nationale, tandis que la classe ouvrière trouve dans l'augmentation de ses profits de quoi compenser amplement la cherté comparative des produits des manufactures nationales. C'est là précisément ce qui se passe actuellement en France et en Allemagne, et c'est, selon nous, l'argument décisif contre l'admission des tissus anglais avec des droits assez faibles pour obtenir la préférence sur ceux des fabriques françai-

ses. Cette admission, avantageuse aux négociants et aux marchands, et en général, aux consommateurs aisés, deviendrait funeste à la grande majorité de la nation, et ruinerait, dès le début, les capitalistes et les ouvriers engagés dans les manufactures, dont les progrès soutenus garantissent le plein succès. La concurrence entre les divers établissements fait redoubler les efforts des fabricants, et amène une baisse progressive des prix, et quand elle n'est pas excessive, le perfectionnement des étoffes. Dans l'état actuel des choses, l'abolition ou la trop forte réduction des droits protecteurs de l'industrie française tarirait une source féconde de richesse, sans offrir aucune compensation dans l'accroissement d'aucun autre élément de la prospérité nationale.

DES VICES DE L'ADMINISTRATION DE LA JUSTICE EN ANGLETERRE*

La *Revue de Westminster* de juillet 1841 consacre un article à l'examen des vices monstrueux qu'entraîne l'administration de la justice en Angleterre, et la rendent excessivement dispendieuse. Le mal est sans doute très grand, et tout le monde en reconnaît la gravité, mais il n'est pas aisé d'y apporter remède. Trop de gens sont intéressés à la conservation des abus auxquels ils doivent leur aisance, pour y renoncer sans opposer une résistance bien combinée, et telle est l'influence que les hommes de loi exercent en Angleterre sur l'aristocratie, que cette puissante corporation est assurée d'être soutenue par les deux Chambres du parlement. Ce ne sera donc qu'avec la plus grande difficulté qu'on parviendra à réformer la législation et le code de procédure. Toutefois, il est utile de faire connaître au peuple toute l'étendue des abus dont il est la victime.

Voici les causes principales de la durée excessive des procédures et des frais exorbitants qu'elles entraînent: 1^o le grand nombre d'actes qu'il faut dresser avant le jugement du procès; 2^o la nécessité où sont les parties de venir des provinces plaider à Londres; 3^o les énormes frais pour le transport des témoins et leur entretien pendant la durée du procès; et 4^o le délai depuis le commencement des procédures jusqu'au jugement de la cause. Ce délai varie, suivant les circonstances, d'un mois à neuf.

L'analyste, pour mettre à portée de tout le monde ce qui se passe dans la plus simple affaire civile soumise aux tribunaux, prend pour exemple un fait des plus ordinaires et des moins compliqués. Écoutons son exposé.

«Un homme se plaint qu'on lui a pris sa vache. L'accusé en convient, et reconnaît que la vache appartenait au plaignant, mais il allègue que celui-ci est son fermier et lui doit six mois de fermage, et ajoute qu'il n'a pris la vache qu'en garantie de la dette. Le plaignant avoue qu'il tient se ferme à bail du défendeur, mais soutient qu'il lui a payé la rente. Le point en discussion est donc le paiement des six mois de fermage, et voici la marche qu'il faut suivre pour établir la preuve de ce paiement dans les cours de justice de Westminster. Avant tout, et pour l'instruction de ceux qui ignorent la marche suivie dans les tribunaux anglais en cette matière, il faut leur apprendre qu'il n'est pas permis à un juge anglais de recevoir ou d'examiner le témoignage des partis

* N^o 5, Art. VI, Novembre 1841, pp. 391-396.

dans la cause. Voici donc comment s'entame l'affaire. Le plaignant s'adresse à un procureur, lequel, aidé d'un avocat, dresse une déclaration ou exposé du sujet de plainte, qu'il fait enregistrer au greffe; le procureur communique une copie de cet acte à son confrère, employé par la partie adverse, et en exige une réponse dans un nombre déterminé de jours; le procureur du défendeur, aidé également d'un avocat, dresse sa réplique, qu'il fait de même enregistrer, et en transmet une copie au procureur du plaignant: dans cette pièce, il convient du fait, et réclame le paiement du semestre de fermage. Alors, le procureur du plaignant dresse à son tour une troisième déclaration, qu'il fait enregistrer au greffe, et dont il transmet copie à son confrère. Il persiste dans son dire que le fermage a été payé par son client. Enfin, dans un quatrième acte, le procureur du défendeur nie le fait de ce paiement. Ces quatre pièces sont copiées en entier sur une feuille de parchemin, et au jour assigné par les règlements de la Cour, la cause est plaidée devant un jury.»

Quelle riche moisson pour les procureurs, scribes, avocats et autres suppôts de la chicane! Les dépenses s'élèvent si haut, qu'il est souvent préférable de se laisser dépouiller par les riches et puissants que de courir la chance d'un procès, dont le gain même entraîne souvent la ruine du plaideur. La nécessité de venir plaider à Londres est d'une injustice révoltante. Il faut être aussi enchaîné par les anciens usages, même les plus monstrueux, que l'est le peuple anglais, pour avoir enduré si longtemps de si intolérables abus.

La législation anglaise en matière civile est un dédale de contradictions les plus choquantes. Par exemple, dans ce qui regarde les témoins, les lois écartent tous ceux qui pourraient avoir dans l'issue de la cause un intérêt pécuniaire quelconque, ne fût-il que d'un *farthing* (2½ centimes); mais elles admettent, sans le moindre scrupule, à déposer le fils pour le père, le père pour le fils, un frère en faveur d'un frère, le domestique en faveur du maître, et dans les procès politiques, les partisans des factions les plus effrénées!

L'analyste pense que l'interrogation des parties par le juge, aujourd'hui interdite, n'aurait aucun inconvénient, et faciliterait beaucoup la découverte de la vérité. Cela est évidemment impossible dans l'état actuel de l'organisation de l'ordre judiciaire en Angleterre. En effet, comment quinze juges pourraient-ils interroger les plaideurs dans les procès qui ont lieu dans une population de seize millions d'individus! Il faudrait de toute nécessité augmenter beaucoup le nombre des juges. Dans la dernière session du parlement, M. Fox Maule fit une proposition à la Chambre des communes, qui resta sans effet, dont l'objet était de réformer l'organisation judiciaire. D'après ce bill, vingt-cinq juges résidents devaient expédier les causes civiles des cinquante-deux comtés anglais. C'était un premier pas fait dans la voie des réformes; mais des intérêts particuliers prévalurent sur ceux de la nation, et sous

des prétextes frivoles, le bill fut rejeté. Cependant, la conviction générale sur la nécessité de porter un remède au mal est si profonde, que le parlement sera enfin forcé de faire droit aux griefs du peuple sur ce point comme sur tous les autres.

La cour de chancellerie, malgré quelques réformes partielles, est encore un foyer d'abus; elle est pleine de sinécures rapportant d'énormes salaires, dont quelques-uns s'élèvent à 250.000 francs par an. L'Angleterre est le paradis de la richesse; les hommes de loi y sont les tuteurs des riches propriétaires, et grâce au chaos impénétrable de la législation civile, personne n'est certain de conserver les biens dont il est en possession. *La glorieuse incertitude de la loi* est une source intarissable de richesses pour la redoutable et puissante confrérie des plumitifs britanniques. On ne saurait appliquer à l'Angleterre le vieil adage: *Dat Galenus opes, Justinianus honores*. En Angleterre, le barreau conduit à l'opulence, aux honneurs et au pouvoir. Dans un pays où tout se décide, non par la raison, mais par l'autorité des décisions des temps passés (*précédents*), il n'y a que les hommes initiés dans les mystérieuses voies de l'inextricable labyrinthe de la législation, qui puissent en parcourir les détours sans s'égarer.

GRANDE-BRETAGNE

EN 1840

LA GRANDE-BRETAGNE EN 1840,

ou

ANNUAIRE FINANCIER, COMMERCIAL ET STATISTIQUE DU

ROYAUME-UNI

Par F. S. C.

1841

LA
GRANDE-BRETAGNE
EN 1840,

ou

ANNUAIRE FINANCIER, COMMERCIAL ET STATISTIQUE
DU ROYAUME-UNI;

CONTENANT

Des Notices sur les progrès
des chemins de fer, de la navigation à vapeur;
le mouvement de la population, la statistique des maladies
dans 330,559 cas de décès; des considérations sur la réduction des
droits et son influence sur la consommation et le revenu,
et autres objets importants; rédigé sur
des documents officiels.

PAR F. - S. G.

PRIX 1 FR. 25 CENTIMES.

Paris,
CHARPENTIER, LIBRAIRE,
Palais-Royal, galerie d'Orléans, 7.

1841.

AVERTISSEMENT

En rédigeant cet opuscule, notre but a été d'offrir au public, sous un format commode et à un prix très modique, l'extrait exact d'une foule de documents officiels présentés chaque année au parlement, sur le revenu, les dépenses, les importations, les exportations et autres objets relatifs à la statistique du Royaume-Uni et de ses dépendances; auxquels nous avons joint des notices et des aperçus puisés aux meilleures sources, sur une foule d'objets intéressants, comme on pourra s'en assurer en parcourant la table de matières de notre *Annuaire*.

Aucun écrit de ce genre n'avait encore paru en France, où l'on trouve réunis les principaux éléments annuels de la situation financière, commerciale et industrielle de la Grande-Bretagne, le mouvement de sa population, désignation des maladies qui influent sur la mortalité; les progrès de la construction des chemins de fer et de la navigation à vapeur; l'effet de la réduction des impôts sur la consommation et le revenu, et l'opération de la mitigation des peines sur le nombre et la nature des crimes et des délits. Nous recommandons particulièrement à nos lecteurs l'article sur l'effet que l'abaissement des droits a eu sur la consommation du café et sur le revenu. Ce résultat est applicable de tous points à nos sucres, indigènes et coloniaux, également en souffrance.

Si le public daigne accueillir favorablement notre *Annuaire*, nous ferons paraître dans le courant du mois de janvier 1842, celui qui contiendra la statistique de 1841. Le nouveau recensement décennal qui doit s'exécuter dans le courant de la présente année, les dépenses extraordinaires causées par les armements de l'Angleterre, l'interruption du commerce avec la Chine ne peuvent manquer d'offrir un vif intérêt. La logique des chiffres est irrésistible; quand on sait les interroger, on peut facilement en déduire l'état progressif ou déclinant d'une nation, mesurer ses ressources pendant la paix, et calculer ses chances de succès et les risques qui menacent sa puissance et son commerce en cas de guerre.

[...]

COMMERCE

Analyse des principaux articles d'exportation

Les principaux articles d'importation consistent en thé, café, sucre, cacao, liqueurs, épiceries, et en matières premières et drogues de teinturerie; les premiers sont entièrement consommés, tandis que le coton, la laine, la soie, les métaux, acquièrent, par l'effet de l'industrie, mille formes et un grand surcroît de valeur. L'emploi de machines et de procédés ingénieux facilite la production d'objets manufacturés; elle augmente rapidement, et les prix baissent dans la même proportion. Il s'ensuit que l'étranger en obtient une plus grande quantité en échange de la même valeur qu'il donnait auparavant en produits agricoles, dont la quantité ne peut s'accroître que lentement, d'où il résulte que le commerce étranger est beaucoup moins profitable que le commerce intérieur, le premier ne fournissant pas, à beaucoup près, de valeurs suffisantes pour payer le travail du surcroît d'ouvriers employés à fabriquer les objets destinés à l'exportation. Il faut, de toute nécessité, que ces ouvriers soient moins bien rétribués à mesure que leur nombre augmente, et cela par le seul effet de l'abaissement du prix des produits manufacturés; car ce bas prix, tout à l'avantage du consommateur étranger, ne l'excite pourtant pas à donner plus d'extension à son industrie agricole et manufacturière, comme cela a lieu pour des consommateurs nationaux. Dans la production destinée au commerce intérieur, l'abaissement des prix amène la consommation d'une plus grande valeur, parce que tous les industries en profitent, et les facultés des consommateurs s'accroissent. Il en est autrement chez l'étranger. Le bas prix des produits manufacturés qu'il tire de dehors nuit souvent à sa propre industrie. Il est vrai que la ruine des manufactures étrangères peut momentanément favoriser l'exportation des produits de l'Angleterre, mais elle cesserait bientôt d'en profiter, car ces peuples, en s'appauvrissant, restreindraient de jour en jour leur consommation de marchandises anglaises. Le système d'une progression illimitée de la production manufacturière, et l'encouragement factice donné ainsi à l'accroissement de la population et au paupérisme, sont donc, à mon avis, des fléaux qui menacent l'Angleterre d'une terrible et imminente catastrophe, qui jaillira du sein même d'une prospérité apparente et colossale.

Pour qu'un pareil élan industriel puisse se soutenir, il faudrait que le nombre ou les facultés des consommateurs à l'étranger suivit la même progression d'accroissement. Or, cela n'a lieu que dans les nou-

veaux établissements anglais en Australie et dans les possessions anglaises d'Amérique. Quant à la consommation croissante des États-Unis pour les produits manufacturés de la Grande-Bretagne, il faut se rappeler que chez ce peuple les progrès de l'industrie manufacturière marchent de pair avec la production agricole, et tout annonce qu'avant un quart de siècle cette république sera la rivale de l'Angleterre dans tous les genres d'industrie.

[...]

CLASSIFICATION ET ANALYSE DES DROITS D'ENTRÉE ET DES EXPORTATIONS

M. MacGregor désapprouve à plusieurs égards le système et la classification des objets soumis à des droits d'entrée. Il pense que l'abaissement des droits augmenterait considérablement le revenu, et il voudrait qu'on réduisît à un petit nombre de catégories les nombreux articles dont le produit totale ne s'élève qu'à des sommes insignifiantes et dont pourtant la perception entraîne beaucoup de frais et de pertes de temps. Il se prononce contre les droits imposés dans le but de protéger les manufactures nationales, et assure que tous les manufacturiers anglais, à la seule exception de ceux en étoffes de soie et de la verrerie, renonceraient volontiers à ces droits protecteurs. Il allègue comme une preuve décisive de l'inutilité de tels droits la prospérité croissante des manufactures de coton, de laine et autres qui figurent au premier rang des exportations, et dont le montant des droits protecteurs ne s'élève pas au delà de 200.000 livres sterling.

M. MacGregor et le docteur Browning cherchent à faire l'application de ce principe à la France. Les manufactures les moins protégées sont, disent-ils, celles qui prospèrent le plus à la longue; et sous ce rapport ils comparent les manufactures de coton en Angleterre à celles de soie en France, et conclut qu'on devrait cesser de protéger la fabrication des soieries en Angleterre et celle du coton en France. En effet si le gouvernement anglais permettait la libre entrée des soieries, de la verrerie, des glaces de France, à son tour on pourrait abandonner chez nous la protection des manufactures de coton après quelques années; mais loin de renoncer à la fabrication de la soie, les anglais se flattent avec raison de porter à un degré de perfection tel que ses produits foudrissent non seulement à la consommation de l'empire britannique, mais remplaceront dans les marchés étrangers les produits des fabriques de Lyon et de Nîmes. L'importation croissante de la soie brute en Angleterre atteste les progrès de cette branche de l'industrie.

Sans doute les manufacturiers anglais n'ont aucun besoin de protection pour la fabrication du fil et des tissus de coton, car au point où est

portée cette industrie chez nos voisins elle ne peut craindre aucune concurrence. Bas prix de la matière première, du fer, de la houille, et des machines; perfection des procédés mécaniques, habileté des ouvriers, emploi d'immenses capitaux peux coûteux; tout concourt à donner une incontestable supériorité aux fabricants anglais.

L'exportation des fils et des étoffes de coton et des lainages monte annuellement à 30 millions de livres sterling. Les droits sur les articles de laine de l'étranger ne s'élèvent qu'à 30.000 livres sterling, et sur les tissus de coton à 6.000 livres sterling. Cela prouve le bas prix de la fabrication de la laine et du coton en Angleterre, tandis que d'après M. Porter celle de la soie en France est de 20 à 40 pour cent moins chère qu'en Angleterre. Aussi par suite des forts droits d'entrée la moitié des soieries de France consommées en Angleterre entre-t-elle en fraude.

M. MacGregor regarde comme funestes à la prospérité manufacturière de l'Angleterre les droits d'entrée sur les céréales de l'étranger. Je vais traduire textuellement les expressions de cet intelligent économiste à ce sujet.

«Avec les avantages supérieurs que nous tenons de la nature et l'intelligence industrie de nos concitoyens, nous pourrions, en tous les genres de manufactures que nous possédons aujourd'hui, soutenir la concurrence des autres nations dans tous les marchés du globe, et y livrer la plupart de nos produits à un plus bas prix; mais nous souffrons que les ressources qui pourraient nous conduire à ce but soient contrebalancées par les droits prohibitifs sur l'importation des denrées alimentaires.» Il ajoute que l'industrie manufacturière cherche naturellement à s'établir là où elle trouve plus d'avantage, et c'est pourquoi on voit, depuis plusieurs années, un flot d'émmigrants anglais aller s'établir dans les pays où ils trouvent la nourriture moins chère et une plus grande perspective de profit par l'emploi de leur industrie ou de leurs capitaux. On voit en effet en France, en Belgique, en Allemagne, aux États-Unis, de nombreuses fabriques et exploitations se former chaque jour dirigées par des anglais, et souvent avec des capitaux tirés de l'Angleterre. Une preuve palpable de cette vérité est fournie par la valeur croissante de l'exportation des machines. Dans les trois années de 1831 à 1834 leur valeur fut, terme moyen, de 108.423 livres sterling par an; dans les trois suivantes, de 274.008 livres sterling; et dans les trois années terminées en 1838, la moyenne de chaque année a été de 601.394 livres sterling. Et outre les énormes capitaux qui passent à l'étranger pour y être employés en établissements industriels, 4 à 5 millions de livres sterling sortent de l'Angleterre pour être dépensés sur le continent par des voyageurs ou de familles qui résident en France, en Suisse, en Italie et en Allemagne.

«Rien, dit le même économiste, ne s'oppose aujourd'hui aux progrès de l'industrie manufacturière sur le continent de l'Europe, et il ne faut

aux manufacturiers français, belges et allemands, pour obtenir des produits qui pourront remplacer les nôtres dans les marchés étrangers, que du temps et de la persévérance.»

[...]

DES CHEMINS DE FER DE LA GRANDE-BRETAGNE

L'emploi de la vapeur comme puissance locomotrice, remplaçant les chevaux dans le transport des voyageurs et des marchandises par terre, ne date que de dix ans. La première expérience en grand fut celle de la ligne de Liverpool à Manchester, ouverte au public depuis le mois de septembre 1830. Depuis cette époque jusqu'à la fin de 1840, il a été construit en Angleterre et en Écosse plus de 1.100 milles de chemins de fer, qui sont terminés, et une étendue presque égale est actuellement en cours d'exécution. Un capital de 60.000.000 de livres sterling est consacré à ces importantes constructions. Le progrès de nouveaux et merveilleux moyens de transport aux États-Unis a été encore plus rapide, et avant peu toute l'Union sera sillonnée de chemins de fer, qui, faisant disparaître les distances, rendront les communications intérieures aussi rapides qu'économiques, soit pour les denrées, les marchandises et les bestiaux. En Europe, la Belgique est le pays où, après l'Angleterre, les chemins de fer ont reçu le plus d'extension. L'Allemagne ne reste pas en arrière; la France seule s'est bornée jusqu'ici à des lignes de peu d'étendue, mais le chemin de fer de Paris à Rouen sera, il faut l'espérer, le précurseur des autres grandes lignes projetées depuis trois ans par diverses compagnies.

Nous ne nous prononcerons pas sur la question de savoir si la construction des chemins de fer exige l'intervention du gouvernement, et s'ils peuvent être construits en totalité ou en partie aux frais de la nation.

Ceux qui maintiennent cette opinion se fondent sur l'insuffisance des capitaux des compagnies; mais si en effet la réunion d'actionnaires ne suffit pas pour effectuer ces utiles travaux, à coup sûr les embarras financiers de la France ne permettent pas de voir consacrer aux chemins de fer des sommes annuelles capables d'obtenir de grands résultats. La France serait donc condamnée à rester longtemps spectatrice des progrès immenses de ses voisins, rivaux déjà si redoutables en industrie manufacturière, et chez qui le prix du charbon, du fer et des matières premières, baissant par suite de l'abaissement des frais de transport, assurera à leurs produits manufacturés un avantage croissant sur ceux de l'industrie française écrasée par une foule d'entraves, et

notamment par le haut prix du fer et du charbon, dû en grande partie à la lenteur et à la cherté des transports.

En Angleterre, des compagnies d'actionnaires ont suffi pour exécuter les plus importants travaux, et je crois qu'il en serait de même en France si une bonne législation en cette matière rassurait le public contre les abus de l'agiotage et de la gestion des directeurs des compagnies. Des fonds anglais viendraient même grossir le capital national employé à ces utiles entreprises, ainsi que cela s'est déjà réalisé pour le chemin de fer de Paris à Rouen, dont la moitié du capital a été fournie par des anglais.

Toutefois, il faut bien se pénétrer d'une grande vérité; c'est que pour assurer les recettes du transport des personnes et des marchandises, il est indispensable de faire disparaître pour les premières les entraves des passeports, et pour les secondes celles des visites de l'octroi. J'ose affirmer que si, pour se rendre de Londres à Manchester, il fallait que chaque voyageur fût muni d'un passeport, les chemins de fer seraient impraticables, les frais d'entretien ne pouvant être couverts par le nombre de voyageurs.

Chaque jour introduisant des perfectionnements notables dans la construction des chemins de fer, et les conditions particulières de chaque ligne et de ses embranchements donnant des résultats différents, il est impossible de calculer avec quelque certitude les frais et profits moyens de ces entreprises. Tout ce qu'on peut déduire des faits connus d'une manière authentique, c'est que des progrès sensibles se font remarquer à mesure qu'on avance; d'un côté les frais diminuent, de l'autre les recettes s'accroissent, autant par le nombre toujours croissant de voyageurs et de marchandises, que par une administration mieux entendue et par une meilleure classification des prix des places. Voici quelques résultats constatés qui peuvent donner au lecteur une juste idée des produits de ces entreprises en Angleterre.

L'ensemble des lignes de chemins de fer entre Londres, Birmingham, Liverpool, Manchester et Preston, avec la branche d'Aylesbury, comprend environ 260 milles; le total des recettes, depuis le 1^{er} juillet 1839 jusqu'au 30 juin 1840, a été de 1.467.563 livres sterling¹; les dépenses pendant le même temps, y compris l'intérêt de l'argent emprunté, s'élevèrent à 820.894 livres sterling, c'est à dire à peu près 56 pour cent. Cela donne une recette journalière moyenne de 4.020 livres sterling ou 15 livres sterling par mille. Tout annonce pour l'année 1841 une notable augmentation des recettes, qu'on n'estime pas au-dessous de 30 pour cent.

Par le dernier acte du Parlement aucun chemin de fer ne peut être commencé sans que les entrepreneurs aient donné deux mois d'avance avis à la Direction du Commerce (*Board of Trade*), qui procédera à une

¹ Nous négligerons dans tous les calculs les fractions de la livre sterling.

minutieuse enquête. Une fois construit et livré au public, les directeurs sont tenus de présenter au gouvernement des rapports détaillés des recettes et autres objets y relatifs.

[...]

DE LA NAVIGATION PAR LA VAPEUR

L'application des machines à vapeur à la navigation, tentée d'abord en France, n'est devenue d'une utilité pratique que par suite des expériences de Fulton. Perfectionnée depuis, la navigation à vapeur acquiert de jour en jour une plus grande extension, surtout aux États-Unis et en Angleterre, malgré de nombreux accidents, causés par le choc des navires ou par l'explosion des chaudières dont les causes sont encore un problème pour les physiciens. Un pas immense a été fait dans cette navigation, les succès obtenus par les paquebots transatlantiques ne laissent plus de doutes sur la possibilité d'exécuter de grandes traversées avec une parfaite sécurité. Ces paquebots ont fait nombre de voyages d'Angleterre aux États-Unis depuis 1839 sans éprouver aucun accident fâcheux. Le terme moyen a été de 12 ou 13 jours, ce qui est à peu près la moitié du temps des traversées des anciens paquebots les meilleurs voiliers. Les machines du *Grand Occidental*, le premier construit des paquebots à vapeur transatlantiques, ont une puissance de 400 chevaux; on en a construit depuis en fer, ayant une force supérieure, et on va en construire un de 3.600 tonneaux et de la puissance de 1000 chevaux.

La navigation à vapeur commença en Angleterre, en 1815, par 5 bateaux ou pyroscaphes; elle comptait, en 1836, 600 vaisseaux jaugeant 67.969 tonneaux; aujourd'hui ce nombre est augmenté; sans parler des vaisseaux armés du gouvernement, dont plusieurs sont de fortes frégates pourvues de machines de la puissance de 400 à 500 chevaux, et au delà.

Les vaisseaux armés à vapeur préparent une grande révolution dans la marine militaire de tous les États, révolution qui, en détruisant la prépondérance de la marine britannique, finira par égaliser les forces navales des nations jusqu'ici inférieures sous ce rapport à l'Angleterre. En effet la supériorité résultant de l'habileté des marins dans les manœuvres et les évolutions disparaîtra presque entièrement; chaque État pourra construire de forts vaisseaux de guerre munis des plus puissantes machines à vapeur. Il est vrai qu'en attendant les anglais conserveront pendant quelques années leurs avantages par la perfection et le bas prix de leurs machines. Les américains-unis peuvent seuls lutter avec avantage avec eux sur ce point. Toutefois la France, indépendamment des machines tirées d'Angleterre, pourra en construire chez elle

d'aussi parfaites, quoique plus coûteuses. Plus on en construira chez nous et plus leur prix baissera, en même temps qu'on en perfectionnera toutes les parties. La possibilité de naviguer par un calme, et contre vent et marée, donnera une immense supériorité aux vaisseaux armés à vapeur. En cas de guerre maritime, la marine marchande anglaise deviendrait bientôt la proie de croiseurs naviguant à l'aide de la vapeur. Mais pour que les vaisseaux à vapeur armés l'emportent décidément sur les vaisseaux à voiles, il faudra que la construction des premiers reçoive de grands perfectionnements, surtout pour mettre leurs rouages et appareils à couvert de l'artillerie ennemie. Ce but est déjà en partie atteint par d'ingénieux procédés.

DE LA RÉDUCTION DU TARIF DU PORT DES LETTRES, ET DE SES EFFETS

Il n'est point de fait mieux constaté et plus digne d'attention que les effets de l'abaissement du prix d'un article de consommation générale. Le débit de cet article s'accroît dans une telle progression par la diminution de l'impôt que le revenu qui en provient augmente au lieu de diminuer. Nous allons citer deux ou trois preuves à l'appui de cette proposition.

En 1825 les droits sur le café furent réduits de moitié, et au bout de trois ans le montant de la recette surpassa celui que l'État en percevait sur le régime des anciens droits. En 1820 la consommation totale du thé et du café fut de 20.599.930 livres, et les droits sur ces deux articles montaient à 3.428.592 livres sterling à raison du taux moyen de 2 shillings 3 pences par livre. En 1839 la consommation de ces articles s'éleva à 61.968.500 livres; et les droits réduits à 1 shilling 5 pence rapportèrent 4.439.863 livres sterling. La consommation du thé et du café a plus que doublé depuis 1820, tandis que dans le même intervalle la population n'a éprouvé qu'un accroissement fort inférieur à celui de la consommation. Il en est résulté un double profit pour le fisc et pour le peuple.

Le troisième exemple nous est fourni par la réduction du prix des papiers-nouvelles et des annonces. En 1832 le nombre d'annonces frappées d'un droit de 3 shillings 6 pence dans la Grande-Bretagne fut de 888.004; et en 1839, le droit étant réduit à 1 shilling 6 pence, le nombre d'annonces s'éleva à 1.523.361. En 1836, le nombre de papiers-nouvelles imprimés dans la Grande-Bretagne montait à 30.431.474, au prix de 7 pence chacun (environ 75 centimes). Les droits de timbre ayant été réduits, le prix de chaque feuille fut porté à 4 1/2 et 5 pence, et dans le cours de trois ans le nombre des feuilles s'éleva à 58.516.862.

C'est après le même principe que M. Rowland Hill a fait adopter par le Parlement la réduction du port des lettres dans le Royaume-Uni aux taux uniforme de 1 penny (10 centimes) par demi-once. Cette

réduction, étant extrêmement forte (de 7 pence à 1 penny), devait nécessairement produire une somme inférieure à celle de la poste avant cette réduction, l'accroissement du nombre des lettres ne pouvant tout à coup devenir assez fort pour couvrir le déficit. En effet, l'année 1840 a offert une diminution de 40 à 50 pour cent environ dans les recettes, mais dans deux ou trois ans il est très probable que le déficit sera comblé. En tout cas, le principal objet que M. Rowland Hill a eu en vue sera accompli, celui de faciliter les correspondances; et si le revenu de la poste peut couvrir les frais de ce département, le public doit être satisfait, attendu que le transport des lettres n'est pas une matière propre à être imposée. On n'a pas encore pu calculer la prodigieuse extension que les correspondances ne peuvent manquer d'acquies par celle des chemins de fer, et la grande diminution des frais du transport des malles par les trains à vapeur. Le nombre des lettres a déjà quadruplé.

Une chose très importante à considérer en abaissant les droits sur un article quelconque, c'est la nature de cet article. S'il est de première nécessité ou d'un usage général, et que la privation en soit regardée comme pénible, il faut s'attendre à un accroissement très rapide de la consommation. Dans ce cas, la réduction doit être telle que le prix de la denrée baisse des deux tiers ou des trois quarts. C'est pourquoi la diminution des droits d'entrée à Paris sur le vin, opérée en 1830, n'a produit aucun effet avantageux pour les consommateurs, ni pour le fisc. Si une réduction beaucoup plus forte était effectuée à la fois sur le vin et les divers comestibles, la consommation s'en élèverait dans une progression incalculable, et la ville en tirerait un revenu bien supérieur à celui qu'elle perçoit actuellement, surtout si le mode de perception était modifié de manière à en diminuer considérablement les frais.

Une considération d'une haute importance en cette matière, c'est la bienfaisante influence que produit sur les mœurs du peuple le bas prix des comestibles et des boissons. On a remarqué à Londres que depuis que le peuple s'est habitué à prendre du café, l'ivrognerie a diminué considérablement. La même remarque a été faite depuis plusieurs années aux États-Unis. Certes si les classes laborieuses à Paris pouvaient se procurer du vin passable à 30 ou 40 centimes le litre, elles en boiraient tous les jours et n'iraient pas deux jours par semaine chercher hors les barrières des jouissances si funestes à la santé, et qui, en abrutissant l'homme, le conduisent à la misère en pervertissant ses mœurs et détruisent les habitudes de travail et d'économie. Le vice de l'ivrognerie a acquis un effrayant développement depuis 1814, et s'accroît tous les jours dans la capitale. Sous le Directoire rien n'était plus rare que de rencontrer un homme ivre dans les rues; les dégoûtantes orgies du carnaval et des dimanches et lundis avaient à cette époque entièrement disparu.

CHEMINS DE FER

*Terminés ou en progrès d'exécution dans les États de
Pensylvanie et de New-York, à la fin de 1830*

Il est intéressant de comparer le progrès des chemins de fer dans la république des États-Unis et dans la Grande-Bretagne. Le résultat de cette comparaison fera voir d'une manière aussi évidente qu'incontestable combien les institutions émanées du vœu national, et n'ayant d'autre but que celui de l'avantage de tous les membres de la communauté, l'emportent dans l'accomplissement des entreprises d'utilité générale sur les vieux gouvernements dans lesquels domine la double aristocratie, héréditaire et mercantile. Aux États-Unis un peuple nouveau, pauvre comparativement à la nation anglaise, l'a surpassée de beaucoup dans une branche d'industrie qui exige de grands capitaux et beaucoup de connaissances pratiques. L'association de petits capitaux a suffi pour couvrir l'Union de canaux et de chemins de fer. Il est vrai que les Américains ont été favorisés par des circonstances locales, et surtout par le bas prix des terrains; mais aussi le haut prix du travail a exigé chez eux un surcroît de dépenses.

Chemins de fer dans la Pensylvanie

Exécutés aux frais de l'État.....	716 milles.
- par des compagnies.....	1.907
Total.....	2.623

État de New-York

Chemins de fer terminés.....	218 milles.
- commencés	938
- autorisés par la législature.....	1.701
Total.....	2.857

REVENU TOTAL DE LA GRANDE-BRETAGNE ET DISTRIBUTION
DE CE REVENU

Le revenu total de la Grande-Bretagne et de l'Irlande a été estimé par M. Colquhoun (en 1812) à 430.521.372 livres sterling, ou 10.763.029.300 francs.

Sur ce revenu, la classe des producteurs, estimée à 9.000.000 d'individus, recevait 100.000.000 liv. ster., ou 2 milliards cinq cent millions de francs; et les classes non employées à la production, estimées à

8.000.000 d'individus, avaient pour leur part 333.500.000 l. st., ou 8 milliards 334.500 fr.

Si l'on déduit du nombre de producteurs ceux qui ne fabriquent que des objets de luxe, on peut assurer qu'un quart de la population produit tous les objets nécessaires ou contribuant au bien-être réel de la communauté. Et si des classes les mieux partagées dans la distribution du revenu créé par le travail des agriculteurs et des manufacturiers, on sépare les oisifs et ceux dont la richesse seule contribue à la création des produits, on verra que cette classe, très peu nombreuse, absorbe à elle seule la plus forte partie de l'épargne annuelle, épargne dont à peine une partie minime est employée à l'amélioration du bien-être des producteurs, quoique leur travail soit l'unique source de toute richesse.

Ceux qui, avec Malthus, soutiennent que l'inégale répartition des richesses contribue puissamment aux progrès de l'industrie, semblent ignorer que c'est le capital bien dirigé qui favorise l'industrie, et non la concentration de ce capital en peu de mains. En Amérique, les plus grandes travaux s'exécutent avec le capital collectif d'un grand nombre de citoyens; en Angleterre, la somme correspondante est fournie par un nombre borné de gens opulents, riches ou fort aisés; et, par conséquent, les bénéfices se partagent dans les mêmes proportions. Dans l'Union américaine, tout est *par et pour le peuple*; en Angleterre, tout se fait au profit des riches. Quant aux classes laborieuses, on peut leur appliquer le *sic vos non vobis* avec plus de justesse que le poète ne l'a fait aux animaux exploités par l'homme.

**LA GRANDE-BRETAGNE EN 1840 ET 1841,
ANNUAIRE FINANCIER, COMMERCIAL ET STATISTIQUE DU
ROYAUME-UNI, POUR 1842
RÉDIGÉ SUR DES DOCUMENTS OFFICIELS,
PAR F. S. CONSTÂNCIO**

1842

LA
GRANDE-BRETAGNE

EN 1840 ET 1841,

ANNUAIRE FINANCIER, COMMERCIAL ET STATISTIQUE
DU ROYAUME-UNI,

POUR 1842,

aidé de ses documents officiels,

PAR F.-S. CONSTANCIO, D. - M.,

Directeur des Revues Anglaises, etc.

1 FR. 25 C.

Paris.

CHARPENTIER, LIBRAIRE,

Palais Royal, galerie d'Orléans, 7.

1842.

AVERTISSEMENT

Fidèle à notre promesse, nous offrons au public l'*Annuaire de la Grande-Bretagne pour 1842*, faisant suite à celui que nous avons publié en 1841. Comme ce dernier renferme une foule de choses qu'il est inutile de répéter, nous l'avons réuni à celui de 1842, et n'avons inséré dans celui-ci que ce qui présente des différences notables dans le revenu, le commerce et la statistique. Outre le résultat du recensement de 1841, nous avons recueilli tout ce qui peut intéresser le public français sur les chemins de fer, le paupérisme, les crimes et les punitions, les caisses d'épargnes, les importations et exportations, le commerce des blés, les effets de la réduction sur le port des lettres et autres objets de statistique.

La manière flatteuse dont M. Horace Say a parlé de notre *Annuaire*, dans le premier numéro du *Journal des Economistes*, nous fait espérer que le public accueillera avec bienfaisance cet opuscule où il trouvera réuni ce qu'il chercherait en vain dans de volumineux ouvrages.

Le nouvel *Annuaire* offre en résumé tout ce qu'il est important de connaître, sur la situation actuelle de *la Grande-Bretagne*. Nous y avons joint de courtes observations qui nous ont paru nécessaires.

Paris, janvier 1842

XIII - DU COMMERCE DES GRAINS

L'importance de la question sur l'admission des céréales de l'étranger, rend nécessaire d'examiner les tables indiquant l'importation qui a eu lieu depuis 1828 jusqu'en 1841, les prix, le taux des droits proportionnels, la quantité des blés en entrepôts et autres circonstances qui se rattachent à ce commerce. Il résulte de ces tables: 1^o Que pendant les années 1833, 4, 5 et 6, les récoltes ayant été suffisantes, l'importation fut presque nulle; elle a été faible en 1832 où il n'a été importé que 244.272 quarts de blé étranger, et en 1837 où cette importation fut de 376.755; 2^o Les plus fortes importations ont eu lieu, savoir: en 1829, 1.442.701; en 1830, 1.727.847; en 1831, 1.506.740 quarts; puis en

1838, 1.848.475; en 1839, 2.711.723; et en 1840, 2.401.436 quarters; 3^e Dans les années de grande disette, l'Angleterre a besoin d'importer du blé pour la consommation de trois à quatre mois. Pendant la grande disette de 1799, Arthur Young estima que la récolte était d'un tiers au-dessus de la moyenne. On défendit de fabriquer de l'amidon et de distiller des esprits de grain.

En France, la plus forte importation de grain, dans les années de la plus grande disette, n'a jamais excédé la consommation de vingt-deux jours, et pourtant la France produit moins de céréale que la Grande-Bretagne, dans la proportion de 47 à 52, avec une population plus forte de neuf à dix millions. Il est également manifeste, ainsi que nous l'avons déjà fait remarquer, que c'est en grande partie à la grande étendue de la culture de l'orge et du seigle pour préparer la drêche pour la fabrication des esprits et de la bière, que la culture du froment se trouve trop restreinte. Il suffit de songer aux cinq millions de quarters de drêche, consommés annuellement dans la fabrication de la bière et la distillation des esprits, pour se convaincre que le sol britannique pourrait produire assez de froment pour nourrir sa population, et la Grande-Bretagne épargnerait alors six millions sterling, valeur moyenne de deux millions quarters de blé étranger, et ne dépendrait point, pour l'article qui fait la base de la subsistance, sur la production étrangère, précaire et souvent insuffisante, dans les années de disette, dans l'Europe centrale. En substituant à l'eau-de-vie de grain, au *porter* et à l'*ale* des vins d'Espagne, du Portugal, de la France, d'Italie et de la Grèce, admis avec des droits modérés, la nation anglaise en retirerait de nombreux avantages et obtiendrait très certainement l'admission réciproque de plusieurs produits anglais dans les pays précités. Il est bien connu que jadis la consommation des vins de la France en Angleterre était très considérable, et celle des esprits de grain et de bière forte très bornée. Déjà le café a diminué sensiblement l'usage des esprits; le vin à bon marché produirait le même effet. Une bouteille de bon vin ordinaire pourrait se débiter avec profit à un shilling et au dessus, et cette boisson salubre se trouverait à la portée de toutes les classes de la société.

Les défenseurs du projet du dernier ministère whig prétendent qu'un droit fixe sur le blé étranger assurerait un approvisionnement constant, et empêcherait l'effet de l'accaparement. Dans le système actuel, disent-ils, les propriétaires de blés en entrepôt attendront, pour livrer leur grain, que les prix s'élèvent assez pour faire baisser le droit d'entrée, ce qui forcera le public à payer le blé plus cher que si le droit était fixe.

En admettant la justesse de cette observation, il n'est pas moins évident que les accapareurs des blés du cru, redoutant la concurrence des grains étrangers, s'empresseront de baisser leurs prix, de manière à exclure les blés en entrepôt; et, comme la quantité des céréales indigènes est très supérieure à l'approvisionnement de l'étranger, le droit pro-

portionnel tend à favoriser la baisse, si la disette n'est que factice; car, si elle est réelle, la cherté amènera forcément la baisse du droit et l'admission des grains étrangers. Mais, on ne saurait trop le répéter, parmi les produits du sol, celui dont il est plus désirable de s'assurer un approvisionnement abondant, les céréales tiennent le premier rang. Leur abondance en fera baisser le prix sans nuire aux intérêts de l'agriculteur. Que les anglais livrent à la culture du blé les vastes plaines, couvertes d'aveine et de foin, pour servir à la nourriture des chevaux de luxe, qu'ils retranchent une partie de leurs parcs, et restreignent la culture de l'orge, et l'Angleterre n'aura plus à redouter la cherté excessive du pain. Alors, mais seulement alors, sera-t-il possible de réduire le montant de la taxe pour les pauvres, sans inconvénient pour les classes laborieuses vivant des salaires.

Une considération très importante devrait engager, ce nous semble, le Parlement à favoriser l'importation des vins et des esprits français. Outre l'effet, qu'aurait cette admission sur les distilleries nationales d'eau-de-vie de grain et sur la fabrication de la bière, réduite à des limites plus restreintes, ce qui déterminerait une production croissante de froment, cette admission très avantageuse pour les pays qui exportent peu de blé, y ferait naître une demande croissante pour des produits anglais, tandis que les pays qui exportent le plus de blé, tels que la Pologne, la Russie, la Sicile, sont pauvres et n'ont aucun moyen d'augmenter beaucoup leur consommation de marchandises anglaises. Les facultés des peuples purement agricoles sont très restreintes, et les profits résultant de l'exportation des céréales en Russie, qui est le grand producteur européen, restent presque exclusivement entre les mains des seigneurs opulents et des négociants, tandis que les profits des vins exportés de la France, se partageant entre un grand nombre de petits propriétaires de vignobles, augmenterait beaucoup leur aisance, leurs besoins et les moyens de les satisfaire. La même chose s'applique à l'Espagne, au Portugal, à l'Italie, à la Grèce. Le principal obstacle à un traité de commerce entre la France et l'Angleterre a été l'article des vins et des eaux-de-vie. En effet, il faudrait que l'Angleterre réduisît les droits d'entrée sur ces deux objets, au point de rendre leur consommation, dans la Grande-Bretagne, pour le moins quintuple de ce qu'elle a été sous le traité de Vergennes. Or, cela ne pourra s'effectuer que lorsque le prix du vin ordinaire, vendu en Angleterre, n'excèdera pas celui de l'*ale* et même du *porteur* de première qualité.

APÊNDICE

Notas a traduções ^a

^a Incluem-se neste apêndice textos de anotação que Francisco Solano Constâncio introduziu em algumas traduções de sua autoria.

REMONTRANCES DES NÉGOCIANTS DU BRÉSIL, CONTRE LES
INSULTES FAITES AU PAVILLON PORTUGAIS, ET CONTRE LA
SAISIE VIOLENTE ET TYRANNIQUE DE PLUSIEURS DE LEURS
NAVIRES, PAR LES OFFICIERS DE LA MARINE ANGLAISE,
ACCOMPAGNÉES D'AUTRES PIÈCES INTÉRESSANTES; TRADUITS
DU PORTUGAIS ET DE L'ANGLAIS, PAR ES. CONSTÂNCIO. PARIS,
CHEZ MADAME GOULLET, LIBRAIRE, 1814.

Avis au lecteur

L'isolement dans lequel la France se trouve depuis tant d'années, ayant privé le public de la connaissance d'une foule d'ouvrages et de matériaux précieux et indispensables pour quiconque veut connaître ce qui s'est passé chez les peuples naguère ses ennemis, je crois rendre un vrai service au public en lui offrant successivement plusieurs pièces relatives aux évènements qui ont eu lieu au Portugal et au Brésil depuis l'époque à jamais mémorable du départ du prince-régent, et de l'entrée du général Junot à Lisbonne, en 1807. En attendant les documents et pièces justificatives nécessaires pour rendre ce recueil instructif, je me suis déterminé à commencer par l'opuscule suivant, qui, dans les circonstances actuelles, m'a paru devoir intéresser les lecteurs français, et notamment ceux d'entre eux qui auraient des propriétés aux colonies, ou qui seraient tentés de leur fournir des nègres au moyen de la traite.

Le traité de paix qui vient d'être signé entre la France et les autres puissances, porte que la traite sera encore permise aux français pendant l'espace de cinq ans, et qu'alors elle devra être définitivement abolie. Les anglais l'ayant également permise au Portugal, par le traité du 19 février 1810, il m'a semblé intéressant de fournir aux armateurs français quelques exemples de la manière dont les officiers de marine et les cours d'amirauté de l'Angleterre en ont exécuté les dispositions à l'égard de leur plus ancien et fidèle allié, dans le temps où, par des sacrifices inouïs et sans exemple dans les annales de l'histoire, ainsi que par la bravoure reconnue de ses troupes, il a si puissamment aidé l'Angleterre à détruire le colosse impérial de Bonaparte, et à se placer au premier rang parmi les nations.

Depuis que les *Remontrances des négociants du Brésil* ont paru dans le journal portugais *l'Investigateur*, qui s'imprime à Londres, les avanies faites au commerce du Brésil n'ont point discontinué, et la valeur des bâtiments saisis se monte déjà à plus de dix millions de francs, sans que le gouvernement anglais n'ait rien fait encore pour arrêter ces déprédations. J'ai entre les mains une lettre du consul-général du Portugal à Londres, adressée aux rédacteurs de ce journal, en date du 30 avril dernier, dans laquelle il leur communique la décision de la cour suprême d'amirauté, jugeant en appel la réclamation du brick Calypso, pris sur la côte d'Afrique. Cette décision porte qu'il est impossible de reconnaître pour bonne prise tout bâtiment étranger employé à faire un trafic permis par son gouvernement, quoique défendu par les lois d'Angleterre, pourvu, toutefois, que le bâtiment et le chargement soient *bona fide* la propriété des sujets de ce gouvernement. Cependant, comme il restait encore quelque doute là-dessus, à l'égard de ce navire, l'amirauté le retenait en attendant des preuves plus convaincantes. Voilà la justice des cours d'amirauté d'Angleterre! Quand on connaît les délais sans fin, les frais énormes qu'il faut déboursier lorsqu'on plaide devant ces tribunaux, et qui très souvent absorbent la valeur entière du navire, et même au-delà, on conviendra avec moi que, pour être ruiné, il suffit d'être pris par un croiseur anglais, lors même qu'en dernière analyse on parvient à se faire rendre justice. D'ailleurs, les bâtiments négriers étant le plus souvent conduits, après leur saisie, à Sierra-Leona, ou dans d'autres établissements anglais, les esclaves disparaissent, et au moment de la restitution du bâtiment, il n'en reste quelquefois plus.

La décision récente de l'amirauté, que je viens de rapporter textuellement, fournit à elle seule une preuve irréfragable de la frivolité des prétextes dont se servent les capteurs anglais; car, comment expliquer autrement la nécessité où se trouve ce tribunal de déclarer ce qui est clair, évident, et nullement sujet à la moindre controverse, de reconnaître, en un mot, un principe que personne, hormis les officiers de la marine anglaise et les vice-amirautés de leurs colonies, n'a jamais osé révoquer en doute?

Il n'est plus temps de se faire illusion. L'Angleterre a décidé de faire cesser la traite, et ce n'est qu'à regret qu'elle vient de la tolérer pour les colonies françaises pendant le court espace de cinq ans. Cette clause a même attiré sur Lord Castlereagh l'animadversion de M. Wilberforce, lequel dans un discours très éloquent et pathétique, lui en a fait de sanglants reproches; et on peut assurer que cet article a été généralement désapprouvé en Angleterre.

Le ministre ne s'est excusé qu'en alléguant l'inconvenance de dicter des lois à une nation aussi grande que la française, et en opposition à ses intérêts, et assurant la Chambre des communes que les empereurs de Russie et d'Autriche, ainsi que le roi de Prusse, étaient très favora-

bles aux intentions de l'Angleterre pour l'abolition définitive et totale de la traite, et qu'il était possible qu'elle fut même prononcée dans le congrès général qui doit se tenir incessamment à Vienne.

Cela démontre jusqu'à l'évidence, que la traite, quoiqu'elle soit en ce moment indispensable au Brésil et aux colonies restituées à la France, ne convient plus à l'Angleterre, qui, par les mesures sages et prévoyantes qu'elle a su et pu prendre depuis vingt cinq ans, est en état de s'en passer. En convenant donc des principes, il est aisé de voir qu'il serait de la dernière injustice de les appliquer à des nations dont la position et les intérêts sont aussi essentiellement différents. Sans doute, l'esclavage des nègres comme celui des blancs, est atroce autant qu'impolitique, et les anglais ainsi que les américains, méritront à jamais la reconnaissance du genre humain pour leurs nobles efforts dans la cause de l'humanité opprimé; et cependant leurs gouvernements non moins sages et prévoyants que philanthropes, tout en posant le principe de l'abolition, ont eu soin de donner à leurs peuples le temps de se préparer à cette mesure; ils ont su faire taire les cris de l'humanité; ils ont, par respect pour les propriétés et pour les fortunes de leurs concitoyens, consenti à différer le moment de l'abolition totale, et ils ont encore éloigné davantage celui de l'émancipation des malheureuses victimes transplantées déjà dans leurs colonies. Tout n'est donc pas de la philanthropie chez nos prudents voisins; ils savent parfaitement sacrifier le bonheur des nègres aux intérêts des anglais. Pourquoi un pareil droit nous serait-il refusé, lorsqu'il est évident que l'abolition de la traite, en admettant même qu'elle subsiste encore pendant cinq ans, entraînera la perte inévitable de toutes les colonies non anglaises, sans que les puissances, à qui elles appartiennent, puissent se consoler de cette perte par des dédommagements que les anglais seuls possèdent dans l'immense et riche empire de l'Inde, dans l'établissement précieux et florissant de Sierra-Leona, dans celui de la baie botanique, etc.? Ils n'ont qu'une seule chose à répondre. Pourquoi n'êtes-vous pas aussi éclairés, aussi sages et aussi prévoyants que nous, vous seriez bientôt aussi puissants? J'avoue que je ne saurai quoi leur répliquer.

Les documents suivants ont été traduits en anglais; mais le traducteur a souvent défiguré les originaux qu'il n'a pas toujours compris; il les a fait précéder d'une introduction que j'ai traduite; car de pareilles réflexions m'ont paru avoir beaucoup plus de force dans la bouche d'un anglais dont le patriotisme a toujours quelque chose d'intolérant et d'exclusif. J'ai été forcé de traduire la dernière pièce de l'anglais, n'ayant pas pu me la procurer en original.

RECHERCHES SUR LA POPULATION ET SUR LA FACULTÉ
D'ACCROISSEMENT DE L'ESPÈCE HUMAINE; CONTENANT UNE
RÉFUTATION DES DOCTRINES DE M. MALTHUS SUR CETTE
MATIÈRE; PAR WILLIAM GOODWIN. TRADUIT DE L'ANGLAIS
PAR ES. CONSTÂNCIO. PARIS, J.-P. AILLAUD LIBRAIRE, 1821.

Sobre os costumes

«M. Goodwin ne connaît pas assez la France pour lui rendre justice sous le rapport des mœurs. Pour tous ceux qui l'ont parcourue et étudiée, il est démontré que le vice est beaucoup moins connu dans les villes et les campagnes, que dans la Grande-Bretagne et l'Allemagne. Paris même, que les écrivains superficiels et de mauvaise foi ne cessent de représenter comme une nouvelle Sodome, est, sous le rapport des mœurs, fort au-dessus de Londres. Il suffit de comparer le nombre de voleurs, de gens sans aveu, de prostituées dans ces deux villes, pour s'en convaincre, car la population, calculée d'après le nombre de naissances, est à peu près égale dans chacune.»

Sobre a suposta superioridade inglesa

«C'est un anglais qui parle. Il ne fait d'ailleurs qu'exprimer avec franchise ce que pensent tous ses compatriotes. C'est un préjugé, sans doute; mais il vaut encore mieux exalter sa nation que trop vanter les autres, comme il arrive malheureusement chez presque tous les peuples du continent européen.»

Sobre os países em que a população decresce

«Tels sont, par exemple, l'Espagne, le Portugal, une grande partie de l'Italie, la Sicile. Dans tous ces pays un grand nombre d'habitants ont de la peine à se procurer les choses nécessaires, quoique le sol en produise fort au-delà des besoins, et soit susceptible d'en rapporter dix fois

autant. Un fait bien singulier et non moins instructif, qui a étonné tout le monde, fut celui de l'Espagne, qui, naguère pouvait à peine nourrir sa faible et chétive population, et qui pendant une longue suite de malheurs, envahie, saccagée, ravagée par des armées très nombreuses, a pourvu dans la plus grande abondance à l'entretien de 500.000 soldats étrangers pendant presque cinq ans consécutifs! Ce n'étaient pas tant les vivres qui manquaient en Espagne, c'était leur distribution qui était vicieuse; et la circulation des denrées entravée par une législation absurde, était aussi contraire au bien-être de la grande masse des habitants, que funeste aux progrès de l'agriculture. Combien de fois des corps de l'armée française, campés dans des districts dont les habitants mouraient de faim en pleine paix, n'ont ils pas trouvé le moyen d'y vivre dans l'abondance et de fournir des vivres suffisants aux habitants mêmes!

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ADAM, Edouard, 49, 119.
ALBUQUERQUE, Afonso de, 102.
d'ALMEIDA, João, v. CASTRO, João
d'Almeida de Melo e.
d'ALORNA (Marquês), 21.
AMASIS, 376.
AMOROS (Coronel), 335.
ANADIA (Visconde de), 18, 19.
ANDERSON, 305, 311.
ANDRADE, Gomes Freire de, 215.
ANGEJA (Marquês de), 4, 5, 19.
ANTILLON, 215.
APPERT, 119.
d'ARAÚJO, António, v. AZEVEDO, António
d'Araújo.
ARCOS (Conde de), 49.
ARGAND, 140.
ARISTÓTELES, 89.
ARKWRIGHT, 376.
ARUNDEL, 376.
AUGUSTO, 216.
AVEIRO (Duque de), 8.
AZEVEDO, António d'Araújo (Conde da
Barca), 15, 16, 19, 22, 41.
BACON, (Frei) Roger, 87.
BACON DE VERULÂMIO, 87, 192, 361,
363, 367.
BAILY, 97.
BALBI, Adrien, 212, 213, 215, 216, 219,
272, 274.
BARROS, Soares de, 216.
BARTOLLOZZI, 134.
BARTON, W., 179.
BELL, Charles, 367.
BENTHAM, Jeremy, 288.
BÈRES, Émile, 317.
BERESFORD (Marechal), 34, 43, 44.
BERTHOLLET, 122.
BERTHOUD, 132.
BERZELIUS, 247.
BISPO DO ALGARVE, v. MELO, (D.) José
Maria de.
BLANQUI, 283, 284.
BOCAGE, M. Barbosa, 95, 98.
BONAPARTE, (Imperador) Napoleão, 33,
45, 51, 56, 58, 61, 68, 70, 113, 133, 336,
352, 405.
BOOTH, 175, 179, 183.
BOTERO, Jean, 350.
BOURGOING, 215.
BOURLIER, 119.
BRÉGUET, 118, 131, 132, 134.
BRIANT, 119.
BRONGNIART, 123.
BROUGHAM, 288, 341, 354, 374.
BROWN, 367.
BROWNING, 387.
BUFFON, 97.
CÂMARA, Manuel Ferreira da, 42.
CAMÕES, 79, 96, 280.
CANNING, 53.
CAREY, H.-C., 324, 325, 352.
CAREY, Mathew, 284, 310.
CARVALHO, Sebastião José de, v. POMBAL
(Marquês de).
CARLOS I (de Inglaterra), 132.
CARLOS II (de Inglaterra), 186.
CARLOS (Arquiduque), 133.
CASTILLO (Ministro espanhol), 41.
CASTLEREAGH (Lorde), 60, 406.
CASTRO, (D.) João, 101.
CASTRO, (D.) João d'Almeida de Melo e,
10, 15, 16, 19, 22.
CASTRO, Machado, 98.
CAUCHOIX, 118, 131.
CÉSAR, 86.
CHAPTAL, (Conde de), 106, 109-114, 118,
119, 121-123, 125, 126, 129-131, 134,
138-145, 148.
CHILD, Josiah, 138.

- CHINA (Imperador da), 42.
 COBBETT, 178.
 COLBERT, 138, 323.
 COLQUHOUN, 394.
 COMTE, Auguste, 367.
 CONSTÂNCIO, Manuel, 32, 195.
 CONSTANT, Benjamin, 247, 248.
 CONTÉ, 121, 122.
 COQUEREL, 118.
 CORDIER, 124.
 COURTEEN, 304.
 COUSIN, 335.
 COUTINHO, Luís Pinto de Souza (Visconde de Balsemão), 10, 14-16, 19.
 COUTINHO, (D.) Rodrigo de Souza (Conde de Linhares), 15-19, 21, 207, 215.
 CRISTOVÃO, 64.
 CROMPTON, 376.
 CUMBERLAND, 172.
 CUNHA, José Anastásio da, 98.
 CUVIER, 97, 247.

 DARCET, 123.
 DARTIGUES, 123.
 DAUNOU, 363.
 DAVY, 247.
 DECRETOT, 118.
 DELESSERT, 134.
 DESCARTES, 192.
 DESFONTAINES, 247.
 DIAS, (Padre) Bernardo, 49.
 DIHL, 104, 123.
 DINIZ, v. SILVA, A. Diniz da Cruz e
 DOBO, 118.
 DOUGLAS, 118.
 DU FOUGERAIS, 123.
 DULAC, António Maximino, 204, 206.

 EBELING, 215.
 EGYDIO, José, 21-22.
 ELÍSIO, Filinto, 95, 96.
 ELLIS (Madame), 327.
 ERICEIRA (Conde da), 304-306.
 EULER, 175.

 FABRI, 215.
 FEIJÓ, 172.
 FERNANDO VII (de Espanha), 49.
 FICHTE, 367.
 FIGUEIREDO, José Carlos de, 215.
 FILINTO, v. ELÍSIO, Filinto.
 FILIPE II (de Espanha), 34, 350.
 FLORENS, 367.
 FORTIN, 118, 131.
 FOURCROY, 97.

 FRANKLIN, Benjamin, 121, 175, 178, 179, 284.
 FRANZINI, Marino Miguel, 214-216.
 FREIRE, Cipriano Ribeiro, 53.
 FUGGER (Família), 230.
 FULTON, 391.
 FUNCHAL (Conde de), 51, 53.

 GALBREATH, 352.
 GALILEU, 87, 250.
 GARÇÃO, Pedro A. Correia, 95, 96.
 GAY-LUSSAC, 247.
 GENGEMBRE, 133.
 GIOBERT, 113.
 GIRALDES, (Major) Cardoso Casado, 216.
 GIRARD, 118.
 GIRARDIN, Émile de, 330, 332.
 GODWIN, William, 169, 171, 174-176, 180, 182, 188, 190, 191, 288, 324, 408.
 GONIN (Irmãos), 122.
 GOULLET (Madame), 405.
 GRÓCIO, 55.
 GRENVILLE (Lorde), 15, 61.
 GUÉRAD, 123.
 GUIZOT, 332.
 GUSMÃO, Alexandre de, 304, 306, 310.
 GUTHRIE, 215.

 HAMILTON, Alexander, 284.
 HARGRAVES, 376.
 HELENA (Imperatriz), 327.
 HENRIQUE, (Infante D.), 88.
 HENRIQUE IV (de França), 113.
 HERDER, 367.
 HERÓDOTO, 376.
 HERSHELL, 134.
 HICKSON, W.-E., 352, 358, 369-372.
 HILL (General), 44.
 HILL, Rowland, 392, 393.
 HIPÓCRATES, 89.
 HORÁCIO, 23, 25.
 HUMBOLDT, (Barão) Alexandre de, 212.
 HUNTER, João, 197.
 HUSKISSON, 352.

 JACQUART, 334.
 JANVIER, 118.
 JECKER, 118, 134.
 JEFFERSON, 284.
 JOÃO I (de Portugal), 34.
 JOÃO III (de Portugal), 2, 31, 216.
 JOÃO IV (de Portugal), 31.
 JOÃO V (de Portugal), 306.
 JOÃO VI (de Portugal), 9, 12, 91.
 JOBARD, 324.

- JOSÉ I (de Portugal), 2, 3, 7, 14, 31, 32, 91, 114.
 JOSÉ (Príncipe), 9.
 JUNOT (General), 34, 45, 405.
- KANT, Emmanuel, 335, 367.
- LABOURDENNAYE, 169.
 LACROIX, 247.
 LAFÔES (Duque de), 8, 10, 13, 15, 16, 18.
 LAFÔES (Duquesa de), 16.
 LAFONTAINE, 118.
 LAVOISIER, 97.
 LEBLANC, 119.
 LEBON, 121, 133.
 LECLERC (General), 16, 61, 64.
 LENOIR, 118.
 LEPAUTE, 118.
 LEREBOURS, 118.
 LIMA, ver PONTE DE LIMA (Marquês de).
 LIVERPOOL (Lorde), 60.
 LOCKE, John, 361.
 LUCRÉCIO, 243.
 LUÍS XVI (de Espanha), 111.
 LUÍS XIV (de França), 333, 334.
 LUÍS XVIII (de França), 45, 46.
- MACEDO, (Padre) José Agostinho de, 96.
 McCAULEY, 370.
 McCULLOCH, J.R., 254, 255, 259, 267, 279, 284, 285, 288, 290, 337, 338, 340, 348.
 MacGREGOR, 322-324, 387, 388.
 MACHADO, v. CASTRO, Machado de.
 MALENFANT (Coronel), 39, 65.
 MALTE-BRUN, 215.
 MALTHUS, T.R., 109, 150, 152-154, 157-161, 163, 167-169, 171, 173-175, 178-180, 182-184, 186-191, 223, 225-238, 240-242, 254, 276, 278, 284, 288, 289, 291, 324, 358, 359, 395, 408.
 MANIQUE, Diogo Ignácio de Pina, 10, 12-14, 18, 215.
 MANUEL [do Nascimento (P^o) Francisco, v. ELÍSIO, Filinto.
 MARC, 247.
 MARIA I (de Portugal), 3-5, 8, 14, 32, 91.
 MÁRIO (Imperador), 86.
 MARTIN, Aimé, 327.
 MAULE, Fox, 380.
 MAURY (Abade), 168.
 MÉDICIS (Família), 230.
 MELBOURNE (Lorde), 337, 342.
 MELLO, Martinho de, 10, 15.
 MELO, (D.) José Maria de, 8.
 MELO, Pascoal José de, 96, 98.
- MENEZES, Alberto Carlos de, 214, 215.
 MENTELLE, 215.
 METHUEN, M., 304, 305.
 MIGUEL ÂNGELO, 280.
 MILL, James, 263, 265, 363, 367.
 MILL, John Stuart, 263.
 MILTON, 280.
 MONTAIGNE, 193.
 MONTESQUIEU, 176, 273.
 MORAIS, Maurício José Teixeira de, 213.
 MORGAN (Lady), 327, 328.
- NAPOLEÃO, ver BONAPARTE, (Imperador) Napoleão.
 NEVES, José Acúrsio das, 41, 100-102, 104, 305.
 NEWTON, 89, 192.
 NORONHA, (D.) Diogo, 19.
 NOVION, 18.
 NUNES, Pedro, 88.
- OBERKAMPF, 334.
 OWEN, Robert, 168, 274, 296, 342, 373.
- PALMELA (Conde de), 53.
 PALMERSTON (Lorde), 337, 338.
 PARMENTIER, 111.
 PASCAL, 123.
 PAYEN, 119.
 PEDRO II (de Portugal), 21.
 PEDRO (Príncipe), 3, 12.
 PEDRO GRANDE (da Rússia), 91, 314.
 PEEL, Robert, 342, 360, 375.
 PEREIRA, 6.
 PÉRION, 64.
 PETEAU, 172.
 PINTO, ver COUTINHO, Luís Pinto de Souza.
 PINTO, Rodrigo, 19.
 PITT, 15, 153.
 PLATÃO, 61, 367.
 PLAYFAIR, 215.
 PLÍNIO, 376.
 PLUVINET, 119.
 POMBAL (Marquês de), 2-6, 8, 9, 14, 31, 32, 136, 205, 306, 310.
 PONS, 118.
 PONTE DE LIMA (Marquês de), 5, 11, 14, 15, 20.
 PORTER, 388.
 PUFENDORF, 55.
- RAMBOURG, 120.
 RAMOS, João Pereira, 8.
 RAMSDEN, 134.

- RAVRIO, 123.
 RAYMOND, 122.
 RÉAL, 121.
 REICHENBACH, 132.
 REY DE GRENOBLE, Joseph, 296-298, 367.
 RICARDO, David, 169, 225, 254, 259, 263, 279, 282, 284, 287, 288.
 RICHARD, 118.
 RICKMAN, 176, 177.
 ROARD, 113, 119.
 ROBIN, 118.
 ROUSSEAU, J.J., 192, 193.
 RUMFORD, 121.
 RUSSEL, (Lorde) Charles Fox, 341, 354, 374.
 RUSSEL, (Lorde) John, 337, 372.

 SALÚSTIO, 203.
 SANDFORD, (Madame) John, 327.
 SANTA CLARA, (Frei) Joaquim de, 98.
 SANTOS, Antônio Ribeiro dos, 94, 98.
 S. CAETANO, (Frei) Inácio de, Arcebispo de Tessalónica, 8.
 SARMENTO, 11.
 SAY, Horace, 399.
 SAY, Jean-Baptiste, 65, 156, 158-162, 164-168, 225, 249, 250, 254, 256, 259, 262, 263, 267, 268, 278, 279, 282-284.
 SAY, Louis, 278, 279, 282-285, 287, 288, 289.
 SCHELLING, 367.
 SCHNEIDER, 123.
 SCHOELL, F., 28.
 SEABRA, v. SILVA, José de Seabra.
 SEBASTIÃO, 2, 31.
 SÉMIRAMIS, 328.
 SENEFELDER, 123.
 SENIOR, Nassau, 369.
 SERRA, José Correia da, 8.
 SEYBERT, 180.
 SIDEBOTTOM, J., 370.
 SIDEBOTTOM, W., 370.
 SILA (Imperador), 86.
 SILVA, A. Diniz da Cruz e, 95, 96.

 SILVA, João Manuel da, 215.
 SILVA, José de Seabra, 9, 10, 13-15.
 SISMONDI, J.C.L. Simonde de, 62-71, 149, 168, 186, 225, 227, 230, 231, 250, 256-264, 268, 316.
 SMITH, Adam, 66-68, 71, 139, 142, 151, 152, 207, 211, 225, 249, 262, 278-280, 283-287, 290, 302, 325, 338, 340, 348.
 SODEN, 289.
 SOTZMANN, 215.
 SOUSA, Luís de Vasconcelos e, 19, 21.
 SOUZA, (D.) Alexandre de, 20.
 STRANGFORD (Lorde), 53.
 STROZZI familia, 230.
 SULLY, 138.
 SUSSMILCH, 175.

 TERNAUX, 118.
 TOCQUEVILLE, 324.
 TORRES, Maximiano, 95-96, 98.
 TOWNSEND, 172.
 TROUGHTON, 132.
 TURNBULL, 353.

 VATEL, 55
 VAUCANSON, 118.
 VAUQUELIN, 119.
 VIEIRA Lusitano, 98.
 VILLAVERDE, 19-22.
 VIRGÍLIO, 332.
 VOLTAIRE, 172.

 WALPOLE, 6.
 WARGENTIN, 177.
 WELLESLEY (Marquês de), 44.
 WELLINGTON (Duque de), 34, 44, 52.
 WHEWELL, William, 361, 367.
 WILBERFORCE, 406.
 WILKINSON, 376.
 WILLIS (Dr.), 9.

 XAVIER, Cândido José, 45, 215.

 YOUNG, Arthur, 400.

ÍNDICE TEMÁTICO

- Academia [v. ciências]
- Administração pública
no Brasil, 38, 39, 41, 42, 46, 219-221.
pombalina, 3-6, 32, 136, 205.
reformas, 7, 12-13, 18, 32, 37, 48.
- Agricultura
aplicação da ciência, 111, 113.
atraso, 4, 6, 7, 207.
fomento e reformas, 34, 35, 93, 110-112, 309.
- Alfândegas [v. proteccionismo]
- Associações [v. capitais]
- Balança de comércio [v. comércio]
- Capitais
acumulação, 266, 268.
aplicação errada, 214, 237, 259, 260, 268.
associações cooperativas, 294, 317, 373, 375.
necessidade de, 35, 36, 66, 72, 73.
e população, 235, 254.
- Ciências
Academia das, 8, 30, 32, 97.
educação e formação, 39, 40, 42, 90, 91, 192.
desenvolvimento e difusão, 7, 8, 26, 84, 86-91, 109, 192, 202, 245-247.
[v. tb. conhecimento, ensino, razão]
- Colônias, 14, 31, 34-36, 38, 62, 63, 101, 102, 210, 211, 213, 217, 218, 349, 350, 355.
- Comerciantes
dignidade profissional, 136, 137.
- Comércio
balança de, 302-311, 387, 388.
tratados de, 138, 142, 147, 148.
[v. tb. proteccionismo, liberdade de comércio]
- Concorrência
entre nações, 58, 60, 64, 67, 71, 74, 131, 133, 152, 162, 348.
- externa*, 35, 42, 64, 66.
interna, 75, 139, 209, 234.
livre, 257.
[v. tb. liberdade de comércio]
- Condições de vida da classe trabalhadora, 72, 107, 108, 131, 153, 154, 157, 188, 189, 233, 252, 275, 313, 315, 317, 340, 343-346, 357-359, 369-378.
[v. tb. desigualdade social]
- Congresso de Viena [v. diplomacia europeia]
- Conhecimento
papel da observação e experiência, 82, 85, 88, 89, 94, 338, 363-365.
vulgar, 85, 93, 150, 171.
- Consumo
improdutivo, 154, 161, 164, 167, 188, 191, 238, 265, 294.
e procura, 259-261.
- Contrabando, 6, 36, 49, 303.
- Cooperativas [v. capitais]
- Crises [v. estagnação]
- Decadência
causas e remédios, 1, 2, 31, 101, 102, 204, 205, 311.
- Despesa públicas
inúteis, 5, 32, 154.
- Dinheiro, 306-308.
[v. tb. papel-moeda]
- Diplomacia
europeia, 57, 58.
portuguesa, 10, 15-17, 20, 33, 37, 43, 49, 50-53, 405, 406.
- Direitos de entrada [v. comércio, proteccionismo]
- Desigualdade social, 107, 108, 131, 133, 151, 160, 168, 239, 288, 290, 295, 331, 356, 357.
[v. tb. condições de vida da classe trabalhadora, propriedade]
- Dívida pública, 153. [v. tb. papel-moeda]

- Domínio inglês
comercial e político, 2, 3, 6, 22, 34, 39, 41, 50, 54, 56.
militar, 43-45.
 [v. tb. tratados comerciais com a Inglaterra]
- Economia política
leis e princípios, 56, 65-67, 94, 100, 106, 108, 141, 149, 152, 159, 161, 207, 225, 249, 250, 256-258, 278, 290.
sistema nacional, 67-71, 106, 110, 149, 151, 152, 160, 166, 204, 209, 323, 338, 348.
 [v. tb. lei dos mercados, riqueza]
- Ensino
descentralizado, 331.
métodos e pedagogia, 193, 198, 199, 298-301.
primário, 297-301, 330, 334.
reforma, 194, 199-202, 300, 332, 336.
sistemas, 193, 297.
na Universidade de Coimbra, 195-197.
nas universidades europeias, 197, 198.
 [v. tb. ciências]
- Estado social, 81, 185, 283, 290.
e bem-estar, 294.
e instituições, 206, 250, 291, 297, 379.
e justiça, 379-381.
 [v. tb. reforma e revolução social]
- Estagnação, 154, 155, 159, 160, 163, 164, 167, 168, 226, 236, 237, 239-241, 250-252, 256, 259, 278.
- Escravidão, 34, 36, 42, 47, 55, 57, 61-65, 218, 220, 292, 316, 350, 351, 407.
- Estatística, 94, 176, 212, 271-277, 385.
- Filosofia e corrente filosóficas, 335, 361-368.
- Impostos
excesso de, 103, 156, 164, 207.
política fiscal, 36, 136, 295, 358.
- Indústria
aplicação da ciência e invenções, 93, 117-124, 134, 135, 140.
desenvolvimento e protecção, 6, 71, 75, 117-121, 137, 138, 165, 208-210, 213, 281, 304-306, 309-311, 325, 370, 371.
informação estatística, 26, 126-129, 214.
máquinas e progresso técnico, 125, 156, 168, 253, 255, 316, 317, 358, 373, 375.
nascente, 114, 282.
regulamentação excessiva, 139-141.
- Inteligência
factor de progresso, 266-268.
- Inquisição, 6, 9.
- Invasões francesas, 33, 34, 43, 44.
- Jornalismo
censura, 76.
estilo e linguagem, 28, 29, 104.
orientações editoriais, 27, 28, 76, 92, 97, 98, 247, 385.
qualidades do reactor, 25.
- Lei dos mercados, 159-166, 254, 262-264, 268.
- Leis dos pobres [v. condições de vida das classes trabalhadoras]
- Liberdade
de comércio, 56, 63, 65-68, 70, 139, 206, 279, 334, 348, 354, 372.
de imprensa, 59, 333.
individual, 37, 290, 333.
política, 14, 18, 45, 46.
religiosa, 36.
- Literatura e língua portuguesa, 94-97.
- Luxo, 292, 293, 309.
 [v. tb. consumo improdutivo]
- Máquinas [v. indústria]
- Miséria [v. condições de vida das classes trabalhadoras]
- Monopólios, 75, 114, 136, 141, 334, 354, 373.
- Mulher
condições e direitos, 327-329.
- Pacto colonial [v. colónias]
- Papel-moeda, 11, 15, 17, 18, 33, 73, 109, 252.
- População
cálculos e estatísticas, 272, 273, 277, 313.
crescimento demográfico, 177, 180, 181, 183, 229, 356, 408.
críticas à doutrina maltbusiana, 175-186, 189-191, 227-229, 288, 324, 359.
doutrina maltbusiana, 109, 171-174, 184, 227.
emigração para os EUA, 181, 190, 288, 289.
fertilidade e fecundidade, 177-179, 314.
mortalidade, 182, 312, 313.
portuguesa, 214-216.
- Porto franco, 20, 38, 64, 141.
- Preço [v. valor]
- Privilégios exclusivos [v. monopólios]
- Progresso técnico [v. indústria, máquinas]
- Propriedade
concentração e distribuição desigual, 153, 155, 164, 165, 168-170, 233, 235, 236, 238, 253, 347, 356.
divisão e suas vantagens, 170, 230-233, 236, 241, 255.
morgadio, 233, 234.

- Prosperidade [v. riqueza]
- Proteccionismo, 35, 41, 46, 75, 103, 126, 129, 135, 136, 142-147, 152, 209, 274, 279-281, 303, 306-308, 322-326, 337, 339-341, 351-353, 374, 388, 399-401. *limites da acção do Estado*, 135, 139. *nos Estados Unidos*, 74, 279, 284, 310, 311, 352.
- Razão
ciência e, 82, 83, 171.
- Reforma e revolução social, 295, 296, 317, 338, 340, 342, 351, 373, 377.
- Rendimento
na Europa, per capita, 277.
em França, 115, 116.
na Inglaterra, 394, 395.
e procura, 260, 261.
[v. tb. riqueza]
- Riqueza
conceito e definição, 108, 150, 157, 158, 238, 241, 251, 257, 258, 261, 273, 276, 282, 287, 292, 355.
desvantagens da concentração, 226, 331, 343, 347, 248, 356, 357, 359, 374, 375.
distribuição regional, 333.
repartição desigual, 240, 288, 289, 292, 359.
vantagens da distribuição, 254, 255, 274, 291, 294, 377.
[v. tb. rendimento, valor]
- Rivalidade comercial [v. concorrência]
- Salários, 72, 155, 242, 255, 283, 345, 346, 370, 372.
- Subsistência [v. salários]
- Trabalho
balança de, 127.
divisão, 266, 267.
recompensa e utilidade, 266, 267.
[v. tb. valor]
- Tráfego de escravos [v. escravatura]
- Transporte
custos de, 389-392.
- Tratados comerciais com a Inglaterra
de Metbuen, 31, 34, 304-306.
de 1810, 38, 46, 207, 211.
- Valor
trabalho, 127, 257, 260, 284-286.
utilidade, 282, 284-286, 293.

COLECCÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

A *Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português* é uma iniciativa editorial que visa possibilitar um mais fácil contacto, quer do público em geral, quer dos estudiosos das áreas das ciências sociais e humanas em particular, com obras desde há muito esgotadas ou com textos apenas disponíveis em forma manuscrita. Pretende-se com esta *Colecção* proporcionar um melhor conhecimento dos autores que no passado construíram as suas interpretações e análises sobre a realidade económica e social portuguesa.

Concepção e realização: CISEP (Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).

Coordenador Geral: José Luís Cardoso.

Consultor Principal: Manuel Jacinto Nunes.

Patrocínio Financeiro: Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian.

Editor: Banco de Portugal